



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Esser Jorge de Jesus Silva

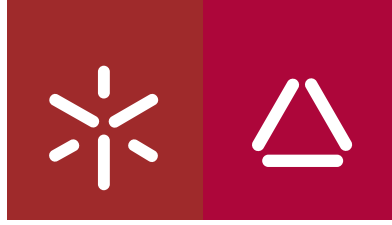
Os profissionais da política
- Estudo interpretativo sobre
a elite política | Portugal 1974 – 2016

Os profissionais da política
- Estudo interpretativo sobre
a elite política | Portugal 1974 – 2016
Esser Jorge de Jesus Silva



UMinho | 2018

junho de 2018



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Esser Jorge de Jesus Silva

**Os profissionais da política
- Estudo interpretativo sobre
a elite política | Portugal 1974 – 2016**

Tese de Doutoramento
Doutoramento em Estudos da Comunicação – Tecnologia,
Cultura e Sociedade

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Moisés de Lemos Martins
e do
Professor Doutor Juremir Machado da Silva

junho de 2018

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados. Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 27 de Junho de 2018

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and flourishes, is written over a solid horizontal line. The signature is positioned in the lower-left quadrant of the page.

Agradecimentos

Aos meus entrevistados, que aceitaram contribuir com as suas experiências, agradeço a coragem de se submeterem a este estudo.

Aos meus orientadores, Professor Doutor Moisés de Lemos Martins e ao Professor Doutor Juremir Machado da Silva, pelo entusiasmo com que acolheram este projeto e pela confiança que em mim depositaram durante o período da investigação.

À Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em especial ao professor Antônio Hohlfeldt, por me ter recebido, em 2016, na qualidade de investigador visitante.

Ao professor Manuel Carlos Silva pela disponibilidade e contributos na construção do problema aqui em estudo.

Aos meus colegas José Manuel Peláez Roperó e Camila Garcia Kieling pela amizade, camaradagem e reforço da irmandade luso-hispano-brasileira.

Ao Pedro Rodrigues Costa pela leitura aturada e comentários ao texto.

Ao Centro Cultural do Alto Minho de Viana do Castelo, e à Câmara Municipal de Mora, na pessoa da sua vereadora da Cultura Mafalda Goulão Lopes, pela disponibilidade de instalações para trabalho.

A todos, e a cada um, pelos motivos que cada um conhece:

André Coelho Lima, Ângelo Müller, Arnaldo Ribeiro, Cândido Capela Dias, Carlos Vasconcelos, Catarina Castro Abreu, Emídio Guerreiro, Fernando Marques Pereira, Francisco Amaral, Joaquim Alberto Gomes, José António Balau, José Bastos, José Luis Ribeiro, Luiz Armando Capra Filho, Pedro Rodrigues Costa, Luis Janeiro, Margarida Paulos, Micaela Rosseti, Miguel Carvalho, Miguel Lorangeiro, Natália Faria, Paulo Condé, Pedro Rodrigues Costa, Raquel Fortes, Rui Sá, Sheila Khan, Tiago Laranjeiro, Torcato Ribeiro, Vânia Sousa.

A todos os que perguntaram pela tese julgando assim acelerá-la. Aos que evitaram perguntar pela tese, assim acelerando-a.

Este estudo foi realizado no âmbito do Doutoramento FCT - Estudos da Comunicação: Tecnologia, Cultra e Sociedade, financiado pela Fundação Ciência e Tecnologia no âmbito do projeto PD/BD/52617/2017 e promovido, em parceria, pelo Centro de Estudos Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho), Laboratório de Comunicação Online (Universidade da Beira Interior), Centro de Investigação Media e Jornalismo e Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (Universidade Nova de Lisboa), Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias) e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa).

À Susana por ter acalmado a destruidora tempestade;

À Carolina, Constança e Camila pelo renovar diário da energia vital;

In memoriam, a avó Bibi por ter ensinado a imaginar para além da linha marítima no horizonte.

Resumo

Este estudo tem como objetivo principal compreender as trajetórias e práticas dos profissionais da política enquanto agentes de poder nas instituições na esfera pública e suas articulações com a sociedade, incluindo a esfera familiar e privada desde a formação da vontade profissional às estratégias e práticas ativas promotoras de durabilidade no contexto da vida política. Assenta nos contextos societal e político para conhecer a génese, o processo de formação e estabelecimento de redes a partir do capital social relacional adquirido pelos profissionais da política nos aparelhos partidários e extrapartidários, nomeadamente no campo económico, social e político, antes, durante e após saída do espaço político-partidário.

Os estudos de cultura, nomeadamente no entrecruzamento entre a vertente política, sociológica e antropológica, apresentam-se escassos e sem tradição em Portugal. Habitualmente a investigação política centra-se em análises do interior do campo político, sendo raros os estudos orientados para a compreensão das imbricações entre sociedade e política, nomeadamente a partir da atividade dos agentes políticos. Além de se socorrer do diálogo dos vasos comunicantes entre escolas e recortes académicos diversos, esta análise apoia-se na multidisciplinariedade, suportando-se numa abordagem pluricausal e plurinível, assim ultrapassando velhas aporias das ciências sociais. Objetivamente o estudo contribui para uma melhor compreensão da construção social do profissional da política na atualidade, tendo por base as modernas teorias que recortam as dimensões e indicadores que conceptualizam a noção de profissão

Numa abordagem iniciática sobre aspetos gerais dos atores políticos, este estudo esquematiza e explora as práticas dos agentes, inseridos entre a sociedade civil e o Estado com vista à produção do dispositivo de entronização e eternização como tecnologia usual, ou para viver 'da' política, ou para viver 'para' a política. A noção de dupla visão como instituidora da circulação de profissões entre a sociedade civil e Estado – e que dá a certas profissões o domínio da produção de políticos – é confrontada com a autoexclusão – do 'seu' caso em particular – da condição profissional do agente político. A constatação da presença do Estado 'do' direito, manifesta como instituição de êxito, mostra a todo o agente político eleito como, ao transformar-se parte desse Estado, se lhe está introduzida a obrigação de proceder com via ao fechamento - ou encerramento.

O trabalho de campo, realizado em quatro espaços geossociais, diferenciados entre si, revela o resultado da participação de meia centena de atores que, de um ou outro modo – no poder,

lutando pelo poder ou retirados do poder – fazem, ou fizeram, parte dos atores da política. A investigação demonstra as mutações, de sentido prático, ocorridas no campo político no período entre 1974 e 2016.

No diagnóstico dinâmico da formação das identidades ideológicas e, na sua relação com as metamorfoses operadas no direito de entrada, demonstra-se a submissão obrigatória dos atores às organizações partidárias, formando-se nesse pequeno microcosmo, estratégias particulares, exclusivamente orientadas para a posse de poder.

No jogo do poder interno partidário, a fronteira e distinção entre o negativo e o positivo é secundarizado em favor da escolha personalizada, nomeadamente quando esta escolha recai sobre o agente com mais autoridade e domínio nas redes de relações que se formam no aparelho partidário.

Este sentido do poder associa-se diretamente à produção de predomínios baseados em relações de patrocínio e clientelismo que, em certos casos, compõe-se através de traços evidentes de nepotismo, cuja origem é possível localizar no encontro entre a pobreza e funcionamento dos partidos políticos locais. Constata-se que as resistências às práticas partidárias dominadas por atos de caciquismo estão a perder para as práticas partidárias, sendo estas atravessadas pela lógica patrimonialista – na qual o público reverte, por via económica, para o domínio privado, comprovando o uso, pela classe eleita, de dispositivos e tecnologias políticas que possibilitam, diluir o poder de todos em poder concreto para si. Como provável consequência, constata-se o surgimento de candidaturas de políticos independentes que podem estar a potenciar o aparecimento de novas reconfigurações partidárias, nomeadamente partidos informais finitos.

Abstract

The present study aims to understand the trajectories and practices of professional politicians as agents of power in institutions in the public sphere and their articulations with society, including their respective family circles and the private spheres, from the formation of their professional will to the adoption of active strategies and practices conducive to continuity in the context of political life. Based on the societal and political contexts, this study aims to know the genesis, the formation process and the establishment of networks from the relational social capital acquired by the professional politicians in partisan and extra-partisan apparatuses, especially in the economic, social and political fields, before, during and after their tenure in the party political space.

Cultural studies, especially those centered in the intersecting between political, sociological and anthropological aspects, are scarce and lacking tradition in Portugal. Usually, political research focuses on analyses carried out from within the political field, and studies aimed at understanding the overlappings between society and politics are rare, namely those focused on the activity of political agents. Besides resorting to the dialogue of communicating vessels between schools and various academic dimensions, the present study is based on multidisciplinary, anchoring on a multicausal and multilevel approach to go beyond old aporias of the social sciences. Objectively, this study will try to contribute to a better understanding of the social construction of the current professional politician, based on modern theories that tackle with the dimensions and indicators that conceptualize the notion of this profession.

Through an initial approach on the general aspects of these political agents, the present study outlines and explores the practices of these agents inserted between civil society and the state, in order to produce the device of enthronement and continuity as usual technology, or to live 'from' politics, or to live 'for' politics. The notion of double vision as founding the movement of professions between civil society and the state which confers certain professions the predominance of producing politicians confronted with self-exclusion (of 'their' particular case) from the professional status of political agent. The presence of the rule of law, manifested as a successful institution, shows every elected political agent that by becoming part of that State he is therefore obliged to proceed with closure.

The fieldwork was carried out in four differentiated geosocial spaces and is the result of the participation of some fifty agents who power, fighting for power or withdrawn from power or were

political agents. The present study demonstrates the practical changes that occurred in the political field between 1974 and 2016.

In the dynamic diagnosis of the formation of ideological identities, and in their relation with the metamorphoses operated through the right of entry, is demonstrated the obligatory submission of the agents to party organizations, true microcosms where are formed particular strategies, exclusively oriented towards achieving power.

In the party internal game of power, the boundary between negative and positive is subordinated in favor of a personalized choice, especially when this choice falls on the agent with more authority and mastery in the networks of relationships that form in the party apparatus.

This sense of power is directly associated with the production of predominances based on patronage and cronyism relations which in certain cases consist of evident traits of nepotism whose origin can be traced to the encounter between poverty and the functioning of local political parties. The fact is that resistance to partisan practices dominated by acts of caciquism are losing the battle against partisan practices, which are crossed by the patrimonial logic by which the public reverts, by economic means, to the private domain, thus corroborating the use by the elected class of political devices and technologies that enable to dilute the power of all in concrete power for oneself. A probable consequence of this status quo is the emergence of nominations of independent politicians who may be promoting the emergence of new party reconfigurations, namely finite informal parties.

Índice

1	Introdução	1
PARTE I - CONSTRUÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA SOCIOLÓGICA: DUALIDADE PENDULAR ENTRE CIVIL E PÚBLICO NA FORMAÇÃO DO SENTIDO TRANSFORMADOR DO 'NÓS' EM 'EU' DO AGENTE POLÍTICO		
2	O PROBLEMA DA POLÍTICA E DOS SEUS PROFISSIONAIS.....	7
2.1	Ter a política como modo de vida e negar a política como profissão	8
2.2	Os governantes da <i>polis</i>	13
2.3	O virtuosismo do animal político	16
2.4	Génese relacional da política – Indivíduos dissemelhantes em comunidade de interesses	18
2.5	A produção económica da classe eleita.....	23
2.5.1	Modo de produção da elite da política	23
2.5.2	Separação entre governantes e governados.....	26
2.6	Viver da política ou viver para a política.....	30
2.7	Objetivos da Investigação	34
3	DINÂMICA DE APROXIMAÇÃO E DISTÂNCIA ENTRE O CIVIL E O PÚBLICO	39
3.1	Do ‘racional dos princípios’ ao ‘racional nos fins’	40
3.2	Nativo e estrangeiro: a duplicidade do político.....	43
3.3	Andanças no ‘país-real’ - estância no ‘país-outro’	46
3.4	O limbo e o deserto.....	54
3.5	Sociedade política e sociedade civil	60
3.6	O sentido pendular do político	65
4	DISPOSIÇÕES E MECANISMOS CONGÉNITOS DO CAMPO POLÍTICO	67
4.1	Ideologia e utopia.....	68
4.1.1	Entre o progresso e o devir	68
4.1.2	Relativizar e relacionar.....	74
4.1.3	Ideologia e sistemas simbólicos	76
4.2	Estatuto, poder e honra social	78
4.3	Lógica imanente do campo político.....	83
4.4	Privilégios de jogar o jogo político	85
4.5	Ter crédito para produzir crença.....	87
4.6	O capital cultural político	89
4.7	Dualidade da investidura – Do capital delegado à objetivação do capital.....	90
4.8	Construção política dos ‘nossos’ – do indivíduo para o partido	92
4.9	Construção política do ‘Eu’ – do partido para o indivíduo	97
4.10	Os delegados do aparelho	101
4.11	A cultura elitista dos partidos políticos	103
4.11.1	Falar em nome de todos	103
4.11.2	Imposição da vontade dos dirigentes sobre as bases	107
4.11.3	Fidelidade ao partido, lealdade ao dirigente.....	110
4.11.4	A lei de ferro das oligarquias.....	115
Parte II - Produção de dispositivos organizacionais de longevidade e práticas Estratégicas		

Patrimonialistas das profissões civis na construção do político profissional

5	A CULTURA DA ENTRONIZAÇÃO E ETERNIZAÇÃO DA ELITE DA POLÍTICA.....	119
5.1	Dispositivos e estratégias.....	120
5.2	Analogias e similitudes político-partidárias de longevidade.....	122
5.3	Afinidade e sobrevivência iconográfica dos profissionais da política	127
5.4	Práticas e estratégias transversais	132
5.5	A crença na construção social do político durável.....	138
5.6	Perpetuação política pela a-linhagem	141
6	Circulação de profissões da elite da política.....	143
6.1	Monopólio e Estabilidade da classe política	144
6.2	Elites e política	147
6.3	Vontade própria e passo em frente	148
6.4	Entre a parresía individual e a dominação da classe eleita	150
6.5	A elite ideológica e elite unificada	152
6.6	Estado e as profissões civis	155
6.7	O fechamento da elite da política.....	158
6.8	As Profissões civis da elite da política	160
6.9	A circulação das profissões da elite da política	162
6.10	Os grupos profissionais da política.....	164
6.10.1	‘Economistas’ e ‘Dirigentes de Empresas’	164
6.10.2	‘Advogados’ e ‘docentes’	165
6.10.3	Acumulações: um pé dentro e outro fora.....	166
6.10.4	Teoria política dos impedimentos – do implícito ao explícito	171
6.11	Monopólio dos Profissionais	174
7	<i>Todos Exceto Eu</i> – Autoatribuição excludente dos profissionais da política	177
7.3	Metamorfose do conhecimento científico pelo sentido comum	178
7.4	Sentido prático e utilitário da teoria sociopolítica	180
7.5	O depósito de conhecimento e a atitude natural.....	181
7.6	Casos paradigmáticos de análise e autoanálise do mister político.....	184
7.6.1	Teoria do falhado na vida civil	187
7.6.2	Teoria da singularidade.....	188
7.6.3	Teoria da atividade híbrida	190
7.6.4	Domínio da persuasão e do missionário oracular.....	192
7.6.4	Introdução ao político antipolítico	196
7.7	Convocação para a política.....	199
7.7.1	A política como não-profissão.....	199
7.7.2	Percurso, carreira e missão	200
PARTE III - FUNDAMENTAÇÃO DAS OPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E CONTRIBUTOS REVELADORES		
EMERSOS NAS DINÂMICAS DO TRABALHO DE CAMPO		
8	Abordagem Metodológica e Experiências do campo.....	203
8.1	Articulação entre as Cultural Studies e a Teoria da Estruturação	204

8.2	Para uma análise extensiva e intensiva do fenómeno	206
8.2.1	Entrevistas Semiestruturadas	208
8.2.2	Grupos de discussão.....	215
8.2.3	Modelo de análise.....	217
8.3	Por uma análise representativa.....	219
8.4	Andanças com a política.....	225
8.4.1	Recurso à rede de relações e outras estratégias	228
8.4.2	Implicações do avanço sobre o desconhecido	231
8.5	Golpe de estado na investigação - O papel do Estado na construção do círculo enclausurado do político	238
8.5.1	A natureza paradoxal do direito no impresso administrativo	238
8.5.2	A unidade do Estado.....	243
8.5.3	Apropriação do Estado pelo Direito.....	244
8.5.4	O poder da instituição exitosa	245
 PARTE IV - EXPLORAÇÃO INTERPRETATIVA DOS MECANISMOS E DAS DINÂMICAS DOS AGENTES POLÍTICOS NOS ESPAÇOS GEOGRÁFICOS DO ESTUDO		
9	Digressão ao Interior do campo político	251
9.1	A construção social da identidade ideológica e política	252
9.1.1	Principiantes absolutos	252
9.1.2	Disposições identitárias da ideologia	274
9.1.3	O direito de entrada	285
9.2	Separação entre lealdade e perfídia	293
9.2.1	Geografia política de alternância.....	293
9.2.2	Da coerência das práticas à incongruência das opções.....	295
9.2.3	Forças e fraquezas do político	302
9.3	Entre a modéstia e os notáveis	315
9.4	Disposição para uma governação sã.....	324
9.4.1	Os retornados também mudaram o Portugal político	324
9.4.2	O agente ao serviço à comunidade.....	327
9.4.3	Contra a depreciação do campo político.....	339
9.5	Das consequências da pobreza	348
9.5.1	Uma questão de padrões e clientes	348
9.5.2	O nepotismo como face da experiência	361
9.5.3	Na escuridão, o brilho da estrela	365
9.6	Dentro da crise da mediação política	375
9.6.1	Prebendas e benefícios para os “nossos”	375
9.6.2	O político sustentado em ‘partidos informais finitos’	391
9.6.3	Introdução da ciência na decisão política	396
9.6.4	Ser militante informal e ter liberdade para governar.....	402
10	Conclusões	409
11	Referências Bibliográficas.....	423
	Anexos.....	I

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura hierárquica do poder segundo Robert Michels (2001 [1911]).....	109
Figura 2 - Distribuição de mandatos pelos concelhos - setembro de 2013 (N=308).....	124
Figura 3 - Relação entre autarcas impedidos e desimpedidos - set 2013.....	125
Figura 4 - Distribuição dos impedidos na divisão Esquerda – Direita.	126
Figura 5 - Distribuição, por partido, dos políticos, ‘impedidos’, candidatos a Presidente da Assembleia Municipal.	131
Figura 6 - Mapa de Portugal com divisão por distritos.....	134
Figura 7 - Comparação, por distrito, de concelhos com mais de três mandatos em set. 2013	134
Figura 8 - Áreas Profissionais dos deputados à Assembleia da República (1974-1985)	162
Figura 9 - Áreas profissionais dos deputados à Assembleia da República 1985-2015.....	163
Figura 10 - Dedicção dos deputados à Assembleia da República.....	167
Figura 11 - Última profissão civil dos deputados em situação de acumulação.	168
Figura 12 - Funções extrapolíticas acumuladas por deputado acumulador	169
Figura 13 - Peso no partido dos deputados com profissões extrapolíticas fora do Parlamento.	169
Figura 14 - Cartaz anunciando o debate político "Queremos ser governados por profissionais de sucesso ou por dependentes da política" em Matosinhos – Portugal.	198
Figura 15 - Profissões civis dos políticos entrevistados.....	215
Figura 16 - Comparativo da taxa de Participação Eleitoral das áreas geosociais (Europeias). ..	223
Figura 17 - Comparativo da taxa de participação eleitoral das áreas geosociais (legislativas). .	224
Figura 18 - Comparativo da taxa de participação eleitoral (Câmara Municipal).	224
Figura 19 - Cartão de acesso às reuniões públicas da Câmara Municipal do Porto.	235
Figura 20 - Modelo da Comissão Nacional de Eleições para recolha de assinaturas para as eleições presidenciais.	242
Figura 21 - Manuel António Mota, fundador da empresa Mota & C ^a , Lda.	367
Figura 22 - Estátua de D.António Ribeiro, 15 ^o . Patriarca de Lisboa	367

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Frequência do uso das expressões Sociedade Civil e Estado nos programas eleitorais partidários e programas do governo (2011 e 2015)	60
Tabela 2 - Abandonos e cedências do lugar de Presidente de Câmara no decurso do mandato 2009-2013.....	128
Tabela 3 - Deputados sócios de empresas com contratos públicos – Fonte: O Jornal Económico de 17.03.2017.....	173
Tabela 4 - Atores políticos com atividade profissional da política	185
Tabela 5 - Entrevistados do concelho de Celorico de Bastos	210
Tabela 6 - Entrevistados do concelho de Mora.....	211
Tabela 7 - Entrevistados do concelho do Porto	212
Tabela 8 - Entrevistados do concelho de Viana do Castelo	213
Tabela 9 - Entrevistados por Partido Político	214
Tabela 10 - Focous Group - Jovens Políticos.....	217

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 - Histórico eleitoral autárquico (Câmara Municipal) 1974 - 2016 - Celorico de Basto.....	II
Anexo 2 - Histórico eleitoral autárquico (Câmara Municipal) 1974 - 2016 - Mora.....	V
Anexo 3 - Histórico eleitoral autárquico (Câmara Municipal) 1974 - 2016 - Porto	VIII
Anexo 4 - Histórico eleitoral autárquico (Câmara Municipal) 1974 - 2016 - Viana do Castelo	XI
Anexo 5 - Legislaturas, Deputados e Acumulações	XIV
Anexo 6 - Dados referentes à entrada em vigor da lei de limitação de mandatos nas autarquias	XV
Anexo 7- Taxa de participação eleitoral dos concelhos de Celorico de Basto, Mora, Porto e Viana do Castelo	XVI

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AD – Aliança Democrática
- APU – Aliança Povo Unido
- BE – Bloco de Esquerda
- CDS – Centro Democrático Social
- CDU – Coligação Democrática Unitária
- FEPU – Frente Eleitoral Povo Unido
- IFADAP - Instituto de Financiamento e Apoio do Desenvolvimento de Agricultura e Pescas
- IND – Independentes
- JC – Juventude Centrista
- JCP – Juventude Comunista Portuguesa
- JP – Juventude Popular
- JS – Juventude Socialista
- JSD – Juventude Social-democrata
- MDP/CDE – Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral
- MFA – Movimento das Forças Armadas
- MPT – Movimento Partido da Terra
- PCP – Partido Comunista Português
- PCTP-MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses / Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
- PEV – Partido Ecologista “Os Verdes”
- PONP – Porto o Nosso Partido
- PPD – Partido Popular Democrático
- PPM – Partido Popular Monárquico
- PS – Partido Socialista
- PSD – Partido Social Democrata
- UEC – União dos Estudantes Comunistas

1 INTRODUÇÃO

Apresenta-se nas páginas seguintes um estudo sobre as elites da política e o modo como a atividade é vivida pelos seus executantes. Se for levado em consideração que, na antiga Grécia, a política nasceu da impossibilidade do viver isolado e, conseqüentemente, da necessidade de interligação entre a diversidade de indivíduos para, através do mister individual, uns se transformarem em complementos de outros, percebe-se como a atividade política pode ser considerada a profissão das profissões. Anuncia-se, deste modo, uma pesquisa sobre vidas entregues ao que devia ser considerado a atividade das atividades.

Pelas vicissitudes do sistema político os agentes políticos eleitos são, em regra, indivíduos com cargos nos partidos. Esta fusão de papéis não reverte para uma fusão das práticas. Pelo contrário, os atos do partido são reconhecidos como propriedade indissolúvel da organização tornada legítima mediadora política entre a sociedade civil e o Estado. Já quanto à expressão do poder, esta revela-se estabelecida na relação exclusiva entre uma minoria formada pela cúpula partidária e a sua imbricação com os lugares de representação política. Esta circulação de lugares e poder toma forma na representação política.

Observado nas práticas, a noção de representação assenta num princípio dissémico que navega entre o significado dramatúrgico – acoplado à arte performativa do corpo – e a delegação – apoiado na transformação do *múltiplo no uno*. Esta pesquisa ocupa-se da segunda noção, pontificada como um dos principais artifícios usados na sustentação do campo político enquanto campo autónomo e no seu uso como constructo e dispositivo de conservação do poder, inclusive alongado no tempo.

A *representação* provém da cedência por transferência sucessiva, e resulta *da* e *na* forma delegada. No percurso efetuado pelo(s) ato(s) de transmissão, enquanto a parte maior enfraquece-se, a parte menor fortifica-se sucessivamente, numa relação progressiva de intensidade na qual cada patamar fortificado é tanto mais forte quanto menor. A expressão *fortificar* encerra, neste caso, um duplo sentido da palavra *forte*: fechamento do poder num círculo restrito.

Como se entende, o fim do percurso do desenho da *representação* termina num cargo pessoal robustecido de poder político concentrado. A sua origem dá-se na sociedade, simultaneamente ponto de partida e ponto de chegada para todas as transformações. Na fronteira, por onde

transitam os putativos legítimos mandantes, estabelece-se a geografia da mediação que, nas democracias, é entregue às organizações partidárias. Situa-se nos partidos políticos a primeira fila de onde partem os indivíduos compelidos pela *dynamis* da paresia e que dão o passo em frente (Foucault, 2008), assim predispondo-se para os cargos de delegação e representação.

Além do exposto, sucede ainda que a realidade do político não é produzida em exclusivo pelas suas ações. Estas últimas sucedem-se em ordem diversa, umas vezes como causa, outras com o intuito de produzir consequência. E, mesmo assim, as consequências, num e noutro caso, podem não resultar totalmente como no plano, o que enuncia também a possibilidade da ausência de ação na política se traduzir numa boa – ou uma má – ação política. *Mutatis mutandis*, na medida em que cabe à sociedade, nomeadamente nas suas dinâmicas, a instituição do dever ser político, este agente encontra-se submetido aos preceitos indomáveis da exterioridade societal.

A variedade de dimensões e dinâmicas entrecruzadas que se intrometem num estudo sobre a atividade dos agentes políticos constituem um repto de grande compromisso com a pesquisa. A esfera ampla e total em que ocorrem os fenómenos políticos – e nos quais agem os seus intérpretes – compõem-se de realidades ditadas por vicissitudes territoriais específicos. Estas últimas, quando abordadas nas profundidades das suas peculiaridades, oferecem explicações capacitadas para clarificar e esclarecer formas usuais do agir político, cujas práticas reconfiguradas se apresentam como apropriadas aos tempos. Na realidade, o conveniente político é sempre um ato de estratégia com vista ao acesso ao poder. Este, por sua vez, sendo obtido, tende a ser usado numa dissimulada distribuição coletiva, com beneficiários particularizados no grupo próximo e privilégios do próprio.

A atividade política funda-se, deste modo, em realidades atravessadas por configurações indeléveis e diversas subsumidas tanto no funcionamento das suas organizações como no exercício consequente das ações e deliberações em nome das instituições de representação do Estado. A diversidade transfigurativa da ação impõe, deste modo, uma competência metamórfica ao agente profissional da política. Esta aptidão estabelece-se numa relação em que o ator é colocado entre duas possibilidades: ou é um agente transformador da sociedade ou é um agente a ser transformado pela sociedade.

Parte-se da constatação, de comum sentido, segundo o qual, seja de onde for a sua proveniência geográfica, o centro constitui o fim de qualquer agente político. E, habitualmente,

são as configurações do centro político a explicar a totalidade política e dos atores políticos. Porém, entende-se que a procura dos traços mais profundos da cultura que atravessa os sentidos da atividade política, não só se formam no exterior desse centro agregador, como também explicam as práticas costumeiras da ação política. Apesar de tudo, esse centro acaba por aqui ser tocado pelas consequências práticas da hierarquização entre centro e periferia da geografia política.

Os pretextos atrás aduzidos orientam este trabalho para o conhecimento aprofundado dos processos pelos quais os agentes políticos se sustentam com vista a perdurarem na vida política ativa. Trata-se de compreender as estratégias de articulação entre a formação da vontade própria, os mecanismos pessoais de persistência e dominação *nos* – e *dos* – aparelhos partidários, a manutenção nos cargos públicos do Estado até à prossecução da vida profissional além dos cargos políticos.

Esta investigação organiza-se em quatro partes e dez capítulos. A primeira parte ocupa três capítulos. No segundo capítulo constrói-se o problema e o objeto da investigação. Apõe-se uma visão das práticas, comumente habituais, dos agentes políticos, em comparação com a noção primitiva formada pela inevitabilidade do aparecimento de uma atividade exterior, de génese relacional, capaz de responder às dissemelhanças contidas na individualidade de cada cidadão e de, em simultâneo, conciliar essa comunidade de interesses diversos.

O surgir de um corpo separador entre governantes e governados, funda o político. A sua localização e dinâmica no espaço societal, ora agindo como elemento da sociedade, ora agindo como representante político ou membro do Estado convoca, no terceiro capítulo, a abordagem sociológica formadora dos sentidos dualizados do político concebidos numa dinâmica de aproximação e distância entre a sociedade civil e o Estado. A constituição do campo político, e os atravessamentos distintivos da capacitação dos agentes na construção da sua figura fadada por um comportamento elitista, ajuda a formar a noção dos eleitos.

A segunda parte da investigação apresenta três estudos explicativos das idiosincrasias profissionais do agente político moderno. No capítulo cinco explana-se a cultura da entronização e eternização da elite da política, convocando-se a noção de dispositivo como tecnologia usual para se viver *da* e *para* a política. Esse dispositivo está na base do capítulo seis que apresenta a noção de dupla visão como instituidor da circulação de profissões entre a sociedade civil e o Estado, e que dá a certas profissões o predomínio na transformação dos profissionais da política.

Estes profissionais debatem, no capítulo sete, apresentando as razões porque se autoexcluem da condição profissional, ao mesmo tempo demonstrado como a sua atividade deve ser abordada por uma via mais distinta e ilustre, designada pela posse de um interior santificado para a política.

A terceira parte coincide com o capítulo oitavo e, com ele a abordagem metodológica desenhada para a pesquisa. Além do desvendar dos caminhos e técnicas planeadas para dar corpo à investigação, versam-se os atravessamentos improváveis e, por isso, impossíveis de esperar, mas constituídos como altos contribuintes para a compreensão do fenómeno proposto para análise. A presença do Estado 'do' direito, usado como instituição exitosa, mostra a todo o agente político eleito como parte desse Estado, a obrigação de proceder com vias ao fechamento.

Na quarta parte analisa-se as dimensões sobressaídas da recolha empírica obtida no terreno, constituído por quatro áreas geossociais diferenciadas. Revela-se aí o resultado da participação de meia centena de atores que, de um ou outro modo, fazem parte da atividade política. O capítulo nove compõe-se de em seis subcapítulos que, em conjunto, constituem a análise demonstrativa das mutações ocorridas no campo político entre 1974 e 2016. Estabelece-se um diagnóstico da formação das identidades ideológicas e a sua relação com a transformação do direito de entrada numa demonstração de submissão às organizações. Discute-se a tendência pela diferenciação positiva e defesa dos atos políticos negativos e o alvitramento dos seus denunciantes. Confronta-se as geografias de alternância com contextos de patrocínio e clientelismo com traços manifestos de nepotismo. Exploram-se as consequências menos evidentes da crise dos mediadores e o surgir de dinâmicas de resposta a essa crise.

Por fim, o décimo capítulo acolhe as conclusões do trabalho. Retomam-se as linhas orientadoras que estiveram na origem deste trabalho e que, entre outros, possibilitaram compreender os dispositivos e as tecnologias políticas que possibilitam aos agentes políticos diluir o poder de todos em poder concreto para si. Como provável consequência futura da crise das organizações mediadoras dos partidos políticos, o surgimento de candidaturas independentes podem estar a potenciar o aparecimento de novas reconfigurações partidárias.

Esta tese utiliza, entre outros, os seguintes trabalhos já publicados em revistas, capítulos de livros, ou atas de encontros científicos:

Silva, E., & Martins, M. L. (2017a). A cultura da entronização e da eternização da elite política. Em N. Z. Zara Pinto-Coelho, Teresa Ruão (Ed.), *Arte, Políticas e Práticas - V Jornadas Culturais* (pp. 73–97). Braga: CECS.

Silva, E., & Martins, M. L. (2017b). A Sociedade Aberta e a Clausura do Estado. Em P. Y. Rocha, G. N. Ronna, I. Gehlen, A. dos S. Machado, & M. L. P. Pereira (Eds.), *Anais do XIV Seminário Internacional da Comunicação* (pp. 227–228). Porto Alegre: Edipucrs.

Silva, E., & Martins, M. L. (2017c). Estre o Estado e a Sociedade Civil – Circulação de profissões da Elite da Política. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, vol. 4, n. 2, 2017, pp. 151 – 172

Silva, E., & Martins, M. L. (2017d). Todos exceto eu! - Autoatribuição excludente dos profissionais da política. Em M. I. V. de Lopes, N. Ribeiro, G. G. S. Castro, & C. D. Burnay (Eds.), *Atas do XV Congresso Ibercom 2017* (pp. 365–387). Lisboa: Universidade de S.Paulo.

2 O PROBLEMA DA POLÍTICA E DOS SEUS PROFISSIONAIS

2.1 TER A POLÍTICA COMO MODO DE VIDA E NEGAR A POLÍTICA COMO PROFISSÃO

O campo da política como atividade profissional nega-se antes de qualquer discussão e, qualquer hipotética imaginação daí resultante colide com a ausência dos discursos ou nas formas dos excursos dos políticos. Estudos, ou mesmo as abordagens em contexto genérico, da política enquanto ocupação deliberadamente escolhida para mister técnico-ocupacional remunerado com vista a uma carreira antecipadamente planeada (Weber, 2005b), é um tema entabulado entre o segredo do desejo íntimo, e a negação externa de vontade própria pelo proto candidato ao ofício de político. Não se afirmando como profissional utilizará, todavia, mais tarde, a experiência decorrente da durabilidade nas funções adstritas à prática da política como um *curriculum* com vista à permanência no cargo (E. Silva & Martins, 2017d).

Este aparente paradoxo existencial esconde, na contradição subjacente, uma estratégia do político que visa promover a comunicação e imagem da indiferença à comunidade (M. L. Martins, 1990). Na verdade, nada mais é do que a construção pessoal do desinteresse público, como forma de promover a construção social do interesse coletivo pela sua pessoa (Winkin, 1999). Esta arquitetura paradoxal do político profissional coloca-o na esfera do indivíduo desprendido e a estratégia subjacente dá vida, em simultâneo, a uma espécie de roupagem imaginária para o qual é necessário encontrar um corpo capaz de protagonizar o papel, implicitamente constituído como coisa necessária, para a boa gestão da *polis*, afinal o lugar do político. A aludida ‘veste pública à espera do corpo privado’, espécie de adereço do imaginário (J. M. Silva, 2003) decorre da expectativa comunitária na existência de uma figura com torso possuído por qualidades humanas incomuns, medidas psicossociais acertadas e talentosas capacidades governativas excepcionais, mas ajustadas aos limites da talha do contorno delimitado (Feola, 2018), à partida, para o político desejado¹, isto é, contido na ganância pessoal e extensivo na concupiscência coletiva (Braendle & Stutzer, 2016) .

Este jogo de espelhos dá existência a uma fórmula manifesta na aceitação tácita e geral segundo a qual, o político é um ser com uma condição existencial superlativa na organização social,

¹ O mito da figura do rei D. Sebastião (1554-1578), desaparecido na batalha de Alcácer Quibir (1578), de quem nunca se confirmou a morte e cujo aparecimento se aguarda, a qualquer momento, em forma reencarnada, expressa, em certa medida, este arquétipo da perfeição do político desejado. Cfr. (Hermann, 1998)

epígrafe paradigmático e inibidor, à partida, de qualquer interrogação sobre a atividade dos indivíduos cujas vidas se centram no exercício da governação da coisa pública e/ou se dedicam, em percurso histórico mais ou menos longo, a tentar aceder a esses lugares em que lhes é entregue a representação (Önnudóttir, 2016). A ausência de desejo expresso, ou de vontade individual manifesta pelo indivíduo que se entrega à atividade, é uma das questões silenciosas aqui surgidas e que convocam o espírito para a tentativa de compreensão daquilo que representa verdadeiramente o político na atualidade (Mahler, 2006).

Presume-se, neste silenciado, a criação espirituosa de um juízo segundo o qual uma espécie de chamamento, vindo não se sabe de onde, ‘obriga’ o indivíduo a ‘ceder-se’ a uma atividade por si nunca planeada, sequer imaginada – todavia de entrega obrigatória – de onde a abnegação inscrita nas configurações do corpo – manifestos nos modos de expressar, comportar, estar, caminhar, compor-se, discursar – acompanham a transformação do indivíduo colocando-o, exclusivamente, em modos de agir segundo a noção da responsabilidade pública, forma geralmente desligada dos hábitos costumeiros (Mokrosińska, 2013).

O *modus operandi* transformador do homem simples em homem político parte de uma conotação virtuosa da qual faz parte uma espécie de ‘chamamento’ engendrado segundo o milagre da mutação do indivíduo em político ativo a quem é dado, em abstrato, a faculdade repentina de compreender a cidade e interpretar as suas necessidades e, a partir desse entendimento revelador, tornar-se possuidor de recursos extraordinários de sapiência e sabedoria na conceção e projeção de soluções surgidos de um conhecimento só a si entregue, como se, de repente, passasse a ser possuído por propriedades mágicas (Mauss, 2003).

Apesar de todo este enunciado estar concebido através da noção de *parecer* – que por si só poderia à partida também denunciar um estereótipo, não fosse a sua cogitação problematizante – a atividade política vive – e viveu –, assim como, provavelmente viverá sempre – uma questão de princípio que força a divisão do seu *ser* de modo a conseguir-se a compreensão da sua totalidade. Não constituindo o foco principal do aqui pretendido, a platónica dicotómica filosófica entre *ser* e *parecer* (Platão, 1949) tem no campo da ação política uma vasta área de possibilidades, sendo a que aqui se quer trazer, e apenas implicitamente, compreender uma

delas e que pode assim ser apresentada: haverá um *ser* político distinto do *parecer* político²? Residirá na praxis política, declaradamente orientada para o cidadão, e na gestão do lugar do político, estrategicamente orientado para si, respetivamente, a expressão do *ser* e do *parecer* político?

Aparentemente o lugar do político visto como realização profissional é esborado numa configuração nebulosa e sem contornos. Muitos estudos das ciências sociais e políticas tocaram esta temática sem, contudo, experimentarem o aprofundamento exigível, nomeadamente testando os atores para, dessa forma, se produzir o entendimento das estratégias e práticas subsumidas nas configurações menos visíveis das relações societárias que dão forma e conteúdo ao profissional da política.

O indivíduo político concebe-se, desse modo, como alguém a quem foi incumbida uma missão da qual não pode recusar, e não da expressão do gosto por uma atividade caída no seu goto. Na aceção mais usual trata-se de um acaso do destino a impor-se como obrigação. Perante tal atribuição só resta ao indivíduo como solução conformar-se, nunca se despegando da faceta incomodada pela imposição exterior. Raras são as vezes em que se assiste à confissão individual que se trata de uma decisão suscitada pela vontade pessoal e declarada como escolha determinada a partir da perceção de um sentido vocacional – como acontece com outra qualquer profissão, seja médico, advogado, enfermeiro ou engenheiro, por exemplo.

Todo o expediente usado na construção individual do político assenta numa habilidade que pode ser caracterizada pela competência em jogar o jogo político segundo as regras instituídas para o próprio jogo e na crença que vale a pena estar envolvido no jogo, “estar preso ao jogo, acreditar que o jogo vale a pena” (Bourdieu, 1997, p. 139), o que expressa “uma maneira de ser dentro do mundo” (Bourdieu, 1998b, p. 118) e prospetiva as razões porque o indivíduo feito político, coloca-se perante a circunstância de lutar afincadamente pelo lugar que ocupa. E, apesar da sinalização permanente de ‘desinteresse’ pelo lugar ocupado, num papel executado com denodo e afinco, deixa perceber também estratégias concebidas na base da constituição da sua figura como um agente útil, no fundo alguém que se não pode deixar de considerar para que os

² Este princípio funda-se na metáfora do anel mágico do pastor Giges que, rodado no seu dedo lhe permitia agir a coberto da invisibilidade, possibilitando-lhe assim uma conduta diversa de quando estava visível aos seus observadores. Cfr. (Platão, 1949)

problemas da *polis* sejam resolvidos, sendo que é ele, e só ele, quem está possuído da aptidão necessária para o fazer.

A projeção do *desinteresse* individual pelo mister associa à atividade política a noção de ‘serviço’ no qual o ato subjacente é ‘servir’ alguém, nomeadamente a comunidade representada. O uso desta expressão ganha um duplo sentido em que a noção de *assistência* tem primazia. O político é um *assistente* dos cidadãos porque se coloca perante a vontade geral, cabendo-lhe distinguir as necessidades que atravessam a generalidade da *polis*, não só emprestando-lhe a sua atenção mas militando e persistindo na procura de soluções que possam ser reconhecidas como as que melhor servem a cada momento. Fá-lo devotadamente, denotando empenho mas sem esforço, não se coibindo de promover a sua noção de préstimo através da comunicação não-verbal. O objetivo é demonstrar, a todo o tempo, que auxilia, fornecendo auxílio e soluções. O segundo sentido de ‘serviço’ tem a ver com a capacidade de *dar de si*, ato construído com a projeção de sinais evidentes de empenho abnegado seguido da arte de produção de traços e gestos de desapego e de desprezo por qualquer recompensa.

Enquanto se dedica a servir, a noção de *dar de si* vai muito para além do ato, na medida em que é da arte do político levar os cidadãos a sentirem a sua falta por antecipação. Já no exercício da sua atividade, o profissional da política comunica a aceitação do destino, santificando-se, sob condição abnegada, perante a(s) audiência(s) e comunidade eleitoral, ‘submetido’ às cartografias faciais da tal noção de ‘serviço’ à sociedade, ato a que, simultaneamente, atribui um sentimento de dever altruístico obrigatório para si, promovendo, desta forma, como contrapartida impercetível, o sentimento de dívida da comunidade para consigo (Mauss, 1924).

Contudo este traço do destino cuja representação dramatúrgica se manifesta permanentemente nos atos, nos corpos e na *praxis* do agente político (Goffman, 1959), não revela, todos os planos, histórias, estratégias, práticas, aprendizagens, caminhos e objetivos passíveis de explicar as motivações e objetivos responsáveis por muitos indivíduos se tornarem profissionais da política – nunca admitindo-a como profissão como já se viu. Se tal não ocorre por uma escolha primária, dado que se desconhecem mnemónicas de crianças afirmando querer ser políticos quando adultos – o que contrasta com outras atividades como polícia, médico ou bombeiro – patenteia-se, todavia, uma linha histórica constituída por determinados fatores que autorizam a verificação empírica das regularidades e apelos da descoberta da política como campo de atividade social

enquanto ofício ocupacional. Antecipa-se a existência de fundamentos explicativos das opções percebidas, dos caminhos experimentados e sociabilidades contingenciais a que os indivíduos se submetem, na maior parte das vezes com evidente prazer, durante o período das suas vidas confiado à atividade política.

Uma intuição não conceptualizada guia os sentidos para o hipotético diagnóstico em que, na maior parte das vezes a atividade política, geralmente vislumbrada ainda na juventude como uma função desprovida de hierarquia e de responsabilidade, resulta no apelo da facilidade para a qual não são necessárias qualificações e competências técnicas extraordinárias mostrando-se, ao primeiro olhar, um campo capaz de atrair, estimulado pela possibilidade de promoção, posição estatutária e posse de poder (Weber, 2004a), fatores construtores de hierarquias sociais, estrategicamente interpretados como esferas reconvertíveis entre si com vista à obtenção de poder económico.

O poder conferido e transportado pelo político é um poder cujos limites são, como o indicam vários autores, algo difuso com origens diversas e conceção imprecisa (Lukes, 2005). Está desde logo atravessado pela textura do poder económico tal como o distingue Weber (2004a) e Poulantzas (1971), mas é também perpassado por outras ordens não tipificadas, construídas sob estratégias historicamente apreendidas – ora de submissão, ora de dominação – baseadas na afirmação, através de uma hierarquia interna, que vai sendo percorrida em simultâneo com captação, capacitação e/ou transformação de vários tipos de capital que aí se prostram em jogo.

O estabelecimento de um grupo mais ou menos coeso, edificado segundo uma rede de capital relacional fortalecido pelo estreitamento da malha nos modos de sentir e pensar, fortifica o círculo, dissemina a aprendizagem dos códigos assim como confere, simultaneamente, o(s) método(s) e engenho com vista à obtenção de poder e autoridade individual, multiplicável através do reconhecimento, na medida em que quem se relaciona com muita gente, para além de ser conhecido por muita gente, polariza interesses em si e transforma-se num objeto de atenção.

A residência ou estadia prolongada entre pares dominados pela mesma lógica grupal certifica a possibilidade de captar aprendizagens específicas do campo, círculo onde se pode destacar a linguagem e a comunicação e no qual não escapa a capacitação no uso da retórica, a que se junta uma ideia do uso do conhecimento científico – por vezes particular e estratégico com vista

a fins nada científicos –, o adestramento na argumentação assim como a formatação de dotes da apresentação da pessoa política no quotidiano, qualidade só possíveis de captar através do discernimento do agir próprio em obediência ao que se julga ser o papel esperado por uma audiência (Goffman, 1959).

2.2 OS GOVERNANTES DA *POLIS*

A palavra ‘político’ provém de expressão original *politikós* e pertence à família da *polis*, estando por isso ligada à noção de cidade-estado e à sua governação, denunciando-se, desde logo, a noção de ação como substância primordial. A primeira tentativa de promover uma definição do *ser* político quanto à sua natureza e prática ocorre entre os 429-347 aC por Platão. Fá-lo através do recurso à hermenêutica filosófica num diálogo entre Sócrates (o Moço) e Estrangeiro vertida no livro ‘O Político’³.

O classificativo aplica-se à pessoa envolvida na governação da cidade, sendo essa, ao mesmo tempo, identificada com o Estado. Por conter o sufixo *-iko*, trata-se de “um homem que possui determinada ciência (*episteme*)”. A essência do saber político capaz de realizar-se em ciência sobressai, durante o processo dialético também como a “arte da criação de homens em rebanhos”. Esta primeira característica do agente político saída do diálogo entre dois pensadores, atribuindo-lhe uma capacidade artística, quase mágica, de hipnotizar com a sua figura um conjunto de homens ao ponto de os transformar num obediente rebanho, apesar da sua proximidade com a noção clássica do governante, introduzida por Homero, não se mostrou esgotada, aliás, muito pelo contrário.

A existência de vários ofícios na época com características para reivindicarem o estatuto de pastores dos homens, por contribuírem com as suas artes para colmatarem as necessidades e o desenvolvimento humano, não legava grande qualidade ao enunciado. Mais a mais, a definição revelar-se-ia de todo não satisfatória para os dois dialogantes por não conter uma interpretação universal, exclusivamente aplicável “a uma fase da história da humanidade em que ainda não há cidades, na qual as pessoas, à imagem dos restantes seres vivos, viviam antes em rebanhos”. O

³Na análise estrutural da edição portuguesa dirigida por Diogo Pires Aurélio, Carmen Soares recorre à hermenêutica para conceber um estudo interpretativo do texto, ajudando a compreender a formulação resultante da dialética que traça a ontologia do político enquanto atividade humana (Soares, 2008, pp. 11–34)

estado avançado do ser humano na sua vivência em sociedade de relações mais densificadas passam a exigir uma exegese mais aprofundada.

Determinar a essência do saber político tornou-se assim uma tarefa a requerer ponderação e maturação. Desde logo porque ao “político verdadeiro” são exigidas características à partida centradas nos seus cidadãos, competindo-lhe não só torná-los justos como também fazê-los felizes, pelo que “o conhecimento próprio do filósofo” tem de fazer parte deste indivíduo. Tal ajuda também a identificar primeiro o que ele não é.

A *diérese*, divisão em dois, processo destinado a simplificar o complexo, dá origem ao exemplo do “tecelão e a arte de tecer” para se compreender a noção artística e científica contida no político. Desta aplicação resulta que, “em vez do rei pastor se deve falar do político-tecelão, a quem compete a função de produzir o tecido cívico”. Mais do que aquele que comanda – como é o caso do rei –, o político é, segundo esta interpretação, aquele que está provido de capacidades para, no presente, antecipar o entendimento do futuro e, simultaneamente, conseguir encontrar formas de tornar esse futuro num objetivo em que a generalidade dos cidadãos não só se revejam mas também aceitem como o seu destino. A noção do ‘político’ possuidor de sabedoria baseada em ciência feita, mas necessitado da componente externa, traçada na confiança e adesão por parte daqueles a que se propõe aplicar a sua ciência, impõem-lhe uma natureza de alguém dotado de qualidades dissemelhantes mas necessitado da complementaridade extrínseca.

Apesar de tudo, há necessidade de distinguir “o essencial do aparente” porque há sempre uma miríade de indivíduos candidatos ao título de político que, por apresentarem falta de qualidades, tendem a sobreviver escondendo-se na mistura, não passando, contudo, de falsos e perigosos rivais. No diálogo entre Estrangeiro e Sócrates, estes indivíduos recebem classificativos animais por apresentarem “instintos predadores” e “carência de características humanas”, sendo associados a bestas e comparados a falta de integridade, “animais sem força mas astutos, que mudam entre si, rapidamente de forma e de capacidade”. Platão percebe-os como “uns sofistas, uns ignorantes que dão ares de entendidos, pois, não obstante a sua total ignorância em questões políticas, consideram-se os mais esclarecidos conhecedores de todas as ciências”. Esta forma de interpretar o político, baseado numa qualidade negativa de astúcia, concebida segundo pressupostos ilegítimos com o único objetivo do alcance dos fins, ensombra

toda a ideia da descoberta brilhante e da *praxis* arrojada, capaz de gerar novidades existenciais ao tecido cidadão baseado na promoção da felicidade. Estes indivíduos engendrados através do engodo, “impostores e patrono de fraudes” podem, com a sua arte obscura, ocupar lugares do poder, mas a sua forma de agir não lhes outorga a natureza do verdadeiro político, porquanto “o único critério válido para classificar quem quer que seja como verdadeiro político é a posse da ciência política e não o ocupar um cargo do governo”. A forma de governo perfeito só se dá com políticos autênticos enquanto “nas restantes circunstâncias estamos perante simples imitações”.

O político distingue-se de outros governantes por lhe competir *dirigir* – o que não deve ser confundido com *executar* – em obediência aos cidadãos. O seu segredo reside na virtude, elemento de carácter variável, de constituição antagónica “consoante domina num indivíduo a coragem ou a moderação”. Como se espera a existência de fações adversárias no corpo social “o papel do político reside em harmonizar as forças contrárias” e, mesmo admitindo a existência de espíritos inflexíveis, a arte de educar enquanto ciência auxiliar “funciona como instrumento fundamental para o político permitindo-lhe inculcar no homem valores morais”, funcionando assim, como objetivo a ideia de um “padrão comum sobre o ideal de perfeição”. O postulado de Platão para o político é aqui expresso na dimensão em que a sua obra é amplamente invocador: a medida em que “é da comunhão ética que resultará o esbater das diferenças” fazendo emergir *o Bom, o Belo e o Justo*.

No recurso metafórico da tecelagem, Platão “faz corresponder à teia os cidadãos que possuem um carácter em que predomina a coragem” enquanto a “trama simboliza os indivíduos em que prevalece a moderação”, sendo que, é no entrelaçamento da teia com a trama, isto é, “das almas impulsivas com as moderadas”, que se dá o corpo cívico, única entidade para a qual o Político se coloca ao serviço”. As armas mais próximas para o Político dar vida à sua arte residem no apoio de “auxiliares como a retórica, a ciência militar e a jurídica” sem que, contudo, em algum momento deixe de ser da sua responsabilidade a “confeção de um tecido sem imperfeições ou rugosidades, isto é, ‘liso’, metáfora que traduz a imagem de uma sociedade civil harmoniosa e feliz”, o objeto fundamental da missão do Político (Soares, 2008, pp. 11–34).

2.3 O VIRTUOSISMO DO ANIMAL POLÍTICO

O agir humano e a baliza das suas limitações constituirá uma das bases do pensamento filosófico de Aristóteles. Considerado o mais brilhante aluno de Platão, Aristóteles acabará por se afastar do seu mestre discordando da concepção do mundo dividido entre o mundo das ideias e o mundo sensível. O pressuposto platónico, assente na intemporalidade das ideias, é substituído pela tese aristotélica de que o conhecimento do mundo se baseia na observação de fenómenos exteriores, sendo esses os únicos a autorizarem o verdadeiro conhecimento. A afirmação de que ‘não há nada na mente que não tenha passado pelos sentidos’ encerra em si a noção empirista que irá guiar a grande e diversa obra aristotélica, para quem as ideias surgem da observação. Em sequência, o único mundo sensível possível é o que resulta da experiência, o ato capaz de tocar o intelecto do homem.

Apesar da distância entre discípulo e mestre, grande parte da obra Aristóteles socorre-se de enunciados do seu instrutor. A perspetiva virtuosa que ocupa o espírito de Platão, e na qual este funda a sua ideia de essência do político, é aproveitada por este seu aluno para trazer à luz uma ideia da Política baseada na cidade – *polis* - como o resultado da construção humana. A *polis* é o local onde se dá a manifestação da verdadeira natureza humana. É aí que o homem dá conta de si mesmo, não só das suas limitações como das insuficiências. É, também na *polis* que, individualmente, cada um percebe até que ponto a sua existência isolada seria antinatural. Até se dar o agrupamento comunitário, capaz de provider a suficiência só possível na reunião de todas as partes, os indivíduos mantêm-se em estado de procura da sua finalidade enquanto ser.

Concebida a cidade, constitui-se também mais uma entidade para além dos indivíduos que a formam, construída segundo a ideia de um instituto capaz de funcionar pela sua autossuficiência e, mais do que isso, com faculdade de promover uma vida ainda melhor para os seus habitantes. A *polis*, os homens que lhe dão forma e os sentidos de partilha que daí emergem, enunciam o nascimento de uma ordem sem que para tal tivesse havido um plano ou mesmo um pensamento conceptualizado para tal objetivo. O pensamento aristotélico introduz aqui o aparecimento do homem como animal político, capaz de ele mesmo descortinar a sua natureza desconhecida. As suas considerações permitem-lhe afirmar de forma seminal “que a cidade é uma criação natural, e que o homem é por natureza um animal social e, um homem que por natureza, e não por mero acidente, não fizesse parte de cidade alguma seria desprezível ou

estaria acima da humanidade”. Ou seja, é praticamente impossível ao homem fugir de um dom exclusivamente a si atribuído e que lhe marca um destino diferenciado de todos os outros animais: “é evidente que o homem, muito mais do que abelha ou outro animal gregário, é um animal social. Como costumamos dizer, a natureza nada faz sem um propósito”. Assim sendo, haverá algo característico de distinto que separa o homem de todos os outros seres vivos e esse algo é “o dom da fala”, a capacidade única de produzir sons codificados mas com sentido e significados interpretativos, para além da “simples voz capaz de indicar a dor e o prazer”, artifício que os “outros animais também possuem” mas não ultrapassam a limitação que a natureza lhes impôs, desenvolvendo-a somente até ao ponto de ter sensações do que é doloroso ou agradável e externá-las entre si” de forma primária e apenas como instrumento habilitado de uso limitado (Aristóteles, 1985, I. 1253).

A capacidade de dobrar a língua e simultaneamente promover uma infinidade de sons comumente reconhecidos, resulta numa faculdade extraordinária que capacita a fala e lega “a finalidade de indicar o conveniente e o nocivo e portanto o justo e o injusto”, dando-se, deste modo, a expressão de um facto amplo, consubstanciado na “característica específica do homem em comparação com os outros animais” traduzida no quadro excludente em que “somente ele tem o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto e de outras qualidades morais” que possibilitam, não só a vivência em “comunidade de seres com tal sentimento” mas que também explica construção da “família e a cidade” (Aristóteles, 1985, I. 1253).

A criação da cidade não deixa dúvidas: o homem traz acoplado a si uma causa final que o próprio descobre e renova nas suas deambulações. E a descoberta da vivência partilhada sem que daí resulte a perda da sua individualidade – pelo contrário; reforçando-a, tanto pela contribuição para a totalidade como pela diferenciação que coloca nessa partilha – faz de si um ser à parte no mundo animal. E o que junta os homens fazendo da sua espécie “um animal social” é o domínio de uma aptidão extraordinária capaz de revelar e cimentar a natureza de interligação do indivíduo com o ‘Outro’, fazendo dele não só o *contraponto* mas o *ponto* de união de uma cadeia de vontades transformadora de insuficiências.

O animal social que Aristóteles entrevê no homem resulta da observação de uma espécie de alquimia resultante da sua atividade que faz brotar uma série de configurações antes inexistentes. Para além da capacidade da fala, o uso da língua como instrumento de

descodificação, revela também a consciência presente de cifrar o mundo e tornar a ação o resultado da consciência. Cifrar o mundo descoberto e descodificar o mundo por descobrir, apropriando-se dele de forma a dominá-lo, revela-se a tarefa permanente e potencialmente inacabada do ser social. Esta perspetiva, implícita no excuro aristotélico, a descoberta de uma outra condição do ser humano: a noção de imperfeição que o acompanha em permanência. O ser social quando procura a sua natureza – contando aqui que a natureza de algo só se dá com a sua causa final – fá-lo porque se sente insatisfeito e porque não dá por terminada a sua obra de si. O homem é assim acompanhado, na sua existência, pelo permanente sentimento de desagrado pelos seus feitos, desadaptando-se de tudo o que estabeleça como fim porquanto esse fim ao constituir-se, sempre, num novo ponto de partida torna-se na realidade num meio.

Esse fim – que é também o (re)começo - emerso a partir da insatisfação e da noção de imperfeição que acompanha o indivíduo, tem como objetivo a busca da felicidade. E ainda que, no percurso da procura do ser social esta também se transforme num fim inatingível, é a sua constituição como meta que dá todo o sentido de criação, mudança e existência ao ser humano. O sentimento de imperfeição permanente sobressaído da condição racional e da faculdade do discurso, promotores da auto (des)confiança dão lugar às noções de ‘justo’ e ‘injusto’, de ‘ser’ e ‘dever ser’, categorias que só se desenvolvem na relação com o ‘outro’ durante a vida em comum e que fundam, por si, a noção do político. O animal social é assim, também, um animal político, porque todo o apelo do homem se baseia na sua vida em sociedade (Aristóteles, 1985, l. 1253).

2.4 GÉNESE RELACIONAL DA POLÍTICA - INDIVÍDUOS DISSEMELHANTES EM COMUNIDADE DE INTERESSES

Saber detalhada e aprofundadamente ‘o que é a política’ configura uma questão fundamental descortinada por Arendt (2007). A autora não se conforma com uma particularidade tanto da filosofia como da teologia, a seu ver, de grande importância, que persistiu na afirmação da existência do *homem* no singular para se referir a um mundo composto por homens no plural. A aceitação tácita e inquestionável ao longo dos tempos desta aparente insignificante questão promoveu uma falácia, inclusive no pensamento científico, assente no princípio da existência exclusiva de “homens idênticos”. De acordo com a autora, esta raiz do pensamento dos filósofos da política, promoveu “uma incapacidade de perceber como são fundos os fundos em que a

política deita ferro” (Arendt, 2007, p. 83) e como, persiste ainda muito território a ser desbravado na compreensão do fenómeno da política.

A pronúncia filosófica centrada no *homem* enquanto ser indivisível – na verdade *in-dividuo* quer dizer aquele que se não divide – promoveu o entendimento da política como um fim destinado a esse *homem* julgado como entidade maior ou, quando muito, a todos os homens entendidos por réplicas uns dos outros. Para além de operar uma simplificação um tanto abusiva e limitadora da compreensão do papel dos homens interagindo entre si, esta forma de abordar promovida pelas autoridades científicas não se deteve no entendimento de que “a política ocupa-se da coexistência e da associação de homens diferentes” (Arendt, 2007, p. 83) e, esta realidade olvidada, não permitiu à filosofia conceber uma visão construída a partir da noção de relação e diferença, ingredientes primordiais na construção de estratégias e práticas do fenómeno político.

A formação de uma comunidade de interesses “comuns essenciais” reconhecidas num “absoluto caos de diferenças” (Arendt, 2007, p. 83) dá origem a uma organização política harmónica entre homens dissemelhantes. A observação segundo a qual “uma comunidade não nasce de iguais” mas, pelo contrário, resulta de uma imensa variedade de pessoas “diferentes e desiguais” (Arendt, 2007, p. 20) já havia sido notada por Aristóteles na antevisão da igualização política através das trocas estabelecidas entre os diversos misteres. Porque determinada pessoa com certa profissão precisa de outras pessoas com outras funções profissionais, forma-se um campo de necessidades e de soluções entre elas, campo esse exterior a todos e a cada uma delas. Trata-se de uma construção equivalente à família cujos laços de parentesco ligam “diferenças individuais externas” (Arendt, 2007, p. 83), funcionando, simultaneamente, “como um meio através do qual os grupos que reúnem os indivíduos podem ser separados e comparados” (Arendt, 2007, p. 83) riscando-se assim fronteiras delimitadoras que dão formas à diversidade associativa entre homens diferentes.

Ao conceber-se a política centrada nas singularidades do *homem* como unidade num campo de seres homogéneos, “toda a diferenciação original é efetivamente erradicada” forçando-se o desaparecimento das dissemelhanças através da imposição implícita, a cada elemento visado, um ajuste, através do moldar individual, às arestas e limites dos níveis aceites como condição da unidade. Em simultâneo também “é destruída a igualdade essencial de todos os homens”

(Arendt, 2007, p. 83) dando a criação de uma ideia de igualdade limitada pelo campo político aos direitos iguais garantidos uns aos outros por “aqueles que são extremamente diferentes” entre si. A aceitação da existência de homens coexistindo numa multiplicidade irreconciliável de diferenças, impõe a “concessão de uma exigência de igualdade jurídica” através da imposição de uma vontade coletiva, facto que distancia a “pluralidade dos homens” da existência “do homem” singularizado (Arendt, 2007, p. 84)

Existem explicações para o facto do pensamento filosófico nunca ter conseguido dar forma à política. A primeira razão prende-se com a noção de que política faz parte da essência do *homem*, o que a seu ver revela uma falsidade na medida em que “o *homem* é apolítico”. A premissa aristotélica de que o homem enquanto *ser* está possuído por uma natureza que faz de si um animal político configura uma insuficiência decorrente da localização original do fenómeno político no intrínseco do homem enquanto indivíduo. Na pacatez da singularidade existencial o homem não tem o Outro, faceta que lhe atribui significado pela diferença, o reconcilia consigo e compõe a consciência de si, ao mesmo tempo que o discerne desse Outro. Em consequência, a política não tem qualquer lugar no *uno*, o original que há em cada indivíduo porque, de todo em todo, a “política emerge *entre homens*, e portanto, claramente no exterior do *homem*” formando-se no amplo domínio relacional promotor de todos os nexos e vínculos da vida em sociedade. Desta forma, a política não se traduz numa essência ligada à natureza intocada, mas sim numa criação resultante da interação entre a diversidade e multiplicidade que caracteriza os homens na sua variedade. A política não está nos homens mas “entre os homens”. Nasce como um constrangimento que forma uma configuração através das relações e tem o propósito de promover o entendimento mínimo entre as diferenças (Arendt, 2007, p. 84).

Uma outra explicação prende-se com a premissa que atribui ao *homem* - entendido na sua singularidade – semelhança com um Deus criador único e solitário, o que, de todo em todo, explica a existência de homens repetidos e iguais. Para a autora, esse homem “está na base do ‘estado natureza’ *hobbesiano* enquanto ‘guerra de todos contra todos’” (Arendt, 2007, p. 84) porquanto, se trata de uma revolta gerada pelo ódio de cada um contra todos, perpetrada por inexistir sentido da vida em comum, negado para manterem a semelhança de um Deus isolado. Na realidade, a fórmula de Hobbes quer afirmar uma guerra de cada unidade guerreando com

todas as outras unidades e não de comunidades de homens contra outras comunidades de homens.

Com o mito da política no interior do homem, a política e a história passam a confundir-se, promovendo-se a noção de multiplicidade de homens numa espécie de unidade coletiva “a que depois se chama também humanidade”, uma outra unidade que trata de anular as diferenças que a compõem. A história ao impor-se como uma necessidade humana da presença da memória no presente retira a noção de liberdade que “só existe no espaço intermédio e único da política” onde os homens podem alcançar a verdadeira liberdade num quadro em que não são “nem forçados” pelos próprios, “nem dependentes das (...) condições prévias da existência material” mesmo que impostos por formulações tendentes a sintetizar o que de si é, por natureza, resultado de divisões. Vem da origem, “desde o início dos inícios”, a configuração da política num campo em que se estabelece uma organização de homens diferentes “tendo em atenção a sua igualdade relativa e contrapondo-a às suas relativas diferenças” (Arendt, 2007, p. 85).

Aos olhos da generalidade dos comuns, a política apresenta-se como um campo multiforme de configurações difusas, existindo numa geografia de relações humanas intrincadas e funcionando contraditoriamente. Por um lado, realiza-se em estado de associação e crença entre uns e outros. Por outro lado, vive, a todo o tempo, transformada em estado de dúvida e impiedade, todavia vestindo uma permanente e misteriosa roupagem com propriedades magnéticas que, a uns, provoca atração e a outros repulsa. Este enigma propicia, regularmente, manifestações de antipatia pela política, colidindo com alguma violência verbal contra aqueles que, sendo atraídos pelo fenómeno, ligam-se ao campo político e dele se tornam profissionais (Boisjoly, Duncan, Kremer, Levy, & Eccles, 2006; Landsberg, 2009; Major & Miller, 1981).

O preconceito sobre a política domina todos aqueles “que não são políticos profissionais” (Arendt, 2007, p. 86) iludindo os possuídos pela repulsa assim julgando-se desligados do fenómeno. Porém, apesar de não se darem conta, esses preconceitos são eles “próprios políticos” e não devem ser ignorados nem devem ser rejeitados como formulações apolíticas. Na realidade, não são o produto de uma compreensão negativa de qualquer decorrência prática mas sim uma formulação sem causa com origem *ab anterior* indiciadora de “que tropeçamos numa situação com que não sabemos, ou ainda não sabemos, como funcionar justamente em

termos políticos” (Arendt, 2007, p. 86). O receio do meio desconhecido, seja da política ou de outro qualquer ambiente, acarreta também receios que podem ser infundados (Crandall & Eshleman, 2003; Muirhead, 2006) .

Neste caso a preocupação é superior a um mau pressentimento porque trata-se de recear o perigo do completo desaparecimento da política do mundo, desconhecendo o que aí virá para a substituir. O preconceito contra a política contém assim uma dupla condição vertida na esperança e no medo (Figueiredo & Weingast, 1997). Por um lado a esperança que seja ela a impedir a humanidade de se destruir e, “em ligação com este medo, a esperança que a humanidade caia em si e varra do mundo, não a espécie humana, mas a política” (Arendt, 2007, p. 92). As circunstâncias fazem assim da política, e por consequência dos políticos, um mal tolerado campo de vivência dos cidadãos, um espaço não de todo extraordinário, mas sim de recurso no qual não se pode esperar mais do que o possível (Innerarity, 2016). E tal ocorre porque o homem, como já foi visto, não é de todo o centro da política. Qualquer sugestão de mudança do homem para, desta forma, se melhorar a situação geral “é uma resposta profundamente impolítica (...) porque no centro da política está a preocupação com o mundo e não com o homem” (Arendt, 2007, p. 92). A política pode chegar a todos os homens em geral mas está-lhe vedada a possibilidade de o fazer através da intervenção específica no homem no singular.

Todavia, apesar da apreensão geral deste significado formado junto das pessoas, o sentido da política assenta no “direito de esperar milagres”. Essa esperança não se liga à aceção supersticiosa do termo mas na decorrência da capacidade de agir que torna os indivíduos capacitados para realizarem “o improvável e o imprevisível”. Quando “as questões políticas concretas desembocarem num impasse” o sentido da política desloca-se da esperança naturalizada das consequências do agir, para culminar na “crença em milagres” (Arendt, 2007, pp. 97–100).

A procura de fundamentos filosóficos ou científicos explicativos da política são tão antigas quanto o descrédito a ela associada. As justificações encontradas atribuem à política um carácter impreciso na medida em que, na sua viagem histórica, a sua característica original aristotélica que lhe afirmava um fim como modo de existir, desapareceu, para dar lugar a uma noção da política como um “meio em vista de um fim superior”, portanto um fim desligado de si e que, ao

assumir-se como expediente com vista à concretização de superioridade final, retirou à política a precisão original que lhe outorgava a realização prática do cidadão em obediência à magnificência da sociedade. Sem causa final e funcionando como mero mecanismo, os fins superiores para os quais a política deve estar ao serviço têm “variado amplamente ao longo de séculos”, sendo essa mutabilidade dos fins acompanhada por uma variabilidade dos expedientes constitutivos dos meios da política (Arendt, 2007, p. 100).

É afirmado e assumido, desde a antiga Grécia, que a política – assim como o seu correspondente agente executor, o político – constitui uma inevitabilidade da vida em sociedade cujo propósito é o de ultrapassar as insuficiências apresentadas por cada indivíduo vivendo na dependência dos outros indivíduos. Mas Aristóteles nunca viu em todos os homens um político nem advogou que a existência da *pólis* desse imediatamente origem ao político. Ao domínio político compete tomar medidas “que afetem a existência de todos”, determinações que, inexistindo, tornariam “a vida em comum impossível” (Arendt, 2007, p. 100). Neste pressuposto a política ganha um outro objetivo junto de todos que é o de conseguir descortinar e “salvaguardar a via no sentido mais amplo”, permitindo inclusive ao indivíduo viver afastado e “não ser incomodado pela política”, ao mesmo tempo que é acolhido na vivência comum dos que se ligam à política (Arendt, 2007, p. 100). O Estado toma para si o papel aglutinador tanto dos que se aproximam como dos que afastam exercendo o monopólio da violência legítima e simbólica (Bourdieu, 2014; Weber, 2005b) com que impede a guerra de todos contra todos de que falava Hobbes (2010).

2.5 A PRODUÇÃO ECONÓMICA DA CLASSE ELEITA

2.5.1 Modo de produção da elite da política

Como outros fenómenos gizados nos interstícios dinâmicos das sociedades, a atividade política resulta também de um modo de produção decorrente das forças em confronto nessa mesma sociedade. Neste particular, entende-se por modo de produção “uma combinação específica de diversas estruturas e práticas” e que no entroncar das dinâmicas formam novos sentidos e perceções da realidade aparecendo “como outras tantas instâncias ou níveis”, no fundo e “em suma, como outras tantas estruturas regionais desse modo”. Assim entendido, qualquer modo de produção está combinado por uma mescla de fatores provenientes de várias dimensões,

nomeadamente “o económico, o político, o ideológico e o teórico”. Em cada *modo de produção* há uma presença base na sua constituição que, na complexidade interna da sua formação, se revela determinante e com força superior aos outros. Essa supremacia advém “em última instância” da esfera económica, o que lhe atribui o papel decisório, sem que todavia, “as relações que constituem cada nível” se tornem menos significantes. Pelo contrário, estas acabam por ser “sobre determinadas pelas relações dos outros níveis” (Poulantzas, 1971, pp. 8–9).

Contudo, há que ter presente que “a determinação, em última instância, da estrutura do todo pelo económico” não significa que este último “aí detenha sempre o papel dominante” na medida em que é o funcionamento desse modo de produção que ditará as formas e desempenho “do económico deste modo de produção”, cabe à “ideologia” o papel dominante. Por conseguinte, o que distingue e especifica um modo de produção de outro é a “forma particular de articulação que os seus níveis apresentam entre si”, o que estabelece uma configuração matricial (Poulantzas, 1971, p. 9).

A expressão *modo de produção* “constitui um objeto abstrato-formal que, no sentido rigoroso do termo, não existe na realidade”, forma um quadro específico ditado pela decorrência de um todo complexo resultante das relações sociais. Trata-se de um ideal-tipo demonstrativo como as relações sociais constituem-se na expressão de uma dominância de um modo de produção sobre outros que, por seu lado, “faz com que a matriz desse modo de produção (...) marque o conjunto desta formação” através das suas particularidades articuladas entre si (Poulantzas, 1971, pp. 9–10).

A formação social do político nos modos de produção capitalista é atravessada “por um tipo geral de relações entre instâncias distintas e unidas – o económico, o político e o ideológico” dando origem a dimensões componentes que circunscrevem os “lugares formais atribuídos a toda a estrutura social possível” (Poulantzas, 1971, p. 17). Este modo abstrato e amplo de conceber o político acerca-se, todavia, numa realidade, quando estudado numa determinada geografia regional.

Não há uma natureza nem uma figuração exclusiva do político. Sucedem-se variadas hipóteses observadas nas práticas de acordo com os traços de formação tidos como aceitáveis e, por vezes normativos, da vida social. Apesar de tudo, a existência desta exposição traçada como

uma teoria geral, não esgota as possibilidades de construção de uma teoria regional do político. Essa possibilidade ocorre exatamente porque, como estipulado no projeto original a noção de *modo de produção* não constitui *uma natureza*, estando o caminho aberto para, dessa forma, se dar a sua formação “como objeto de ciência” – decorrente do próprio conceito, se concentre “no lugar e na função” do fenómeno em análise, de acordo com uma “combinação particular que especifica esse modo de produção” (Poulantzas, 1971, p. 17).

Nesta ordem de ideias, a conceção em geral do político “deverá ser considerada segundo a sua própria necessidade e não segundo o seu grau de reprodução do processo de pensamento” (Poulantzas, 1971, p. 20), duas ordens que se distanciam perante na medida em que os conceitos emergem das práticas do modo de produção do espaço em consideração. Desse modo pode afirmar-se que o político situa-se em duas categorias: o nível específico e o nível crucial. No nível específico o político encontra-se “na estrutura de uma formação social” enquanto no nível crucial, o político fixa-se no reflexo e condensação das “contradições de uma formação” (Poulantzas, 1971, p. 39) e que enunciam a desigualdade característica do desenvolvimento dos “diferentes níveis de uma formação social”, nomeadamente “desfasamentos que são o fundamento da inteligibilidade duma formação e do seu desenvolvimento” (Poulantzas, 1971, p. 40).

A noção de prática orienta política guia para “o sentido de um trabalho de transformação sobre um objeto determinado, cujo resultado é o produto de algo novo” (Poulantzas, 1971, p. 40). O sentido apostado na expressão *prática* revela uma especificidade da política realizada na decorrência do “momento atual”, isto é, no ato imposto pelo decurso temporal dinâmico e ocasional, “ponto nodal onde se concentram as contradições dos diversos níveis”, nomeadamente resultante da “formação nas relações complexas regidas pela sobredeterminação, pelos seus desfasamento e desenvolvimento desigual” (Poulantzas, 1971, p. 40) num quadro habitado por dinâmicas, o que torna o empreendimento da conceptualização exclusivamente na verificação e compreensão das práticas que lhe dão origem.

Este aqui e agora, formado a partir da experiência que dá origem e substância da prática política constitui, desde logo, também o seu objeto, ponto no qual “em última análise se fundem as relações entre as diversas contradições (...) e [por isso] onde se pode decifrar a unidade da estrutura e agir sobre ela com vista à sua transformação”. O objeto da prática política “está

dependente dos diversos níveis sociais”, sendo estes em simultâneo, “o económico, o ideológico, o teórico e ‘o’ político em sentido estrito”. Contudo há que evitar “definir o político apenas como prática com objetos e produtos” determinados. Nem tudo que transforma é político. Para se fazer emergir a sobredeterminação inerente ao político “é preciso também situar, no interior de uma formação social, o lugar e a função específicos do nível das estruturas políticas que constituem o seu objetivo” (Poulantzas, 1971, p. 40) e daí partir para a compreensão das estratégias dos agentes.

2.5.2 Separação entre governantes e governados

Pode-se desafiar a apreensão dos sentidos manifestos de uma sociedade através do olhar externo ou pela incursão interna. O olhar de Pareto convida o vislumbrar da sociedade a partir do seu interior sendo o propósito discernir a variedade que dá precedência ao mundo vivido. A ideia de “a sociedade” definida com artigo apostro, introduz-lhe uma falaciosa propriedade monoestática. Na realidade, “a sociedade” é um campo constituído por ações diversas e diferenciadas, realizadas entre estados contraditórios e dissemelhantes, nas quais inexistem uma interpretação, em parte ou no todo, da atuação dos seus componentes em obediência à formação de um corpo com fins definidos em si (Pareto, 1978). À visão imaginada ‘da sociedade’ homogénea encarada a partir do seu exterior, Pareto contrapõe a sociedade heterogénea formada nos interstícios das suas adições e contradições. Funda-se na perspetiva segundo a qual no interior das nações civilizadas vive-se uma plasticidade que lhes confere uma dinâmica resultante da ação e mobilidade dos seus componentes onde se dá “uma intensa circulação entre as várias classes” (Pareto, 2004, p. 449).

Talvez pela sua contemporaneidade, a visão de Vilfredo Pareto é muito próxima à de Gaetano Mosca⁴. Para este último, a fórmula das democracias assenta num dispositivo no qual a noção de participação igualitária de *todos* os cidadãos ocupa os espíritos. A circunstância da aludida participação se desligar da expressão do poder gerada pela totalidade e, em simultâneo, perante a formação de uma demarcada *classe política*, se dar uma *naturalização* e consequente acriticismo, é o ponto de partida para Mosca (1923) se deter na expressão dessa poderosa

⁴ Gaetano Mosca nasceu em Palermo, Itália, no dia 1 de abril de 1858 tendo falecido em 8 de novembro de 1941. Vilfredo Pareto nasceu em Paris, França, no dia 15 de julho de 1848 e faleceu em 19 de agosto de 1923.

minoria. A partir da observada separação entre a circunscrição disciplinada da classe política e as linhas desagregadas das sociedades, concebe uma teoria sobre as elites demonstrando a urdidura das configurações construtoras do poder como um fim (Mosca, 1923).

A verificação da existência de duas classes de indivíduos – os governantes e os governados – como uma evidência em todas as sociedades e organizações políticas – independentemente da sua natureza mais ou menos primitiva ou avançada, e da sua dimensão maior ou menor – revela a génese ampla do projeto de Mosca, cujo pensamento introduz a separação nessa ampla e, aparente, totalidade unificada. Nessa conexão antagónica estabelece-se uma relação de poder, própria do carácter primitivo dos princípios capitalistas, cuja génese atribui o domínio exercido sob consciência comum à menor parte, enquanto a maior parte, constituída sob condição fragmentada, submete-se debaixo de uma inconsciência coletiva, assim ocupando indiferentemente o lugar dominado (Mosca, 1923, pp. 52–53).

A classe dos governantes congrega sempre um menor número de indivíduos sendo todavia a que “executa todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que lhe estão associadas”. É a bússola a quem cabe deveres de orientação e regência da totalidade. Por sua vez, o grupo dos governados apesar de apresentar, incomensuravelmente, o maior número de indivíduos “é dirigida e regulada pela primeira de um modo mais ou menos legal, ou mais ou menos arbitrário e violento” (Mosca, 1923, p. 52) cabendo-lhe, paradoxal e simultaneamente, não só o fornecimento dos “meios materiais de subsistência” como também se constitui, irrefletidamente, nos promotores de “vitalidade do organismo político” (Mosca, 1923, p. 53). Na prática os governados respondem a um destino de vida que se lhes apresenta como ineludível.

Uma “minoria organizada”, reconhecida como dirigente, constitui uma necessidade na qual a maioria desorganizada aceita mais ou menos acriticamente. A capacidade de determinação do tipo político, geralmente decorrente do “grau de civilização dos diversos povos”, revela os contornos de importância e “superioridade da classe política” (Mosca, 1923, p. 53), em regra reconhecida como detentora de poderes extraordinários de conhecimento, inteligência, estratégia e capacidade de guiar a sociedade em que se integram por caminhos aparentemente invisíveis.

A equação desproporcionada em que a minoria comanda a maioria resulta da forma como a “força” da primeira se torna irresistível para qualquer indivíduo solitário. Ao mesmo tempo que este último está inserto na multidão a sua condição de existência é remetida para o estado

solitário. O indivíduo da maioria vive desligado e sem discernimento da unicidade conjuntural que o coloca “só perante a totalidade da minoria organizada” (Mosca, 1923, p. 55). Ao invés da facilidade da minoria em organizar-se, existe uma impossibilidade prática da maioria em fazê-lo. Tal decorre das propriedades resultantes da sua natureza apartada entre corpos desconexos, cuja vivência desligada da totalidade é, por um lado, estimulada com vista ao desmembramento e por outro, explorada até à depreciação. Este processo entronca com o objetivo da minoria organizada na criação de dependência funcional de cada unidade da parte maior sem que, contudo, o indivíduo solitário se dê conta.

O auge da superioridade da classe política é verificado na preponderância que, na sua “variada constituição”, consegue alcançar com a “determinação do tipo político”. Em simultâneo, interfere positiva e correlativamente “no grau de civilização dos diversos povos” (Mosca, 1923, p. 53) promovendo, em paralelo, a sua solidez no topo do controlo desses mesmos povos. Apesar de tudo, para além das condições organizacionais, há que ter em consideração o facto dos indivíduos que constituem a classe política, em regra, se distinguirem também pela posse de qualidades “que lhes dão uma superioridade material e intelectual ou moral” e/ou conterem na sua biografia a herança “dos que tinham estas qualidades” (Mosca, 1923, p. 56). De uma ou outra forma, os que acedem ao topo da hierarquia são, em geral, indivíduos na posse de um qualquer requisito “fortemente apreciado e que muito se fez valer na sociedade em que vivem” (Mosca, 1923, p. 56).

A tendência restritiva da classe governante é um apelo de todos os tempos. Atravessa várias civilizações e não é exclusivo de um só sistema político. A aristocracia impõe-se a transmissão dos seus códigos e signos aos herdeiros, daí resultando uma linearidade composta de normas e valores transformados em linhagens a que não escapa a promoção desinteressada da posse de uma insigne genealogia. A condição hereditária é transportada para as classes políticas, aí estabilizando e fazendo subsistir as suas linhas de existência num processo semelhante às leis da física, particularmente naquela denominada por “força da inércia”. Esta consiste na “tendência para permanecer no ponto e no estado em que se encontram” (Mosca, 1923, p. 64) com vista à fixação e prossecução do monopólio hereditário do poder político. O princípio é da necessidade de castas poderosas e firmes para se manter nas “mãos o bastão do comando” (Mosca, 1923, p. 64).

Forma-se a partir desta cogitação o juízo *darwinista*, no qual se apoiam muitos políticos, que os leva a reivindicar a posse de qualidades sanguíneas especiais com propriedades para a tornar numa classe superior. Constatando a falácia, adverte Mosca que só a esmerada e “particularíssima educação” constitui razão para justificar as qualidades destacadas dos indivíduos da aristocracia. E mesmo esta, apesar de explicar a superioridade no conhecimento e “atitudes puramente intelectuais”, não desvenda “as diferenças de carácter moral, como seriam a força de vontade, a coragem, o orgulho, a energia”, não restando todavia dúvidas que as condições fornecidas pelo nascimento, nomeadamente a “posição social, as tradições de família, os hábitos de classe em que vivemos” acabam por se constituir uma presença fortalecida na formação do indivíduo contribuindo, praticamente sem qualquer esforço, mas como se decorresse da intervenção de um destino predestinado “para o maior ou menor desenvolvimento das” (Mosca, 1923, p. 67) das suas qualidades.

Independentemente do sentido inferior ou superior, sempre que um indivíduo é colocado numa circunstância de mudança de posição social, é possível constatar que as suas “aptidões intelectuais se modificam muito menos” do que as morais. Ocupando a atividade que ocupar, as qualidades intelectuais mantêm-se fixas mas, nas circunstâncias de mudança de “grau social ou riqueza”, acontece amiúde “o orgulho tornar-se humilde e o servilismo tornar-se arrogância” produzindo-se, a partir daqui, alguns paradoxos como seja os possuidores de franqueza de carácter aprenderem a “mentir ou pelo menos a dissimular” enquanto, pelo inverso, aqueles acostumados a rebaixarem-se, mentindo e simulando, reconverterem-se em índoles dominados pela “franqueza e inflexibilidade”. Soçobra nesta equação uma terceira variação que entrevê a possibilidade de haver resiliência a quem do alto é rebaixado, processo manifesto na aquisição de “força de resignação, de sacrifício e iniciativa, como também quem de baixo é elevado por vezes ganha em relação ao sentimento de justiça e equidade” (Mosca, 1923, p. 67). Em todas as variações apresentadas neste quadro de hipóteses, as mutações possíveis decorrem sempre e exclusivamente da posição moral do indivíduo na sua relação com a posse de mais ou menos poder.

A monopolização e estabilização das forças políticas por aqueles que estão na posse dos elementos dominadores, estabelecida num círculo apenas aberto à afirmação e renovação do poder, é uma realidade transversal a toda a civilização. A transmissão dessa estabilização faz-se

na corrente hereditária e “num contínuo trabalho de endosmose e exosmose entre a classe alta e algumas rações das baixas” (1923, p. 69). O processo da classe política estável só termina quando as qualidades em si reconhecidas perdem valor e importância e deixam de servir ao ambiente social. Até à que ocorra essa substituição, manifesta-se a existência de uma classe eleita com características diferenciadas de acordo com o seu papel no que diz respeito à divisão entre estar no governo e não estar no governo.

2.6 VIVER DA POLÍTICA OU VIVER PARA A POLÍTICA

A atividade política como modo de vida, enquanto ofício e vocação tanto do funcionário remunerado e/ou eventual beneficiário, foi objeto de reflexão por Weber (2005) e espelha, no olhar do autor, uma condição dual subjacente, traduzida em duas qualidades individuais separadas e, aparentemente, irreconciliáveis entre si: ou se vive *da* política ou se vive *para* a política. Estes dois sentidos na apreensão da abordagem da atividade política pelos seus agentes apresentam contornos específicos, produzindo, sequencialmente, diferenciadas formas passíveis de serem vislumbrados, não só nas práticas como nos sentidos atribuídos a essas mesmas práticas.

A afirmação de que quem vive *para* a política faz dela um fim da sua vida e, aí exprime o seu valor pessoal, transforma-a numa causa para o qual, no seu exercício, transporta uma conduta assente na independência (Weber, 2005b) enuncia também, de forma extensivamente implícita, o auto reconhecimento de qualidades internas e externas do agente. As qualidades internas dizem respeito a qualidades técnicas reconhecidamente únicas e de expressão talentosa tanto na imaginação como na ação, tanto na forma de se saber conceber com vista ao fim desejado como na provisão de conteúdo de conhecimentos técnico-científicos necessários à apresentação do agente político. As qualidades externas assentam na condição económicas colocadas à partida em favor do individuo e que lhe possibilitam o despreendimento pelas coisas materiais e o libertam de preocupações de vivência presente ou subsistência futura.

Weber é muito mais decisivo e objetivo na forma como traça do perfil de quem vive *da* política. No seu parecer, este pode ser um puro beneficiário dela, ou seja financeiramente dependente, ou um funcionário remunerado, agindo perante as suas despesas do mesmo modo que qualquer empresário ou um empreendedor em busca dos lucros do investimento realizado, como se a

atividade política se transformasse numa mercadoria transacionável e que, no limite, entre outros, tem como forma de pagamento a distribuição de empregos (Weber, 2005b) enquanto estratégia de construção de uma *entourage* capacitada para funcionar como sustentáculo existencial. Por ser notoriamente evidente o aparente desqualificativo moral dos que vivem da política, Weber nota a vertente íntegra nas duas possibilidades ao afirmar que “todo o homem sério, que vive para uma causa, vive também dela” (Weber, 2005b, p. 17) . Coloca, desse modo, o aspeto económico como fator transversal a qualquer tipo de profissional da política.

É certo que viver *da* ou *para* determinada profissão pode ser uma dualidade atribuída a qualquer ofício mas, a formulação weberiana não deixa dúvidas quanto à natureza particular do caso da política. Esta, quando imaginada ou percebida como terreno de percurso insistente e repisado pela vida fora, no fundo, como uma atividade traçada na vida enquanto a ‘carreira’ de um indivíduo, deixa entrever, na expressão dicotómica subjacente, a ideia de dependência e submissão para os que se atrevem a tornar a atividade política como um modo de vida sem que para a qual não tenham recursos. Necessitando *da* ou *para* sua profissão para sobreviver, um professor, um médico, um engenheiro ou um padre, não se encontram perante qualquer tipo de sujeição existencial quanto à sua autonomia. Dir-se-ia que transportam a sua profissão *colada* ao seu corpo enquanto um político transporta a sua missão *emprestada* ao seu corpo.

Em Weber, a noção de independência individual é um dado não negligenciável, uma vez que o homem político não deve esperar vantagens económicas da sua atividade, querendo tal dizer que “lhe é indispensável possuir fortuna pessoal ou ter, no âmbito da vida privada, situação suscetível de lhe assegurar ganhos suficientes” (Weber, 2005b, p. 17) isto é, tem de possuir algum tipo de capital – físico, académico, talento específico, capacidades extraordinárias em determinado campo – que possa, de algum modo, ser convertível em recursos. A conversão do poder em economia, ou reconversão da honra em poder, são presenças constantes na política que, porém, em qualquer circunstância, não podem olvidar a questão da responsabilidade e probidade, como atributos primordiais do profissional da política.

Vivendo *de* ou *para* a política, Weber entrevê três qualidades importantes para o político: “paixão, sentido de responsabilidade e mesura”.

A *paixão* decorre do sentido positivo da entrega por uma “causa”. Contudo paixão não deve ser confundida com frivolidade ou ‘excitação estéril’, ato que expressa a “direção do vazio e sem

qualquer sentido de responsabilidade objetiva”. A paixão, só por si, não transforma o homem em político se este não se colocar “ao serviço de uma causa e não fizer da responsabilidade para com a causa a estrela decisiva que orienta a ação” (Weber, 2005b, p. 102). A sua causa é também a sua crença mas esta tem de valer a pena não só para si como para a sua comunidade.

O sucesso que alimenta o profissional da política decorre do desenlace conciliador entre a sua causa e a realidade que o cerca. O político tem de possuir uma qualidade psicológica rara que é decisiva para o seu desempenho: *mesura*. Consiste na “capacidade de deixar que a realidade atue sobre si com recolhimento e tranquilidade interior” de forma a subsistir uma distância que não aproxime demasiado nem o afaste excessivamente “dos homens e das coisas”. A capacidade de se distanciar é o segredo do político. A ausência dessa faculdade torna-se num dos seus grandes pecados mortais, na medida em que o político deixa de ser capaz de “reunir na mesma alma a paixão ardente e o sentido calculado das proporções” que só a cabeça e mais nenhuma outra parte do corpo consegue. Só a distancia doma a alma “que caracteriza o político apaixonado e o distingue do simples diletante político”, um indivíduo “esterilmente agitado” (Weber, 2005b, p. 102) desligado do uso estratégico da razão.

Para se falar em força de uma personalidade política “o político tem de vencer dia a dia e hora a hora, um inimigo muito trivial e demasiado humano”, comumente identificado e designado como *vaidade*, “inimiga mortal de toda a entrega a uma causa e de toda a distância”, neste caso, do próprio. É muito difícil alguém ver-se livre da vaidade e, regularmente, esta tem o condão de fazer parte da embriaguez profissional do político. Revela-se na “ansia pelo poder” (Weber, 2005b, p. 102), na maior parte das vezes tentada sob uma máscara de representação que esconde o verdadeiro rosto.

A ânsia pelo poder tem a sua medida e, ir para além do sentido da *causa* torna-se num caso de “embriaguez pessoal” que, em geral, desnorteia o político provocando a “ausência de finalidades objetivas” levando-o, muitas vezes, para o campo da irresponsabilidade, sendo a *vaidade*, ato permanente de querer aparecer em primeiro lugar, provida do exagero que o próprio se não dá conta. A ausência de finalidade objetiva leva o político a procurar na “aparência brilhante do poder” o que devia constituir “um poder real” correndo assim o risco de, perante a sua

audiência, se tornar num comediante menos importado com a consequência dos seus atos e mais concentrado na impressão que produz (Weber, 2005b, pp. 102–103).

Exatamente porque o *poder* é, por si só, o “meio ineludível da política”, a ânsia pelo poder torna-se na força que impele o político, no que todavia há que tecer algumas considerações: “não há deformação mais perniciosa da força política do que a fanfarronice de um arrivista com poder ou a vaidosa autocomplacência no sentimento do poder, em suma, toda a adoração do poder puro enquanto tal”. O profissional que almeja ser “político do poder” e em cuja profissão é amplamente cultivada, porquanto se serve de atos demonstradores de um “agir fervoroso”, na realidade, “atua no vazio e no contrassenso” (Weber, 2005b, p. 103).

Apesar desta notação dual, Weber deixa a porta aberta para uma terceira condição na qual se cartografa uma outra forma de se ser político, entendendo-se que ‘faz política’ todo aquele que tenta “influenciar a distribuição de poder entre as distintas configurações políticas e no seio de cada uma delas”. Essa categoria resulta da circunstância da existência de “políticos ocasionais” e, nesta situação, o individuo exerce a função não como “profissão secundária ou como profissão profissional”, inserindo-se na condição dos “políticos semi-profissionais”, classificativo que alberga “todos os delegados e dirigentes de associações políticas que, em geral, só desempenham esta atividade em caso de necessidade, sem ‘viver’ *principalmente* dela e para ela nem no material, nem no espiritual”, a que se acrescenta ainda “certos grupos de parlamentares que só fazem política quando está reunido o parlamento” (Weber, 2005b, p. 69). Ser político pode assim inscrever-se numa larga amplitude de considerações profissionais.

Weber só consegue localizar um estrato com traços semelhante às categorias de agentes políticos atrás descritas no passado, mais precisamente nas ordens [estamentos], geralmente um “conjunto de possuidores, por direito próprio, de meios materiais para a guerra ou para a administração, ou de poderes senhoriais a título pessoal” (Weber, 2005b, p. 70), indivíduos que, na sua maior parte, na realidade, viviam afastados da política, dela inclusive não querendo saber.

Estes grupos aproveitavam o estatuto e o lugar de classe ocupado para se tornarem em recetadores de rendas ou benefícios, “e só eram politicamente ativos, ao serviço da associação política, quando lhes era expressamente exigido pelo senhor ou pelos iguais”, sendo que, todavia, a sua participação se resumia ao mínimo dos mínimos. Weber admite que certas

comunidades resultam de uma “política dinástica” e de toda a cultura que nela se desenvolveu e que resultou nos profissionais da política, surgidos no ocidente tendo-se o seu germe inspirado na “cidade como associação política, a qual aparece pela primeira vez no círculo cultural mediterrânico” (Weber, 2005b, p. 70). Esta afirmação, cruzada com a formulação dual e dicotómica dos profissionais da política convoca uma viagem ao passado para compreender e conhecer melhor não só os traços fundacionais da natureza do político, mas também o que lhe subjaz em termos de missão.

2.7 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Este estudo visa compreender a trajetória e práticas dos profissionais da política enquanto agentes de poder nas instituições (para)estatais, na esfera pública e suas articulações com a sociedade, incluindo a esfera familiar e privada desde a formação da vontade profissional às estratégias e práticas ativas promotoras de durabilidade no contexto da vida política.

Além dos contextos societal e político, pretende-se investigar a génese e o processo de formação e estabelecimento de redes a partir do capital social relacional adquirido pelos profissionais da política nos *settings* (aparelhos) partidários e extrapartidários, nomeadamente no campo económico, social e político, antes, durante e após saída do espaço político-partidário. Assente no pensamento seminal weberiano, seguido de contributos em torno da política como profissão e/ou vocação, parte-se da perspetiva de que a atividade política em Portugal se desenrolar na base de traços culturais solidamente enraizados.

Almeja-se subsidiar para um melhor conhecimento dos indivíduos a quem é entregue o governo da *pólis*, identificando os traços que marcam a contemporaneidade da política como atividade durável, assim como conhecer os fatores que lhe deram forma no passado e as configurações traçadas no presente que fixam o imaginário da realização do indivíduo que se propõe agir em obediência ao bem comum. Ambiciona-se contribuir para uma melhor compreensão da construção social do profissional da política na atualidade tendo por base as modernas teorias que recortam as dimensões e indicadores que conceptualizam a noção de profissão.

Sobressai sobretudo a necessidade de apreender fenómeno que leva alguns indivíduos a entregarem-se à prática política como mister – algumas vezes como funcionários, outras vezes como mandatários, outras ainda como representantes – e, objetivamente, entender que

estratégias são postas em prática na transformação do indivíduo associado à esfera privada em homem público perseguindo a consagração. No mesmo plano, mas transversalmente, ambiciona-se descortinar, nas estruturas mais profundas que formulam as propriedades do campo, e na descodificação dos atos mais naturalizados e suas significações menos perceptíveis, os traços que suportam, mantêm e fazem perdurar no tempo os indivíduos trabalhadores da política.

O trabalho de investigação que aqui se desenrola insere-se nos estudos na área da atividade política e tem como objeto central a análise das origens, condições objetivas de vida, percursos anteriores à entrada na política, as circunstâncias de acesso ao exercício de cargos políticos e atividades subsequentes aos respetivos cargos. Considerando que a política é uma atividade cuja concretização depende de variados fatores exógenos mas cuja realização é promovida também pela vontade individual, este estudo propõe-se também verificar como se promovem os acertos e a conciliação entre a vontade geral, a vontade organizacional – entendida como vontade partidária – e a vontade particular que, além de conceberem os quesitos delineadores do profissional, modelam as estratégias conducentes à conservação dos indivíduos na cena política.

Persegue ainda o propósito de elencar os meios geralmente usados pelos atores para alcançar fins, assim como dar resposta à pergunta: *como se formam os trajetos lineares e as habilidades periciais, metamorfoseadas em competências duráveis, que capacitam os indivíduos para a arquitetura de estratégias linearmente desenhadas e condutas práticas objetivamente executadas, com o propósito de realização de percursos perduráveis na atividade política?*

Está esta análise atravessada pela obrigação de não poder olvidar as cartografias que perpassam as formas de conceber e de perceber as mutações que se acercam nas especificidades do campo. Isto, apesar de realizada em tempos de profundas mudanças aceleradas, produtoras de reinterpretações, assim como de novas reconfigurações nos modos de entender os papéis nos diferentes vetores da sociedade. Os atores políticos não estão imunes às metamorfoses e dinâmicas sociais, pelo que se antecipa também, nesta área de estudo, uma reordenação na forma de realizar, articulando e conceptualizando-se a abordagem através do encontro e da plasticidade subjacente entre escolas interligadas entre si.

Tanto nos *media* como nos estudos académicos em geral, está subjacente a polarização do campo político à noção de poder, atribuído a um exercício prático segundo uma perspetiva de

força acumulada por um ou vários indivíduos agrupados, capacitados para fazer obedecer outros tantos elementos (Weber, 2004a). Dizer que determinado governante “exerce o poder” em vez de exercer a autoridade tornou-se um hábito cujo uso não é inocente. O poder na política tornou-se num fim. Já não se trata da política mas sim do poder do poder político (Vasquez, 1998). Esta perspetiva é sustentada por muitas análises teóricas, nomeadamente Russell (2004), Parsons (1963), Lukes (2005), Galbraith (2007), Arendt (2014), Mills (1956) nas quais a autoridade ultrapassa os limites da componente de legitimidade que lhe subjaz à partida, para se tornar num tipo de poder com autoridade ilimitada. Inclusive, muitas vezes reivindicando ausência de fronteira, para justificar uma legitimidade ampla, formada a partir de meios compostos por variados expedientes ligados entre si e empreendidos como naturais na totalidade do campo político. Estes expedientes tornaram-se responsáveis por determinados tipos repetidos de ações individuais, sendo reconhecidas como as necessárias, talentosas, válidas, inquestionáveis e, logo, naturalizadas como as únicas possíveis por serem as habitualmente usuais.

A aprendizagem dos mecanismos de funcionamento da prática política, assim como a inscrição nos corpos do agir habitual no campo, não ocorre de forma diferenciada da que se dá noutras atividades constituídas como profissão. A formação e a especialização formulam-se a partir do conhecimento obtido seja no campo escolar, seja nas aprendizagens mais populares apreendidas no quotidiano. Todavia, vislumbram-se, nas práticas e nas estratégias, certas propriedades particulares, expressas em habilidades intrínsecas e subtilezas peculiares, construídas sob configurações exclusivas que obedecem à realidade específica e se traduzem em padrões da atividade do campo da política.

Conhecer o agente político é conhecer as suas atividades práticas e não propriamente as suas funções. Na impossibilidade de as compreender no desenrolar em que as estratégias se realizam, só resta a possibilidade destas poderem ser estudadas em momento posterior, mas persistindo a compreensão do processo construído na decorrência sucessiva e interligada do fenómeno. A presença histórica das formas costumeiras de estar e agir, entre partidos e agentes políticos, constituem base de ampla riqueza empírica propenso ao conhecimento das particularidades objetivas tendentes ao reforço das estruturas sociopolíticas explicativas, nomeadamente das leis de pedra do funcionamento do campo político e cujos reflexos se

manifestam, com vincos de profundidade, no quotidiano tanto dos agentes como das instituições políticas.

Para além das outras vertentes atrás aludidas, este trabalho funda-se também na hipótese segundo a qual o recrutamento dos profissionais da política tem estado, nalgumas configurações sociopolíticas, ligadas a formas históricas particulares de exercício do poder em base clientelar, diferenciado, nas suas diversas fases, desde o patrocínio ou caciquismo em base personalizada em base comunitária, até à sua imbricação na teia partidária e estatal em diversos sectores da administração central, regional e local até à governação do estado, refletindo e (re)estruturando desta forma as formações sociais mais profundas. Essa realidade aponta não só para a evidência de traços culturais expressos em atos de dependência e vassalagem comuns em sociedades rurais tradicionais (J. F. Almeida, 1984, 1986; M. C. Silva, 1998), mas também em situações empiricamente comprovadas em diversos contextos ditos democráticos (Lopes, 1994) indiciando a presença da tese sobre a reversibilidade ou convertibilidade de recursos entre o económico, o social e o político, tal como seminalmente o sustentou Weber (2004b) e o desenvolveu e evidenciou Bourdieu (1979).

O propósito global da pesquisa consiste em traçar as coordenadas das propriedades gerais e específicas do campo político, responsáveis pelas disposições duráveis geradores das práticas e representações que estruturam tanto o campo como os agentes. O estudo toma como referente empírico a trajetória dos profissionais da política, desde a formação escolar do indivíduo às práticas ativas e estratégicas de permanência no campo. Tem como objetivo geral compreender a atividade política enquanto modo de vida individual e profissional, analisando a carreira de político no quadro da sociologia das profissões, da sociologia política e na perspetiva socio antropológica dos estudos culturais. Neste sentido, visa conhecer as condições objetivas de vida e as representações, as estratégias, as possibilidades de acesso e as metas dos indivíduos detentores de lugares de governo ou de representação paraestatal.

Pretende-se contribuir, de forma genérica, para um melhor conhecimento dos indivíduos a quem é entregue o governo da *polis*, identificando os traços que marcam a contemporaneidade da política enquanto atividade durável. Aspira-se ainda conhecer os fatores que lhe deram forma no passado e as configurações traçadas no presente que fixam o imaginário da realização do

indivíduo no agir em obediência ao bem comum. O estudo contribuirá também para uma melhor compreensão da construção social do profissional da política na atualidade tendo por base as modernas teorias que conceptualizam a noção de profissão.

Especificamente, a investigação pretende (i) analisar as origens e a composição social, os contextos económicos, sociais e políticos das carreiras dos profissionais da política, assim como as relações sociais destes com as instituições (para)partidárias, nomeadamente as hierarquias (líderes e “notáveis”) dos partidos; (ii) averiguar as condições de entrada dos candidatos na carreira (habilitações, competências oratórias, conexões), suas trajetórias, experiências e estratégias, assim como as representações sociais em relação ao seu partido e aos demais partidos, o sistema político nomeadamente a governança a nível local e nacional; (iii) indagar sobre quais as áreas académicas e disciplinares mais presentes, ao longo do período escolhido, dos agentes político-partidários e respetivos ‘lugares’ (cargos) de representação e gestão políticas; (iv) saber em que medida há, para além de elementos comuns, diferenças entre os perfis de políticos nas décadas de oitenta e noventa do século XX e das décadas mais recentes; (v) analisar e comparar os lugares ocupados pelos agentes políticos antes e após o término dos cargos ocupados na atividade política e eventuais ligações ou conexões com instituições/empresas públicas e privadas.

Através de uma estratégia combinada entre a utilização de metodologias quantitativas/extensivas e qualitativas/intensivas resultantes da aplicação das técnicas de investigação coerentes, nomeadamente entrevistas semidiretivas e análise estatística a partir de base de dados, tenciona-se *a)* identificar e perscrutar as dimensões geradoras da formação da vontade do indivíduo pela profissão de político; *b)* reconstruir os trajetos e os perfis comparativos dos agentes políticos ativos e reformados da política e/ou que tenham transitado do campo da política para outras esferas profissionais; *c)* entrecruzar e triangular os resultados entre a auscultação aos jovens e aos reformados/retirados para se conhecer as dinâmicas históricas da atividade política enquanto profissão de onde se espera conhecer/compreender a capacidade dos profissionais da política definirem os contornos da sua atividade segundo os principais indicadores da sociologia das profissões.

3 DINÂMICA DE APROXIMAÇÃO E DISTÂNCIA ENTRE O CIVIL E O PÚBLICO

3.1 DO ‘RACIONAL DOS PRINCÍPIOS’ AO ‘RACIONAL NOS FINS’

Aparentemente o agente político age racionalmente com objetivos definidos, à partida, como meta, planeando e orientando a sua ação através de meios por si julgados adequados, “ponderando, para tal, os meios com os fins”, estes com as consequências secundárias, assim como, também, “os diferentes fins possíveis entre si”. As outras possibilidades de ação do profissional da política poderiam advir tanto da atuação afetiva como do apelo da tradição mas estas tendem a excluir a natureza conflitual e a noção adaptativo-temporal da política, assim retirando-lhe o seu caráter decisor e optativo. Desse modo, tradição e afetos desajustam-se do campo a todo o tempo.

Na prossecução do ato dá-se, na maior parte dos casos, a eventualidade de se estar perante uma orientação axiológico-racional ditada por “‘mandamentos’ e ‘exigências’” cuja conflitualidade pode implicar uma “escala de urgência conscientemente ponderada” a guiar para um tipo de ação satisfatória, tanto quanto possível na escala, possibilitando assim um resultado de utilidade marginal (Weber, 2010, pp. 46–47), o que de todo é um resultado ditado pela aceitação do exequível que, na maior parte das vezes, não significa o resultado totalmente desejado.

Em qualquer caso, a perspetiva racional com vista a fins, comanda a essência da política (Freund, 1969). A ação do profissional da política decorre num campo multiforme no qual concorrem variáveis constituintes da imaginação límpida à partida, do encontro entre os meios planeáveis e as intromissões contingenciais e da probabilidade dos resultados planeados e/ou da ‘realidade-outra’ à chegada. Apenas o juízo decorrente da confrontação “entre fins e consequências concorrentes e em conflito” pode produzir uma orientação verdadeiramente racional sendo esta, todavia, apenas “teleologicamente racional nos seus meios” mas, de todo, imponderável nas variações decorrentes dos atos imprevisíveis subjacentes. A típica racionalidade ocupada na política, sendo teleológica, não preserva nenhum caráter axiológico na medida em que se trata de agir num domínio que, pela sua natureza conflituosa, se torna incondicionado, não permitindo o cálculo total e a reflexão sobre todas as ações tendentes a concorrer para o fim antecipado e a produzir as consequências premeditadas (Weber, 2010, pp. 46–47).

De acordo com o preceituado de Weber (2010), nos estudos que promovem a construção de um agir racional quanto aos fins, as conexões de sentido paradoxais do comportamento,

condicionadas afetivamente que influenciam a ação, não devem ser entendidas como desvios da noção racionalista. Pelo contrário: no percurso entre a elucubração antecipada das consequências e o princípio e fim de qualquer ação, decorre um espaço temporal no qual podem manifestar-se intromissões exteriores de vária ordem, como imprevistos, erros de cálculo, adversidades contingenciais. Estas expressões práticas configuradoras de um quadro final planeadas segundo atos racionalizados, podem tomar figurações diversas da consequência que lhe fora antecipada.

A noção racionalista do político, aqui apresentada, constitui, por isso, mais um recurso metodológico e menos um axioma concebido sob a “crença na predominância efetiva do racional sobre a vida”. Por conseguinte, a construção weberiana de uma ação racional dirigida a um fim serve nesses casos de tipo – ‘tipo ideal’, na conceção do autor – à sociologia, graças à sua evidente compreensibilidade e univocidade, a fim de perceber o agir real influenciado por irracionalidades de toda a ordem como ‘desvio’ em relação ao desenrolar que seria de esperar em presença de um comportamento puramente racional (Weber, 2010, p. 12).

Enquanto domínio submetido à ação, os atos que materializam a política tendem a ser apresentados como realizações tangíveis e expurgadas de todos os efeitos passíveis de gerar resultados diversos do calculado à partida. Esta noção determinística da ação baseia-se no princípio da exigência ao agente político segundo o preceituado comum de que todo o predito se deve transformar no realizado. Contudo, é preciso manter presente o caráter contingencial que acompanha o decorrer de qualquer ação e não perder de vista a perspectiva probabilística na ocorrência dos seus fins. Os resultados, melhores ou piores, da ação de um agente político podem ocorrer na sequência de “consequências *imprevistas*”, razão pela qual não devem ser “identificadas com consequências que sejam necessariamente indesejáveis” do ponto do seu produtor. Porque, embora esses resultados sejam involuntários, não são sempre considerados axiologicamente negativos pelos seus efeitos” (Merton, 1979, p. 165). Em resumo, efeitos não desejados no processo racionalizado nem sempre são efeitos indesejáveis no final da ação praticada.

O campo político é, em parte, dominado pelos desígnios do acaso, da imprevisibilidade circunstancial e da incapacidade de incorporação de *todas* as vertentes calculistas e analíticas dos indivíduos. Estas constituem-se em intromissões objetivas que alteram a situação e as condições da ação. Uma vez que a política é dominada pela ação ‘propositalista’ – tem a sua origem em propostas – sobressai o interesse na ‘conduta’, em distinção do ‘comportamento’,

dado que a se trata de um tipo de ação que implica motivações e, em consequência, uma escolha entre alternativas”. Esta noção seletiva tem subjacente a particularidade de não assentar sempre em “propósitos claros”, pelo que se pode inferir que o agente político está perante uma circunstância em que não se pode depreender que a ação considerada implica “uma racionalidade da ação humana”, na medida em que, nesta circunstância pode não haver recurso ao meio “objetivamente mais adequado para atingir os seus fins” (Merton, 1979, pp. 196–197).

O sucesso de um profissional da política está longe de assentar na separação dicotómica entre atos dominados exclusivamente pela racionalidade ou decisões forjadas exclusivamente no domínio do talento ou da ausência de lógica. Estes opostos “não devem ser identificados com o sucesso e o fracasso da ação” ou mesmo como seus potenciais promotores, na medida em que “um fim pode ser atingido por uma ação que, com base no conhecimento disponível para o ator, é irracional” perante os dados conhecidos, não invalidando o sucesso de decisões guiadas por intuições e tomadas por palpites (Merton, 1979, p. 197).

Por outro lado, a ação do agente da política está sujeita a uma outra diferenciação que subjaz da ação não organizada e da ação formalmente organizada. A primeira diz respeito a “ações de indivíduos considerados dispersamente” e, que por ocorrerem sem ligação podem, no limite, quando muito, resultar no segundo tipo – a ação organizada – na qual “indivíduos com ideias semelhantes formam uma associação para conseguir um propósito comum”. É neste caso que se inscreve o surgimento da noção de partido político que designa, através de uma via de pensamento determinado, fórmulas de conceber a ação política a que todos os indivíduos se devem submeter sob pena de se constituírem numa unidade desligada do grupo e logo, unidade sem importância, tanto no quadro das influências como na possibilidade de ser escolhido como representante ou prosseguir na linha de oportunidade de residência no grupo político. Um e outro quadro apresentam consequências não antecipadas idênticas. Porém, o caso da ação organizada, por apresentar configurações resultantes de estratégias promovidas por uma variedade de indivíduos diferentes entre si mas orientadas para o mesmo fim, fornece “uma oportunidade melhor para a análise sociológica, já que os processos de organização formal, frequentemente, apresentam declarações mais explícitas sobre o propósito e o procedimento” e, estes produzem-se geralmente na decorrência do que é entendido como vontade coletiva cuja adesão implica, quase sempre, algum acerto e submissão no ajuste de vontades individuais (Merton, 1979, p. 197).

3.2 NATIVO E ESTRANGEIRO: A DUPLICIDADE DO POLÍTICO

O agir político recorta-se nas suas especificidades idiossincráticas sem, contudo, se constituir num apartado. Essa circunstância advoga o mundo do político em atividade constituído numa conjuntura que submete o indivíduo aos preceitos gerais invisíveis de índole coerciva que formam a sociedade onde opera (Durkheim, 2001a; Elias, 2004; Mauss, 1924). Apesar de nunca deixar de fazer parte da totalidade – aliás, tal como todos os outros constituintes dessa mesma sociedade – ao transformar-se num agente político, o indivíduo não só perde o anonimato dos que vivem incógnitos, debaixo do manto do corpo social como, para além disso, também ultrapassa uma fronteira que o afasta das condições gerais da totalidade. Aglutina, desta forma, em simultâneo, um caráter singular e distinto num construído de qualidades existenciais extraordinárias, propensas à relevância pessoal (Bourdieu, 1979a), à posse de poder (Luhmann, 1995) e ao reconhecimento social (Elias, 2004).

Na medida em que se propõe agir ativamente com vista à transformação da sociedade a que pertence, o político opera o seu percurso estruturando-se num cidadão-tipo com qualidades diferenciadas, compondo um estatuto construído sob uma duplicidade nas práticas (Weber, 2005d) na qual a repetição subjacente e subsequente apenas tem eco numa animosa vibração interior e secreta (Deleuze, 1993). Enquanto elemento seguidor das determinantes sociais, o político promove intensamente o seu destaque na submissão e respeito das normas da vontade coletiva, todavia fazendo-se notar pela distinção (Bourdieu, 1997). De outro modo, age como mentor das transformações antecipando alternativas e respostas (Foucault, 2008). Nesta vertente, opera alterações como agente decisor exterior à comunidade que o elegeu esperando um reconhecimento extraordinário, traduzido numa recompensa expressa no reforço do nível de distinção e gratidão (Simmel, 2004a, pp. 31–53). Em qualquer das circunstâncias aventadas, o agente político age com ordem aos fins, nos quais a expectativa funciona como meio ou condição para a ocorrência de fins “racionalmente intentados e ponderados como resultado” (Weber, 2010, p. 44).

A posição do agente político enquanto membro da sociedade, assim como o lugar por si ocupado no campo, estabelece-se na relação simultânea de distância e de proximidade na qual estar longe pode significar a estratégia para melhor estar perto (Simmel, 1996). Ao aceder ao campo da política, o político adquire a possibilidade de aquiescer à posse de poder suficiente para se destacar na hierarquia social e colocar-se num nível reconhecido como diferenciador (Lukes, 2005). E, nessa condição, ingressa num círculo resguardado, de modo a não permitir

que todos a si acedam porque, estrategicamente, tem que se defender dos adutores dado que, de outra forma, se muitos o puderem contactar a todo o tempo, não só deixa de ser objeto de crença como também deixa de ser respeitado (Maquiavel, 2007, p. 117).

Pela distinção alcançada e pela quantidade de poder que acumula, o profissional da política giza uma forma de estar em que a sua ausência seja amplamente entendida como uma condição que o torna superior. Simultaneamente, quanto mais afastado, ele torna-se próximo da sociedade pelo reconhecimento que esta lhe confere pela sua situação peculiar. Agindo entre estes dois pontos apresentados como distantes, na fronteira entre a sociedade e campo político, a condição do agente é assim a de alguém que unifica a proximidade e a distância, gerando uma relação humana muito próxima da forma *simmeliana* do ‘estrangeiro’ (Simmel, 2004b). Este apresenta um carácter conquistador, patente na conceção traçada por Maquiavel e que entrevê na chegada de um estrangeiro poderoso a uma região, um momento singular no qual “todos os que por lá vivem e têm menos poder juntam-se a ele, movidos pela inveja de quem lhes fez sentir o seu poder”. A ausência do político, até ao limite de se passar por esquecido inscreve-lhe, em simultâneo, o perfil daquele que é desejado porquanto, tal como o ‘estrangeiro’, tendo ele o poder de interferir com o destino dos autóctones, “não tem grande trabalho para os conquistar, já que de bom grado fazem causa comum com ele” (Maquiavel, 2007, p. 19).

Como o ‘estrangeiro’, também o político é alguém que não está submetido a uma “substancia vital fixa” e, apesar de nas relações mais íntimas “desenvolver todo o tipo de atração e importância”, o facto de estar remetido para a figura do mercador e de não fazer parte de nenhum grupo, investe-lhe o carácter de “pessoa fundamentalmente móvel” que “ocasionalmente entra em contacto com todos os elementos do grupo”, apesar de não estar “organicamente ligada com qualquer deles” através de laços estabelecidos (Simmel, 2004b, p. 133). Porque dissemelhante da maior parte, a sua figura e presença transformam-se numa espécie de atração cujas interações, por decorrerem segundo o olhar coletivo, anula a singularidade que pudesse existir em cada nativo.

Pelo cunho distante que transporta, o ‘estrangeiro’ é também potencialmente ausente, facto que lhe autoriza uma aproximação através de uma “atitude específica de objetividade” caracterizada por uma “estrutura particular composta de distância e proximidade, indiferença e envolvimento” (Simmel, 2004b, p. 136) de acordo com a estratégia mais apropriada para as particularidades da situação em apreço. Como ocorre com o ‘estrangeiro’, também reside no político a consciência estratégica de escolha dos aspetos tanto da sua indiferença como do seu

envolvimento. Por deter a capacidade de decidir ‘quando’, ‘por quem’ e ‘por quê’ envolver-se, um e outro operam segundo a faculdade de separar e, ao materializarem as suas escolhas concebem-nas sob a grande expectativa de uma imensa audiência.

Nesta sociação concebida na complexidade estratégica dos sentidos, estabelece-se uma relação entre contrários na qual a distância significa que o afastamento tem, na verdade, por objetivo a proximidade. Assim, inspirando-se na figura do “estrangeiro” enquanto personificação mais precisa da lonjura física e da presença espiritual, o político, colocando-se distante, procura na verdade estar próximo. Procedendo desta forma, coloca-se na posição daquele que é individualmente desejado, dando à sua relação com o seu espaço de influência uma configuração de indivíduo ausente porque ocupado com a totalidade. A semelhança com o político é assaz evidente na medida em que o ‘estrangeiro’ que se locomove, na mais variada das vezes, é objeto da “mais surpreendente franqueza” recebendo “confidências que têm carácter de confissão e que deveriam ser cuidadosamente guardadas” (Simmel, 2004b, p. 137). Os segredos não se confidenciam aos que estão submetidos às relações do dia-a-dia da vizinhança e que possam revelar “fraqueza diante da tentação de atraí-lo” mas a quem mantenha resistência e capacidade para guardá-lo (Simmel, 2009b, p. 238).

Justamente porque a figuração do ‘estrangeiro’ “é naturalmente uma relação muito positiva”, expressa numa “forma específica de interação” (Simmel, 2004b, p. 138) e manifesta no desejo e necessidade objetiva de si (Foucault, 2010), ele figura como alguém amplamente desejado pelos que dele esperam novidades trazidas do exterior. É disso também que se espera do político: que durante a sua ausência – seja por recolhimento interior, seja por atividade exterior ao seu espaço de influência – tenha encontrado soluções para o que os nativos consideram necessidades prementes e urgentes. O seu regresso é a oportunidade para mostrar o resultado da sua imaginação na forma de ideias e projetos surpreendentes (Marotta, 2012).

Na justaposição entre as formas do político e nas formas do estrangeiro, subsistem todavia diferenças: enquanto o estrangeiro é assim considerado por se lhe outorgar uma relação desligada com o espaço que o torna estranho (Olson & Olson, 2000), a relação do político na construção da distância assevera-se distinta na medida em que sendo ele estabelecido no espaço, ao apartar-se da sua geografia original, encontra na distância a propriedade essencial de quem pretende ser notado e recordado (Karakayali, 2006). Neste jogo, em que a ausência física quer dizer presença espiritual, o político corre também o risco de ser esquecido pelos seus (Gimpel, Karnes, McTague, & Pearson-Merkowitz, 2008). Na equação desta ameaça intromete-se

contudo uma figuração muito quista ao agente político: só assim ele se torna possuído pelo ar enigmático do sofrimento, passando a transportar um semblante compenetrado e misterioso (Goffman, 1959), ornamentação física geralmente encaixilhada em modos discursivos que acentuam o mago que há em si (Mauss, 2003).

3.3 ANDANÇAS NO ‘PAÍS-REAL’ - ESTÂNCIA NO ‘PAÍS-OUTRO’

Nas reflexões a Lourenço de Médicis, Maquiavel aduz à necessidade do político atento aos seus governados se sobrepor à natureza ausente e tendencialmente enclausurada do Príncipe. O propósito é precaver o governante dos perigos do seu fechamento no “alto da sua grandeza” e alertá-lo para a necessidade de dosear a presença da sua figura em mais do que um palco por se verificar a necessidade de “volver de vez em quando o olhar para estes lugares mais baixos” (Maquiavel, 2007, p. 10) onde residem os que dele mais precisam mas a ele menos se dirigem. A preocupação do autor reside na verificação tácita de que o detentor do poder se esconde, assim afastando-se irremediavelmente do seu povo. O afastamento em demasia produz uma irremediável distância que pode transformar o político num indesejado (M. G. Alexander, Levin, & Henry, 2005), sendo-lhe colada a natureza do inimigo que é necessário combater e, a partir daí, surgirem conflitos ou mesmo guerras internas evitáveis.

O agente político não deve olvidar os princípios da ingratidão e ter sempre em perspetiva que “os homens mudam de bom grado de senhor, crendo melhorar” (Maquiavel, 2007, p. 15), pelo que, o refúgio levado em conta exagerada, tem também a faculdade de esconder e fazer desaparecer. Sob pena de estar a cavar a sua sepultura política, o profissional da política não pode autoexcluir-se do relacionamento com a totalidade dos seus semelhantes. Ao deixar de alimentar a memória do povo com imagens renovadas, a sua é rapidamente substituída, se não pela imagem de um inimigo, pelo menos pela brancura do nevoeiro cada vez mais espesso, desaparecendo inapelavelmente a figura do estadista de todas as vistas e logo de todas as mentes.

Há então que parecer com os seus. Promover uma relação de empatia e dar ao povo a ideia que o político ostenta traços de semelhança. Essa descida à terra faz o profissional da política regressar à sua natureza transformando-o num nativo em todo o seu esplendor. Nesta aproximação ao território a que a classe política e os media denominam ‘país real’, opera-se também uma separação da qual resulta um oximoro que esconde a noção paradoxal, ou seja, o ‘país-outro’ (Augé, 2005). Neste último, o contacto dá-se com o país resguardado em salões

fechados onde acontecem conversas de coisas elevadas, tidas por importantes, e cujo interesse diz respeito às elites. Mesmo sabendo que o seu poder depende mais da anuência do povo à sua figura e às suas propostas, esta relação com as elites interessa muito mais ao profissional da política, quiçá figurando-se até como mais importante (Albertoni, 1987).

O 'país-outro' não se revela nem se enuncia nos discursos, como quem diz, por muito que se tateie a sua crosta, nada a abraça (Gonçalves, 2009). Simplesmente funciona como uma inexistência, aliás, em rigor não se poderia afirmar que funciona. Toma-se conhecimento da sua atividade pelas consequências da sua rutura e jamais pela declaração antecipada do seu *modus operandi* (Bourdieu, 1972). O 'país-outro' existe apenas numa configuração imaginada pelo reconstruir do *puzzle* das suas ruínas – quando há desmoronamentos – e nunca pelos traços da interação dos seus frequentadores. Só quando se dá o estágio de discernimento da sua existência é possível compreender estar na presença de um 'não-lugar' (Augé, 2005), uma espécie de estado de exceção (Agamben, 2015) onde apenas o político e os seus convidados têm direito de entrada e poder de decisão (Schmitt, 2015). Objetivamente ninguém reivindica o 'país-outro' como uma geografia a habitar apesar de, nas viagens imaginárias de mobilidade ascensional e estatuto desejado, os *proto candidatos* a lugares de elite sonharem com essa ilha (Higley, 2010).

No 'país-outro' promovem-se negócios com aqueles que possuem inteligibilidade social, todavia sempre sob a certeza da ausência de riscos para quem os propõe (Chandhoke, 2001; Kaviraj & Khilnani, 2001; Walzer, 1991). São concebidos por fórmulas económicas de primeira linha e concebidos sob variáveis de imensas incógnitas. Contudo são dominados por técnicas inexoráveis que afugentam todos os riscos e perigos (Beck, 2006) dado que assentam em matemáticas precisas sem consequências negativas, porém sempre imaginadas pelos seus promotores como formulações complexas e inatingíveis pelo cidadão comum que, aos olhos do 'país-outro', nada mais almeja do que fazer parte do povo (Chandhoke, 2001).

O 'país-outro' funciona segundo código particulares de silêncio. É dos ensinamentos que não se deve afrontar os homens de bem e de honra (Maquiavel, 2007). O 'país-outro' configura o domínio dos poderosos que o político não pode descurar por três motivos: o primeiro relaciona-se com natureza persistente e tentacular das elites (Michels, 2001; Mosca, 1923; Pareto, 2004). Apesar de serem em número reduzido, os poderosos, assumem-se entre si como a classe eleita (Pareto, 1978, 2004), possuindo armas prontas para colocar em atividade em qualquer momento. Não só influenciam com muita facilidade os media – cuja propriedade facilmente

alcançam – como circulam entre si, o que possibilita o arquitetar de uma rede de dimensões desconhecidas com consequências imprevisíveis para o agente político. Além disso, muitas vezes, fazem parte da mesma família política, estando na posse de um tipo de relação que pode materializar-se contra si (Pareto, 1978).

A segunda questão prende-se com a natureza insaciável do homem cujo apetite voraz deseja sempre algo mais do que aquilo que lhe cabe (Durkheim, 2013) e explica-se pela violência amarga confirmada em todos aqueles que foram submetidos a escala social descendente e a consequente perda de estatuto (Foucault, 1994). Depois de conhecer o lugar dos poderosos dificilmente o profissional da política quererá deixar de fazer parte dessa geografia. O terceiro motivo pode ser considerado uma síntese das precedentes e resulta de uma generalização localizada na ordem das crenças e que estabelece a convicção dos governantes de que nada se pode fazer sem as elites (Mills, 1956). Só estas estão na posse das ferramentas necessárias para dar corpo às promessas efetuadas ao povo.

Um político “deve estimar os grandes mas não deve granjear o ódio do povo” (Maquiavel, 2007, p. 96). Esse é o motivo por que tudo o que for realizado deve ser anunciado como um feito em nome do povo e para o bem do povo, até porque é para este que toda a realização pública conflui mesmo que, muitas vezes, tal ocorra apenas na aparência. É em seu benefício que o verdadeiro político se deve apresentar e, mais do que isso, é ao povo que o político deve declarar hosanas. Pela sua extensão é naturalmente o povo quem ocupa a maior parte do espaço da nação. Habita o ‘país-real’ e, dada a ocupação geográfica, este é o país para onde se dirigem os discursos⁵ e as análises dos articulistas⁶.

O ‘país real’ é um lugar continental onde são colocados todos os que não estão autorizados a contactar diretamente com aqueles que estão imbuídos da missão de representar o poder

⁵ Esta expressão é amiúde usada nos discursos políticos. No dia 9 de março de 2011, na sua tomada de posse, o Presidente da República Aníbal Cavaco Silva afirmou que “muitos dos nossos agentes políticos não conhecem o país real, só conhecem um país virtual e mediático”. Assinale-se o recurso à mesma fraseologia na sua mensagem de ano novo proferida no dia 1 de janeiro de 2016 onde afirmou: “Este é o País real, o País verdadeiro, que muitos agentes políticos desconhecem, que a comunicação social tantas vezes ignora e que conheci de perto durante os meus mandatos”. Ao longo dos seus dois mandatos usá-la-ia mais vezes em discursos variados que podem ser encontrados nos seus “Roteiros”, disponíveis em <http://www.presidencia.pt/?idc=46> (acedido no dia 4 de janeiro de 2016).

O mesmo sentido é expresso numa dissertação de Manuela Arcanjo, ex-ministra da Saúde que estabelece uma geografia de interesses diferenciados entre o “país real” e o “país político”, escrevendo: “se o País político - e com ele, naturalmente, toda a comunicação social - tem vivido nas últimas semanas à volta da moção de censura e de eleições antecipadas, o quotidiano dos portugueses comuns não sofreu qualquer alteração nem qualquer nova preocupação”. Cfr. edição de 21.02.2011 do Jornal de Negócios.

⁶ O articulista Henrique Raposo define “país real” como “aquele que vota”. Cfr. edição de 9.10.2015 do Expresso Digital.

(Bourdieu, 1984). Visto a partir do político é um condensado sem estatuto. Uma amálgama de diversidades fundida numa só unidade. A expressão socorre-se da semântica como recurso linguístico. Constitui um artifício linguístico destinado a atribuir ao objeto um efeito superlativo quando, na verdade, lhe retira as suas propriedades. Vinca-lhe e reforça-lhe o que já de si é, não para o engrandecer, mas para o subtrair (Lasswell & Leites, 1949). O ‘país-real’ é um constructo da sociedade de massas em que se pretende estabelecer uma relação de ‘um com todos’ (Lasswell & Smith, 2015). Assim visto, a noção de ‘país-real’ produz amplos benefícios aos que a usam porque é acolhida na audiência como uma precaução localizada em si.

Neste ‘país real’ não se promove a realização de utopias. O ‘real’ apostado ao país tem por objetivo lembrar que não são autorizados sonhos (Preucel & Meskell, 2007). A imaginação está limitada pelas balizas da edificação em concreto no qual idealizar e arquitetar se tornam desígnios fantasiosos entregues a outros mundos, a ‘lugares-outra’ (Augé, 2005). No ‘país-real’ só são autorizadas construções visíveis, cimentadas no palpável e corpóreo e jamais as construções imaginárias assentes no devir (Mannheim, 1986). O ‘país real’ é habitado pelo povo que, não exigindo muito, precisa de ser alimentado da figura do político, não vá a sua imagem desvanecer-se das memórias (Hayles, 2002; Maley, 1985).

Para “conservar sempre a amizade do povo”, o político precisa ter em consideração que há sempre quem ainda esteja por conquistar (Maquiavel, 2007, p. 53). Uma vez que é possível subdividir o ‘país-real’ em comunidades de interesses localizados em “bairros” ou manifestos em “ofícios”, o agente político “deve interessar-se por essas comunidades, reunir-se algumas vezes com elas, dar exemplo de humanidade e de magnificência” (Maquiavel, 2007, p. 114) nunca abandonando a pose majestática que lhe impõe o cargo. Por todas as vicissitudes atrás aludidas, os encontros do político com o povo têm uma frequência fortuita e, sempre que tal ocorre, o profissional da política “deve, acima de tudo, esforçar-se por dar uma imagem de homem notável e de excelente engenho” (Maquiavel, 2007, p. 112)

São algo diferentes os encontros com a finalidade de obter a adesão do povo na sua transversalidade. Se mais não for, pelo menos acontecerá durante os períodos que antecedem as eleições. Trata-se de um quadro reservado para uma interação em que o povo é igual a si próprio e o político se despe do seu manto majestático para se deixar absorver pelas configurações da população anónima, aquela que, noutras circunstâncias, fora denominada por ‘país-real’. Este é o momento em que o político quer verdadeiramente ser do povo. E sê-lo-á durante umas semanas ou umas horas, conforme a natureza eleitoral. Mais do que ninguém o

profissional da política tem obrigação de saber que “os homens, em geral, julgam mais com os olhos do que com as mãos, porque a todos cabe ver, mas a poucos cabe sentir” (Maquiavel, 2007, p. 91). No campo da política entre ser do povo e parecer do povo, a dicotómica platónica mostra-se resolvida.

No período de campanha eleitoral, ou ‘da estrada’, como soe dizer-se em ambiente *profissional*, o político deixa mais uma vez escapar o truísmo da duplicidade do seu papel. Ir para a ‘estrada’ é ir para o trabalho árduo e duro⁷, extenso e longínquo no palmilhar de quilómetros⁸. Submete-se a riscos contingências e a perigos como o contacto com desconhecidos ou o cansaço ao fim de algum tempo de condução automóvel. Produz numa única expressão toda a sua condição de pessoa responsável, abnegada e dedicada. Na deslocação ao povo, o político entende-se especial porque é dele o incómodo de se deslocar. No sentido inverso, não dirá durante a sua estadia ‘na estrada’ que, finda a dedicada viagem, seguir-se-á um tempo de ‘gabinete’ ou de salões e palácios, geografias menos pedregosas e cartografadas pela convocatória de outros sentires.

Nesta relação com o povo, o agente segue a noção dramaturgica muito presente nos atos da política e que coloca o poder permanentemente em cena (Balandier, 1999). O ato em campanha eleitoral manda que “será proveitoso fingir que é piedoso, leal, humano, íntegro e religioso” (Maquiavel, 2007, p. 91). Fingir é o santo-e-senha da relação entre o político e os anónimos do povo a quem deixa que lhe afaguem a pele enquanto a ele se dirigem sem aparentes distâncias sociais, em relações abertas e públicas, de grande proximidade como se fossem íntimos. Apesar de tudo, o fingir do agente político não remete para uma qualquer simulação. Há uma autenticidade intransponível no ato fingidor do profissional político. Na sua *autopsicografia* Fernando Pessoa viu qualidades de genuinidade no fingimento quando afirmou que “o poeta é um fingidor. Finge tão completamente que chega a fingir que é dor a dor que deveras sente”. O fingir do político é um fingir necessário, um fingir abnegado e intenso, uma quase verdade, por si sentida como uma verdade total, na qual até o próprio chega a acreditar.

⁷ Sendo uma forma recorrente, quase do domínio comum, existem vários exemplos possíveis nesta inferência. No dia 30.06.2016 a estação de televisão TVI lançava este título: “GNR não vai de férias, mas vai para a estrada no fim de semana”, assim revelando uma relação de opostos entre o ‘ócio das férias’ e a ‘arduidade da estrada’. <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/operacao-gnr/gnr-nao-vai-de-ferias-mas-vai-para-a-estrada-no-fim-de-semana>.

⁸ Na edição dia 4 de dezembro de 2016, o Jornal de Notícias titulava uma notícia da seguinte forma: “Passos vai para a estrada e já pensa em eleições”. Cfr.: www.jn.pt/nacional/interior/passos-vai-para-a-estrada-e-ja-pensa-em-eleicoes-5015391.html#ixzz4RvPo300o

Ser acessível, atencioso, festivo e bom comensal ou parecer acessível, atencioso, festivo ou bom comensal, ajuda muito à construção da imagem do político do povo quando em cena (Goffman, 1959). É atribuído aos atos populares de campanha eleitoral que envolvam a sua presença, um cariz festivo a aflorar o religioso no qual tem de haver alimento para o corpo forçosamente. As classes populares trazem acopladas a si um historial de trabalho esforçado em que o alimento para o corpo aparece na primeira linha da hierarquia das necessidades (Maslow, 1943). Além disso, a refeição configura uma ocasião de reforço dos laços familiares, também entendida como um momento sagrado (Eliade, 1999).

No caso português, nos tempos imediatamente a seguir à revolução de 1974 os encontros entre o povo e os políticos eram marcadamente públicos com grande presença de relações face-a-face. Ademais a mobilização seguia uma articulação com os princípios da efervescência revolucionária na qual se pretendiam mudanças estruturais aceleradas e para os quais se promovia a participação através de quadros de experiência como, por exemplo, a Campanha de Dinamização Cultural promovida pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) realizada no seguimento de uma outra organizada por jovens em 1974 mas que rapidamente despertou algumas clivagens nos espaços sociais mais conservadores (Lima, 2005). Depressa se percebeu que a excessiva exposição do agente político lhe retirava autoridade e fazia desaparecer a magia que o faz desejado (Bourdieu, 1984) pelo que, gradualmente, esta presença foi-se esboroando, remetendo os profissionais para 'trabalho político' no interior de gabinetes e salas de reuniões. No resguardo que se seguiu, também dominado pela intromissão de um processo de austeridade em 1977 e 1983 no decurso de intervenções do Fundo Monetário Internacional na política económica portuguesa deu-se, gradualmente, a transformação dos partidos políticos em organizações ajustados a objetivos eleitorais e acesso aos órgãos executivos de poder político (P. Silva & Jalali, 2016).

Em meados da década de 1980 verificou-se uma mudança nos comportamentos na qual os profissionais da política com cargos de representação nacional passaram a ser acolhidos pelos seus confrades locais ficando a cargo destes últimos a organização da sua receção (Carvalho, 2014). Nesta transformação, o povo indiferenciado deixou de ser o objeto da atenção do político, tendo sido substituído pelos militantes e simpatizantes partidários, dando lugar a um círculo mais íntimo concebido em almoços e jantares, modo organizado, intimista e moderno de mostrar a conceção de formas de reorganização da elite com vista ao acesso ao poder (Hopkin,

2004; Mills, 1956). Classificados numa escala que pode ir até ao “mega”⁹, estes almoços e jantares passaram a ser dominados por um tipo de menu popular monopolizado pela carne assada, prato muito popular em algumas regiões portuguesas, inclusive tida como ‘refeição domingueira’.

Referido geralmente *of the record* tanto nas redações dos *media* como nos salões e gabinetes do ‘país-outro’ passou-se a designar as idas do político ao denominado ‘país real’ como “o circuito da carne assada”¹⁰. Afirmar, por escrito, que “Marcelo, se quiser ganhar o partido, tem de descer à terra e fazer o circuito da carne assada, que é o circuito do país real”¹² é apenas um exemplo que pode ser colhido em variadas passagens de imprensa. Usada como um recurso classificatório com o fito de simplificar a comunicação jornalística, a forma contém, todavia, muito mais informação sociológica do que o imediatismo dos articulistas que a usaram em público imaginaram (Dijk, 1986).

Como todos os clichês, a expressão “circuito da carne assada”, entoa uma ‘inocente trivialidade’, modo vulgar e aparentemente desinteressado de categorizar. O clichê, geralmente apresentado em tom descomprometido e despido de preocupação consequente esconde, na musicalidade graciosa e surpreendente, o seu carácter vituperioso (Hodge, 1986). Trata-se de um automatismo linguístico verbal e mental construído com vista à dominação através da legitimação objetiva (Bourdieu, 1982a). É um *sound bite*¹³ enunciado com sentido tribal fechado

⁹ A este propósito conferir notícia da edição de 17 de maio de 2014 do jornal Público: “O candidato do Partido Popular Europeu (PPE), Jean-Claude Juncker, foi à Trofa, à boleia da campanha da Aliança Portugal, para um mega-jantar num pavilhão com chão de cimento e cadeiras de plástico”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/05/17/politica/noticia/juncker-desceu-a-campanha-da-alianca-portugal-para-fazer-elogios-1636419>, acessado no dia 29.10.2017.

¹⁰ Não é possível atribuir uma autoria a esta forma de classificar as andanças dos políticos pelo país. Apesar de profusamente conhecida e amiúde verbalizada e escutada, é raro ver a expressão escrita pelo *mainstream*. O mesmo já não se pode afirmar dos blogues. É o caso do Bloguítica que apresenta uma crítica do seu autor Paulo Gorjão: “Sempre que há eleições para uma liderança partidária, ou eleições nacionais, inevitavelmente surgem as referências, de natureza negativa, ao célebre circuito da carne assada”. Disponível em: <http://bloguitica.blogs.sapo.pt/o-circuito-da-carne-assada-245773>, acessado no dia 05.01.2016.

¹¹ Numa entrevista, José Eduardo Martins, membro do PSD, questionado se “tem andado em contactos com as estruturas do partido?”, tem como resposta: “Não ando por aí a fazer nenhum circuito da carne assada”. Cfr. jornal Expresso, edição de 16.04.2016, disponível em <http://expresso.sapo.pt/politica/2016-04-16-Jose-Eduardo-Martins-Antonio-Costa-e-um-principe-da-politica>, acessado no dia 5.12.2016.

¹² Cfr. artigo de opinião com o título “Passos Coelho: primeiras notas” da coluna ‘A tempo e a desmodo’ da autoria de Henrique Raposo na edição blogue de 27 de março de 2010 do jornal Expresso. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/blogues/Opinio/HenriqueRaposo/ATempoDesmodo/passos-coelho-primeiras-notas=f573400>, acessado no dia 05.01.2016.

¹³ *Sound bite* é uma frase curta, impactante e cativante, capaz de resumir e sistematizar um longo discurso, que tem a faculdade de se alojar facilmente nos sentidos auditivos, prendendo a atenção. A sua origem localiza-se nos anos sessenta do séc. XX e resulta das exigências da publicidade no discurso televisivo. A introdução do *sound bite* na política é regularmente atribuída às frases curtas popularizadas por Ronald Reagan quando presidente dos Estados Unidos. Apesar de muito criticados pela sua natureza tendenciosa e manipuladora, inclusive promotora da descontextualização jornalística, a popularidade dos

que revela mais do emissor do que do objeto. Constitui uma metáfora gizada a partir de um preconceito fundado em aspetos passados, neste caso, na relação entre o centro considerado macrocéfalo e a periferia tida como desnivelada.

A metáfora é extensiva a uma perspetiva crítica do gosto dos elementos que compõem a cultura popular (Bourdieu, 1979a). No que revela do seu emissor, a análise semiológica notada na expressão “circuito da carne assada” encerra em si os sinais de desgosto pela profanação dos sentidos apurados dos políticos e pelo incómodo do abandono, ainda que temporário, do refinamento do gabinete em espaço estatal. A música ‘pimba’, os garrafões de vinhos, as sardinhas assadas e o ‘porco no espeto’ assado na metade recortada de um bidão, outrora vasilhame de combustível (Marques, 2006), configuram um quadro celebrador para os *nativos* e um inevitável incómodo para os *estrangeiros*.

Em síntese, pode-se afirmar que por ‘circuito da carne assada’ uma determinada ordem ou classe, auto subentendida como superior e tacitamente afirmada notável, concebe, através de um estereótipo, uma reivindicação subjetiva de estatuto num enunciado cujo propósito consiste na desqualificação social objetiva com vista à promoção de uma divisão ideológico-geográfica (Bourdieu & Boltanski, 1976). Esta ação tem por finalidade sustentar e preservar o domínio do campo político (Bourdieu, 1981), centralizando o poder num reduzido espaço determinado onde se dá a concentração de outros importantes campos sociais, nomeadamente económico (Bourdieu, 2006), financeiro e mediático e a produção de formas ideológicas dominantes (Bourdieu & Boltanski, 1976).

Os agentes políticos da periferia tendem a atribuir uma importância superlativa aos políticos do campo macrocéfalo a quem, além de outorgarem a posse de um alto capital social, reconhecem a vivência num espaço social exíguo onde se forma uma rede estreitada e se potenciam interesses de cunho variado com predominância do económico (Lin, 1999; Putnam, 1993). Um segundo motivo compõe as razões da procura deste tipo de ligação: melhora o estatuto interno do político de província compondo a sua imagem junto dos seus conterrâneos e permite-lhes, em simultâneo, manter a noção de rede de malha larga, apesar dos elos se revelarem quase sempre muito enfraquecidos (Granovetter, 1973). Perante a realidade marcada por um quadro de distância manifestas, os políticos *a-centralizados* concebem as suas figurações debaixo de

sound bit é inquestionável, sendo hoje uma técnica de comunicação que tanto os *media* como os políticos não prescindem (Jeffrey, 2001).

uma estratégia prática que, regra geral, apenas pode interessar aos *media* pelo seu lado grotesco. Evitam assim tratar o *político macrocéfalo* com o que julgam ser o seu menu habitual não lhe servindo iguarias finas, feito que os poderia levar a falhanços por incompetência.

Campos e Lima (2016) promovem uma articulação entre o construtivismo estruturalista de Pierre Bourdieu e a perspetiva das representações sociais de Serge Moscovici que abarca a noção macro e micro na associação entre o papel dos indivíduos e o seu vínculo coletivo. Concluíram que a análise das relações entre grupos em confronto deve ter em consideração não só as respetivas posições sociais como também os esquemas sócio cognitivos presentes nas interações dos grupos e que, no limite, são responsáveis pelo funcionamento das instituições. Os traços desta moldura dispõem a possibilidade de um grupo homogêneo advir de contextos dominados por conflitos e influências de dinâmicas internas construídas entre maiorias e minorias e que podem ser observadas nas práticas comunicativas, nas estratégias argumentativas e processos de negociação e significação social.

Nesta separação, ou sociação (Simmel, 2006) entre os agentes *políticos do centro* e os agentes *políticos da periferia*, surge uma realidade cultural representativa das relações sociais em que as lutas se desenrolam segundo formas simbólicas de dominação mas, em simultâneo, são promovidas estratégias práticas tendentes ao reconhecimento do poder. O objetivo é a obtenção de recursos possíveis por parte dos que estão remetidos em lugar de submissão (Weber, 2004a). Neste quadro revelam-se as linhas estruturantes que, por um lado, concebem as leis gerais do campo a que os agentes estão submetidos e, por outro, a presença de consciência social decorrente da realização de encontros e interações calculadas e mediadas no interior da comunidade com o propósito não só de perdurar como de formar níveis de poder (Campos & Lima, 2016).

3.4 O LIMBO E O DESERTO

Toda a ação política ocorre num espaço de relações constituído por idas e vindas, entradas e saídas, aberturas e fechos. A ação decorrente é concebida em dois planos distintos na formulação teórica, mas interligados nas extensões das práticas e das consequências. O Estado e a sociedade civil são, em certa medida indissociáveis mas, uma vez que prefiguram entidades construídas sob imaginários distintos, respetivamente concentração do poder e concentração de propriedade (M. C. Silva, 2002), separam-se não só em recortes conceptuais delimitadores como em territórios produtores de condutas e práticas sociais com formas e sentidos diversos.

Enquanto espaços sociais, Estado e sociedade civil funcionam sob as configurações de dois palcos geradores de desenhos de tipo diferenciados e de interações quotidianas, como também, configuram geografias distintas, produtoras de diversas formas de ser e estar dos seus agentes. Numa e noutra disposição, o profissional da política interpreta o seu papel em função da exigência circunstancial, vestindo os traços que a ocasião impõe, tendo por base estratégias de aceitação e persuasão social.

No palco das mais variadas configurações que o Estado pode adotar, seja na presidência da república, autarquia, ministério ou assembleia, ocupando o lugar de Presidente da República, de uma Câmara Municipal, membro de um governo ou deputado à Assembleia da República, o político ajusta os seus modos de ser aprofundando traços vincados de sobriedade e impondo-se uma rigidez física que lhe opera uma gravidade corporal e introduz uma altivez simultaneamente submissa, desafiadora e conspícua. Sempre que possuído por um momento de Estado é suposto o político nunca rir. Apesar de só exigir severidade quando em atos no interior das suas instituições, o Estado é uma entidade abstrata mas poderosa. Está em toda a parte e é, por todos, temido sob reverência. Não por acaso, o Estado é detentor no monopólio da violência legítima e simbólica no qual regras e normas se impõem sob qualquer funcionário ou político (Bourdieu, 2012; Weber, 2005b).

O Estado tem sentido dúplice. Na visão exterior dos seus constituintes é *uno* afirmando a sua indivisibilidade na relação com outros Estados. Na visão interior dos mesmos constituintes é entendido como uma parte de um todo, representando um poder de cúpula, separado da sociedade civil. O Estado é produto consequente da sociedade que o forma, todavia transformado, sob mágica, em condutor dessa mesma sociedade que a ele se submete (Bourdieu, 2012). Não obstante, o Estado é, a todo o tempo, dominado pela perspectiva absoluta e eterna da sua existência. Afirma Hegel: “O Estado (...) é o racional em si e para si” e como tal “é um fim próprio absoluto, imóvel [no qual] a liberdade obtém o seu valor supremo” possuindo enquanto tal “um direito soberano perante os indivíduos” que por serem seus membros “têm o seu mais elevado dever” (Hegel, 1990, p. 225). A afirmação holística do Estado decorre das configurações de poder nele inscritas e não em qualquer formulação hipotética resultante da sua fundação a partir dos indivíduos que o compõem (Bourdieu, 2014). A racionalidade que lhe está cometida é, em simultâneo, tanto o seu fim como também decorre dos seus princípios.

O Estado fixa, em letras gravadas, todos os seus atos desde as suas formas de existir até aos seus métodos de funcionamento, limitando através de regras as linhas entre o consentido e o

negado, o aceite e o proibido. Funda-se nos alicerces da impessoalidade burocrática recortada em claras, precisas e invioláveis determinações onde nunca há a possibilidade de errar. O bancário Josef K., personagem de Kafka em 'O Processo', não precisava saber do que era acusado; bastava o dedo acusador da fria e desumanizada burocracia do Estado para o seu processo não carecer de explicações. Do alto do seu carácter imperativo, o Estado jamais se justifica perante o indivíduo.

A forma inumana do dispositivo burocrático que dá vida ao Estado é convertível e transmutável para os corpos dos seus componentes sociais. Quando o Estado passa a possuir o seu corpo são introduzidas certas competências na postura, manifestas na comunicação não-verbal produzida, na qual toda a conversação física projetada pelo profissional da política, feito funcionário, tem como objetivo marcar um ritual e convocar a audiência para a solenidade do momento. A interiorização do Estado pelo corpo tem como objetivo a exteriorização do Estado pela pose. Existe o entendimento de que a posição ativa do dorso amplia a dimensão do corpo atribuindo-lhe propriedades de comunicação de poder e transmissão de respeito (Foucault, 1990). Trata-se de um ritual cujo propósito é promover a grandiosidade e singularidade do Estado a que aproveita o indivíduo que empresta o corpo.

Não sendo uma regra prescrita é todavia exigido a todo o representante da nação, logo todo o político, que tenha 'pose de Estado'. Ter 'pose de Estado' é uma figuração de compenetração em que um indivíduo apresenta o corpo erigido sob rigidez, fechando o rosto numa expressão aparentemente neutra que expõe, em traços marcados pela serenidade do olhar, consciência de submissão interior e visão exterior de poder (Foucault, 1975). A 'pose de Estado' representa um momento superior de existência do indivíduo na política e é valorizada pela escassez: só a uns poucos é dada a possibilidade de serem possuídos pelas coordenadas de representação do Estado (E. Silva & Martins, 2017a). Seja para onde for que o Estado vá, o corpo que o transporta abandona o indivíduo que há em si, para dar lugar à vertente indivisível da coisa pública.

Na pose adaptada para transportar o Estado – que deve haver em si – o político tem na postura do soldado a figuração que compõe as linhas comunicativas manifestas nos seus gestos corporais. Fá-lo de acordo com as formas com que o Estado corporizou a sua presença junto dos cidadãos. Ao mesmo tempo que segue o princípio de que “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (Foucault, 1975, p. 137), o político propõe-se, na sua composição, usar o seu corpo

segundo as figurações estabelecidas pelos vincos e dobras exigidos àqueles a quem o Estado se introduz no corpo, nomeadamente, a figura do soldado.

Na perspetiva de Foucault (1975), o soldado concentra em si os olhares pelo facto de que é “alguém que se reconhece de longe, que leva os sinais naturais do seu vigor e coragem” (Foucault, 1975, p. 137). Ele é operado segundo preceitos de adestração com vista à “submissão e utilização” (Foucault, 1975, p. 138) sem carecer de comando a todo o momento, obedecendo à finalidade de se tornar num “corpo dócil” sempre disponível para “ser transformado e aperfeiçoado” com vista a integrar um sistema de ordens e regras rigorosas e permanentemente cumpridas. O corpo é programado até dele se obter uma “coerção sem folga” (Foucault, 1975, p. 139) ao nível dos modos de ser, de parecer e de executar, segundo um processo de desapropriação e entrega de si aos preceitos de um organismo diretor até ao ponto de resposta inquestionável. Este “poder infinitesimal sobre o corpo ativo” (Foucault, 1975, p. 139) disciplina a pessoa até o tornar numa máquina ao serviço do Estado.

O político, em representação, é tudo isto e, em simultâneo, nada disto. É soldado na aparência mas é também uma reserva da essência liberta de amarras. É, por vezes, o hirto Estado e, a todo o tempo, a plástica sociedade civil. Na apresentação de si, ao contrário do soldado entrevistado por Foucault como dominado pelas forças coercivas, o político não é um ser totalmente transformado pelos recortes e dobragens da fabricação e moldação do corpo com vista à disciplina. Ele escapa, através de alguns graus de liberdade, ao sentido coercitivo da conceção *foucaultiana*. Sem se deter no particular, Foucault admite-o quando afirma que “a disciplina é uma anatomia política do detalhe” (Foucault, 1975, p. 141), quadro que, na dissecação do corpo, dispõe uma habilidade comum a todos os corpos, apesar de só por alguns usado: a arte de representar.

A ‘pose de Estado’ está ligada à sociedade da corte (Elias, 2001) e constitui uma representação histórica da socialização do indivíduo que almeja aceder à categoria de representante do poder estatal. No percurso da sua formação, todo o profissional da política esconde na intimidade o momento de ensaio para responder, de imediato, na ocasião em que o Estado o selecionar como um dos seus homens (Elias, 2006).

No transporte da vertente racionalizada para o corpo do profissional da política, o ato é concebido através da manifestação visual da severidade no corpo, isto é, a racionalização é absorvida pela noção interativa e transformada num prática resultante da dramaturgia

(Balandier, 1999). O político serve-se do ator que há em si para, numa ágil estratégia, conceber uma encenação da face inflexível exigida pelos regulamentos para representar a “autoridade legal” (Weber, 2005d) do Estado. Ao introduzir os traços de seriedade e severidade não só se revela no corpo o fechamento exigido pela entidade como, em simultâneo, reclama para si uma identificação diferenciada enquanto agente da política.

Muito antes de o ser, o político é um membro ativo de uma realidade configurada numa totalidade, e é nesse espaço onde “os indivíduos são pessoas privadas que têm como fim o seu próprio interesse” (Hegel, 1990, p. 181) que é concebida a possibilidade de ele se tornar num agente do Estado. Nesse espaço, onde tudo tem a sua origem, o indivíduo realiza a sua vida segundo lógicas relacionadas com a sua circunstância particular, intrinsecamente centrada na sua pessoa. Ele é, à partida, o fim de si mesmo emergido do “conjunto de carências [que tem de enfrentar] e como conjunção de necessidades natural e de vontade arbitrária, constitui o primeiro princípio da sociedade civil” (Hegel, 1990, p. 178). Neste plano, um agregado abstrato de vontades e interesses constituído por um mundo de propensões (Popper, 1991) onde os agentes “participam ativa e criativamente na sua produção, reprodução e transformação” (Ferreira, 2008, p. 181), promovem um processo sistemático de construção e renovação de experiências obtidas através de escolhas individuais, colhidas numa infinidade de possibilidades. As sociedades “não são de uma constituição de tal modo evidente; não apresentam estruturas que sejam diretamente visíveis; audíveis ou palpáveis no espaço” (Elias, 2004) que facilite a sua compreensão. Apesar de apresentada de forma holística, praticamente enquanto um ‘corpo’ uno, a sociedade civil configura uma entidade abstrata com formas definidas apenas pelas teorias que a concebem.

Na justaposição às linhas recortadas do plano estatal através da diversidade dos seus constituintes e, na visão das sociedades liberais, a sociedade civil é vista como um corpo operando em interdependências (Onyx & Edwards, 2010) que lhe dão existência funcional por meio de dinâmicas assentes no plano económico (Walzer, 1991), vigorando o princípio de “propriedade sem poder”, ao contrário das instituições estatais em que prevalece a noção de “poder sem propriedade”, como afirma Silva (2002) com base nos trabalhos desenvolvidos por Macpherson (1973).

Na sociedade civil o político troca os vincos do peso da nação pela leveza das exigências dos que o elegem. Apesar de continuar a ser um agente do Estado – e do poder do Estado se manifestar em todas as geografias – quando em interações com o mundo civil, o político não está

submetido à rigidez e severidade que a ‘pose de Estado’ lhe impõe (Chandhoke, 2001). A sua presença no campo civil não deixa de ser também a presença do Estado participando num circuito que se realiza entre pessoas e instituições numa esfera de interações comandadas por uma espécie de acordo tácito a que todos se submetem (J. C. Alexander, 1997). Com ‘a’, e ‘na’, sociedade civil o político, como que se interpreta num campo multifacetado composto por uma diversidade de instituições onde lhe é autorizado abrir as suas feições e descentrar-se de si, para se concentrar nos que o recebem (Alcadipani & Hassard, 2010).

O agente da política é também agente da sociedade civil porque é esta que lhe dá existência quando aceita conceder-lhe autorização para a representar (Lane, 2009). Na maior parte dos casos, nomeadamente nas democracias liberais, o agente político tem a geografia civil como ponto de partida (Walzer, 1991). É o capital social aí adquirido, valorizado pelo reconhecimento da totalidade do campo – ou uma fatia significativa do campo – que o impele e lhe lega a possibilidade de aceder nas hierarquias partidárias, de onde fará a o trânsito para os lugares estatais (Bourdieu, 1979b; Fukuyama, 2001; Putnam, 1993). É também para a sociedade civil que o indivíduo regressará quando quiser desligar-se do modo político ou quando, após perda de reconhecimento e do direito de representar, tiver que recarregar as baterias do seu estatuto (H. Martins, 2006). Na forma habitual do campo político concebida através de metáforas, a viagem de regresso da política para a vida civil configura uma ‘travessia do deserto’, “condição nómada” (M. L. Martins, 2015a, p. 409) enunciador de todas as dificuldades.

A ‘travessia do deserto’ convoca a noção de aridez, um tempo de esterilidade e *secura* manifesta na atividade reduzida ou insignificante do agente político. É o espaço-tempo não quantificável – pode ser curto ou longo, inclusive infindo – no qual o indivíduo é colocado em estado de esquecimento político, nomeadamente por ausência dos lugares de palco do Estado decorrente das lutas entre pares, ou pela perda de estatuto partidário ou reconhecimento social. As causas da “travessia do deserto” localizam-se na perda de ligação do indivíduo com o grupo – e/ou vice-versa – por dissonâncias de vária ordem. Como “entidade imprópria e coerciva”, o Estado não se detém no político regressado à “virtuosa” sociedade civil (Etzioni, 1999), praticamente abandonando-o à sua sorte. Por vezes, após regresso ao campo civil dá-se o fim, por desistência, do profissional da política e, neste caso, com o abandono das aspirações de regresso ao campo estatal processa-se a ‘morte política’ do indivíduo.

O período de travessia do deserto pode ter fim, dependendo em parte das qualidades pessoais de resistência, da persistência e do *re*-reconhecimento social. E à morte pode suceder o

acontecimento milagroso da “ressurreição política”. Nestes casos, a passagem do campo político para o campo civil não resulta numa separação e, finda a ‘travessia do deserto’ ou a ‘morte política’, produz-se uma religação. Religar – do latim *religare*, enuncia a noção religiosa do refazer dos laços (Derrida & Vattimo, 1996), o que no campo da política quer dizer recuperar a identidade perdida, voltar a ter referências e a ser aceite numa comunidade, o que expressa em si a antítese do deserto.

3.5 SOCIEDADE POLÍTICA E SOCIEDADE CIVIL

O campo da atividade política configura um espaço de exercício amplo que apresenta propriedades específicas duais. Estas estão concebidas a partir do interior de dois subcampos distintos mas complementares, nos quais se processa a luta e circulação dos indivíduos constituídos, ou que, sob diversas formas almejam constituir-se, profissionais da política (Burton & Higley, 2001a). Como atrás foi explicado, enquanto geografias teoricamente diferenciadas, *sociedade civil* e *Estado* configuram formas distintas de manifestação da índole institucional que lhes subjaz (Chandhoke, 2001; Gramsci, 2010), delineando atitudes produtoras de sentidos conducentes à formação de estratégias de interpretação particulares refletidas nas práticas dos atores.

Para se compreender o dualismo em que assenta o campo político escreve-se uma análise quantitativa realizada a partir da leitura dos programas eleitorais dos principais partidos concorrentes às eleições legislativas de 2011 e 2015. Em simultâneo, estendeu-se a mesma análise aos programas dos Governos da República Portuguesa apresentados em 2011 e 2015¹⁴. Com o conhecimento do número de vezes em que esses documentos referiam as expressões *Estado* e *Sociedade Civil (SC)*, procura-se compreender a realidade interna dos partidos do espectro político português, não só na vertente prático-discursiva da questão dual aqui discutida, mas também perscrutar os indícios de significações tendentes a explicar plasticidades e/ou rigidez nos seus valores organizacionais.

Tabela 1 - Frequência do uso das expressões Sociedade Civil e Estado nos programas eleitorais partidários e programas do governo (2011 e 2015)

¹⁴ Das eleições legislativas realizadas no dia 4 de outubro de 2015 resultou um governo formado pela coligação entre PSD e CDS. Indigitado a 22 de outubro o governo tomou posse no dia 30 do mesmo mês. Contudo não resistiu a uma moção de rejeição apresentada na Assembleia da República no dia 10 de novembro. Manteve-se em gestão corrente 29 dias e foi substituído pelo XXI Governo Constitucional no dia 29 de novembro.

Ato / ano	PCP		BE		LIVRE		PS		PSD-CDS	
	S.Civil	Estado	S.Civil	Estado	S.Civil	Estado	S.Civil	Estado	S.Civil	Estado
Legislativas 2011	0	17	0	38	-	-	3	21	25	301
Legislativas 2015	0	138	0	74	11	175	6	170	10	163
Prog. XIX Governo 2011									13	123
Prog. XX Governo 2015									9	154
Prog. XXI Governo 2015							5	184		

Apesar da naturalização dos campos separados entre Estado e Sociedade Civil, nem todas as organizações políticas promovem esta divisão societal. Os partidos afirmados mais à esquerda do espectro político não introduzem qualquer dualidade no seu discurso, concebendo o Estado como uno e constituindo-se como a totalidade da sociedade. Para além de não reproduzirem a residência dual da política, tanto o Partido Comunista Português (PCP) como o Bloco de Esquerda (BE) não usam nos seus programas eleitorais a expressão Sociedade Civil, sendo esta uma ausência completa. Já quanto ao Estado, a referência aparece inscrita 17 vezes em 2011 e 138 vezes em 2015 no caso do PCP. Quanto ao BE, o Estado fora invocado por 38 vezes em 2011 e em 2015 por 64.

No caso do Partido Socialista, geralmente entendido como um partido colocado na esquerda – mas próximo do centro – distingue-se dos comunistas e bloquistas por admitir no seu enunciado programático a separação entre Estado e sociedade civil. Em 2011 a sociedade civil fora referida apenas três vezes no seu programa, enquanto o Estado era invocado por 21 vezes, o que prefigura um rácio de 7 a favor da área estatal. Em 2015, ano em que acedeu ao poder, as referências socialistas à sociedade civil duplicaram mas, em simultâneo, as referências ao Estado aumentaram 809%. Nesta equação resulta um rácio no qual o Estado domina por 28,3 referências para cada alusão à sociedade civil.

Medido pelo número de ocorrências discursivas, Estado e Sociedade Civil aparecem, respetivamente, numa relação de 32 para 1 no programa do XXI Governo Constitucional liderado pelo PS, que chegou ao poder no final do ano de 2015. Estes valores distinguem-se do governo anterior, liderado pela coligação entre o Partido Social Democrata (PSD) e o Centro Democrático Social (CDS), por valorizarem a Sociedade Civil numa medida aproximadamente a dobrar. No

caso, em média, após o discurso referir o Estado por 17 vezes é que se dá uma alusão à Sociedade Civil.

No executivo imediatamente anterior, o XIX Governo da República, os social-democratas apresentavam mais Sociedade Civil e menos Estado no seu documento programático. Nesse ano, em 2011, a equação atribui uma relação de 12 citações do Estado para cada menção ao Estado Civil.

Esta análise demonstra que o uso destas expressões marcantes nos discursos programáticos, partidários ou governativos, não é feita de forma inocente mas possuída de intencionalidade ideológica. A sua presença ou ausência expõem opções que aludem a valores escondidos nos alicerces mais profundos, que não mais são do que manifestações das estruturas que os produzem. Os partidos, organizações que têm como missão colocar nas suas práticas razões de ordem ideológica, transformam os seus programas em documentos articulados com as linhas vincadas das suas convicções vertidas em valores fundamentais com vista a delimitar formas próprias de conceber o mundo.

O PCP, por exemplo, não enuncia nos seus discursos, uma divisão que aponha Estado e Sociedade Civil porque os seus pressupostos ideológicos estabelecem como fim programático uma sociedade sem classes, por isso, uma sociedade aplainada e sem camadas estatuídas pela diferença. Existe, desde logo, uma declaração de princípio que anuncia uma transformação, o que, em si, reconhece a possibilidade de uma outra organização, distinta daquela que concebe o mundo político constituído entre dois campos diverso nas suas configurações sociais, todavia não exclusivas. Apesar de menos vincada, também o BE apresenta uma cultura política marcada pela noção da sociedade não dividida. Em ambos os casos, o Estado é a sociedade e a sociedade é o Estado.

Ambos os partidos assentam a sua matriz identitária nas linhas de pensamento traçadas por Karl Marx, autor para quem a dicotomia manifesta entre Estado e sociedade civil deve ser objeto de uma “revolução parcial” em que “uma determinada classe empreende, a partir da sua situação particular, a emancipação geral da situação”, assim libertando a “sociedade como um todo”, circunstância que só poder ser declarada “desde que a totalidade” se encontre na mesma situação que esta classe, nomeadamente no campo cultural e económico (Karl Marx, 2008). A sociedade Marxista estrutura as suas formas a partir de uma dialética derivada do mundo dualizado e, é este mundo dividido que, a certa altura, configura a também o mundo que

sustenta a existência das suas teorias. Na afirmação que o percurso para essa sociedade de indivíduos indistintos se faz através de uma luta de classes, regista-se também a assunção implícita de que o ponto de partida para a rutura contém os elementos a que alude Hegel, isto é, a divisão entre sociedade civil e Estado.

Todavia, a linearidade histórica hegeliana entendida como o real não escapa à crítica de Marx (Karl Marx, 2008) para quem, essa realidade, se mostra contaminada pelo entendimento dos que a formulam segundo o seu domínio, concebendo-a de acordo com os seus interesses em obediência à manutenção de uma classe dominante sobre a classe dominada. A visão de Hegel é assim abertamente criticada por Marx, por conter a defesa da noção de Estado moderno baseada no que lhe parecia e não no que devia ser. Desta forma lamenta que a crítica a visão do Estado “que teve a mais lógica, profunda e completa expressão em Hegel, surja ao mesmo tempo como a análise crítica do Estado moderno e da realidade a ele associada” (Karl Marx, 2008).

Na discordância da sociedade civil e sociedade política erigida sob a linearidade histórica, Marx também se distancia dos pressupostos que atribuem ao Estado o papel de entidade racionalizada “mediante a utilização constante de um modelo dicotómico, que contrapõe o Estado enquanto momento positivo à sociedade pré-estatal ou antiestatal” (Bobbio, 1982, p. 19) como fase negativa. Segundo esta visão, Estado e sociedade resultariam, em primeira instância, da divisão efetuada pelos autores jusnaturalistas – Thomas Hobbes e Jean Jacques Rousseau – entre o “estado natureza” ou “sociedade natural” e a “sociedade política”, pronunciando-se a racionalidade como “o momento supremo e definitivo da vida coletiva comum do homem” (Bobbio, 1982, p. 19). A base de sustentação hegeliana entronca na direção cuja vertente racionalizada outorgada ao Estado se sustenta na separação com vista à solução do “estado natureza” que vigoraria sob o temeroso princípio *hobbseano* do “homem lobo do homem”¹⁵.

Ao atribuir ao Estado a vertente racionalizada da organização dos homens nas suas diferenças, é tacitamente atribuída à sociedade civil uma configuração onde se manterá presente uma disputa permanente entre os seus componentes decorrendo daí uma espécie de acomodação individual de acordo com a posse de força, qualificações, habilidades e talento. Desta forma a sociedade

¹⁵ A expressão, derivada da tradução do latim *Homo homini lupus* é geralmente atribuída a Thomas Hobbes que a usou na sua obra *Leviathan*. Todavia a fórmula foi originalmente usada pelo dramaturgo romano Tito Mácio Plauto na peça teatral *Asinaria* (194 a.C). Texto original disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/plautus/asinaria.shtml>, consultado a 22 de janeiro de 2016.

civil resultaria da prossecução do Estado natureza onde seriam acolhidos todos os que não apresentassem qualidades civilizacionais suficientes para incorporar a sociedade política, essa sim; um campo, funcionando segundo a vertente límpida e clara das relações sãs e perfeitas, realizado segundo atos despidos de qualquer intromissão.

Na vertente dual hegeliana decorre a visão de um lado construído sob a constância de atos racionalizados, sendo a ação racional atribuída ao funcionamento do Estado como um tipo de ação antecipadamente planeado e cujas consequências práticas resultam permanentemente em consonância com a sua elucubração. Deste modo, o Estado configuraria um estilo aceite como um modelo de racionalidade unívoca, distinta da amplitude holística contida nos pressupostos weberianos da racionalidade. Do lado Civil, contrariamente, vigoraria um tipo de ato racional dominado pela noção probabilística do agente, cujas consequências decorreriam segundo cálculos resultantes de estratégias concebidas perante as dinâmicas vividas no dia-a-dia. Não escapa a vertente económica a atravessar o pensamento hegeliano, assim como também resulta clara a distinção do Estado como organismo dirigente da totalidade.

Gramsci¹⁶ é o autor que procurará dar solução à noção fronteiriça que subjaz ao dualismo hegeliano. Apesar de conceber o seu pensamento segundo a tradição neomarxista, o seu ponto de partida assentará no princípio dual concebido por Hegel (Bobbio, 1982). A sua base acerca-se do entendimento segundo o qual a política ocupa um lugar central na atividade humana, representando a cedência da consciência individual através do contacto com o mundo material em todas as suas formas e que, desse modo, submete-se aos ditames coercivos da consciência coletiva localizados na estrutura social (Durkheim, 2013).

Como é admitido ao longo dos Cadernos de Cárcere (Gramsci, 2004), na conceção *gramsciana* a Sociedade Civil não se localiza na *estrutura* mas sim na *superestrutura*. Em Gramsci, o Estado constitui-se numa arma produtora de poder propensa ao (pre)domínio:

Pode-se fixar dois grandes 'planos' superestruturais: o que pode ser chamado de 'sociedade civil' (isto é; o conjunto de organismos chamados comumente de "privados") e o da 'sociedade política ou Estado', que correspondem à função de 'hegemonia' [na qual] o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela

de domínio 'direto' ou de comando, que se expressa no Estado e no governo 'jurídico'. (Gramsci, 1982, pp. 10-11)

A sua mensagem pode melhor ser entendida se se tiver em consideração a relação da Igreja Católica com a sociedade durante a Idade Média. Apesar de não se materializar com base num aparelho particular nem numa “organização cultural e intelectual própria”, esta conseguia prover o sentimento hegemónico “de grupo dirigente”. A hegemonia traduz-se, deste modo, uma cultura ampla de poder reconhecido cuja adesão e submissão não só é realizada acriticamente como também convoca, na adesão submissa, os *corpus celestes* que lhe dão forma.

Desta forma Gramsci concebe a sociedade civil como um campo amplo e multiforme que “compreende não mais todo o conjunto de relações materiais” em exclusivo – como advogava Marx –, mas sim, estendidas a “todo o conjunto de relações ideológico-culturais” (Bobbio, 1982, p. 33). Trata-se de uma posição para além do “conjunto da vida comercial e industrial, mas todo o conjunto da vida espiritual e intelectual” (Bobbio, 1982, p. 33). A noção institucionalista que estivera na base da separação entre Estado e sociedade civil, e que promovera o criticismo marxista, amplia-se e dá lugar a uma conceção centrada nas conexões. Estas relações são geradas na dinâmica e associações estabelecidas entre indivíduos. Por algum motivo, essas associações concebem-se ligadas seja por adesão a formas particulares de pensamento, seja por promoverem a partilha de crenças e valores ou de possibilitarem a predisposição de estratégica concertadas de grupos com vista à obtenção de reconhecimento e adesão do corpo societal.

3.6 O SENTIDO PENDULAR DO POLÍTICO

Pela sua estrutura dramatúrgica, realização exterior e coordenadas próprias oriundas do convénio entre indivíduos dissemelhantes em busca de um acordo, a ação política transforma-se no campo político. Este campo compõe-se numa dinâmica de forças no seu interior cuja disputa incessante pode objetivar tanto na mobilidade como na estática, tanto na mudança como na resistência, tanto na entronização como na deposição.

Ao realizar-se segundo uma ação mecânica que toca em duas geografias, qualquer ato político realiza-se segundo o movimento de um pêndulo. A dança pendular tanto se aproxima como se distancia. Esse movimento deixa sempre, como uma promessa, um lastro que tanto pode significar regresso ao passado como promessa de futuro. Nesta metáfora, o pendulo é, ele

mesmo, também uma geografia configurando a divisão essencial que ocupa o campo político e a ação dos seus agentes. Este espaço de luta marca e é marcado pelas dinâmicas, por vezes unívocas, outras vezes dissociadas entre o Estado e a sociedade civil.

De acordo com Bourdieu, o campo político é um campo com premissas particulares de existência. Constitui “um microcosmo” que representa não mais do que “um pequeno mundo social relativamente autónomo no interior do grande mundo social” que a política se propõe servir e/ou transformar. Apesar da sua aparente diminuta dimensão, agrega em si um grande número de “propriedades, relações, ações e processos” que a transformam num fenómeno de estudo independente pelas suas condições específicas de produção (Bourdieu, 2011, p. 195)

O princípio da dupla visão atravessa praticamente todas as práticas políticas. Dentro desse princípio holístico, não resta aos atores, que dão forma ao campo político, uma adesão a essa lei fundamental das práticas da política. Essa realidade dicotômica está, em geral, vertida nas teorias sociopolíticas que interligam as práticas e as alicerçam em sentidos dualizados. No caso do político, a sua existência profissional realiza-se habitando duas geografias por vezes aproximadas, outras vezes distantes e, outras ainda, artilosamente fundidas numa só. Neste último caso, apresenta-se o profissional da política cuja adesão à profissão, sendo total, o leva não só a conhecer profundamente as regras do jogo como a tornar-se num exímio praticante na arte de jogar o jogo.

A política cria as suas possibilidade de existência operando numa dualidade orgânica. Atua, em simultâneo, nas tensões de um processo social cuja natureza assenta, obrigatoriamente, na dissemelhança, nas dinâmicas de rutura e nas forças produzidas pela ordem do costumeiro. A sua base sustentada estrutura-se sob uma mesma cultura que, em simultâneo, é atravessada por uma dupla e contraditória condição: a cultura que une é também a cultura que separa (Bourdieu, 1979a). Na medida em que os indivíduos profissionais na política absorvem essa cultura, impõe-se uma transformação de si a partir da interiorização do exterior até ao ponto de exteriorização desse interior (Bourdieu, 1979b). Desse modo, reconfiguram-se as coordenadas e reforçam-se os alicerces do campo político de acordo com as práticas de aproximação e distância entre o Estado e a sociedade civil.

4 DISPOSIÇÕES E MECANISMOS CONGÉNITOS DO CAMPO POLÍTICO

4.1 IDEOLOGIA E UTOPIA

4.1.1 Entre o progresso e o devir

Se a política e o político têm como fonte primordial a ação entre uma diversidade de indivíduos (Freund, 1969) toda a manifestação decorrente dessa ação parte do verbo e postula-se na articulação realizada sob a forma de argumentação, funcionando a controvérsia como a arma das partes em confronto (Foucault, 1966). Apesar deste ponto de partida localizada nas práticas discursivas, seria bastante limitativo colocar a política exclusivamente no plano da controvérsia argumentativa teórica (Arendt, 2007). Para a compreensão mais profunda da política é necessário deter a atenção em alguns aspetos relevantes constituintes da polissemia que habitualmente veste a ação, alcançando-se, dessa forma, o âmago das complexidades que funcionam como roupagens particulares da política (Schmitt, 2015). Compreender o significado e traçar os sentidos motivacionais das práticas significa penetrar nos “motivos inconscientes” que explicam a existência de grupos possuídos pelas “suas aspirações culturais” e se servem “dos seus argumentos teóricos”, (Mannheim, 1986: 66) para recortarem os limites da separação e se distinguirem uns dos outros na forma de ver o mundo.

Em variados aspetos, o campo político reconverte conceitos amplos atribuindo-lhes significados cujos contornos adquirem sentidos particularizados com propriedades amplas e precisas. Um exemplo centra-se no uso do ‘argumento’ que na política encerra uma significativa diferença do seu uso académico. Enquanto nesta última o ‘argumento’ submete-se aos pressupostos e fundamentos de validade e teste capacitados na filosofia das ciências, o argumento político funda-se na existência de contrários para fazer emergir a diferença. Para além de procurar manter as suas propriedades submetidas ao campo do direito, o discurso argumentativo político procura “igualmente, demolir a base e a existência social e intelectual do seu oponente” (Mannheim, 1986, p. 66), concebendo-se o conflito como um catalisador permanente e, ao mesmo tempo, mantendo visível a noção antagónica como o filtro da diferença.

O atrás aludido socorre-se da perspectiva segundo o qual o argumento político emerge também dentro de um quadro de referências construídas na diversidade daquilo que é entendido por real no qual grupos agindo em circunstâncias diferentes são concebidos como oponentes na forma de ver o mundo. Aqui se esconde, no fundo, uma outra noção mais profunda nas suas significações, múltiplo nas elucubrações e amplamente díspar nas suas explanações e entendimentos: a ideologia. Os excursos sobre as suas idiosincrasias são tão variadas e

dísparas, dissonantes e dissemelhantes, ao ponto de se ter constituído uma fragmentação indecifrável da (im)provável completude constituinte. É compreensível a nota de Freire (2004) quando refere que a noção ideológica é bastante complexa e está eivada de uma grande polissemia interpretativa. Concorre para essa multivergência digressiva os estudos que partem da teoria política e da filosofia, ou perspectivas baseadas nas ideias “adotadas pelos cidadãos comuns” (Freire, 2005, p. 37) assim como trabalhos interpretativos baseados na história das ideias políticas ou mesmo assentes no campo da investigação sociológica. Mais do que esclarecerem, os contributos pluridisciplinares interpretativos e esclarecedores do papel da ideologia no emparcelamento e doutrinação política afastam-se mais do que convergem entre si.

Apesar das inúmeras abordagens e de teorias daí resultantes, o conceito de ideologia, nunca foi objeto de uma fixação conceptual capaz de lhe dar forma com propriedades gerais reconhecidamente aplicáveis a todas as situações geradas pela refrega política. Gabel (1979) entende a ideologia como uma forma de “apreensão não-dialética (reificada) de realidades dialéticas” (Gabel, 1979: 88). Esta recusa da discussão da sua própria fórmula mas, simultaneamente, concebendo-se como ‘a fórmula’ de idealizar o mundo pensado, resulta num carácter esquizofrénico que fragiliza o uso do conceito nas relações políticas do quotidiano (M. L. Martins, 1993). Uma das hipóteses decorre desta circunstância desta realidade ocorrer porque o conceito de ‘ideologia’ espelha uma das descobertas emergentes do conflito político consumadas por indivíduos habitantes em configurações fundadas em apelos de adesão comunitária. Estas são explicativas do fenómeno por que “grupos dominantes podem, em seu pensar, tornar-se tão intensamente ligados, por interesse, a uma situação que simplesmente não lhes permite ver certos factos que iriam abalar o seu senso de dominação” (Mannheim, 1986, p. 66). Tais grupos encontram na preservação, o resguardo tendente a ser entendido como fator de proteção enquanto constância imperturbável. Olhar em frente, avançando para além da condição habitual de vivência, não é vislumbrável por prevalecer o sentido de uma dominância que introduz a noção de satisfação e de estabilização.

O facto dos aludidos grupos reforçarem os seus laços através da agregação das suas conveniências e, praticamente se processar a fusão da diversidade de várias consciências individuais numa só fórmula, mostra que “está implícita na palavra ‘ideologia’ a noção de que, em certas situações, o inconsciente coletivo de certos grupos obscurece a condição real da sociedade, tanto para si como para os demais, estabilizando-a portanto” (Mannheim, 1986, p.

66). Esta noção da 'ideologia' liga-se assim, na sua condição original, à parte dominadora, sendo que, todavia, pelos mesmos motivos, também está na origem da vontade contrária, na medida em que é promotora do seu 'estado nascente' enquanto movimento coletivo revelador de uma "descontinuidade social provocada por uma experiência de morte e renascimento" (Alberoni, 1990, p. 37). O "estado nascente" constitui uma descoberta partir de uma espécie de epifania promotor de uma rutura com determinada forma – ou fórmula – fazendo emergir uma revelação mental que passa a conceber-se não como uma probabilidade do mundo (ultra)passado mas como uma possibilidade para uma nova organização do mundo (Alberoni, 1977).

Mannheim introduz como complemento à noção particularizada e férrea de ideologia a extensão da utopia. Dessa forma não só amplia as possibilidades mas, essencialmente, alargando a compreensão para além do maniqueísmo original que originara e sustentara o conceito ideológico. Afirma no seu enunciado que "o conceito de pensar *utópico* reflete a descoberta oposta à primeira" (Mannheim, 1986, p. 67), na medida em que o que se trata de uma posição visando a desestabilização do que antes era estável. Isto é, enquanto o pensar ideológico localiza-se nos grupos dominantes, o pensar utópico posiciona-se na orientação de certos grupos oprimidos que, a certo ponto da sua existência, estão "intelectualmente tão firmemente interessados na destruição e na transformação de uma dada condição da sociedade que, mesmo involuntariamente, somente vêm na situação os elementos que tendem a negá-la" (Mannheim, 1986, p. 67). Esses grupos fomentam uma conjetura negativa ao ponto de orientarem todas as suas energias de análise de forma transversal, tornando-se incapazes "diagnosticar corretamente uma situação existente na sociedade" (Mannheim, 1986, p. 67) mas fazendo dessa incompreensão de origem, as razões do seu *modus operandi* com vista à transformação.

O mundo e a organização social na forma como se apresenta a realidade não interessa nem preocupa o grupo. Pelo contrário, "procuram logo mudar a situação existente, [uma vez que] o seu pensamento nunca é um diagnóstico da situação (...) e só pode ser usado como uma orientação para a ação". A crença fortalecida e determinada é um dos fatores que revigora o padrão orientador da ação do grupo. Nesta caso domina uma "mentalidade utópica" na qual "o inconsciente coletivo guiado pela representação tendencial e pelo desejo de ação oculta determinados aspetos da realidade" a que não é atribuído qualquer valor. Essa mentalidade desliga-se de tudo o que possa interferir "ou paralisar o seu desejo de mudar as coisas"

(Mannheim, 1986, p. 67). A convicção utópica é tão vigorosa ao ponto de não deixar lugar a qualquer possibilidade de reconciliação com a realidade.

Com esta perspectiva baseada praticamente em contrários, Mannheim diferencia dois significados “distintos e separáveis” promotoras do entendimento da noção “particular” e perspectiva “total” (Mannheim, 1986, p. 81) do conceito de ideologia. A chave para uma e outra interpretação reside na circunstância de ambas partirem do que denominam de ‘ideias’ enrijecidas na sua posição e meio social, sendo que, todavia, as diferenças se mostram relevantes. Particularmente a noção designada de ideologia circunscreve apenas uma parte do conteúdo do pensamento contrário. Em termos gerais contraria a ‘visão do mundo’ “total do opositor” atribuindo-lhe características decorrentes da sua vida coletiva.

Visto restritivamente, a ideologia reside no nível psicológico das partes. Ao versar a totalidade, existe a tendência para se confundir o pensamento e de se não distinguir as épocas históricas, nomeadamente as suas características e categorizações, sem se notar que esta afirmação não se refere “a casos isolados de conteúdo de pensamento mas a modos de experiência e interpretação amplamente diferentes e a sistemas de pensamento fundamentalmente divergentes” (Mannheim, 1986, pp. 82–83). As diferenças colocam a noção particular de ideologia a operar numa psicologia de interesses, enquanto a concepção total “utiliza uma análise funcional mais formal, sem quaisquer referências a motivações” descrevendo objetivamente as “diferenças estruturais das mentes” a agir em contextos sociais diferenciados. No primeiro caso estamos perante um caso em que os interesses são transformados em motes e causas promotores de “mentiras ou ilusão” e, no segundo caso presume-se “simplesmente que existe uma correspondência entre uma dada situação social e uma dada perspectiva, ponto-de-vista ou massa” (Mannheim, 1986, p. 83) inconsciente.

Como se centra no mundo psicológico, do qual nunca se afasta, os grupos possuídos pela denominada ‘ideologia de grupo’ vivem, em “consequência, condicionados pela mesma situação social”. Seguem submetidos às mesmas ilusões em que, na realidade “cada indivíduo participa apenas em determinados fragmentos desse sistema de pensamento, cuja totalidade não é de forma alguma a simples soma destas experiências individuais fragmentárias”. Na cedência de cada indivíduo à totalidade, o sistema de pensamento é integrado sistematicamente”, não como um “mero ajustamento causal de experiências fragmentárias dos membros isolados de um

grupo” (Mannheim, 1986, p. 84) mas como uma adesão de sentidos transformados em valores transversais.

Quer tal dizer que considerar um indivíduo como possuído por uma ideologia resulta sempre do facto de lidarmos com a conceção que atribui à ideologia ‘conteúdos isolados’. Mas, em simultâneo – e só aparentemente contrário -, a ‘conceção total’ de ideologia é sempre considerada no contexto da visão do grupo social. E, no caso, “nem os indivíduos concretos nem o seu somatório abstrato podem ser legitimamente considerados como portadores desse sistema ideológico de pensamento como um todo”. Desta forma, as análises ideológicas que interligam o pensamento do indivíduo com os seus interesses “jamais podem realizar esta reconstrução básica do modo de ver total” (Mannheim, 1986, p. 85), exatamente porque a conceção total de ideologia decorre, desde o seu começo, segundo um nível “noológico e ontológico” (Mannheim, 1986, p. 92). Este duplo nível concebe o embrião da conceção total localizado no aparecimento e conhecimento do mundo no campo psicológico, logo, exclusivamente determinado pela atividade mental do sujeito.

O primeiro estágio da conceção total da ideologia decorre dos contributos recebidos da filosofia da consciência, tanto na interpretação como na compreensão do mundo contemporâneo segundo a perspetiva que coloca “a organização da experiência garantida pela unidade do sujeito que a percebe” (Mannheim, 1986, p. 92) e que, ao relegar a diversidade de acontecimentos dispersos na formação do espírito, entende o indivíduo reificado e exclusivamente produto de uma unidade estrutural. Resulta daqui uma construção realizada segundo uma fictícia “consciência de si” reveladora da “dissolução de um dogmatismo” que produzia a ideia de um mundo inamovível, realizado de acordo com formas definitivas e totalmente separadas dos indivíduos.

O segundo estágio no desenvolvimento da conceção total observa-se na perspetiva histórica mas na vertente “supratemporal” de ideologia. Este entendimento sustenta-se no campo dialético hegeliano ao enunciar o princípio de que unidade do mundo só pode decorrer do seu conhecimento. Sendo essa unidade mutável porque “está num processo de contínua transformação histórica”, promove uma “constante restauração do seu equilíbrio em níveis sempre mais elevados” (Mannheim, 1986, p. 93).

Porque provêm praticamente do mesmo percurso histórico, só através da separação e conseqüente explicação dualística das conceções total e particular se pode chegar à

compreensão geral do fenómeno polissémico que compõe a ideologia. “A conceção particular de ideologia liga-se à total” através da resolução de um complexo processo tendencialmente conflitual promotor da distinção entre “falsificação consciente ou inconsciente”. Entre adversários determinados a provocar a desacreditação estrutural por uma parte, revela-se que, na tentativa de descoberta das fontes de erro pela outra parte, resulta uma “distorção somente no plano psicológico”, o que em si configura “uma aniquilação mais penetrante visto que a ofensiva se dá a nível psicológico” verificando-se aqui a destruição das teorias do adversário através da demonstração de que estas “são apenas uma função da situação social geral prevalente” (Mannheim, 1986, p. 95).

A distinção entre conceção particular e conceção geral da ideologia deriva do destaque concedido “ao papel da posição e dos interesses de classe no pensamento” pela teoria marxista que, tendo a sua origem no hegelianismo, ultrapassou “o nível de análise meramente psicológico” e, ao colocar o problema “num quadro filosófico mais amplo” promoveu um novo significado através da noção de ‘falsa consciência’. O materialismo marxista distingue tanto a prática política como a “interpretação económica dos acontecimentos” como elementos contendo uma significação tão determinada no arquetipo do mundo social ao ponto de se tornarem nos fundamentos ideológicos do “pensamento mais relevantes para a sociedade” (Mannheim, 1986, p. 95)¹⁷.

¹⁷ Desde a sua origem em 1801, a expressão ‘ideologia’ passou por vários entendimentos e interpretações. Da pretendida função separadora, entre ideias boas e ideias más, pretendida pelo seu fundador Antoine Destutt - Conde de Tracy (1804) até à atualidade, o conceito de ideologia passou por várias reformulações. Depois de liminarmente banido por Napoleão Bonaparte, reapareceu como arma do jovem Karl Marx para denunciar o “idealismo” hegeliano como tecnologia de uma dominadora “Ideologia Alemã” (Karl; Marx & Engels, sem data). A noção de falsa consciência, produzida e introduzida nas sociedades com fins políticos precisos, ocupou autores como Lukács (1971) e Gabel (1979), enquanto Althusser (1970) fixou-se na ideologia enquanto aparelho do Estado. Revirado em discussões infundadas, a expressão passou a ser usada como atributo negativo de arremesso político (Bauman, 2007; J. M. Silva, 2003). Para isso contribuíram os seus críticos, nomeadamente Raymond Aron (1962) – para quem a ideologia não passava do ópio dos intelectuais. Na mesma senda, Bell (1980) preconizou o fim da ideologia, vindo a ser secundado pela declaração do fim da história avançada por Fukuyama (1992). De permeio Gramsci (2004) viu nas ideologias não a ideia de causa mas, pelo contrário, o resultado da ação com validade psicológica com consequências nas estruturas sociais. A visão dual de Mannheim (1986), apondo a noção de utopia à ideologia, tem resistido ao ponto de constituir o centro da muito referenciada abordagem de Ricoeur (1991). Os contributos de Thompson (1995), sustentados nos estudos da produção da ideologia dominante (Bourdieu & Boltanski, 1976) e pelos sistemas simbólicos (Bourdieu, 1989), redefiniram a noção dual concebida por Mannheim com vista à sociologia do conhecimento.

4.1.2 Relativizar e relacionar

Qualquer análise do pensamento ideológico revela que esta, na sua aplicação, transfigura-se num meio capaz de formar o “monopólio permanente de uma das partes” e, mesmo em circunstâncias em que partes opositoras sejam postas em confronto ideológico, “os elementos de significado” transformar-se-ão quantitativamente, adquirindo a palavra ideologia” (Mannheim, 1986, p. 102) uma nova significação decorrente dessa defrontação. Isso quer dizer que a formulação porque se expressa o que é ideológico tem propriedades plásticas e mutáveis de acordo com as condições de produção geo-sócio-histórico em que se encontram os atores, podendo ganhar acrescentos e diversificar genericamente a partir da surpresa da revelação do antes impensado no cenário conflitual estabelecido.

Ao longo do processo de transformação da conceção particular intensificam-se as variações de significado. Na conceção total dá-se a possibilidade de submeter a “estrutura total de consciência e pensamento a uma análise sociológica profunda” (Mannheim, 1986, p. 102), sendo que esta, ao contrário da formulação restrita, deve enveredar por uma via genérica da conceção total de ideologia, o que impõe uma abordagem a todas as partes, na medida em que, como já foi amplamente debatido, toda ideologia decorre da existência da diversidade intelectual e do conflito que se estabelece entre elas.

Partindo deste despir de preconceitos, o método de pesquisa sociológica “centra-se na história social em geral” (Mannheim, 1986, p. 102) não só despindo-se como afastando-se do arsenal argumentativo intelectual que lhe dá vida. E, nesse quadro, o método parte de uma fórmula que pode ser simplificada nos seguintes termos:

“A princípio um dado grupo social descobre a ‘determinação situacional’ das ideias de seus opositores. A seguir elaboram-se o reconhecimento desse facto [...] com o qual o pensamento de cada grupo é visto como emergindo de suas condições de vida. Assim torna-se a tarefa da história sociológica do pensamento analisar, sem considerar tendências partidárias, todos os fatores da situação social efetivamente existentes que possam influenciar o pensamento” (Mannheim, 1986, p. 104).

Com o novo significado da sociologia surgem duas “abordagens alternativas para a investigação ideológica”. A primeira abordagem centra-se nas relações estabelecidas entre o ponto de vista intelectual e a posição ocupada na escala social. O tipo de análise decorrente implica a total renúncia por parte do investigador de qualquer noção pré-concebida e, consecutivamente, a aceitação das visões ideológicas que o próprio possa estar em (des)acordo. A segunda abordagem compatibiliza a análise não doutrinal com “uma epistemologia definida” (Mannheim,

1986, p. 102), promovendo-se a possibilidade de se chegar a um conhecimento fidedigno através do *relativismo* e do *relacionismo*.

O primeiro liga o pensamento histórico à posição concreta do pensador, enquanto o segundo integra na aceção histórico-filosófico as teorias do conhecimento não fundadas na relação entre as “condições de existência e os modos de pensamento” (Mannheim, 1986, p. 102), subsistindo a tarefa do discernimento entre o verdadeiro e o falso a fim de evitar que uma “estrutura mental deformada” (Mannheim, 1986, p. 123) constituída numa ‘falsa consciência’ possa conceber resultados disformes. O entendimento do que se entende por falsa consciência, assim como os seus perigos consequentes, sofre aqui uma deslocação de sentido uma vez que deixa de se referir a uma realidade absoluta, pré-determinada e imutável para passar a funcionar como um elemento obstrutor da compreensão da realidade, agora constituída na (in)capacidade de “reorganização dos processos mentais que compõem os mundos em que vivemos” (Mannheim, 1986, p. 120).

O modo diferenciado e separado de conceber o mundo desligado da possibilidade de qualquer conciliação, ou mesmo negociação, acantona os grupos dentro de uma célula intransponível, conferindo-lhes um modo de pensar particular que não admite qualquer colonização. A irredutibilidade e o fechamento do grupo no seu exclusivo sistema de pensamento, em geral, potenciador de conflito, podem também ser “reduzidos a diferentes modos de experimentar a mesma realidade” (Mannheim, 1986, p. 126) sem que esta tenha forçosamente de funcionar/obedecer segundo os cânones imaginados.

É neste quadro variante que a realidade enquanto território de vivência e expressão da verdade construída no processo inter-relacional se torna no epicentro da atenção investigadora. O ceticismo introduzido pela noção de ideologia e utopia reforçam a firmeza no evitar de “deformações ideológicas e utópicas” e das asserções erróneas que o pensamento pode produzir. A nenhuma das duas noções escapa o princípio “imperativo de que cada ideia deve ser julgada por uma congruência com a realidade”, ocorrência que engloba também a preocupação pela circunstância de que os grupos conflitantes imaginam diferentemente essa realidade nos seus pensamentos e atos. Há por isso que contar à partida com uma “multiplicidade das conceções de realidade” funcionando como geradores de uma “multiplicidade dos modos de pensamento” (Mannheim, 1986, p. 126) produtores de práticas diversas tidas individual e grupalmente como a melhor prática em todos os campos da ação vivencial.

4.1.3 Ideologia e sistemas simbólicos

Bourdieu entende que a herança neokantiana posiciona-se perante os universos simbólicos tratando-os como “instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objetos” (Bourdieu, 1989, p. 8). Estes constituem “formas simbólicas”, ou formas de classificação como originalmente foram construídas seguindo o princípio da universalidade. É com Durkheim (2000), mais tarde secundado por Lévi-Strauss (1978) que surgem novas formas de classificação baseadas em formas simbólicas. Estas têm origem em traços distintos a fim de produzir meios de compreensão das sociedades, fazendo assim emergir a transformação das formas-símbolos em formas sociais, meio que possibilita o estudo e a compreensão das sociedades enquanto comunidades com propriedades estabelecidas pelos seus constituintes.

A capacidade atribuída aos sistemas simbólicos de exercício de um poder estruturante decorre da sua natureza enquanto instrumentos estruturados. Esta condição torna-os passíveis de análise estrutural e realiza a possibilidade de, a partir do seu estudo, ser produzido um conhecimento das configurações internas que lhes dão formas, assim apreendendo “a lógica específica de cada uma das formas simbólicas”. Por isso mesmo, toda “a análise estrutural tem em vista isolar a estrutura imanente a cada produção simbólica” (Bourdieu, 1989, p. 9) e promover o conhecimento não na atividade produtora de consciência que lhe subjaz mas do significado produzido pela rede de relações estabelecidas num determinado sistema social.

As ideologias aparecem transportando no seu projeto a particularidade de querer alcançar o absoluto. Nessa perspetiva opõem-se “ao mito” na medida em que estes são um “produto coletivo coletivamente apropriado” enquanto o produto ideológico é projetado a partir de conceções abstratas constituídas em formas materializadas destinadas à implantação e controlo das práticas, com vista a servir fins particulares, genericamente apresentados “como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo” (Bourdieu, 1989, p. 10). As ideologias são, por isso, e antes de tudo, emergentes da produção intelectual decorrente do conhecimento e, por isso, desde logo dominadas pelos interesses das ideias que traçam as linhas de pensamento desses grupos.

Surge dessa relação uma “cultura dominante que contribui para a integração real da classe dominante” através da imediata separação das outras classes e se estabiliza através da circulação de informação entre os seus membros” com o objetivo incrementador da integração “fictícia da sociedade no seu conjunto” através do fomento da “desmobilização das classes

dominadas” levando, desta forma, à legitimação da ordem determinada, “por meio de estabelecimento de distinções – hierarquias – e para a legitimação dessas distinções” (Bourdieu, 1989, p. 9).

A ideologia forma-se na apreensão, como um todo, da relação cultural estabelecida entre plásticas construídas a partir de desarmonias contidas na mesma noção de cultura: a “cultura que une”, fundada na comunicação como intermediário e, por outro lado, a “cultura que separa” observada no contorno recortado pelos instrumentos de distinção, arquitetando-se uma partição proficiente e legitimadora compelindo “todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante” (Bourdieu, 1989, pp. 10–11).

As estruturas estruturadas de comunicação e de conhecimento são as ferramentas com as quais “os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de dominação de uma classe sobre a outra”, sob a forma de “violência simbólica” sustentando-se e contribuindo assim para a fórmula weberiana que entrevia a «domesticação dos dominados» através do exercício e sequente fortalecimento dos que já detêm força reforçada. Os sistemas simbólicos podem ser produzidos e apropriados pelo conjunto do grupo, “ou pelo contrário, produzidos por um corpo de especialistas” agindo num “campo de produção e de circulação relativamente autónomo” podendo, desta forma, encarnar formas antagónicas de posse do poder umas vezes do lado da rutura outras vezes do lado da constância (Bourdieu, 1989, pp. 11–12) .

As funções mais específicas das ideologias produzem-se a partir das condições sociais e para os fins determinados no plano principal pelos “especialistas em concorrência pelo monopólio da competência considerada” e, num plano secundário, para objetivos determinados por não especialistas. É necessário manter o princípio da dupla determinação das ideologias para o que concorrem não só os interesses específicos “das classes ou frações de classes que as exprimem (...), os interesses daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção”, configurando-se um processo recursivo entre o agente e o campo como produtores e produzidos no qual operam, em conjunto, tanto a criação como o criador na transfiguração da ideologia enquanto campo particular de lutas (Bourdieu, 1989, p. 13).

É através de sistemas de classificação em categorias políticas constituídas sob a forma de taxinomias sustentadas em saberes de vária ordem – filosofia, religião, economia, direito, etc., etc – e legitimadas pela aparência que se dá o “efeito ideológico”. Os sistemas simbólicos instituem relações de sentido através do uso da força de forma irreconhecível e impercetível e, é

nesse campo de ocorrências imateriais que a produção ideológica “realiza-se de maneira quase autónoma na base da homologia da estrutura entre campo de produção ideológica e o campo da luta de classes”, constituindo-se “automaticamente formas *eufemizadas* das lutas económicas e políticas entre classes” (Bourdieu, 1989, p. 14).

Em Pierre Bourdieu o poder encontra-se por toda a parte mas nem por isso se dá qualquer tipo de controlo esse poder se mostra facilmente visível ou reconhecível, o que torna o empreendimento de o descobrir “onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado” numa espécie de ausência de vontade geral convocada pela sua natureza intangível. Este poder é tanto mais significativo porque, além de invisível, é também formado sob configurações contraditórias das relações e exercido perante a demissão dos que constituem a maior parte. O mesmo é dizer que a “cumplicidade daqueles que não querem saber” se constitui na força maior dos que estão interessados em ter o poder ao seu lado (Bourdieu, 1989, p. 7).

Por se tratar de um poder praticamente autoinstituído no exterior das relações, o poder simbólico (...) constitui-se num “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização” e concentração, de forma que “só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer ignorado como arbitrário” (Bourdieu, 1989, p. 15) porque desnecessário no exercício da obediência.

Isso significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de “força ilocucionária” resultante da capacidade da linguagem ou de ideias capacitadas para produzir seguidores. É preciso uma relação estabelecida entre quem exerce o poder e os que lhe estão sujeitos, manifesta na crença só possível de identificar na estrutura do campo, a partir da constatação que as palavras, só por si, não têm valor. É a “crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (Bourdieu, 1989, p. 15) mas de quem as produz.

4.2 ESTATUTO, PODER E HONRA SOCIAL

As estruturas sociais moldam-se segundo duas perspetivas (Dahrendorf, 1972). Enquanto as teorias integracionistas sugerem uma sociedade estável, recolhida no consenso e capacitada para responder de forma equilibrada, fruto do reconhecimento do lugar de cada indivíduo indicado pela sua função, a teoria coercitiva encerra em si a predisposição constante da

sociedade para a mudança expondo-se, desse modo, à dissensão e ao conflito, surgindo aqui a noção de desintegração e mudança como uma constante.

Em qualquer das perspetivas, existem fatores que levam os seus membros a “exercer controlo sobre outras posições para assegurar a coerção efetiva” (Dahrendorf, 1972, p. 167). Esse exercício coercitivo marca a fronteira entre os que detêm e os que se submetem à autoridade. Só na presença destas díades se pode dar a noção de controlo de uns sobre outros, na medida em que “as relações de autoridade são, sempre, relações de dominação e sujeição” (Dahrendorf, 1972, p. 168).

De acordo com Weber, entende-se por poder, “a probabilidade de uma ou várias pessoas imporem, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes desta” (Weber, 2004a, p. 175) enquanto autoridade é “a probabilidade que uma ordem, com conteúdo específico, ser seguida por um determinado grupo de pessoas” (Dahrendorf, 1972, p. 168). Poder e autoridade são, deste modo, condições idênticas, seja nas teorias integracionistas formuladas por (Parsons, 1991), seja nas teorias críticas com vista ao dissenso, concebidas por Marx.

A fórmula weberiana de poder estabelece todavia uma diferenciação com a noção de autoridade. Esta diferença reside na circunstância do poder estar intimamente ligado à personalidade de um indivíduo, na medida em que o poder está sempre associado a “um papel ou a uma posição social” (Dahrendorf, 1972, p. 168). O poder resulta de uma relação factual simples, a autoridade configura uma relação de dominação legítima de dominação e sujeição (Dahrendorf, 1972, pp. 159–176). Ajustada à noção política, esta determinação objetiva contida nesta perspetiva de poder remete para a assunção de qualidades destacadas de um indivíduo sobre a generalidade, qualidades essas distintas e com propriedades temerárias que se impõem para além de qualquer posição arbitrária. Este sentido geral forma o âmago que se inscreve na apreensão do poder pelo agente político na medida em que convoca o ânimo pela vertente de honra social e prestígio expressos na visibilidade da atividade política (Parsons, 1963).

A sociedade distingue-se entre três ordens nas quais a hierarquia económica define a ‘classe’ em sentido restrito; a hierarquia social propriamente dita forma os ‘grupos de *status*’ e a hierarquia política origina a formação de ‘partidos’, aqui entendidos como um grupo de indivíduos associados com vista a alcançar ou manter a liderança política”, (...) sendo que “cada das dimensões de estratificação social concebidas por Max Weber é configurada como estando

apoiada num tipo concreto de poder. Deste modo, a formação da ‘classe’ baseia-se no ‘poder económico’, exercitado no mercado; os ‘grupos de *status*’ alicerçam-se no denominado ‘poder social’, que por sua vez surge associado à avaliação que a sociedade faz dos atributos pessoais de um indivíduo, concedendo-lhe um certo grau (positivo ou negativo) de ‘honra’; por fim, os partidos formam-se em função de uma desigual distribuição de ‘poder político’, opondo dominantes e dominados” (Machado, 2005, p. 8).

Apesar desta distinção desenhada sob recortes societais concebidos como ideal-tipo e, logo, por vezes aparentemente desligados entre si, na sua *opus magnum* “Economia e Sociedade” o “autor entende que a nível empírico as três formas de poder e correlativas hierarquias podem surgir relacionadas, de modo estreito e variado” (Weber, 2004a, p. 175) explicando-o na seguinte forma: “o poder, até mesmo o económico, pode ser valorizado ‘por si mesmo’ e com muita frequência a aspiração é condicionada pela honra social que traz consigo. Mas nem todo o poder acarreta honra social. O ‘boss’ americano típico, tanto quanto o especulador típico, renunciam conscientemente a ela; e, de modo muito geral, justamente o poder ‘meramente económico’, sobretudo o poder monetário ‘simples e cru’ não constitui de forma alguma um fundamento reconhecido de honra social” (Weber, 2004a, p. 176).

Ao contrário do ‘patrão’, no caso do político, a honra social constitui a sua matéria-prima vertida em cartão-de-visita e, por isso, jamais dela se pode desligar ou preterir sob pena de se anular e desaparecer. Não é a formação de riqueza económica mas sim o prestígio que dá existência ontológica ao político, apesar deste não se afastar nem se desligar do mundo da economia. Aliás mundo esse, à partida, submetido aos ditames do poder do político e, logo, se constituir numa espécie de encargo do agente político, tarefa a que todavia, a fim de manter o seu poder em escala superior ao económico, é remetida para o rol das consequências práticas da política mas alheia à pessoa singular do agente político. A afirmação dos traços da honra social tem, neste particular, a demonstração das suas linhas particulares de funcionamento de acordo com os preceitos segundo os quais “a honra estatutária costuma encontrar a sua expressão na exigência de uma condução da vida específica, dirigida a todos os que querem fazer parte do círculo” (Weber, 2004a, p. 181). A *honra* atribuída ao político opõe-se à *situação de classe* produzida pelos fatores exclusivos da economia, ligando-se “àquele componente típico do destino vital humano que está condicionado por uma específica avaliação social, positiva ou negativa, da *honra*, vinculada a determinada qualidade que é comum” (Weber, 2004a, p. 180) e que

diferencia, segundo a noção de condução da vida de forma reconhecida, por determinado *grupo de status*.

A ação dos partidos políticos é determinada pelo seu poder nomeadamente pela influência que têm sobre a ação social em geral. Diverge do tipo de ação das classes sociais e dos 'grupos de status' por resultar, sem exceção, de uma relação associativa no interior de uma comunidade. Esta possui "alguma ordem racional e um aparato de pessoas dispostas a pô-la em prática pois o objetivo dos partidos é influenciar precisamente este aparato e, se possível, compô-lo com seus adeptos", corpo onde recrutam os seus partidários e promovem a defesa "dos interesses condicionados pela 'situação de classe' ou pela 'situação de status'" (Weber, 2004a, pp. 185–186) incluídos nas suas condições de alinhamento estatutário. Apesar desta relação associativa abranger "especialmente uma ação social política", na qual as classes, grupos de status e partido, "realizam as suas atividades não significa que estejam restritos ao âmbito de determinada comunidade política" (Weber, 2004a, p. 186).

O rigor atribuído à ordem racional dos partidos políticos tende a transformá-los em organizações desenhadas sob traços de dominação. É certo que o objetivo de qualquer partido é lutar pelo domínio e, através do poder conquistado, transformar os seus princípios em práticas generalizadas, isto é, condicionar toda a ação social de acordo com a visão dos que compõem os seus associados ou membros. Esse objetivo determina a sua disposição organizativa, assente muitas vezes num rigor manifesto "de forma 'autoritária', sem examinar antes as formas estruturais da dominação social, em geral" (Weber, 2004a, p. 186). O autoritarismo que envolve o partido assenta em configurações drásticas de existir, o que tributa a organização numa "capacidade específica de confiscar para si todos os conteúdos possíveis de uma ação de associação, e de fato não há nada no mundo que não tenha sido, em algum tempo ou lugar, objeto da ação social de associações políticas" (Weber, 2004a, p. 156) .

Na senda da diversidade objetiva weberiana, o caso do poder político é também ele correlativo com outros tipos de poder, sendo inclusive o campo no qual a noção de poder ganha as suas formas mais amplas e puras. Atualmente, o poder conferido e transportado pelo agente político é um poder cujos limites e proveniências se tornaram difusos e com origens diversas, tendo assim acompanhado uma transformação do pressuposto de honra social, distinção cada vez mais volátil e estabilizados em processos oligárquicos, e dominados por atos de caciquismo (Costa, 1901; O. Martins, 1957). Com estes atravessamentos, desde logo o poder económico, tal como

o distingue Weber, se reconverte nas suas formas de produção transformando-se no poder visível e manipulador, invadindo e fazendo deslocar o ponto central da política e dos pressupostos da sua objetividade. Na rarefação do poder político concorrem também, outras ordens não tipificadas atravessadas por estratégias historicamente apreendidas de submissão baseadas na afirmação através de uma hierarquia interna que vão sendo percorridas em simultâneo com a reconversão de vários tipos de capital em capital político (Bourdieu, 1979b).

O objetivo do político é estar na posse de condições pessoais que possibilitem ser um agente, se não mandante, pelo menos fazendo parte do círculo mandante. Na política quem manda está num lugar privilegiado para dispor do princípio dominador, matriz cardinal do poder político. Dominação, no sentido geral, “é, a possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria” (Weber, 2004a, p. 188) e esta, podendo apresentar-se sobre diversas facetas na forma de conceber, lega atrás de si um possuidor do poder, alguém na forma personificada ou grupal, que se transforma no proprietário do comando.

Apesar da possibilidade de variados tipos de poder, existem duas formas particulares e radicalmente opostas de dominação (Weber, 2004a): “a dominação em virtude de uma constelação de interesses (...) “e por outro, a dominação em virtude de autoridade” (Weber, 2004a, p. 188). Em geral a dominação em virtude de interesses está patenteada nas situações em que o interesse reveste-se na forma de um monopólio enquanto a segunda estabelece-se numa relação de “poder de mando e dever de obediência” (Weber, 2004a, p. 188). A dominação baseada nos interesses representa um tipo de dominação “concatenada com o uso da força” (Weber, 2004a, p. 155) e verifica-se a maior parte das vezes no campo económico, enquanto a dominação resultante da obediência exclui a violência por incorporar o reconhecimento do mandante que o legitima, localizando-se mais ao domínio da associação política.

Todavia, é possível encontrar sinais dos dois tipos de dominação contrários nas organizações que dão corpo e conteúdo funcional aos partidos políticos. A contingência destes assentarem a sua existência na perspetiva continuada dos seus membros suscita o aparecimento de uma outra forma estratégica denominada de dominação secreta (Weber, 2004a). A dominação secreta não é mais nem menos do que a vertente não tateável que ocorre no fluxo de relações do partido e se produzem segundo “os dispositivos específicos da dominação, baseados numa relação associativa” (Weber, 2004a, p. 198) cuja expressão real resulta da circunstância de que

“determinado círculo de pessoas, habituadas a obedecer às ordens de líderes e *interessadas* pessoalmente na conservação da dominação, por participarem desta e de suas vantagens, se mantêm permanentemente disponíveis e repartem internamente aqueles poderes de mando e de coação que servem para conservar a dominação da organização” (Weber, 2004a, p. 198). O grosso da realidade de um partido político são os seus membros cujo motivo principal da sua existência consiste em fazer existir o partido, assim persistindo conjuntamente nessa existência.

4.3 LÓGICA IMANENTE DO CAMPO POLÍTICO

Como Weber (2004a), também Bourdieu entende o campo político formulado segundo preceitos da economia, neste caso particularizado no jogo da oferta e procura, nomeadamente na relação de concorrência estabelecida entre os mandantes, os mandatários e as suas organizações e na “desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada” (Bourdieu, 1981, p. 4) cujos alicerces mantêm estáveis as relações estruturadas segundo a posse de poder. O facto de se dar uma concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada quanto mais desapossados material e culturalmente forem os aderentes, sendo este um dos traços mais evidente e determinante das associações geradas no interior das fronteiras da geografia da política porque revelador de uma divisão entre dominantes e dominados.

O campo político oferece instrumentos de percepção e de expressão do mundo social comandado pela censura, manifestos na limitação do discurso político. Assim, limita o que é pensável e dizível, num processo produtivo e reprodutivo, formulado nas fronteiras dessa finitude através da relação que se estabelece entre os interesses de determinada classe e “a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por esse modo, da política, lhes assegura” (Bourdieu, 1981, p. 4). A liberdade de pensar, dizer e fazer, apresentados como substância dos sistemas políticos resultam limitados pelos lugares de classe ocupados pelos grupos em confronto.

A *intenção* decorrente do costume, formado segundo o *habitus*, estabelece-se dentro do campo político de acordo com leis que, além de regerem a entrada no campo, estabelecem as coordenadas “do universo das técnicas de ação e de expressão” que na manifestação pública das suas intenções, ao promoverem a “passagem do implícito ao explícito”, realizam “um ato de instituição” (...), representando esse ato “uma forma de oficialização, de legitimação” (Bourdieu,

1981, p. 4) atribuído a todos os seus componentes, seja aos distinguidos individualmente como legitimados, seja aos que se distinguem coletivamente por estarem na posse da capacidade de legitimar.

No campo político cabe aos membros tornados especialistas levar a cabo o empreendimento da produção das “formas de percepção e de expressão politicamente atuantes e legítimas” (Bourdieu, 1981, p. 4) arquitetando-se, desse modo, um limitado corpo que se constitui no monopólio dos profissionais, um reduzido número de “unidades produtivas” (Bourdieu, 1981, p. 4), eles mesmos funcionando sob constrangimento e controlo dos mesmos profissionais coagidos pelo domínio das leis do campo. Estes especialistas visam a promoção da representação junto dos que estão “condenados à fidelidade” (Bourdieu, 1981, p. 4), em geral, um corpo de consumidores que, por se revelar genericamente desprovido “de competência social para a política” (Bourdieu, 1981, p. 4) se vê condicionado na expressão da sua liberdade, assim evidenciando que “o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem” (Bourdieu, 1981, p. 4), praticamente estabelecendo o seu funcionamento segundo estratégias hegemônicas nos quais cada qual parece saber ocupar um lugar reconhecido como seu por atribuição espontânea. A circunstância das classes dominadas serem as que mais persistentemente se vêm submetidas aos constrangimentos introduz no campo político uma constante traduzida na impossibilidade de escolha, o que praticamente resulta num único desenlace concebido na premissa de que só lhes resta entregarem-se ao partido.

Nesta relação de submissão de classe nasce a necessidade de organizações permanentes na política. Essas organizações são pensadas segundo uma doutrina e organizadas conforme um programa de pensamento e ação, “orientados para a conquista do poder” (Bourdieu, 1981, p. 4) e, por isso, como se de um corpo castrense se tratasse, “exigindo uma adesão global e antecipada” (Bourdieu, 1981, p. 4) dos seus componentes a quem não são autorizadas reservas ou dúvidas ao fundamental do partido. Este requisito torna claro que uma das condições de existência de tal organização em estado permanente é a condição *de representação* que subjaz “a ameaça de desapossamento dos membros insignificantes da ‘classe’” (Bourdieu, 1981, p. 4), desde logo remetidos para a exclusiva possibilidade de ser representados e colocados sob a improbabilidade de representar.

A liberdade, monopólio dos que dominam o partido, constitui um meio dos “mandatários imporem os seus interesses dos seus mandantes” (Bourdieu, 1981, p. 4), dando-se propriedade e localização específica de classe à perspectiva de livre arbítrio. Só os que dominam o partido têm a verdadeira liberdade de escolher, ato que decorre quando filtram e limitam os elementos colocados em lugares de serem escolhidos. O desapossamento da maioria e a concentração de meios numa minoria concentra o património de produção política nas mãos destes poucos profissionais e, é a posse dessa competência específica, um traço do *habitus* que se impõe como uma preparação especial e que lhes aumenta “a probabilidade de sucesso no jogo propriamente político” (Bourdieu, 1981, p. 4) que se forma os deveres antagónicos de uns e de outros.

Para que os mandantes apareçam no seu papel e se descubram nesse lugar existe, em permanência, uma indelével aprendizagem subliminar “para adquirir *corpus* de saberes específicos” (Bourdieu, 1981, p. 4) historicamente produzidos pelos profissionais, nomeadamente as teorias partidárias, as problemáticas internas, as linhas fronteiriças dos conceitos, as tradições históricas geralmente denominados ‘valores’, os dados económicos, o domínio da linguagem específica colorida por metáforas capazes de serem reconhecidas como competências de tribuno, orador de palavra enriquecida e frase certa a alojar-se no ouvido, causando escuta inelutável e graciosa (Jeffrey, 2001).

Nesta aprendizagem é preciso também não desconsiderar os ritos iniciáticos e os ritos de passagem definidos nos códigos do direito de entrada, cujo propósito latente é o de inculcar “o domínio prático da lógica imanente do campo político” (Bourdieu, 1981, p. 6) traduzido na submissão dos corpos e dos espíritos, num processo interno sobre o agente. Faz parte o desapossar de si em favor das hierarquias e dos valores enunciados como fundamentais, nomeadamente o apreender silenciosamente as formas do “indizível e do impensável” e o aprender a interiorizar o “que pode ser pensado” (Bourdieu, 1981, p. 6) e a exteriorizar o que pode ser dito politicamente a fim de colocar em prática toda a captação intelectual das formas objetivas da ideologia.

4.4 PRIVILÉGIOS DE JOGAR O JOGO POLÍTICO

O aparecimento das grandes burocracias políticas que ensinam as instituições a aumentar o campo da produção ideológica tem colocado o direito de entrada num patamar de elevação,

nomeadamente fazendo emergir, através dos ensinamentos de ciência política e afins, “produtores profissionais de esquemas de pensamento de expressão do mundo social” (Bourdieu, 1981, p. 6) com vista à produção da “racionalização da competência que o universo da política exige” (Bourdieu, 1981, p. 6). A perspectiva da aprendizagem da política desloca-se das práticas adultas intrometendo-se nas aprendizagens a partir das idades plásticas passando a alimentar também o imaginário juvenil das escolhas ideológicas, dessa forma antecipando a idade da compreensão das linhas doutrinárias em confronto como também aumentando o mercado dos participantes ativos no campo político (Pais, 2001).

Existe o sentido prático do espaço, competência que o político deve dominar de modo a estar preparado para as “tomadas de posição possíveis e impossíveis, prováveis e improváveis” (Bourdieu, 1981, p. 6), escolhendo, a cada momento, aquela que melhores recursos lhe pode aprovar e evitando os que menos lhe podem servir. O domínio deste “sentido do jogo político” produz uma dupla função na medida em que explica o modo como os políticos preveem “as tomadas de posição dos outros políticos” (Bourdieu, 1981, p. 6) ao mesmo tempo tornando-as previsíveis para os adversários, desta forma desempenhando, “com constância e sem surpresas nem traições o papel que lhes cabe na estrutura do espaço de jogo” (Bourdieu, 1981, p. 6). A fórmula revela como a adesão absoluta e “fundamental ao jogo político”, o que Bourdieu denomina de *illusio*, nada mais é do que o “investimento no jogo”, simultaneamente produto e “condição de funcionamento do jogo” (Bourdieu, 1981, p. 6).

E, nessa condição, o *illusio* evidencia-se como um expediente tornado método e processo na construção tanto do campo político como na formação das linhas estratégicas dos agentes, sendo estes, em simultâneo, produtores e produzidos do próprio jogo. O jogo político ganha dimensão através da adesão dos seus agentes às configurações do campo – aprendizagens do aceitável e inaceitável, ritualizações internas e externas, produção dos discursos, etc..., por um lado e, nos sentidos da aplicação e aceitação de todos os seus componentes, geralmente revelados numa aparência graciosa, por outro.

“(…) todos os que têm o privilégio de investir no jogo (...) para não correrem o risco de se verem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, quer se trate do simples prazer de jogar, quer se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital social, aceitam o contrato tácito que está implicado no facto de participar no jogo, de o reconhecer desse modo como valendo a pena ser jogado” (Bourdieu, 1981, p. 7)

O princípio da *di-visão* do mundo patenteia-se na luta pela transformação ou conservação do mundo social através da transformação ou conservação da visão desse mundo num processo em que as ideias são sempre subordinadas à lógica de conquista do poder. As condições de possibilidade expressam-se na assunção na “luta pelo poder simbólico de fazer ver e crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer” (Bourdieu, 1981, p. 8) numa luta destinada a manter ou subverter “a distribuição do poder sobre os poderes públicos” (Bourdieu, 1981, p. 8). Os partidos políticos constituem o tipo de organização “de combate” com vista a “conduzirem esta forma sublimada de guerra civil” (Bourdieu, 1981, p. 8) pelo que para garantirem uma “mobilização duradoira”, impõem uma representação do mundo não só capaz de atrair mas também de conquista de “postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre os seus atributários” (Bourdieu, 1981, p. 8).

Existe uma concordância entre representante e o representado que não se verifica do encontro de interesses com a clientela ou mesmo por algum constrangimento mas, da “homologia” provinda da concorrência no interior do campo que impõe aos profissionais a satisfação dos interesses dos seus mandantes. Por um lado “a dedicação, por obrigação, aos interesses dos mandantes faz esquecer os interesses dos mandatários” e, por outro “a relação, aparente, entre representantes e representados, concebidos como causa determinante (...) ou causa final (...) dissimula a relação de concorrência entre os representantes e, ao mesmo tempo, a relação de orquestração entre os representantes e representados” (Bourdieu, 1981, p. 9). A conquista do poder enquanto fim último da política constrói, nos seus interstícios, uma trama de interesses idênticos mas diferenciados na abordagem segundo as posições ocupadas entre representantes e representados.

4.5 TER CRÉDITO PARA PRODUZIR CRENÇA

Tanto “os partidos, como as tendências no seio dos partidos, só têm existência relacional” (Bourdieu, 1981, p. 9) pelo que aquilo que eles professam decorre em grande medida daquilo que professam os que elegem por contrários – ou contrapostos. Este facto é o que faz emergir a ideia dos partidos se oporem entre dois polos, sendo essa condição a única que faz sentido nos seus atos e discursos: relacionam-se por “meio do jogo das oposições e das distinções” (Bourdieu, 1981, p. 9) para, dessa forma, se distinguirem perante os profanos.

A concorrência pelos profanos é uma das características do campo político, sendo as ideias e a força que possam ou não ter, o fator de reconhecimento dos que se socorrem do silêncio. No que diz respeito aos profanos não se espera uma disputa pela sua qualidade mas sim pelo seu número. Quanto mais são mostrados maior é a força evidenciada. A generalidade das ideias dos políticos não se afirma por um valor de ciência mas pela força da mobilização que alcançam.

Ter palavra política conota-se com uma espécie de contrato que “empenha imediatamente o seu autor” perante o seu grupo. A natureza deste compromisso desfaz as fronteiras entre “dizer é fazer”. A primeira missão do político é “fazer crer que se pode fazer o que se diz”. Esta diluição, constituída na crença, aparta o agente político. Desse modo dá a conhecer e faz “reconhecer os princípios de *di-visão* do mundo social”, apartando-se nas propriedades específicas do seu campo.

O capital político, enquanto forma de capital simbólico, funda-se no crédito tacitamente convencionado na crença e no reconhecimento da posse de propriedades indelévels e que são explicáveis “nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa os próprios poderes que eles lhe reconhecem” (Bourdieu, 1981, p. 14; M. L. Martins, 1990). O capital simbólico é um tipo de capital cujas características de atribuição se apresentam atravessadas por uma noção retrovertida, na medida em que é necessária a distinção de alguém por um coletivo que o autentica (Bourdieu & Wacquant, 2013).

A posse de capital simbólico promove o usufruto de poder simbólico, um poder no qual “aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito” que o torna acreditável perante todos em tudo o que disser e fizer, “pondo nele a sua confiança” (Bourdieu, 1981, p. 14), afinal atributos de quem transmite segurança e enuncia esperança (Foucault, 2008). Com o passar do tempo aquele a quem é conferido posse do crédito passa a deter mais uma condição superlativa de existência: o magnetismo e a atração do “carisma (...) produto do credo, a crença” (Bourdieu, 1981, p. 14), sustentáculo da obediência enquanto atributo funcional da conformidade (Milgram, 2009). Por isso, obedecerá ao que dele espera o grupo, estando este disposto a continuar a obedecer-lhe e a creditar-lhe infinitamente enquanto durar o processo de confiabilidade fundado na crença (Abelson, 1988).

Por estar dependente da confiança e porque esta se traduz num conceito imaterial decorrente da convicção posta num agente (Abelson, 1988), logo “dependente da representação, da opinião,

da crença” (Bourdieu, 1981, p. 14), pode dar-se a perda do valor fiduciário do político em circunstâncias que promovem o desmoronamento do crédito que lhe estava depositado. Tal como os banqueiros, os homens políticos são homens de honra (Stewart, 2015) e, como tal, vulneráveis “às suspeitas, às calúnias, ao escândalo”. Ou seja o seu capital específico é também um capital volátil capaz de desaparecer porque não resiste “a tudo o que ameaça a crença, a confiança” e não suporta o aparecimento de informações escondidas em “ditos secretos” tanto do “passado” como do “presente” que apenas servem para “desacreditar o seu autor” (Bourdieu, 1981, p. 14).

4.6 O CAPITAL CULTURAL POLÍTICO

O político apresenta uma autoridade singular, aquilo a que se designa habitualmente por ““peso específico”” provinda da “força mobilizadora que ele detém quer a título pessoal quer por delegação” enquanto “mandatário de uma delegação” ou como mandatário de uma organização cujo historial esteja atravessado por “um capital político acumulado” (Bourdieu, 1981, p. 18). Um traço essencial reside no facto do capital político estar remetido ao passado e ao entendimento, ou descodificação, sobre o que esse passado quer dizer no campo regional em estudo (Coleman, 1988).

De todo em todo, regra geral, o capital pessoal provém da notoriedade e da popularidade e tem origem não exclusiva no facto de “ser reconhecido” porquanto os dados biográficos, como “um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma boa reputação” (Bourdieu, 1981, p. 18), constituem os condimentos que temperam e apuram a noção de prestígio e dão lugar a uma certa deferência do campo, promotora da formação do indivíduo distinto em que se transforma o político (Bourdieu, 1979b).

O capital pessoal resulta, em muitas circunstâncias, da reconversão do “capital de notoriedade acumulado” proveniente de outras esferas, nomeadamente na participação da vida associativa, na intervenção nos media e, em particular, em atividades profissionais que, tal “como as profissões liberais, permitem tempo livre”, tempo disponível não só para investir mas também aumentar e, principalmente, diversificar as aplicações de capital individual. Dispor de tempo livre supõe “um certo capital cultural” (Bourdieu, 1981, p. 19), geralmente considerado um capital de elevação inscrito no corpo e na mente da pessoa, daí provendo uma ampla disponibilidade de recrutamento do agente pela globalidade do campo, na medida em que o seu capital pessoal

também concorre para capital de cada instituição onde participa. Constitui-se num tipo de capital incorpóreo e, por esse motivo, desaparece com o desaparecimento da pessoa que empresta o corpo.

Há que distinguir o capital pessoal do ‘notável’, o qual resulta de “uma acumulação lenta e contínua” – quiçá proveniente, na origem, de esforço solitário e cujas propriedades totais são obtidas na extensão do reconhecimento público –, e não o confundir com o capital pessoal “heroico ou profético”, um capital carismático, despontado de uma ação que se “fundamenta e se legitima por si própria” e que transforma o indivíduo em alguém possuído por uma qualidade mágica e inexplicável e que, aos olhos dos desligados das coisas da política é visto com propriedades magnéticas e encantatórias (Bourdieu, 1981, p. 19).

Pelo contrário, o capital delegado é “produto da transferência limitada e provisória (...) de um capital detido e controlado pela instituição” (Bourdieu, 1981, p. 19) e que aí se manterá, haja o que houver. A extinção do capital delegado só se dá por determinação ou pela morte da entidade que o detém. Trata-se de um capital aprisionado pela instituição e, apesar de a sua história contar com a participação de indivíduos que, por vezes, possuíram um alto capital pessoal, distingue-se destes por estar localizado num sistema humano coletivo de fluxos com sentido, como é uma organização (Bourdieu, 1997; Coleman, 1988; G. Morgan, 2006; Portes, 1998; Weick, 1995).

Só a organização pode delegar essa autoridade e quando o faz, fá-lo limitando-o no tempo, assim controlando a forma como esse capital deve ser usado. O capital simbólico que um partido adquiriu e acumulou ao longo do tempo e que provém do “reconhecimento e de fidelidade e que a si mesmo se dotou”, sustenta-se nas suas “estruturas objetivas como a burocracia da organização (...), os postos que ela oferece (...) nela própria ou nas administrações públicas, as tradições de recrutamento, de formação, de seleção (...), em atitudes de fidelidade ao partido” (Bourdieu, 1981, p. 19) e em praticamente todos princípios que os seus membros concebem como as linhas próprias e diferenciadoras da instituição (Duverger, 1970; Jalali, 2017).

4.7 DUALIDADE DA INVESTIDURA - DO CAPITAL DELEGADO À OBJETIVAÇÃO DO CAPITAL

O agente político obtém o capital delegado através de um quadro solenizado e ritualizado, em geral debaixo dos símbolos da entidade detentora do património delegável (Hallett, 2003). O facto de se estar perante uma decisão em que o partido decide ‘investir’ todo o seu capital

simbólico em determinada pessoa, resulta também da perspectiva de se acrescentar capital ao capital, isto é, ao juntar-se o capital acumulado do partido com alguém detentor de um amplo capital pessoal, as duas formas de capital concorrem para o engrandecimento recursivo das partes (Bourdieu, 1979b; Coleman, 1988; Hallett, 2003).

É daí que nasce a ‘investidura’ daquele que passa a deter o capital delegado. A ‘investidura’ é o resultado do reconhecimento, portanto uma “contrapartida de um longo investimento de tempo, de trabalho, de dedicação, de devoção à instituição” e tem uma significação simbólica. Esse significado é traduzido num ato “mágico da instituição pelo qual o partido consagra oficialmente o candidato oficial a uma eleição” num processo marcado pela transferência de um capital político ao agente (Bourdieu, 1981, p. 19). No ato da investidura verifica-se uma prática em que a estrutura e agente promovem, recursivamente, uma dualidade (Giddens, 1984), numa perspectiva circular em que um e outro acrescentam algo mais, respetivamente, a outro e a um: “a instituição investe aqueles que investiram na instituição” (Bourdieu, 1981, p. 19), desse modo verificando-se o empoderamento orbicular e recíproco da estrutura organizacional para o agente e deste para a organização (P. L. Berger & Luckmann, 1967; Giddens, 1984).

A objetivação do capital político é o propósito final de todo o capital delegado, porquanto, no processo de solidificação profissional do agente, este último capital funcionará como meio com vista à sua “materialização em ‘máquinas políticas’, em postos e instrumentos de mobilização e a sua reprodução contínua por mecanismos estratégicos”. É através da objetivação do capital político que o agente passa a incorporar em si as defesas que lhe asseguram uma “independência relativa perante a sansão eleitoral”. Constitui-se num tipo de capital controlador das incertezas que, no sentido retrogressivo submeteram o agente à dominação, delineando progressivamente uma experiência cumulativa de capital político em que, gradualmente, foi deixando de “pagar com a sua pessoa” adquirindo propriedades de capital que permitem fazer perdurar “os detentores dos postos mantendo os postos” (Bourdieu, 1981, p. 20). Mais do que aprendidas, as particularidades das configurações do agir no e pelo partido são apreendidas e marcadas objetivamente no corpo, nos discursos e nos sentidos do profissional (Elias, 2004).

A progressão na carreira política é cada vez mais facilitada pela objetivação do capital político, sendo certo que, à medida que a sua acumulação vai avançando ao longo do tempo, tanto mais a atividade se desloca e subordina-se “à conquista dos postos e tanto mais os militantes, ligados apenas pela sua dedicação à ‘causa’, recuam em proveito de ‘prebendados’” (Bourdieu, 1981,

p. 20). Quanto mais poder político se grangeia ao longo do tempo, mais ‘desinteressados’ se tornam os militantes pelos interesses. Os prebendados não são nem mais nem menos do que uma espécie de clientes ligados e “dedicados ao aparelho de modo duradouro pelos benefícios e os ganhos que lhes garante [acesso à] redistribuição de uma parte do espólio material ou simbólico” (Bourdieu, 1981, p. 20) conquistado com alguma intervenção, nomeadamente, como constituintes da força silenciosa promotora da ausência de intervenção crítica (Brummett, 1980).

O processo de objetivação do capital político contém em si as estratégias tendentes a alongar as carreiras individuais na política. Trata-se da explicação como os agentes políticos se naturalizam enquanto indivíduos dotados de qualidades extraordinárias para o exercício da política como profissão sem contudo, na realidade mais profundamente observada, se tratar da posse de qualquer dom excepcional (Weber, 2005b).

4.8 CONSTRUÇÃO POLÍTICA DOS ‘NOSSOS’ - DO INDIVÍDUO PARA O PARTIDO

Qualquer empreendimento político é, por um lado, campo de lutas internas entre tendências e, por outro, uma organização pronta a funcionar de acordo com a lógica do aparelho “capaz de responder instantaneamente às exigências estratégicas inscritas na lógica do campo político” (Bourdieu, 1981, p. 20), estando por isso mais preso às fidelidades e menos aos aspetos de índole cultural. As ações imediatas inscrevem-se na capacidade instalada de quem detém o poder sem haver qualquer confrontação por parte dos devotos. A lealdade dos que rodeiam é um pressuposto estabelecido, determinado pela aceitação acrítica e demonstração, a todo o tempo, que a sua existência é real e inquestionável (Duverger, 1970; Michels, 2001). Estes traços de funcionamento do aparelho explicam o porquê da necessidade da “delegação incondicional e duradoura” dos mandantes (Bourdieu, 1981, p. 20).

A tentação pelo aparecimento de oposição interna é, desta forma, desaconselhada, “dado que está condenada a aparecer como conluio com o inimigo” externo, assim denotando uma espécie de aliança com aqueles que o aparelho combate. Por esse motivo, regra geral, a oposição interna, quando existe, opta pelo silêncio. De outra forma é categorizada pelos fiéis como aqueles que estão dispostos a ‘incendiar a própria terra’, acusação trajada de tal gravidade ao ponto de funcionar como um catalisador no apelo ao mais profundo sentimento de defesa com o fim de “reforçar a unanimidade do ‘nós’ ameaçado que predispõe à obediência militar” (Bourdieu, 1981, p. 20) e ao avanço cego contra a infidelidade.

Em certas situações o aparelho vê como positivo enunciar a existência de uma oposição interna mesmo sabendo que tal não existe. O conceber desse imaginário é uma prática que tem como objetivo enlaçar o envolvimento para reforço do ‘nós’ que é necessário construir na junção dos leais (Muirhead, 2006). O “espírito do partido” constituído num “espírito de corpo”, no qual os que são ‘contra’ são anulados pelo aparelho, resulta dos efeitos “psicossomáticos da exaltação da unanimidade das adesões e das aversões”, a que não se pode ignorar também a “angústia da exclusão e da excomunhão”, ameaças sempre presentes no entrelaçado constrangedor que tece as malhas do aparelho político (Bourdieu, 1981, p. 20).

Na relação que se estabelece entre a ‘posição interna’ e a ‘oposição interna’ – entre os que estão a ‘favor’ e os que estão ‘contra’ – em ordem a aniquilação dos segundos estabelece-se uma “ambiguidade da luta política” identificável na afirmação da sua natureza enquanto “combate por ‘ideias’ e ‘ideais’”. À sempre conclamada luta pela afirmação das convicções, deve-se acrescentar outro tipo de disputa como “o combate por poderes (...) e por privilégios” (Bourdieu, 1981, p. 20), propósitos constituídos sob o manto discreto das regalias.

No princípio era o agente; ele só, individualmente constituído como detentor das qualidades destacadas que dão corpo e espírito ao político (Foucault, 1994, 2008). A partir de meados do século XIX esses indivíduos de classe superlativa passaram a agrupar-se em assembleias políticas. Baseadas nas afinidades entre os seus membros e no comum acordo para a ação, esses grupos tinham, como objetivo principal, “enquadrar os eleitores por comités capazes de tornar conhecidos os candidatos e de canalizar os sufrágios na sua direção” (Duverger, 1970, p. 20) para se apresentarem às eleições. A lógica da organização do espaço parlamentar de eleitos deu lugar, por seu lado, a configurações grupais de eleitos.

Portanto, mais do que a necessidade de construção de um agente mediador entre o Estado e a sociedade civil (Bobbio, 1982; Gramsci, 2010), os partidos políticos são, antes de tudo, estratégicos agregados de interesses particulares, constituídos em grupos, atravessados pela vontade comum, ora de acesso, ora de manutenção do poder do Estado (Mair, 2003).

À partida, as conveniências grupais afiguram-se, primordialmente, atravessados pela “comunidade de doutrinas políticas” mas, na realidade, são a “vizinhança geográfica e a defesa profissional” a imporem-se como fatores agregadores, surgindo, na dinâmica dos encontros e das discussões, a associação de ideias comungadas entre os seus elementos. Esses grupos

eram conhecidos por ‘comités eleitorais’ e, pese embora a sua aparência coletiva, um só indivíduo podia constituir-se num comité. Na maior parte das vezes, os acompanhantes não eram mais do que amigos de um candidato. A sua presença emoldurava mais do que participava e tinha como função ultrapassar o fator negativo e, nada apreciado pelos eleitores, do candidato que se apresentava só (Duverger, 1970, p. 20).

Aos fatores regionais e causas ideológicas é necessário adicionar uma outra motivação consubstanciada nos interesses (Foucault, 1994). No caso, o alcançar de postos estatais e cargos ministeriais com vista à manutenção no poder tomam o lugar central das práticas de todo e qualquer agente político. Os recursos historicamente engendrados por políticos incluem estratégias tão perversas como, por exemplo, a compra de votos¹⁸.

Surgidos da “criação externa” ou da “criação eleitoral e parlamentar”, não restam dúvidas que “o conjunto de um partido é essencialmente estabelecido por uma instituição pré-existente” (Duverger, 1970, p. 26), cuja atividade exterior aos institutos estatais de poder é, todavia, totalmente orientado para a conquista e manutenção do poder do Estado. A natureza do seu surgimento no que aos seus componentes diz respeito é, contudo, marcada por significativos traços diferenciados de reivindicação social.

Os indivíduos transformam-se em agentes políticos interligando-se ou em grupos partidários de quadros ou em grupos partidários de massas. A classe de origem e o estatuto historicamente adquirido parecem orientar o destino partidário. Enquanto a noção de quadro é atribuída a indivíduos possuidores de capacidade técnica possibilitadora de atividade autónoma e individual, as massas referem-se a um conjunto de elementos iguais entre si, geralmente atravessados pela ausência de capacidade autonómica e que, no limite, fruto da similitude entre os seus membros, estão condenados à desindividualização. Dessa forma, os partidos de quadros provindos dos originais comités, apresentam-se “descentralizados e de articulação enfraquecida”, ao passo que os partidos de massas “correspondem aos partidos alicerçados nas secções mais centralizadas e mais fortemente articulados” (Duverger, 1970, p. 106).

¹⁸ Duverger (1970) recorda a revelação de Ostrogorsky (1979) sobre a existência em Inglaterra, no início do século XVIII, do *the Patronage secretary*, figura que dispoñdo do poder de “nomeação dos cargos do governo”, controlava “de muito perto os seus votos”, assim ficando conhecido como o homem do chicote por lhe competir punir e manter “uma severa disciplina” à volta do voto transacionado (Duverger, 1970, p. 22).

Esta divisão, ajustada ao tempo histórico do surgimento dos partidos políticos, explica o típico ideal inscrito nas estruturas antropológicas originais da sua criação. As dinâmicas históricas e eleitorais introduziram transformações tendentes ao aparecimento de uma “terceira categoria”. As configurações descentralizadas dos partidos de quadros interpenetraram nos partidos de massas. Em simultâneo, os traços de firmeza organizacional dos partidos de massas introduziam-se nos partidos de quadros. Com este caldeamento o *partido-classe* dá lugar ao *partido-élite*, superando-se a “era das massas”. Mudada a ordem de sentido, surge o agente político transformado. Apesar do interior de cada partido passar a contar com graus diferenciados de atividade, fidelidade e comunhão ideológica, a divisão persiste nas formas ideológicas com que cada partido se afirma (Duverger, 1970, pp. 99–106).

O passo inicial de qualquer agente político é constituir-se militante. Ser militante é fazer parte do partido de pleno direito. Essa é a condição necessária para, mais tarde, se poder aceder na hierarquia do poder partidário e tornar-se na condição de ‘representante’ de todos os outros militantes do partido (Bourdieu, 1981). A maior parte dos militantes, por razões de diversa ordem, fazem parte da massa uniforme de indivíduos que comungam as ideias do partido sem dessa condição se destacarem (Brummett, 1980). Para além da atitude passiva, há uma minoria de militantes cuja capacidade retórica e destreza na articulação verbal não só os descola para a primeira fila como também os destaca no reconhecimento da generalidade. Essa característica fazem desses militantes os potenciais delegados (M. Martins & Neves, 2000) .

O político faz parte e obedece a um sistema de partidos que, aliás, o próprio sistema, ajuda a dar vida traçando e mantendo as suas coordenadas. Cada país tem o seu sistema de partidos e este decorre de variados fatores, nomeadamente, “tradição e história, crenças religiosas, composição étnica, rivalidades regionais”. Há, todavia, três “fatores gerais, comuns a todos os países” (Duverger, 1970, p. 239) e que são predominantes: fatores socioeconómicos, fatores ideológicos e fatores técnicos. Os dois primeiros relevam a “influência da estrutura de classes sociais sobre os partidos políticos”, numa lógica em que as ideologias “correspondem elas próprias a posições de classe” apesar de, por vezes, se constituírem em recursos com vista em relação à “estrutura sócio económica” (Duverger, 1970, p. 240). O fator técnico relevante é o regime eleitoral cuja natureza ampla e complexa é aqui apreendido exclusivamente na vertente da *representação*, expressão intimamente ligada à definição “mais simples e mais realista da democracia: regime em que os governantes são escolhidos pelos governados, por intermédio de

eleições honestas e livres” (Duverger, 1970, p. 387)¹⁹. Os governados surgem aqui já definidos no seu estatuto, assim como os governantes, também já formados no seu estatuto, se prestam, no momento eleitoral, ao único momento de aparente submissão.

Tal como Bourdieu (1981), também Duverger (1970) entende que a noção de ‘representação’ tem uma apreensão sociológica particular e diversa que não é redutível à noção de ‘representação jurídica’. Nesse pressuposto, a existência do partido político enquanto ‘terceiro’ transforma a noção de ‘representação’, ajustando-a uma nova realidade definida pela “semelhança entre as opiniões públicas da nação e as do parlamento”. A representação está, neste caso, legitimada entre representado e representante na forma diversa de um “mandatário que representa um mandante” (Duverger, 1970, p. 406) mas, no mesmo sentido de uma fotografia que “representa uma paisagem” (Duverger, 1970, p. 406). Trata-se de um quadro no qual o sistema de partidos é imposto à opinião, formando-o e deformando em simultâneo. Nesta perspetiva recursiva, os partidos políticos não são mais do que a estrutura da opinião pública, sendo esta, por sua vez, também “consequência do sistema dos partidos” (Duverger, 1970, p. 406) nas suas ações transformadoras.

As regras de funcionamento democrático localizam-se mais nas prescrições sendo menos presentes nas práticas dos partidos políticos. No seu interior vigora uma estrutura interna “autocrática e oligarca” no qual, o poder dos seus responsáveis, só na aparência decorre da designação dos seus adeptos. Na realidade os membros dos partidos ou são nomeados por uma célula central ou resultam por recurso à cooptação. Estes modos de agir tendem a “formar uma classe dirigente, isolada dos militantes” que funcionando “fechada sobre si mesma” resguarda-se das ameaças externas como se estivesse em permanentemente ameaçada (Selznick, 1978) e, por esse motivo, estivesse sempre em estado de exceção (Agamben, 2015). Com essa estratégia e, dado que os adeptos eleitores são uma minoria de militantes, a “oligarquia partidária amplia-se” levando a que os parlamentares – ou políticos eleitos em geral – sejam, na realidade, dominado por um grupo menos numeroso. Desta feita, não só os políticos eleitos pela totalidade ficam “sujeitos à autoridade dos dirigentes internos”, daí resultando que os eleitores

¹⁹ Esta definição proposta por Duverger é assaz interessante pelo seu realismo. Note-se que a formulação atribui o lugar antecipado de “governado” àquele que, tendo o poder de escolher “o governante”, está todavia remetido para a condição de quem não tem poder nenhum consigo.

são, verdadeiramente dominados, não por quem elegem mas quem controla os seus eleitos, no caso, o “grupo menos numeroso dos adeptos e dos militantes” (Duverger, 1970, p. 455).

4.9 CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO ‘EU’ - DO PARTIDO PARA O INDIVÍDUO

Genericamente o ato de delegar traduz-se na entrega de poder de uma pessoa a outra, daí resultando uma forma clara de relação entre as partes. No caso, a segunda pessoa passa a representar a primeira, disso não havendo dúvidas, na medida em que o ato de representar aqui aludido pode ser entendido como um espelho em que o representante toma para si as maneiras – neste caso o poder de assinar, de decidir – do representado. Todavia, a aqui aludida metáfora do espelho desaparece quando a representação se processa a partir da imagem em que “uma única pessoa é depositária dos poderes de uma multidão”, ocorrência na qual se percebe a presença de uma contradição, responsável pela explicação porque um grupo de indivíduos apenas consegue reconhecer-se “enquanto força capaz de se fazer entender” tanto mais e na medida em que esse grupo se desapossa em favor de um porta-voz²⁰. Processa-se nesta antinomia um quadro de aparência no qual o grupo constrói o homem que fala em seu nome - o que expressa a noção de delegação - mas na realidade, é simultaneamente verdadeiro afirmar “que é o porta-voz que faz o grupo” (Bourdieu, 1984, p. 51).

O vigor com que se apresenta o político como se o próprio constituísse “um desses produtos da cabeça do homem que aparecem como dotados de vida própria” irrompe deste quadro circular estabelecido na fronteira entre a aparência e a realidade, assim se percebendo a fórmula que permite ao porta-voz “ser considerado e considerar-se *causa sui* já que ele é a causa do que produz o seu poder” que dá corpo ao fetiche político, em geral “são pessoas, coisas, seres que parecem não dever senão a si mesmos uma existência que lhes foi dada pelos agentes sociais” (Bourdieu, 1984, p. 51) autoatribuindo-se um valor decorrente de “uma misteriosa propriedade objetiva da pessoa” (Bourdieu, 1984, p. 52) que se presta a um *modus faciendi* e à expressão de existência profissional concentrado no próprio mas desligado de todo o grupo que, aparente ou realmente, não, lhe lega existência.

²⁰ Bourdieu chama a atenção para o facto de que esta antinomia apenas existe exclusivamente para os ‘dominados’, uma vez que, ao contrário dos dominantes que persistem, “os dominados só existem quando se mobilizam ou se dotam de instrumentos de representação” (Bourdieu, 1984).

Assiste-se a uma espécie de “delegação inconsciente” em que o “mandatário torna-se capaz de agir como substituto do grupo de mandantes” (Bourdieu, 1984, p. 52) transformando-se na parte significativa que pode responder pelo grupo como um todo. Esse tipo de delegação traduz-se num mistério que adorna a existência do mandatário.

O político torna-se assim na voz que passa a ser reconhecida como a voz dos mais despossuídos que, tendo condições de vida mais debilitadas, mais se inclinam a “confiar em mandatários para ter voz política”. A explicação para esta circunstância observada está no facto desses indivíduos não terem nem capacidade nem poder de se fazerem ouvir ou entender e, por isso, estarem “diante da alternativa de calar ou de ser falados”, conservando, deste modo, pelo menos a ilusão de não virem a tornar-se esquecidos. Com um grupo atrás de si, o mandatário manifesta legitimação “usando o poder que lhe confere a delegação” e que se expressa no facto de ser a sua voz a “tornar manifestos os manifestantes porque é ele, de certa forma, o grupo que ele manifesta” (Bourdieu, 1984, p. 52), confirmando-se desse modo as propriedades mágicas da delegação cuja introdução capacitou existência ao “que não passava de uma coleção de pessoas plurais, uma série de pessoas plurais” (Bourdieu, 1984, p. 51).

O mandatário auto consagra-se atribuindo-se ao grupo ao ponto de se tornar ele mesmo ‘o grupo’. Funde-se, doando-se e reduzindo-se à autoridade do grupo, não para ser uma parte mas para ser o todo e assim poder afirmar e dizer que a sua existência decorre exclusivamente pelo e para o grupo. O mandatário político é ele, mas ele é também o grupo e assim passa a ser reconhecido pelo próprio grupo. Esta sujeição até à identificação com o grupo decorre de uma espécie de “má-fé estrutural” (Bourdieu, 1984, p. 52) que se revela a pedra de toque capaz de proporcionar ao mandatário a sua aceitação tácita e reconhecida por todos como ato legítimo. Trata-se de uma usurpação só possível através da modéstia e simplicidade, atuação que o político leva em conta com muita propriedade e que, inclusive, é visível em alguns modos e ângulos como o corpo é colocado, o que revela o ar de família que os dirigentes partidários transmitem a todo o momento. Estes fundamentos compõem o que pode ser designado como uma dissimulação resultante do “desvio das propriedades da posição social em proveito da pessoa” (Bourdieu, 1984, p. 53), uma espécie de apropriação simbólica imediatamente legitimada, o que só por si concorre para a formação do capital social subjetivado do agente político, capital esse convertível em poder simbólico.

O poder simbólico é um poder invisível que obtém resultados equivalentes ao uso da força física ou económica e decorre da aceitação tácita e reconhecimento geral do mandatário político. O poder simbólico decorre de disposições observadas na escolástica e cujas propriedades se apegaram a outros campos. Ser considerado necessário é a primeira condição que o ministro se deve impor a si mesmo pelo que é recomendável “introduzir a necessidade do seu próprio produto” (Bourdieu, 1984, p. 52) que, bem entendido, sendo o próprio, obriga a alguma imaginação com o fito de “produzir a dificuldade que somente ele poderá resolver (Bourdieu, 1984), assim promovendo o que Nietzsche denominou ‘a transformação de si mesmo em sagrado’, pelo que o recurso à estratégia de ‘abnegação impessoal’, reconhecida forma sacrificial profunda e intimamente destrutiva (Nietzsche in Bourdieu, 1984, p. 52) lega ao mandatário uma das suas mais importantes autoatribuições: a consignação “de tarefas sagradas” (Bourdieu, 1984, p. 52).

É sob a forma de violência simbólica que o mandatário conquista o poder simbólico. Sendo instituída com as mesmas características das imposições, a violência simbólica distingue-se por não conter qualquer ato bélico em si, antes decorrendo sob a cumplicidade e “pelo efeito de desconhecimento que a denegação estimula” (Bourdieu, 1984, p. 51) junto dos membros do grupo.

Com a apropriação da moral há também um desígnio da verdade, condição manifesta junto do porta-voz que, tal como Deus, ao falar para o grupo passa a deter “o efeito de oráculo” (Bourdieu, 1984, p. 52), assim produzindo, em simultâneo, a mensagem e a sua decifração num processo linear, sem dúvidas e, por isso mesmo, inquestionável. Esta “usurpação que reside no facto de alguém afirmar como capaz de falar ‘em nome de’ é o que autoriza a passagem do indicativo ao imperativo” e que se expressa na transformação do individual ao coletivo “princípio de toda a coação reconhecida ou reconhecível” na medida em que “o efeito de oráculo (...) é o que permite ao porta-voz autorizado, autorizar-se junto do grupo que o autoriza para exercer uma coação reconhecida, uma violência simbólica sobre cada um dos membros isolados do grupo” (Bourdieu, 1984, p. 53).

Neste jogo de aparentes contradições o ‘efeito de oráculo’ é quem produz a transcendência do grupo sob o indivíduo²¹, operada paradoxalmente, por um indivíduo que toma o lugar do grupo passando ele, ao falar e a agir pelo grupo, a deter o monopólio da verdade coletiva. O poder coercivo localizado no grupo passa a estar na posse do mandatário político em estado qualificado como “coletivo feito homem” (Bourdieu, 1984, p. 53) que, como já foi visto, se autoriza, em nome do grupo, a coagir o grupo.

O mandatário político é posto num quadro de jogo duplo que “exprime a má-fé estrutural do porta-voz” no qual a passagem circunstancial e por vezes circular da primeira pessoa do plural para a primeira pessoa do singular – nós e eu – expressa a verdade de que “os atos de força traduzem-se por atos de forma” e que se explica nos seguintes termos: “quando um dirigente partidário quer empreender um ato de força simbólica, passa do eu ao nós” em que o uso do ‘nós’ grupal esconde o interesse particular do mandatário a “fim de fazê-lo passar por interesse do grupo” (Bourdieu, 1984, p. 52). A lógica do uso do *duplo eu*, “fundamenta a usurpação subjetiva e objetivamente legítima do mandatário” (Bourdieu, 1984, p. 53).

Importa saber como é que o jogo duplo ou *duplo eu* pode funcionar sem se denunciar a si mesmo. Tal é conseguido através da “impostura legítima” na qual o agente político não sai “da representação ingénua, do militante devotado, do militante desinteressado, do dirigente cheio de abnegação” para se mostrar como “um usurpador consciente e organizado”. A representação aqui aludida não decorre de um teatro em que se processe a entrada e saída do mandatário político num papel dramático. O bem-sucedido desempenho do mandatário impõe-se legitimamente como um impostor, e tal só resulta porque, enquanto usurpador, ele “não é um calculador cínico que engana conscientemente o povo mas alguém que com toda a boa-fé considera-se uma coisa diferente do que ele é” (Bourdieu, 1984, p. 53).

A explicação para o funcionamento em geral tanto da usurpação como do jogo duplo decorre do facto de que na maior parte dos casos “os interesses do mandatário e o interesse dos mandantes coincidem em grande parte” (Bourdieu, 1984, p. 54) o que faz com que as crenças do mandatário levem a acreditar “que ele não possui interesses à margem dos interesses dos

²¹ Processa-se aqui a formulação durkheimiana que atribui à totalidade um valor moral que se impõe superiormente às partes que a compõem (Bourdieu, 1984).

seus mandantes”. O interesse pessoal expressa e liga-se também os interesses coletivos na exata medida anteriormente formulada sob a forma de paradoxo, na qual quem promove os interesses de grupo é aquele que é transformado no grupo em si, isto é, o mandatário político. É desta “coincidência estrutural dos interesses específicos” que se formam as coordenadas do “milagre do ministério sincero e bem-sucedido” e que permite vislumbrar um facto recorrente nas relações sociais no qual “as pessoas que atendem bem aos interesses de seus mandantes são pessoas que atendem a si mesmas ao atendê-los”, o que fica explicado por se tratar de uma decorrência da natureza das configurações de unidade objetivas promovida na separação subjetiva que ocorre entre o indivíduo político e o grupo. O interesse como ato que uniformiza a ambição de mandantes e mandatário produz um tipo de rutura destruidora “da ideologia do despreendimento, que é a ideologia profissional dos clérigos de todo o género” (Bourdieu, 1984, p. 54).

4.10 OS DELEGADOS DO APARELHO

Entre mandantes e o corpo de mandatários estabelece-se uma relação que dá lugar ao “aparelho”, dispositivo com os seus interesses próprios, ou “tendências próprias” (Weber in Bourdieu, 1984, p. 54), “em especial a tendência para a perpetuação” dos mandatários que lhe dão forma. O aparelho refere-se a um corpo onde os “interesses do aparelho prevalecem sobre os interesses dos indivíduos”, ali se tratando aquilo que ao coletivo diz respeito. No quadro deste funcionamento, os mandatários individuais deixam de ser “responsáveis perante os mandantes para passarem a ser responsáveis pelo aparelho”, razão pela qual se torna impossível “compreender as propriedades e as práticas dos mandatários sem passar por um conhecimento do aparelho”. Na determinação dessas propriedades revela-se o ato burocrático como elemento objetivo do funcionamento do dispositivo produtor da “lei fundamental dos aparelhos burocráticos” que valoriza todos aqueles que valorizam o aparelho, na medida em que “são estes que ele domina melhor” porque se encontram na posse das condições exigidas (Bourdieu, 1984, pp. 54–55).

Os indivíduos que dão tudo de si ao aparelho, desapossando-se; são também os que esperam tudo do aparelho e, na medida em que são aqueles que não têm nada, porque foram desapossados; o aparelho dispõe-se a reconhecê-los atribuindo-lhes tudo o que tem. Esta consagração do aparelho só é dada a “pessoas confiáveis”, sendo que o que as torna confiáveis reside no facto de “não possuírem nada que lhes permita opor-se ao aparelho” (Bourdieu, 1984,

p. 55). Em resumo, enquanto corpo de mandantes, o aparelho funciona como um instrumento que tem como predisposição e objetivo principal ser instrumentalizado pelos mandatários.

A não ser no aparelho, em geral estes indivíduos não apresentam grandes qualidades individuais que os faça destacar noutros campos, afirmando-se pela mínima divisão comum entre si. As pessoas dos aparelhos assentam numa “espécie de solidariedade estrutural”, comumente designada, nas práticas, pela expressão eufemística ‘solidariedade institucional’ que ocorre “entre os aparelhos e determinadas categorias” (Bourdieu, 1984, p. 55) e que, na essência, esconde a mensagem subliminar da inadmissibilidade de qualquer desvio individual.

Na representação popular os jovens distinguem-se por apresentarem “o entusiasmo, a ingenuidade, a convicção”, armas observadas como insignificantes no domínio do aparelho. Os estabelecidos no partido, ao funcionarem segundo o princípio da solidariedade institucional, estão apartados dos jovens e estes, ao funcionarem como *outsiders* tendem a formar o seu grupo para afrontar o aparelho e provocar a substituição dos que, começando a ter capital, “usam esse capital para contestar o partido”. Pelo contrário, os jovens, “aqueles que chegam ao campo sem capital”, por estarem desapossados, predispõem-se, por isso mesmo, a dotar o aparelho do recurso que o fortalece ou seja, a incondicionalidade dos indivíduos que nada têm. O jovem terá assim tanto “menos a opor” (Bourdieu, 1984, p. 55) quanto tudo o que lhe for dado lhe é dado pelo aparelho.

Vigora uma “lei de ferro dos aparelhos” que funciona segundo o princípio de concentração de poder nos militantes profissionais. No princípio os participantes compõem a assembleia mas, com a institucionalização, gradualmente “tudo se inverte” e, com a monopolização do poder pelo “comitê”, aparecem os militantes profissionais. Estes começam a “censurar os membros comuns por não comparecerem com a necessária frequência às assembleias que os reduzem a tais funções”, dando-se desta forma a realização “histórica modelo teórico da delegação” (Bourdieu, 1984, p. 55).

Os militantes profissionais usam todo tempo que têm ao seu dispor para o dedicar, na totalidade, ao partido. Trata-se da sua ocupação única, enquanto que para a maioria dos indivíduos ser militante é uma questão secundária que por vezes serve exclusivamente para ocupar o seu tempo livre. Com tempo ao seu dispor o militante “está na condição de dissolver na duração burocrática, na repetição devoradora de tempo e da energia, todos os atos de força proféticos” com que se faz o aparelho. O sonho de todos os militantes profissionais é, enquanto

classe, deterem o monopólio da militância legítima que lhes permitisse “um aparelho sem base, sem fiéis, sem militantes”, e no qual, fruto “da competência específica, a linguagem própria, uma cultura que lhes é própria”, estariam em condições de, mais facilmente, dar uso a “uma tecnologia social específica”, nomeadamente na sua transformação em profissionais de manipulação dos únicos com poder para os enfrentar, “os mandantes”. Os interesses dos profissionais da política realizam-se, na maior parte dos casos, pela inação: “o seu poder reside frequentemente na escolha, entrópica, de não fazer, não escolher” (Bourdieu, 1984, p. 55).

Os partidos organizam-se segundo “uma espécie de autoconsagração do aparelho, uma teodiceia do aparelho” (Bourdieu, 1984, p. 55), um dispositivo de onde emana toda a razão que o coloca no centro da enunciação do poder, assim como o centro de todas as razões existências da política na sua órbita.

Ao longo dos tempos formou-se uma “representação segundo a qual o facto de não se ser militante, de não estar engajado na política, seria uma espécie de pecado a ser eternamente redimido” por aqueles que se não dispõem para a militância e que (...) “a revolução contra o clericalismo político, e contra a usurpação inscrita em estado potencial na delegação, continua por fazer” (Bourdieu, 1984, p. 55).

4.11 A CULTURA ELITISTA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

4.11.1 Falar em nome de todos

Ao contrário da monarquia absolutista na qual vigora a vontade de um único indivíduo, a democracia coloca todos os indivíduos em pé de igualdade perante a lei, concedendo a cada um, pelo menos em potência, “a possibilidade de ascender aos degraus mais altos da escala social” (Michels, 2001, p. 26). Desta forma, cingindo às possibilidades de nascença, desaparecem, em teoria, os privilégios individuais, prevalecendo a lei como fator de igualdade, desta forma “fazendo deslocar para a competência dos indivíduos as decisões relativas à luta pelo domínio da sociedade humana” (Michels, 2001, p. 26). A democracia introduz o princípio humano da aprendizagem da vida em comum e a procura da perfectibilidade enquanto desígnio natural da pessoa (Rousseau, 1754).

Enquanto a essência do princípio democrático conta introduzir, na realidade do Estado, a fluidez resultante da mutabilidade da vontade popular na formação das maiorias, o princípio conservador funda-se “sobre um conjunto de normas (...) tidas por imutáveis” consideradas

como o próprio bem *per se* “ou pelo menos o menor mal” reclamando a posse de um ideário superlativo eterno. Este princípio conservador “obedece esquematicamente à lei da estabilidade” baseado na “razão de Estado” como princípio dogmático capacitado para a manutenção da ordem, enquanto a ideia de soberania popular é tida como potencialmente “caótica e conducente à desordem pública” (Michels, 2001, p. 27).

A organização política só é possível através de partidos e estes constituem-se como organizações cujas dinâmicas, geralmente orientadas para o “princípio da maioria”, baseiam-se “sem exceção, no princípio das massas”. Historicamente, mesmo os partidos saídos da aristocracia viram-se obrigados a prescindir dos seus princípios e, apesar de permanecerem “antidemocráticos” na sua essência viram-se na obrigação de praticarem as regras da democracia usando-a, não como um fim propriamente dito mas, exclusivamente, sob os traços de uma perspectiva utilitária provinda dos meios. Por sua vez, os “revolucionários” geralmente tidos como condição de luta das “camadas mais baixas da população contra as mais elevadas”, não passam, na realidade, de grupos, indistintos em termos de classe, possuídos pela ideia de “uma viragem completa do fundamental” (Michels, 2001, pp. 27–28) para o qual não sempre se dá o recurso à força.

O espaço político enquanto geografia congregadora de poder, tende a forçar a realidade social levando ao despertar do instinto de sobrevivência de grupos possuídos por uma noção estatutária distinta (Galbraith, 2007). O aparecimento de partidos conservadores trazidos para o areópago eleitoral, onde passam a usar dos mesmos artifícios “democráticos e demagógicos que usa a camada mais jovem, mais vasta e menos nobre da nossa sociedade, o proletariado” (Michels, 2001, p. 31) representa o descer de pedestal das “antigas oligarquias” com vista não só à sua sobrevivência, como também consigna a sua capacidade e predisposição para o confronto com vista à manutenção do que julgam ser um privilégio de berço.

Em síntese pode afirmar-se que, na moderna vida partidária se intromete uma dualidade recursiva (Giddens, 1984), no qual, de um lado, a aristocracia se reveste “de forma democrática” enquanto, por outro, o “conteúdo da democracia surge mesclado de substâncias aristocratas” (Michels, 2001, p. 36), dando-se, na simbiose, uma nova essência nos contornos dos fundamentos originais da democracia. Esta nova configuração da vivência democrática com traços aristocráticos traduz-se no prenúncio “para a oligarquia que subjaz a todas as organizações partidárias”. Enquanto nos partidos conservadores a tendência oligarca é projetada

como a natureza das coisas, os partidos revolucionários apesar de promoverem uma imagem de negação, não deixam de apresentar, na prática, “traços oligarcos imanentes a todas as organizações humanas orientadas para uma certa finalidade”. Em comum a essa natureza similar entre partidos com matrizes opostos encontram-se as “poderosíssimas relações de dependência económico-social da nossa sociedade” (Michels, 2001, p. 37) que se impõem transversalmente como o ponto de predominância.

A ambição de qualquer partido político entronca numa inconfessada raiz utópica (Mannheim, 1986). Essa quimera passa pela esperança na transformação da sua original natureza grupal, ampliando-se até à sua identificação “com a totalidade dos seus concidadãos”. O partido desenvolve “um gosto especial por falar em nome de todos e por anunciar em nome de todos o combate pelo bem de todos” (Michels, 2001, p. 44). Os seus interesses, delimitados em particularidades exigidas por alguns aquando da sua constituição à partida, passam a ser, em pouco tempo, interpretados como os interesses a que todos deviam ambicionar.

Apesar desta tendência abrangedora, subsiste a contradição subjacente ao facto de serem grupos restringidos nos seus interesses a proporem-se solucionar os problemas da totalidade. Alicerçado no princípio do medo da política e, em simultâneo, no receio da falta da política (Arendt, 2007), a humanidade vê-se na circunstância de não poder “prescindir da ‘classe política’”, ainda que esta, apesar do seu fetichismo em abarcar a totalidade, só possa “abranger uma fração da sociedade” (Michels, 2001, p. 44).

Um partido é, como o próprio nome indica, uma parcela, no caso um grupo proveniente de um segmento orientado para fins precisos (Duverger, 1970). Um “partido implica, pois, delimitação” na medida em que recorta um espaço de ação, seja pela visão do mundo reconhecido numa associação de interesses entre indivíduos, seja pelas ideias de comunhão que os conecta, seja, ainda, pelas estratégias corporativas usadas para levar as convicções a um círculo com diâmetro cada vez mais alargado. O cenário mais ilustrador da vertente imperiosa dos partidos políticos ocorre nas disputas eleitorais, momentos em que “os partidos usam métodos selvagens para arrastar até às urnas os cidadãos indecisos ou indiferentes”, impondo o ato de ir às urnas pelos seus militantes como uma espécie de “voto compulsivo ilegal”, reservando-se sanções não prescritas para as ausências detetadas (Michels, 2001, p. 48).

Os partidos políticos compõem, nas suas diferenças, uma certa ordem, sendo esta organização a base da existência da democracia. Esta premissa decorre da ação do recorte grupal

diferenciado que procura “transpor para a realidade um conjunto complexo de ideologias” nascidas e assentes na economia, enquanto forças baseadas na perspectiva do “emprego da menor quantidade de energia”, ou seja, na “economia de forças” (Michels, 2001, p. 53), única maneira dos fracos enfrentarem os fortes e, desta forma, se ver ultrapassada a relação de dominação entre as “classes humildes”, entregues à arbitrariedade dos economicamente mais poderosos” (Michels, 2001, p. 54). Contrariamente à “fragmentação e desagregação”, a organização promove a emersão da noção de vitalidade. Em simultâneo institui também a configuração da oligarquia.

Com a organização partidária, as decisões e resoluções passam a resultar da assembleia popular. Este ato democrático *tout court* “limita de facto a amplitude dos atos delegados” mas é incapaz de garantir o não aparecimento de “uma chefia oligarca”. A psicologia coletiva presente na assembleia popular pode gerar a anulação do “chefe natural” e a sua qualidade de funcionário ser substituído pelo grupo tomado desindividualizado (Zimbardo, 1969) .

É certo e sabido que nos partidos modernos não há possibilidade técnica de “fazer com que a totalidade dos membros se pronuncie diretamente sobre as disputas emergentes”. Esta impossibilidade dá lugar ao aparecimento de delegados, membros que tomam para si, por delegação, a vontade de vários militantes. O papel do delegado é de “representar a massa e facilitar a expressão da respetiva vontade” (Michels, 2001, p. 61). Porém, na realidade o desenvolvimento processa-se de maneira diferente uma vez que o chefe, apesar de à partida estar constituído como um exclusivo “servidor das massas”, fica cingido à circunstância imposta pelas regras da base da organização, segundo as quais persiste a “igualdade de direitos de todos os organizados”. Sem exceção, a organização submete-se aos princípios de uma “igualdade geral” que decorre de “uma igualdade entre homens iguais” e a regra do maior número determina, democraticamente, a “influência e participação na administração dos assuntos comuns” (Michels, 2001, p. 62), prevalecendo a vontade da massa em relação aos “órgãos executores” colocados em estado constante de dependência do coletivo.

Ainda que, a todo o momento e paradoxalmente, tendo-se por iguais nos direitos, cada um pode esconder os seus reais objetivos individuais e, estes, no íntimo, podem tomar forma diferente. Quando esta esperança secreta se reconcilia com as necessidades impostas pela dimensão da organização, surge a necessidade de uma “especialização técnica”, sendo nesse momento que “os atributos decisivos das massas passem por inteiro para as chefias” por exigência da posse

de qualidades técnicas “específicas de condução” (Michels, 2001, p. 67). Este movimento autonomiza e emancipa as chefias em relação às massas.

Com esta realidade, surgem algumas tentativas de caráter moralizador destinadas a “ligar o dirigente com as vontades das bases” de modo a respeitar a vontade dos representados. Com o aparecimento do “mandato imperativo”, o coletivo estabelece uma espécie de “itinerário fixo do qual não se deve afastar” (Michels, 2001, p. 67) e que, inclusive, não possibilita hesitações suscetíveis de atraiçoar a missão imposta pelas massas ao representante em missão. Objetiva, dessa forma não permitir decisões por conta própria ou votos do representante em contrários aos da maioria. Esta medida acabará por sofrer o paradoxo das consequências (Weber, 2002), não só reforçando a tendência para a demagogia como empobrecendo, por renúncia, o debate político.

A capacidade de *negação de si* – como diria Foucault (2010) – decorrente do adestramento do interior pela violência das exigências do exterior “faz acordar no dirigente o sentimento da sua própria personalidade, ao mesmo tempo que age sobre ele como um insuportável *diminutio capitalis*” que obriga a empobrecer a qualidade das suas ações, impondo-lhe, desde logo, a figura de corpo presente como ato limitado e não dando hipóteses de adequar a sua posição aos desenvolvimentos imponderáveis do congresso. Desta forma, o conceito de “debate torna-se ilusório uma vez que a decisão já está tomada antes da discussão e o congresso decorre debaixo de uma superficialidade discursiva com resultados tacitamente infecundos, na maior das vezes não correspondendo “à opinião efetivamente dominante entre os delegados”. Pela sua rigidez, o mandato imperativo é uma forma ineficaz de “levar em conta cada novo momento” (Michels, 2001, p. 67) e acrescentar algo de novo. Pelo contrário, a “insegurança e inquietude” impõem-se na direção e a “necessária coesão dentro do partido” (2001, pp. 67–68) é prejudicada em favor de relações fragilizadas entre os seus membros.

4.11.2 Imposição da vontade dos dirigentes sobre as bases

Qualquer partido político moderno gosta de se anunciar em estado permanente de luta. Expressões como ‘sempre a postos para o que der e vier’, declarações sobre ‘coragem’ e ausência de medo, colocam o partido na órbita de uma “organização de combate”, sendo as “leis da tática” uma necessidade imperiosa na sua orgânica. Pela sua dimensão, o peso atribuído a um partido impõe uma fórmula de governo a partir de uma célula central capaz de

garantir “rapidez das decisões” e resposta com “prontidão para o ataque” como determina a “ciência da tática”. Nos momentos de luta, nos quais se parte à conquista do poder, a organização comporta-se como um exército estruturado para a guerra e, neste particular, é necessária “uma articulação hierárquica severa” que, por sua vez, socorre-se da uma das “maiores virtudes da democracia”, a tendência historicamente comprovada de “submissão das massas à vontade de uma minoria” (Michels, 2001, p. 69).

O delegado tende a entronizar-se no papel. Começa por ser eleito para determinado fim e acaba por “transformar-se num cargo vitalício”. Por ser regularmente eleito, a certa altura reivindica a “delegação como propriedade sua” (Michels, 2001, p. 75). Perante a afronta da sua substituição o delegado usa geralmente a ameaça da demissão. A ameaça de autoafastamento quando se adquiriu uma posição em que a função se confunde com a pessoa tem por finalidade convocar o sentido estético do ato. É nesse quadro que a ameaça de demissão se afirma como “um gesto democrático com uma certa beleza que, contudo, dificilmente esconde o espírito autoritário que está na sua origem”. Salvo as exceções de desistência por desânimo, apesar da pretensão bondosa daqueles que, na política, geralmente apresentam a demissão, o ato tem “por objetivo assenhorar-se das bases” (Michels, 2001, p. 78) e assim impor a vontade dos dirigentes. Neste caso, a demissão é, na maior parte das vezes, um “um meio de garantir e reforçar a sua posição” (Michels, 2001, p. 75), inclusive de passar a ser alguém debruado pelo brilho estelar de um lastro de despreendimento dos que demonstrando não se querem agarrar ao poder colam, com o uso da indiferença, o poder em si mesmos.

O bem-estar comum, apesar de tocar individualmente a todos, não faz parte de todas as consciências. O bem-estar geral escapa, desta forma, das preocupações da maioria e, pouco ou nada lhes interessando o impacto das consequências dos atos do Estado nas suas vidas e nos seus assuntos privados. Apesar de Kant ter pensado numa “sagrada obrigação” de todos os homens se ocuparem do Estado, a verdade é que tal não passa de um profundo desejo do autor porque, na prática do dia-a-dia, todos agem dominados pelo egoísmo e poucos – muito poucos, quase ninguém – se mostra possuído por essa “sagrada obrigação” (Michels, 2001, p. 79).

Esta relação de (des)interesse acontece em relação aos partidos democráticos modernos que seguem as decisões das grandes cidades como um imperativo a que é necessário atender custe o que custar, enquanto as pequenas localidades de província se “limitam a obrigações

mínimas”, designadamente aquelas triviais como, por exemplo, “o pagamento de quotizações, voto de confiança nos candidatos designados” (Michels, 2001, p. 80). Predomina a vontade das massas urbanas – concentradas – sob as massas rurais – dispersas – evidenciando-se, nesta fórmula dual, a necessidade tática de concentração do poder para “tomar decisões rápidas” (Michels, 2001, p. 80).

Na realidade, foi diversas vezes constatado que só uma minoria “instável e evanescente” de membros das organizações partidárias é que “toma parte nas decisões do partido” (2001, p. 80). Muitos podem comparecer mas só alguns são ativos e imaginativos nas questões organizacionais. Não espanta que “as mais importantes decisões tomadas em nome dos partidos das mais sólidas democracias são frequentemente da responsabilidade de um punhado de membros” que se substituem à maioria por manifesto desinteresse desta em decidir. Tal como nas religiões, em geral os “inscritos numa organização” políticos são profundamente indiferentes para com ela. Os grandes debates ocorridos entre dirigentes “não só são incompreensíveis para a grande maioria como a deixam simplesmente indiferente” (Michels, 2001, p. 81).

Tanto na vida do partido como na vida do Estado o imposto, pela condição de obrigatoriedade que lhe assiste, é coercivo. Mas, quanto ao voto, existe direito de voto mas não obrigação de voto. E assim, como a maioria se demite de votar “subsiste sempre a possibilidade de uma pequena minoria fazer uso do direito de que uma maioria prescinde”, dando-se, por essa via, a possibilidade dessa minoria atenta e ativa, “ditar leis à massa dos indiferentes” (Michels, 2001, p. 81) cuja única atitude visível é a obediência acrítica. Apesar de ser apresentado como o ‘poder do povo pelo povo’ e “poder decisivo e dirigente da democracia” concentra-se em poucos seguindo u

“inversamente prop

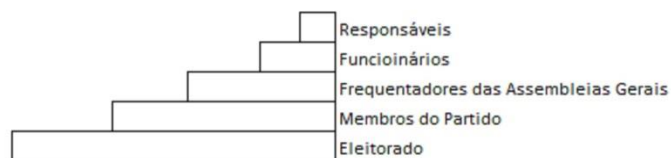


Figura 1 - Estrutura hierárquica do poder segundo Robert Michels (2001 [1911]).

Há uma satisfação detetada nas massas sempre que um indivíduo se mostra interessado em “tratar dos assuntos que são de todos”. As massas, mesmo as formalmente organizadas, necessitam “de uma direção” composta por rostos com quem se identificar resultando desse reconhecimento, muitas vezes, o “culto dos heróis” (Michels, 2001, p. 83). Revela-se aí uma

gratidão das massas. Os motivos porque se dá essa gratidão expressa-se por variadas razões, nomeadamente, porque reconhecem estar perante “personalidades que falam ou escrevem o seu nome, que se tornam conhecidas por fazerem a defesa dos seus interesses” e que, ao correrem riscos no campo de luta da política “muitas vezes acabam por sofrer as consequências dessa notoriedade”, resguardando-se o grosso das massas despreocupadamente nos seus afazeres mesmo perante situações em que os dirigentes acabam por ser “vítimas da perseguição, do exílio ou da prisão, por amor à causa comum” (Michels, 2001, p. 89).

Uma das superstições por parte do povo mais presentes na política funda-se na crença na singularidade dos seus chefes, a quem é atribuída a condição especial de pertencerem a “uma ordem superior de homens” (Michels, 2001, p. 92). O poder dos dirigentes é, assim, o poder de uma reverenciação a que Vilfredo Pareto (Pareto, 2004) atribuiu parecenças com a submissão das classes mais baixas manifestavam “pelas classes superiores nos tempos do *ancien regime*”. Esta manifestação de veneração pelos dirigentes é subtil e nem sempre detetável. Revela-se no estado latente. Está presente na “entoação respeitosa com que se pronuncia o nome do venerado, a aceitação das suas palavras ou a indignação com que é rejeitada toda e qualquer dúvida sobre o que ele levante” (Michels, 2001, p. 93)

Apesar de se verificar aqui e ali, a veneração do dirigente está atualmente em desuso. Isso deve-se “à oligarquia partidária” (Michels, 2001, p. 93) em particular às invejas recíprocas e públicas entre os dirigentes superiores. Nos casos em que se dá uma distanciação e uma polarização acentuada pela longevidade na política “a veneração que recai sobre o dirigente sobrevive para além da morte do homem” (Michels, 2001, p. 96). E tal é tanto mais notório quanto o papel do dirigente esteve ou não envolvido, do lado vencedor, em momentos de rutura sociopolítica.

4.11.3 Fidelidade ao partido, lealdade ao dirigente

Quanto mais a organização partidária cresce nos diversos sentidos mais o poder se vai restringindo no seu interior sendo “gradualmente substituído pela onipotência das comissões com funções diretivas” instituídos indiretamente, numa clara contradição com o discurso oficial do partido para a escolha dos representantes do Estado por via eleitoral. A partir do momento em que o partido ganha dimensão vê-se obrigado a recorrer a processos organizacionais fixos dando-se assim a substituição do antigo dirigente de ocasião pelo profissional que se dedica exclusivamente ao seu serviço. Neste processo, “as bases delegam plenos poderes num

pequeno conjunto de indivíduos que as representam de modo continuado e que tratam dos seus assuntos” (Michels, 2001, p. 112), inclusive aqueles em que é possível existir divergências individuais ou grupais entre as bases.

Desta forma o controlo, “teoricamente” localizado à partida nas mãos dos “dirigidos” a quem os “dirigentes”, supostamente, devem obediência, transforma-se numa aparência apesar da afirmação repetida e até demonstrada da sua existência nas mãos dos primeiros. Aliás, em certa medida, ao perder-se a perspectiva coletiva subjacente à noção de controlo exercido pelo corpo de militantes, o sentimento de força é substituído pela presença da afeição, anulando-se por essa via qualquer traço de excitação. Com o tempo, os dirigentes, cansados da função administrativa, “entregarão essa responsabilidade aos funcionários pagos” e o que, à partida, enunciava uma espécie de função sagrada vigilância da democracia com vista à sua qualidade, torna-se numa composição burocrática “de estrutura complexa” assente na divisão do trabalho e na qual “as competências dividem-se e tornam-se a dividir” formando “variadas instâncias” geradoras da hierarquia como “condição mais essencial do funcionamento ordenado da máquina partidária”. A democracia é, nesta figuração, mais uma forma e menos conteúdo porque, acima de tudo, subsiste a “necessidade prática”, o que revela a “tendência oligárquica-burocrática da organização partidária” (Michels, 2001, p. 113).

A profissionalização acentua, desde logo, as “diferenças de formação entre os dirigentes e os dirigidos”, fornecendo os indicadores constitutivos da “dominação das minorias sobre as maiorias”, nomeadamente o “fator dinheiro – superioridade económica, os fatores da tradição e da transmissão por herança – superioridade histórica – e, acima de qualquer outro, o da formação e da instrução – o da chamada superioridade intelectual” (Michels, 2001, p. 114). O acesso a uma carreira política introduz uma diferenciação de estatuto entre aqueles que fazem parte do aparelho e os que se mantêm ocupados com a sua profissão e preocupados com o quotidiano. Estabelece-se aqui uma distância das bases em relação aos políticos, nomeadamente o dirigente que fruto das suas andanças partidárias “é levado a familiarizar-se cada vez mais com todos os aspetos técnicos da condução dos assuntos políticos”, adquirindo competências que o “investem numa posição de superioridade em relação àqueles que afinal são os seus empregadores”. Para chegar a esse ponto, o dirigente conta com a progressiva complexificação do “*metier* político”, a tendência para a invisibilidade das “determinações em

que operam as leis sociais”, a dificuldade em agir eficazmente “na vida pública”, fatores que o levam a distanciar-se da classe a que pertenceu, até ao ponto de perder “os sentimentos de comunhão” (Michels, 2001, p. 115) com a sua classe de origem, formando-se uma fronteira de classe entre dirigentes ex-populares e populares dirigidos.

Ao familiarizarem-se com os processos internos e externos, nomeadamente o conhecimento do funcionamento das instituições públicas de representação política, os dirigentes tornam-se pessoas com um alto valor na organização. E como sem elas, pelo menos no imediato, o desempenho do partido não seria o mesmo, tornam-se imprescindíveis na medida em que “deixam de poder ser facilmente substituídos” (Michels, 2001, p. 117). Tal não ocorre por uma questão de ser ou não ser competente na função, mas sim por se estar na posse de um “conhecimento especializado que eleva os dirigentes acima dos dirigidos”. Esse conhecimento decorre, em grande medida, de um “*savoir faire* social” colhido nas relações de interação política em parlamentos ou comissões parlamentares e nas quais aprendem a manobrar e a manipular de acordo com os interesses do partido sendo assim vistos, pelas massas, como “como intelectualmente inimitáveis e tecnicamente incontroláveis” (Michels, 2001, p. 118). Subsiste deste modo um paradoxo manifesto na circunstância das massas democráticas, que submetidas a uma “situação de coerção”, colocam os “seus dirigentes máximos em posições que, a longo prazo, conduzem ao funeral dos princípios da democracia” (Michels, 2001, p. 119).

Ao reconhecer-se como imprescindíveis perante as massas, os dirigentes partidários sentem-se com poder para “submeter os próprios dirigentes natos”. Sabem, desde logo também que a competência que os anima e os torna peritos se deve, em algum grau, à incompetência geral das bases “em lidarem com questões especializadas” (Michels, 2001, p. 119) em assuntos que a si dizem respeito exclusivo. A posse de capacidade de escolha dos dirigentes pelas bases parte de uma premissa contraditória que atribui capacidade às bases para “reconhecer a competência do dirigente” (Michels, 2001, p. 121).

Para os dirigentes, o grosso das massas está possuído pela incompetência e, este argumento, passa a ser usado tacitamente como justificação para a persistência do “domínio efetivo dos chefes sobre as bases”. Legitima-se assim o princípio que assenta na afirmação paradoxal que “a democracia não significa ‘tudo por intermédio do povo’, mas apenas ‘tudo em benefício do povo’” (Michels, 2001, p. 122). Alguns políticos ou agentes tidos por ilustres, postos perante

circunstâncias de grande complexidade, chegam a admitir a possibilidade “de medidas destinadas a limitar a democracia pela própria democracia” (Michels, 2001, p. 121). Perante uma situação de déficit excessivo das contas públicas em Portugal, a ex-ministra das finanças e ex-dirigente partidária Manuel Ferreira Leite admitiu a necessidade de “suspensão da democracia”²². Tratava-se de afastar o povo das decisões por se não lhe reconhecer capacidade suficiente para entender fenómenos complexos.

Não constitui novidade que uma das observações mais rápidas de captar quando se estuda os partidos políticos é a “estabilidade do círculo de indivíduos que exercem a direção dos partidos democráticos” (Michels, 2001, p. 127). São diversas as causas que compõem e fundamentam essa estabilidade. Essa estabilidade ocorre “num complexo de numerosos fenómenos” (Michels, 2001, p. 131). Existe um tornar natural dos chefes cujo ponto de partida, sendo desconhecido, também não se reveste de importância na medida em que estes, a certo momento, são reconhecidos como os aloquetes da organização, sucedendo-se ciclicamente num processo que os naturaliza como as únicas chefias possíveis. Essa naturalização leva a que as chefias sejam “reconduzidas, não porque são a expressão palpável da correlação de forças dentro do partido em cada momento, mas pura e simplesmente porque já são chefias” (Michels, 2001, p. 133) e, logo, as únicas dotadas de capacidade para o ser.

Nas circunstâncias em que os partidos políticos, por pressões externas, se viram obrigados a instituírem limites de mandatos no seu interior, as chefias historicamente reconhecidas através de estabelecimento de processos internos de dominação, promovem a sua sucessão de forma tão estratégica ao ponto do sucessor constituir a sua legitimação para, no futuro, continuarem a liderar, agora já dentro dos limites de mandatos legalmente impostos. Nestas circunstâncias é usual a promoção de uma chefia fraca de entrada, trocando-a pela chefia forte de saída. Dessa forma, como uma antecâmara, ficam, desde logo, estabelecidas as condições de regresso da chefia forte, usando como justificação não o facto da chefia sucessória ser fraca mas a circunstância estratégica das necessidades imediatas que apelam ao regresso de qualidades

²² Declarações proferidas na Câmara de Comércio Luso Americana no dia 18 de novembro de 2008 por Manuel Ferreira Leite: “Eu não acredito em reformas, quando se está em democracia [...] “e até não sei se a certa altura não é bom haver seis meses sem democracia, mete-se tudo na ordem e depois então venha a democracia”. Declarações proferidas na Câmara de Comércio Luso Americana. Cfr. Revista Visão, disponível em <http://visao.sapo.pt/actualidade/portugal/ferreira-leite-sugere-suspensao-da-democracia-por-seis-meses=f520154>, acedido no dia 10.12.2017.

extraordinárias para o partido continuar a aceder aos lugares de poder. Como as competências superlativas afirmadas necessárias são as possuídas pela antiga chefia, ficam criadas as situações para o seu regresso.

Os dirigentes contam com um empenho extraordinário de si com vista ao seu prolongamento no lugar do poder. Ao dirigente importa pouco o recurso estratégico a usar para estirar o seu mandato. Por vezes, funciona “a lei da inércia”, enquanto noutros momentos é imprescindível a “perseverança”, condições contingenciais que fazem “prolongar o mandato do dirigente, muitas vezes vitaliciamente” (Michels, 2001, p. 133). Aqueles que estiverem possuídos de maior entusiasmo e interesse, o que muitas vezes é designado por paixão pela política, promovem uma dedicação mais intensa e viva pela atividade, espreitando estratégias, a todo o momento, com vista a manterem-se nos cargos que lhes possibilitam uma presença quase constante.

O poder delegado é transformado num lugar “solidamente ocupado” e, tal como ocorria nas aristocracias, os lugares de topo “tornam-se inamovíveis e intocáveis” (Michels, 2001, p. 135). A sua duração em funções no é sempre muito superior à dos governantes. Alguns tornam-se mesmo “insubstituíveis (...) ou dificilmente substituíveis” (Michels, 2001, p. 137). Ao contrário das funções de “curta duração”, a longevidade em funções é comumente entendida como uma necessidade tanto do partido como do político. Ao primeiro permite-lhe estabilidade burocrática na divisão do trabalho e ao segundo, a serenidade psicológica reforça-lhe a presença do “sentimento de responsabilidade” (Michels, 2001, p. 137). Apesar de pouco ou nada democrático, este é o princípio que manda evitar a atribuição de funções de curta duração.

Através de práticas os dirigentes compõem os mecanismos de delegação em seu favor através de “resoluções extraordinárias” (Michels, 2001, p. 195) com o objetivo de manterem o povo afastado das decisões. Muitas dessas resoluções têm o condão de, como providências cautelares, funcionarem como atos suspensivos dos direitos do povo em geral. A cooptação configura uma dessas formas que possibilita “ampliar o círculo dos dirigentes sem que tenham surgido quaisquer vagas” (Michels, 2001, p. 202) e, assim, formar uma *entourage*, geralmente obediente – porque devedora do lugar – com vista à construção de um “comportamento de cartel” que, por sua vez, dá lugar a “uma muralha sobre a qual apenas deixam passar os elementos que lhes são favoráveis” (Michels, 2001, p. 202).

4.11.4 A lei de ferro das oligarquias

O partido político procura o poder e este adquire sempre formas conservadoras. Com o acesso ao poder do Estado e conseqüentemente crescimento da organização, os princípios teóricos tendem a ficar para trás e as diferenças tornam-se menos debatidas trocando-se as discussões de opinião pela discussão de pessoas e lugares, ao mesmo tempo que as bases, sem se aperceberem, são “arredadas da superfície” (Michels, 2001, p. 394). A propensão burocrática introduz na organização uma ‘política de cosmética’ na qual o objetivo mais visível é o de captar o maior número possível de filiados enquanto o “combate de ideias dentro das fileiras dos partidos” é colocado na conta dos assuntos indesejáveis, a evitar “a todo o custo” (Michels, 2001, p. 395). A agitação eleitoral conseguida com a presença das adesões é, de todo em todo, infinitamente mais importante do que qualquer discussão programática sobre a organização partidária.

A política é um domínio onde minorias se ocupam do governo de maiorias e na qual “o resultado de toda luta de classes é sempre uma mera troca de poder” (Michels, 2001, p. 403) em que na alternância, uma minoria substitui outra minoria na dominação das massas. Como já anteriormente foi aludido, a circulação das elites já era um fenómeno anteriormente detetado “dentro dos limites de uma mesma classe social de grandes dimensões” na qual se dá uma substituição do poder “sem liquidação definitiva dos predecessores” (Michels, 2001, p. 404).

Gera-se assim um processo de alternância no qual, significativamente, a aparência serve para iludir as massas animando-as com a mudança em que o “partido oposicionista orienta todas as suas forças no sentido de fazer recuar o partido que está no governo e de se instalar nesse posto”, sem cuidar de acrescentar algo de novo, pelo contrário, “deixando tudo o mais na velha situação”, daí denunciando a natureza substitutiva da alternância política em democracia sem que, alternado e alternador promovam algo mais do que a sua comutação. Revezando-se no decurso da concorrência, ambas as partes agem segundo o “objetivo inconsciente” de, por essa via, manterem a partilha da “dominação sobre as massas”, expediente revelador da visão particular da democracia que lhe concebe “uma sede simultânea pelo poder e pelo brilho” (Michels, 2001, p. 405).

Enquanto organização, e apesar da projeção e exploração pública da imagem de um sistema de indivíduos associados entre si, o partido não se constitui numa “unidade, nem social, nem

económica” (Michels, 2001, p. 415). O ponto de partida e de chegada de todo e qualquer partido não são os indivíduos mas o seu programa. As linhas programáticas estabelecem as configurações de adesão dos seus membros e estes, por sua vez, têm a porta aberta para a entrada, bastando, para tal, exclusivamente a sua vontade.

Em geral, os indivíduos que procuram inscrever-se num partido, não o fazem por se imaginarem iguais ou mesmo idênticos no que esperam do partido. Se bem que a “a origem de classe do programa parece determinar uma unidade de classe” (Michels, 2001, p. 415), a prática mostra que existe uma “enorme contradição de interesses” na relação estabelecida entre o capital e o trabalho que “não pode ser superada por via da aceitação de um programa” composto e objetivado com vista a abarcar interesses de um “punhado de membros das classes sociais superiores”, entretanto assim transformados por via da “destituição de classes” (Michels, 2001, p. 416) operada na intensa vivência nos lugares de chefia e direção da organização partidárias.

Em geral o interesse económico dos componentes dos partidos, nomeadamente dos seus dirigentes, “coincide, regra geral com o do partido” e, esse particular tende a impedir a existência de transferências entre partidos desses membros. Mas a “contradição entre liderança partidária e filiação partidária” constitui uma presença incontornável e insanável no processo de “desenvolvimento da natureza do partido político”. Porque o partido se mostra como um recurso, uma “estrutura material” – no fundo, “um meio para alcançar um objetivo mais elevado” – não se afigura, como já se viu atrás, “idêntico ao conjunto dos seus filiados”, pode dar-se a circunstância de os interesses da globalidade dos afetos ao partido “não coincidirem com os do corpo de funcionários que representam o organismo partidário” (Michels, 2001, p. 417), daí decorrendo comportamentos desajustados entre os desejos da totalidade e a ação dos dirigentes. Evidencia-se neste aspeto a consolidação de um “interesse específico” de grupo que “é o interesse do órgão em si próprio e para si próprio” revelador do fechamento do órgão sobre si próprio. A par com a existência de interesses específicos, formam-se também associações entre diferentes camadas sociais das quais resultam “órgãos que representam os interesses próprios de cada uma delas” (Michels, 2001, p. 418).

A ‘lei da oligarquia’ instituída segundo a “substituição de uma camada por outra” expõe o princípio da relação de força que, em cada momento e ao longo da história “as formações sociais procuram encontrar expressão no seio da sociedade”. No que diz respeito às formas de

persistir, a doutrina da ‘classe política’ em geral conseguiu engendrar “um sentido muito apurado das possibilidades e meios da sua autoconservação”, afirmando e expandindo “uma poderosa força de atração” aliada a uma “capacidade de absorção que só raramente é ineficaz, mesmo face aos seus adversários mais irreduzíveis e consequentes” (Michels, 2001, p. 418).

Antes de se tornarem dirigentes, os putativos candidatos oferecem o seu tempo ao partido mostrando apenas fascínio no ato em si a que é atribuído, genericamente, o valor de dádiva graciosa (Mauss, 1924) e militância ideológica desinteressada. É uma fase em que desenvolvem “as suas atividades sem salário e paralelamente à sua profissão” trazida da sociedade civil. Este empenho embrulhado em fascínio pelo partido permite aceder à condição de funcionário, sendo este o passo que, em geral, antecede a criação de “uma liderança profissionalizada”, o que prenuncia “o aparecimento de uma classe dirigente estável e inamovível” (Michels, 2001, p. 422).

O funcionamento dos partidos políticos ocorre sob permanente apelo oculto e procura simulada do poder que se expressa em práticas de dominação. O instituto dessa cultura autoriza a formulação de uma “lei sociológica fundamental”, segundo a qual, “a organização é mãe da dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatados sobre os que lhes conferem o mandato, dos delegados sobre os que neles delegam” (Michels, 2001, p. 422). Seja qual for a forma democrática em questão, “o carácter orgânico” de todas as organizações políticas, independentemente dos valores ou ideologias por si defendidos, é concebido na perspetiva da formação de uma “poderosa oligarquia” que, desta forma, se capacita, “a todos os níveis” inclusive com manifestação permanente de “poder da direção eleita sobre a massa de eleitores”, num processo em que a “a estrutura oligárquica do conjunto cobre totalmente a base democrática” (Michels, 2001, pp. 422–423). Analisada a partir das práticas, a perspetiva funcional da democracia como meio de produzir a representação dos interesses e vontade do povo, compreensão “à qual a maioria dos democratas (...) continua a agarrar-se com toda a tenacidade e verdadeira fé” (Michels, 2001, p. 423) não passa, com efeito, de uma ingénua percepção, uma falsidia semelhante “a uma quimera produzida por um falso efeito de luz” ou um enganoso efeito de espelho.

O conhecimento e o debate público sobre a persistência das oligarquias promovem o apelo ao aparecimento de “medidas profiláticas” com vista à delimitação de mandatos. O aparecimento

de leis com esse objetivo, nomeadamente com vista à limitação da “dominação dos dirigentes” demonstra que, gradualmente, “as leis vão vacilando, mas não os dirigentes” (Michels, 2001, p. 427), na medida em que, a estes compete o talento para introduzir na organização as práticas que vão moldando as figurações necessárias à prossecução da realidade oligarca dos partidos políticos.

5 A CULTURA DA ENTRONIZAÇÃO E ETERNIZAÇÃO DA ELITE DA POLÍTICA

5.1 DISPOSITIVOS E ESTRATÉGIAS

Até que o agente se dê conta das possibilidades de construção de uma narrativa durável, apenas conta com a experiência de outros profissionais da política cujo passado, já constituído como uma linearidade, demonstra, como se de uma regra geral se tratasse, a existência da possibilidade da transformação da atividade política em atividade profissional (Steyvers & Verhelst, 2012). A construção social da longevidade nos cargos políticos decorre, antes de mais, da construção social da realidade (P. L. Berger & Luckmann, 1967) que atribui ao político capacidades extraordinárias de se tornar num indispensável (Ansell & Fish, 1999; Bourdieu, 1984); alguém cujo desaparecimento é genericamente creditado como ‘uma perda irremediável’ - ainda que, quase sempre, a fórmula inserte o acrescento terminal “ninguém é insubstituível”, expediente realista da finura popular que, no caso do profissional da política, se resume a uma aplicação retórica com vista a não permitir o desuso do oxímoro. Qualquer que seja o lugar por si ocupado, o agente político investe ativamente na sua permanência (Bourdieu, 1984) alimentando, ou fazendo alimentar, o imaginário da desgraça (Pondé, 2004) como cenário certo na sua ausência.

O cunho insubstituível envolve o profissional da política quando este se revela útil num qualquer aspeto considerado premente e urgente pela comunidade que o elege. Quantas mais angústias coletivas forem solucionadas pela intervenção do político executor mais os seus recursos enquanto agente fator engrossam e, em simultâneo, mais o seu crédito aumenta junto da assembleia eletiva (Vasquez, 1998). Com o crédito acumulado, um encantamento carismático expresso no reconhecimento por todas as obras feitas passa a acompanhar o agente (Weber, 2004a), inscrevendo-se, na sua biografia, uma espécie de currículo profissional não só conhecido mas também celebrado como uma bênção da sociedade que o acolhe. Nessa altura o político profissional passa a gozar de um crédito ilimitado (Bourdieu, 1981) impossível de contradizer que lhe permite, praticamente, declarar o que pretende para que a maior parte da assembleia anua segundo um pragmatismo acrítico (M. L. Martins, 2011), ao mesmo tempo que o desagrado dos críticos reforça mais a perspetiva de ingratidão dos mal-agradecidos e menos qualquer premissa alternativa aos constrangimentos decorrentes da relação desigual traduzidos na “impossibilidade de eficazmente (...) responder” (J. F. Almeida, 1984, p. 609), assim exortando a censura ativa, na maior parte das vezes silenciosa, dos acríticos.

A comunidade de eleitores constitui-se na causa produtora das estratégias e das práticas identificadas como necessárias e úteis ao esperado e ansiado, enquanto o resultado positivo ou negativo produzido junto dessa sociedade votante ganha foro de consequência da ação (Weber, 2001) do agente político sem que, contudo, se esgotem nesta circularidade de interesses individuais e reconhecimento coletivo, a totalidade dos mecanismos produtores da inter-relação e de construção recíproca entre o indivíduo e a totalidade (Giddens, 1984), que é o mesmo que dizer, o político e a sociedade (Weber, 2010).

Nos sistemas políticos os mecanismos de controlo funcionam como dispositivos de resguarda do funcionamento das instituições (Foucault, 1975). É missão desses dispositivos sustentar a arquitetura ideológica de um sistema organizacional com o objetivo de funcionar autonomamente mas em solidariedade e interdependência funcional das partes dissemelhantes que formam essa comunidade política (Herepath, 2014). Estes dispositivos são um “olhar panóptico sobre a sociedade” (M. L. Martins, 1990, p. 35) e constituem-se em entidades produtoras de “crenças que organizam práticas” nas quais a política se torna constituída por “técnicas polimórficas de *fazer cre*” (M. L. Martins, 1990, p. 59). Assim como a proibição de se falar na política na década de 1930 não inibiu a formação de “discursos complexos, entrecruzados, subtilmente hierarquizados e articulados à volta de um feixe de poder” (M. L. Martins, 1990, p. 64), a abertura às possibilidades de contraditar, manifestar e afirmar a diferença (S. Berger, 2002), não rompe com o *habitus* instituído nem promove a mudança das práticas, exatamente porque estas se suportam em alicerces muito profundos, inscrevendo a extensão dos dispositivos passados em novas figurações de controlo na malha mental do presente.

Os sistemas eleitorais e de governo incorporam a diversidade consubstanciada na existência de contrapontos distintos igualmente interessados na disputa do espaço eleitoral e na luta pelos lugares de representação (Botelho, 2014; Bourdieu, 1984; Lopes & Freire, 2002). Segundo as perspetivas clássicas das ciências sociais, essa diversidade está submetida a um poder coercivo colocado nas mãos da totalidade (Durkheim, 2001b) que é transformada em faculdade sancionatória sobre aqueles a quem é entregue um mandato eletivo (Parsons, 1963, 1991) e que pode ser assim enunciado: quem detenha o poder de um mandato e, logo, o poder de decidir por outros, está perante a possibilidade da sujeição coletiva de práticas consideradas indesejadas, colocando-se, desta forma, defronte epítetos tendentes a manchar a imagem e o

currículo, ferindo desta forma as asas do desejo do futuro percurso político (Gallagher & Mitchell, 2006).

Enquanto mecanismos de controlo – e propulsores de autocontrolo – os dispositivos funcionam como tecnologias exteriores aos profissionais da política e são localizados, para além do conjunto de indivíduos que compõem a comunidade eletiva, na totalidade societal, incluindo aquela parte que se manifesta pela ausência e pelo silêncio aparente (M. L. Martins, 1990). Apesar desta exterioridade, da afirmada diversidade e as cantorias épicas ao poder coercivo – portanto, poder do povo –, os mecanismos de controlo tendem a intrometer-se e a inverter o sentido de quem controla quem (Foucault, 1975) surgindo estratégias de submissão da totalidade através de um conjunto de “táticas disciplinares” resultante do uso de “tecnologia tradicional da obediência” (M. L. Martins, 1990, p. 69).

O poder da totalidade revela-se assim um poder aparente porque limitado por um dispositivo da moral inscrita nos corpos segundo uma “racionalidade do ‘simples bom senso’ ou do equilíbrio de todas as coisas” (M. L. Martins, 1990, p. 69) que, ao estabelecer o enfraquecimento do entusiasmo pela política encontra o caminho para a entronização ou eternização de agentes constituídos em profissionais da política. Neste agir sobre a totalidade construído sob a intervenção ativa na remoção da efervescência e na promoção da baixa excitação pública sobre os assuntos do campo da política localiza-se a fórmula que possibilita aos profissionais da política o seu sucesso em estratégias de longevidade profissional.

5.2 ANALOGIAS E SIMILITUDES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS DE LONGEVIDADE

Em termos de construção mental, o campo político apresenta-se diverso nas suas forças, dinamicamente conflituoso nos seus processos, múltiplo nas suas estratégias e amplamente talentoso nas artes dos seus atores (Weber, 2004a) . A heterogeneidade partidária é expressão sempre presente para vincar a diferença que subjaz o campo político em regime democrático (Caillaud & Tirole, 2002; Hopkin, 2004; Ranney, 2001).

A duração dos indivíduos nos cargos políticos pode, por um lado, revelar a experiência necessária à manutenção da estabilidade das instituições políticas com vista à concretização de projetos, por vezes complexos (Allen, 2013). Mas, a reivindicação dessa experiência, como fator de necessidade primordial, contém também a afirmação tácita da imutabilidade, ou mudança forçadamente lenta, na ocupação de cargos e, em consequência, a prossecução de formas

normalizadas de existir e agir, limitando as dinâmicas de mudança tanto dos meios políticos, como da sociedade enquanto território (re)produtor de si própria (Best & Cotta, 2000) (Best & Cotta, 2000). É com o objetivo de se conhecer esta realidade sociopolítica que se recorre a um estudo de caso da conservação nos cargos, realizado a partir da lista dos presidentes de câmaras municipais em Portugal.

Esta verificação baseia-se na estatística colhida anteriormente ao dia 29 de setembro de 2013, vésperas da realização, em Portugal, da primeira eleição na qual alguns cidadãos foram legalmente impedidos de se candidatar a determinados lugares de representação política²³. Uma particularidade constituía esses indivíduos num grupo com características sociais determinadas: no seu passado haviam presidido a determinado município pelo menos durante doze anos ininterruptos, o mesmo que dizer três mandatos autárquicos. O crescente aumento de presidentes de autarquias entronizados no poder levou à constituição do impedimento legal para presidentes de Câmaras e Juntas de Freguesia, tipo de instituições mais próximas dos cidadãos. Nesta apreciação são também analisadas as transferências do poder dos autarcas impedidos para indivíduos colocados, estrategicamente, numa linha de sucessão antecipada, assim como o caso dos políticos que ao verem-se impedidos, se transferiram de lista, candidatando-se a presidentes das Assembleias Municipais, órgãos legislativos dos municípios

Imediatamente antes dessa primeira eleição em que se aplicava a lei da limitação de mandatos, constatava-se que, dos 308 indivíduos constituídos em presidentes de uma autarquia em Portugal, mais de metade (51,3%) ocupavam o lugar há mais de três mandatos, enquanto o número de indivíduos estreantes – ou a concluir o seu primeiro mandato - se cifrava nos 29,5%.

Por outro lado, os autarcas a finalizarem o seu terceiro mandato constituíam mais de um terço (34,9%) dos líderes municipais em atividade, número bastante distante da possibilidade legada aos candidatos já com dois mandatos (19,8%) e por isso algo demonstrador da diminuição de indivíduos posicionados para a realização do terceiro mandato.

²³ Conhecida como a lei da delimitação dos mandatos, a lei nº. 46/2005 de 29 de Agosto entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2006. No seu artigo primeiro, a lei prescrevia, genericamente, que “o presidente de câmara municipal e o presidente de junta de freguesia só podem ser eleitos para três mandatos consecutivos, salvo se no momento da entrada em vigor da presente lei tiverem cumprido ou estiverem a cumprir, pelo menos, o 3º mandato consecutivo, circunstância em que poderão ser eleitos para mais um mandato consecutivo”, o que, na prática, adiou a efetiva entrada em vigor do diploma, não para as eleições autárquicas de 2009 mas sim para as de 2013. A partir dessa data estava vedada a eleição para “o quadriénio seguinte” de qualquer indivíduo que tivesse realizado, pelo menos, três mandatos consecutivos. Esta lei marca uma divisória nas estratégias até aí em vigor de manutenção nos lugares de liderança de órgãos executivos autárquicos.

Os mandatos autárquicos instituídos em democracia através da Constituição da República Portuguesa em 1976 sucediam, até 1982, por um período de três anos, tendo sido aumentados para um espaço de quatro anos a partir dessa data. No período compreendido entre 1976-2013 decorreram nove atos eleitorais autárquicos a que correspondeu o mesmo número de mandatos políticos. Uma análise exclusiva para o caso dos indivíduos com mais do que três mandatos consecutivos tendo em vista a uma estratificação cronológica chama desde logo a atenção para a existência de situações nas quais determinados indivíduos ocuparam a função de presidente de Câmara durante exatamente os nove mandatos possíveis. Esta longevidade plena é acompanhada pela existência de narrativas vividas no topo da hierarquia executiva de um município durante sete e oito mandatos.

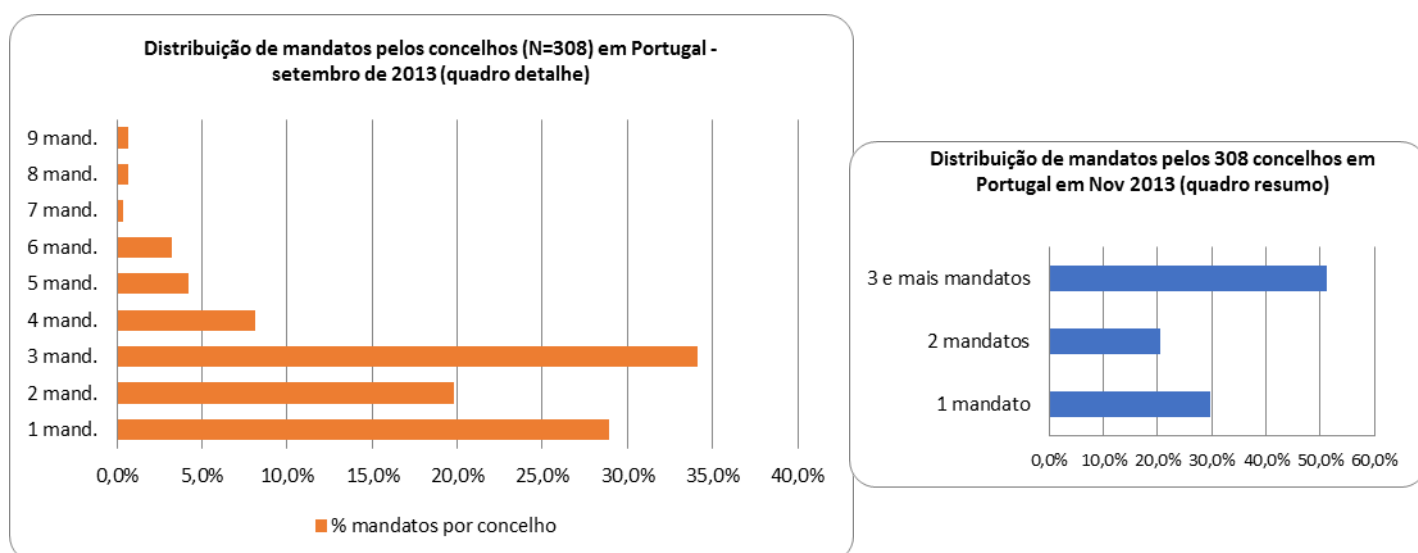


Figura 2 - Distribuição de mandatos pelos concelhos - setembro de 2013 (N=308)

O somatório do número de presidentes da Câmara com quatro, cinco e seis mandatos consecutivamente cumpridos atingiu, em 2013, os 50 casos, correspondendo a 15,6% dos municípios portugueses, facto que enuncia uma propensão dos políticos para o apego ao lugar de eleição assim como também se exprime uma certa predisposição para o mercado dos eleitores responder afirmativamente aos apelos de certos candidatos apresentados como indivíduos na posse de particularidades engenhosas e incomuns, por isso atributos raros na relação da oferta e cuja procura eleitoral, reconhecendo-lhe qualidades fadadas para o cargo, não vislumbra outra possibilidade, assim atribuindo a esse detentor de graus superlativos da política o requisito de depositário do monopólio das qualidades política.

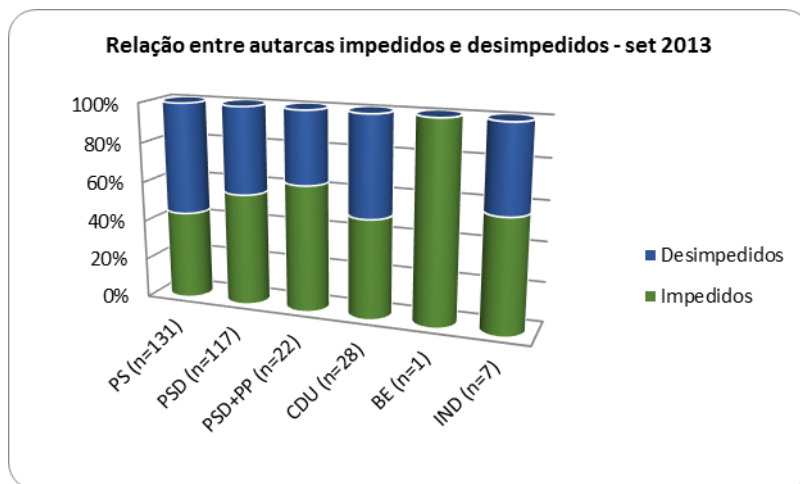


Figura 3 - Relação entre autarcas impedidos e desimpedidos - set 2013.

Excluindo o caso excecional do Bloco de Esquerda (BE) - que presidia apenas a uma autarquia há mais de três -, dos 157 presidentes de Câmara Municipais obrigados a saírem do sistema político autárquico, o Partido Social Democrata (PSD) em coligação com o Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP) apresentava, em termos relativos, o maior número de indivíduos com antiguidade superior a doze anos no poder (63,6%), não muito distante do PSD em estado solitário (56,4%). Todavia, mesmo considerando os casos da Coligação Democrática Unitária (CDU) com 50% e do Partido Socialista (PS) com 44,3% de indivíduos candidatos com mais de doze anos de curriculum presidindo Câmaras Municipais, os números não se afiguram muito distanciados uns dos outros no que toca à generalidade dos partidos políticos.

A circunstância dos políticos concorrentes às eleições na condição de 'independentes', logo com práticas diferenciadas e distintas, não introduz, neste caso, nenhuma mudança em relação à ordem política baseada em organizações partidárias, verificando-se, pelo contrário uma tendência para a repetição dos números (57,1%) de indivíduos com mais de três mandatos autárquicos, constatando-se assim, pelo menos nesta dimensão de análise, uma similitude reprodutiva entre as práticas políticas provindas de organizações partidárias e as práticas políticas provindas de grupos de cidadãos autonomizados da ordem regular.

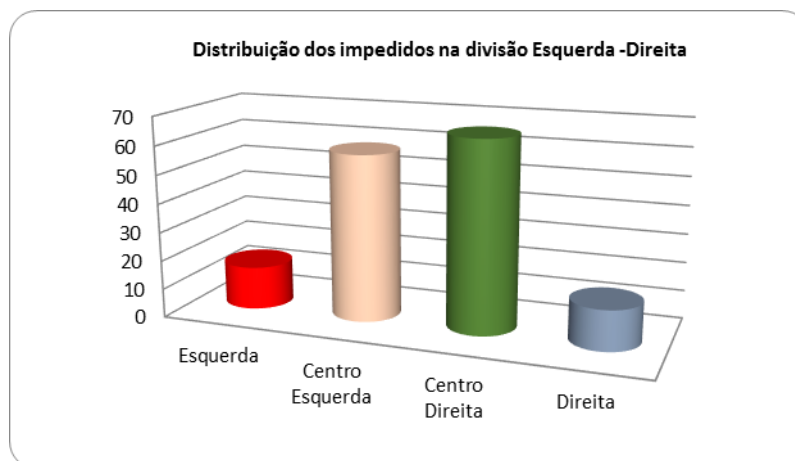


Figura 4 - Distribuição dos impedidos na divisão Esquerda – Direita.

Na hodierna forma de categorização política, a divisão esquerda-direita configura uma simplificação dicotômica e antitética (Bóbbio, 1994) e, apesar das dúvidas muitas vezes levantadas sobre a sua validade (Correia, 2012) é ainda globalmente usada para promover a separação de campos e constituir propriedades explicativas da realização de práticas políticas (Nöel & Thérien, 2008). Trata-se de uma representação social da política (Cabecinhas, 2004) construída como “orientação dos eleitores na interpretação dos fenómenos políticos e na tomada de decisões” funcionando como um “instrumento para reduzir a complexidade do universo político” que se traduz numa espécie de “código de comunicação” (Freire, 2005, p. 11) adequado a ajudar os indivíduos a reconciliarem-se com um lugar político.

Num exercício em que se atribui a esquerda à CDU (coligação entre o Partido Comunista Português (PCP) e o Partidos ‘Os Verdes’”) e a direita ao CDS (neste caso, em coligação com o PSD); o centro-esquerda ao PS e o centro-direita ao PSD verifica-se, na separação dual que, apesar de se manifestar uma ligeira tendência para a existência de mais indivíduos à direita com narrativas de longevidade, esta não autoriza a declaração de superioridade na produção de autarcas com tendências de resistência. Globalmente, dos 157 indivíduos com curriculum excessivo para continuar a presidir autarquias, 73 encontravam-se alojados do lado esquerdo e 80 encostados à direita. Mesmo considerando as divisões no interior de cada uma das díades, o valor observado no limite da esquerda – apenas a CDU – cifra-se em 15 casos enquanto o centro-esquerda – PS – agrega 58 indivíduos. Do outro lado, o limite da direita – CDS – conta com 14 casos enquanto o centro-direita apresenta 66 – o PSD.

Isto é, nos interstícios da análise política mais simples e declarada como a mais fácil de integrar o fenómeno político no conhecimento popular, não se vislumbra uma significativa diferença entre

os campos colocados em oposição – aparentemente distintos em todas as dimensões - construídos para promover o fervor e a adesão dos indivíduos à participação eleitoral. Tanto na esquerda como na direita, a predisposição dos indivíduos para arquitetar estratégias de resistência nos lugares de representação política revela-se similar e demonstrador da existência de uma questão ampla e a tocar em fundamentos sociais sustentados em disposições com propriedades particulares estabilizadas e manifestadas na relação entre o poder e as suas formas de exercício.

5.3 AFINIDADE E SOBREVIVÊNCIA ICONOGRÁFICA DOS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA

Com a interrupção do percurso profissional introduzida pela determinação legal baseada no excesso de anos de mandatos no currículo, delinearam-se estratégias de controlo das consequências pessoais e partidárias no abandonar dos atores políticos detentores do poder nas Câmaras Municipais. Perante este quadro, as narrativas pessoais destes profissionais da política direccionaram-nos para estratégias distintas, umas mais localizadas nas necessidades individuais assentes em razões de ordem económica e outras localizadas na vaidade pessoal e manutenção de estatuto perante a comunidade, ambas atravessadas pela noção conservação e projeção da figura do indivíduo com poder.

Dos 157 políticos impedidos de alongar a sua narrativa profissional, 16 desistiram em certo momento do mandato iniciado em 2009-2013 (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**). Aquando da disputa eleitoral de 2009 a maior parte sabia que esse seria o seu último mandato, pelo que se torna impossível atribuir o abandono antecipado a um facto desligado da atitude consciente e planeada. Portanto, a desistência aqui observada não pode ser levada à conta de uma demissão de quem pretende ir-se embora por mudar de vida mas, sim, o delinear de uma estratégia com vista à colocação em prática de um programa com vista a objetivos precisos e concretamente delineados.

O abandono precoce do lugar de presidente de Câmara no decorrer do mandato autárquico 2009-2013 (ver **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**) obedeceu a estratégias de cedência segundo planos estabelecidos de acordo com a realidade das configurações particulares de cada geografia partidária²⁴. Em geografias dominadas por elites constituídas em

²⁴ Atente-se na resposta de António Magalhães, presidente de Câmara Municipal durante 24 anos: "(...) há figuras importantes do poder autárquico que não souberam gerir os interesses do seu partido como nós estamos a fazer aqui. Quando tal não sucede, o

clãs e socialmente reconhecidas como poderosas, o poder tratou de ser entregue a uma figura representativa das tramas familiares dominadoras do cenário político local. Nestes casos, a tramitação deu-se segundo um plano estabelecido com alguns anos de existência e que passava por, durante esses anos, se promover uma figura, usualmente um ‘filho-família’ com apelido reconhecido, em vista ao seu transporte na hierarquia do reconhecimento da competência sociopolítica²⁵.

Em circunstâncias nas quais o capital do político se havia autonomizado e exteriorizado para além da sua geografia eleitoral, o profissional da política impedido de continuar o seu projeto pessoal pôde recorrer à rede de relações entretanto construída ao longo da sua vivência na política, antecipando, por um lado, a sua solução particular na forma económica e, em simultâneo, dando perfil a uma solução do partido que, fruto da mudança, passou a dispor de tempo para promover uma nova silhueta política enquanto fazia esquecer a antiga figura.

Tabela 2 - Abandonos e cedências do lugar de Presidente de Câmara no decurso do mandato 2009-2013

Concelho	Partido	Nome	Observações
Fundão	PSD	Manuel Frexes	Saída para administrador Águas de Portugal, empresa a quem a Câmara do Fundão devia, à data, 7,5 milhões de Euros ²⁶ .
Idanha-a-Nova	PS	Álvaro Rocha	Lugar cedido a Armindo Jacinto – Vice-presidente da Câmara. Vereador durante 3 mandatos ²⁷
Coimbra	PSD/CDS	Carlos Encarnação	Lugar cedido a João P. Barbosa Melo (vice-presidente da Câmara), filho de Barbosa de Melo, fundador do Partido Popular Democrático e ex-Presidente da Assembleia da República.
Lousã	PS	Fernando Carvalho	Lugar cedido a Luís Antunes – vice-presidente da Câmara e filho ex-deputado e ex-presidente Câmara Horácio Antunes ²⁸

adversário aproveita-se das dissonâncias entre as partes. A população gosta de alguém que decida (...) Deixo o trabalho a quem o partido designou para candidato (...) O ideal é esta transição suave, do agrado geral. A bagunça de outros municípios só prejudica os cidadãos. ‘Os vimaranenses quiseram-se aqui’, entrevista de António Magalhães, líder autárquico entre 1989 e 2013 in ‘O Que Fica no Coração’, pp. 100 a 119, Edição da Fundação Cidade de Guimarães e Esser Silva, disponível em https://www.academia.edu/6375257/Guimar%C3%A3es_2012_-_O_que_fica_no_cora%C3%A7%C3%A3o. Consulta efetuada em 29.06.2016

²⁵ O caso de Coimbra no qual Carlos Encarnação, o presidente da Câmara, cedeu antecipadamente o seu lugar a João Barbosa de Melo dificilmente se desliga do facto deste último ser filho de António Barbosa de Melo, fundador do Partido Popular Democrático, Presidente da Assembleia da República entre 1991 e 1995, anos coincidentes com o período em que Carlos Encarnação exerceu, por três vezes, as funções governamentais de Secretário de Estado: Administração Interna (1981), Adjunto do Ministro dos Assuntos Parlamentares (1990) Adjunto do Ministro da Administração Interna (1991). Cfr.: <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=19> e <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=280>, consultado em 19.07.2016

²⁶ Segundo a imprensa, a nomeação de Manuel Frexes para a Águas de Portugal (AdP) provocaram desconforto no PSD por este ter dirigido uma autarquia com uma dívida de 7,5 milhões à empresa para a qual foi indigitado. Cfr.: <http://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/confito-de-dividas-de-manuel-frexes>, consultado a 15.10.2016

²⁷ A justificação pública do edil para a renúncia do seu mandato nunca é por si atribuída a uma troca estratégica com vista à manutenção do poder num grupo. A fórmula mais comum é a manutenção da honra e no desapego ao poder. No memento da saída Álvaro Rocha, presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova centrou, exclusivamente e nas suas capacidades pessoais de construção do seu destino: “Entrei como quis, saio por vontade própria”, disse. Cfr. notícia da Agência Lusa de 02.05.2013.

Concelho	Partido	Nome	Observações
Tábua	PS	Francisco Ivo Portela	Lugar cedido a Mário Loureiro - Era vereador ²⁹
Évora	PS	José Ernesto Oliveira	Lugar cedido a Manuel Melgão – vice-presidente da Câmara ³⁰
Montemor-o-Novo	CDU	Carlos Pinto Sá	Lugar cedido a Hortência Menino – Carlos Pinto Sá passou a candidato em Évora ³¹
Albufeira	PSD	Desidério Silva	Lugar cedido a José Carlos Rolo – vice-presidente. Desidério Silva foi ocupar o lugar de Presidente da Junta Turismo Algarve ³²
Cascais	PSD/CDS	António Capucho	Lugar cedido a Carlos Carreiras – vice-presidente da Câmara ³³
Portalegre	PSD	José Mata Cárceres	Lugar cedido a Maria Adelaide Teixeira – vice-presidente da Câmara ³⁴
Valongo	PSD/CDS	Fernando Melo	Lugar cedido a João Paulo Baltazar ³⁵
Cartaxo	PS	Paulo Caldas	Lugar cedido a Paulo Varanda – vice-presidente da Câmara ³⁶
Tomar	PSD	António Paiva	Lugar Cedido a Carlos Carrão – António Paiva demitiu-se e foi para gestor do QREN ³⁷
Grândola	PS	Carlos Beato	Lugar Cedido a Graça Nunes – Carlos Beato foi ocupar um lugar no Conselho de administração da Caixa Económica Montepio Geral ³⁸
Madalena (Açores)	PSD	José Rodrigues	José António Soares – Era vereador e vice-presidente de Câmara ³⁹
Ponta Delgada (Açores)	PSD	Berta Cabral	José Manuel Bolieiro – Era vereador e vice-presidente de Câmara. ⁴⁰

A cedência da posição do lugar de dirigente máximo autárquico num momento que possibilitasse um período de (re)conhecimento a uma novel figura constituiu o plano mais usual⁴¹. Na maior

²⁸ Cfr. <http://www.asbeiras.pt/2011/11/fernando-carvalho-renuncia-a-presidencia-da-camara-da-lousa/>, consultado em 15.10.2016

²⁹ Cfr.: <http://www.fardolanossaterra.net/2012/05/27/mario-almeida-loureiro-e-o-novo-presidente-da-camara-municipal-de-tabua/>, consultado em 15.10.2016

³⁰ Cfr.: <http://www.radicampanario.com/r/index.php/regional/1556-evora-jose-ernesto-oliveira-cessa-funcoes-de-presidencia-5-meses-antes-do-final-do-mandato>, consultado em 15.10.2016

³¹ Cfr.: <http://alvitrandoblogs.sapo.pt/2387500.html>, consultado em 15.10.2016

³² Cfr.: <http://www.regiao-sul.pt/noticia.php?refnoticia=131304>

³³ Cfr.: <http://expresso.sapo.pt/actualidade/antonio-capucho-renuncia-a-cargo-de-presidente-da-camara-de-cascais=f700960>

³⁴ <http://www.cincotons.com/2011/06/mata-caceres-deixa-presidencia-da.html>

³⁵ Após ter declarado que levaria o mandato até ao fim, Fernando Melo acabou por ceder o lugar ao número dois da Câmara Municipal de Valongo no decurso do mandato. “Já não gosto de ser presidente. Estou cansado disto”, declarou como argumento para o seu abandono. Cfr.: <http://www.in.pt/local/noticias/porto/valongo/interior/fernando-melo-deixa-camara-de-valongo-2512623.html#ixzz4NGMr3dH0>, consultado em 16.10.2016

³⁶ Na hora do abandono antecipado, “questionado sobre se não defraudou as expectativas dos que votaram em si para um mandato de quatro anos, o autarca afirmou que ‘há hoje a consciência de que os líderes trabalham com equipas’, pelo que parte ‘de consciência tranquila’”. Cfr.: <http://www.dn.pt/portugal/interior/paulo-caldas-renuncia-a-presidencia-da-autarquia-2082017.html>, consultado em 16.10.2016.

³⁷ “Aceitei este lugar porque entendi que tinha aqui uma oportunidade não só de representar o município de Tomar e a Comunidade Urbana do Médio Tejo mas também todos os municípios da Região Centro”, explicou António Paiva na hora do abandono da Câmara de Tomar <http://omirante.pt/semanario/2007-12-27/politica/2007-12-27-antonio-paiva-sai-da-camara-de-tomar-para-gerir-programa-operacional-da-regiao-centro>, consultado em 16.10.2016.

³⁸ Cfr.: <http://da.ambaal.pt/noticias/?id=2582>, consultado em 16.10.2016.

³⁹ Cfr.: <http://sicnoticias.sapo.pt/Lusa/2011-05-02-aco-res-presidente-da-camara-da-madalena-do-pico-renunciou-ao-mandato>, consultado em 16.10.2016

⁴⁰ Cfr.: <http://expresso.sapo.pt/actualidade/berta-cabral-deixa-camara-de-ponta-delgada=f743734>, consultado em 16.10.2016

parte das vezes a cedência não implicou a saída institucional do presidente da Câmara eleito mas, quando tal ocorreu este ‘auto esvaziou-se’ deliberadamente das suas competências principais entregando-as ao putativo sucessor passando entretanto a ser, em exclusivo, uma figura de corpo presente, na linguagem mais popular ‘um corta fitas’ (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**). Na prática deu-se a saída do palco do até aí ator principal para se verificar a emersão de um novo rosto no lugar da representação o poder. Em geral, nestes casos, estabeleceu-se um acordo delineado nas formas de um negócio entre o experiente de saída e o novel de entrada, formulado debaixo do apoio deste último à candidatura do futuro ex-presidente da Câmara ao lugar de Presidente da Assembleia Municipal.

Vejamos: dos 157 indivíduos limitados ao concurso político enquanto presidentes de Câmara, 43% apresentaram-se às eleições autárquicas de setembro de 2013 no lugar de candidatos a presidente da Assembleia Municipal. Mais uma vez a estatística decorrida do facto social em análise demonstra uma tendência regular no acontecimento que abraça a totalidade dos componentes do campo partidário. A distribuição relativa entre os partidos (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**) revela a presença do mesmo tipo de solução transversal nas estratégias da generalidade dos partidos políticos a que não escapa o que deveria ser um caso particular, e logo diferenciado, como é o esperado dos independentes que apresentaram 50% de candidaturas de ex-executivos ao órgão deliberativo. Este número é acompanhado pelos partidos conhecidos como ‘os partidos de esquerda’ (PS, 50%; CDU 50%) cujos ex-presidentes do órgão executivo dispostos a presidir o órgão deliberativo municipal mostraram ser em maior número relativo aos dos partidos tidos como ‘situados à direita’ (PSD, 38%; PSD-CDS, 29%), ainda assim demonstrado que no campo decisional partidário a solução preconizada de querer fazer presidentes de Assembleias Municipais, indivíduos impedidos de ser presidentes de Câmara, revela uma linha de conduta similar em toda a esfera partidária.

⁴¹ Nem sempre esta passagem ocorreu de forma linear. Por vezes os presidentes das autarquias optaram por ceder os poderes ao futuro candidato e ficarem no lugar até ao final. Esta solução implicou elevados custos psicológicos por parte de quem ficou. Atente-se à resposta de um ex-presidente de Câmara: “Ponderei renunciar a 31 de Dezembro de 2012, porque é penoso as pessoas perceberem que já não devem contratualizar comigo (...). É com algum desgosto que agora reconheço que não deveria ter ficado até ao fim”. Cfr. ‘Os vimaranenses quiseram-se aqui’, entrevista de António Magalhães, líder autárquico entre 1989 e 2013 in ‘O Que Fica no Coração’, pp. 100 a 119, Edição da Fundação Cidade de Guimarães e Esser Silva, disponível em https://www.academia.edu/6375257/Guimar%C3%A3es_2012_-_O_que_fica_no_cora%C3%A7%C3%A3o. Consulta efetuada em 29.06.2016

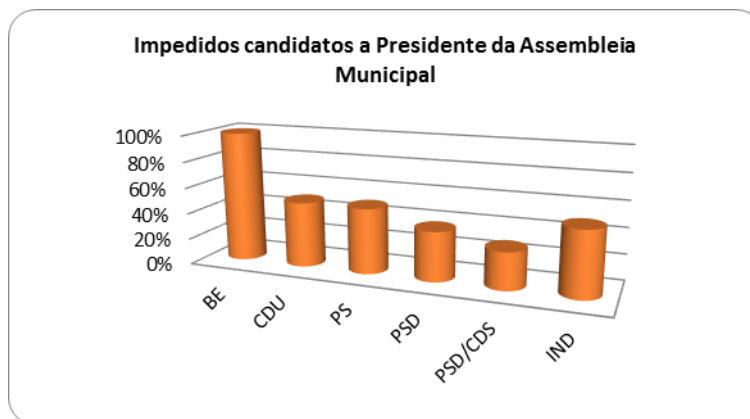


Figura 5 - Distribuição, por partido, dos políticos, 'impedidos', candidatos a Presidente da Assembleia Municipal.

Para além da transversalidade partidária, esta escolha de mais de 43% dos impedidos revela até que ponto pode ir a noção de sobrevivência política uma vez que, no caso, é notada a necessidade destes se manterem ativos tanto no partido como num lugar que, pouco ou muito, também é um lugar de representação na medida em que depende dos votos dos eleitores. A visão eleitoral mostra-se aqui presente dado que, na maior parte das vezes os indivíduos com currículo político longo são apresentados como exemplos de dedicação 'à causa pública' - forma eufemística de esconder a causa partidária - e, em seguimento, aproveitados pela sua capacidade de manipulação eleitoral e mobilização de recursos de vária ordem.

Na ordem autárquica portuguesa, o cargo de Presidente da Assembleia Municipal revela-se um lugar menos de afirmação política e mais de representação simbólica mas nem por isso de poder simbólico (Bourdieu, 1989). Simbólico aqui refere-se à transformação do indivíduo num ícone reconhecido mas sem capacidade ativa nem forma de converter a sua carga simbólica em autoridade.

O investimento político tanto individual como partidário colocado na disputa do lugar de candidato é praticamente nulo, o que faz com que a figura surgida seja, regra geral, um cidadão com propriedades veneráveis adquiridas profissionalmente, reveladas na dimensão económica e reconhecidas socialmente como distintas (Bourdieu, 1979a). Trata-se, em geral, de alguém com elevado capital social mas nem por isso possuidor de idêntica medida de capital político, aliás, desnecessário pelos motivos relacionados com o objetivo aludido, no caso, a ocupação de um cargo onde a figura do poder máximo se compõe segundo a capacidade de seguir determinada ritualização habitual sem que os seus créditos pessoais tenham, na prática, qualquer utilidade. O facto do líder do órgão deliberativo constituir um dos menos visíveis cargos políticos, acrescido

da circunstância dos partidos pouco ou nada fazerem para o promover, coloca a figura do presidente da Assembleia Municipal num plano político praticamente inferior ao de presidente de Junta de Freguesia, na medida em que este, pelo menos, ao gerir um orçamento, sustenta-se em algum poder económico (Bourdieu, 2006). Do ponto de vista das práticas, o presidente da Assembleia Municipal não é mais do que um homem posto num momento que exige pouco dos homens e marca mais o momento (Winkin, 1999).

O aparecimento de ex-executivos autárquicos dotados de alto capital político ocupando lugares de valor destituído de qualquer poder simbólico diminui o círculo de recrutamento e introduz um elo de fechamento partidário. O partido toma para si a responsabilidade de acolher profissionais que, na sua carreira política, também lhes dedicaram toda a sua vida, reconhecendo-lhes não só o direito mas também a obrigação de continuarem a ser acolhidos e de se manterem no centro das decisões. Dessa forma o partido como que armazena o capital de experiência legado por esses profissionais compondo as expectativas de quem não tem outras perspetivas profissionais para além da política.

As estratégias engendradas para a manutenção do poder como modo de existência pessoal ultrapassam, em certas circunstâncias, a simples ideia de persistência do indivíduo para realização ideológica individual denotando outras motivações, na maior parte das vezes, inconfessadas. Quando abordadas em público pelos *media*, mesmo em circunstâncias visíveis e facilmente constatadas como soluções dominadas por razões económicas, os motivos invocados são invertidos, colocando-se o ónus da necessidade não no indivíduo mas no cargo. É o cargo que precisa da pessoa e não o indivíduo quem necessita do cargo. A experiência, o capital de conhecimento e uma determinada auto santificação manifesta na posse do monopólio das qualidades superlativas para o lugar, constituem os elementos curriculares colocados em evidência pública com vista a promover a desertificação das pretensões ao cargo. O cargo é sempre um lugar menor a ser ocupado por alguns dotados de valor maior.

5.4 PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS TRANSVERSAIS

Se a grande cidade gera seres marcados pela diferença a partir de consciências atravessadas pela diversidade da vida social e económica onde a realização profissional se confunde com a realização pessoal, é manifesta a “oposição profunda frente à pequena cidade e à vida no campo, com ritmo mais lento, mais rotineiro e de fluxo mais uniforme da sua imagem sensível-

espiritual da vida”. Os sentidos relacionais desenrolam-se segundo as configurações psicossociais decorrentes da natureza dominante na sociografias, “sobretudo o carácter intelectualista da vida anímica peculiar à grande cidade, em face do psiquismo consentâneo com a pequena cidade, que se apoia antes no ânimo e nas relações pautadas pelo sentimento” (Simmel, 2009a, p. 4) dando-se o recorte fronteiriço das diferenças quando é produzida qualquer análise comparativa entre os domínios ‘grande cidade’, ‘cidade’ e ‘campo’.

Na aplicação dos pressupostos de Simmel (2009), o campo da política portuguesa e, especificamente o caso das autarquias locais, configuram o organismo onde se dá uma maior proximidade entre os eleitores e os eleitos. Proximidade deve aqui ser entendida sob significações diferenciadas, distinguidas entre as características dominantes na separação ainda possível entre comunidade e sociedade (Tönnies, 1979), categorização que apresenta duas formas básicas e distintas de sociação: enquanto a ‘comunidade’, sustenta-se no afeto e na emoção, a ‘sociedade’ assenta na instrumentalidade e na razão. Enquanto a comunidade produz e reforça a sua existência segundo uma cultura de solidariedade fundada em códigos partilhados pela generalidade dos seus constituintes, a sociedade constrói-se segundo a premissa do progresso, logo inscrevendo na sua génese o princípio da mudança permanente

Na significação societária cuja consciência ganha contornos na produção de sentidos gerados na grande cidade, compete para tal desiderato menos a distância física entre os agentes e mais a distância entre agentes e a instituição executiva de representação política mais próxima. A noção de sentidos é aqui colhida segundo fundamentos de individualidade resultante da “intensificação da vida nervosa, que brota da mudança acelerada e ininterrupta das impressões interiores e exteriores” (Simmel, 2009a, p. 4), num processo vivencial no qual é cultivada a “desatenção civil” no entrecruzamento entre indivíduos – que ao olharem-se fazem de conta que se não vêm – (Goffman, 1993), e cuja existência relativiza a importância da instituição autárquica na medida em que esta compete económica e socialmente com instituições de variados domínios pela atenção do indivíduo.

Na conotação comunitária, proximidade refere-se à dependência funcional entre atores e às relações de poder que se tornam evidentes quando o espaço se organiza segundo configurações de vizinhança nas quais o conhecimento é produzido em conexões face-a-face entre os detentores do poder e os submetidos ao poder (Colfax, Elias, & Scotson, 1966). Por oposição, proximidade no caso da vivência na grande cidade revela-se na intelectualidade e na forma aparentemente desatenta e desligada uns dos outros como se processa a vivência entre atores (Goffman, 1993). Em certos casos, nomeadamente regiões com dinâmicas económicas menos competitivas, a autarquia e os apêndices organizacionais paramunicipais constituem-se, globalmente, na maior entidade empregadora da região, funcionando como uma entidade que a partir de uma dupla condição – política e económica – forma uma terceira linha conjuntural entre dominantes e dominados com propriedades causais nas dinâmicas sociais produzidas (Bourdieu, 1981).

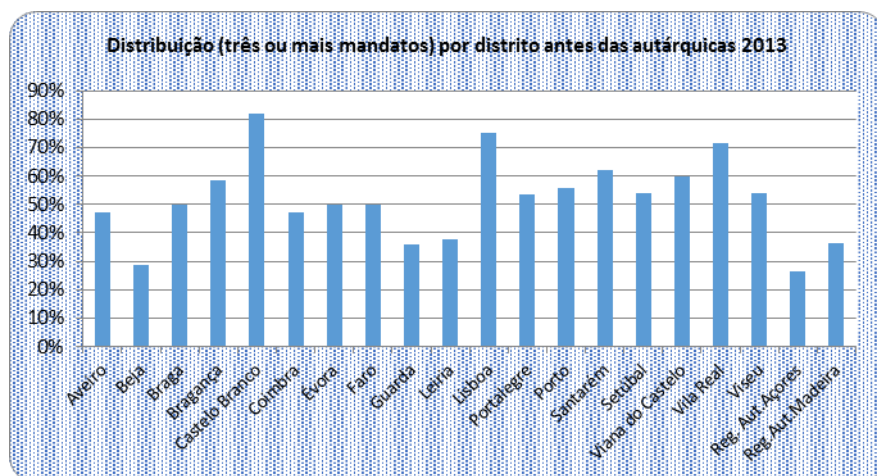


Figura 7 - Comparação, por distrito, de concelhos com mais de três mandatos em set. 2013

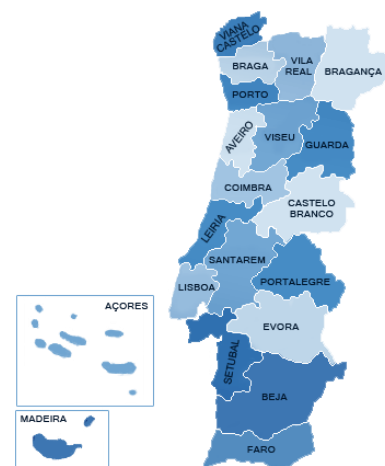


Figura 6 - Mapa de Portugal com divisão por distritos

A Figura 6 apresenta 18 distritos que compõem a organização administrativo-política portuguesa. Apesar dessa condição superior no que diz respeito à ordem política, a divisão geográfica distrital de pouco ou nada serve ao dia-a-dia do cidadão, resistindo⁴² apenas porque o seu desaparecimento imporia alterações constitucionais assim como reordenações geográficas na orgânica dos partidos políticos. Paulatinamente esvaziados de funções, apesar do aparecimento

⁴² Através do decreto-lei 114/2011 de 30 de novembro, o governo português extinguiu todos os Governos Cívicos transferindo as competências para diversos órgãos administrativos.

de outras realidades orgânico-administrativas produtoras de variadas estatísticas – nomeadamente os Núcleos das Unidades Territoriais (NUTs) – é, através dos distritos que se formam os círculos eleitorais legislativos onde são eleitos os 230 deputados da nação, assim como é também através dos distritos que a política organiza a compreensão das suas lógicas e estabelece as suas lutas pela obtenção do poder.

Castelo Branco (82%), Lisboa (75%), Santarém (62%) e Vila Real (71%) são os distritos onde se verificou a maior apetência para a produção de autarcas com currículos com mais do que três mandatos. Na situação inversa, Beja (29%), Guarda (36%), Leiria (38%), Açores⁴³ (26%) e Madeira (36%) apresentam-se como os distritos onde esta circunstância ocorreu com menos frequência (Figura 7).

Este olhar sociogeográfico torna-se ainda melhor compreendido na sua conceptualização se se tiver em consideração um conjunto de distritos cuja presença de presidentes de Câmaras Municipais com três ou mais mandatos se situaram no intervalo mediano (Figura 7). É o caso de Braga (50,0%), Coimbra (47,0%), Portalegre (53%), Setúbal (55%).

Entre o grupo dos distritos com mais histórias de vida longas no poder municipal, o grupo de distritos com fórmula contrária e os distritos dominados pela mediana não se vislumbra nenhum fator diferenciador colado em preceitos lógicos que autorizem uma classificação como forma simplificadora da compreensão do fenómeno. A hipótese segundo a qual os distritos do interior, geralmente constituídos por concelhos mais pobres e economicamente mais dependentes, logo, à partida, tendencialmente julgados como possuindo instituições mais facilmente domináveis e dominadas, não se manifesta verdadeira. A análise comparativa da situação dos distritos do interior confirma a existência de contrastes entre si. Guarda, Beja, Évora ou Portalegre revelam uma apetência muito inferior aos distritos de Castelo Branco, Bragança ou Vila Real pela eternização em lugares políticos autárquicos.

Esta realidade também se verifica quando se analisam os distritos situados no litoral, agora segundo a pressuposição de que, estando-se perante regiões tendencialmente mais dinâmicas e, logo, mais ricas, se constituía a tendência pela formação de instituições menos dadas ao predomínio histórico de um só indivíduo. A realidade dos caos dos distritos de Lisboa, Santarém,

⁴³ Apesar de, juntamente com a Madeira se tratar de uma Região Autónoma com estatuto político-administrativo próprio, abordaremos nesta estatística os casos particulares destas duas regiões insulares conjuntamente com os Distritos da região continental.

Setúbal e Porto, apresentando altas taxas de concelhos dominados pela lógica do currículo longo na ocupação do lugar de presidente do Município apenas confirma a inexistência de qualquer fundamento que componha o litoral político com uma categorização diferenciadora.

Uma análise geográfico-extensiva baseada na verificação entre os distritos do norte e do sul, revela também um atravessamento irregular e descontínuo da estatística. Os distritos de Bragança no norte (58%), Coimbra no centro (47%) ou Faro a sul (50%) apresentam presenças significativas de concelhos dominados por políticos consolidados no lugar.

A proposta de análise dicotómica entre litoral e interior, ou entre norte centro e sul, enquanto geografias produtoras de configurações-tipo na formação de traços distintos e semelhantes pressupostamente verificáveis no campo das práticas da política, revela, na realidade, o seu contrário. Isto é: colocada a estatística nos recortes básicos da produção política, o mapa de Portugal manifesta a existência de uma transversalidade que não permite afirmar a existência de diferenças introduzidas por fenómenos sociais diferenciadores.

A interpretação dos números permite a observação da inexistência de um só distrito em que se manifestasse a ausência de casos de narrativas de vida de liderança política de Câmaras Municipais. Mesmo que no limite se aceitasse uma presença residual como fator de intromissão significativo, tal ocorrência não estaria presente na medida e que o distrito que apresenta a menor frequência de casos é o caso dos Açores (26%), logo seguido de Beja (29%). Impõe-se por isso a confirmação através da dedução, sob forma *popperiana*, de que todos os distritos portugueses apresentam casos significativos de políticos com três ou mais mandatos no seu historial (Popper, 2002), observação constituinte da conjectura, confirmada e estatisticamente não refutada, pelos dados coligidos e comparativamente demonstrados na análise dos 18 distritos e das duas regiões autónomas que compõem a divisão intermédia do espaço político português (Figura 6).

A tendência pela formação de narrativas longínquas na política não ocorre numa região específica nem em circunstâncias de produção social segundo formas dissemelhantes, mas sim de acordo com conceções manifestas como aceitáveis pela totalidade dos indivíduos agindo na comunidade eleitoral. Concebe-se assim um fenómeno social total manifesto nos traços de unidade e aceitação geral através de práticas duráveis, amplamente reconhecidas, aprovadas e instituídas como válidas no *habitus* sedimentado na malha mental da generalidade dos agentes da política. Como explicar todavia a totalidade do fenómeno se aqui foi operada uma divisão

entre comunidade e sociedade?⁴⁴. Para se compreender esta mudança impõe-se a consciência da mudança acelerada ocorrida na arquitetura social em Portugal. Se na década de 1970 “o quadro *comunitário* era uma referência central para a cultura camponesa – o suporte das relações sociais no *interhabitus*, no interconhecimento, na entreajuda, e a sua idealização simbólica na lógica da reciprocidade entre iguais” (Santos Silva, 1993, p. 300) marcava os ritmos e a organização das vivências assentava em texturas urdidas sob estratégias coletivas, “as mudanças socioeconómicas das últimas décadas introduzem-lhe elementos de desestruturação” (Santos Silva, 1993, p. 300) incorporando transfigurações e novas configurações traçadas por riscos hodiernos.

Com as transformações de sentido introduzidas pela industrialização do espaço agrícola e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, a conceção diferenciada na produção da vontade, apartada entre a vontade geral e vontade arbitrária enunciada por Tönnies, afirma-se mais como uma fórmula próxima da tipologia pura (Weber, 2010) na abordagem de um fenómeno social do que uma classificação possuída pela noção de probabilidades mutáveis decorrentes de alterações de consciência e incorporação de novos valores de adesão coletiva. A vontade essencial, pensada como uma forma de ser e agir sobressaída da relação do indivíduo com a natureza, manifesta em ações básicas e instintivas de cariz espontâneo e irrefletidas, e a expressão civilizacional imaginada na perspetiva de uma vontade arbitrária concebida segundo preceitos de controlo da reflexividade das ações humanas tendentes a fins precisos (Tönnies, 1979), deu lugar a uma formulação de combinação de sentidos nos quais prevalece a propensão para vivências concebidas segundo escolhas individuais e a formação estratégias empreendidas num espeço de possibilidades diferenciadas.

A interpenetração do rural e urbano nas estruturas das relações não se manifestam exclusivamente no campo das organizações políticas ou mesmo das práticas dos agentes

⁴⁴ Vários trabalhos de campo produzidos no último quartil do século XX dedicados ao estudo das vivências no campo agrícola promoveram o entendimento das mudanças sociais ocorridas em Portugal. Foi bastante profícua a produção das ciências sociais portuguesas a partir de 1980, resultando trabalhos de grande qualidade e importância para a compreensão das transformações operadas em territórios atravessados pela ruralidade. Karin Wall concebeu um trabalho sócio antropológico estudando o passado e o presente de duas famílias camponesas em Gondifelos e Lemelhe no concelho de Vila Nova de Famalicão. João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto desenvolveram um trabalho interpretativo sobre os principais fenómenos de mudança sociocultural em Fonte Arcada, freguesia rural localizada no concelho de Penafiel. A especificidade do espaço social rural, as migrações, o grupo doméstico e as relações de vizinhança, os efeitos da escolarização, a religiosidade camponesa e os comportamentos político-eleitorais nos campos constituem o foco de análise compreensiva desta obra. Manuel Carlos Silva daria também um contributo para a compreensão das estratégias de resistência e adaptação das vivências conceptualizado num estudo explicativo do conservadorismo e aparente imobilismo político e quietismo dos camponeses do Minho em particular e nortenhos em geral. Cfr. (J. F. Almeida, 1986; Pinto, 1985; M. C. Silva, 1998; Wall, 1998)

constituídos como profissionais da política mas, antes, trata-se de uma realidade revelada em vários estudos que vieram demonstrar a existência de atravessamentos identitários diversificados na formação de novas identidades que já não podem ser apenas empreendidas e inscritas nas figurações originais e nos modos de classificação assentes exclusivamente na geografia de determinado espaço. A passagem dos tempos entrecruzou várias realidades constituídas sob vivências em sociabilidades dominadas por uma espécie de “encruzilhada de tempos sociais” (Santos Silva, 1993, p. 414) dando lugar à formação a um hibridismo transversal a todos os domínios da sociedade.

5.5 A CRENÇA NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO POLÍTICO DURÁVEL

Como é visível, esta construção do profissional durável conta com o beneplácito ativo e reconhecido da maior parte da assembleia de voto e tem como aliado o tipo de aspirações coletivas instituídas no seio da sociedade em apreço. Quando tudo termina e o diagnóstico de nada serve ao engrandecimento pessoal, os próprios atores da política localizam, com humilde clareza, os promotores dos seus percursos: “Foi o povo que quis que eu chegasse até aqui”⁴⁵ (E. Silva, 2013) sintetizou um autarca com vinte e quatro anos de experiência – e seis vitórias eleitorais por maioria absoluta – na presidência de uma Câmara Municipal. O discernimento assentido pelo agente decorre do reconhecimento de uma associação entre si e a comunidade que o adota como ‘o eleito’ apostando em si como alguém detentor de um porvir coletivamente proveitoso. A escolha da comunidade eleitoral está muito ligada à identificação coletiva dos agentes mais dotados no domínio do jogo em disputa.

A simbiose que se estabelece entre o corpo societal e o agente político decorre de especificidades localizadas em cada campo de análise sendo as explicações e justificações associadas geralmente localizadas no domínio do campo económico (Weber, 2004a). A longevidade de políticos em lugares de eleição encontra na constituição de soluções económicas locais, o argumento mais usual para explicar a sua condição fenomenal. O autarca acima citado compreendeu isso mesmo aquando do seu primeiro ano de exercício se deparou com “uma espécie de rebelião interna”, onde alguns jovens o acusaram: “o senhor não sabe governar, não

⁴⁵ ‘Os vimaranenses quiseram-se aqui’, entrevista de António Magalhães, líder autárquico entre 1989 e 2013 in ‘O Que Fica no Coração’, pp. 100 a 119, Edição da Fundação Cidade de Guimarães e Esser Silva, disponível em https://www.academia.edu/6375257/Guimar%C3%A3es_2012_-_O_que_fica_no_cora%C3%A7%C3%A3o. Consulta de 29.06.2016

está a fazer nada'. E porquê? Não havia dinheiro, as necessidades e pretensões eram muitas, era um massacre permanente"⁴⁶. Para além da aposta nos que revelam sinais de maior apetência e conhecimento das regras para jogar o jogo, subsiste a crença, mais ou menos ampla, segundo a qual os melhores jogadores do jogo estão na posse de propriedades específicas (Bourdieu, 1984) que faz deles a aposta certa.

A crença como modo substantivo de existir revela um dos traços da estampa do político. Qualquer aposta sua acomoda-se na expectativa do andamento do mundo pessoal ao ritmo do mundo de todos. É um processo que funciona “não a partir do próprio crente mas a partir de um plural indefinido (...) que se supõe ser o credor e a garantia da relação crente” (Certeau, segundo M. L. Martins, 1990, p. 188), e que convoca a esperança sob a forma de convicção dominada pelo movimento: “acreditar é antes de mais aquilo que faz andar” (M. L. Martins, 1990, p. 188), logo, constituído pelas propriedades impulsivas de um fluxo propulsor.

Para que haja crença “é necessário que haja algures um crer (...) que seja regular e não induza em erro”. Aceitar-se como figura acreditada é saber que toda a crença parte do próprio político assim constituído. São dele ‘as propostas’, ‘as promessas’, ‘os projetos’ e é dele a capacidade de se mostrar capaz de ‘levar em frente’, portanto, só nele pode residir a faculdade de “remeter a crença para outros que nela acreditam” e, em consequência, exhibir-se como “uma garantia contra o ceticismo e a dúvida, obra dos inimigos que assim criam o vazio e impedem o andar” e, antagonicamente, promoveria a impossibilidade de se conhecer o segredo, dessa forma impedindo a revelação das capacidades do político constituído como única certeza da crença. Essa certeza, “‘coisa’ pressuposta que não nos aldraba inscrita na promessa e no programa, decorre da convicção generalizada que a natureza humana e a imagem da aptidão profissional do político são de tal modo não traiçoeiras ao ponto de, mesmo perante a afeição individual do engano, subsistir o princípio do contágio “mesmo que nós nos enganemos, pelo menos elas não nos enganam nunca” ” (M. L. Martins, 1990, p. 189) e que serve de refúgio para todos os crentes geral e cada um em particular.

A formação de uma crença inelutável aloja uma convicção na malha mental coletiva conjeturada a partir dos sinais entretanto projetados e que são determinantes nas escolhas. Como numa religião, esses sinais concebem-se de acordo com um certo porvir imaginado segundo uma

⁴⁶ Idem, ‘Os vimaranenses quiseram-se aqui’, entrevista de António Magalhães.

razão materializada cujo objetivo esperado deve manifestar-se em forma tangível (Bourdieu & Boltanski, 1976). É na transformação entre o valor esperado do político pela comunidade eleitoral na sua totalidade e o valor desejado pela mesma comunidade para si, mas já separada na divisão em partes, que se escondem as verdadeiras razões da adoção - ou rejeição -, de um agente político (Foucault, 1990).

Quando se dá a associação entre a comunidade eleitoral e o agente político funda-se um contrato entre as duas partes cujas obrigações se alicerçam tacitamente em razões económicas (Foucault, 1990; Parsons, 1963). Nessa altura o agente político constitui-se numa promessa apelando às suas qualidades particulares para se transformar numa crença com propriedades amplas e destacadas de acordo com a aceção da apreensão coletiva. Na contenda eleitoral o seu crédito reconhecido como promessa passa a crédito efetivamente concedido (Caillaud & Tirole, 2002). Na qualidade de político instituído e, por isso, capacitado para jogar o jogo da política, o agente deixa imediatamente de lidar com a totalidade para se dedicar à especificidade, aos ‘problemas em concreto’, o que não é mais do que promover a divisão da totalidade em partes.

No jogo da separação e da divisão, o agente político colocado no lugar do poder explora com parcimónia e mestria a distribuição do seu poder, não pela totalidade mas no que ele dita ser o mais importante: o premente, o estrutural, o sustentável, o rendível, escondendo com palavras o que só por si já lhe legaria razão mas, mais do que a razão momentânea, palavras que são postas a circular entre os que estão a favor e os que estão contra, os que não se interessam e os que esperam um melhor momento para expressarem a sua opinião (Bourdieu, 1982a), desta forma enfraquecendo a força contida na totalidade dando lugar à fraqueza das discussões marginais das partes (Bourdieu, 1979a).

Enquanto totalidade, a comunidade eleitoral apenas se constitui com as suas propriedades coercivas num curto período que abarca a escolha dos políticos candidatos, a disputa eleitoral e a celebração da sua existência que é também a celebração da sua suspensão. Findo esse espaço, a comunidade eleitoral subsume-se nas malhas invisíveis da sociedade civil desligando-se de quaisquer responsabilidades fiscalizadoras (Jalali, Silva, & Silva, 2012). Entra em estado suspensivo para que a ordem se conceba independentemente dos indivíduos (Agamben, 2015; Himelboim, 2011). A não ser a obrigação de ‘acordar’ por se dar, repentinamente, um alvoroço na ordem sob a forma de acontecimento escandaloso, a comunidade eleitoral reproduz-se numa

cultura institucionalizada provinda de diversidades e tornada numa amálgama híbrida que só dá mostra de existência próximo das datas eleitorais (Berman, 1997).

Estas circunstâncias ocorrem quando o agente político transforma o crédito acumulado ao longo dos tempos em capital político, o que constitui um tipo de capital não só amplamente reconhecido como também fortalecido através da sustentação de laços estreitados entre a comunidade eletiva.

Para além do capital homologado pelas relações costumeiras da política – que podem ser positivas ou negativas –, este tipo de capital forma-se através do reconhecimento excepcional das partes que se separam da globalidade do colégio eleitoral para se dedicarem, a tempo inteiro, em atividades distintamente particulares, agindo dentro da órbita íntima do agente político com um triplo objetivo: i) o fragilizar o colégio eleitoral, ii) o de promover positivamente o agente junto do colégio eleitoral entretanto enfraquecido e iii) o de tornar as suas ações imprescindíveis junto do agente político, assim reforçando a sua posição. Desta associação de interesses resulta o robustecimento económico das partes separadas e a garantia de longevidade no lugar político por parte do profissional da política.

5.6 PERPETUAÇÃO POLÍTICA PELA A-LINHAGEM

Para dar forma às estratégias de controlo dos cargos políticos de representação e da sua manutenção dentro de determinada lógica grupal, o político trilha determinadas práticas com vista à sua manutenção no vértice da pirâmide. São práticas só possíveis num areópago onde todos os rostos se conheçam ou, pelo menos, se reconheçam e que filtram, segundo práticas particularmente engendradas de seleção – muitas vezes concebidas e aplicadas uma só vez, inclusive rompendo com formas historicamente repetidas de agir mantendo-se, todavia, o objetivo primordial: o acesso ao poder (Lukes, 2005; Parsons, 1963; Reissman & Mills, 1956) . Os partidos políticos surgem como mediadores da relação entre quem quer ser, ou determinar, os representantes políticos, e quem se julga desnecessário ao sistema na escolha desses candidatos predispondo-se, contudo, a aceitá-los como putativos representantes (Thomassen, 2012). Os partidos são entidades passíveis de acesso a todos os indivíduos mas, circunstancialmente, são também dotados de um enclausuramento tácito, hierárquico e burocrático (Duverger, 1970; Michels, 2001; Weber, 2004a). Constituem-se em entidades ideologicamente seletivas, fechados em lógicas peculiares, inclinados a acolher, exclusivamente,

os que estão dispostos a submeter-se aos seus ditames numa relação desligada do comum dos cidadãos, legítimos possuidores do voto que, mais tarde e paradoxalmente, se propõem conquistar (Bourdieu, 1981). Nesta equação sobressai um critério de importância que atribui ao comando do partido um valor superlativo na sedução dos cidadãos eleitores. Obter o poder partidário constitui-se na causa primordial enquanto a conquista eleitoral é colocada no domínio das consequências (Michels, 2001).

O investimento do agente político no partido configura-se no verdadeiro empoderamento com vista ao poder (Dal Bó, Dal Bó, & Snyder, 2009). Só entronizando-se poderá atingir a eternidade de que gozam os que tocaram o poder e deixaram o seu nome escrito na pedra⁴⁷. Para que tal ocorra com sucesso desejado, o político conta com os que consigo enfileiram, compondo uma *entourage* legitimadora que, no fundo, transmite a noção de poder a quem ocupa, ou pretende ostentar o cetro (Acemoglu & Robinson, 2008). Enquanto persegue a sua entronização, outros se perfilam atrás de si com o mesmo objetivo de alcance do poder, constituindo-se assim numa *linhagem* que faz do seguidor uma espécie de procedência genealógica.

⁴⁷Atente-se à notícia da Agência Lusa inserta no jornal Público de 21.06.2004: “O presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, vai inaugurar 129 obras entre 1 de Julho e 15 de Outubro, mês em que deverão realizar-se as eleições para as regiões autónomas”. Mais do que a felicidade pela inauguração da obra pública e resolução de um problema comum, a placa de inauguração é o artefacto com presença e primazia superlativa: nela será gravada, para a eternidade, a data, o feito e o nome do político responsável. Cfr: <https://www.publico.pt/politica/noticia/joao-jardim-inaugura-129-obras-ate-as-eleicoes-na-madeira-1197177>

6 CIRCULAÇÃO DE PROFISSÕES DA ELITE DA POLÍTICA

6.1 MONOPÓLIO E ESTABILIDADE DA CLASSE POLÍTICA

Por vezes é necessário o esforço de regresso ao estado de consciência primitiva, quando ainda não há nada na mente, para se dar lugar a uma aprendizagem expurgada da viciação em fórmulas de pensamento instalados para dar lugar a uma nova aprendizagem. É a partir do esforço de pensar fora da experiência (Locke, 2008) que Mosca entrevê na *classe política* a expressão da elite. A partir da observada separação entre a circunscrição disciplinada da classe política e as linhas desagregadas das sociedades, concebe uma teoria sobre as elites demonstrando a urdidura das configurações construtoras do poder como um fim (Mosca, 1923).

A verificação da existência de duas classes de indivíduos – os governantes e os governados – como uma evidência em todas as sociedades e organizações políticas, independentemente da sua natureza mais ou menos primitiva ou avançada, e da sua dimensão maior ou menor, revela a natureza ampla do projeto de Mosca cujo pensamento introduz a aludida dicotómica como um facto extensivo à totalidade. Nessa conexão antagónica estabelece-se uma relação de poder própria da natureza primitiva dos princípios capitalistas cuja génese atribui o domínio exercido sob consciência à menor parte, enquanto a maior parte, constituída sob condição fragmentada, submete-se segundo uma inconsciência coletiva assim ocupando inconscientemente o lugar dominado (Mosca, 1923, pp. 52–53).

A classe dos governantes congrega sempre um menor número de indivíduos sendo todavia a que “executa todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que lhe estão associadas”. É a bússola a quem cabe deveres de orientação e regência da totalidade. Por sua vez, o grupo dos governados apesar de apresentar, incomensuravelmente, o maior número de indivíduos “é dirigida e regulada pela primeira de um modo mais ou menos legal, ou mais ou menos arbitrário e violento” (Mosca, 1923, p. 52) cabendo-lhe, paradoxal e simultaneamente, não só o fornecimento dos “meios materiais de subsistência” como também se constitui, irrefletidamente, nos promotores de “vitalidade do organismo político” (Mosca, 1923, p. 53). Na prática os governados respondem a um destino de vida que se lhes apresenta como ineludível.

Uma “minoría organizada” reconhecida como dirigente constitui uma necessidade na qual a maioria desorganizada aceita mais ou menos acriticamente. A capacidade de determinação do tipo político, geralmente decorrente do “grau de civilização dos diversos povos”, revela os contornos de importância e “superioridade da classe política” (Mosca, 1923, p. 53), em regra

reconhecida como detentora de poderes extraordinários de conhecimento, inteligência, estratégia e capacidade de guiar a sociedade em que se integram por caminhos aparentemente invisíveis.

A equação desproporcionada na qual a minoria comanda a maioria resulta da forma como a “força” da primeira se torna irresistível para qualquer indivíduo solitário. Ao mesmo tempo que este último está inserto na multidão a sua condição de existência é remetida para o estado solitário. O indivíduo da maioria vive desligado e sem discernimento da sua unicidade conjuntural que o coloca “só perante a totalidade da minoria organizada” (Mosca, 1923, p. 55). Ao invés da facilidade da minoria em organizar-se, existe uma impossibilidade prática da maioria em fazê-lo. Tal decorre das propriedades resultantes da sua natureza apartada constituída por corpos desconexos cuja vivência desligada da totalidade é, por um lado, estimulada com vista ao desmembramento e por outro, explorada até à depreciação. Este processo entronca com o objetivo da minoria organizada em criar dependência funcional de cada unidade da parte maior sem que, contudo, o indivíduo solitário se dê conta.

O auge da superioridade da classe política é verificado na preponderância que, na sua “variada constituição”, consegue alcançar na “determinação do tipo político” sendo que, em simultâneo, interfere positiva e correlativamente “no grau de civilização dos diversos povos” (Mosca, 1923, p. 53) promovendo, em paralelo, a sua solidez no topo do controlo desses mesmos povos.

Apesar de tudo, para além das condições organizacionais há que ter em consideração o facto dos indivíduos que constituem a classe política, em regra, se distinguirem também pela posse de qualidades “que lhes dão uma superioridade material e intelectual ou moral” e/ou conterem na sua biografia a herança “dos que tinham estas qualidades”. De uma ou outra forma, os que acedem ao topo da hierarquia são, em geral, indivíduos na posse de um qualquer requisito “fortemente apreciado e que muito se fez valer na sociedade em que vivem” (Mosca, 1923, p. 56).

A tendência restritiva da classe governante é um apelo de todos os tempos. Atravessa várias civilizações e não é exclusivo de um só sistema político. A aristocracia impõe-se a transmissão dos seus códigos e signos aos herdeiros, daí resultando uma linearidade composta de normas e valores transformadas em linhagens a que não escapa a promoção desinteressada da posse de uma insigne genealogia. A condição hereditária é transportada para as classes políticas aí estabilizando e fazendo subsistir as suas linhas de existência num processo semelhante às leis

da física, particularmente naquela denominada por “força da inércia”. Esta consiste na “tendência para permanecer no ponto e no estado em que se encontram” (Mosca, 1923, p. 64) com vista à fixação e prossecução do monopólio hereditário do poder político. O princípio é da necessidade de castas poderosas e firmes para se manter nas “mãos o bastão do comando” (Mosca, 1923, p. 64).

Forma-se a partir desta cogitação o juízo darwinista, no qual se apoiam muitos políticos, que os leva a reivindicar a posse de qualidades sanguíneas especiais que os tornam agentes de uma classe superior. Adverte Mosca que só a esmerada e “particularíssima educação” constitui razão para justificar as qualidades destacadas dos indivíduos da aristocracia. E mesmo esta, apesar de explicar a superioridade no conhecimento e “atitudes puramente intelectuais”, não desvenda “as diferenças de carácter moral, como seriam a força de vontade, a coragem, o orgulho, a energia”, não restando, todavia, dúvidas que as condições fornecidas pelo nascimento, nomeadamente a “posição social, as tradições de família, os hábitos de classe em que vivemos” acabam por se constituir uma presença fortalecida na formação do indivíduo contribuindo, praticamente sem qualquer esforço, mas como se decorresse da intervenção de um destino predestinado “para o maior ou menor desenvolvimento das” (Mosca, 1923, p. 67) das suas qualidades.

Independentemente do sentido inferior ou superior, sempre que um indivíduo é colocado numa circunstância de mudança de posição social, é possível constatar que as suas “aptidões intelectuais se modificam muito menos” do que as morais. Ocupando a atividade que ocupar as qualidades intelectuais mantêm-se fixas mas, nas circunstâncias de mudança de “grau social ou riqueza”, acontece amiúde “o orgulho tornar-se humilde e o servilismo tornar-se arrogância” produzindo-se, a partir daqui, alguns paradoxos como seja os possuidores de franqueza de carácter aprenderem a “mentir ou pelo menos a dissimular” enquanto, pelo inverso, aqueles acostumados a rebaixarem-se, mentindo e simulando, reconverterem-se em índoles dominados pela “franqueza e inflexibilidade”. Soçobra nesta equação uma terceira variação que entrevê a possibilidade de haver resiliência a quem do alto é rebaixado, processo manifesto na aquisição de “força de resignação, de sacrifício e iniciativa, como também quem de baixo é elevado por vezes ganha em relação ao sentimento de justiça e equidade” (Mosca, 1923, p. 67). Em todas as variações apresentadas neste quadro de hipóteses, as mutações possíveis decorrem sempre

e exclusivamente da posição moral do indivíduo na sua relação com a posse de mais ou menos poder.

A monopolização e estabilização das forças políticas por aqueles que estão na posse dos elementos dominadores, estabelecida num círculo apenas aberto à afirmação e renovação do poder, é uma realidade transversal a toda a civilização. A transmissão dessa estabilização faz-se na corrente hereditária e “num contínuo trabalho de endosse e exosse entre a classe alta e algumas rações das baixas” (Mosca, 1923, p. 69). O processo da classe política estável só termina quando as qualidades em si reconhecidas perdem valor e importância e deixam de servir ao ambiente social.

6.2 ELITES E POLÍTICA

A elite da política pode ser identificada a partir das profissões com predisposição para o acesso aos lugares de representação política (Gaxie, 1980). Gizadas nos interstícios da sociedade civil, os profissionais desempenham o seu ofício recortando estratégias de afirmação social do seu mister com vista a um reconhecimento amplo e profundo tanto na escala de importância funcional como na diferenciação e promoção do controlo da profissão. Para além das coordenadas internas, a expressão externa do profissional agindo no areópago da política, introduz na dimensão *profissão* um traço de exceção, elevação e comprometimento extra, com vista à proeminência do seu jaez tanto no partido como na comunidade.

As profissões de origem civil dos deputados à Assembleia da República portuguesa constituem o indicador conveniente para prover não só a estatística desses profissionais como, inclusive, permitir a compreensão das dinâmicas e transformações ocorridas ao longo das várias legislaturas. Para além de Gaxie (1980) com trabalhos publicados em França, o fenómeno das profissões na política tem merecido uma atenção em estudos em Portugal como são os casos de Braga da Cruz (1988), Freire (2002), Belchior (2011) e Lisi (2011) e Jalali (Jalali, 2017). Assinala-se, desta forma, as variações sociais que se introduzem em resultado das lutas estabelecidas no interior dos partidos políticos (Jalali et al., 2012; Joly, 2005) mas que têm origem na dinâmica sociedade em geral e que podem contribuir para um melhor conhecimento das atividades predispostas a ocupar o espaço de mediação e influência nas relações de

reciprocidade trocadas entre a sociedade civil (Fernandes, 2014) e o Estado (Bourdieu, 2012; Burton & Higley, 2001b).

Os atributos das elites, nomeadamente quanto ao grau da sua coesão, consciência de si, estratégias e práticas, só podem ser conhecidas através de “investigação empírica” no qual há que distinguir, “de modo consistente, entre ‘elites’ e ‘não-elites’” (Higley, 2010, p. 17). A natureza simplificada desta premissa deve ser acolhida segundo um olhar crítico na medida em que, sem este cuidado, o exame e interpretação das práticas correm riscos de distorção da “verdadeira estratificação política das sociedades” (Higley, 2010, p. 17) em análise. A separação entre ‘elites’ e ‘não-elites’ exprime a oportunidade para utilização, enquanto recurso técnico, com vista à criação de um quadro de experiência analítico formado segundo uma simplificação da realidade. O tipo ideal, constructo weberiano formado a partir de algumas características do sujeito enquanto objeto, permite alcançar o conhecimento acentuando a transversalidade e o aprofundamento dos aspetos particulares de um dado fenómeno, estudando-o de forma isolada.

A partir da delimitação tipológica pode-se avançar para a interrogação que guia a curiosidade desta pesquisa, ou seja: quais são, como se distribuem e que dinâmicas, coletivas e individuais, apresentam as profissões predispostas a ocupar o espaço da elite da política portuguesa entre 1974 e 2015? O conhecimento extraído destas questões não só permitem identificar as profissões com estratégias mais ativas no relacionamento com o campo em análise, como promover a compreensão do fenómeno político segundo um ponto de vista diferenciador – para além da clássica divisão em partidos políticos – capaz de explicar as vias de ligação valorizadas na sociedade civil para aceder e dispor do funcionamento do Estado segundo as configurações consideradas mais adequadas em seu benefício.

6.3 VONTADE PRÓPRIA E PASSO EM FRENTE

O principal empreendimento do indivíduo descoberto como agente político é o de compreender as leis subjacentes ao governo de si que possam servir ao governo de todos os outros, seus compatriotas (Foucault, 1994, 2008; M. Martins & Neves, 2000). À partida, o direito à *politeia*, ou à *cidade*, estende-se a todos aqueles constituídos como cidadãos; no caso, exclusivamente os que têm direito de voto. A *isonomia*, “igualdade de todos perante a lei” (Foucault, 2008, p. 138) garante-o. Mas não chega pertencer à *politeia* para se ganhar o direito a ser um eleito,

característica exclusiva dos escolhidos para representar aqueles cujo papel se limita na delegação. Para se ser um escolhido – um representante, é necessário possuir-se determinadas virtudes que destacam e colocam o cidadão na “primeira fila” (Foucault, 2008, p. 138).

A primeira dessas qualidades é estar guarnecido pela *eleutéria*, estado de liberdade interior exigido a todo o político, pressuposto traduzido na capacidade de ser independente assente no princípio de que não há poder “detido de maneira despótica ou tirânica por um só chefe” (Foucault, 2008, p. 138). Trata-se, antes de tudo, de não ter medo do poder, residindo ele tanto nas mãos de outros como em rédeas próprias. A posse de *eleutéria* fica desde logo manifestada no cidadão que avança para a “primeira-fila”, um ato que não tem precedência e que decorre exclusivamente da vontade própria .

A outra qualidade é o direito ao verbo como modo de existir na *cidade*. A *isegoria* alude ao princípio da igualdade da palavra como um direito universal de todo aquele constituído cidadão. Mas a *isegoria*, ao estabelecer o direito de falar não garante, só por si, o aparecimento de indivíduos dotados de idiossincrasia singular e verve peculiar. Para além do direito constituído em si à palavra, é exigido ao indivíduo aspirante uma condição superlativa do seu *ethos* que o distinga e, para além do livre arbítrio como alicerce, acrescente estatuto que o habilite e norteie para um ato distinto e intrépido, expresso na “liberdade de tomar a palavra e, na palavra, de exercer a fala franca” (Foucault, 2008, p. 139). Obriga-se, para tal, a socorrer-se de “manifestações de verdade, uma série de operações e de procedimentos pelos quais a verdade é dita” (Foucault, 2008, p. 139), dando corpo a uma conduta designada por *parresía*, noção que, à partida, evoca o exercício do verbo com sinceridade e sem segundas intenções.

A *parresía* funda-se no princípio da verdade oracular que dá ao prognóstico os contornos antecipados de autenticidade e precisão. É o ponto de ancoragem de todo o indivíduo postulado para o campo político e, do mesmo modo, constitui também a dimensão iniciática e o próprio fundamento da democracia. Trata-se do resultado antevisto da “busca” (Foucault, 2008, p. 141) de todos os que procuram deter-se na coisa pública e sentem possuir qualidades virtuosas.

Mas como toda a *práxis* política, a *parresía* é “uma prática humana, é um direito humano, um risco humano” (Foucault, 2008, p. 141). É uma elucubração reservada aos sentidos da existência dos humanos vivendo diferentemente entre si, e dos lugares espaciais que formam a comunidade de vivência desses mesmos humanos. A *parresía* é, em simultâneo, constituinte do político e pilar da democracia, não podendo existir uma sem a outra: “para haver democracia, é

preciso haver *parresía*; para haver *parresía* é preciso haver democracia” (Foucault, 2008, p. 142). Esta circularidade não encerra, todavia, as possibilidades de destrição das “relações entre *parresía* e democracia” (Foucault, 2008, p. 142), especialmente como é reconhecida a *parresía* no indivíduo.

Só aquele que possuiu *parresía* se aproxima da frente, entendido como o passo decisivo na direção do “pequeno grupo de pessoas que constituem a primeira fileira de cidadãos” (Foucault, 2008, p. 142) e que, tal como no caso do soldado corajoso e virtuoso, dão o primeiro passo para a primeira linha de combate.

6.4 ENTRE A PARRESÍA INDIVIDUAL E A DOMINAÇÃO DA CLASSE ELEITA

A obrigação autoimposta do discurso de verdade não encerra em si toda a noção de *parresía*. Na antecâmara da sua formulação conceptual está a *politeia* e o direito igual dos cidadãos usarem da palavra. A *parresía* é, todavia, mais do que esse direito constituído de tomar a palavra e falar, é o elemento que permite “os indivíduos adquiram certa ascendência de uns sobre os outros” (Foucault, 2008, p. 145) autorreconhecendo, em si, componentes de diferenciação. Estes funcionam uma convocatória ao avanço para a linha da frente aonde, ultrapassada a fronteira imaginária, se dirigem a todos os outros concidadãos dizendo-lhes não só o “que pensam” mas, mais do que isso, “o que pensam ser verdade, o que pensam verdadeiramente ser verdade” (Foucault, 2008, p. 145) e, exclusivamente com a verdade, jamais iludindo ou defraudando. O fito legítimo único é persuadir o povo com bons conselhos “e assim dirigir e ocupar-se da cidade” (Foucault, 2008, p. 145) governando os outros com o melhor de si⁴⁸.

A superioridade aqui constituída não decorre de uma predominância exclusiva mas sim, uma superioridade partilhada “com outros sob a forma da concorrência, da rivalidade, do conflito, da liça” e que introduz o princípio de emulação com vista a provocar um tipo de competição tendente a exceder as melhores qualidades. Nesse sentido, a *parresía* constitui-se numa “estrutura agonística” na qual emerge algo mais do que um estatuto, e se introduzem outros cambiantes fundados nos princípios de uma “estrutura dinâmica”. É esta dinâmica que congrega em si o movimento capaz de colocar o político no lugar de superioridade “em que ele

⁴⁸ Tem cabimento, neste contexto, abrir espaço para o debate sobre a palavra usada publicamente. Ver, a este propósito, Roland Barthes, sobre *L'ancienne rhétorique* (Barthes, 1970), e também o número 16, da revista *Comunicação e Sociedade*, “Comunicação, argumentação e retórica” (M. L. Martins & Grácio, 2009) assim como o artigo “A epistemologia do saber quotidiano” (M. L. Martins, 1993).

vai poder ocupar-se da cidade na forma e pelo exercício do discurso verdadeiro” (Foucault, 2008, p. 145). É também nessa função que o político, usando as suas qualidades e, principalmente, experimentando a posse do poder, se descobre apartado e separado do comum dos cidadãos.

A monopolização e estabilização das forças políticas por aqueles que estão na posse da condição dominadora, estabelecida num círculo apenas aberto à afirmação e renovação do poder, é uma realidade transversal a todo o mundo civilizado (Mills, 1956). Contrariamente à parresia, a transmissão dessa estabilização faz-se na corrente hereditária e “num contínuo trabalho de endosse e exosse entre a classe alta e algumas rações das baixas” (Mosca, 1923, p. 69). O processo da classe política estável só termina quando as qualidades em si reconhecidas perdem valor e importância e deixam de servir ao ambiente social.

É num quadro maleável que Pareto (Pareto, 2004), seguindo a mesma linha de raciocínio de Mosca (1923), concebe uma formulação com recortes mais maleáveis no qual os indivíduos em geral mantêm possibilidades de acesso na escala social. O seu ponto de partida convida o vislumbrar da sociedade a partir do seu interior sendo o propósito o de discernir a variedade que dá precedência ao mundo vivido. À visão imaginada ‘da sociedade’ homogénea encarada a partir do seu exterior, Pareto contrapõe a sociedade heterogénea formada nos interstícios das suas adições e contradições. Funda-se na perspectiva segundo a qual no interior das nações civilizadas vive-se uma plasticidade que lhes confere uma dinâmica resultante da ação e mobilidade dos seus componentes onde se dá “uma intensa circulação entre as várias classes” (Pareto, 2004, p. 449).

As qualidades dos indivíduos possibilitam a existência de vários graus na composição da escala social. A divisão estratificada permite separar aqueles que apresentam qualidades excecionais e acabam localizados nos lugares “mais elevados no ramo da sua atividade” (2004, p. 451). Pareto nomeia essa categoria de *classe eleita*, querendo afirmar também que se trata da “elite”. Divide-a em duas frações: a “classe eleita de governo” e a “classe eleita de não governo” (2004, p. 451). No cômputo geral a totalidade da *classe eleita* forma a classe superior. Abaixo desta localizam-se os estratos inferiores que, globalmente dão expressão à *classe não eleita*.

A ‘classe eleita do governo’ distingue-se da ‘classe eleita do não governo’ por albergar os notáveis do governo, nomeadamente aqueles que transportam “a etiqueta de empregados públicos não demasiado baixos” como são os casos de “ministros, senadores, deputados,

diretores gerais nos ministérios, presidentes de tribunais, generais, coronéis, etc., etc.”(2004, p. 452). As etiquetas hereditárias desapareceram mas, indiretamente, o poder hereditário “permanece poderoso” mantendo-se o princípio de que “quem herdou um grande património (...) faz-se eleger deputado pagando aos eleitores adulando-os” (2004, p. 452), dando formas a um cenário no qual “a riqueza, o parentesco, as relações” (2004, p. 452) funcionam como alavancas para elevar até à classe eleita em geral e à classe eleita de governo, indivíduos sem as qualidades de partida para tal.

A tendência para os residentes habituais da classe eleita é fazerem-se acompanhar pelos mais próximos de si, ainda que, por vezes as suas certificações são negligenciadas. Nesta dinâmica misturam-se ainda vários grupos de população fazendo transportar consigo “certas inclinações, certos sentimentos, certas atitudes” adquiridas no seio do seu grupo. A este confluído de dinâmicas sempre diferenciadas, amplamente rico em novidades no que diz respeito a estratégias de circuitação entre a classe eleita e classe não eleita, Pareto designou de “circulação da classe eleita” (2004, p. 453)

6.5 A ELITE IDEOLÓGICA E ELITE UNIFICADA

Para Higley (2010), tanto Mosca como Pareto apresentam perspetivas demasiado assentes nas teorias críticas reprodutivas nas quais as elites constituem-se num grupo recortado segundo contornos de distinção e pertença, suportado por “superiores qualidades individuais, sejam de inteligência, de talento e magnetismo pessoal” (Higley, 2010). Esta ideia entronca na difusão muito ampliada de que o destino dos indivíduos está traçado, à partida, segundo um sistema estabelecido de reprodução social constituído de acordo com uma base que justifica a captação e circulação de “dotes e vantagens sociais individuais” (Higley, 2010, p. 15) entre indivíduos que se reconhecem e fazem-se reconhecer entre si. Este entrelaço da elite baseia-se num tipo de coesão particular, aparentemente desligada entre os seus membros, constituída por uma vinculação silenciosa mas vigorosamente alicerçada na posse do poder.

De tão indelevelmente percebida na sua extensão, Higley admite que qualquer processo tendente a erradicar esses dotes e vantagens sociais com vista a limitar o papel da elite estaria, desde logo, condenada, uma vez que esta se estabelece invisivelmente, sem qualquer expressão organizada de coletividade e sem interesses transversais suscetíveis de serem transformados num manifesto ou numa organização política. Ao contrário de outras coletividades, as elites são

“ambíguas e vagas” e não atravessadas por “entendimentos sociais e culturais” e mesmo as gratificações ansiadas pelos seus membros decorrem da reivindicação de “estatutos e objetos de valor” para o próprio ou aliados e “só em parte são compatíveis com as satisfações procuradas por outros” (Higley, 2010, p. 15).

Em organizações vastas e complexas, a noção de interesse comum é praticamente inexistente e não constitui campo de preocupação da totalidade, ou mesmo da maior parte, dos seus membros sendo. Regra geral esta ausência é substituída pelo entendimento da presença de modos de operar *segundo maneiras costumeiras* nas quais direitos invioláveis e imutáveis são sustentadas “por decisões investidas de autoridade às quais os dissidentes e opositores não se atrevem ou não consideram valer a pena resistir” (Higley, 2010, p. 15). Apesar de tudo, a arbitrariedade nas decisões marca um traço de capacidade na vida das organizações revelando certas competências estratégicas aptas a distinguir o uso de ações em cada momento, “por vezes de modo egoísta, outras caprichosamente e outras, ainda com intuítos altruístas” (Higley, 2010, pp. 16–17).

Independentemente do país em análise e da existência ou não de estabilidade no seu sistema político, a tendência para o controlo e “manipulação personalizada” através de vários tipos de forças ocorre frequentemente por indivíduos ou grupos constituintes das elites que, independentemente das suas simpatias partidárias, interpretam o poder como algo pessoal e “diretamente dependente do apoio de forças coercivas orgânicas” (Higley, 2010, pp. 18–19). Para os indivíduos da alta sociedade, o poder não decorre da ocupação de “posições institucionais” definidas na organização política mas sim do “sucesso de determinado grupo específico em obter as rédeas dos principais meios de coerção”. Este propósito, presente em todos os grupos de elites, não se encerra na desconfiança permanente entre si como, inclusive, mantém presente um estado de luta infundável e as tentativas de tomada do poder são tidas como “plausíveis e até prováveis” (Higley, 2010, p. 19). Estas configurações encerram em si os contornos de uma “elite desunida” e caracteriza-se pela existência de instabilidade do sistema político, em permanência submetido a alterações “profundas e bruscas” nas quais as consequências das lutas não entram em consideração antecipada.

A elite desunida tem expressão prática no recorte das diferenças e das lutas permanentes tornadas como atos naturais produzidas nas contendas da democracia. As relações no campo político, entendidas como voláteis e descartáveis, vivem em contante alteração “segundo as

forças e os poderes que se ligam uns com os outros ou que se separam entre si para se afirmarem” (Schmitt, 2015, p. 30). Esta visão segue a perspectiva amplamente debatida e não menos vezes refutada segundo a qual a essência da política (Freund, 1969) assenta no princípio radical em que as partes vivem em permanente estado antagónico que separa as partes entre amigo e inimigo (Schmitt, 2015).

Por sua vez, a elite unificada emerge na decorrência da ausência de instabilidade e tomadas abruptas de poder. O respeito por aquilo que a sociedade designa como expressão da autoridade, geralmente exibindo “procedimentos institucionalizados perpetuados e estabilizados durante longos períodos”, parece ter como explicação o comportamento dos indivíduos que formam a cúpula societal. Não se infira daqui o porfiar da ideia da implantação de uma espécie de acordo tácito de não-agressão entre os grupos de elites. A vertente primordial da estabilidade localiza-se no campo político e tem relação com o “agir com autoridade” na justa medida em que não se deve convocar a hostilidade dos que estão ativos na disputa pelos bens de valor, nem levar os inativos a abraçar esse “sentimento hostil”. A estabilidade política é obtida em processo dinâmico de interação entre dissemelhantes constituindo-se num “produto artificial de decisões astutas tomadas pelos indivíduos realmente influentes” que, por sua vez, não se coíbem de utilizar subterfúgios e ardis consubstanciados “na supressão, distorção ou manipulação de questões” de forma direta ou indiretamente participada na tomada de decisões e cujo desconhecimento do público em geral, assim como a manutenção do ‘segredo’ que lhe subjaz sob reserva de alguns evita um “conflito desastroso” (Higley, 2010, p. 20).

A capacidade de manutenção em segredo do uso da astúcia como prática entre um círculo de grupos diferenciados da alta sociedade implica uma confiança mínima entre si “no sentido de não expor os seus estratagemas” com vista à ocultação das ações do quotidiano mais perceptíveis. Esta concertação, próxima de uma “conspiração dos influentes e decisores efetivos” consolida não só um acordo “em torno da desejabilidade de um sistema político estável” como também revigora o entrelaço do compromisso entre grupos que arquitetam “uma elite unificada” (Higley, 2010, pp. 20–21).

As elites unificadas dividem-se em dois tipos: a elite “ideologicamente unificada” e a “elite consensualmente unificada” (Higley, 2010, p. 21). A primeira caracteriza-se pela adesão a uma ideologia única expressa, em geral, no seguimento de um líder tido por homogéneo e pelo evitar de conflitos, em público, entre os seus aspirantes. Apesar do consenso demonstrado a todo o

momento, tal como em qualquer sociedade, persistem os “interesses irreconciliáveis” patenteadores das contradições e demonstradores de que a natureza unânime é “mais aparente do que real”. A concórdia emanada nas ações públicas configura, desta forma, um dispositivo de poder “capaz de forçar a totalidade ou a maior parte dos indivíduos da elite (...) a harmonizar as suas declarações públicas com a ortodoxia” que, por sua vez, por advir dos únicos indivíduos de topo autorizados a definirem os preceitos, usam a severidade e o controlo como formas de bloqueio da “expressão dos interesses divergentes” (Higley, 2010, p. 21).

A segunda constrói-se segundo a adesão a formas diferenciadas do campo político e os seus membros, detentores ou perseguidores do poder, não se coíbem de assumir “posições claramente divergentes sobre as questões públicas” (Higley, 2010, p. 21). A noção conflitual daqui surgida configura um antagonismo de forças que, todavia, se revê num “conjunto de regras” naturalizadas como primordiais, porém não prescritas e quedas, tidas como indispensáveis “para eliminar os riscos pessoais graves das disputas entre elites” (Higley, 2010, p. 22). A disputa impõe, neste caso, um limite demarcado nos interesses gerais que a atuação dos atores políticos não olvida.

6.6 ESTADO E AS PROFISSÕES CIVIS

Por constituir o meio mais eficaz de coerção individual ou grupal, o Estado não prescinde da posse do monopólio da violência legítima na sua esfera de propriedade (Weber, 2005b). O propósito da exclusividade é a manutenção da consonância civilizacional resultante da sua autoridade direta. Conserva-se, deste modo, como a única entidade organizadora de todas as forças de censura física legal (Bourdieu, 2014).

Da mesma forma que não prescinde do seu papel de gestor único da censura física, o Estado aceita ceder muitos outros monopólios, originalmente a si atribuídos, a grupos de indivíduos organizados. Fá-lo por razões diversas, umas vezes para premiar e distinguir por motivos ligados aos contributos dados em sua defesa e manutenção e, outras vezes, por reconhecer posse de especificidades técnicas aliadas à capacidade de descoberta através do conhecimento em certos grupos cujo desenvolvimento técnico se processa melhor liberto da burocracia do Estado. Os domínios senhoriais que vigoraram durante o sistema feudal na Idade Média são a expressão acabada da cedência de autoridade do Estado a um círculo específico, neste caso, expresso na

entrega do poder judicial, militar e no direito de cobrança de impostos por um senhor a quem todos os habitantes se submetiam.

No mesmo sentido da manutenção do monopólio da violência legítima, o reconhecimento da natureza profissional autónoma e a entrega do monopólio da profissão a determinado grupo resulta do reconhecimento, pelo Estado, da posse de condições específicas desse grupo para este se constituir num domínio com traços variados de autoridade específica e na aceção substantiva e extensiva da profissão. Esta concessão é feita segundo a visão regular de que qualquer profissão estabelecida na sociedade, concebida e realizada de acordo com uma configuração alargada de independência tanto na sua técnica como na capacidade de produzir e introduzir novas premissas através do (auto)conhecimento, obtém por parte do Estado autorização de autonomia dos seus profissionais.

Compreender a gnose e o processo da constituição da noção de profissão implica ter em presença, antes de tudo o mais, o esforço conceptual das ciências sociais no descortinar dos traços descodificadores da noção de profissionalização, numa profícua produção cujo início, apesar de remontar ao primeiro terço do século XX⁴⁹, só adquiriu visibilidade e aperfeiçoamento no debelar da viragem do século. O primeiro trabalho empírico aparece com Goode (1969) num estudo sobre a medicina como profissão. Este destacado discípulo de Talcott Parsons, dedicado à causa da sociologia das profissões, compõe um quadro cujos traços, de acordo com Rodrigues (2002), reformam e clarificam a compreensão do domínio, assumindo uma vertente holística e conceptualmente dinâmica na delimitação da área de estudo, segundo os pressupostos de que “as profissões constituem comunidades cujos membros partilham uma mesma identidade, valores, linguagem, e um estatuto adquirido para toda a vida” (Rodrigues, 2002, p. 5). Vincam-se, nestes pressupostos, não só o princípio da similitude quase total por adesão técnica e institucional, a que se junta uma perspetiva de intemporalidade naturalizada dos seus membros como os traços de personalidade profissional, a que se deve juntar “o poder de controlo sobre si

⁴⁹ O tema das profissões surge no contexto norte-americano e, de certo modo desligado da tradição europeia que se havia concentrado nos estudos sobre o *trabalho* enquanto campo disciplinar. A sua delimitação como campo de estudo autónomo, ainda que sem um modelo definido, aparece em 1928 através de Carr-Saunders (1928) meditando sobre o papel das profissões e o seu lugar na sociedade. Saunders produziu ainda algumas sociografias em parceria com Wilson sobre a profissão de medicina e práticas do direito em que observa o facto de, em todos os países civilizados, o Estado se sentir na obrigação de regular estas atividades por constituírem profissões “vitais ou fiduciárias no mais alto grau” (Carr-Saunders & Wilson, 1933, p. 479), isto é, por lhes estar atribuída uma existência fundada na confiança e na crença popular de inevitabilidade. Mais tarde seguiram-se contribuições de variados autores, nomeadamente Parsons (1991 [1967]), Goode (1969), Etzioni (1969), Friedson (1986), Abbott (Abbott, 1988), Larson (1988) que vieram contribuir não só para a visibilidade e importância do campo, assim como para um aprofundamento metodológico da área disciplinar das profissões.

e os seus membros, sobre a seleção e administração de novos membros, bem como sobre a formação requerida” (Rodrigues, 2002: 5), isto é o controlo total de cada unidade, colocado debaixo de uma autoridade exclusiva, emanada pelo grupo e para o grupo.

Goode (1969) aponta o conhecimento e a dedicação como variáveis centrais e constituintes fundamentais para uma atividade alcançar o estatuto de profissão num quadro em que também ocorre a possibilidade, desde logo, da distinção das “verdadeiras” profissões entre traços centrais e derivados e a identificando de interdependências sociais e relacionais entre eles”. Como *traços centrais* entende-se “a formação de um corpo abstrato de conhecimento e código de valores” (Rodrigues, 2002: 5) e, por *traços derivados* compreende-se o “controlo dos padrões de educação; funções de socialização; prática profissional exercida sob a forma de licenças; controlo sobre as admissões; elevados rendimentos; poder e prestígio; ausência de mecanismos de avaliação e controlo fora das profissões; identidade profissional baseada num estatuto para toda a vida” (Rodrigues, 2002, p. 11), no fundo, um quadro moldado por uma barreira protetora de soberania, defendido por idiosincrasias distintas e constitutivas de um campo com propriedades autónomas na sua compreensão e manipulação.

Entre os principais indicadores de caracterização dos diversos tipos de profissionais qualificados refiram-se o poder e a capacidade de definirem os contornos da sua atividade (Freidson, 1970, 1986). Contudo a controvérsia torna-se mais ampla com um naipe de autores a promoverem discussão sobre o sentido histórico das profissões, interrogando nas suas análises, “se perante as mais recentes transformações sociais e económicas, elas mantêm os seus poderes e privilégios, abrindo-se um debate em torno das teses do declínio do poder profissional” (Rodrigues, 2002, p. 49), o que remete para o papel das profissões nas dinâmicas sociais. Para Freidson, profissionalização é definida como “um processo pelo qual uma ocupação – organizada formalmente ou não, através de reivindicação, ou afirmação das suas competências especiais e esotéricas, da particular qualidade do seu trabalho e dos benefícios que com isso proporciona à sociedade – obtém o direito exclusivo de realizar um determinado tipo de trabalho, o controlo sobre a formação e o acesso, bem como o direito de determinar e avaliar a forma como o trabalho é realizado (Rodrigues, 2002, p. 51).

A existência de competências extraordinárias distinguidas pela relevância técnica objetiva promove um reconhecimento através da admissão geral da exclusiva autoridade do campo profissional dos que sabem decifrar o mistério do mister, ou seja os profissionais. Este poder

profissional avançado por Freidson (1986) decorre de vários fatores que conjugados entre si promovem vantagens que traçam a impenetrabilidade da generalidade e o monopólio dos profissionais sobre o próprio ofício. Desta forma *licença* e *mandato* conferido pelo Estado e entregue ao corpo de profissionais; *monopólio de conhecimento (knowledge)* e *fechamento (gatekeeping)* resultantes de credenciais – expressas em licenças, graus académicos, diplomas e certificações – constituem as bases fundamentais do poder profissional, nomeadamente capacidade de definir a forma como o mister deve ser realizado. Por sua vez, saber especializado (*expertise*), juntamente com as noções de “*continuum*” (Johnson, 1972) e “*fechamento*” (Abbott, 1988; Larson, 1988; Weber, 2004a), são indicadores que atribuem autonomia, autoridade e legitimidade à noção de profissão (Rodrigues, 2002, p. 51).

Os três conceitos exibidos - *autonomia*, *expertise* e *credencialismo* – “constituem um espaço analítico que permite definir e identificar o poder das profissões” (Rodrigues, 2002, p. 51) assim como estabelecem os indicadores necessários para compreender os traços configuradores que atribuem proeminência social às atividades profissionais. A *autonomia técnica* concebe ao indivíduo – e não à hierarquia organizacional – o poder de soberania e independência. A circunstância de se tratar de um especialista (*expert*) permite ao indivíduo o controlo da informação da sua área específica, facto que alarga e intensifica o seu poder profissional perante a restante comunidade. O *fechamento (gatekeeping)* constitui a segunda maior fonte de poder profissional (Freidson, 1970, 1986). Tal resulta do controlo das instituições pelos profissionais e a autoridade para determinar os recursos desejados e necessários para acesso à profissão. Constitui o mecanismo pelo qual as profissões se tornam detentoras da capacidade para interpretar, julgar e solucionar os problemas que a sociedade em geral necessita ver resolvidos, assim como, em simultâneo, promover a representação da faculdade jurisdicional autónoma.

6.7 O FECHAMENTO DA ELITE DA POLÍTICA

A noção de fechamento encerra em si os contornos sociais de reivindicação de prestígio e honraria social que um grupo se (auto)atribui através do apelo tácito, em permanência, de um recorte honorífico (Weber, 2004a). Contém um apelo permanente de separação, fazendo-se distinguir pelos traços de dignidade e posse de propriedades peculiares e exclusivas dos seus membros. Como nas sociedades medievais, o círculo gerado pelo fechamento assemelha-se a um domínio, não de possessões corpóreas mas de configurações imateriais que, no geral, formam um monopólio. Concebe Freund (2003) que há monopólio sempre que um

“agrupamento impõe um fechamento, em limites variáveis, com vista a aumentar as oportunidades de sua atividade contra os que ficam do lado de fora” (Freund, 2003, p. 115). Desta forma, o monopólio constitui a superior representação prática de um sistema fechado promotor de um privilégio cuja forma típica, na história, é localizada na “corporação (Freund, 2003, p. 116). Esta caracterizava-se por submeter os seus futuros membros a um tirocínio com vista à aprendizagem do funcionamento do seu sistema organizacional com vista à manutenção do seu monopólio ao longo dos tempos.

Em síntese, pode afirmar-se que as razões do fechamento se prendem com a proteção da “unidade do agrupamento desprovido de toda a concorrência interna contra a concorrência externa” (Freund, 2003, p. 116). Trata-se da arquitetura de um círculo de iguais, protegido de todas as ameaças potenciais. Esta tendência restritiva da classe governante configura um apelo de todos os tempos. Atravessa várias civilizações e não é exclusivo de um só sistema político. A aristocracia da política impõe-se a auto-obrigação de transmissão dos seus códigos e signos aos herdeiros, daí resultando uma linearidade composta de normas e valores transformadas em linhagens a que não escapa, genericamente, a promoção desinteressada da posse de uma insigne genealogia. A condição hereditária é transportada para as classes políticas aí estabilizando e fazendo subsistir as suas linhas de existência num processo semelhante às leis da física, particularmente a prescrição newtoniana denominada “força da inércia”. Esta consiste na “tendência para permanecer no ponto e no estado em que se encontram” com vista à fixação e prossecução do monopólio hereditário do poder político. O princípio é o da preservação de castas poderosas e firmes a fim de estas conservarem nas suas “mãos o bastão do comando” (Mosca, 1923, p. 64).

Forma-se a partir desta cogitação o juízo darwinista, no qual se apoiam muitos políticos e que os leva, por vezes, a autoatribuir-se a posse de qualidades sanguíneas especiais que os tornam agentes de uma putativa classe superior. A falácia, repetidas vezes anunciada como uma verdade, serve, contudo, de mote para Mosca chamar a atenção para uma outra via na conservação da elite da política, advertindo o seu culto pela perspectiva educacional, consignando que só a esmerada e “particularíssima educação” constitui razão para justificar as qualidades destacadas dos indivíduos da aristocracia.

Todavia, apesar da posse de competências escolares explicarem a superioridade no conhecimento e a graça virtuosa das “atitudes puramente intelectuais”(1923, p. 67), não

contribuem nem explicam “as diferenças de carácter moral, como seriam a força de vontade, a coragem, o orgulho, a energia” (1923, p. 67) apresentados pelos indivíduos com propensão para dar ‘o passo em frente’ como alude Foucault. Não restam assim dúvidas que as condições fornecidas pelo nascimento, nomeadamente a “posição social, as tradições de família, os hábitos de classe” acabam por se constituir numa presença fortalecida e determinante no preparo integral do indivíduo contribuindo, praticamente sem qualquer esforço, mas como se decorresse da intervenção de um destino predestinado “para o maior ou menor desenvolvimento das” (Mosca, 1923, p. 67) das qualidades pessoais apresentadas.

É nos interstícios da mesma temática que o ceticismo de Higley (2010) introduz uma pertinente consideração, nomeadamente a de saber até que ponto a visão clássica da elite não encerra em si uma perversão materializada numa perspetiva tautológica. Ao atribuir-se capacidades distintas às pessoas que operam na liderança dessas organizações, denominando-as de elites, naturaliza-se a admissão tácita de “que essas organizações criam, forçosamente, elites” e, num quadro extenso mas desigual constituem, de acordo com Robert Michels, “uma característica inerente das coletividades e sociedades mais alargadas” e cujas referências variadas, grafadas entre organização, oligarquia ou aristocracia, nada mais querem referir do que “características estruturais e comportamentais específicas” (Higley, 2010, p. 17). A pertinência desta observação clama por uma estratégia capaz de explicar os motivos porque os lugares de poder são, em geral, maioritariamente ocupados por determinadas atividades profissionais socialmente consideradas e reconhecidas como possuídas por traços de autoridade com vista à expressão dos sentidos de dominação.

6.8 AS PROFISSÕES CIVIS DA ELITE DA POLÍTICA

De acordo com Gaxie (1980), a última profissão do indivíduo antes da sua entrada na política, o lugar da hierarquia e a posição social ocupada por essa mesma profissão, determina a probabilidade de acesso a altos cargos e exercício do poder na hierarquia política, pelo que existe uma “correlação estreita entre a representação política de um grupo e a posição social de seus membros” (Gaxie, 1980, p. 5). Essa relação estabelece uma sobre representação das categorias profissionais provindas das classes superiores, e uma sub-representação – ou mesmo ausência de representação – das “frações das classes médias ou populares – com a significativa exceção dos professores primários”, verificando-se, desta forma, uma imagem “invertida da estrutura social” (Gaxie, 1980, p. 6).

Esta perspectiva paradoxal da representação revela o monopólio do interesse na competição política nos agentes que habitam o “topo da hierarquia social” e que introduz traços característicos de aristocracia à medida que se escala “a hierarquia de poder e de prestígio dos cargos em competição”. É desta forma que se verifica um aumento percentual de indivíduos pertencentes às classes superiores “nas hierarquias partidárias”, ou quando se percorre a hierarquia dos lugares políticos desde as “câmaras municipais aos conselheiros gerais, desde os candidatos a deputados aos candidatos e eleitos ou desde os deputados aos ministros”. Nesse livre arbítrio concorrencial os agentes políticos favorecidos pela sua condição social apossam-se “das posições de poder político reforçando a sua supremacia social e a autoridade política” (Gaxie, 1980, p. 6) que passam a emanar.

A regularidade destas “leis gerais do recrutamento político” (Gaxie, 1980, p. 6) decorre sob o panorama da imutabilidade e sob a perspectiva da reprodução social entre os seus membros com vista à manutenção de um estatuto acoplado aos grupos profissionais determinados. Qualquer evocação de mudança ou alteração do direito costumeiro firmemente estabelecido não ocorre no interior por iniciativa dos seus membros. Em regra, o recrutamento político funciona segundo as leis de ferro e as tendências oligarcas que prevalecem no funcionamento das organizações políticas (Michels, 2001). Estas, enquanto mediadoras traduzem as suas práticas no alongamento entre a noção de utilidade fundada na sociedade civil e o sentido de conveniência de serventia do poder localizado no Estado.

Tudo indica que o princípio do “apoio político das diversas camadas sociais”, para além de se alongarem aos “mecanismos de representação”, também “obedecem aos princípios que determinam o recrutamento dos quadros”, depreendendo-se, através do comportamento eleitoral, da existência de “similitude entre o recrutamento social dos partidos e suas áreas de força no espaço social” (Gaxie, 1980, p. 40) o que leva a concluir, por sua vez que, “as oposições políticas constituem uma expressão simbólica das oposições sociais” (Gaxie, 1980, p. 42) dado que, nas intenções de voto se verificam “as mesmas oposições internas às classes superiores que transpareciam nas características sociais das lideranças partidárias” (Gaxie, 1980, p. 42).

6.9 A CIRCULAÇÃO DAS PROFISSÕES DA ELITE DA POLÍTICA

Braga da Cruz foi o precursor nos estudos, longitudinais e em profundidade, sobre a evolução da Assembleia da República tendo por base comparativa inicial os anos de 1974 a 1985. O seu trabalho analisa várias dimensões, nomeadamente género, idade, escolaridade, profissões civis e profissões. Na análise das profissões que geram políticos e quais a sua relação no decorrer do tempo.

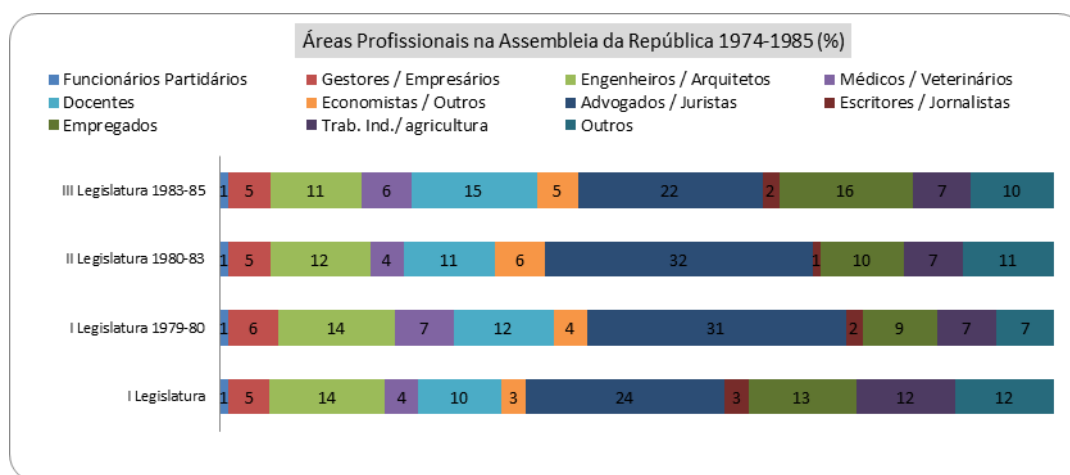


Figura 8 - Áreas Profissionais dos deputados à Assembleia da República (1974-1985)

André Freire deu continuidade ao trabalho de Braga da Cruz completando os dados das legislaturas entretanto decorridas. As transformações ocorridas em Portugal obrigariam à introdução de algumas alterações nas profissões em análise, nomeadamente, por um lado, aproximando-as das nomenclaturas entretanto em uso e, por outro, introduzindo ou revendo certas categorias com vista a uma maior homogeneização.

Neste trabalho ora em apreço foram também introduzidas algumas alterações, nomeadamente, algumas novas profissões que passaram a ter acesso ao Parlamento português e que vieram recompor a realidade das profissões no parlamento.

Há três grandes áreas profissionais com predisposição para aceder à Assembleia da República e que, ao longo dos 40 anos da democracia portuguesa, se constituíram na base das profissões dominantes junto do parlamento. Advogados e juristas, docentes em geral e economistas e análogos são, destacadamente, os grupos profissionais mais representados na Assembleia da

República agrupando dois terços dos mandatos parlamentares entre a VIII e a XIII legislatura como resultado das eleições legislativas entre 1999 e 2015 (

Entre 1985 e 2015 o peso destes grupos profissionais na AR não foi sempre igual mas, grosso modo, pode afirmar-se que as variações entretanto sofridas não lhes retirou, em qualquer altura, o domínio presencial enquanto forças mais representativas no poder legislativo.

A estes três grupos profissionais dominantes juntam-se o grupo dos engenheiros nas suas várias especializações e os técnicos intermédios, geralmente agentes especialistas não dirigentes de variadas áreas. Tanto um como outro grupo mantêm uma representação constante ao longo dos anos e, ligeiramente reforçada na última década.

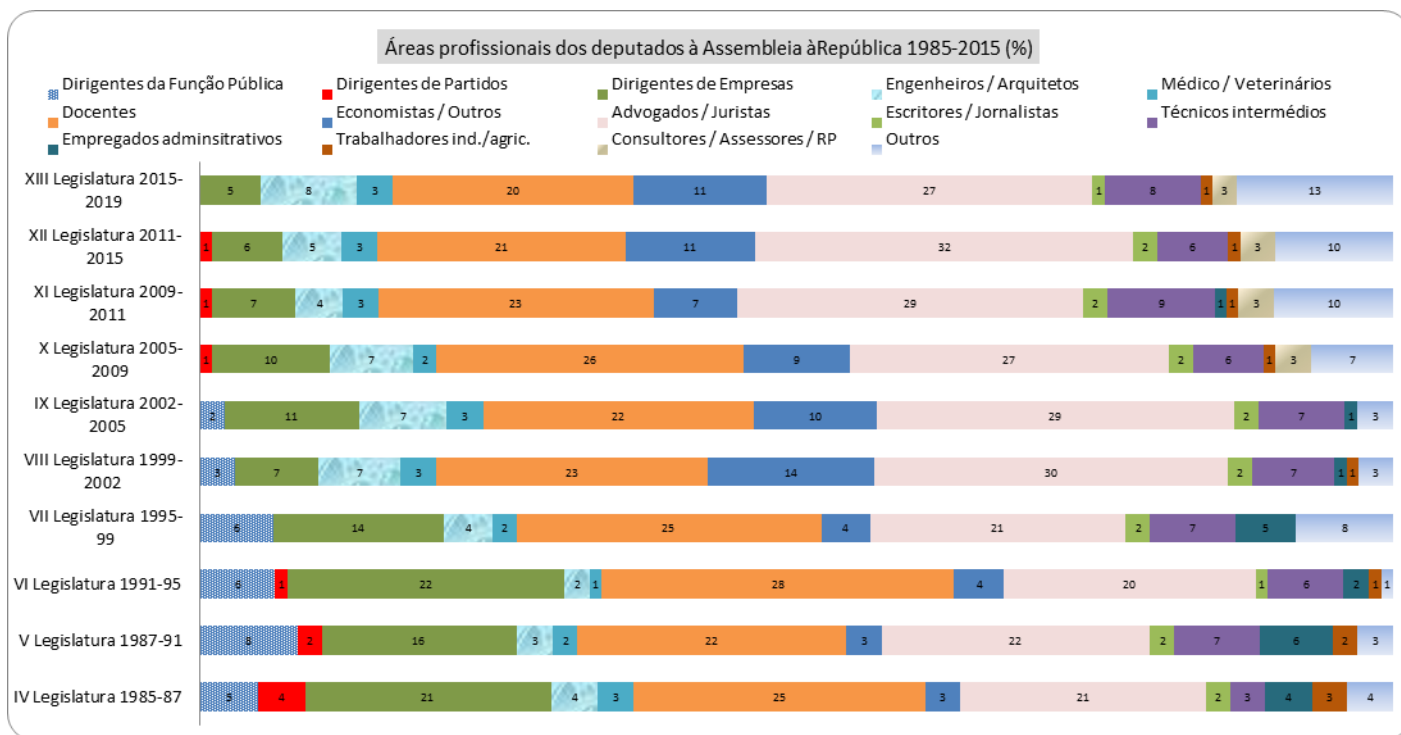


Figura 9 - Áreas profissionais dos deputados à Assembleia da República 1985-2015.

A presença de profissionais da medicina na Assembleia da República cifra-se, em termos históricos, numa média a rondar os 3% dos deputados sendo, por isso, uma profissão estabilizada dentro do parlamento. Em contraste, o grupo dos jornalistas e escritores, tal como os trabalhadores agrícolas e industriais denota, ao longo dos anos, uma tendência regressiva constando-se, num e noutro caso, com apenas 1% dos deputados em 2015.

A visão ampla do gráfico apresenta um efeito progressivo de substituição e/ou, em certos casos, diminuição, de alguns grupos profissionais. Nas eleições de 2005 já não é eleito nenhum

“dirigente da função pública”, categoria que, detetada em 1985 a partir da IV legislatura (5%), subsistiu com alguma relevância até 1995 (6%), entrando em decadência na VIII legislatura (3%), para definir completamente na IX legislatura.

Este quadro de queda de um grupo profissional manifestou-se idêntico no caso dos “dirigentes de partidos”, categoria que albergou 4% dos parlamentares em 1985 mas cedo diminuindo para 1% dos ativos, denotando tendência de desaparecimento.

Os “empregados administrativos” foram também alvo do efeito substituição. Tendo chegado a ser 6% (1987) dos deputados, persistiram em 1995 (5%) mas, a partir de 1999, o grupo profissional praticamente deixou de ter presença junto dos frequentadores habituais do hemiciclo português.

A saída de cena de algumas profissões reflete-se no reforço de algumas já existentes e a entrada de outras fruto da dinâmica da sociedade civil e do esforço da introdução de campos profissionais que, tendo ganho algum lastro social procuram alargar a sua influência através da sua inclusão política (Braendle & Stutzer, 2016). A partir de 2005 aparece um novo domínio profissional constituído pela eleição de deputados da área profissional de consultadoria e assessoria que, imediatamente, estabiliza-se nos 3% dos deputados. Juntamente com esta nova categoria de ‘consultores e assessores’ surge o alargamento de diversas atividades profissionais dissemelhantes entre si – e por isso não categorizáveis – genericamente acumuladas no grupo ‘outros’.

6.10 OS GRUPOS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA

6.10.1 ‘Economistas’ e ‘Dirigentes de Empresas’

O caso dos economistas é, todavia, um caso particular se analisado ao longo dos anos. Nas primeiras três legislaturas, entre 1974 e 1985, este grupo profissional alcançou uma representação que atingiu um máximo de 6% (1980-1983) dos deputados. Nos anos seguintes, entre as IV e VII legislatura (1985 a 1999) os profissionais de economia não se revelaram muito atreitos à política, pelo menos no que diz respeito à sua presença na Assembleia da República, oscilando entre os 3 os 4% de indivíduos. Pelo contrário, a partir da VIII legislatura, este domínio profissional surgiu em força junto do poder legislativo, chegando a constituir-se no terceiro maior grupo profissional no parlamento durante os anos 1999-2002 com 14% dos deputados. Apesar

da quebra em 2009 (9%), a partir desta data os economistas estabilizaram nos 11% dos eleitos à Assembleia da República.

Esta ascensão histórica dos economistas contrastou com o declínio progressivo de um outro grupo profissional, originalmente definido, entre 1974 e 1985, como “Empresários e Gestores”. Na primeira década de democracia estes profissionais oscilaram entre os 5 e os 6% dos deputados na Assembleia da República. O seu auge deu-se nos dez anos decorridos entre 1985 e 1995, período em que as categorias da estatística passaram a denominar-se numa formulação mais próxima das práticas. A nova nomenclatura “dirigentes de empresas” acolhe 21% dos mandatos em 1985 para, em 1987 encolher para os 16% dos deputados. A aposta deste grupo profissional na política é manifesta em 1991 quando chega aos 22% dos parlamentares. Em 1995, os indivíduos ligados à direção de empresas ainda atingem 14% dos mandatos legislativos mantendo assim uma forte presença no parlamento mas, inicia-se aí a seu declínio. A partir de 1999, com relevância para o período entre 2005 e 2015, gradualmente, a classe profissional de deputados provindos dos “dirigentes de empresas” vai-se afastando da Assembleia da República reduzindo até chegar aos 5% dos parlamentares em 2015.

6.10.2 ‘Advogados’ e ‘docentes’

Não é novidade que, em matéria de categorias profissionais, o parlamento apresenta um predomínio histórico tanto de advogados como de docentes (Freire, 1998), constituindo os dois grupos profissionais mais estabilizados ao longo dos 40 anos da democracia portuguesa. Os anos da regularidade destas profissões denunciam a sua consolidação na Assembleia da República, funcionando como alicerces estruturais do parlamento.

No caso dos advogados, profissão coincidente com a formação em direito, é reconhecida uma interligação entre as necessidades produtivas da instituição e a posse de competências na produção técnica de legislativa pelos profissionais da área, a que não é alheia também as “qualidades de tribuno”, um requisito sempre necessário a um espaço em que a afirmação do profissional também ocorre pela qualidade da oratória.

A alta expressão numérica, assim como a regularidade histórica do grupo profissional dos docentes, revela uma predisposição para o campo político de indivíduos na posse de “posições socioprofissionais associadas a volume intermédio de recursos (em capital económico, organizacional e escolar)” (Freire, 1998).

Enquanto as mais presentes profissões parlamentares, advogados e docentes, manifestam um percurso produtor de uma certa regularidade observável no facto de, a partir de 1999, terem passado a comportar mais de 50% dos mandatos parlamentares. Essa particularidade deixará de ocorrer em 2015 dando-se, na XIII legislatura, uma diminuição nas presenças do agregado destes dois grupos profissionais para os 47% dos agentes parlamentares.

A diminuição de presenças do somatório destes dois grupos profissionais está associada ao efeito substituição que se tem operado, com o alargamento fragmentário de novas atividades profissionais introduzidas no parlamento. Essa tendência adquire expressão visível em 2009 tendo atingido os 13% dos lugares parlamentares em 2015⁵⁰. Em termos absolutos são 31 registos no total, dos quais 9 afirmam-se com atividades profissionais com presença histórica mas de reduzida expressão individual – nomeadamente atrizes, assistentes, bancários, investigadores – 13 indicam a área académica como ocupação – o que inclui sociólogos, psicólogos, historiadores, matemáticos, químicos, arqueólogos, geólogos – 2 são estudantes, 3 reformados e 4 não indicam nenhuma profissão apresentando o espaço em branco.

6.10.3 Acumulações: um pé dentro e outro fora

Alguns parlamentares mantêm atividades civis acumulando-as com as funções políticas a que se propuseram. Aparentemente os deveres de lealdade e independência que atravessam a atividade parlamentar podem ter uma interpretação particular. É assim que cerca de dois terços (68%) dos 230 deputados à Assembleia da República declararam dedicar-se exclusivamente à atividade política parlamentar enquanto os restantes 32% registaram-se como tendo outras ocupações a executar para além do trabalho político regular no órgão legislativo da República Portuguesa⁵¹.

⁵⁰ Em termos absolutos são 31 registos no total, dos quais 9 afirmam-se com atividades profissionais (atriz, assistentes, bancários, investigadores), 13 indicam a área académica como profissão (o que inclui sociólogos, psicólogos, historiadores, matemáticos, químicos, arqueólogos, geólogos), 2 são estudantes, 3 reformados e 4 mantêm o espaço em branco.

⁵¹ Dados recolhidos em maio de 2016 no portal da Assembleia da República e que deram origem ao estudo “Os Acumuladores” do Observatório da Democracia Interna dos Partidos Políticos do Movimento pela Democratização dos Partidos. Os dados, cedidos por esta organização, foram testados pelo autor, encontrando-se disponíveis em: <https://movimentodemocratizacaopartidos.wordpress.com/2016/05/15/estudo-do-obdi-incompatibilidades-dos-deputados-os-acumuladores/>.

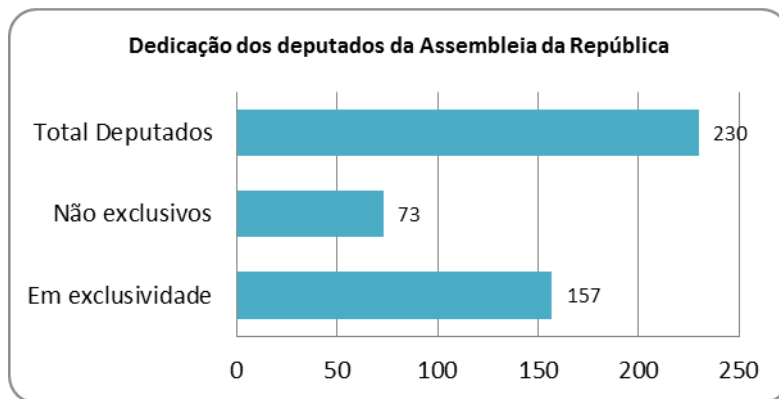


Figura 10 - Dedicção dos deputados à Assembleia da República.

A presença maioritária de advogados, assim como do grupo constituídos por atividades empresariais - administradores, gestores e sócios-gerentes, como profissões mais atreitas à acumulação (69%), demonstra a tendência destes misteres não só para acesso e domínio do parlamento, como também revela a sua propensão para a perscrutação das áreas de poder e nelas deterem a sua atenção para o estabelecimento de uma via dedicada entre a vida pública e a vida civil.

A presença dos 'consultores' em valores razoáveis (10%) demonstra como este grupo profissional tem ganho relevância – tal como atrás é demonstrado (ver Figura 11). Neste particular, os 'consultores' são seguidos, a uma considerável distância, pelas atividades mais técnicas como é o caso dos médicos (4%), dos engenheiros e arquitetos (3%) que parecem não prescindir da sua profissão mesmo quando se oferecem à política. A atividade universitária na sua vertente letiva (14%) revela também uma predisposição para estar atribuída à ocupação extraordinária pelos políticos cujas origens na sociedade civil se ligam à docência superior.

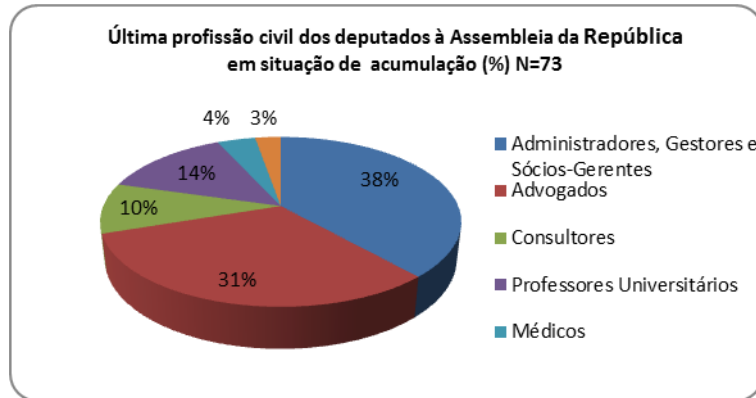


Figura 11 - Última profissão civil dos deputados em situação de acumulação.

Por regra, a maior parte dos parlamentares com acumulações apresenta uma única função extrapolítica, o que comprova a existência de um largo grupo de deputados com estratégias de vida duplicada em termos de atividade. Esta tendência é reforçada em alguns indivíduos, constituídos como casos extraordinários, que chegam a acumular variadas funções no exterior, ao mesmo tempo que também se apresentam como deputados⁵² mesmo em circunstâncias passíveis da sua atividade parlamentar colidir com os interesses e obrigações particulares, entretanto constituídos.

⁵² Alguns casos detalhados de acumulações: *Fernando Anástácio* - eleito pelo círculo de Faro declara ainda ser administrador da sociedade de advogados Fernando Anastácio & Associados, administrador da empresa de consultoria Lucksin SA, presidente do Conselho de Administração da Procota, presidente do Conselho de Administração da Quinta do Escarpão (ambas do ramos de imobiliária e turismo) e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mundo Aquático (parques temáticos). *Luis Montenegro* - eleito por Aveiro, exerce advocacia na sociedade SP&M (tem quota 50%), é presidente da Assembleia Geral da Rádio Popular - Eletrodomésticos, SA, membro da CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos) do qual cessou atividade em março de 2017 e Presidente da Assembleia Municipal de Espinho. Nuno Magalhães - eleito por Setúbal, é professor é professor convidado da Universidade Lusófona, deputado na Assembleia Municipal de Setúbal, além de comentador da Sport TV (desde 9.8.2016). Cfr. Registo de interesses da Base de Dados da Assembleia da República em <http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputadoslista.aspx> (acedido em 15.05.2017) e edição de Jornal

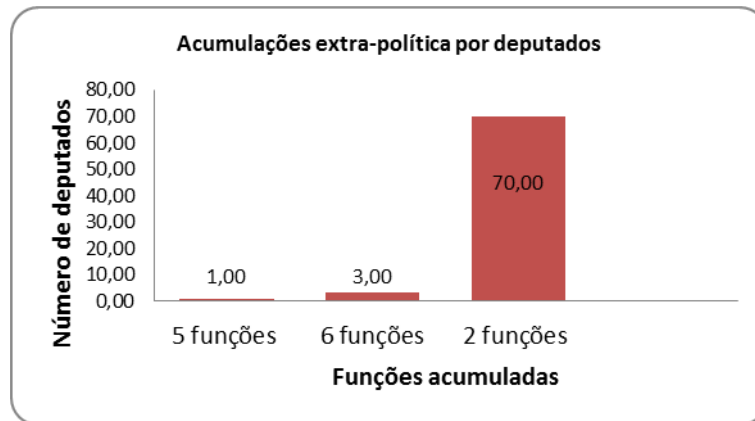


Figura 12 - Funções extraparlamentares acumuladas por deputado acumulador

O Partido Social Democrata (PSD) apresenta o maior número relativo de deputados com atividades extraparlamentares (37 em 89), sendo imediatamente seguido pelo CDS que apresenta uma relação quase idêntica (7 em 18). A alguma distância mas revelando a mesma predisposição, o Partido Socialista apresenta praticamente um terço (28 em 86) dos seus deputados com vida ativa associada entre o estado e a profissão civil. O Partido Comunista Português completa o quadro de deputados com profissões e atividades extraparlamentares numa relação reduzida (1 em 15). Esta relação partidária dos deputados com profissões extraparlamentares tem a particularidade de crescer no sentido da esquerda para a direita política, manifestando-se todavia uma ausência de casos tanto no Partido Ecológico Os verdes como no Bloco de Esquerda.

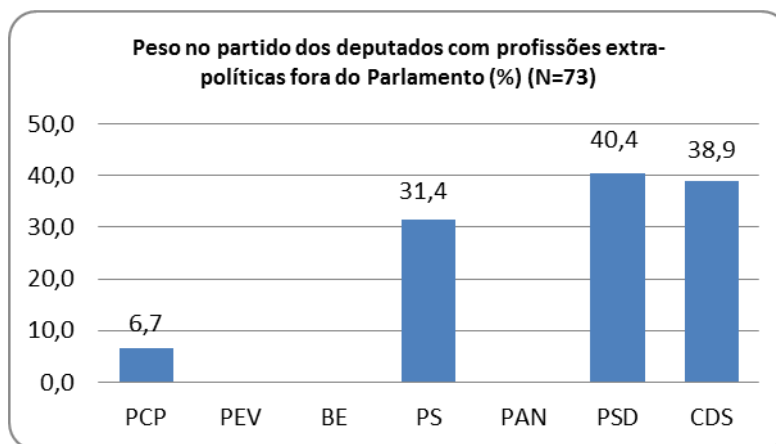


Figura 13 - Peso no partido dos deputados com profissões extraparlamentares fora do Parlamento

Os dados aqui expostos sobre as acumulações dos deputados à Assembleia da República Portuguesa apelam, na sua leitura global, a duas formas de interpretação dessas acumulações. Por um lado, a acumulação, pode ser apresentada como o ponto de independência do político em relação ao lugar ocupado. Tratar-se-ia, neste caso, de promover uma apresentação distante

da sobrevivência com base nos proventos da política e assim demonstrar como esta não constitui um fim profissional imaginado pelo indivíduo. Todavia, a entrega abnegada, desprendida assente na franqueza (Foucault, 2008) enquanto constituinte da verdadeira essência do político Freund (1969), não se dá na totalidade. O “passo em frente” e o agir francamente enquanto instrumentos de lealdade para consigo e para com os outros (Foucault, 2008) , ficam desde logo limitados, diminuindo o valor real do político contido no indivíduo.

Neste caso, o passo em frente não se conclui e, ao contrário do preconizado por Foucault, dá-se a circunstância do candidato a político usar como estratégia a popular fórmula de manter ‘um pé dentro e outro fora’. Este quadro evocará, em permanência, a dúvida se a pessoa em questão é um político desconfiado de si, indeciso e com medo do futuro, logo, reduzido na qualidade primordial exigida a qualquer candidato a político: a posse de força interior que faz de si um condutor decidido de quem os seguidores jamais duvidam. Um político formado nesta inconstância estará, desde logo, limitado na sua ação por contar nas suas estratégias mais íntimas, a hipótese de existência de consequências não em favor de todos mas sim em favor de si mesmo, ainda que com benefício de alguns.

Por outro, a tendência para atividades extrapolítica quando na posse de um cargo político, pode constituir a demonstração da predisposição para o uso do cargo político na alimentação da atividade privada com vista a proventos que, de outra forma, não existiriam. Neste caso o político apresenta-se como uma espécie de empresário que entrevê na atividade uma plataforma de ampliação das suas possibilidades com vista aos seus interesses. Prostra-se, desta forma, na presença de uma pessoa de negócios para quem a política é, tal como outras, uma ferramenta para alcance de contratos, realização de transações e convênios com vista à acumulação física de capital. Persiste aqui o entendimento de que exercício da política deve ser levada como uma atividade no mesmo patamar de uma qualquer profissão e nas quais a inexistência de fronteiras entre si é substituída pela complementaridade. Revela-se também a presença de que o cargo político é alcançado numa luta no qual ao vencedor fica, desde logo, na posse de um poder que lhe autoriza agir num campo em que os limites são por ditados.

A coexistência na Assembleia da República entre deputados com acumulações profissionais extra políticas e deputados dedicados exclusivamente à propositura política mostra-se, pelo menos em público, pacífica e inquestionada. Não é produzido qualquer denúncia ou crítica

capaz de demonstrar uma predisposição divisória. Aparentemente todos estão a favor da possibilidade de acumulação ou então, não vislumbram, qualquer aspeto negativo, ou potencialmente negativo, na atividade dúplice que coloca o indivíduo na política e lhe dá, em simultâneo, a possibilidade de agir profissional e empresarialmente, no campo civil.

Entre um deputado com dedicação exclusiva à política e um deputado com atividades extrapolítica formam-se duas figurações de sentido (Elias, 1971): o primeiro afigura-se um político inteiro. A sua ação é absoluta e integralmente tributada aos afazeres da política. O segundo configura um político fracionado com ação entre vários domínios, restando-lhe sempre o quadro de estar perante a necessidade de justificar o facto de esses domínios privados não colidirem a sua atividade pública.

6.10.4 Teoria política dos impedimentos - do implícito ao explícito

Ter *parresía* não é um caso de oportunidade ou um impulso do momento. Não resulta de um cálculo com objetivo diverso dos fins em que a política se encerra. É, sim, ter vontade constituída de se aproximar da frente numa convicção interna que não inclui outra intenção. Decorre não “em função da riqueza mas em função do problema da *dynamis*” (Foucault, 2008, p. 142) no qual há que ter em conta a presença de “três categorias de cidadãos” (Foucault, 2008, p. 142): os “impotentes” que não têm força para exercer o poder – o povo em geral; os ricos e bem-nascidos que, na qualidade de sábios, não se ocupam de nada e que, ao calarem-se, não “utilizam a *parresía*” potencial provinda do conhecimento; em terceiro, “os que efetivamente se ocupam da cidade”, sendo só a estes que assimilam e se servem da *parresía* (Foucault, 2008, p. 143), algo distinto da noção estatutária ou de qualquer obrigação imposta pela cidadania.

Por se tratar de uma exclusividade facultada a uma reduzida categoria de pessoas, o recurso à *parresía* acarreta grandes problemas, nomeadamente “riscos e perigos” aos que dela se servem para intervir na *cidade*. Nomeadamente é reconhecida a exposição que também os sujeita ao ódio dos impotentes, à troça dos sábios e, em geral, à “rivalidade e a inveja” (Foucault, 2008, p. 144) das outras categorias que, de um ou outro modo, circulam pela cidade. Assim, a *parresía* define “certa posição de certos indivíduos” (Foucault, 2008, p. 144) e esta consubstancia-se na diferenciação reconhecida “por uma dinâmica, por uma *dynamis*, por certa superioridade que também é uma ambição e um esforço para se ver numa posição tal que se possa dirigir os outros” (Foucault, 2008, p. 144). O reconhecimento da posse destes atributos idênticos entre

elementos que se encontram destacados da restante população direcionam-os para um tipo de fusão tendencialmente associativa.

Os deputados eleitos à Assembleia da República configuram um desses encontros entre pares possuídos por um interior orientado para a ação arrojada. Alguns deputados não se coíbem de participar societariamente, ou mesmo individualmente, em empresas com contratos com o Estado. Os deputados predispostos a manterem este tipo de estratégia fazem parte do conjunto de parlamentares com atividades extrapolítica mas, entre si, constituem uma prática diferenciada pela constituição da atividade civil no centro da sua existência profissional sendo, no caso, o Estado e os seus organismos usados como meros clientes (ver (ver Tabela 3). Nesta equação, o papel de deputado reveste-se de um significado tático que o metamorfoseia num mediador entre a profissão civil e os clientes na órbita estatal.

Estes deputados e as suas empresas conquistam, em geral, atividade profissional civil junto de entidades públicas do seu círculo eleitoral – ou em círculos eleitorais vizinhos – sob domínio de órgãos autárquicos ou governo regional – caso da Madeira – sempre dominados pelo seu partido e obtidos em regime de ‘ajuste direto’, logo facilitados pela ausência de concurso público (ver Tabela 3). A associação estabelecida entre os agentes e as formas e agir produzem uma configuração tipológica no qual o centro de encontro entre as partes, de gestação estratégica e de divisão do poder se localizam na elite dirigente dos partidos políticos.

Esta prática revela a predisposição para algo mais do que a estratégia de manutenção de um pé dentro da política e outro pé fora na atividade civil como atrás foi demonstrado. Neste caso a metáfora do movimento dos pés revela, não uma expectativa de separação dos campos decorrente do receio de falhanço enquanto político, mas um expediente de ligação entre os dois domínios com vista à possibilidade do agir junto de outras instituições do Estado. A particularidade da atividade civil servir de interface para a manipulação particular de entidades públicas com vista à realização de atividade económica, remete a atividade política para um campo subalterno no qual, numa putativa hierarquia de autoridade, o poder do deputado submete-se ao poder do agente partidário.

Tabela 3 - Deputados sócios de empresas com contratos públicos – Fonte: O Jornal Económico de 17.03.2017⁵³

Partido	Nome do deputado	Círculo Eleitoral	Período do Negócio	Atividade Extrapartidária	Empresa	Participação	N.º Contratos	Valor
PS	José Rui Cruz	Viseu	2015	Sócio-gerente	Frutas Cruz II, Lda.	34%	20	164.000,00 € ⁵⁴
PSD	Fernando Virgílio Macedo	Porto	2011	Sócio-gerente	Virgílio Macedo, SROC, Unip. Lda.	100%	2	83.000,00 € ⁵⁵
					Rodrigo, Gregório & Associados	33%	7	168.000,00 €
PSD	Luis Montenegro	Aveiro	2014 - 2017	Sócio	Sousa Pinheiro & Montenegro	50%	6	188.000,00 € ⁵⁶
PS	Ricardo Bexiga	Porto	2016	Sócio	Ricardo Bexiga, Oliveira e Silva & Associados	60%	5	200.000,00 € ⁵⁷
PS	Luis Moreira Testa	Portalegre	2016	Sócio	CCP Associados	15,39%	1	2.400,00 € ⁵⁸
PS	Renato Sampaio	Porto	2009 - 2017	Porto	Nuno Sampaio – Arquiteto Lda.	85%	15	716.000,00€ ⁵⁹
PSD	Paulo Rios de Oliveira	Porto	2009 - 2015	Advogado	Rios, Pinho & Cristo, Soc. Avogados	45%	1	14.000,00 € ⁶⁰
PSD	Guilherme Silva	Madeira	2009 - 2015	Advogado	Age individualmente	100%	25	638.000,00 € ⁶¹

⁵³ Dados coligidos a partir do “registo de Interesses” dos deputados à Assembleia da República e os contratos registados na base de dados dos contratos públicos efetuados com o Estado, disponível em: <http://www.base.gov.pt/Base/pt/Homepage>.

⁵⁴ Contratos efetuados com Guarda Nacional Republicana e duas escolas públicas.

⁵⁵ Empresa possuída em 33,33% pela Virgílio Macedo, SROC. Dois contratos por ajuste direto, um com o Município de Valongo em 2014, e o outro Município de Vila Nova de Gaia em 2013, por 58 mil euros.

⁵⁶ Foi presidente da Assembleia Municipal de Espinho (2009-2013) e vereador do município Espinho (1997-2001). Há 4 contratos com Câmara Municipal de Espinho (presidida por Joaquim Pinto Moreira do PSD) e 2 da CM Vagos (presidida por Silvério Regalo do PSD)

⁵⁷ Contratos efetuados com o Município de Valongo presidida por José Ribeiro do PS.

⁵⁸ Sócio da UP2Com (33,3%). Contrato efetuado com Câmara de Portel.

⁵⁹ A empresa é detida em 15% pelo filho e 85% pela esposa. Os contratos foram realizados com a Administração Regional de Saúde do Norte, Município de Castelo Branco, Instituto Politécnico do Porto, etc. Em março de 2010, a Parque Escolar adjudicou a “elaboração do projeto de arquitetura” de uma escola em Castelo de Paiva por mais de 204 mil euros, sem realizar um concurso público.

⁶⁰ Membro da Subcomissão de Ética e da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas.

As estratégias surgidas nos interstícios dos aparelhos partidários formam-se em progressões dinâmicas nas quais o processo gradativo latente orienta a praxis e os expedientes recursivos (Giddens, 1984). As práticas decorrentes da vivência ativa nos lugares de comando submetem os indivíduos, pelo menos “no plano dos princípios” (Michels, 2001, p. 416) a uma classe que não é a sua de origem, dando-se assim, através das rotinas, uma mutação do agente instigador de “uma contradição de interesses” (Michels, 2001, p. 416) mas cuja dissonância é resolvida através do recurso a novas crenças do agir que harmonizam o interior do agente com o objeto exterior da sua ação (Festinger, 1962). Na disputa interior entre os diversos interesses em competição, a “decisão assenta sempre na maior força de atração, ou seja, na relação em que os interesses se encontram com as necessidades mais importantes da vida”, objetivamente com reflexos imediatos em fatores inscritos na ordem económica. Nesta mutação espirituosa produzida na oposição das dinâmicas práticas constitutivas da realidade “o antagonismo económico ultrapassa então a solidariedade ideológica e inscreve-se visivelmente na ordem do dia” (Michels, 2001, p. 416) relegando o programa – original ato fundador das convenções políticas desejadas – para o lugar de um documento sem valor para as práticas dos atos políticos empreendidos.

6.11 MONOPÓLIO DOS PROFISSIONAIS

Os partidos estão constituídos em comunidades associativas de captura e distribuição de poder entre os seus membros o que faz deles aparelhos com o objetivo do uso da força acumulada, por um lado, para “imposição de um programa por motivos ideais ou materiais” (Weber, 2004a, p. 185) e, por outro, para alcançar “prebendas”, ou seja favores do Estado que de outro modo seriam impossíveis. Enquanto o primeiro objetivo visa a o (pre)domínio da organização, o segundo tem por objetivo exclusivo o alcance de autoridade, traduzido no reconhecido social da posse de “honra para seus líderes e partidários” (Weber, 2004a, p. 186). Na base do entendimento do partido político moderno, a ação dos seus membros orienta-se menos – praticamente nada, para o reforço ideológico e mais para a conquista patrimonial, prática que

⁶¹ Contratos obtidos através de “ajustes diretos” de entidades públicas (vice-Presidência do Governo Regional da Madeira, Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Universidade da Madeira, Estradas da Madeira, etc.

recupera a noção de “domínio ‘político’” em que o poder doméstico é agregado “a outras relações de dominação”, estrutura e sociologicamente concebidas segundo “os dois poderes especificamente políticos (...), o poder militar e o judicial” que, tal como na antiguidade, são exercidos “ilimitadamente sobre aqueles que lhe estão patrimonialmente submetidos” (Weber, 2004a, p. 240).

A circunstância de uma “lei de impedimentos”, impedir todas as acumulações inexistentes em possibilidade e permitir, por ausência de qualquer referência à realidade potencialmente obstaculizável, tudo o que não interessa impedir – assim nada impedindo⁶², mostra como as leis do campo político alcançam uma *intenção* decorrente do costume, assim estabelecendo e organizando, com a forma de leis, as coordenadas “do universo das técnicas de ação e de expressão”. Desta forma, na manifestação pública da obrigação legal, ao promover-se a “passagem do implícito ao explícito” realiza-se “um ato de instituição” (...) com aparente força de transformação, representando esse ato “uma forma de oficialização, de legitimação” (Bourdieu, 1981, p. 4) constitutiva de uma realidade legal, obrigatoriamente aceitável, porque legal.

No campo político cabe aos membros tornados especialistas levar a cabo o empreendimento da produção das “formas de percepção e de expressão politicamente atuantes e legítimas” arquitetando-se, desse modo, um limitado corpo que se constitui no monopólio dos profissionais, um reduzido número de “unidades produtivas”, eles mesmos funcionando sob constrangimento e controlo dos mesmos profissionais. Estes visam a promoção da representação junto dos que estão “condenados à fidelidade”, em geral, um corpo de consumidores que, por se revelar genericamente desprovido “de competência social para a política” se vê condicionado na expressão da sua liberdade, trazendo à evidência o paradoxo do mercado da política ser “um dos menos livres que existem”. As classes dominadas são as que mais afincadamente se vêm

⁶² O exemplo está patente no artigo 21 do Estatuto dos Deputados que alude aos “impedimentos” e que veda à atividade de deputado que esteja “no exercício de atividade de comércio ou indústria, direta ou indiretamente, com o cônjuge não separado de pessoas e bens, por si ou entidade em que detenha participação relevante e designadamente superior a 10% do capital social, celebrar contratos com o Estado e outras pessoas coletivas de direito público, participar em concursos de fornecimento de bens ou serviços, empreitadas ou concessões, abertos pelo Estado e demais pessoas coletivas de direito público, e, bem assim, por sociedades de capitais maioritária ou exclusivamente públicos ou por concessionários de serviços públicos”. Note-se a preocupação em não impedir negócios em empresas participadas e, em simultâneo, a ausência total no que diz respeito a impedimentos das profissões dominantes na Assembleia da República com tendência para atividades extrapolítica. (Cfr. **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** e Tabela 3).

submetidos aos constrangimentos e, face à impossibilidade de escolha, só lhes resta entregarem-se ao partido, lugar em que a “lei de ferro dos aparelhos” (Bourdieu, 1981, p. 4), ao funcionar segundo o princípio de concentração de poder nos militantes profissionais, tal como explicou Bourdieu (1979a), recruta para os lugares de representação, as profissões civis dominadas pelo sentido da distinção.

**7 *TODOS EXCETO EU* - AUTOATRIBUIÇÃO EXCLUDENTE DOS PROFISSIONAIS DA
POLÍTICA**

7.3 METAMORFOSE DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO PELO SENTIDO COMUM

Uma inquietação surgida no decurso de uma série de entrevistas feitas a políticos portugueses, alguns com carreiras longas e marcantes, intrometeu-se no espírito do escrevedor desta análise. Nessas conversas, ao introduzirem-se questões relacionadas com a putativa condição profissional do político, estes apresentaram um semblante de quase ofensa num processo em que todos, de forma mais ou menos direta, afirmaram-se do lado dos que não admitem a atividade política percebida como realização profissional.

Sendo o desconforto demonstrado, extensivo a todo o quadro de entrevistados, esta questão ganha relevância na medida em que a observação de vidas dedicadas mais tempo à política, ou ao sindicalismo, do que à profissão civil de origem é um caso que se verifica desde a implementação de democracias liberais. Como já se viu atrás, essa realidade foi, por exemplo, objeto de longa atenção no seminal estudo de Michels (2001) publicado originalmente em 1915 com o objetivo de produzir uma análise compreensiva propensa à composição de uma sociologia dos partidos políticos, nomeadamente a fixação do poder dominante pelos dirigentes instituída como “lei de ferro das organizações políticas”.

A aludida inquietação guia para a perspetiva de que os entrevistados, pessoas interessadas tanto na sua condição política como nos enunciados e teorias comumente designados como importantes na sua aprendizagem, se apresentam na posse de um conhecimento assente em bases técnicas e discorrências fundadas numa consciência crítica produzida a partir de aprendizagens superiores na qual a ideia do *dever ser* já não pode ser outorgada ao nível da noção de senso comum.

Ao acederem e constituírem a sua formação pessoal em meios académicos superiores, os políticos compõem os seus sentidos práticos com os dados do que lhes é, ou não, admissível, entendendo-se o aceitável no sentido dos interesses particulares na construção do *ser político* através da melhor enunciação académica, distinguindo e expurgando, desde logo, tal atividade pública da sua realização profissional.

A obra de Max Weber “A política como vocação” geralmente apresentada conjuntamente com o texto “A ciência como vocação” tem, regra geral, uma interpretação à letra nos leitores menos ligados à necessidade de atenção às imbricações processuais e metodológicos usados por autores clássicos das ciências sociais e cujos contributos, para além do conteúdo, têm nessas

formas metodológicas, inferências essenciais tendentes a produzir entendimentos mais amplos e menos determinados dos seus textos.

Sendo um dos raros contributos da sociologia clássica para o conhecimento da política, a noção de ideal-tipo traçado para a figura do político, escapa-se ao comum leitor – geralmente um profano e logo descuidado, para um retrato, ou uma descrição *ad litteram* do político agindo na realidade.

A popularidade do texto de Max Weber e os pressupostos críticos introduzidos pela sua leitura, genericamente interpretada sob a forma de uma verdade genuína das práticas em todo e qualquer cenário de atividade política intrometeu-se, de tal modo, na malha mental da construção do agente destinado à política, ao ponto da obra se ter tornado numa espécie de escritura sagrada enunciadora das opções possíveis do exercício da política enquanto mister.

Pensador cuidadoso tanto no sentido da amplitude como da profundidade, Weber conseguiu antecipar a possibilidade de, em determinadas circunstâncias, uma atitude poder resultar em consequência diversa da esperada. O texto “A política como vocação”, ao ultrapassar o círculo académico restrito e expandir-se até ao contacto dos que da política querem fazer modo de vida, produziu uma novel interpretação em que as dissemias *típicas* aí usadas – *vocação/profissão* e viver *da ou para* a política, se tornaram em perfis das práticas, cujas figurações constituem fórmulas distintas, negativas (a evitar) e positivas (a cultivar), da construção e reconhecimento social do político.

Esta constatação norteia para o papel dinâmico e transmutável das ciências sociais. Ao agir sobre a sociedade – o seu objeto – as ciências sociais agem, inevitavelmente, sobre si, transformando e transformando-se por via do seu empreendimento. De acordo com Bourdieu (1982b), o mundo das ciências sociais, além de se suportar em realidades já classificadas, contribui, definitivamente, para a (re)construção desse mundo. Em sequência, manifesta-se um carácter recursivo, com as estruturas sociais e os agentes produtores dessas estruturas, a reproduzirem-se, recíproca e constantemente através da recriação das propriedades estruturadas da atividade social (Giddens, 1984). Por conseguinte, as ciências sociais têm inscrita na sua génese a obrigação fundamental de englobar, nos princípios do mundo social por si frutificada, “uma teoria do efeito da teoria” (Bourdieu, 1982b) sobre os seus agentes. A teoria, ao contribuir “para impor um modo mais ou menos autorizado de ver o mundo social” não só “contribui para fazer a realidade desse mundo” (Bourdieu, 1982b) como também fornece aos

agentes os antídotos e as fórmulas legitimadas de reclamação e avocação, tácita ou manifesta, de apelo ao que é entendido por distinção social.

7.4 SENTIDO PRÁTICO E UTILITÁRIO DA TEORIA SOCIOPOLÍTICA

Na sua profusa e profunda contribuição para as ciências sociais, Max Weber concebeu uma tipologia de análise que parte da simplificação conceptual do real para, desse modo, se empreender o conhecimento em abstrato de determinado fenómeno. As fórmulas *típicas* engendradas a partir das propriedades unívocas dos fenómenos perseguem o objetivo de “projetar tipos ‘puros’⁶³ - ou ‘ideais’ - dessas estruturas que mostram em si a unidade consequente de uma adequação de sentido o mais completa possível” (Weber, 2010, p. 36). Trata-se de um constructo “com fins de pesquisa” cujo objetivo se dirige ao “especialista das ciências humanas” e que responde à impossibilidade destas alcançarem amplitude total de um fenómeno, que resulte numa representação “fiel da realidade” (Freund, 2003, p. 48).

O *tipo-ideal* configura um processo de análise construído sob a forma da incorporação de dados desse mesmo fenómeno no seu estado abstrato (2010). Por esse motivo, apesar de empreender, em profundidade, no conhecimento através da coleta dos sentidos do fenómeno em consideração – sejam eles concretos, difusos ou discretos –, a forma do ideal-tipo não concebe uma realidade definida mas sim uma junção de características fragmentadas – mas possíveis – da realidade. Persegue, desse modo, o propósito de pautar as coordenadas simplificadas e objetivas de um objeto de estudo determinado. Os tipo-ideias ou puros “sendo irrealis, têm o mérito de nos oferecer um dispositivo conceitual com o qual podemos medir o desenvolvimento real e esclarecer os elementos mais importantes da realidade empírica” (Freund, 2003, p. 49). O constructo por trás do *ideal-tipo* assenta no real sem que, todavia, represente a realidade.

O *típico ideal* construído na forma dissémica que apõe profissão e vocação, na condição do político, tem um entendimento simplificado na língua original produtora do texto. Na sua significação em alemão, *Politik als Beruf* oferece compreensão indistinta e sem ambiguidades na medida em que *beruf* designa simultaneamente *profissão* e *vocação* e só o contexto do seu uso promove a distinção entre um e outro sentido. Já a significativa divisão entre viver ‘*da*’ política e

⁶³ *Idealtyp* no alemão original.

viver 'para' a política não oferece dúvidas nas intenções do autor em criar um disjuntivo *ideal-tipo*: os atores políticos agem debaixo destes dois limites de sentidos.

Porém, tal não opõe, nem exclui, as duas formas de estar na política mas sim compõe uma régua com dois sentidos a que os políticos, no exercício da sua atividade, se sujeitam. O esforço de Weber em manter este princípio, encerrado exclusivamente como tipologia, é tão evidente ao ponto de explicar, a certa altura do texto, que todo aquele que vive para a política acaba também por viver da política, mantendo-se também verdadeira a inversa, ou seja, os que vivem da política oferecem também algo à política. O *ideal-tipo beruf* é assim um constructo que tem como o objetivo operar entre limites por si enunciados mas não tem como causa final esses limites afetados às práticas de um *individuo-típico*. Entre viver 'da' política e viver 'para a' política há um amplo espaço em aberto com diversas equações possíveis.

Como acontece em quase toda a sua obra, Weber é produto da retidão intelectual embebida através do seu mestre Friedrich Nietzsche de quem herdou o sentido da conceção criteriosa (Morgado, 2017). É assaz evidente que Weber não transporta o pensamento dicotómico *apolíneo-dionísíaco* constitutivo da origem da tragédia (Nietzsche, 2002) para a sua perspetiva dual política. Não se trata de apor razão e loucura. É, contudo, também não menos evidente a constatação contrária como um dos princípios estatuidos da moral do campo político: é tão indigno confessar que se vive da política como cresce o sentido da honra em afirmar-se que se vive para a política.

Nesse sentido concebe uma tipologia na qual profissão e vocação não se excluem forçosamente nas práticas da atividade dos agentes políticos. As formas tipológicas dadas à prática por escolha estratégica do agir, a ação orientada segundo a imagem projetada de vocação ou o ato realizado segundo a crença da posse de uma existência forjada por um dom exclusivo, compõem alguns tópicos de análise que tanto podem expressar a noção de vocação porque inscrito no talento como a de profissão porque construída com abnegação e persistência.

7.5 O DEPÓSITO DE CONHECIMENTO E A ATITUDE NATURAL

A circunstância dos atores políticos apresentam um conhecimento teórico embebido em teses construídas *de e para* a política, recorta um entendimento específico organizador de discursos estrategicamente concebidos segundo uma consciência presente atravessada por um quadro dominado pela quiescência, na qual sobressai a exibição de uma conduta habitual comunicada

em tons naturalizados (Carter & Fuller, 2016). A consciência prática formada segundo os princípios estratégicos de um volume de conhecimento específico introduz, na generalidade dos atores políticos – através de uma transformação – um caráter dramaturgico de vivência disposto sob traços de orientação e fins específicos de *construção de si* (Foucault, 2008) arquitetado em obediência ao conhecimento julgado positivo e relevante para a imagem – a literalidade – com efeitos na relação com a totalidade da audiência (Goffman, 1986; Winkin, 1999). Este quadro de experiência de habilidade social impõe-se como estratégia ao agente político submetido ao princípio das *modalizações (keyings)* (Goffman, 1986) como manda a realidade: agir de acordo com os meios e fins e apresentar-se de acordo com o preceituado normativo.

Atores sociais dão vida à política e às ações tidas como aceitáveis e reconhecidas na construção das figurações do político e, no decurso, organiza-se a reprodução das fórmulas naturalizadas por serem consideradas genericamente já testadas e reafirmadas. O uso amiúde destas fórmulas pela generalidade dos atores sem se interrogarem, revela a apetência política para a sua apreensão na mesma forma como o sentido comum assimila práticas admitidas, porque reconhecidas, na abordagem de fenómenos. Alfred Schutz (1970) empreendeu na compreensão desta “realidade cognitiva incorporada nos processos de experiência humana subjetivas” (Schutz, 1970, p. 18) e, assente no pensamento fenomenológico de Edmund Husserl (Husserl, 2008), seguiu o princípio segundo o qual o mundo e a vivência presente contém muito mundo vivido no passado. O histórico tornado habitual contribui, a todo o momento, para “toda a esfera das experiências quotidianas, direções e ações” (Schutz, 1970, p. 16) com influência direta nas construções estratégicas com que os “indivíduos lidam com os seus interesses e negócios, manipulando objetos, tratando com pessoas, concebendo e realizando planos” (Schutz, 1970, p. 17), tendo em vista a realização dos seus propósitos.

A *atitude natural* colhida nas “condições para as ações de acordo com os objetivos à volta” tendo em conta “a vontade e as intenções de outros com quem se tem de cooperar ou lidar” (Schutz, 1970, p. 17), associado aos imperativos e normativos exteriores interiorizados pelos indivíduos compostos, ora em costumes e rotinas ora em atos de censura normativa, direciona as atitudes para atuações alicerçados em princípio realísticos e utilitários orientados no sentido pragmático do empreendimento. Como explicou James (1907), este pragmatismo só ocorre por existir, atrás das ações, um entendimento suportado tanto na reflexividade como nas crenças acolhidas pelos indivíduos como formas verosímeis, comum e socialmente aceitáveis.

Desta forma, os indivíduos estão na posse de um “depósito de conhecimento” que se estrutura numa escala gradativa entre elementos “relevantes”, “marginais” e “irrelevantes”. Numa escala avaliativa “podem ser precisos e distintos; outros vagos e obscuros” estando as escolhas dos atores, por isso mesmo, sujeitas a “incoerências e contradições” (Schutz, 1970, p. 18). À exceção destes últimos – cuja solução se realiza e encerra num processo interno de resolução de “dissonâncias cognitivas” (Festinger, 1962), o indivíduo não se mantém em estado de cálculo permanente. A crença quiescente no volume de conhecimento organiza a propensão pragmática cujo protocolo interno de confiança “evita que o indivíduo, enquanto permanece em *atitude natural*, procure um conhecimento que é necessário para a realização de suas operações e planos práticos”, genericamente obtidos segundo “um caráter de rotina” (Schutz, 1970, p. 18). A ‘atitude natural’ não só substitui a necessidade de plano como revela até que ponto os atores políticos estão na posse de conhecimentos que respondem imediatamente aos seus interesses mais imediatos.

Mesmo em situações de distância, os indivíduos colocados sob vivência e ação da política interligam-se a partir da circulação da produção de análises e investigações rapidamente integradas na organização da vida quotidiana dando lugar ao aparecimento de uma “base socialmente sancionada de inferência e ação” (Garfinkel, 2006) promotora de determinada forma usual e aceite de agir pela generalidade dos pares no seu quotidiano, o que só por si expressa uma cultura-mundo comum da ação política (Lipovetsky, 2008). Nesta aprendizagem os atores enfrentam a realidade segundo um método individual cujos traços práticos gerais, registados na consciência a partir dessas experiências, organizam um quadro de respostas idênticas para situações semelhantes.

A etnometodologia expressa as estratégias e os recursos práticos usados pelos indivíduos “para dar sentido, e ao mesmo tempo, realizar as suas ações de todos os dias” (Coulon, 1988, p. 32), nomeadamente no uso de fórmulas rotineiras regularmente reveladas na comunicação. Os etnometodólogos tomam como seu objeto o exercício da atividade frequente convertida em forma habitual de agir, decidir, refletir e discorrer pelos indivíduos. Deste modo, a etnometodologia, em vez de perseguir modelos sociológicos padronizados, concentra-se na prática social reflexiva, atribuindo-se a missão de dar relevo e “explicar os métodos de todas as práticas sociais” (Coulon, 1988, p. 32) através da “realização continuada dos seus agentes” (Coulon, 1988, p. 33). Para alcançar tal desiderato é fundamental analisar as “crenças e os

comportamentos de sentido comum” como componentes objetivamente necessários e incluídos em toda a “conduta socialmente organizada” (Coulon, 1988, p. 32).

A etnometodologia concentra-se na atenção dos atores para o recurso a indexações e o modo como se sustentam no conhecimento daquilo que é desejado pelo mundo para delinearem as suas interações e as produzirem de acordo com o desejado do mundo. O recurso a um catálogo recursivo apreendido e reservado – a *indexalização* – constitui uma espécie de antecâmara onde residem as reservas (Coulon, 1988, pp. 34–37), já testadas em quadros de experiência (Goffman, 1986) pelo histórico das ações. Cabem lá os recursos linguísticos descodificados e indexados disponíveis para manterem as práticas sociais coerentes e inteligíveis para todos os participantes. Decorre dessa premissa o princípio da responsabilidade, como se fora uma obrigação de prestação de contas – *accountability* – e que subjaz os descritores reflexivos tendentes a tronar as práticas não só racionalizadas como também partilhadas entre os atores (Coulon, 1988, pp. 44–49).

O campo político, constituído segundo uma espécie um domínio recursivo comum tem, na especificidade do manejo linguístico, uma pertinente aproximação à noção de *membro* (Coulon, 1988, p. 50). Um indivíduo está convertido em *membro* quando surge associado “a um grupo, uma instituição, o que requer o manejo progressivo de linguagem institucional comum” (Coulon, 1988, p. 51). A partir do momento em que o agente se sente afiliado na totalidade ao domínio político passa a ser um *membro* dessa área e, nessa qualidade, não mais necessita de se interrogar sobre o que faz ou diz. Passa a ser uma pessoa dotada de uma série de “procedimentos, de métodos, de atividades, de *savoir faire*” que o ajudam a idealizar “dipositivos de adaptação para dar sentido ao mundo” vivido (Coulon, 1988, p. 52).

7.6 CASOS PARADIGMÁTICOS DE ANÁLISE E AUTOANÁLISE DO MISTER POLÍTICO

O campo político é amplo em exemplos de indivíduos cujas vidas foram dedicadas longamente à atividade política. Para além da narrativa pública desses indivíduos se centrar, quase exclusivamente, na função política exercida, os próprios insistem paradoxalmente em classificar a prática política fora das práticas profissionais. Ao apartar seis casos específicos, atravessados por várias configurações dissemelhantes, nomeadamente distinta formação académica, divergente formação ideológica, diferenciadas experiências geoespaciais, projeta-se a

oportunidade para perscrutar o sentido autoatribuído de políticos quanto à sua relação com as suas práticas e à putativa caracterização profissional da política.

Tabela 4 - Atores políticos com atividade profissional da política

Nome	Profissão Civil	Partido	Cargos representação política	Tempo em cargos de representação	Idade (na final do último cargo)	Fonte
Anibal Cavaco Silva	Professor Universitário	Militante do PPD/PSD	Ministro das Finanças (1980-1981), Primeiro-ministro (1985-1995), Presidente da República Portuguesa (2006-2016)	22 anos	77 anos	Jornal "Público" (21.10.2005)
Mário Soares	Jurista	Fundador-Militante do PS	Ministro Negócios Estrangeiros (1974-1975), Primeiro-ministro (1976-78; 1983-85), Presidente da República Portuguesa (1986-1996)	22 anos	72 anos	Agência noticiosa Lusa, 25.10.2005 "Expresso" (Junho de 2007)
António Garcia Pereira	Jurista e Professor Universitário	Militante do PCTP/MRPP	Nunca acedeu a cargos políticos de representação.	-	-	Jornal "Correio da Manhã" (08.01.2006)
Fernando Henrique Cardoso	Professor Universitário	Fundador-Militante do PMDB (1980-1988); Fundador-Militante do PSDB (a partir de 1988)	Senador (1983-1992); Ministro das Relações Exteriores (1992-1993) Ministro da Fazenda (1993-1994), Presidente do Brasil (1995-2003).	20 anos	72 anos	Cartas a um jovem político (F. H. Cardoso, 2010)
Isaltino de Moraes	Jurista	Militante do PPD/PSD (1985-2005); Independente (2005-2013)	Presidente da Câmara de Oeiras (1985-2013) - Portugal, Ministro do Ambiente e do Ordenamento (2002-2004).	28 anos	64 anos	Jornal "I" (3.06.200)
Silvio Berlusconi	Jurista e Empresário	Fundador-militante Forza Itália (1994-2008); Polo della Libertà (a partir de 2008)	Primeiro-ministro - Itália (1994-1995; 2001-2006; 2008-2011).	11 anos	75 anos	Alan Friedman (2015)
Vitor Gaspar	Economista	Independente	Ministro das Finanças - Portugal (2011-2013).	2 anos	53 anos	Maria João Avillez (2014)

Tanto o antigo Primeiro-ministro e ex-Presidente da República Portuguesa Mário Soares e o seu rival Aníbal Cavaco Silva, também ele antigo ocupante dos lugares de Primeiro-ministro e Presidente da República, representam o quadro típico de dois políticos não só diferenciados pelos recortes ideológicos como colocados nos antípodas quanto ao estilo de estar, fazer e interpretar a política. Um progressista – Mário Soares – e outro conservador – Cavaco Silva – distanciavam-se em praticamente todas as dimensões de intervenção política.

Por seu lado, politicamente afastado dos dois, e adepto de uma conceção social de rutura revolucionária, apesar de nunca ter experimentado o papel de governante, Garcia Pereira, afigura-se um político irreconciliável tanto com Cavaco como com Soares na medida em que os princípios orientadores do seu partido, assentes numa base ideológica maoísta, se orientam para uma noção de sociedade-estado aglutinado, dirigida a partir de um centro aglutinador e distribuidor.

Neste pressuposto, Garcia Pereira, mostra-se um político irreconciliável com os cânones sociopolíticos defendido, por exemplo, por Isaltino de Moraes. Este, com praticamente uma vida dedicada a presidir um Município, primeiro através de um partido e, posteriormente, como independente, constitui um típico político praticamente entronizado com práticas tendentes à eternização (E. Silva & Martins, 2017a).

Por sua vez, o italiano Silvio Berlusconi, também antigo Primeiro-ministro italiano entrado na política pela via popular distingue-se, em praticamente tudo, de qualquer ligação com os anteriores. O seu *modus pensandi* parte de uma sobrevalorização do campo económico liberto de regulação e sem intervenção do Estado a quem é atribuído um papel mínimo. Deste modo entrevê a sociedade como um campo livre de lutas onde os mais fortes predominam sobre os mais fracos, os mais ágeis sobre os menos eficientes, os mais conhecedores sobre os ingénuos, prevalecendo o princípio do darwinismo social como modo de existir expressando-se, deste modo, uma separação entre dominadores e dominados como lei da natureza.

O entendimento do fenómeno político por parte de Berlusconi está nas antípodas do papel que Fernando Henriques Cardoso, ex-presidente da República Federativa do Brasil, atribui à noção de causa pública. Opositor ao golpe militar de 1964, Cardoso, tal como Mário Soares, esteve exilado no exterior. Autor do ‘plano real’, distingue-se por se estar na presença de um intelectual com uma vasta obra académica reconhecida antes de se dedicar à política e de, neste campo ter conseguido fazer parte do principal movimento brasileiro (MDB) que está origem de um dos

relevantes partidos políticos brasileiros (PMDB) e de, em consequência de ruturas ideológicas, ter fundado e dirigido o PSDB, base da sua candidatura à presidência da República Federativa do Brasil. O seu papel contra a radicalização no processo de transição para a democracia legou-lhe a auréola de político moderado.

7.6.1 Teoria do falhado na vida civil

Ser, ou ter sido, *profissional da política* é um tema nada pacífico entre os indivíduos cujas vidas, no seu período ativo – total ou em parte – se centrou na política. Os classificativos dos que dedicaram vida à política são totalmente irreconciliáveis com quem, por exemplo, dedica a vida à medicina – ou outra profissão qualquer. Qualquer médico aceita, reconhecidamente, que se lhe aponte o facto de ter feito uma carreira profissional na medicina e disso faz gaudio mas, em geral, o político não aceita que se aponha a palavra *profissão* à sua atividade ainda que esta tenha constituído a sua principal narrativa de vida enquanto mister ou ocupação. Para o político, a expressão *profissional da política* contém uma afirmação negativa de si e do seu papel, entregando-se à vontade mesquinha do uso da atividade para questões tão comezinhas como seja a utilização da política enquanto emprego com vista à sobrevivência.

(...) Eu não sou um profissional da política. (...) Todos os dias, sou um professor universitário e advogado, em regime de profissão liberal, não tenho dispensa de funções. Todos os dias tenho de ir ao meu escritório, todos os dias me chegam notificações, tenho diligências, tenho julgamentos, mesmo durante a campanha eleitoral. Nem tenho uma máquina partidária poderosa a apoiar-me, nem tenho essa posição de não ter “mais nada para fazer na vida”.
(António Garcia Pereira)

O agente que, para além de guiar a sua vida na linha da participação e aceitação na sociedade por dominar um ofício, ainda por cima se dedica à atividade política, reduz a a profissão exclusivamente à atividade do seu ganha-pão. Esta noção sugere que é político profissional todo aquele que não conseguiu consagrar-se a uma atividade ficando impedido de obter o reconhecimento geral pelo domínio de um mister ou uma técnica a que se dedicasse permanentemente como modo de vida. Não tendo imposto a sua figura comunitariamente através do labor, remete-se à condição dos que nada mais sabe fazer. Por disporem do tempo todo e estarem livres de outras preocupações, só a esses se atribui o epítome de ‘políticos profissionais’. O político profissional é, deste modo, auto entendido como uma figura sem outro préstimo e o seu acesso deve ser entendido como uma predisposição de abertura do domínio político à entrada de indivíduos sem demonstração anterior da posse de qualidades capazes de se autonomizarem. Por um lado esta visão orienta para o estado de dependência potencial para

estes agentes, colocando-os em situação de acomodação, submissão a um poder hierárquico. Ao mesmo tempo e, por outro lado, estabelece a linha divisória do caso particular e exemplar consagrado na singularidade da primeira pessoa.

7.6.2 Teoria da singularidade

Tal como Garcia Pereira, Fernando Henrique Cardoso, antigo presidente da República Federativa do Brasil, centra os argumentos da sua negação numa perspetiva interior ligada aos sentimentos em relação a outras atividades profissionais exercidas civilmente em narrativas anteriores à sua entrada para o campo da política partidária e representativa:

O facto de eu não ser um político profissional faz uma certa diferença. Eu me sinto mais professor e intelectual, no sentido do que se atribui normalmente à palavra 'político'. As pessoas não acreditam quando digo isso mas é verdade. O que me interessa, o meu quotidiano depois que eu deixei a presidência, não é voltar a ser presidente (Fernando Henriques Cardoso).

Sobressaem duas perspetivas de análise localizadas neste pensamento: a primeira liga-se noção de autoatribuição. Expressa a noção de que se é profissional do que se deseja ou desejou ser e não o que, por motivos ulteriores, se acabou acidentalmente por vir a ser. Trata-se de um ponto contrário ao princípio, segundo o qual, é a vontade do agente a determinar o seu percurso. Neste caso, ter sido político decorre mais de uma experiência obrigatória convocada pelo destino e menos de um plano de vida orientado para aquele fim. E, assim sendo, a atividade política deixa de estar no mesmo plano em que se coloca a profissão para o qual se trabalhou.

A segunda interpretação diz respeito à questão dicotómica, percebida pelo próprio arguente e na qual são separadas as atividades. Pode-se, em simultâneo, ser professor e presidente da república mas, perante a separação cronográfica evidente que se dá entre um e outro mister, o apelo de Henriques Cardoso converge para o seu ofício civil, assim querendo acentuar que só a decorrência deste último mister lhe é entendido como atividade profissional contínua. A circunstância da sua atividade original de pedagogo ter sido interrompida pela sua entrada na política e, posteriormente, esta última, ter sido descontinuada pelo regresso à atividade de professor, não o desloca da perspetiva subentendida de que a atividade política está atribuída a impossibilidade de, no seu caso, ser transformada em profissão.

A sua certeza profissional resguarda-se no entendimento do seu quotidiano não voltar a conter atividade política. O que aliás, para trás, quando ainda se não lhe colocara a questão do dilema em *sentir-se* académico ou político, jamais podia ser observada por inexistência de qualquer dúvida quanto à ocupação futura do quotidiano. Mas revela a perspetiva da experiência: só

depois de ter sido político é que Fernando Henrique Cardoso conseguiu não só teorizar entre ligar a noção de profissão à atividade política e explicar, como, por vezes, ser político se atravessa na vida do indivíduo sem que ele tenha planeado. Tal circunstância remete para a possibilidade do político também decorrer de um processo circunstancial, no caso, de pouco ou nada valendo se a tal decorre da aspiração pessoal ou não:

Não queria ser candidato e acabei sendo. A vida é mais complicada do que a nossa vontade. O que posso dizer com toda a sinceridade é que não estou me programando para viver a política partidária eleitoral no futuro. (Fernando Henriques Cardoso)

Apesar de tudo, uma dúvida persiste na interrogação sempre presente junto dos indivíduos possuídos por uma narrativa na política: são os homens que vão em direção à política ou a política que os captura um dia? A experiência narrada por Fernando Henriques Cardoso é a daquele a quem ocorreu a circunstância de ser *apanhado* pela política quando menos esperava e de, tal como na síndrome de Estocolmo (Eitinger & Weisaeth, 1980), essa captura se ter transformado em obrigação inconsciente de aplicação denodada. Tal julgamento explica a sua permanência no campo de luta política, do seu arrojado partidário – o que o levou, para além de fundar partidos, à disputa de duas eleições presidenciais –. Segundo este quadro, quando o próprio entendeu ter contribuído com a dádiva exigida pelo seu ‘captor’ deu por findas as amarras, renunciando à luta partidária como estado de clausura.

A ideia de clausura é, em geral, usada pelos militantes da política para passarem a ideia de dever altruístico e explicarem a sua dedicação desapegada a uma causa que, sendo de todos, só ao próprio foi confiada aptidão para cerzir o tecido político. Apesar de tudo, nesse caso, ainda que não decorrendo de vontade própria, pode ser colocada a hipótese de, perante os argumentos, o modo de político capturado configurar, pelo menos durante algum tempo, talvez sem se aperceber no momento, um ‘político profissional’:

Um político profissional nunca deixa de estar na briga partidária e sempre que pode é candidato. Para ele, perder a eleição é ruim, mas não concorrer é pior. Mesmo que perca o nome dele está ali. O bom é ganhar, claro, mas mesmo que não ganhe você está na briga, está participando, está vivo no mundo da política. (Fernando Henriques Cardoso)

A análise revela-nos também a possibilidade de se ser profissional da política, apenas e exclusivamente, no desenrolar da contenda partidária, findando-se essa mesma categorização aquando do abandono do campo político pelo agente, assim só se concebendo ‘a profissão’ no decurso da sua duração prática. Esta perspetiva, apesar de parecer esdrúxula à partida, constitui a reivindicação tácita do autor e do seu caso. Nos seus ensinamentos ditados em carta, FHC não

se coíbe de ensinar as estratégias ativas para “uma carreira” dos jovens políticos, nomeadamente uma preparação baseada na leitura de textos essenciais norteadores das práticas futuras.

Se for levado em consideração que Fernando Henrique Cardoso foi um dos líderes do histórico PMDB – prolongamento do Movimento Democrático Brasileiro – e cofundador do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), de acordo com os princípios da análise fenomenológica, são as suas próprias palavras que nos guiam para a certeza de que a sua categorização do “político profissional” situa-se mais próximo do domínio dos seus sentimentos sobre si e menos na dinâmica colocada na sua atividade papel com vista à transformação. Neste contexto aparta-se de todas as outras experiências exteriores idênticas à sua para as considerar, essas sim, vivências cometidas às estratégias e práticas dos verdadeiros profissionais da política. Dessa forma entrevê o seu caso numa circunstância única, nomeadamente de quem, tendo agido segundo as práticas gerais instituídas da política comum a todos, introduziu – ao introduzir-se – um caso particular adornado por um estatuto superior, assim se constituindo, como explicou Bourdieu (1979a), num caso extraordinário possuído por uma distinção particular que o separa de tudo o resto.

7.6.3 Teoria da atividade híbrida

O discurso político esconde – ou esconde-se – em variadas formas – ou fórmulas – nas quais uma afirmação aparentemente com determinado objetivo, tem atrás de si uma subliminar manifestação de declaração de amplo (re)conhecimento. Numa circunstância em que é, manifestamente, impossível conhecer *todos* e de todos ser *conhecido*, afirmar que *todos sabem* de certa característica de si, tem sobretudo como objetivo afirmar essa mesma característica como fator de autopromoção. A desatenção que subjaz revela o enunciar escuso da capacidade de uso da dissimulação como recurso discursivo, tendo em vista à construção do próprio na forma em que, em geral, se concebe a *boa pessoa*, epítome que acolhe a representação das coordenadas pessoais exigíveis a quem quer ser político. Todavia, desta forma, a afirmação revela-se dúplice dado que, para além desta propaganda de si, impõe-se, desde logo, uma espécie de repreensão, do agente político, à desatenção dos que não sabem. Esta espécie de censura localiza-se, contudo, nas subtilezas discursivas exigíveis da atividade, cujo objetivo se cumpre a ampliar afeições – tanto em grau como em número – por um lado generalizando –

para *generalizar-se* – e, por outro, construindo, em permanência, a imagem pública de honradez e honestidade.

“Os portugueses sabem que não sou um político profissional e que não são as honrarias do cargo de Presidente da República que me atraem” (Cavaco Silva)

A correlação entre ser “profissional da política” e a atração pelas “honrarias” do cargo aparta o agente político singular do comum das pretensões que, bem entendido, usam a política para adquirirem exclusivamente as benesses que a probidade do cargo traz aos indivíduos. Na política, este tipo de apelo à singularidade de si contém uma reivindicação latente de incomparabilidade na qual, o agente político justifica as suas convicções – mais apuradas e, objetivamente, com esmero superior às convicções da generalidade do campo – apenas aceitando a afirmação profissional cometida aos misteres da vida civil. A reiteração persistente da singularidade visa vincar, convictamente, a ideia como um princípio, e não como uma interpretação, da separação entre o lado civil capaz de gerar profissões e o campo político onde o agir se desliga das configurações de um profissional (E. Silva & Martins, 2017a). No caso de Cavaco Silva, como aliás acontece com outros políticos, esta é uma convicção mas não uma convicção com aplicação ampla e geral da política. Trata-se, antes de tudo, de convicção apenas a si aplicável.

“Eu tenho uma profissão que exerço. Não sou, de facto, um político profissional como os portugueses sabem. Não quer dizer que eu não respeite os políticos profissionais. Estou apenas a explicar a minha situação.” (Cavaco Silva)

Se no caso da Presidência da República, Cavaco Silva atribui aos “políticos profissionais” a busca das honrarias do cargo, o caso do acesso à Presidência de uma Câmara Municipal presta-se, declaradamente, a uma degenerescência. A administração municipal não gera um “político profissional” pelas mesmas razões aplicáveis, por exemplo, a um primeiro-ministro e Presidente da República. Neste caso a negação da profissão ocorre por se estar perante uma atividade configurada numa multiplicidade de atributos tendentes a diminuir qualquer pretensão profissional. Aqui o político, à partida, dilui-se numa impossibilidade técnica, transformando-se, por via da política e por obrigação atribuída à política, num profissional indefinido, para assim dar existência ao político não-profissional por decorrência do atravessamento da diversidade nas práticas, circunstância marcada pela atividade ligada a uma mescla de todos os setores da vida

em sociedade. A atividade política, vista neste termos, é remetida para um compósito híbrido e, logo, dominada pela indefinição

“Não me considero um político profissional, porque um presidente de Câmara acaba por ser gestor, assistente social, confessor, padre...” (Isaltino de Moraes)

Esta recusa em ser considerado um “profissional da política” entronca, também, no quadro da denúncia sublime da redução do estatuto daqueles que dedicados que se preparam a ocupar um lugar político, aí chegam deslocados de uma categoria social superior. Neste caso vigora o fetiche da humildade vertido num paradoxo assim expresso: enquanto o político se coloca no lugar de quem executa uma cedência abnegada de si, convertendo o campo político numa geografia de existência profissional subordinada, produz, em paralelo e na mesma afirmação, uma reivindicação altruística de quem se predispõe a descer na escala estatutária mas, em simultâneo, recorta para si a condição de *primus inter pares*, não em uma, mas em variadas posições sociais.

7.6.4 Domínio da persuasão e do missionário oracular

As leis gerais do campo político apresentam particularidades não transponíveis. Uma delas assenta na luta que se estabelece entre os atores e que leva, em determinados contextos, não apenas a fixar fronteiras entre eles, como a processarem-se evidências, as quais, regra geral, não funcionam apenas como elementos de reconhecimento entre os próprios atores, mas são também e, essencialmente, usadas como armas no campo de batalha. Esta procura usa a dissemelhança como objeto fulcral explorando com parcimónia o recorte das diferenças e o forçando a separação dos afeiçoados tendo em vista à realização de escolhas. Mesmo a discussão, aparentemente académica, com o objetivo de discernir se os indivíduos que agem na política são, ou não, profissionais, organiza um quadro enunciador demonstrativo do agente invulgar, favorecido por uma singularidade que o distingue. No caso de Mário Soares surge, desde logo, a preocupação primeira de dissociar a questão salarial como fator determinante para se dar a existência da profissão. A premissa é a de que não é a circunstância de se ser pago que dá lugar à condição profissional. É-se profissional da política por outras razões bem menos prosaicas e simples, nomeadamente porque tal constitui a ocupação da pessoa.

“Enquanto fui, durante treze anos, secretário-geral do PS, e sem nunca receber salário por isso, a minha profissão era ser secretário-geral do PS. Quando fui deputado e Presidente da República as minhas profissões eram essas”. (Mário Soares, Agência de Notícias Lusa, 25.10.2005)

As declarações de Mário Soares têm, contudo de ser enquadradas no contexto da luta em que se motiva, dado que o seu adversário, Cavaco Silva, exibia a sua condição diferenciada como atrás se analisou. Apresentados como candidatos às eleições presidenciais de janeiro de 2006, um e outro tentavam demarcar as suas fronteiras, autoatribuindo-se linhas de genuinidade traçadas sob uma moral superior. Decorre desta verificação a obrigação de se dissociar as posições vertidas de uma discórdia que acompanhava os dois candidatos políticos, e que se traduzia por posições antagónicas, que se jogavam nos interstícios de uma disputa eleitoral. Este tipo de posição remete para um significado cujo descodificador aponta para o princípio de que toda a afirmação do indivíduo agindo no interior da política tem de ser analisada sob os traços da prudência, objetivamente mantendo presente que uma das tarefas do político – tarefa essa convertida num dos principais mandamentos da política – é aproveitar todas as oportunidades, todos os ensejos e todos os canais, para ampliar a sua mensagem, empolgar a audiência e medrar o seu lastro. Seguindo este preceito analisado segundo o interior normativo da política, quando Mário Soares afirma:

"Realmente, sou um político profissional e não tenho medo de o dizer". (Mário Soares - Agência de Notícias Lusa, 25.10.2005)

como interpretar a sua posição em relação à resposta, totalmente contrária, dada à mesma pergunta, menos de dois anos depois?

Profissional de quê? Nunca fui profissional da política. [Antecipando a resposta à pergunta: Mas o senhor é um profissional...] (Mário Soares - Expresso, entrevista de junho 2007, republicada a 07.01.2017)

A tentação da avaliação moral constitui a primeira impressão que a ação política promove no indivíduo menos atento, ou mesmo distante do fenómeno. Trata-se de uma visão da banda de fora do cenário, experimentada pelos atores em confronto, cuja figuração não alcança a essência. Entre este *nunca ter sido*, agora a substituir a aceitação anterior de ser, efetivamente, *político profissional*, revela-se a plasticidade que dá formas maleáveis ao campo político e que autoriza o moldar dos seus atores, de acordo com as necessidades práticas do próprio campo, concebidas no reconhecimento da formação de lutas no seu interior enquanto substância material do campo. Persiste aqui uma conversão obrigatória, cometida aos que se propõem dedicar à política e se baterem sem reservas, tendo em vista a manutenção do recorte que especifica as particularidades e peculiaridades do campo. A percebida desconexão presente é, deste modo, uma avaliação com origem no exterior do campo da política e a persistência na

pergunta revela como essa incompreensão externa compõe, também ela, uma fronteira entre esferas.

Não [sou um profissional]. Tornei-me político pela força das circunstâncias. Nunca encarei a política como carreira nem como profissão e nunca ganhei dinheiro com a política, sempre perdi. Fui líder do PS [Partido Socialista] durante 13 anos e nunca aceitei um tostão do partido. Eu é que, muitas vezes, antes e depois de Abril, contribuí com dinheiro do meu bolso (...) [Respondendo à pergunta: Não foi profissional da política?] (Mário Soares - Expresso, entrevista de junho 2007, republicada a 07.01.2017)⁶⁴

Na qualidade de ex-agente desligado dos confrontos políticos de outrora, a visão do político como profissional retoma a necessidade de explicar a disponibilidade para se tornar um *servidor*, um prestativo cidadão que recusa a existência facilitada, certa e segura, da vida civil e a troca por uma vivência dada à incerteza, traçada pela aventura e dominada pela insegurança. Esta troca ocorre não por vontade que partia de si próprio, não por estratégia pensada de vida, não por vontade oportunista, mas sim por decorrência contingencial ligada à obrigação abnegada surgida nos interstícios do processo histórico e que, tal como o oráculo de Delfos, antecipa o conhecimento do destino altruístico. Este chamamento assemelha-se ao poder de atração de um campo magnético no qual o potencial político tem a propriedade eletrónica de um dos polos, enquanto o devir histórico atrai com o polo contrário. São as propriedades eletromagnéticas estabelecidas entre o campo e o agente que diluem a expressão do chamamento para dar lugar à atração entre os dois polos assim compondo a noção de destino político. É, segundo esta perspetiva das leis da física que a política se torna numa *missão*, mister apegada à função religiosa de entrega do indivíduo despossuído de interesses para o próprio:

Nunca olhei de outra maneira [uma missão]. Fui educado num meio republicano em que se separava a política dos negócios. Tive várias profissões na vida. Comecei por me licenciar em Letras e fui professor. Depois licenci-me em Direito e fui advogado. (...) (Mário Soares - Expresso, entrevista de junho 2007, republicada a 07.01.2017)

Ter uma missão não é o mesmo que ter uma profissão. Revela-se nesta aceção a distinção que visa separar dois mundos, que são produtores de peculiaridades exclusivas. Neste contexto, 'profissão' liga-se a atividades cujo fim é a participação no mundo dos negócios com objetivos claros de perseguição do dinheiro. Esse tipo de interesses fazem parte da esfera civil onde a

⁶⁴ Mário Soares, Presidente da República Portuguesa entre 1986 e 1996, em entrevista ao jornal "Expresso", disponível em <http://expresso.sapo.pt/politica/2017-01-07-A-politica-nao-pode-ser-uma-maneira-de-subir-na-vida>, acedida a 17.01.2017.

posse de capital - seja capital físico, seja capital social – serve para produzir segundo a dinâmica das trocas no meio económico.

O predomínio do sentido de transação que envolve a noção percebida de ‘profissão’ quando esta é atribuída ao mister político, é compreendido pelos praticantes como um rebaixamento da atividade o que, em si, se transforma no desacreditar de uma ocupação cuja natureza os próprios julgam dever ser considerada como um ato superior de existência porque associada à vigia e a decisões orientadas exclusivamente para do bem público.

O campo político distingue-se do domínio civil por cometer a si próprio o que é de todos, impondo-se cuidados no uso e forma de proceder sobre os cidadãos em geral. Expressa a noção de autonomia na sua génese, concebida de acordo com a exterioridade do campo, na relação entre os indivíduos, os quais, na sua dissemelhança, encontram na política e suas configurações, a esfera capaz de promover a salvaguarda do que é coletivo.

No meu regresso do exílio, o Zenha e eu resolvemos dar baixa na Ordem dos Advogados porque entendíamos que o advogado defende interesses privados e o político defende interesses públicos. As duas coisas são dificilmente conciliáveis.

O político constitui-se como guardião do bem comum. Só a defesa deste espaço, enquanto área intocada pelos interesses, exclusivamente privados, autoriza o ato individual. Na afirmação do *dever ser*, o ato político assenta na revelação permanente do carácter probo, merecedor de distinção, tendo em vista, em simultâneo, a realização de feitos e práticas consentâneas como obrigação e a receção do reconhecimento amplo da generalidade da comunidade.

Esta é uma premissa que, fruto das práticas reconhecidas pelos próprios atores da política, tende a ser colonizada por novas formas de entrever o papel do político. A introdução de novas visões no campo promove formas de proceder interligadas e a separação ancestral tende a promover interpenetrações formadoras de um *continuum* entre espaço público e espaço privado⁶⁵. Ocasiona-se assim uma nova relação indistinta entre poder económico e poder político:

[O serviço público] não pode ser uma maneira de subir na vida ou, muito menos, de fazer fortuna. Ministros, deputados, autarcas, devem ser impolutos, em todos os planos, como os magistrados e os altos funcionários do Estado. Ora, o que se passa na sociedade actual - não só em Portugal - é o inverso. As pessoas acham que se um político morre pobre é parvo, porque não soube ‘arranjar-se’! (...)

⁶⁵ Sobre as atuais relações entre espaço público e vida privada, ver Martins (2005)

A invocação para a mudança tem aqui a particularidade de revelar o percebido da realidade. E não deixa dúvidas de que a estruturação da esfera política percebe a qualidade dos seus alicerces, moldados segundo apelos na forma de reconhecer alguns dos seus integrantes, nomeadamente compostos segundo o desejo imediato de promoção social, a ambição pela construção de uma malha relacional de poder com vista a prolongar a presença do agente e a reconversão do poder político em poder económico. Em simultâneo vigora a crença de que, na transmutação, *o dever ser* político se funda na acumulação individual por via do uso da astúcia:

(...) Está a desaparecer o sentimento de honra - e o prestígio - do exercício de funções públicas.
O que é terrível para o futuro das democracias

A reivindicação da honra enquanto sentimento altruístico, decorrente do desapego, revela que, tendo por base a política, o mercado do reconhecimento simbólico tem perdido valor para o mercado do reconhecimento material dando-se, nesta relação de troca, uma recomposição do entendimento social, não apenas da relevância do campo político, mas também do que ele pode ofertar, enquanto prémio, aos que a ele se dedicam.

7.6.4 Introdução ao político antipolítico

Enquanto a política é concebida como o campo com o potencial de poder para projetar ou promover alterações na sociedade civil, os agentes *civis* que lutam pelos seus interesses - pessoais ou grupais - estruturam-se como inimigos da política. E é como antipolíticos, imbuidos de uma missão precisa que os cidadãos acedem ao espaço da luta política.

“Nunca gostei da política. Não sou um político profissional. Sou um empresário. (Silvio Berlusconi, in Friedman (2015))

Por trás da afirmação do agente político, esconde-se genericamente uma formação pessoal concebida segundo o princípio divisor do que é interno e externo à política para, desta forma, se dar uma perspetiva maléfica da política e dos que, em geral, revelam possuir requisitos e qualidades exigidos pelo funcionamento do campo político. Este entendimento afirma a noção de superioridade dos que apresentam um historial de existência com biografia realizada na vida civil. Nestes casos, vamos encontrar um discurso negativo, cuja origem se localiza, não só nos interstícios de uma ancestral desconfiança generalizada da política (Arendt, 2007), mas também em estratégias estabelecidas pela geografia civil, cujos desejos de ampliação da capacidade de

influência e intervenção na política passam, antes de mais, por manchar a esfera pública, através da constante depreciação das qualidades técnicas dos agentes que lhe dão forma.

Dá-se então a circunstância de se saber até que ponto o discurso antipolítico não configura, ele mesmo, uma nova tipologia de político. Seguindo a divisão percebida na reivindicação da superioridade moral do *agente político civil*, esta constitui uma forma de exploração da amplitude, provavelmente infinda, do próprio espaço político, tendo em vista, não a substituição de qualquer inaptidão generalizada, mas à introdução na política de desígnios que lhe são exteriores, para, dessa forma, se proceder à alteração do seu objeto fundamental, que radica na instituição daquilo que seja capaz de albergar as diferenças de uma comunidade.

A fórmula usada assenta, à partida, numa aparência plausível, através da introdução do sempre renovado pensar diferente e da agitação, através da aparente noção de dissemelhança lícita, como motivações conflitantes, suscitadores do constante desabrochar de interrogações, no quadro das dinâmicas que configuram as disputas legítimas, próprias da litigância interna ao campo político. Essas lutas, internas ao campo político, ocorrem a tempo inteiro.

Por essa razão se impõe aos agentes a sua presença permanente, de forma a não sofrerem derrotas, por falta de comparência, no campo da controvérsia. A ideia do político a tempo parcial – ausentando-se confiantemente do campo político, para se ocupar da vida civil – acarreta custos muito altos aos que não compreendem a diferença do agir profissional e as consequências negativas pela expectativa do agir político de outros em seu benefício

“[Os] políticos profissionais a tempo inteiro são uns parasitas que me usaram” (Silvio Belusconi, in Friedman (2015))

Discutir se se é, ou não, *profissional da política*, tende a ser valorizado no mercado da disputa política. O recurso à perspetiva económica encosta-se à dicotomia contabilística, que releva e distingue aqueles que vivem *da* política e aqueles que vivem *para* a política (Weber, 2005b). Apesar da formulação weberiana convocar alguma complexidade – como, por exemplo, a de se saber, se porventura quem vive da política está condenado a ser mau político – a simultânea introdução da linguagem biológica não só prova a riqueza de recursos do discurso político, como também comprova a possibilidade da sua simplificação: um parasita é um organismo que vive às custas de outro organismo, logo, um político a tempo inteiro é um político que, vivendo às custas da política, é um político que não é de uma classe ociosa, como explicou Veblen (2001) –

referindo-se aos que vivem de nada fazer –, sendo antes de uma categoria perniciosa, mais de acordo com os que destroem os que são úteis.

A repulsa promovida por qualquer parasita expurga dos sentidos, no imediato, qualquer possibilidade de haver bons políticos dedicados a tempo inteiro à política. Este tipo de abordagem invetiva, nas subtilezas da sua elucubração, não só a diabolização da classe dos políticos, exclusivamente dedicados à política como também assegura a inversão das relações de poder no interior da política com vista ao seu enfraquecimento. Ao mesmo tempo que se afirmam melhores políticos, ou mesmo antipolíticos, os indivíduos que se intrometem na política mantendo atividades económicas no mundo civil não vislumbram nenhum problema conflituante com a sua condição⁶⁶.



Figura 14 - Cartaz anunciando o debate político "Queremos ser governados por profissionais de sucesso ou por dependentes da política" em Matosinhos – Portugal.

O *antipolitismo* é, desta forma, usado como nova arma política, com vista à transformação do campo político. Neste particular, as formas do *antipolitismo* e da sua apresentação *na* política como adverso à própria política, constituem estratégias práticas, que têm em vista não a aniquilação do campo, mas, pelo contrário, a introdução de alterações nos seus alicerces mais profundos, com o objetivo de aplanar a superfície, para desse modo se proceder à

⁶⁶ Confirmando o avanço da perspetiva do *antipolitismo* no campo da opinião pública, é assaz elucidativo o título do debate "Queremos ser governados por profissionais de sucesso ou por dependentes da política?" organizado por um grupo de cidadãos no dia 11 de Fevereiro de 2016 no Orfeão de Matosinhos. (Cfr. Jornal de Matosinhos, edição de 03.07.2017)

transformação do campo político, numa geografia de acesso fácil, manuseável e usável, de acordo com os princípios da utilidade económica.

A exploração da política como uma disciplina com propriedades puras, magistralmente executada, segundo as leis do manuseamento linguístico político, não só revela quanto o campo político é aberto à entrada de forasteiros, como também quanto faz alastrar estas entradas, socorrendo-se de uma aparente linguagem neutra e de uma dissimulada confissão de humildade vocacional, que não são mais do que a afirmação de um político crítico, de determinada configuração, e que, simultaneamente, promove uma nova espécie de político de, porventura um político apócrifo.

“Não tenho vocação para resolver problemas de pura política” (Vitor Gaspar in entrevista a Maria João Avillez (2014))

Impera, pois, o apelo ao domínio da economia sobre a política. Trata-se de um silogismo que ocupa espíritos, geralmente reservados no exterior do campo político – mas predispostos à entrada em campo a todo o momento – e cujo entendimento é o de que a atividade política deve submeter-se aos ditames do determinismo económico e aceitar o seu diretório. Este raciocínio esconde a presunção segundo o qual existe um jogo entre doutrinas disciplinares e que, nessa contenda, se dá uma subordinação de uma à outra.

A base para este julgamento assenta no enunciado segundo o qual a economia está possuída pela disciplina, enquanto a política, pela sua natureza dissensual, congrega a indisciplina, sendo esta o seu estado mais puro. Esta apreensão relativamente ao campo político provém, regra geral, do pensamento antipolítico, cuja natureza se entrevê encerrada numa realidade dominada pela rigidez positivista e que dá corpo a um tipo de indivíduo “sóbrio, contido, objetivo, rigoroso (...) baço e cinzento, sem chama nem brilho, ou rasgo de qualquer espécie” (Araujo, 2016, p. 66), cultivado numa auréola de seriedade intelectual assética e, por isso, «desinfetada» da política.

7.7 CONVOCAÇÃO PARA A POLÍTICA

7.7.1 A política como não-profissão

As alegações justificativas da refutação são geralmente acompanhadas de argumentos que, em certa medida, ajudam a compreender a existência da uma malha mental dominante, apesar de assente no paradoxo da inexistência de regularidade argumentativa para a aversão à condição

profissional da política. Os fundamentos assentes nesta fragmentação produzem, todavia, explicações e justificações diversas que, conjugadas, guiam para um quadro de reclamação da dissemelhança em que se reconhece o apelo ao caso particular cujas especificidades fariam do sujeito, não um profissional da política, mas alguém com um estatuto distinto, mais próximo de designios aristocráticos e menos ligada a expressões banais da vida quotidiana.

A aversão à conotação profissional não é, todavia, um desgosto amplificado para todo o jaez político. Trata-se, como já se viu, de uma exclusiva negação do *seu* caso particular, portanto uma peculiaridade atribuída a *si* e não aos outros. Comumente inexistente uma afirmação coletiva clamando pela não classificação da política como atividade capaz de ser vivida como uma profissão, o que deixa antever a possibilidade de, os próprios políticos que se afirmam distantes da vivência profissional reconhecerem, no esforço pessoal e íntimo de distanciação, a existência prática dessa mesma realidade.

7.7.2 Percurso, carreira e missão

O princípio da neutralidade axiológica (Weber, 2004a) segundo a visão de Freund (2003), praticamente introduzida como uma quase exigência pela reivindicação tácita dos dedicados à política, situa o modo expressivo neutro na forma do *percurso*. Apesar de todo o profissional ter um percurso, o facto de este ser reafirmado como *político*, desloca o seu sentido para a singularidade, sempre exigida pelos seus atores, da ação política. Para o agente da política ter um *percurso político* não é o mesmo que ter uma *carreira política*.

Enquanto sentido atribuído à ideia de trajeto as duas formulações assemelham-se. Todavia a *carreira* remete para um plano antecipado concebido com base em estratégias ativas e orientadas para o fim antecipadamente projetado. Contém a construção social do indivíduo orientado para determinado fim, facto que retira os traços de santidade e virtuosismo necessários à qualificação do indivíduo político como um *primus inter pares*.

À noção de *percurso* ajusta-se a ideia de trilho desbravado, sob uma geografia dificultada, onde antes inexistia qualquer perspectiva de carreiro por onde caminhar. O *percurso político* está muito próximo da forma *simmeliana*, que encontra uma quase magia na imaginação da ponte que liga as duas partes, apesar de toda a natureza se opor à vontade humana de ligar – inclusive de, no período anterior, só haver sentido para o desligado (Simmel, 1996). No sentido político, o

percurso tem uma antecâmara que, antes de se mostrar, reside, como mestria, no interior do ator político.

O trilho tacitamente reivindicado pelo agente político é, em todo e qualquer caso, uma senda pessoal, uma biografia única e irrepetível e a sua aceitação como fórmula singular esconde o apelo de originalidade, tanto na descoberta, não só de um novo sentido, como na marcação, na história ou na geografia, de uma nova rota, por si delineada, e útil para o futuro comum. A singularidade do percurso político inscreve-se também na possibilidade de um legado aos vindouros, uma espécie de pauta escrita sob os tons e os sons em que fica registado o contributo de um indivíduo para a simplificação existencial de um ou vários aspetos da vida futura.

No sentido geral em que se inscreve, a *carreira* remete para coisa feita, já realizada, algo com manifestação exterior. Sendo certo que só o exterior sanciona a obra política e a torna visível, no espírito do político subsiste o princípio da sua condição interior especial, geografia de onde brotam todas as ideias, todas as obras. Foucault dá uma ajuda a esta cogitação, quando afirma a vontade do indivíduo e a sua manifestação como fatores primordiais no seu passo em frente em direção à política.

Apesar de Arendt (2007) localizar o nascimento da política na relação entre homens dissemelhantes, que consoem um campo análogo entre si – logo colocando a política no exterior dos homens –, a intangibilidade das relações dá lugar à procura de um objeto concreto e corpóreo, que a substitui imediatamente pela natureza autocentrada dos indivíduos. Os interstícios do distinto animal político de que falava Aristóteles e que colocam o centro da política no interior do indivíduo ganham relevo na constituição das práticas. Ser político, porque se possui a política no interior de si próprio, faz do indivíduo, assim feito, alguém com qualidades extraordinárias, se não mesmo incomuns. A ideia da política autocentrada induz o sentido da autoatribuição, forçando a ambição por um descritor superior, nomeadamente a atribuição de uma disposição hiperbólica. Mas, simultaneamente, essa ideia de política é deferente e marcada por uma postura de modéstia, capaz de ser interpretada como a humildade dos desapegados.

A ideia de *missão*, não raras vezes veladamente reivindicada pelos agentes políticos, compõe uma dimensão da análise, que apenas na aparência não é introduzida por Weber na forma pura da política como mister. Ser considerado «missionário» é uma afirmação estatutária, uma espécie de avaliação moral, traduzida por reclamar um lugar superior de classe na hierarquia

das narrativas de vida política. Trata-se de querer ser reconhecido como alguém que cede a si mesmo, sob forma abnegada, aceitando inclusive introduzir no seu interior um adestramento sob violência e que, na decorrência, ao executar um desempenho extraordinário, provoca um empreendimento engrandecido ou enobrecido. A *missão* constitui uma pretensão santificada, na qual o indivíduo se autoatribui a posse interna da capacidade de entrever, a jusante, o futuro dos interesses comuns. Neste caso, revela-se a presença do “*dom da graça*”, traduzido no “carisma”, composto pela “entrega plena e individual e a confiança pessoal em revelações, no heroísmo ou noutras qualidades de chefe”, só possíveis em espíritos incomuns como “o profeta” ou, no campo do político, “o chefe guerreiro eleito, o governante plebiscitário, o grande demagogo ou o líder do partido político” (Weber, 2005b, p. 9), características que apelam ao fascínio e ao magnetismo, como faculdades virtuosas exigidas a todo o profissional da política.

A perceção missionária pode também ocorrer de um crédito atribuído ao político pelo acontecimento positivo extraordinário resultante da pura sorte ou até por uma conjugação de fatores diversos cujas consequências não decorrem forçosamente do ato racional orientado para aquele fim. Sucede assim o caso da ideia de *missão* não constituir mais do que uma decorrência possível na régua de possibilidades do tipo-ideal localizado entre a vocação e a profissão de político. Na medida em que ambos estão associadas a uma formação com objetivo determinado na busca do poder, profissão e/ou vocação constituem-se descritores localizados a montante. Inscrevem-se no “‘eterno ontem’, do costume consagrado pela sua imemorial validade” (Weber, 2005b). Esta circunstância norteia para a incorporação de uma corrente de tempo que outorga ensinamentos e garante os indivíduos de estruturas pessoais e estratégicas necessárias à conservação na geografia política.

8 ABORDAGEM METODOLÓGICA E EXPERIÊNCIAS DO CAMPO

8.1 ARTICULAÇÃO ENTRE AS CULTURAL STUDIES E A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO

Enquanto forma de ser, pensar e agir, a política é o resultado de uma estrutura produzida e produtora de cultura, estando intimamente relacionada com o carácter recursivo da vida social, na qual os indivíduos contribuem ativamente com as suas ações, solidificando as estruturas e frutificando, nesta reciprocidade, as condições produzidas e construídas para o exterior. Nos recursos circulares que alimentam a unidade individual e sustentam o universo total, escondem-se, tal como em qualquer sistema vivo, níveis de realização e interpretação particular dos papéis individuais localizadas nas ações rotineiras que granjeiam e dão forma às práticas, fundamentando a caracterização do mister profissional do político.

Esta circularização tem na rotina dos seus agentes um refúgio gerador de segurança, um processo “vital para os mecanismos psicológicos por meio dos quais um senso de confiança ou segurança ontológica é sustentado nas atividades cotidianas [quotidianas] da vida social” instigador de estabilização tanto dos indivíduos, das organizações como do sistema sustentador da vida social em geral. A “consciência prática” revela-se como fator primeiro na atividade política e os modos de fazer e realizar tendem a fixar-se em fórmulas já testadas e válidas das quais a experiência já expurgou as ações infrutíferas ou sem relação com a práxis. A rotina compõe-se como um elemento regulador “entre o conteúdo potencialmente explosivo do inconsciente e a monitorização reflexiva da ação que os agentes exigem” (Giddens, 1984, p. 25), formando um propósito interiorizado da realização simplificada no qual impera a serenidade do espírito indubitável e infalível.

A consciência prática traduz-se na aprendizagem naturalizada dos indivíduos num processo indelével com ocorrência histórica longa do qual estes não se apercebem nem se questionam, mas que pode ser sociologicamente captado para além do que é mostrado sob a capa da aparência ou sob o entendimento superficial dos discursos. É através da componente dual entre estruturas e práticas que os indivíduos se tornam profissionais da sua arte e, ao mesmo tempo constroem a noção de existência profissional recorrendo a estratégias com características particulares determinadas pelo próprio campo em análise. A “monitorização reflexiva da ação” política (Giddens, 1984, p. 25) só pode ser entendida através da compreensão e interpretação da consciência prática dos agentes (Schutz, 1979), pelo que só escutando e analisando, profunda e conceptualmente, os seus discursos, as suas narrativas e conhecendo as suas

práticas, se pode almejar a identificação das dimensões conceptuais da sua existência profissional.

Esta investigação enquadra-se na tradição de estudos da antropologia e sociologia política, de comunicação e cultura, perseguindo através da noção de multiplicidade, pluricausalidade e interlocução, um diálogo dos vasos comunicantes de escolas e recortes académicos diversos. Situa-se num domínio interdisciplinar que cruza variáveis de campos disciplinares aproximados entre si. Com esta amplitude, diversidade e profundidade de análise, tendente a alcançar as pessoas tal como elas são (Hoggart, 1957). Almeja atravessar o entrelaçamento das práticas vertidas nas estratégias individuais e as conceções comuns e genéricas não prescritas, nomeadamente nas fórmulas inquestionadas traduzidas nas rotinas naturalizadas como condutas habituais. Estas particularidades estão na origem da abordagem cultural que entende ser possível reconstruir o comportamento padronizado e as constelações de ideias compartilhadas entre os membros de uma comunidade ou sociedade (Storey, 2003).

Parte-se do entendimento que a investigação sobre os recursos práticos do agir, com vista à vivência na política como um mister, deve ser acolhida nas *cultural studies*, campo disciplinar em afirmação desde a década de oitenta do século XX e cuja viagem conceptual conseguiu ultrapassar as suas origens críticas localizadas em abordagens pós-coloniais de cariz neomarxista. A sua afirmação posterior além do campo da literatura e dos *media*, refundando-se e estendendo-se “no confronto com novas abordagens teóricas, umas anglo-saxónicas, designadamente a etnografia, o interacionismo simbólico e a etnometodologia; outras de inspiração francesa, como foi o caso do estruturalismo, do desconstrutivismo e das análises de Michel Foucault sobre poder e a dominação” (M. L. Martins, 2011, p. 32), habilitou as *cultural studies* com ferramentas metodológicas capacitadas para a compreensão de atravessamentos dominados pela complexidade. Deste modo, colocou-se perante a circunstância de se constituir num campo disciplinar heterogéneo, ajustado à realidade paradoxal e moldável e às dinâmicas e mutações sociais aceleradas, assim respondendo a novas exigências na produção de conhecimento científico.

A diversidade conceptual nos estudos culturais cultivaram a vantagem de não constituir uma área disciplinar enclausurada, ligando-se, neste particular, pela via positiva, aos resquícios da “insatisfação com algumas disciplinas e os seus próprios limites” (Hall, 1980, p. 7), constituindo essa a razão na base do seu rápido florescimento. Apesar de tudo, não se deve confundir esta

afirmação com ausência de fundamentos disciplinares metodológicos conducentes a respostas de cientificidade. Aliás, pelo contrário, os estudos culturais assentam as suas bases na multidisciplinaridade teórica e na pluridisciplinaridade metodológica com vista à compreensão mais aproximada da realidade social (Mattelart & Neveu, 2003). De acordo com Moisés Martins “não existem *cultural studies* sem estudos dos *media*, sem sociologia e sem antropologia” (M. L. Martins, 2011, p. 271), constituindo a articulação destes três vetores, as veias fundamentais do tronco desta área de conhecimento humano e social.

A dinâmica relacional decorrente de plásticas sociais aprendidas no decurso dos conflitos, latentes ou manifestos, introduz a compreensão das estratégias dos indivíduos agindo no campo político na expressão significativa e interpretativa dos estudos culturais. O pensamento de Moisés Martins orienta-se para esta premissa quando explica que a área disciplinar “mantém a dimensão política dos estudos sobre a cultura mas a perspetiva desloca-se progressivamente num sentido sociológico e antropológico dado que se passa a interrogar o modo como a cultura de um grupo social (...) funciona como contestação da ordem social, ou então, inversamente, como reconforto das relações instituídas de poder e dominação” (M. L. Martins, 2011, p. 31). A política feita em modo de vida, tema aqui proposto para investigação, a exatamente perante configurações disciplinares que tocam as ciências sociais, nomeadamente, a sociologia, a antropologia e a filosofia política entendidas globalmente na vertente cultural que atravessa a prática da ação humana nas relações de poder.

8.2 PARA UMA ANÁLISE EXTENSIVA E INTENSIVA DO FENÓMENO

Recorre-se nesta investigação à coleta e análise de dados estatísticos em dois estudos construídos como sustentáculos experienciados da problemática aqui tratada. Essa estatística baseia-se numa minuciosa colheita de dados de todos os concelhos do país, à data da entrada em vigor da lei de limitação dos mandatos autárquicos e recorre aos relatos da generalidade da imprensa regional para conhecer as movimentações com vista à conservação do poder dos partidos políticos. Por outro lado, elenca, estatisticamente, as profissões dominantes, cruzando os dados profissionais das fichas dos deputados à Assembleia da República com os dados de empresas participadas por esses deputados com contratos públicos registados na base online do Estado.

Desse modo, são respondidas questões que se não poderiam colocar, dada a natureza silenciosa do cruzamento de dados estatísticos de duas bases de sondagem aparentemente desligadas entre si. Trata-se de usar o entrecruzamento e transformar dados secundários que, relacionados entre si, geram informação nova e pertinente que, de outra forma, pelo seu caráter sensível e desconexo, manter-se-iam inexistentes.

Sendo certo que a associação de dados produzidos por duas realidades tende para a demonstração estatística expressa numa correlação, o campo político propende para a produção de associações de variáveis interdependentes só possíveis de operar a partir da divisão – *di-visão* como observa Bourdieu (Bourdieu, 1984). Esta circunstância impõe a necessidade da decomposição da totalidade da variável independente em partes para, a partir das partes decompostas, encontrar as relações associadas entre partes das variáveis dependentes, também elas escondidas numa outra totalidade e por isso também carecida da mesma *di-visão*. Trata-se de perceber a necessidade de dividir a totalidade para encontrar as particularidades que compõem essa mesma totalidade. A *di-visão* não é mais do que um processo de afastamento da visão subjetiva dada, para empreender na visão objetiva acobertada.

Utiliza-se assim técnicas atribuídas ao método de medida ou análise extensiva cuja natureza assenta no manuseio de dados quantitativos. Estes permitem o conhecimento de aspetos temáticos decorrentes do estudo de populações amplas, da qual não é possível contactar com o universo. Trata-se de um procedimento de análise que possibilita um caráter padronizado em que a conseqüente produção, recolha e análise de dados permite comprar elementos sob várias perspetivas.

A essência desta investigação assenta todavia no método de análise intensiva, processo de investigação sociológica que se destina a estudar um fenómeno concreto, cuja realidade complexa impõe uma abordagem multidimensional. A cuidada observação dos aspetos causais à volta do objeto em estudo, o exame sistemático da sua evolução e a relação metódica com os outros fenómenos que o rodeiam, configuram passos cuja consistência concorre para a coerência dos resultados. De acordo com Lazarsfeld (1972), o método de análise extensiva debruça-se sobre situações que constituam protótipos e a sua aplicação proporciona a compreensão aprofundada de “certos fenómenos apoiados no pressuposto da maior relevância do aspeto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais” e, nesse sentido,

visa ultrapassar a “incapacidade da estatística de dar conta dos fenómenos complexos” (Haguette, 1992, p. 63), como é o caso da cultura política.

O método de análise intensiva mostra-se flexível do ponto de vista das técnicas e centra o seu interesse na análise profunda do pormenor. Concentra-se geralmente em poucas unidades de observação e proporciona conclusões de nível analítico. Baseia-se em metodologias qualitativas, proporcionando um conhecimento “tanto as estruturas quanto os microprocessos de ação social”, sendo que, todavia, estes “devem ser conhecidos, analisados e interpretados, cabendo a cada um a metodologia que melhor se adequa ao problema que se deseja investigar” (Haguette, 1992).

As conveniências deste método evidenciam-se na profundidade que impõe na análise do objeto de estudo, fundada num olhar sobre múltiplos aspetos, ângulos e dimensões, permitindo, dessa forma, chegar às principais variáveis do fenómeno. O método de estudo de casos autoriza ainda uma ampla escolha em matéria de técnicas de investigação, propícias não só para a diversificação mas também para a contextualização e evolução do fenómeno social a estudar. Esta flexibilidade concorre para o ajuste necessário à prática das técnicas mais adequadas, em geral determinadas em função do objetivo. Por serem muitos os dados gerados, o método de casos ou análise intensiva, impõe uma obrigação superlativa ao investigador na medida em que dependerá de si e das suas capacidades a emergência de um processo de análise baseado na interpretação desses dados.

8.2.1 Entrevistas Semiestruturadas

O recurso à entrevista semiestruturada é uma das técnicas usuais nos estudos interpretativos com vista ao conhecimento, em profundidade, de um fenómeno. Neste tipo de entrevista o tema é indicado ao entrevistado e este goza de um elevado grau de liberdade dentro da temática proposta. Revela-se, deste modo, um processo de interação com alguma plasticidade e, por isso, torna-se “adequada para aprofundar um determinado domínio, ou verificar a evolução de um domínio conhecido” (Ghiglione & Matalon, 2001, p. 70). Apesar dessa liberdade, mantém-se o fio condutor temático, enquanto a interação entre entrevistado e entrevistador, promovem a agitação permanente tanto da memória como o pensamento, numa permanente confrontação de dados falados com vista a descoberta consciente do entrevistado. O resultado prático deste tipo de entrevistas é o acesso a uma elevada quantidade de dados qualitativos e a possibilidade de descoberta de informações desconhecidas.

Trata-se de um tipo de entrevista que possibilita a expressão de uma linha continuada de um tema específico de análise que, ao desligar-se da rigidez da entrevista estruturada, recolhe não só um maior número de dados como também permite o aparecimento de informações novas, por vezes só detetáveis nessa interlocução entre as partes envolvidas. Definida como um processo de interação social entre duas pessoas em que “uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (Haguette, 1992, p. 86), a entrevista constitui só por si uma ferramenta extraordinária não só de reconstituição do passado, mas também de esclarecimento cognitivo.

Para além da memória, a entrevista semiestruturada introduz a anamnese do entrevistado. A convocatória de reminiscências introduz o apelo ao ato racionalizado. Não se trata apenas de verter o passado para o presente, mas de obter o esforço do interlocutor no relato, correlacionando os factos entre si. Neste particular cabe ao entrevistador ter em consideração não só o que é revelado mas também como é dito. Implica, por isso, além da preparação, uma atenção superior do entrevistador quanto às representações, ao imaginário e à manutenção dos discursos dentro dos limites da realidade.

No fundo subsiste a particularidade de ser a forma mais “adequada para aprofundar um determinado domínio ou verificar a evolução de um domínio conhecido” (Ghiglione, 2001: 89). A construção de um guião, cuja ordem não é forçoso seguir, segue um esquema que “estrutura o indivíduo” (Ghiglione, 2001: 84) e permite ao entrevistador a certeza de abarcar todos os temas e ângulos necessários à construção dos dados que sairão da entrevista. Isto porque, na entrevista semi-diretiva o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reações por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas fixado uma orientação.

Das 72 entrevistas solicitadas aos agentes políticos locais foram realizadas um total de 41. Esta amostra não representativa, de cariz acidental, não persegue qualquer generalização ou inferência estatística. Contudo, a demonstração quantificada de alguns dos seus dados, mais do que concorrerem para uma caracterização mais ou menos aproximada da população estudada, possibilitam a constatação e compreensão dos perfis que concorrem para a sua criação.

Tabela 5 - Entrevistados do concelho de Celorico de Bastos

Entrevistados – Celorico de Basto					
Partido	Nome	Habilitações	Profissão	Cargos	Foco
CDS	Altino Bessa	Licenciatura em Engenharia Florestal	Empresário	Vereador da Câmara de Braga; Deputado à Assembleia da República; Presidente da Distrital de Braga do CDS.	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral da política
CDS	Castro Leal	Licenciatura	Advogado	Cabeça de lista à Assembleia Municipal em 2005; Candidato à Câmara Municipal em 2013; Presidente da Concelhia do CDS de Celorico de Basto;	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral e local da política
CDS	João Pulido	7.º Ano liceal	Agricultor Reformado	Presidente da Câmara Municipal (1976 – 1989); Vereador (1989-1993). Em 1993 concorreu nas listas do PSD em 4.º Lugar tendo sido assessor de Albertino Mota e Silva.	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão local da política
PCP	Heitor Marinho	Licenciatura	Professor Ensino Secundário	Representante e militante local do PCP	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral da política
PS	Eduardo Magalhães	Licenciatura	Advogado	Coordenador do PS local; Vereador da Câmara Municipal de Celorico	Perfil político; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral da política
PS	Jorge Teixeira	6.ª Classe	Empresário	Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Castelo	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral e local da política
PS	Fernando Albino Freitas	9.º Ano Escolaridade	Técnico de contas	Vereador Câmara (1982-1985; 1989-2001)	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral e local da política
PSD	Albertino Mota e Silva	Licenciatura	Professor	Presidente da Câmara de Celorico de Basto, Presidente da Concelhia do PSD	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral da política
PSD	Inácio Silva	Licenciatura em Engenharia Eletrotecnia e Máquinas	Professor ensino secundário e ensino especial	Vereador (1997-2017)	Perfil político; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão local da política
PSD	Joaquim da Mota e Silva	Licenciatura	Técnico Superior Empresa Municipal Qualidade Basto	Presidente da Câmara Municipal (Vereador 1997-2009) Presidente da Concelhia do PSD Ex-presidente da JSD local	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão local da política

Tabela 6 - Entrevistados do concelho de Mora

Entrevistados - Mora					
Partido	Nome	Habilitações	Profissão	Cargos	Foco
CDS	Joaquim Pereira Lopes		Agricultor	Ex-presidente regional CDS; Recentemente recuperou as terras retiradas durante a Reforma Agrária	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão local da política
Independente (PSD)	Manuel de Barros Caldas de Almeida	Licenciatura	Médico	Provedor Santa Casa da Misericórdia; Foi candidato à Câmara Municipal de Mora (1989); Vereador da Câmara Municipal de Mora (1989-1993);	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral da política
PCP	João Carlos Durão Lopes Saraiva	Engenheiro	Reformado?	Presidente da Câmara de Mora (1982 – 1993); Membro da Assembleia Municipal de Lisboa	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral da política
PCP	Luís Simão Duarte de Matos	Mestrado em Engenharia Agrícola	Professor Ensino Secundário;	Presidente da Câmara de Mora (2009-); Vereador na Câmara Municipal (2003 a 2009); Adjunto do Presidente da Câmara Municipal de Mora de (2001-2003); Assessor técnico da Confederação Geral da Agricultura	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral e local da política
PCP	Mafalda Goulão Lopes	12º. ano	Técnica Turismo	Vereadora da Cultura; Primeira mulher eleita vereadora	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral da política
PCP	Antonio José Ameixeira Vitorino	ver	Ver (serviços Administrativos Conesa)	Presidente Assembleia Municipal Mora	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral e local da política
PCP	Joaquim Caeiro	Curso Geral do Comércio (Equivalente ao 9º. Ano)	Técnico de farmácia (reformado)	Foi presidente da Junta de Pavia durante 37 anos. É pai de Pedro Caeiro.	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral e local da política
PCP	Pedro Caeiro	10º. ano	Leitor das contagens da água de Mora (Empregado da Câmara)	Presidente Junta Pavia (filho de Joaquim Caeiro)	Perfil político; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão local da política
PPD/PSD	José Manuel Matos	Licenciatura	Gerente Comercial	Candidato à Câmara Municipal de Mora (2009); Vereador (2009-2013)	Perfil político; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral da política

Tabela 7 - Entrevistados do concelho do Porto

Entrevistados - Porto					
Partido	Nome	Habilitações	Profissão	Cargos	Perfil da Entrevista
CDU	Ilda Figueiredo	Licenciatura	Economista; Curso do Magistério Primário	Candidata à Câmara de Vila Nova de Gaia, Candidata à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Candidata à Câmara Municipal de Viana do Castelo; Vereadora no Porto, Gaia e Viana. Deputada ao Parlamento Europeu.	História de vida; Perfil político; Carreira política; Atualidade partidária; Atualidade política; Visão geral da política
Independente	Rui Moreira	Licenciatura em Negócios e Estudos Comerciais	Empresário e Gestor de Empresas	Foi Presidente da Associação Comercial do Porto (2001 – 2013); Presidente da Câmara Municipal do Porto (2013 -)	História de vida; Perfil político; Acesso à política; Independentes na política;
PS	Fernando Manuel dos Santos Gomes	Licenciatura	Economista e Gestor	Presidente da Câmara Vila do Conde; Secretário de Estado da Habitação; Deputado Europeu; Presidente da Câmara do Porto; Ministro-adjunto; Administrador da Galp; Administrador do Futebol Club do Porto	História de vida; Perfil político; Carreira política; Acesso à política; Atualidade partidária; Visão geral da política;
PS	Francisco Assis	Mestrado	Professor Ensino Secundário	Presidente Câmara de Amarante; Deputado à Assembleia da República; Candidato à Câmara Municipal do Porto;	História de vida; Perfil político; Acesso à política; Atualidade partidária; Visão geral da política;
PS	Manuel Pizarro	Licenciatura	Médico	Foi militante do PCP; Membro da Assembleia Municipal do Porto; Deputado à Assembleia da República; Secretário de Estado da Saúde (2008-2011); Presidente da Comissão Política do Partido Socialista; Candidato derrotado à Câmara Municipal do Porto em 2013; Vereador da Câmara Municipal do Porto	História de vida; Perfil político; Carreira política; Mudança ideológica; Atualidade partidária;
PS	Manuela Melo	Licenciatura	Jornalista; Professora Ensino Superior	Vice-Presidente e vereadora da Cultura da Câmara Municipal do Porto (1989 – 2001); Deputada à Assembleia da República (2001 – 2010)	História de vida; Perfil político; Carreira política; Acesso à política; Atualidade partidária; Visão geral da política;
Independente (PS)	Alexandre Quintanilha	Doutoramento	Professor universitário; Investigador Científico	Foi diretor do Instituto de Biologia Molecular e Celular da Universidade do Porto; Na Comissão Europeia foi presidente do Ethical, Legal and Social Aspects (ELSA) of Technology; Foi vereador da Câmara Municipal do Porto; É deputado à Assembleia da República	História de vida; Perfil político; História de vida; Acesso à política; Independentes na política
PSD	Rui Rio	Licenciatura	Economista e Gestor	Presidente da Associação de Estudantes da Universidade do Porto; Foi Vice presidente do PSD; Secretário-geral do PSD; Foi deputado à Assembleia da República; Foi presidente da Câmara Municipal do Porto (2001 – 2013)	História de vida; Perfil político; Carreira política; Acesso à política; Atualidade Política; Crise dos partidos políticos;
PSD	José Pedro Aguiar Branco	Licenciatura	Advogado	Ministro da Justiça (2004-2005); Ministro da Defesa Nacional (2011 – 2015) Presidente da Assembleia Municipal do Porto (2005-2009) Deputado à Assembleia da República (2005-2009) Deputado AR	História de vida; Perfil político; Carreira política; Acesso à política; Crise geral na política;

Tabela 8 - Entrevistados do concelho de Viana do Castelo

Entrevistados – Viana do Castelo					
Partido	Nome	Habilitações	Profissão	Cargos	Perfil da Entrevista
BE	Luis Louro	Licenciatura	Advogado	Foi candidato à Câmara Municipal de Viana do Castelo. É vereador.	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral da política
CDS	Ilda Araújo Novo	Licenciatura	Professora	Deputada Assembleia da República. Membro do CDS de Viana do Castelo	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral da política
PCP	Branca de Carvalho	Licenciatura	Professora Explicadora	Foi militante do PCP. Viveu na clandestinidade. Foi funcionária política responsável pela área de Viana do Castelo. Membro da Assembleia Municipal. Tornou-se dissidente. Rompeu com o PCP.	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral da política
PCP	Manuel Fernando Almeida	12.º ano	Empregado Seguros	Foi diretor da Festa do Avante. Esteve na União Soviética. Foi funcionário político. Continua no partido mas já não é funcionário.	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária
PS	José Maria da Cunha Costa	Licenciatura	Eng. Químico	Presidente Câmara. Foi assessor de Defensor Moura. Foi vereador. É líder do PS – Viana do Castelo. Foi funcionário dos estaleiros de Viana do Castelo	História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral da política
PS	Maria Flora Moreira da Silva Passos da Silva	Licenciatura	Professora no IPVC. Provedora do Estudante	Presidente da Assembleia Municipal desde 2009. Foi vereadora entre 1993 e 2009. Foi dirigente do PS-Viana do Castelo. Esteve na instalação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral da política
PS	Defensor Moura	Licenciatura	Médico	Presidente Câmara entre 1993 e 2009. Foi deputado à Assembleia da República. Foi Candidato a Presidente da República. Presidente da concelhia do PS de Viana do Castelo entre 1993 e 2009.	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral da política
PSD	Ana Palhares	Licenciatura	Advogada	Ex- Presidente da Concelhia do PSD. Incompatibilizou-se com o seu Vice-presidente Eduardo Teixeira opondo-se às suas pretensões de candidatura à Câmara Municipal de Viana do Castelo. Com a demissão de vários elementos acabou por ficar sem quórum.	Perfil político; História de vida; Acesso à política; Atualidade partidária; Visão geral da política;
PSD	Domingos Cachadinha		Empresário	Presidente da Mesa do Plenário da Concelhia do PSD de Viana do Castelo	Perfil político; História de vida; Visão do militante; Atualidade partidária
PSD	Hermenegildo Costa	Licenciatura	Professor do Ensino Secundário	Foi presidente da Junta de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo (Viana) durante 16 anos. Militante local histórico. Disputou últimas eleições da Concelhia contra Eduardo Costa, tendo perdido.	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Política local;
PSD	Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira	Licenciatura	Economista	Ex-deputado à Assembleia da República, Vereador da Câmara Municipal de Viana do Castelo. Foi candidato às eleições autárquicas de 2013. Em 2016 provou o afastamento de Ana Palhares levando a equipa a demitir-se, assim provocando falta de quórum. Venceu as eleições internas seguintes.	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local.
PSD	António Carvalho Martins	Licenciatura	Economista	Empresário local. Foi Governador Civil do Distrito de Viana do Castelo. Foi deputado à Assembleia da República. Foi candidato pelo PSD às eleições autárquicas.	Perfil político; História de vida; Atualidade partidária; Atualidade política local; Visão geral da política
PSD	Carlos Fernandes Branco Morais	Licenciatura	Economista	Foi presidente de Câmara de Viana do Castelo entre 1989 e 1993.	Perfil político; História de vida; Atualidade política local; Visão geral da política

Como se infere, as entrevistas realizadas ocorreram num período alongado e estendido no tempo, pelo que a sua coleta obedeceu mais à persistência da investigação e menos ao cumprimento de um planeamento cronológico. Nesse particular, face às exigências das práticas e as vicissitudes, especificidades e particularidades do campo político, persistiu a noção de objetivo em detrimento do princípio da performance e estética organizacional da produção da pesquisa.

Mora e Viana do Castelo revelaram-se áreas com políticos mais recetivos. Enquanto no Porto se recolheram apenas 9 entrevistas, Viana do Castelo proporcionou mais 4 adesões a conversas sobre a atividade política. Em Celorico de Basto as dificuldades ficaram manifestas na incapacidade em levar os habituais membros que ocupam o poder local a contribuírem com o seu testemunho. Isto, sem prejuízo da colaboração de dois ex-presidentes e do atual presidente da Câmara Municipal. Nesse aspeto a região celoricense contrastou com Mora. Aí, só a geografia ou ausência territorial mais prolongada de alguns atores, impediu encontros entre entrevistador e entrevistado. Todavia a escassez de agentes dedicados à política faz-se notar mais em Mora do que em Celorico de Basto.

Tabela 9 - Entrevistados por Partido Político

Entrevistas por Partidos Político							
	PS	PSD	CDS	PCP	BE	Ind.	Total
Viana do Castelo	3	6	1	2	1	0	13
Porto	5	2	0	1	0	1	9
Mora	0	1	1	6	0	1	9
Celorico de Basto	3	3	3	1	0	0	10
Total	11	12	5	10	1	2	41

Em relação às cores partidárias dos participantes, estas revelam-se numa distribuição em que participam a totalidade das bandeiras do espectro político português. Revela-se, desse modo, o contributo amplo tanto dos discursos como das formulações ideológicas, aliás como já se inferira vir a ocorrer aquando da escolha das áreas geossociais para o estudo.

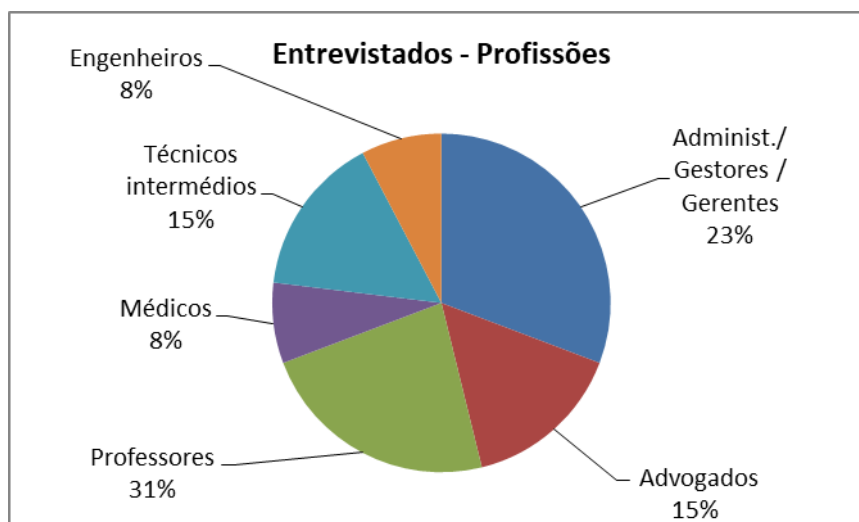


Figura 15 - Profissões civis dos políticos entrevistados.

Tal como noutra secção desta investigação onde se apresenta uma estatística do universo das profissões que geram deputados à Assembleia da República, é possível também estabelecer nesta recolha as profissões dominantes colaborantes na execução deste trabalho. Professores (31%), gestores, administradores e gerentes (23%) e advogados (15%), são os misteres em evidência. Confirma-se, deste modo, a realidade já atrás demonstrada de predomínio destas mesmas atividades civis como aquelas que mostram maior predisposição para compor o campo político.

8.2.2 Grupos de discussão

Por se tratar do campo político – dominado pela ação e onde imperam várias dinâmicas – entendeu-se que o tratamento metodológico a dar à parte da investigação ligada aos jovens políticos deveria basear-se em discussões. Com este método pretendeu-se explorar algumas dimensões tidas como fundamentais para a compreensão das estratégias dos indivíduos na sua aproximação primária à atividade. Além da possibilidade de estabelecer um alinhamento histórico e ajudar a perceber as mudanças no entendimento social do fenómeno político, os propósitos mais diretos consistiram em i) contactar com as representações sociais dos jovens sobre a atividade política, ii) detetar as origens da formação de vontade e interligação à atividade, iii) conhecer as ideias e práticas mais admiradas, iv) explorar as expectativas sobre a possibilidade de carreira política.

O uso dos grupos de discussão para colheita de dados, com objetivo de análises em profundidade, tem ganho redobrada importância na globalidade das ciências sociais, ampliando o seu espectro para além da área dos estudos de mercado. Os grupos de discussão – ou *focus group* ou *grupo focal* – são entrevistas coletivas a um pequeno grupo de indivíduos com o propósito de, através da discussão informal, se conhecer determinada temática em profundidade resultando, do debate, dados de carácter qualitativo e informação pertinente que de outra forma dificilmente se conseguiria obter. A sua prática assevera-se uma técnica de recolha de dados sobre determinada temática numa situação de interação entre vários indivíduos em que também participa o próprio investigador como elemento dinamizador (D. L. Morgan, 1997).

O facto do seu centro se localizar na discussão restrita de determinada temática produz revelações pertinentes para a investigação. Para o sucesso deste método contribui o facto dos participantes na discussão, além de possuírem características comuns, estarem de alguma forma envolvidos com o objeto de estudo (I. S. Silva, Veloso, & Keating, 2014). O carácter argumentativo, associado à perspectiva replicativa que se estabelece entre os membros do grupo, introduz, não raras vezes, dimensões não previstas que acabam por enriquecer os estudos. A possibilidade de observar o modo como se produzem concordâncias e discordâncias constitui uma das mais importantes exclusividades desta técnica de investigação (D. L. Morgan, 1996).

Por se tratar de uma técnica de fácil conceção e praticamente sem custos na sua realização, estar capacitado para promover informação de grande qualidade, os *grupos focais* têm ganho relevância nos estudos académicos (W., Stewart, N., Shamdasani, & Rook, 2007). A possibilidade de jogo entre uma abordagem mais estruturada e, em simultâneo, a verificação de alguns graus de liberdade aos participantes, possibilita não só introdução de questões antecipadamente pensadas como também dá espaço ao aparecimento de novos conteúdos sobressaídos da causalidade debatente (D. L. Morgan, 1997). Este jogo de dinâmicas enriquece

Este trabalho de pesquisa contou com três grupos focais realizados nos espaços geográficos onde a investigação teve lugar. Conforme recomendam vários autores, e dada a temática em análise, valorizou-se a homogeneidade do grupo, cuidando-se todavia, da questão hierárquica (D. L. Morgan, 1996, 1997; I. S. Silva et al., 2014; W. et al., 2007). Tratando-se de um estudo sobre dinâmicas políticas, importava que, dentro da homogeneidade, os grupos fossem atravessados também pela realidade que lhe dá natureza. Desse modo, os grupos de foco dos

jovens foram constituídos, não propriamente por militantes anónimos, mas sim pelos seus constituintes mais empenhados e envolvidos.

Tabela 10 - Focous Group - Jovens Políticos

Focus Group 1 – Juventude Socialista - Viana do Castelo			
Nome	Idade	Habilitações	Atividade
Carlota Borges	25	Lic. Direito / Freq. Mestrado Gestão	Estudante / líder JS local
Adriana Ferreira da Silva	24	Lic. Eng. Civil	Estágio
Laura Fernandes	22	Lic. Economia	Consultora Financeira
Lino Rodrigues	22	Lic.Arte Design (freq.)	Estudante
Tiago Martins	25	Lic.Economia	Empresário Start Up
Luis Barros	28	Mestrado Direito Administrativo	Escritor

Focus Group 2 – Jovens alinhados com o Bloco de Esquerda⁶⁷ - Viana do Castelo			
Nome	Idade	Habilitações	Atividade
Manuel José	25	Frequência Arquitetura	–
Sandra Cerqueira	30	Lic.Est. Portugueses e Port-inglês	Professora
Edmundo Cadilha	26	Medicina Chinesa	Estudante
Alexandre Tavares	25	História da Arte	Estudante

Focus Group 3 – Juventude Socialista - Celorico de Basto			
Nome	Idade	Habilitações	Atividade
Pedro Andrade	26	Lic. Educação Básica	Estudante C. Política
António Lopes	19	Escola Profissional de Fermal (freq.)	Estudante

8.2.3 Modelo de análise

Todas as conversas remetem para o uso do discurso como ferramenta capital das relações. De acordo com a perspetiva de Foucault (2011) discursos constituem totalidades simbólicas que funcionam como “instrumentos da produção ou construção da realidade e conhecimento social”(Rosenthal, 2014). O discurso contém formas específicas baseadas em representações

⁶⁷ O Bloco de Esquerda não tem juventude partidária organizada. Contudo tornou-se possível encontrar um grupo de jovens indivíduos assumidos como próximos das ideias bloquistas.

sociais e, desde logo, remetidas para as práticas que sistematicamente organizam os objetos aos quais se referem (Foucault, 1966, 2011). A compreensão dos significados produzidos pelos seus atores, e as subsequentes estratégias decorrentes, encadeia-se com a decifração das especificidades dos quadros de experiências, fazendo desses atores os mais profundos conhecedores não só da realidade vivida, como também do ajuizamento mais consentâneo dessas suas vivências.

A atividade política configura uma dessas áreas cuja dinâmica entre os seus intervenientes, aliada à capacidade dos seus agentes, decifram continuamente os códigos sociais que dão propriedades específicas às estratégias valorizadas pela generalidade do campo. À decifração das manifestações mais evidentes, escapam todavia as significações submersas em processos não decifráveis espontaneamente. A captação dessas subjetividades (Foucault, 1966), enquanto conteúdo produtor de poder constitui o trabalho só possível pela via da análise do discurso (Rosenthal, 2014). Desse ponto de vista, a análise do discurso interliga-se tanto com a perspectiva fenomenológica de Schutz (1979) como com os princípios de reconhecimento do saber prático apresentado pelos atores nas suas ações quotidianas, como o demonstrou Garfinkel (1986; 2006). De acordo com Schutz, existe um amplo depósito de conhecimento dos atores sobre os seus atos produzidos, assim como esses mesmos atos produzidos contêm significados explícitos e implícitos que podem ser analisados a partir das suas palavras ditas ou escritas (Rosenthal, 2014).

Tendencialmente a análise do discurso – na vertente fenomenológica – tem-se mantido afastado dos estudos de ciência política. O mesmo não ocorre noutros campos de estudo do fenómeno político, nos quais a análise do discurso se aproxima da abordagem de quadros organizadores da experiência (Goffman, 1986), nomeadamente “conjuntos de crenças que organizam pensamentos políticos, políticas governamentais, e discurso” baseando-se no texto ou na fala (Dijk, 2005, p. 30).

Segundo Ricoeur (2013) a interpretação constitui a pedra de toque da análise do discurso, sendo que tal decorre da atenção às peculiaridades linguísticas dos atores e às “mostrações, que dependem da situação percebida como comum pelos membros do diálogo”, cujas referências no cenário “dialógico são, por conseguinte, situacionais” (Ricoeur, 2013, pp. 46–47). Resulta daqui uma hermenêutica, cuja exegese identifica a “interpretação com a categoria

de ‘compreensão’”, reconhecendo-se que associado à compreensão está “o reconhecimento da intenção” do autor enquanto precursor original do discurso (Ricoeur, 2013, p. 34).

Dentro deste entendimento compete ao analista acercar-se do “sentido do próprio texto” concebido de um modo “dinâmico como a direção do pensamento aberta pelo próprio texto” (Ricoeur, 2013, p. 104), isto é, pelo próprio autor. A análise do discurso impõe assim “compreender um autor melhor do que ele a si próprio se poderia entender”, pelo se constitui como obrigação “exibir o poder de desvelamento implicado no seu discurso para além do horizonte limitado da sua própria situação existencial” (Ricoeur, 2013, p. 104).

Os fundamentos da análise do discurso confluem para a técnica da análise de conteúdo. Esta revela-se o instrumento metodológico apto para a compreensão, tanto de entrevistas como as discussões em grupo. A análise de conteúdo apoia-se numa “hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência” com vista à interpretação, tendo em consideração tanto o “rigor da objetividade” como a “fecundidade da subjetividade”. Enquanto “instrumento polimorfo e polifuncional”, a análise de conteúdo convoca a “atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem”, apelando a uma atitude simultânea de descoberta pela curiosidade e mantendo, apesar de tudo, o rigor científico no ato de exploração (Bardin, 2009, p. 7).

Todas as entrevistas individuais e discussões focais foram integralmente gravadas e posteriormente transcritas, procedendo-se posteriormente a uma análise detalhada das respostas e das condições sustentadas das respostas, nomeadamente os argumentos técnico-ideológicos, as características histórico-políticas auto atribuídas. O nível de importância da família e do meio social, as referências pessoais durante o percurso político, o direito de entrada, as concessões, avanços e recuos, assim como os conflitos manifestos e latentes, formam os conteúdos analisados e inferenciados em interpretação. Deste modo são consideradas as condições de produção do agente político tanto na sua condição de emissor, como na sua vertente crítica em relação às posições sociais à sua volta.

8.3 POR UMA ANÁLISE REPRESENTATIVA

Sendo o ponto de partida deste estudo a compreensão do agir profissional da política, constituiu-se, desde o seu início, o princípio de uma representação diversificada entre quatro espaços

geossociais diferenciados. O motivo principal desta preocupação resulta da circunstância de se pretender, tanto quanto possível, evitar uma geografia de trabalho dimensionada numa só realidade. Além da aposta no tocar da diversidade regional, procurou-se também evitar um percurso atomístico da pesquisa, perseguindo-se a noção construída, tanto pela diversidade como pelas imbricações dinâmicas particulares de cada tecido social, do profissional da política.

A lógica prevalecente na escolha dos locais para trabalho de campo teve em consideração algumas dimensões primárias – portanto de verificação simples, como por exemplo, a dimensão demográfica do município. Excluiu-se, logo à partida, o caso de Lisboa e municípios vizinhos, não só por se tratar da capital do país e aí concentrar uma espécie da ‘nata escolhida’, a todo o tempo fotografada e estampada da política portuguesa, mas também e, essencialmente, porque se trata de uma população política sobre estudada, não raras vezes apresentada como a base amostrável, por excelência, da realidade dos políticos e da política em Portugal. Desta forma, desde logo ficou claro que a pesquisa perscrutaria as práticas dos profissionais da política do resto do país, inclusive, longe do centro decisório macrocéfalo habitualmente característico, mas também não descurando os apelos e a atração dessa mesma macrocefalia.

Praticamente de forma mais ou menos aleatória mas, tendo em consideração traços diferenciados entre si, procurou-se identificar um concelho considerado de grande dimensão, um de média dimensão, e duas de pequenas dimensões. Para além da proporção, seja em número de residentes, seja em área ou localização geográfica, perseguiu-se também a perspetiva de espaços construídos por traços sociopolíticos diferenciados, vertidos tanto na sua história eleitoral assim como nas particularidades constitutivas da especificidade local, nomeadamente nos atravessamentos valorizados pelo tecido social e que, em consequência, se apresentam manifestos ou latentes em cada uma das regiões escolhidas.

O propósito é o de, a partir de quatro ideal-típicos singularizados, compreender, entre outros, os fatores exteriores na base da estruturação do agente político local tentando, em simultâneo, perceber os contornos particulares tidos por dominantes em cada uma dessas regiões. Para além das formas de expressão do poder, importa também compreender as dinâmicas de resistência e/ou persistência, contradições e emulações, consensos e conflitos, formados nos interstícios dos aparelhos – *settings* – partidários, e alongados para além destes, no (pre)domínio do espaço sociopolítico.

A escolha de áreas de geografia humana diversificada, tanto na dimensão demográfica, como nos atravessamentos socioeconómicos singularizados enquanto campos de trabalho e recolha de dados permite, além de um atravessamento pela diversidade da geografia social do país, captar e trazer à liça as vertentes periféricas, geralmente menos considerados nos estudos sociopolíticos, assim como também explorar e analisar o sentido e o fetiche hierárquico naturalizado, assentido na formação das relações políticas que se estabelecem entre a periferia e o centro.

Os quatro espaços geosociais escolhidos resultam, desta forma, em outros tantos típicos da geografia sociopolítica portuguesa.

Sem dúvida que a escolha do concelho do Porto insere-se no facto desta, além de constituir a segunda cidade portuguesa, se revelar um caso de alternância, não só entre PS e PSD, mas também de gerar uma candidatura promovida por indivíduos independentes de partidos políticos. Na região portuense domina os sentidos de um atravessamento político, a todo o tempo, resultante uma espécie de pacto tácito entre a burguesia e as classes moderadas.

É certo que, em termos de população residente, o Porto afigura-se menor (237 mil residentes) do que a sua vizinha Vila Nova de Gaia (303 mil residentes). Aliás, essa diferença também se verifica na dimensão geográfica que, enquanto faz concentrar 5.687 h/km² no Porto, espalha 1186 h/km² em Vila Nova de Gaia. Objetivamente, o concelho do Porto e, mais prosaicamente, a sua cidade, convocam o imaginário social de uma larga região que nela revê uma espécie de capital informal do norte.

A escolha de Viana do Castelo, dominada pelo PS, recaiu sobre o facto de se tratar de uma região capaz de integrar o imaginário da cidade média portuguesa. Apesar dos seus 88 mil habitantes não representarem um número elevado, quando em comparação com outras cidades também consideradas médias, a circunstância de se tratar de uma cidade capital de Distrito voltada para o mar e com uma forte identidade interna e externa, atribui-lhe características particulares, nomeadamente quanto à distância em relação ao centro.

Celorico de Basto, concelho com 20 mil habitantes, é dominado pelo PSD e atravessado por uma forte presença rural e uma estrutura fundiária assente na pequena propriedade. Representa um dos concelhos mais deprimidos do país, apresentando dinâmicas sociais atravessadas por constrangimentos vários, com reflexos de grande relevância no seu tecido social. A insularidade

e uma endémica ausência do ensino, aliada à prossecução de políticas de promoção da ignorância como modo de vida, interferiram na formação do tecido humano local, estratificando formas de existir, assim fazendo germinar mentalidades enclausuradas em vivências fundadas na repetição dos dias, não autorizando sequer a presença da imaginação nem dando hipóteses à introdução de qualquer novidade por muito insignificante que esta fosse. Dessa pobreza resultam lógicas conservadoras de relações de poder baseadas no *familiarismo*, patriarcalismo e relações naturalizadas de clientelismo e patrocínio

O concelho de Mora apresenta-se como um espelho da vasta região onde se insere: o Alentejo Central. Concelho dominado pelo PCP e pelo imaginário da reforma agrária, da reivindicação e luta pela propriedade coletiva como forma de organização económica, a região Morense apresenta um acentuado decréscimo da sua população. Quando se alude aos seus 4.978 habitantes em 2011, é preciso notar que, nos dez anos anteriores, o concelho perdera praticamente 14% da sua população. A acentuada ausência de dinâmica demográfica reflete-se também no envelhecimento da sua população. Na contagem populacional de 2011 a proporção era de 4 idosos (mais de 64 anos) para cada jovem ativo (mais de 15 anos).

Partindo da taxa de participação das populações em três atos eleitorais – Parlamento Europeu, Legislativas e Autárquicas – ao longo de 40 anos de democracia é perceptível, na comparação entre os espaços sociais aludidos, a existência de similitudes tendenciais quando se trata de responder a eleições cujo impacto afigura importância imediata no contexto nacional.

É manifesto, e não constitui novidade, que o número de cidadãos participando nos atos eleitorais vem decaindo desde 1976, sendo também visível que tal fenómeno é transversal a todos os espaços geosociais aqui em análise. Com maior ou menor distância entre si, as linhas gráficas de descida na participação seguem idêntico pendor de declive, seja numa ou noutra região em análise.

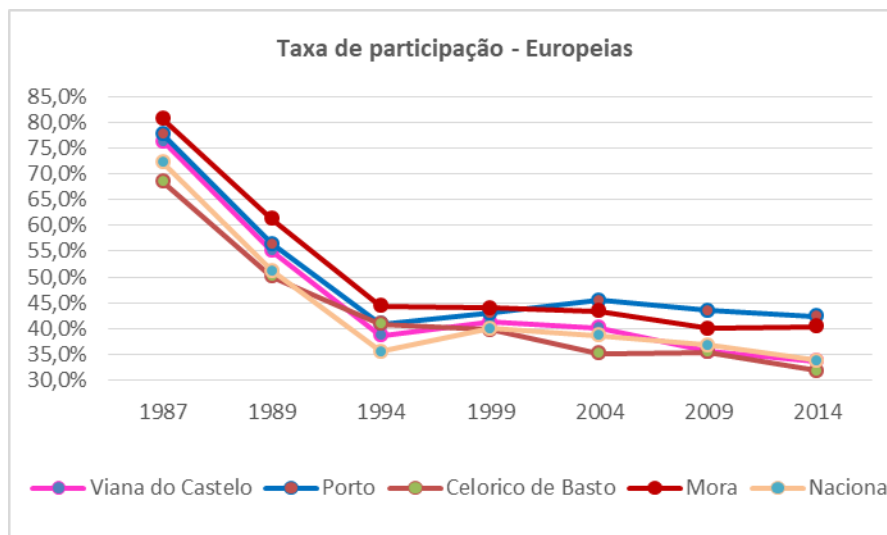


Figura 16 - Comparativo da taxa de Participação Eleitoral das áreas geosociais (Europeias).

A tendência do gradual desinteresse pelo fenómeno político é, desta forma, revelada em qualquer um dos atos eleitorais. A queda abrupta verificada nas eleições Europeias entre 1987 e 1994, demonstra como um novo ato eleitoral introduzido em tempo já normalizado de vivência em democracia, sucumbiu velozmente no curto espaço de sete anos, reduzindo os participantes em 50% (de 72,2% em 1987 para 35,5% em 1994 – dados nacionais).

Este dado, em conjunto com outros, permitem afirmar que, em geral, quanto mais distante, geograficamente, se localizar o objeto da eleição, menor é a taxa de participação eleitoral. Inclusive, as eleições legislativas, apesar da sua importância no traçar de decisões tendentes a alterações estruturais na vida social em geral, seguem a lógica da distância confirmando, deste modo, a predisposição dos eleitores se expressarem em maior número quanto mais próximo estiver a instância política em processo eleitoral.

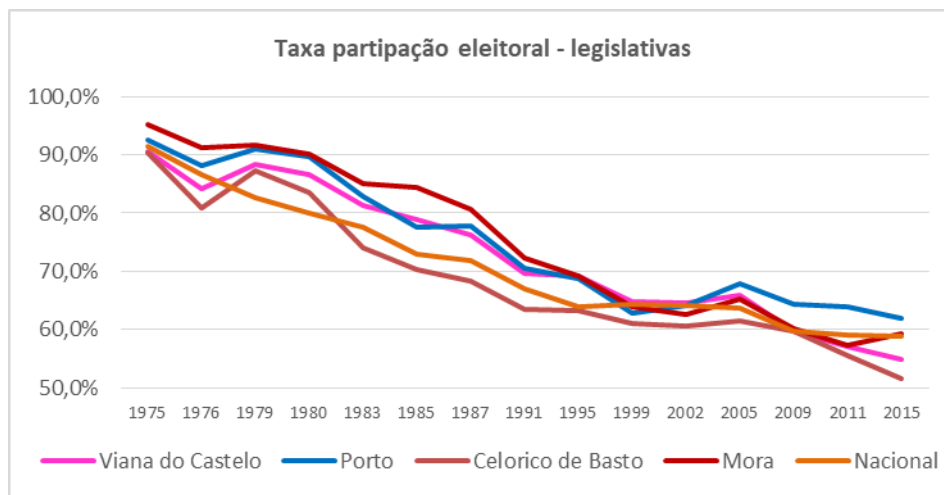


Figura 17 - Comparativo da taxa de participação eleitoral das áreas geosociais (legislativas).

Sendo a taxa de participação nas eleições europeias a mais fraca de todas, as autárquicas revelam-se, grosso modo, tratar-se de um convite eleitoral mais apetecido para resposta dos votantes. Evidentemente que a simplificação analítica aqui usada, centrada na distância, tem as suas explicações mais profundas, não propriamente na afetividade para com as instituições em eleição mas, essencialmente, na proximidade, tanto dos agentes que compõem o espectro de escolhas políticas, assim como no facto destes mesmo agentes ficarem na posse das chaves da cidade e, logo, com o poder de decisão da coisa pública e a necessária implicação civil, que afetam diretamente a vida quotidiana do cidadão.

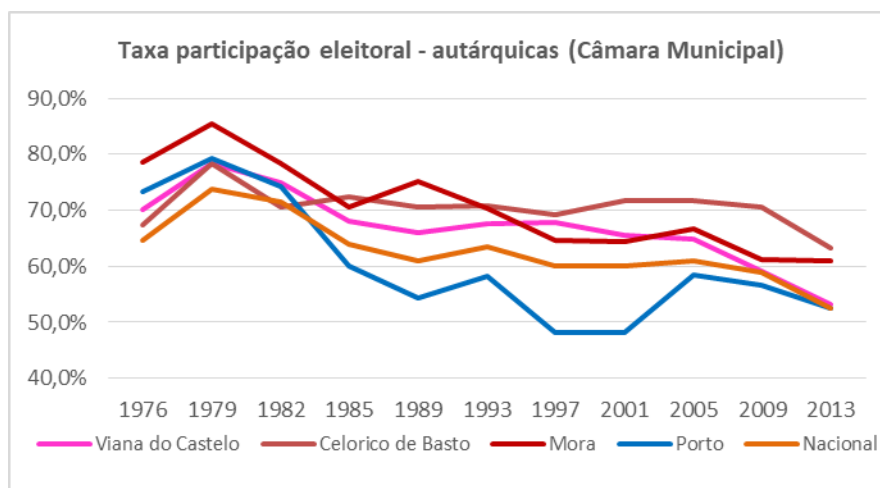


Figura 18 - Comparativo da taxa de participação eleitoral (Câmara Municipal).

Uma análise mais fina, no caso da participação dos cidadãos nas eleições autárquicas, revela todavia, algumas diferenças na observada linha de tendência anteriormente referida. Se, por um

lado a tendência de participação se mantém aproximada entre os casos de Viana do Castelo, Mora e Celorico, a situação do Porto manifesta uma dinâmica diversa, na qual, neste conjunto, se vislumbra a mais baixa taxa de participação da sua sociedade civil no processo eleitoral local.

À exceção do Porto, todos os outros espaços em análise localizam a sua taxa de participação acima da média nacional de participação. É certo que essa realidade ocorreu também no concelho portuense até 1982, ano a partir do qual os locais passaram a manifestar uma maior ausência dos atos eleitorais para os seus representantes autárquicos. Em 1989, enquanto 75,2% dos morenses iam às urnas, os votantes do Porto cifravam-se nos 54,4%. O ato cidadão de participar na escolha de políticos, gestores da autarquia, atingiu o seu ponto mais negativo nos anos de 1997 (49,1%) e 2001 (48,3%), período a se seguiu um significativo aumento de 10 pp. no certame eleitoral de 2005, sem contudo se verificar, inclusive no futuro, um aumento de participação superior à linha da média de participação nacional.

O caso portuense está nas antípodas da realidade de Celorico de Bastos. Para além de uma taxa de participação eleitoral, situada entre os 70,3% (1989) e os 70,7% (2013), a revelar uma forte relação entre a sociedade civil e a ramificação do Estado mais próxima, o caso celoricense supera, na regularidade, a região de Mora, cujo oscilar entre 75,2% (1989) e 61,3% (2009), denotam uma quebra na resposta da população local aos apelos da participação política.

Nenhum dos aludidos casos do Porto, Mora ou Celorico de Bastos, aproximam-se da realidade participativa da população de Viana do Castelo. Ao longo dos tempos, os vianenses apresentam uma linha tendencialmente mais reforçada (66,6% em 1989 e 61,3% em 2013) do que a média nacional (60,9% em 1989 e 59% em 2009) de participação.

8.4 ANDANÇAS COM A POLÍTICA

A pré avaliação das dificuldades fazem parte de qualquer projeto de pesquisa científica. Essa avaliação ganha especial presença no espírito do investigador quando a área disciplinar se insere no campo das ciências sociais. E adquire superlativo incómodo, senão angústia, quando a temática em estudo se acerca da esfera política e dos seus profissionais. Sem dúvidas que a generalidade dos processos de investigação em ciências sociais se debatem, num ou noutro momento, com o entroncar de desajustes entre o planeado e a realidade dada. Mas o campo político opera numa esfera de poder – de facto ou potencial – o que leva os seus atores a

colocarem-se ou na posição de quem defende o poder no seu castelo, ou de quem tenta assaltar o poder do castelo. Torna-se assim numa esfera de contrariedades com contornos específicos.

É certo que nas circunstâncias em que se dá o agir político em lugares externos ao poder – momento quando ainda não há lugares – a predisposição para colaboração com projetos se torna maior. O caso mais recortado observa-se quando o agente político se vê na ocupação de algum lugar de poder decorrente da realização de um mandato público, provindo de eleições gerais. Neste caso a dificuldade tende a transforma-se em impossibilidade. Neste contexto o agente político reduz-se à sua agenda sendo de extrema dificuldade uma qualquer intromissão cujos dividendos não se afiguram controlados pelo ator político em questão. A agenda é, no caso, transformado um dispositivo externo que autoriza a entrada ou não no tempo do poder do político.

Seria de imaginar facilidades quando um indivíduo já abandonou a ação política como profissão. Todavia nem sempre se dá uma menor facilidade nestes casos. Se a vida profissional continua a realizar-se num patamar elevado de reconhecimento social, o seu acesso torna-se se não dificultado, pelo menos obstaculizado por dispositivos de enclausuramento estatutário. É certo que, perante a aposentação e, na posse do tempo total, todo o agente com vida passada na política orgulha-se de discorrer as suas memórias.

As dificuldades na produção de estudos no campo político nos projetos em que se torna necessário a colaboração dos seus atores levou José Machado Pais (2001) ao exaspero, expresso no título do seu livro *Ganchos, Tachos e Biscatos*, em que a palavra “tachos” seria uma espécie de metáfora para clausura de uma panela onde se vai comer e não se quer que outros comam. A confissão da dificuldade em encontrar políticos para colaborarem na sua pesquisa, explica a opção por um termo extraído da cultura popular.

Esta investigação embateu em algumas das dificuldades, reveladas por Machado Pais, de acesso aos agentes políticos e que, não tanto em estudos mas em círculos académicos restritos são, por vezes, aludidos. Dada todavia a natureza do estudo aqui em questão – entre outros, o de saber das estratégias e práticas do agir político – entende-se que o conhecimento de tais óbices contribui para a compreensão da realidade, nomeadamente, as formas particulares e as configurações peculiares, usadas como ardis com o objetivo de impedir a produção de estudos compreensivos das culturas práticas da ação política.

Parte-se do exemplo do caso de acesso a Rui Moreira, presidente da Câmara Municipal do Porto. Tal como acontece na maior parte dos indivíduos em cargos políticos dá-se imediatamente a circunstância de estar ocupado. É verdade que se vê e ouve Moreira na televisão muitas vezes, o que quer dizer que o seu tempo ocupado é, de facto, um problema para o investigador que com ele conversar. Enquanto político independente uma entrevista sua poderá revelar novidades, pensa-se. Mas estando sempre ocupado, na cabeça do investigador começam a soar alertas para o engendrar de estratégias com o objetivo de traçar o perfil sociopolítico do edil inacessível. Em simultâneo começa a interiorizar a necessidade de encontrar alternativas para que o seu objeto de estudo se não perca. Rui Moreira está ocupado! Então o que há a fazer?

Regressemos atrás, ao planeamento da investigação: há sete meses que o autarca mor do Porto recebeu um pedido de entrevista. Imaginava-se, à partida, que tal pedido pudesse ter uma resposta em um período razoável, mesmo por parte de quem vive em estado assoberbado pelo trabalho. Por se imaginar tal quadro, um mês depois do envio de tal pedido, recorreu-se ao telefone para um contacto mais acalorado pelo timbre vocalizado. Esperava-se chegar à fala com alguém de direito capaz de tomar o caso nas suas mãos. No fundo esperava-se ter sorte. Mas a sorte só protege a audácia e a voz modulada pela tecnologia retira-lhe a expressividade das técnicas do corpo (Mauss, 1924). Dessa forma, após detalhada explicação do pretendido, ficou-se pela confirmação de que tal pedido havia entrado num sistema de distribuição interno de gestão de mensagens e, por isso, não havendo dúvidas que tal missiva aguardava a sua vez de resposta, provavelmente alinhada algures numa longa fila de mensagens em espera, nada mais restava do que esperar.

E esperou-se. Mas qualquer espera coloca questões nada metafísicas da duração, esse contínuo de tempo em estado permanente de andança, impossível de conter. Ultrapassada a condição episódica, a *durée*, como explicou Bateson (1999), em estado incessante corre o risco de se alongar eternamente até ao ponto de desespero cronofóbico (Lee, 2004). Não desistindo do plano em andamento, decidiu o pesquisador avançar com um plano alternativo.

Alguns anos atrás um investigador mexicano leitor do projeto que deu origem a esta pesquisa alertara, com a sua experiência, para a realidade que aí viria. Uma das soluções para recusas, ou dificuldades na obtenção de entrevistas podia basear-se no recurso à rede de relações como fórmula de aproximação do agente político desejado. Era clara a mensagem; o princípio assenta na teoria do “mundo pequeno” originalmente formulado e testado por Milgram (1967) e das

contribuições sequentes que vieram demonstrar a possibilidade de conexão entre dois indivíduos distanciados e, aparentemente desligados entre si (Newman, 2001). Contacta-se com A que conhece B e que por sua vez contacta com C, assim aproximando-se da pessoa pretendida. Guare (1990) notou a necessidade de apenas seis conexões interligadas em elo para se chegar a qualquer indivíduo pretendido em todo o mundo.

Obviamente quanto mais curta a linhagem da rede, tanto melhor. Este trabalho testou a teoria dos “seis graus de separação” com sucesso. Em nenhuma circunstância a rede falhou na entrega da mensagem sobre o pretendido junto do político e, quase sempre houve retorno. Verificou-se, todavia, uma circunstância em que tal não ocorreu. Contactado vinte dias antes para ser empossado Presidente da República e, apesar do empenho da rede de relações jamais foi possível uma resposta positiva por parte de Marcelo Rebelo de Sousa⁶⁸.

A profecia mostrou-se assertiva. Alguns dos entrevistados necessários à prossecução da investigação revelaram-se, a certa altura, desinteressados em emprestar a sua experiência ao projeto. O caso do presidente da Câmara Municipal do Porto não foi, por isso mesmo, caso isolado na medida em que, nas outras circunstâncias, se deu, de uma ou outra forma, o mesmo desinteresse, notando-se contudo que, em nenhuma circunstância houve negativa declarada, sequer implícita. Regra geral, o desinteresse mostra-se pela ausência de resposta aos sucessivos pedidos percebendo-se que também configura uma estratégia com vista à desistência.

8.4.1 Recurso à rede de relações e outras estratégias

Um exemplo paradigmático ocorreu tanto com o presidente como com os vereadores da Câmara Municipal de Celorico de Basto. Após um primeiro contacto, os serviços da autarquia informaram um intervalo de datas em que a entrevista seria concedida, prazo a que, obviamente, o investigador estava de acordo. Às portas do apazado este solicitou a marcação de data e hora concreta para a conversa. No início ainda houve resposta. Que se ia ver, ainda nada estava

⁶⁸ Constituído praticamente num facto social total em Celorico de Basto, Marcelo Rebelo de Sousa não é só o patrono da biblioteca local como afigura-se uma personagem invocada por todos os entrevistados locais. Desde 1995 (auto)constituiu-se na figura ampla de doação de si à terra, pelo menos assim reconhecido como tal. É forçoso, porque habitual, afirmar-se que Marcelo agiu desinteressadamente. A partir desse momento descobriu-se motivado para a todo o momento acorrer a Celorico de Basto, justificando-o com o tributo à memória da sua avó paterna Joaquina Leite da Silva, aí nascida na freguesia de Gandarela. Também nesse ano de 1995 ocorrera um outro facto – que Marcelo, enquanto analista designaria como um “facto político”: aquando constituído presidente do PPD/PSD, no congresso de xxxx, impôs a obrigação de todos os “generais” do seu partido participarem nas listas de candidaturas às eleições autárquicas. Dando o exemplo reservou, para si, o lugar de candidato a presidente à Assembleia Municipal de Celorico de Basto, concelho onde historicamente o PPD/PSD era dominante e cuja vitória era praticamente certa.

determinada, que esperasse. Aguardada a espera até o considerado razoável, voltou-se a contactar a assistente que havia tomado conta do assunto. Mas nada. A resposta em forma de pergunta, pode ligar mais tarde?, repetida algumas vezes não revela nem augura nada de bom. A partir daí a assistente passou também a estar “ocupada”, persistindo o pedido cordial da telefonista para ligar mais tarde. Neste caso, a rede de relações pessoais do investigador continha ligações fortes ao edil de Celorico de Basto. Esta avançou para a promoção de um encontro que resultou na autorização de entrega do número de telefone pessoal do autarca. Efetuado o contacto, deu-se, em consequência, o contributo de Joaquim Mota e Silva para esta investigação.

Contudo, não foi possível aplicar a fórmula de Celorico de Basto em Viana do Castelo. Quase seis meses após ter sido contactado, a mensagem enviada ao presidente da Câmara Municipal de Viana mantinha-se queda e sem retorno. Alguns telefonemas haviam sido respondidos com o óbvio, ‘sim senhor, recebemos a mensagem, esteja descansado, o senhor presidente está ocupado, logo que possa será contactado’. Portanto, José Maria Costa, presidente do Município de Viana, estava também ocupado. E apesar do investigador se sentir cada vez mais dominado pela condição ocupada que lhe atrasava a vida, a verdade é que se não pode permitir que o espírito de pesquisa fique obnubilado ao ponto de se deixar possuir pelo mesmo género de sobrecarga dos possíveis entrevistados.

Sem rede de relações capaz de interligar investigador com o potencial entrevistado e esgotadas outras imaginadas formas de chegar ao presidente José Maria Costa, em Viana do Castelo, funcionou uma segunda estratégia. De cada vez que passava por cada entrevistado e, após a conversa realizada, o investigador deixava escapar a sua necessidade de entrevistar o edil mor, sempre afirmando o ponto excepcional de interesse e quanto a conversa se revestia de importância no compreender da realidade política do concelho. Se os membros do partido rival viam nisso uma possibilidade de crítica – ‘o presidente é concentracionário, não delega, é um desconfiado’, avançavam – outros representantes na vereação, colocados do lado da oposição e impossibilitados de uma maior ambição, prontificaram-se a fazer chegar a mensagem ao presidente da Câmara. Além disso, esta solicitação contou também com o empenho de Flora Silva, ex-vereadora, presidente da Assembleia Municipal. Pessoa dotada de sensibilidade académica fruto dos anos em que lecionou, aliada à sua condição de provedora do aluno no Instituto Politécnico de Viana do Castelo, prometeu, de forma comprometida, conversar com o

autarca mor a fim de lhe levar a importância da conversa. E assim, decorrido alguns dias, uma mensagem entrada na caixa de correio eletrónico marcava a data e hora da entrevista do presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Há contudo uma exceção que demonstra a existência de respostas dentro do esperado e alinhadas com as linhas habituais de funcionamento do mundo. Neste caso, inexistia verdadeiramente uma estratégia ajustada ao investigador. Quando muito pode afirmar-se que o expectável reconciliou-se com a realidade. Quando, pela primeira vez, foi contactada a Câmara Municipal de Mora para a recolha de algumas entrevistas com os seus políticos eleitos, não só se deu o empenho do funcionário na entrega da mensagem como, o próprio, perante a explicação do trabalho em perspectiva, sugeriu de imediato, a utilização da Casa da Cultura de Mora, uso que obviamente ficava dependente da autorização da vereadora da cultura, ato que viria a ser diferido num posterior contacto telefónico. É aí, numa sala climatizada, geralmente usada para criação e ensaio de atos culturais, onde é colocada uma secretária e duas cadeiras que o investigador executará parte do seu trabalho, nomeadamente entrevistando o presidente da Assembleia Municipal de Mora e alguns políticos, ativos ou não, do concelho de Mora. O presidente da Câmara e vereadores prontificam-se para dar o seu contributo nos seus gabinetes. Perante um imponderável ocorrido nos últimos preparativos da inauguração do Museu Interativo do Megalitismo, o autarca mandou avisar o investigador da sua impossibilidade, remarcando, imediatamente, a conversa para o dia seguinte. Luís Matos estava, sem sombra de dúvida, muito ocupado. Contudo, demonstrava também que a sua participação na pesquisa se tornara num dever do autarca.

Com o trabalho de recolha nos outros espaços geossociais já encerrados, tornou-se evidente que a impossibilidade de entrevistar Rui Moreira, o independente presidente da Câmara do Porto, constituía a ausência da expressão hodierna do político, se não na totalidade pelo menos em parte. Exatamente por ser um eleito sem qualquer organização partidária por trás, a sua entrevista afigurava-se uma necessidade imperiosa com vista à compreensão não só das vicissitudes políticas do tecido social portuense como das transformações em geral do campo político. A ausência do seu perfil, pelo menos no escutar das linhas construtoras do seu interesse pela cidade desligado da lógica dos partidos políticos, as condições pessoais de acesso ao campo político e as disposições de receção diferenciada desse mesmo campo constituíam, a certa altura, um caminho apontado pela dinâmica do objeto pesquisado.

8.4.2 Implicações do avanço sobre o desconhecido

A noção de feito inacabado persegue o cientista social convocando-lhe uma inquietude permanente como se, das suas obrigações, fizesse parte o andar atrás de um original da obra de arte uma, ainda sem cópias ou reproduções (Benjamin, 2012). Desse desconforto disciplinar nasce uma espécie de auto-obrigação, impossível de fugir, porque entregue à busca da realidade constitutiva do campo em análise. O cientista social luta contra si e contra as dificuldades desconfiando das facilidades. A possibilidade de um dado inconveniente se intrometer no seu trabalho – que pode ser a ausência do dado – não só o desvirtua e enviesa, como produz uma tenebrosa antevisão de um produto final desligado da realidade analisada. Esta insatisfação formada no espírito da insuficiência está na base do recurso a uma terceira estratégia de acesso aos políticos, potenciais entrevistados, geralmente ocupados e de acesso impossibilitado: assistir a uma reunião de Câmara.

O executivo municipal da Câmara do Porto reúne quinzenalmente no edifício dos Paços do Concelho do Porto, um palácio edificado durante a primeira metade do século XX projetado, em 1916, pelo arquiteto Correia da Silva. Está integrado num amplo plano de alargamento da cidade levado a cabo pelo arquiteto inglês Barry Parker. Trata-se de um edifício que se impõe visualmente e marca o espaço entre a Praça General Humberto Delgado e a Praça da Liberdade, ladeadas pela Avenida dos Aliados compondo, sob forma majestática, uma área percebida como o centro de decisão política.

O ano do projeto, o local da edificação e a opção por uma fachada ampla denunciam uma opção política de substituição radical dos símbolos de dominação do espírito pela religião, opção muito presente nos atos subsequentes à implantação da República em outubro de 1910. Neste caso o exemplo traduz-se na obstrução da visão para uma outra fachada que antes se salientava aos olhos dos viandantes: a igreja da Trindade. Para que o entaipamento visual da igreja se desse pela totalidade, a fachada do edifício municipal inclui uma torre de setenta metros na exata geografia ocular da torre sineira da igreja, impedindo a visão desta última completamente. Um desconhecido subindo a avenida dos Aliados é, exclusivamente, dominado pela ampla frente do edifício dos Passos do Concelho. Só após ultrapassar este último é que surge a perspetiva espelhada da igreja da Trindade.

A imponente fachada, com a aludida torre de setenta metros ao centro, configura uma esquadria alongada cuja lógica se manifesta como prolongamento da porta principal, ela mesma situada

num plano superior em relação à base do edifício. Para aí se chegar sobe-se uma rampa com algum aclave cuja exígua largura de passeios denuncia a utilidade originalmente pensada: trata-se de um trilho para automóveis largarem pessoas e não de um acesso para os que sentem o custo da sola do sapato.

Numa terça-feira de julho de 2017, o investigador entra por essa porta que dá para um espaço amplo, imponente, porém frio e sem qualquer movimento humano. A primeira impressão é de desconexão. Não há nenhuma sinalética, nem indicação por onde prosseguir. Percebe-se que quem pensou o edifício quis submeter quem ali entrasse de novo a um poder (Foucault, 1975). A volumetria edificada esmaga a pequenez do primeiro olhar. A ausência de qualquer sinal promove estranheza e até desorientação a quem entra. Mais do que reconhecer é necessário interiorizar o espaço higienizado de objetos. Um segurança, ao fundo, explica que a entrada faz-se pelas traseiras do edifício e não pela frente. A rampa automóvel aposta à porta fica ali explicada: pela porta da frente apenas entra quem ali chega transportado, o que também explica a exiguidade dos passeios; eles não são necessários. A entrada da frente está assim reservada a momentos solenes de receção protocolar.

A entrada das traseiras não disfarça uma rampa de pequenas dimensões cujo desenho se funda na rampa da porta da frente. São de linhas idênticas. São rampas semelhantes, distintas apenas na dimensão. É uma rampa onde não cabe um carro, sequer meio. O espaço avançando sob três degraus anula as abas de três pequenos degraus anteriormente ali existentes e, sem esforço, percebe-se a sua função: serve os indivíduos de mobilização reduzia, geralmente auto transportados e foi ali recentemente colocada para cumprimento legal. Atrás e à frente do edifício, sob formas idênticas mas em métricas distintas, projetam-se formas de solenidade: à frente a distinção pelo estatuto distinto, atrás a positiva diferenciação corretora da natureza.

Uma área interior está simplificada pela existência de uma *ilha* circundando a funcionária que, além de atender pessoalmente os visitantes, também atende o telefone. A funcionária orienta-se para a frente da *ilha* usando essa parte como o tradicional balcão. Do seu lado esquerdo a base do balcão serve para comodar informação diversa impressa em *flyers* anunciando não só atividades como alertando para visitas de índole cultural. São muitas e variadas. O espaço configura uma antecâmara onde são filtradas as pessoas que querem aceder ao interior do espaço municipal. Dois dispositivos digitais de controlo do ponto denunciam ser por ali onde acedem os funcionários. Ainda não são dez horas da manhã e por aí entrarão alguns aponto ou

o indicador ou o polegar direitos num pequeno côncavo do engenho. O movimento de entradas é reduzido e o de saídas é nenhum.

Na antecâmara estão quatro pessoas aguardando de pé. Ao fundo, ao lado de um dispositivo de deteção de metais, um polícia da PSP aguarda. Enquanto espera para ser atendido, a funcionário confere os dados de um munícipe ali entrado. Pede-lhe um cartão, “qualquer cartão, exceto o bilhete de identidade ou cartão de cidadão” e, como se fosse uma troca, entrega-lhe um outro cartão plastificado recomendado a necessidade de o apor ao peito e entregar à saída. O poder do Estado quer saber quem se intrometeu no seu interior. Apor uma marca no peito do cidadão não só o mantém sob vigilância e controlo dos que habitam o espaço habitualmente como, inclusive e, talvez mais importante, introduz no cidadão um dispositivo que lhe recorda a todo o tempo a sua condição de estranho naquele espaço estatal. Passado o detetor de metais o munícipe dirige-se para a entrada acedendo ao interior do espaço municipal onde um novo funcionário o encaminha para a sala de reuniões.

Agora é a vez de o investigador ser atendido. Segue-se o diálogo:

- Posso ajudá-lo?
- Sim, obrigado. Pretendo assistir à reunião de Câmara. Como devo fazer?
- Inscreveu-se?
- Não.
- Ah mas para assistir à reunião tinha que se inscrever...
- Não sabia. Então queria inscrever-me para assistir à reunião de hoje...
- Para esta já não pode... As inscrições já estão fechadas... Têm de ser feitas com uma semana de antecedência.
- ... Como se processa a inscrição?
- Os munícipes têm de se inscrever antes...
- ... mas eu não sou munícipe. Portanto não se aplica a mim...
- Não é munícipe? Então para que quer assistir à reunião?
- Porque sou cidadão...
- Ah mas tinha que se inscrever...
- Disse que tal era para munícipes e eu não vivo no concelho do Porto. Portanto não poderia inscrever-me nessa condição. Sou investigador académico de uma universidade a realizar doutoramento. É nessa condição que quero assistir à reunião de Câmara...
- Ah não sei... Não sei se é possível... Deixe-me falar lá para cima a ver o que se pode fazer...
- (Surge uma nova funcionária com uma prancha de documentos na mão. Olha para uma folha aposta na base dura e confere com as anotações da funcionária na ilha do atendimento ao público. Não há dúvidas, é ela quem controla os nomes dos munícipes que vão falar na reunião. Quer saber quantas pessoas do público estão inscritas. Posta perante a circunstância do investigador, fita-o com tanta serenidade como severidade de quem sabe, e diz-lhe em tom apiedado...)
- ...Não sei se vai ser possível... Devia ter-se inscrito. Sabe que só temos 28 cadeiras para o público... Devia ter-se inscrito antes. Vou ver o que se pode fazer mas não sei... Vou perguntar ao senhor presidente se é possível...
- (Segue-se um espaço de aproximadamente uns dez minutos de espera até que o telefone toca)
- Pode entrar. Tem de deixar um cartão de identificação na receção mas não pode ser o Cartão de Cidadão... E tem de colocar este cartão no peito.

O investigador entrega a carta de condução e, em troca, recebe um cartão com a indicação “Sessões Públicas”⁶⁹. Passa pelo detetor de metais e um funcionário cujo papel é acompanhar pessoas à sala de reuniões oferece-se para indicar a localização do elevador. Duas jovens mulheres, inscritas para usar da palavra na reunião, seguem na viagem do ascensor. Conversam sobre o facto de ser a primeira vez que ali vão. Mais tarde apresentarão, num audível esforço linguístico para evitar estigmas e recorrendo a todos os cuidados que oralidade permite, o problema de cidadãos romenos habitando uma rua contigua ao edifício onde moram e na qual, inclusive, evacuam as necessidades fisiológicas. À entrada da sala de reuniões a funcionária controladora, vestindo um ar de proficiente executora, verificava com o olhar diligente os munícipes inscritos para usarem da palavra.



Figura 19 - Cartão de acesso às reuniões públicas da Câmara Municipal do Porto.

Na área destinada ao público há efetivamente 28 cadeiras. Oito estão ocupadas com munícipes que, inclusive, usarão da palavra no final da ordem de trabalhos. Vinte estão vazias. De forma a

⁶⁹ Ao avançar para a reunião ordinária da Câmara Municipal do Porto, o investigador está bem ciente da lei 75/2013 cuja redação do artigo 49.º não oferece dúvidas. No seu ponto número um é explicitado, claramente, que “as sessões dos órgãos deliberativos das autarquias locais são públicas” e o ponto número dois estabelece a realização de “pelo menos uma mensal”. A natureza pública da reunião ordinária dos executivos municipais não oferece dúvidas, nem permite interpretação diversa. Coisa diferente é a intervenção do público em reuniões. Neste caso, segundo a mesma lei, o regimento deve fixar “um período para intervenção e esclarecimento ao público”, isto é, deve estar definido, pelo executivo municipal, um espaço temporal para perguntas do público e respostas dos políticos, geralmente remetido para o final das reuniões. Sobre este ponto o articulado legal não deixa dúvidas sobre a sua natureza centrada no público como a essência primordial e a autarquia como entidade esclarecedora. É estabelecido ainda que as atas devem fazer “referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas”.

ter um maior ângulo de visão, o investigador ocupa uma das cadeiras colocando-se no ponto mais afastado do local onde estão os membros do executivo.

Segue-se a reunião na qual se descortina uma divisão entre o tempo político e o tempo institucional. No 'período antes da ordem do dia' realiza-se o tempo político. Trata-se do espaço usado pelos vereadores para a introdução de assuntos constituídos ou apresentados como novidade. É nesse espaço que o político demonstra a sua singularidade e marca as linhas das suas preocupações com as coisas da cidade. É nesse espaço que surge a diferença, a surpresa e a possibilidade do brilho político dos vereadores agindo no lugar de oposição ao poder. O tempo institucional orienta-se por uma agenda cujos pontos vão sendo votados individualmente. Este é um espaço fundado no pragmatismo gestor da instituição: ou vota-se a favor, ou vota-se contra, ou se abstém. Neste espaço temporal realiza-se o programa dos vencedores. Por vezes, quando julga necessário, o presidente de Câmara avança com explicações sobre a proposta. Na maior parte das vezes tal não é necessário.

Segue-se o período do público. É um espaço em o munícipe apresenta o seu problema particular à Câmara e em que o presidente ou o vereador adstrito à área do problema avança para apresentar uma solução. A relação do poder político local em reunião com o problema popular é de grande cumplicidade. Se por seu lado o munícipe se mostra doseado na forma de exprimir, na medida em que nem afronta nem mostra receio, este é o momento que o poder político adota a pose descontraída de relação com a sociedade civil. Despe-se, por momentos, a pose circunspecta da tradicional pose de quem foi engolido pelo Estado – a 'pose de Estado' – assim demonstrando, como que desmentindo algo, quanto é presente a sua disponibilidade ao cidadão.

Inspirado pelos ensinamentos dramatúrgicos de Goffman (1959) e, na esperança de conseguir produzir boa impressão no seu agir, o investigador procurou entabular uma apresentação assente na cordialidade com a assistente, entre outros, controladora das cadeiras do público. Apesar de, mais uma vez, se ter dado uma inconsonância entre o desejado e o acontecido, a insistência fez chegar a mensagem aos seis metros que o separavam do presidente da Câmara do Porto. A nega foi rápida e imperativa: 'impossível agora!'. A reunião já terminara. Podia, se quisesse, fazê-lo na próxima reunião. Ali mesmo à frente, no fim de uma reunião de representantes portuenses manifestamente pacata, Rui Moreira sorridente e cordial com todos, continuava impossibilitado.

Mas eis que, enquanto se forjava uma nova estratégia para o assalto às palavras do detentor poder – na forma de uma simples entrevista –, o pesquisador se apercebe da possibilidade de se entrecruzar, naqueles passos perdidos, com o seu objeto de pesquisa. Para tanto bastou saber que o percurso de saída dos intervenientes na reunião se faria por ali mesmo, local onde o investigador se deixava atrasar. Ato contínuo, é isso mesmo que acontece: Rui Moreira está à frente do investigador. Não há tempo a perder nem receios a ultrapassar:

- Bom dia sr. Presidente! Mandeilhe um e-mail em janeiro a pedir uma entrevista mas não me respondeu e eu preciso muito de o entrevistar para uma investigação académica ...

- Mandou-me um e-mail?

- Sim. Pedi também ajuda ao nosso comum amigo 'Alfa' e ele já lhe fez chegar a insistência minha...

- O 'Alfa'? Mas ele não me disse nada...

- Disse à sua chefe de gabinete...

- Quando quer fazer a entrevista? Quer hoje?

- Pode ser dentro das possibilidades da sua agenda; tenho o tempo todo disponível...

- Então combine com a Dr^a. Leonor um dia que eu dou-lhe a entrevista...

Enquanto fala, o investigador apercebe-se que um corpo de pessoas se detém, ao mesmo tempo que o Presidente da Câmara do Porto, escutando a conversa. O grupo circunda Rui Moreira pelas costas. Enquanto ele fala, descontraidamente, os membros do grupo mantêm-se em pose quase circunspecta, olhando, de frente e de forma contidamente neutra, para o académico. O rápido desenlace transformou o clima e a cordialidade serena assentou. Os rostos da *entourage*, até aí contidos na neutralidade, abriram-se. Um membro dos membros, exprimindo um riscado sorriso de lábios fechados, avançou com uma mão estendida “como vai? Nós conhecemo-nos, não é?”. “Penso que não” retorquiu o pesquisador, arrastando lentamente a frase enquanto perscrutava, na memória, os traços do rosto do agente sorridente. O cenário configurava, de todo, um momento com os seus homens políticos (Goffman, 2011). Nesse mesmo dia, durante a tarde, a entrevista seria marcada para daí a seis dias, uma segunda-feira. Com a marcação vinha também a recomendação, muito clara, de que o entrevistador teria vinte minutos para a realização da conversa.

No dia combinado, cinco minutos antes da hora marcada, o investigador apresentou-se nas traseiras do edifício da Câmara Municipal do Porto, anunciando na receção ter um encontro marcado com o edil. Menos de dois minutos depois recebia autorização para avançar por uma porta ao lado da ilha da receção e apanhar o elevador para o terceiro andar aonde, à esquerda e ao fundo de um corredor, uma ampla porta envidraçada anunciava ser a “Presidência”. Não escapa à observação que, nesse dia, o investigador não é submetido à deteção de metais. Também não há nenhum polícia (PSP) na área. Facilmente se percebe que este dispositivo é para controlo exclusivo de cidadãos que se deslocam às reuniões da Câmara Municipal do Porto estando desativado a maior parte do tempo. O dispositivo e segurança funciona, exclusivamente, no único momento legal em os cidadãos podem aceder ao interior do edifício autárquico, o dispositivo tecnológico acaba por anular a própria lei, impondo-se, enquanto agente controlador, como a verdadeira lei em vigor.

Acabada a entrevista a gravação registava uma conversa de 51 minutos. Nela, entre variados temas, Moreira demorar-se-á a falar das vicissitudes do ano de 1975 e da prisão do seu pai sem qualquer imputação judicial ou culpa formada. À moda dos tempos revolucionários, foi preso sem explicação. Nesse período procurará contactar todos os que, de uma ou outra forma, o pudessem ajudar a libertar o pai. Mesmo não os conhecendo pessoalmente procurará conhecer, por exemplo, onde almoça habitualmente certa pessoa importante no aparelho do Estado capaz de ajudar na libertação do pai. E, num caso, irromperá pelo restaurante para falar com ela. Tal e qual o pesquisador em defesa da sua investigação. Com a diferença centrada no facto da dificuldade de acesso ao presidente da Câmara Municipal do Porto se afigurar contraditória com a natureza do poder delegado que lhe é atribuído pela eleição.

8.5 GOLPE DE ESTADO NA INVESTIGAÇÃO - O PAPEL DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DO CÍRCULO ENCLAUSURADO DO POLÍTICO

8.5.1 A natureza paradoxal do direito no impresso administrativo

À partida, o programa do investigador era contactar com as assinaturas apostas nas declarações dos proponentes às eleições presidenciais. Interessava, nomeadamente, conhecer a proveniência geográfica desses proponentes e, dessa forma, esquematizar o desenho da rede dos cidadãos ativistas de forma a perscrutar duas ordens de sentido: por um lado compreender as estratégias usadas pelos candidatos no planeamento e execução da recolha dessas

assinaturas e, por outro, perceber a existência, ou não, de movimentos de cidadãos, individuais ou coletivos, agindo ativamente na procura dessas listas para aí integrar a sua propositura. No fundo, saber até que ponto são os recursos do(s) candidato(s) a forçar essas assinaturas ou se é a adesão popular a avançar para uma demonstração primária de vontade eleitoral com uma assinatura.

A ideia de investigar a “declaração dos proponentes de apresentação de candidatura” havia surgido após conhecimento do investigador, por via de um informante privilegiado, que um dos candidatos a presidente da República, deparando-se com dificuldades na obtenção de assinaturas, nomeadamente querendo entregar o seu dossiê de candidatura com o máximo legal das 15 mil assinaturas exigidas, socorreu-se de um pequeno concelho com cerca de 20 mil eleitores para completar a totalidade de proposituras exigida por lei. Respondendo célere à solicitação, o aludido concelho entregou, em tempo record, a totalidade das 15 mil assinaturas, desconhecendo-se se estas constituem a totalidade dos propositares entrados no Tribunal Constitucional.

As hipóteses apontavam para o princípio concentracionário e revelavam uma cultura de recolha com base em redes de malha apertada que é o mesmo que dizer, com recurso a bases circunscritas entre familiares e conhecidos. A posse desta prova ajudaria na confirmação da tendência das proposituras dos candidatos a presidente da República assentarem numa base social muito restrita que, em algumas circunstâncias, revelam o tráfico de interesses nos quais se misturam interesses pessoais com interesses públicos. Além da confirmação das enunciadas conjecturas, revelava-se também assaz interessante confrontar a contabilidade das pressupostas assinaturas com a realidade das votações obtidas pelos candidatos nas geografias coletoras de assinaturas.

Para contactar com o dossiê destas assinaturas com vista à produção de estatísticas recorreu-se ao Tribunal Constitucional, nomeadamente ao seu Presidente, pedindo-se, por escrito, acesso aos arquivos onde se guardam esses documentos⁷⁰. O texto da mensagem enviada explicava, claramente, qual o objetivo do investigador. Antecipando impeditivos relacionados com a lei de

⁷⁰ Até à revisão constitucional de 1982, de acordo com o Decreto-lei 319-A/76, as candidaturas presidenciais eram entregues no Supremo Tribunal de Justiça. A partir dessa data passou a competir ao Tribunal Constitucional receber essas candidaturas. Estas só se tornam validadas após averiguação das assinaturas quanto aos dados aí apostos e ao número exigido pelo já referenciado decreto-lei.

proteção de dados pessoais⁷¹ observava a natureza exclusiva do pretendido reforçando tratar-se apenas do acesso à relação geográfica das assinaturas com vista à produção estatística.

A primeira mensagem não teve qualquer retorno. A insistência só resultou após contacto telefónico pedindo resposta à mensagem enviada e reenviada por correio eletrónico⁷². Compreendido o problema entre emissor e recetor a insistência acabou por resultar, não numa resposta pelo mesmo meio escrito mas por um telefonema explicando a impossibilidade legal em permitir o contacto com os dados solicitados e a impossibilidade técnica em alocar um funcionário judicial ao trabalho de extração das estatísticas pretendidas. Essa dupla impossibilidade decorria, por um lado, da lei de proteção de dados pessoais⁷³ a que estavam sujeitas as fichas de assinaturas ali entregues e, por outro, assentavam na falta de recursos financeiros para contratar o aludido funcionário capaz de elaborar esse trabalho. Outras soluções como por exemplo expurgar as partes dos dados pessoais dos documentos revelava-se impossível na medida em que tal trabalho também teria de ser atribuído a um funcionário judicial economicamente inexistente, como já se viu.

A alusão ao direito do trabalho e da investigação envolvida na insistência numa resposta por escrito, ainda que negativa, acabou por resultar numa proposta verbal do Tribunal Constitucional propondo as seguintes condições: o investigador pediria acesso a esses documentos à Comissão de Proteção de Dados e, desde que esta comissão autorizasse, o Tribunal Constitucional não se oporia, ficando o pesquisador com autorização tácita de contactar as aludidas assinaturas proponentes.

Contactada a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), à qual se solicitou um parecer sobre o acesso às aludidas “fichas de assinaturas” com o “único objetivo de obter os dados estatísticos da proveniência concelhia das assinaturas e, jamais, qualquer outro”, veio esta entidade a prosseguir a via da impossibilidade técnica de acesso aos dados com base no

⁷¹ Lei da Proteção de Dados Pessoais

⁷² Não escapou nesta conversa a apreensão de dois sentidos revertidos para a estranheza. Desde logo o insistente questionário sobre quem se dirigia à instituição. Em segundo lugar a persistência recorrente no pedido de explicações sobre o pretendido. Em ambos os casos uma indisfarçada modulação vocal denunciava a excentricidade do momento. Entre o timbre forçadamente tolerante e a modéstia constricta afirmava-se o desâmbito da instituição em ser contactada por comuns cidadãos.

⁷³ Ver lei de proteção de dados pessoais

argumento de que tal contacto só poderia ocorrer mediante “consentimento expresso do seu titular” ou, em alternativa, “desde que expurgado de quaisquer dados pessoais”.⁷⁴

Para aceder à condição de candidato a Presidente da República, o cidadão autoproposto tem de recolher um mínimo de sete mil e quinhentas e um máximo de quinze mil assinaturas. Com a admissão de dez candidaturas⁷⁵, o número de assinaturas ascendia a um número situado entre as 75 mil e as 150 mil. Mesmo considerando o mínimo, a busca de consentimento expresso dos titulares remete para os territórios, se não do impossível, pelo menos do impensável e irrealizável. É uma “estratégia fatal” formada segundo um exagero tão grande, “mais funcional do que o funcional”, que não é mais do que a gestação de uma impossibilidade pelo exagero hipertélico (Baudrillard, 1986). A restante argumentação, remetendo para o acesso ao pretendido apenas num cenário “expurgado de quaisquer dados pessoais” convoca os sentidos para o conhecimento do modo de produção documental desses dados.

Conhecer quais as condições técnico-legais e o modo de agir concebido pelo Estado para a recolha das assinaturas consigna o caminho a seguir. Para além dos dados biográficos do candidato a Presidente da República – a que se junta o local de residência –, o documento administrativo concebido como modelo⁷⁶ para a recolha dos dados e assinaturas dos proponentes estabelece a obrigação da inclusão de dados de Passaporte, Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão destes últimos para que tal tenha plena consideração legal. A conceção gráfica do formulário impõe a recolha realizada em sequência sob a forma de listagem. Assim enquanto o proprietário da primeira assinatura fica em circunstância desconhecidora dos dados seguintes aos seus, a última pessoa a assinar tem a possibilidade de contactar com toda a listagem de dados dos seus predecessores. Acresce ainda a circunstância dos documentos

⁷⁴ Resposta completa da CNPQ: “Os tratamentos de dados pessoais, nos termos da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, alterada pela lei n.º 103/2015, de 24 de agosto – Lei da Proteção de Dados Pessoais (LPDP), estão sujeitos a uma condição de legitimidade. Ou seja, tratando-se os dados que pretende recolher, de dados sensíveis por se incluírem na esfera da vida privada e na medida em que são susceptíveis de revelar convicções políticas, o seu tratamento só pode basear-se em disposição legal habilitante ou em autorização da CNPD assente no consentimento expresso do seu titular ou quando por motivos de interesse público importante esse tratamento for indispensável ao exercício das atribuições legais ou estatutárias do seu responsável (cf. artigo 7.º, n.º 1 e n.º 2).

Assim, e porque o tratamento que descreve não preenche nenhum dos citados requisitos, uma eventual pronúncia desta Comissão, ainda que tivesse procedido à notificação, seria sempre no sentido de considerar que o acesso aos dados pretendidos apenas poderia realizar-se desde que expurgado de quaisquer dados pessoais.”

⁷⁵ Marcelo Rebelo de Sousa, Sampaio da Nóvoa, Maria de Belém Roseira, Cândido Ferreira, Edgar Silva, Henrique Neto, Jorge Sequeira, Marisa Matias, Paulo Morais e Vitorino Silva.

⁷⁶ Modelo da Comissão Nacional de Eleições (CNE)

necessitarem de colheita das assinaturas assente num qualquer processo organizacional – formal ou informal que seja – com recurso, em qualquer das circunstâncias, ao manuseamento diverso e incontrolável. Isto é, o documento circula, descontroladamente, por uma infinidade de mãos.

Desta forma, o modelo construído do documento para uso público expressa duas realidades antagónicas e paradoxais.

- Enquanto circuitar entre mãos civis, ou partidárias, o aludido impresso contém as marcas de acreditação introduzidas pelo Estado para a sua livre, despreocupada e autorizada circulação. O desenho do impresso segue liberto e soberano. Neste estado, os dados pessoais ali apostos não se afiguram em risco de uso indevido, nem carentes de qualquer proteção ou acobertamento com vista à sua proteção. Mais do que autorizado, todo o olhar é convidado a pousar no documento, dessa forma funcionando também como vigia da retidão e impeditivo de atos de improbidade. Em simultâneo, a descobertura dos dados pessoais dos cidadãos proponentes, produz um transporte passivo de sentido, uma espécie de pressão osmótica cujo efeito indutor força o aparecimento sucessivo de assinaturas.

40 ANOS CNE

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

6.1 Modelo exemplificativo

DECLARAÇÃO DOS PROPONENTES

de apresentação da candidatura de _____

à Eleição de Presidente da República 2016

Os abaixo assinados declaram, por sua honra, propor como candidato à eleição para o Presidente da República _____ (nome completo), _____ (sexo), CCER n.º _____ do arquivo de identificação de _____ de _____ (data de validade do CC ou data de emissão do BI), filho de _____ e de _____ (nome(s)), natural de _____ com residência em _____ (morada completa).

Proponentes:

(Nome completo) _____

(CCER/Passaporte n.º) _____ (data de validade do CC ou data de emissão do BI/Passaporte) _____ (entidade emissora) _____

(N.º de Eleitor) _____ (frequência e conceito do recenseamento) _____

Data: / / (Assinatura qual é do CCER) _____

(Nome completo) _____

(CCER/Passaporte n.º) _____ (data de validade do CC ou data de emissão do BI/Passaporte) _____ (entidade emissora) _____

(N.º de Eleitor) _____ (frequência e conceito do recenseamento) _____

Data: / / (Assinatura qual é do CCER) _____

(E assim sucessivamente, em cada folha)

Pág. 6 de 7

Figura 20 - Modelo da Comissão Nacional de Eleições para recolha de assinaturas para as eleições presidenciais.

- Após dar entrada no Tribunal Constitucional, apesar de a sua figuração não sofrer qualquer alteração, a sua natureza, quanto ao contacto entre pessoas, altera-se miraculosamente sem que tenha havido qualquer ato sobre si. A condição civil e pública, outrora atribuída ao modelo de recolha de assinaturas, transmuta-se para uma natureza privada e restrita tornando-se impossível o seu acesso público. O toque mágico de

recepção pelo Estado introduz no modelo não só a condição de clausura como também lhe altera, radicalmente, o direito que o mesmo Estado lhe havia atribuído originalmente. Realiza-se aqui o *fetiché* da transformação prodigiosa no qual a acreditação pelo Estado é substituída pela autoridade do Estado.

A análise do uso do documento-modelo não oferece dúvidas sobre a perspetiva ambivalente inserida na sua génese. A natureza pública e de apelo certificador requerido através dos cidadãos para atestar as qualidades do agente político – putativo candidato à presidência da República – implicada na sua origem, dá lugar, num segundo momento, não só ao seu enclausuramento mas, essencialmente, à impossibilidade de acesso futuro do cidadão à sua assinatura ali registada. Dito de outra forma: a natureza vagabunda, originalmente atribuída ao documento, é civilizada pela clausura do Estado a partir da valorização imposta pela natureza burocrática (E. Silva & Martins, 2017b).

Expressa-se, neste particular, o que Bourdieu designou por um “golpe de Estado” (Bourdieu, 2014, p. 168), triunfando de forma draconiana a perspetiva imperativa do “é assim” ou do “é desta forma” com que o Estado, através dos seus agentes, impõe a sua autoridade na produção e comandando da realidade social. Neste caso a primeira impressão é da intromissão do Estado na produção de conhecimento com vista à regulação e limitação do que pode ou não ser conhecido dos atos que formam e legitimam o seu interior.

8.5.2 A unidade do Estado

Toda a prática política tem como objeto a preservação da “unidade de formação” – extensamente também a “não-transformação”, o que não invalida a possibilidade de produção de novas unidades cujas relações se orientam para “transformações tendo como objetivo o Estado como estrutura nodal de rutura” (1971, p. 45). Em qualquer dos casos, o Estado mantém, em primeiro plano, o seu reconhecido papel de fator de coesão. Mas, para além de “fator de coesão da unidade de uma formação”, o Estado é também uma estrutura onde se centram as “contradições entre os diversos níveis de uma formação”, constituindo-se assim no lugar onde “se reflete o índice de uma dominância e o de sobredeterminação que caracteriza uma formação” (1971, p. 45) cujo objetivo é o de transformar sem transfigurar.

Esta visão, aparentemente contrastante, resulta da circunstância das relações entre o Estado e o ‘conjunto da sociedade’ decorrerem sob um paradoxo. Isto porque o Estado é, por um lado, “um

produto da sociedade num estágio determinado do seu desenvolvimento” mas, por outro, ocupa também o lugar de testemunho na qual esta mesma sociedade está “envolvida uma insolúvel contradição” na medida em que se encontra dividida “em oposições irreconciliáveis” que se vê impotente para resolver. O Estado representa, deste modo, uma entidade com poder saído da sociedade fragmentada e que, na metamorfose desse poder em unidade, se transforma, além de “estranho” e impessoal, num “poder acima dessa sociedade” (1971, p. 45) que lhe deu origem. Representa o “lugar onde se decifra a situação de rutura” (1971, p. 51) da unidade contida em si. Nesta formação articulada, o Estado adquire a “função de ‘ordem’, de ordem política (...) enquanto fator de coesão e unidade” (1971, p. 51) assim impedindo, enquanto unidade formada, “a explosão do conflito político de classe” (1971, p. 51), deste modo evitando a aniquilação tanto das “classes” como a destruição da própria ‘sociedade’ que lhe dá origem e que lhe subjaz.

Enquanto unidade formada, o Estado relaciona-se com o todo societal arquitetado sob um conjunto de estruturas que, na divisão da sociedade em classes, consente a dominação política de classe. Ainda que à partida o agente político o desconheça, a sua entrada no círculo de funcionamento do Estado, obriga-o proceder de acordo com as idiossincrasias. Neste processo subsiste a constatação de Engels segundo o qual “a função social está sempre na base da dominação política” e esta persiste imutável “enquanto preenche esta função social que lhe foi confiada” (1971, p. 52).

Por sua vez, a classe dominante alicerça-se nas funções políticas mas cingindo-se nas “funções económica ou ideológica do Estado” (1971, p. 52) tendo os seus interesses como objeto principal. É ao político que cabe a dominância económica localizada no papel do Estado e, extensivamente, “o papel dominante na articulação das instâncias” (1971, p. 52) diversas em presença que determinam o fator de coesão sob o qual o Estado se mantém ao longo do tempo.

8.5.3 Apropriação do Estado pelo Direito

O fracionamento de poderes em que o Estado faz assentar a sua orgânica e a realidade disjuntiva procedente da especificidade de áreas, simultaneamente vitais mas de execução prática dissemelhante, promove a perceção segundo o qual, na sua divisão operacional, o Estado dispõe-se como um puzzle com peças sem configuração aparente de encaixe entre si. Todavia a entidade designada Estado revela, tanto na sua história como nas suas práticas, um

funcionamento possível no qual o papel das fronteiras internas se cumpre na limitação e contenção das partes que participam na sua totalidade.

Essas partes aparentemente desconectadas e desajustadas que (d)enunciam possíveis escapes para soluções não pensadas – expedientes – esperam operar segundo uma solidariedade funcional em que o sentido coercitivo impõe um permanente alerta, ajustando-se e defendendo-se através do processo burocrático. É este processo que dá vigor ao Estado fazendo com que uma ordem ou uma limitação por si emanada surja desligada de qualquer agente individualmente considerado e, seja sempre, apresentada ao cidadão como a decisão oficial riscada sob as linhas da mais pura justiça em favor de todos, inclusive de si próprio.

A tripartição que lhe sustenta os princípios assentes em recortes de tipologias diferenciadas de poder – executivo, legislativo e judicial – e que afirma o seu funcionamento baseado numa coesão de interdependências segue a génese da *di-visão*. Sob esse princípio, além dos típicos poderes estatais separados, o funcionamento do Estado fornece a possibilidade de outras perspectivas de análise, nomeadamente contidas na verificação das fórmulas como as interconexões se estabelecem no seu interior.

A circunstância de serem funções diferenciadas a construir a separação e as mesmas funções a dar forma às interdependências (Bateson, 1999) estatais cogita a contingência das posições estarem em luta permanente e agirem de acordo com estratégias com vista não só à procura do poder, mantendo, em simultâneo, a cooperação funcional com as outras ordens sem as quais a integralidade do Estado não seria possível. O Estado está, desta forma, construído como uma entidade orientada para a neutralidade cuja expectativa funcional, ao exigir a produção de equidade, torna a imparcialidade numa espécie de mercadoria de consumo obrigatório.

8.5.4 O poder da instituição exitosa

A dificuldade de construção do Estado como objeto de estudo sociológico canaliza o raciocínio para representações simplificadas do campo, dominadas por ideias ajustadas entre o “interesse no desinteresse” e as práticas assentes em “valores do desapego”. Como ponto de partida, e de forma imprecisa, pode-se afirmar que o Estado é um “setor do campo do poder, que se pode chamar de ‘campo administrativo’ ou ‘campo da função pública’”. Cogita-se e conserva-se segundo a severidade do paradigma draconiano – é assim porque é assim – persistindo a todo momento como detentor do “monopólio da violência legítima” como afirmou Weber (2004b).

Um tanto para além da fórmula weberiana, Bourdieu (2014) entrevê mais do que a força física nesse privilégio que o Estado se autoatribui, acrescentando tratar-se do “monopólio da violência física e simbólica” (Bourdieu, 2014, p. 30). A introdução do ‘simbólico’ revela o “princípio oculto” só perceptível nas manifestações públicas sinalizadas nos fundamentos da “integração lógica e da integração moral do mundo social” (Bourdieu, 2014, p. 31) decorrente das representações coletivas como noções-tipo das quais os indivíduos participam (Durkheim, 2000). Daí decorre que o Estado está, à partida, assente no pressuposto consensual sobre a presença de conflitos, deixando lavrar a sua existência prática debaixo do princípio inscrito num recurso estabilizado na inevitabilidade subentendidamente observada de “haver uma espécie de acordo sobre os terrenos de desacordo e sobre os modos de expressão de desacordo” (Bourdieu, 2014, p. 31). A ideia de controlo estatal assim plasmada introduz também a o princípio termodinâmico de escape, sem a qual se daria a formação de um sistema fechado, submetido às leis da entropia e, desse modo, em permanente iminente de irrupção (Von Bertalanffy, 1972).

Isto é, para manutenção do consenso, o Estado constitui-se num campo fechado sobre si mas, em simultâneo, impõe-se a receção de energias contrárias ao consenso pré-estabelecido. Mantém, todavia, as rédeas do controlo social. Um exemplo situa-se na condição subuniversal que lhe assiste. A sua disposição enquanto “campo da alta função pública” assenta numa rigidez ou severidade ortodoxa baseada num “conjunto de regras do jogo amplamente impostas, a partir das quais se estabelece, no interior do mundo social, uma comunicação que pode ser uma comunicação *no e pelo* conflito”. O Estado é, nesta perspetiva, a entidade criadora dos princípios fundamentais de adesão à ordem social com vista ao consenso e, em simultâneo, compõe-se baseado na autorização de “trocas que levam a um dissenso” (Bourdieu, 2014, p. 31).

Observar e pensar o Estado como um fim em si esconde mais do que dá a ver. A forma de escape a essa teleologia inscrita nas nossa “estruturas mentais” consiste em dedicarmo-nos aos atos do Estado, isto é “aos atos políticos com pretensões a ter efeitos no mundo social” (Bourdieu, 2014, p. 39). São atos tornados legítimos e eficazes porque inquestionados, fundados na crença da “existência do princípio que os fundamenta” (Bourdieu, 2014, p. 39) e, logo, desligados da necessidade de serem postos em questão. Ainda assim, tudo demonstra que sair da teleologia, quando se trata do Estado, é assaz difícil porque, mesmo os aludidos atos de Estado, têm em comum serem produzidos por “agentes dotados de uma autoridade simbólica, e

seguidas de efeitos” que remetem para uma “comunidade ilusória, de consenso último” no qual as pessoas, através do consentimento latente participam “consciente ou inconscientemente”, sendo essa comunidade de pertença o que geralmente se designa por “nação ou Estado” (Bourdieu, 2014, p. 41).

A dicionarização trata o Estado como uma entidade dissémica, atribuindo-lhe dois sentidos justapostos. A fórmula de Bourdieu propõe-se distingui-los entre o ‘Estado 1’ interpretado como o “aparelho burocrático de gestão de interesse coletivos” e o ‘Estado 2’, instituição dedicada ao sentido “em que a autoridade desse aparelho se exerce” (Bourdieu, 2014, p. 64). Entre os conceptualizados ‘Estado 1’ e ‘Estado 2’ produz-se ora uma separação que dá lugar aos limites da sua responsabilização e à fronteira da sua desresponsabilização, ora à junção expressa na “visão oficial que se impõe como visão legítima” (Bourdieu, 2014, p. 64) produzida como a licitude da sociedade em geral.

Na realidade esta junção remete para o entendimento do Estado para a posição do agente consignado à totalidade mas que, todavia, em certas circunstâncias do seu funcionamento se separa em oposição entre Estado e sociedade civil, desta forma entroncando na fórmula avançado por Espinosa que daria o “Estado como natureza *naturante* e o Estado como natureza *naturada*”. O Estado como natureza *naturante* constitui-se na autoridade soberana exercida “sobre o conjunto de um povo e de um território determinado” tese que contraria a noção do Estado enquanto o “conjunto de pessoas organizadas que mandam no Estado” (Bourdieu, 2014, p. 66) e que promove um paradoxo no sentido original sobre quem produz quem, formando-se, dessa forma, o Estado como natureza *naturada*.

Sobressai, nesta hierarquia, uma inversão na medida em que ela mostra a existência inicial de uma base societária “organizada tendo um governo autónomo e essa sociedade exprime-se, manifesta-se, realiza-se no governo ao qual delega o poder de o organizar” (Bourdieu, 2014, p. 66). Instalado como poder delegado, o Estado emerge como uma novel entidade cuja legitimidade extravasa-se e hiperboliza-se ao ponto de se impor à sociedade que lhe dá origem. Esta anástrofe das práticas desenrola-se segundo “uma inversão inconsciente das causas e dos efeitos” (Bourdieu, 2014, p. 66) similar à lógica do fetiche da mercadoria descrita por Marx (2015). Produz-se nesta contraversão um fetiche “que consiste em fazer como se o Estado-Nação, o Estado como população organizada” (Bourdieu, 2014, p. 66) existisse antes do conjunto de pessoas organizadas que, na realidade, lhe deram origem.

Esse Estado-Nação, nascido e situado em estrato superior ao Estado-Sociedade, surge como construção de agentes sociais “detentores desse capital de recursos organizacionais que era o direito romano”, nomeadamente profissionais juristas que traçaram as formas de uma nova conceção daquilo a que se chamará Estado, colocando o seu nascimento atrás da sua fecundação. Essa nova entidade pós-elucubrada à realidade societária, surge configurada segundo “um conjunto de recursos específicos” que passam a funcionar como dispositivos de crença do mundo social em conjunto, sustentados em mecanismos linguísticos autorizados, legitimados e naturalizados. Estes passam “a enunciar o oficial e a pronunciar palavras que são, na verdade, ordens, porque têm atrás de si a força do oficial” (Bourdieu, 2014, p. 66).

A partir deste momento o Estado passa a ter o *direito* como patrono. A repetida afirmação o Estado é de direito esconde a reivindicação de que ‘o Estado é *do* direito’. O Estado não é de economistas, gestores, psicólogos, sociólogos, médicos ou antropólogos. Estes, querendo representar o Estado em qualquer vertente, nomeadamente a política, submeter-se-ão às fórmulas oficializadas e normativas do proceder e, querendo afirmar a expressão da delegação, fazem-no segundo as maneiras do direito.

Por isso o Estado impõe-se critérios na escolha das pessoas para o seu seio fixando-se em indivíduos “respeitáveis e respeitosas” que aceitam agir “segundo as formas, sabendo impor as formas” e tenham sempre presente o respeitar as regras, nomeadamente “as regras do jogo”, ao que não deve faltar a arte de, invocando sistematicamente o direito, “por o direito do seu lado” apondo-lhe propriedades superiores na afirmação, sempre presente, “respeitar o direito” (Bourdieu, 2014, p. 69). Bourdieu vai buscar a Espinosa o termo *obsequium*, modo que revela menos o respeito desses indivíduos pelas pessoas e mais a sua obediência e salvaguarda da ordem social imposta pelo Estado. O respeito demonstrado pelos agentes próximos do poder do Estado revela o ato *obsequioso*, na medida em que “respeitando-as, presta-se homenagem não à pessoa que na aparência se respeita, mas à ordem social que torna essa pessoa respeitável” (Bourdieu, 2014, p. 69). Trata-se, na realidade, de uma subordinação dos indivíduos ao ponto de submissão, como arautos do “respeito puro pela ordem simbólica”, por aqueles agentes que fazendo o Estado se fazem a si como “detentores de um poder do Estado” (Bourdieu, 2014, p. 72).

O poder do Estado é um poder consensualmente reconhecido pela sociedade que o forma. Atrás de si, as suas forças produtivas sustentam-no e sustentam-se baseadas no consenso definidor

daquilo que “é bom para o público, em público”. A um conjunto de “pessoas que definem o público” é atribuída esta obrigação de explicar as pretensões do Estado e tornar facilmente compreensível aquilo que, à partida, é complexo. Estes especialistas do Estado transformam-se, paradoxalmente, nos “detentores do monopólio do bem público” e, através de uma naturalização metamorfósica convertem-se nos “detentores do monopólio do acesso aos bens públicos” (Bourdieu, 2014, p. 129).

Consequentemente há implicações produtoras de interesses específicos que não são mais do que o “resultado da posição dos agentes no espaço social ou no subespaço burocrático constituído pela política” (Bourdieu, 2014, p. 163) onde não faltam pressões tornadas regulares “que pesam sobre o conjunto de pessoas” (Bourdieu, 2014, p. 163). Deste modo, todo o processo cimentado nas pressões, regularidades e interesses assentes no processo burocrático podem revelar o “princípio da independência em relação a interesses externos” (Bourdieu, 2014, p. 163) e, dentro dessa perspetiva, funcionar como salvaguarda do Estado às “correspondências não desejadas, em relação a interesses externos” (Bourdieu, 2014, p. 163).

Qualquer abordagem ao Estado deve partir da prudência e desconfiança. Toda a simplicidade aparente esconde complicações. A sua característica mais evidente consubstanciada na posse de poder simbólico é justamente “a naturalização, sob forma da *doxa*, de pressupostos mais ou menos arbitrários” (Bourdieu, 2014, p. 166) ligados à sua origem enquanto entidade estatuída. O Estado produz a cultura política do que é legítimo tornando as suas regras “implícitas” e desligadas de afronta possível. Essa circunstância introduz no Estado um antídoto, algo similar a “uma “amnésia da génese”, condição “inerente a toda a instituição exitosa” cuja natureza está atravessada pela capacidade de se impor “implicando o esquecimento da sua génese” (Bourdieu, 2014, p. 166). Os cidadãos agem de acordo com as premissas do Estado sem nelas se deterem ou questionarem.

Na medida em que o Estado “existe na objetividade e na subjetividade, nas coisas e nos cérebros”, torna-se numa entidade constituída sob um dualismo patenteado no estado material e no estado simbólico. Essas características, que fazem de si uma instituição exitosa, compõem a sua existência assente tanto “na objetividade dos regulamentos como, na subjetividade das estruturas mentais atribuídas a esses regulamentos” (Bourdieu, 2014, p. 166), tornam o Estado além de invisível, também insensível. O Estado simplesmente “desaparece como instituição” ao ‘fazer-se’ esquecer “como tendo tido um nascimento, como tendo tido um começo”. O bilhete

de identidade do Estado não tem fotografia nem data de nascimento. Em bom rigor o Estado não tem bilhete de identidade. A sua presença impõe-se lastrando os sentidos de submissão dos cidadãos sob efeitos determinísticos naturalizados segundo o “efeito do ‘é assim’” sem lograr espaço para discussão, aliás, sequer para pensar em discuti-lo.

O Estado socorre-se de um efeito de crença com vista à obtenção de ordem com o menor custo. Consegue “produzir um mundo ordenado sem dar ordens”. A explicação para esse “efeito quase mágico” advém não tanto da sua condição materialista mas da “acumulação de capital simbólico” que lhe subjaz. O simbólico enquanto obediência sem ordem, sem diretiva, sobrepõe-se à coerção do materialismo e explica a acumulação inicial de capital estatal introduzida pelos aspetos pessoais de diferenciação e destaque: “há pessoas que fazem obedecer, respeitar, porque são letradas, religiosas, sagradas, saudáveis, bonitas...”. Nesta aceção compreendida na extensão da duração em que o Estado vai-se fazendo, o Estado vai também fazendo, nomeadamente, inculcando “estruturas cognitivas semelhantes ao conjunto dos agentes submetidos à sua jurisdição”, assim constituindo-se, como referiu Durkheim, no “fundamento de um conformismo lógico e de um conformismo moral” (Bourdieu, 2014, p. 229).

Através das instituições, o Estado constitui-se no principal agente construtor da realidade social. Para tal serve-se de “ritos de instituição”⁷⁷, ato cerimonioso a que se atribui o estado de obediência institucionalizada e cuja possibilidade de entrada estabelece “uma diferença definitiva entre aqueles que se submetem e os que não se submetem ao rito” (Bourdieu, 2014, p. 230). Os submetidos ao rito, porque constituídos em obsequiosos, tornam-se numa espécie de guarda pretoriana do Estado.

⁷⁷ Sem propriamente promover alguma alteração que não seja a aqui enunciada, Bourdieu usa a expressão “ritos de instituição” baseada na formulação avançada por Van Genepp com os “ritos de passagem” – e que, mais tarde teve os contributos de Victor Turner –. No caso do Estado e dos seus representantes, a fórmula de Bourdieu acentua, de modo mais evidente, o cariz de obediência e sujeição fadado aos que nele decidem pertencer.

9 DIGRESSÃO AO INTERIOR DO CAMPO POLÍTICO

9.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE IDEOLÓGICA E POLÍTICA

9.1.1 Principiantes absolutos

Potencialmente, no sentido amplo do termo, todos os indivíduos podem ser políticos. O sentido comunitário, vertido na inevitabilidade de todos viverem precisados de todos funda a política como campo exterior de permanente apelo aos indivíduos. Examina-se todavia aqui sentido restrito do político, isto é, aqueles indivíduos que, efetivamente, o são na atividade permanente. Acompanha-se aqui aqueles que, de um ou outro modo, sentindo-se destacados, se afirmam numa posição que clama por qualidades especiais, nomeadamente a ascendência sobre todos os outros indivíduos fautores da comunidade. Trata-se, entre outros, de saber da pessoa que se autodescobriu pelo encantamento das figurações do campo, do agente que para a função foi levado pelas forças invisíveis da (re)produção social e do cidadão desamarrado das condições históricas familiares para se dedicar a uma dissonante narrativa pessoal.

A atividade política está direta e intimamente ligada à vontade de ser, por um lado, e ao uso da palavra, por outro. Sem vontade e sem palavra não há política nem há político. Contudo, sabendo-se da existência imperiosa destas duas dimensões, faz parte da arte do político, tonar-se necessário. E, fazendo-o segundo o discurso já concebido na forma politizada, tende a criar uma personagem de si, nomeadamente alocando-se em ideais recortadas numa base histórica de ideias políticas e sociais. Dessa forma, concebe-se segundo uma identificação, apesar de o fazer centrado na produção de uma identidade construída durante o seu processo de socialização.

Afirma Van Djick que “as ideologias existem para manter grupos sociais e o seu poder (Dijk, 2005, p. 16). Apesar de tudo, dentro de alguma rigidez potencial, persiste uma certa dose de plasticidade e liberdade individual na formação da identidade ideológica. Nesta perspetiva, não se nega a existência de padrões, mais ou menos enrijecidos, definidos à partida como balizas das ideias políticas – uma espécie de catálogo destinado a escolhas – mas persiste a necessidade da atenção à forma como os indivíduos escolhem – ou são escolhidos – segundo as linhas desse mesmo cardápio. Estas premissas direcionam o entendimento da constituição social do indivíduo político a partir da formação de uma identidade ideológica. Posto de outra forma, trata-se de responder a uma simples pergunta: como se intromete a ideologia num indivíduo?

9.1.1.1 *Dentro da clandestinidade, cercada pelo amor de obrigação*

Quando terminou a escola primária, Branca de Carvalho e sua irmã gémea, já tinham compreendido os códigos sociais da época que, entre outros, indicavam o lugar a ocupar por cada qual segundo a sua posição social. Com sete irmãos, um pai vendedor e uma mãe a tomar conta de uma pequena mercearia, percebe que o seu lugar de classe se situa entre a pequena e a média burguesia. Apesar de distante da vida proletária, o pai acerca-se das áreas do *revivalho* escutando, em surdina, tanto a rádio Portugal Livre como a Rádio Argélia. Jamais falha uma comemoração simbólica como o 5 de outubro ou o 31 de janeiro. Disso nascer-lhe-á uma espécie de curiosidade.

A residir no Porto, depois de uma deslocalização de Ermesinde, procurará, à revelia do pai, frequentar aulas graciosas de uma instituição da Areosa. Descoberta, à moda de então, tal resultará num arraial de pancada infligida pelo progenitor. Apesar de tudo, insistirá em continuar estudos num colégio de frades junto à estação ferroviária de Campanhã. Muitos anos mais tarde, já adulta, posta perante a necessidade de um comprovativo para aceder ao ensino superior, encontrará o dito colégio ainda em funcionamento.

Ter quatro irmãos homens constituiu uma ajuda na descoberta do mundo. Por um lado o republicanismo do pai não se traduzia em ações consentâneas. Por outro lado o recorte de papéis marcava a diferenciação – as raparigas ‘ajudavam’ as mães em casa, adicionando um complemento proveniente do trabalho no exterior – enquanto a presença de rapazes evocava, a todo o tempo, a tragédia, sempre abeirada, da guerra colonial.

Por isso é que eu digo que ele era um republicano um bocado especial. Porque depois o comportamento dele em relação às raparigas não era de uma pessoa que devia ter uma postura dum republicano. Cheguei a dizer... Mas para mim, com esta informação que ele nos foi transmitindo, com esta curiosidade e depois com o despoletar da guerra colonial, nós, as raparigas, comentávamos isto muitas vezes: “Falta quanto tempo para eles... para partir o primeiro?”. E ouvíamos as cartas dos soldados, aquelas coisas todas que pra nós aquilo marcou profundamente e nós estávamos a contar quando é que eles vão. (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

Por um lado expõe-se a noção de diferenciação introduzida pelo republicanismo e, em simultâneo, a prossecução de uma cultura patriarcal em que o papel da mulher, sendo remetida para o interior da casa, não lhe cabe saber mais do que o mínimo para, desse modo, se conformar com o parco da vida. A guerra colonial, uma guerra de homens, é também a expressão desse patriarcalismo a que não escapa o espírito de sofrimento antecipado atribuído à

mulher como missão da própria guerra. Sofrem os que vão, eventualmente dando a vida pela pátria. Sofrem também os que ficam, na maior parte das vezes mulheres – irmãs e esposas – para que o sofrimento se lhes entre na carne e se lhes aloje na memória como uma marca. Neste caso trata-se de um sofrimento antecipado, porque ninguém se acerca das tábuas de probabilidade para se afastar o mau presságio do provável acontecimento tenebroso. Um sentimento de repulsa impõe-se e a vontade contra o sistema entronca com a sensibilidade pessoal

Exatamente! [Solta-se] uma apetência de estar contra [o sistema]. Porque o sistema vai-nos roubar a família (...) e nós sempre tivemos um espírito de família e de coletivo, de solidariedade muito grande entre nós. E então a questão dos nossos irmãos poderem ir para a guerra colonial... Estiveram lá dois... (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

Formar um espírito contra o sistema político vigente a partir de um sentimento colhido na vivência das práticas, estrutura a pessoa na procura de identidades semelhantes. A posse de um âmagão dominado por posições políticas definidas, ainda que não assumidas, ajuda no estabelecer de relações com as pessoas alinhadas com ideias semelhantes. Depois da participação no MDP-CDE, organização à data tida como filho do PCP, não mais foi possível recuar

[Como descubro o PCP?] Descobriram-me a mim, prontos! Eu comecei, como eu disse, em 69, passávamos lá pelo movimento democrático, fomos ouvindo falar... Fomo-nos envolvendo com pessoas que fomos conhecendo, nos comícios, em sessões, na campanha, etc... E não perdemos a ligação com essas pessoas. Depois havia, no Porto, várias repúblicas de estudantes onde se concentravam pequenos núcleos de ativistas, de estudantes no movimento do Porto. E nós não perdemos essas ligações com esse pessoal, da República dos Lysos, da República 24 de Março. Nós não perdemos essas ligações e viemos, mais tarde, depois de descobrir o que é que cada um... Onde é que cada um se situava. (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

O processo de recrutamento segue um modelo clássico dos partidos a operar na clandestinidade. A pessoa frequenta meios identificados com determinada forma de pensar e, dentro desse meio, alguém é incumbido de avaliar o indivíduo até não haver dúvidas da sua idoneidade política. Certo dia uma amiga faz o convite de adesão. Nesse momento a pessoa descobre uma realidade que não é de todo desconhecida

E eu fiquei assim um bocado espantada, porque já tinha ouvido falar, mas o meu pai tinha medo! Mesmo muito [medo] de que nós aderíssemos ao partido e das consequências que isso poderia trazer, mas ela [a amiga] abordou-me e eu disse que tava bem, que tava disponível. (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

Com a amiga fica constituída uma célula. Segue-se a entrega, pelo partido, de uma tarefa política com a algum grau de importância. Vive-se o ano de 1972. Faz-se circular informação subversiva

(...) havia uma grande fábrica e levámos umas caixinhas que tinham um fiozinho para lhe pegar o fogo, tinha uma coisinha de pólvora e nós com o isqueiro, pegávamos fogo ali naquele *rastilhozinho*, a caixinha rebentava e os papéis de seda fininhos com um convite para a manifestação do custo de vida... Voavam à saída das empresas... (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

Ao demonstrar competência, o funcionário demonstra confiança. Atento, o partido convoca a pessoa para mais responsabilidades. O alargamento da célula implica também a função de formador político. Além disso, por vezes, trata-se de servir de meio de ligação a militantes com alguma capacidade de dádivas

(...) Tive que ser responsável por elas. Elas eram já militantes do partido e o PCP encarregou-me de contactar essas pessoas, com um código que nós sabíamos (...) e a partir do momento tinha que receber a cotização dessas pessoas, colaboração que elas davam para o partido em termos de roupas e coisas para o pessoal que estava na clandestinidade, que eu mais tarde cheguei a receber também... E percebi qual era o papel daquelas pessoas. Eu tinha esses pequenos contactos e dei-lhes formação política que me davam a mim e eu transmitia-lhes a elas. (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

Quando se trabalha para uma organização clandestina todo o cuidado é pouco. Um dia pode-se entrar numa tipografia, pedir descontraidamente para imprimir uns panfletos sobre o dia da mulher de 1973 e, no levantamento dos panfletos dar-se os dados pessoais a pedido do senhor da tipografia sem se suspeitar que se vai ser denunciado. A rede de contra informação do partido também está bem informada e põe-se imediatamente em campo

(...) Fomos caminhando pela rua, e ele disse: “Olha, há aqui um problema muito complicado, porque é assim, a PIDE já detetou quem foram as pessoas que foram lá à tipografia imprimir o documento e tu tens duas opções: ou saltas já para a clandestinidade, e nós vamos resolver isso rapidamente, ou deixas-te estar e tens que aguentar, porque eles não vão tardar muito e vão bater-te à porta” (...) Quando fui confrontada com aquela situação, então eu disse: “Não, então eu passo à clandestinidade, passo já!” (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

Passar à clandestinidade é desaparecer como pessoa com uma história de vida para reencarnar noutra pessoa com um futuro mais do que perigoso. Mais do que cuidados, é um passo que implica método. Mesmo junto dos familiares, assim como momento de fronteira entre o ser-se um a caminho de se ser outro, é necessário não trair o planeado

E fui tirando pequenas coisas e foi assim... A minha mãe e o meu pai nessa altura estavam um bocadinho mais liberais, nós éramos mais crescidas, já ganhávamos o dinheiro para a casa, um

fim-de-semana por outros, deixavam-nos sair e em 73 participei, mais a minha irmã e o meu irmão no Congresso de Aveiro, no Congresso da Oposição Democrática... (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

E assim, de um dia para o outro, deixa-se a vida que se tem para desaparecer para uma outra vida que não sabe muito bem o que será.

Já me vesti de uma forma mais adequada e fui de táxi para a Afurada, para a zona do Douro que faz fronteira com a Afurada e atravessei de barco para a Afurada, para ir ter com o companheiro com quem eu estive depois. Companheiro entre aspas. O amigo com quem eu estive depois nessa casa clandestina, onde tínhamos uma tipografia do partido. (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

Segue-se o disfarce metido numa encenação. O quadro deve conter os traços de vida normal. Não se deve ser diferente. Por isso começa-se pelo mais básico das vidas habituais: ter uma residência.

Nós tínhamos uma casa, que era um apartamento, aparentemente normal, eu era a esposa do senhor e ele era desenhador ou dizia-se desenhador. A casa foi alugada por ele. Muito recatada, numa zona Valbom, muito recatada e soube, mais tarde, que (...) fomos dos poucos funcionários que, sendo da região, ficámos na região, porque essa não era a prática do PCP. (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

A passagem à clandestinidade afere a capacidade dramaturgica que há em cada um. A vertente do ator é inerente ao político. Em geral, os estudos prestam-se à análise da representação do político no poder. Na figuração desse poder, o individuo interioriza a rigidez do Estado para o exteriorizar numa pose geralmente hirta. Na figuração do político clandestino entram variáveis diversas de construção teatral com vista a conseguir-se uma fachada verosímil. Por exemplo, interromper a prática de mandar gente do norte para o sul resultou da óbvia circunstância de denúncia pelo falar. Traía-se assim a vertente pretendida da existência normalizada

A prática era: quem é do Norte, vai para o sul. (...) Essa reflexão foi importante, porque as pessoas que eram do Norte tão [ficavam] perfeitamente desenquadradas, em zonas, pelo sotaque... Por muitas coisas. A forma de estar... E nós ali estávamos como peixe na água (...) Os cuidados tiveram que ser muitos. Comprei uma peruca, para usar diariamente, até que tive que pintar mesmo o cabelo, porque me começou a cair muitas madeixas por causa do calor que ela me fazia. A minha aparência, de facto, mudou bastante e estivemos ali durante muito tempo. (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

Foi quase um ano a viver com a pele de uma outra pessoa. Desde 1973 até 27 de abril de 1974. Sendo-se clandestino de uma organização política como o PCP, implicava manter a desconfiança sobre qualquer acontecimento. Perante notícias de conteúdo extraordinário, subsistia o princípio de inverosimilhança. Nada de crenças, nada de demasiada imaginação,

porque estas podem trair a realidade. E, dado que o contacto entre a casa e partido havia sido preso e, face à circunstância de se estar perante uma casa com um tipografia, não se podiam correr riscos. A prisão do contacto com exterior impunha agir de acordo com o preceituado pela experiência do partido. E, neste caso, não se apresentavam dúvidas: havia que retirar dali o material tipográfico muito rapidamente.

Eu estava à porta dessa loja, à espera para abrir às 9 horas, para comprar as malas e ouvi que havia um movimento... E disse: “espera lá, já não compro malas nenhuma!” Voltei para a casa e falei lá com o companheiro. “Olha, eu ouvi isto... Tás a ver as notícias? Eu ouvi isto assim, assim. Compro as malas, não compro? O que é que fazemos?”. Tínhamos que decidir os dois. (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

Nenhuma realidade consegue mudar de dia para a noite se não houver um acontecimento por trás. Principalmente num país onde todas as notícias passam por um exame prévio. E, sabe-se, não há fumo sem fogo. Algo aconteceu. Será? Entre o dever e o haver, algo tem de explicar a mudança na ordem. Existem regras a cumprir mas estas só fazem sentido dentro de determinado cenário. Assim sendo, à revelia das ordens do partido já não saíram da casa, pondo o material em risco. Decidiram ficar. Pelos vistos acertadamente

Eles ligavam para lá e recebemos uma chamada do meu pai a dizer que: “Vocês não levistem nada da casa, deixem-se estar, que depois entramos em contacto convosco.” Pronto! Tudo bem! E assim ficámos até ao dia 27, quando recebemos uma chamada a dizer: “Podem sair da casa. Podem ir visitar a vossa família e depois já nos encontramos nalgum sítio [foi na sede do Movimento Democrático, no Porto] para combinarmos como é que vamos fazer a seguir”. (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

Uma simulação de vida conjunta com vista a uma encenação para a tornar verosímil um quadro de clandestinidade tende a fazer ultrapassar a noção de representação para a colocar na perspetiva da relação em potência. É o mesmo que dizer: toda a encenação acontece no domínio do real. E, nesta circunstância, a separação entre a vida encenada e a vida em decorrência, torna-se um exercício de grande dificuldade humana. O facto da passagem à clandestinidade implicar uma vivência em comum, ultrapassava a mera noção de dádiva do indivíduo ao campo político, para o transformar num autómatu em cumprimento de uma missão, não importando as consequências humanas

Depois do 25 de abril mostrou quantos camaradas, homens e mulheres, se separaram após 25 de abril. Porque o Partido colocou-nos perante situações.... De facto, viverem um homem e uma mulher na mesma casa durante muito tempo... apenas numa relação de amizade... O sexo fraco existe e somos homens e mulheres. Eu era uma jovencinha, ele era mais velho que eu um par de anos e a certa altura propôs-me que eu fosse a companheira dele. E eu recusei! (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

Percebe-se que tudo deve ser feito pelo partido, nada contra o partido. Cabe ao indivíduo submeter-se, inclusive no mais íntimo de si, de modo a permitir ao partido persistir enquanto entidade superior. Posto perante um quadro tendente a fragilizar os sentidos, não se luta apenas em busca de um mundo melhor mas também contra a vulnerabilidade imposta pelas circunstâncias. Enquanto uns insistem, outros, talvez dominados por uma moral, resistem. Na clandestinidade mostra-se coragem demonstrando-se resistente. Contraditoriamente não se aprecia a resistência de quem resiste a um tipo de avanços, talvez por não os conseguir localizar no domínio das práticas de um político em formação.

E a reação dele não foi boa. Eu disse: “Não, eu não quero! Eu vim porque acredito numa coisa, estou aqui para trabalhar”. Eu não percebia nada de nada do que era uma tipografia, mas ganhei tal empenho nisso que, a certa altura, nós eramos as tipografias do partido que mais documentos produzíamos num curto espaço de tempo. Eu já competia com ele e sentia necessidade de fazer isso para provar que, apesar de ser mulher, eu era capaz de fazer como ele. (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

É dos livros: a recusa à realidade a acontecer dá lugar ao que na linguagem política se afirma tratar-se de uma reação. Ao autor do ato a convenção designa por reacionário.

Durante quinze dias, naquela casa, não nos falámos, pura e simplesmente! E quando o camarada que nos vinha contactar regularmente me disse: “O que é que se passa? Tu emagreceste tanto! O que aconteceu?”. E eu disse: “Eu quero falar contigo! Passou-se isto assim, assim, assim... Eu não admito o comportamento deste cavalheiro. Nós somos pessoas, somos seres humanos. Eu admito a proposta, não admito que depois de recusada nós cortemos relações. Se isto é para continuar assim, eu tenho de saltar desta casa para fora! Vocês combinem como entenderem. Eu continuo na clandestinidade, mas assim não. Ou ele muda de atitude, porque isto não pode ser, não é? Não podemos estar aqui três semanas, 24 horas por dia, sem trocarmos uma palavra um com o outro”. “E eu como na cozinha e ele vêm para a sala ou vice-versa. Portanto, isto não dá!” Mas eu aguentei firme! Depois ele veio-me pedir desculpa, mas a parte de lá, que foi falar connosco, acabou por confessar que eles esperavam que isto fosse um ato natural. (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

A representação de casal simulado seguia o princípio da reversão amorosa por via biológica. Esperava-se que postos em permanente contacto, não restasse à relação entre um homem e uma mulher a convocatória da vertente biológica. E que esta via revertesse para a consolidação política, tornando verdadeiro o que antes não passava de um fingimento. Do casal fingido passava-se ao casal de facto. Realizava-se, deste modo, a melhor das encenações na medida em que todos os atos de um casal passavam a estar presentes no dia-a-dia. Desaparecida a dimensão da encenação, pelo menos na via dos afetos, dava-se uma maior aproximação à vivência verdadeira.

Este ideário transcorria da certeza da realização de uma inevitável aliança entre a produção social e o naturalismo, forma conscientemente usada pelo PCP como o resultado da natureza sobressaída, não tanto da ideologia política mas das consequências práticas da ação política. No caso de um partido obrigado a existir num processo de clandestinidade, todas as ações militantes obrigavam-se a um altruísmo que negava o indivíduo existente em cada pessoa. Os apelos da natureza ajudava assim aos apelos da política.

Este casal são duas pessoas diferentes, que se encontram, que estão na mesma casa, o tempo vai ajudar a que eles se relacionem. No pós-25 de abril, constatei que vários camaradas que tinham passado pela mesma situação se separaram das companheiras e tiveram novas companheiras ou novos companheiros. (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

A construção de um novo mundo fundado na exígua relação de dois seres relacionando-se exclusivamente entre si, não cabe nas considerações da armação política mas na possibilidade de seres humanos se relacionarem entre si por ter acontecido forma acidentada ao amor romântico. Mas, sabe-se o amor romântico nem sempre é exigível quando se trata da necessidade de aliviar os corpos. Se há amor de perdição funcionando por atração das partes, neste caso prostra-se um quadro de amor por obrigação, empurrado pela instigação.

Só que, já muito perto do 25 de abril, e porque esta situação de manteve e eu falei com o psicólogo e disse: “Pronto! Não quero! Tá terminado, eu vivo nesta casa na mesma, com a mesma postura que tenho em termos de trabalho no partido, mas não quero ter nenhuma ligação com a pessoa.” O partido decidiu que eu ia para a União Soviética durante um período e depois, quando regressasse, voltaria para a atividade clandestina, mas numa outra zona do país, noutra tipografia. Porque tinha provado, digamos, que as minhas capacidades naquela área eram boas... (Branca de Carvalho, PCP – Viana do Castelo)

Clandestinidade mas com cuidados ao nível da auscultação psicológica com vista à tomada de decisões sobre o destino dos indivíduos, nas quais se incluía a possibilidade de sair para o centro do mundo comunista, onde se realizavam cursos de aprendizagem com vista a alongar o comunismo pelo globo. Mesmo quando os pressupostos tomados como habituais se não realizavam e se verificava a recusa de uma jovem mulher se submeter, o PCP mantinha o sentido profissional da política. Neste aspeto é o primeiro partido a constituir funcionários políticos. Branca de Carvalho era um desses elos que fazia funcionar o partido.

Apesar de, aparentemente, localizadas à margem da política, as relações de entrelaçamento marital saídas dos processos de clandestinidade constituem um campo de consequências individuais para além da determinação necessária à sobrevivência. Estas práticas estão também na base da constituição do espírito de resistência formadas na antecâmara da revolução do 25

de abril de 1974 e da qual ajudou o PCP a formar-se numa organização disciplinada. A sujeição à disciplina organizacional, como fator primordial, está também no centro do estímulo que levou os restantes grupos políticos, em nascimento apressado, a empreenderem, se não pela mesma disciplina, pelo menos pela diferenciação através do recorte de fronteiras e convicções com vista à apresentação de uma identificação marcadamente distinta.

9.1.1.2 Aprender a pensar política rapidamente e em força

A formação da consciência política é forçosamente diferente de indivíduo para indivíduo. A forma como essa formação se manifestou em 1974 tem configurações diferenciadas, de acordo com o espaço de vivência e frequência social habitual dos indivíduos. Os estudantes, nomeadamente dos liceus – variante do ensino que estratificava os alunos direcionados para a frequência universitária – viviam num espaço privilegiado para essa tomada de consciência

O meu interesse pela política] nasce nesse período efervescente. Em 1974 na sequência desse golpe de estado. Eu já acompanhava o fenómeno político, ia fazendo as minhas reflexões sobre o sistema político. Nós nessa altura estudávamos a chamada Organização Política no Estado Novo e portanto foi uma matéria que me despertou logo essa curiosidade... (Aguiar Branco, PSD – Porto)

Regra geral, a pessoa de Francisco Sá Carneiro, advogado portuense fundador do PPD, não só domina as afetividades como sustenta a ignescência de uma ampla parte dos aderentes ao PSD. Tal como os indivíduos recém-chegados às profissões, os aprendizes da democracia passam por um processo de transformação que não é mais do que um processo de escolhas ideológicas em formação.

[...] o despertar para a atividade em concreto nasce com o 25 de abril. Fui seduzido enquanto político pela figura de Francisco Sá Carneiro. Das matérias ideológicas, aquela com que me identificava mais tinha a ver com a visão social-democrata de Francisco Sá Carneiro e portanto eu acabo por participar desde novembro de 74 na atividade política que era intensíssima na altura.

Tinha 17. Estava a tirar o liceu e fiz 18 em 1975. Portanto a minha envolvimento na época é total. (Aguiar Branco, PSD – Porto)

A delimitação ideológica não é mais do que a acomodação individual a uma das partes da totalidade em que se forma o Estado *uno* e indivisível. No início da vida em política, quando ainda tudo está em construção, o exterior do Estado em *naturação* não só procura dar forma às novas configurações de afetividade política como, em simultâneo, cada grupo procura impor-se como o detentor dos códigos de verdade a que o Estado deve submeter-se.

As sessões de esclarecimento, as pancadas que houve aqui na cidade do Porto; nas manifestações, a participação nas primeiras iniciativas de elucidação política, a colagem de cartazes com os riscos físicos inerentes, tudo isso que é sabido da história; com 17 anos, a entrar na faculdade, estávamos ávidos dessa participação em termos, ou de novidade, ou de envolvimento (...) (Aguiar Branco, PSD – Porto)

Tal como são necessários profissionais para dar corpo acelerado a um novo Estado, também os iniciantes bebem da urgência transformadora. O Estado, na sua natureza *naturada* pode, ele só, determinar as coordenadas organizacionais da sua transformação, introduzindo soluções draconianas de abertura através da captação da alta performance técnica. Mas a sociedade civil enquanto centro da natureza *naturante* do Estado, age segundo dinâmicas distintas de ordenação da generalidade que lhe está subjacente. Neste caso, pelo menos nas idades mais jovens, surgem estratégias orientadas para a mesma urgência usada pelo Estado *naturado*.

(...) porque nesses períodos revolucionários a gente também tem aquela sensação de que tudo o que vai fazer vai ajudar a mudar mundo. Havia um imediatismo. Hoje em dia, na democracia representativa, temos fenómenos de mediação que tornam a ideia da decisão mais longa ou mais longe. Em períodos como aquele a gente acha que faz hoje e que amanhã está resolvido com qualquer coisa, portanto a participação é muito grande, muito intensa... (Aguiar Branco, PSD – Porto)

A imaginada urgência transformadora concebe-se num cenário aparente de desestruturação. Sucede de acordo com a analogia à teoria da revolução científica de Thomas Samuel Kuhn (2012). No contexto político, depois de um período de crise e a sequente revolução, são esperadas configurações de vivência de uma vida política normal. A norma é uma construção social fornecida pela realidade interativa

A minha faculdade estava fechada, agora imagine um ano inteiro a viver, a participar; o meu pai a dada altura achou que eu estava a perder anos de estudo... Ora nós fazemos a vida, nesse período extraordinário como foi – para mim é uma experiência política fantástica – de noite... Começa a ser cada vez mais noite e cada vez mais noite e a destruturação é grande, embora a experiência política seja enorme! E foi efetivamente. (Aguiar Branco, PSD – Porto)

Sendo a realidade uma decorrência de atitudes, mesmo que resultantes de experiências de vida nunca antes testadas, existem as antecâmaras familiares conscientes, sustentadas em disposições inculcadas num contínuo de existência, constituídas como capacitação de resposta aos períodos anómalos e que ajudam a estabelecer estratégias de normalização. Estas estratégias amparam o indivíduo na conciliação entre a sua vivência imediata e o passado do conhecimento histórico-familiar. Inclina-se assim a preparação orientada para antecipações com vista a exigências futuras objetivas, detetadas ainda na juventude.

Mas como não sabia se a faculdade ia continuar fechada, o meu pai sugeriu: já que gostava tanto do foro político, poderia fazer Estudos Políticos e depois vir fazer Direito. Eu teria a ideia de fazer ao contrário – era primeiro Direito e depois Estudos Políticos. Mas dadas as circunstâncias foi o que levou, com pena minha devo dizer, do ponto de vista de quem está envolvido no dia-a-dia da vida partidária, a ir para Bordéus tirar Ciências Políticas! Foi uma experiência interessante mas acaba por me afastar do centro de toda a atividade durante dez meses – entre julho de 75 e junho de 76. Nessa altura começaram greves em França e então venho fazer os exames em Coimbra em 76 e, em seguimento, entro nas vidas académicas. Fui candidato à Associação

Académica de Coimbra, portanto eu tenho uma dimensão desde essa época de intervenção cívica. (Aguiar Branco, PSD – Porto)

No fundo, trata-se da ação familiar com vista a retirar do meio para, com o afastamento, melhor perceber do meio. E em simultâneo, apreender ferramentas de compreensão do novo fenómeno político em construção. Na realidade trata-se de seguir em ordem a adaptação promovendo a adequação técnica aos novos tempos (E. Silva, 2010). O período de aparecimento de grandes novidades, nomeadamente de identificação político-ideológica impõe, desde logo, uma profunda aprendizagem, não só da área de profecia como também do domínio das devoções políticas antitéticas

[Entre 1974 e 1975] surge todo um debate ideológico, surge a aprendizagem do que é a democracia cristã – estou a dizer para os jovens – a social-democracia, que é mais oriunda da perspetiva marxista evoluindo para uma social-democracia expurgada da visão marxista. Havia o socialismo visto quer da sua dimensão marxista quer daquilo que era uma tentativa de construir um socialismo não-marxista – chamado socialismo democrático do Partido Socialista. Todo o debate ideológico era muito intenso, tudo muito forte... (Aguiar Branco, PSD – Porto)

Para além das dúvidas surgidas entre as ideias alojadas na imaginação e a vertente prática expressa no olhar do dia-a-dia, em 1975 ocorre um embate entre quem está organizado e quem ainda não está constituído como uma organização. A ideia de divisão entre formas de conceber o mundo e, desde logo, a sociedade pretendida, apresentava os mais adiantados como aqueles que era preciso alcançar o mais breve possível

[...] as dúvidas eram muito grandes e a minha motivação em concreto nasce, por um lado porque em abril de 74 eu estou a terminar o Liceu, esse fim de Liceu, faltam três meses, mas leva-me para uma dimensão operacional muito grande porque começam logo a haver as primeiras eleições da Associação de Estudantes do liceu. Quem estava organizado era a UEC, União de Estudantes dos Comunistas, portanto a única força verdadeiramente implantada de uma forma clandestina e que naquele momento se revelava era a do Partido Comunista, a UEC. (Aguiar Branco, PSD – Porto)

Na referida aprendizagem continuada e rápida, trabalhada incessantemente, tem deste modo vários catalisadores. O primeiro catalisador são os valores familiares que, desde o início, apontam o grupo no qual se deve ocupar um lugar. A emulação é dada, antes de mais, por aquilo que se não quer da sociedade, aliás, já constituído no campo pelos grupos organizados. A sustentação é reservada àqueles cuja aprendizagem incluiu a descoberta anterior da política e que, fruto da curiosidade aliada à posse de um dom, se tornam nos ideólogos ao serviço do grupo e a quem o grupo, nomeadamente dos aprendizes, presta uma espécie de tributo.

(...) É positivo para pessoas como eu que não tem um ambiente familiar com uma visão da

sociedade que fosse favorável numa dimensão coletiva, em que a liberdade da iniciativa individual não fosse a referência. Por contraponto à UEC, naquela altura nós tínhamos que criar bagagem ideológica. E portanto essa bagagem ideológica nasce quer da leitura que é feita de momento, quer das experiências de referência discursiva que a gente tinha. Eu lembro-me que para além de Sá Carneiro, duas pessoas que tinham uma capacidade fantástica de escrita no Porto, são os ideólogos de jovens como eu no PSD: na JSD é o António Augusto Seabra e o Vasco Graça Moura! Eram pessoas com grande solidez ideológica, grande conhecimento. [...] (Aguiar Branco, PSD – Porto)

A sustentação ideológica assenta no princípio da organização do mundo. Da organização social do mundo. Todas as dimensões existentes, assim como as não existentes – mas imaginadas como causa ou como consequência – são passíveis de serem ideologizadas de acordo com as linhas proféticas do grupo. Nos primórdios, a construção política de um grupo, assente em alicerces de filosofia política, escolhe como detentores do poder simbólico, aqueles que apresentam capacidade de construir e consolidar as linhas ocultas das convicções oficiais e a que todos os aderentes devem possuir ou submeter

Na altura, eu não sei se é diariamente, tem que se tomar posições de natureza ideológica face a tudo, à propriedade privada, à descolonização, à organização dos meios de produção, tudo. E portanto, a dimensão ideológica de todos os partidos é muito forte, e há uma obrigação de leitura, de discussão, de participação que é única dos períodos revolucionários! (Aguiar Branco, PSD – Porto)

É suposto a base ideológica dos iniciantes inscrever-se de tal forma nos espíritos ao ponto de não deixar dúvidas. No momento da decisão política, esta deve seguir o preceituado e não permitir dissonâncias entre os códigos interiorizados e as práticas a exteriorizar.

Acaba por ser formação. Dá-nos a formação! Claro que depois há as nossas próprias idiosincrasias pessoais que são kits intensos de formação prática, porque a gente logo a seguir tem as consequências, que é ter de tomar decisões. Discute-se a reforma agrária, discute-se o direito dos trabalhadores, as questões laborais que ainda hoje são matérias ideológicas, mas que naquela época são brutalmente ideológicas! (Aguiar Branco, PSD – Porto)

Para além da agitação das consciências, os momentos de rutura, nomeadamente de revoluções, ao imporem a noção de nova ordenação, promovem o movimento estratégico de afirmação, com vista a ordenar a autoridade em obediência ao papel, mais ou menos relevante, das posições sociais. Enquanto na origem se presta a um recorte conflitual, nas quais as divisões sociais aparecem vincadamente recortadas, estas dobras diferenciadoras tornam-se ao longo do tempo menos profundas de maneira a responderem, mais facilmente e mais rapidamente, à maleabilidade do mundo.

9.1.1.3 *Banhado na cultura intelectual da transição*

No 25 de Abril de 1974 Fernando Gomes tem 27 anos. É casado e cumpre o serviço militar – adiado durante uns anos por estar a estudar economia. Sabe que frequenta a antecâmara de oficiais em formação para avançar para a guerra colonial. Há um destino a cumprir. Uma obrigação imposta pela pátria. Mas, num repetente, com as consequências da revolução de abril de 1974, a sua realidade muda. Já não vai para uma colónia pela pátria lutar. Aliás, das colónias regressa-se agora depressa e em força. É também uma mudança do destino: em vez de seguir para um campo de destruição, recebe o apelo para participar numa construção. E, assim, passa a fazer parte do naipe de cidadãos chamados a constituir os órgãos diretivos dos municípios, até aí de nomeação. É ele que vai presidir à Comissão Administrativa da Câmara de Vila do Conde.

Eu estava na tropa nessa altura. Eram três anos. Entrei em 72 para cumprir o serviço militar... em 74 estou ainda a cumprir o serviço militar. Entretanto fui transferido para o quartel da Póvoa do Varzim, logo a seguir ao 25 de Abril. Sou natural de Vila do Conde, e na altura as forças vivas políticas de Vila do Conde pediram para eu ser presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Vila do Conde. (Fernando Gomes – PS Porto)

Antes do tempo dos indiciantes, os membros das Câmaras Municipais eram designadas. Não havia órgãos municipais eleitos. Tratava-se de um poder entregue a uma espécie de cidadãos tidos como pessoas de confiança, defensores do Estado Novo e que constituíam as elites locais de então. Entre 1974 e dezembro de 1976, na antecâmara da Constituição de 1976, o poder local reorganizou-se em Comissões Administrativas constituídas com pessoas conhecidas como antifascistas. Cabia ao Governo Civil de cada distrito sancionar os nomes desses indivíduos (M. A. P. Almeida, 2013; Paulo, 2016).

(...) o critério foi um conjunto de pessoas com um passado democrático que fossem aceites pela população local (...) O MDP/CDE apareceu a [organizar] todos [os municípios] e o governo provisório, na altura, sancionou-os, salvo em Vila do Conde. (Fernando Gomes – PS Porto)

Ao contrário do que acontece na generalidade do país, em Vila do Conde não é o PCP ou o MDP-CDE a tutelar a Comissão Administrativa local. Para além destas forças da oposição ao regime, há outras referências locais mais bem implantadas que tomarão as rédeas da antecâmara democrática. O território vila-condense é um caso raro na história por ter sido um dos poucos onde a fraude eleitoral de 1959 não surtiu efeito.

[Em 1959] Humberto Delgado ganhou em Vila do Conde – que era uma coisa estranhíssima, raríssima – porque havia a figura tutelar de Antonio José de Sousa Pereira, advogado, que era muito respeitado localmente. (...) Mário Cal Brandão e Antonio Macedo (...) eram colegas dele. Portanto criou-se ali uma ligação muito forte entre aquilo que era a futura estrutura do Partido

Socialista e as pessoas que apoiaram Norton de Matos e Humberto Delgado, apesar de tudo, os esteiros de uma resistência àquele esmagamento salazarista e marcelista da altura. (Fernando Gomes – PS Porto)

É num caldo de gente interessada no fenómeno que nasce o interesse pela política. Entrevisto nas lições de Foucault (Foucault, 2008), estes são os indivíduos que se aproximam da primeira fila de cidadãos, e se colocam em posição para dar um passo em frente, numa atitude sem reservas, de se colocarem ao dispor da comunidade. Fazer parte de um grupo ajuda a ordenar as ideias e a escolher o campo de ação assente num pensamento que se inicia, também, pela via das relações

Tinha relações com eles, o Sousa Pereira, a tal pessoa tutelar. As pessoas da oposição democrata de Vila do Conde sabiam que tinha conhecimento comigo. Era muito miúdo mas relacionava-me com eles, com os filhos deles e sabiam perfeitamente quais eram as ideias que... O meu interesse pela política nasce das relações que tinha com esse grupo... (Fernando Gomes – PS Porto)

Mas nada como a expressão do simbólico para promover a consolidação afetiva do efeito, não só da política em si, como também do vigor que pode alcançar um papel de uma pessoa eivada de convicções, amplamente reconhecidas como justas. Em 1959, a figura de Humberto Delgado significou a personificação de um sistema simbólico de rutura que, apesar de se apresentar debaixo das capas individuais, constituía uma espécie de desejo coletivo até aí silencioso.

E lembro-me de vir com o meu pai de comboio quando o Humberto Delgado veio aqui ao Porto [14 de maio de 1958], aquela enorme e gigantesca manifestação... Nunca me lembro de ter visto uma coisa assim na cidade do Porto, e marcou-me mesmo desde miúdo. Estive ali no largo na estação de S.Bento com ele e, depois, estive com ele também na praça Carlos Alberto, onde era a sede de candidatura do Humberto Delgado. Lembro-me, perfeitamente, e foi uma das coisas que me impressionou, uma coisa completamente fantástica nessa altura. E isso marcou-me, era um miúdo mas marcou. (Fernando Gomes – PS Porto)

Os sistemas simbólicos são produzidos por um corpo de especialistas e apropriados por um conjunto agindo num “campo de produção e de circulação relativamente autónomo” (Bourdieu, 1989, p. 12) podendo, desta forma, encarnar formas antagónicas de posse do poder, umas vezes do lado da rutura, outras vezes do lado da continuidade. O cenário formado pela candidatura de Humberto Delgado em 1959 constitui a manifestação das formas simbólicas de rutura. Demonstra até que ponto os símbolos estão profundamente associados aos códigos de afirmação da vivência social, manifestando-se em forma de uma “atividade que transforma o mundo, como imaginação criadora, mas sobretudo como transformação eufémica do mundo” (Durand, 1989, p. 432).

O meio intelectual frequentado pelo jovem justifica também algumas das suas opções, nomeadamente a via pelo qual decide estudar, assim como a licenciatura que escolhe fazer. Não segue a via do Liceu mas sim uma trajetória que lhe possibilita obter graus profissionais intermédios que, ainda muito jovem, ajudarão a construir uma certa independência financeira que liberta os pais dessa responsabilidade perante si.

Para prosseguir estudos era necessário vir para o Instituto Comercial que era já um grau intermedio. Para ter acesso à universidade tinha que fazer um percurso através do Instituto Comercial. Alunos que seguiam por esta via faziam mais um ano que os alunos que seguiam pela via do liceu. Os alunos que seguiam pela via do liceu faziam sete anos, iam para o liceu, iam para a universidade. Os alunos que seguiam pela via que eu segui faziam cinco anos da Escola Comercial, um ano de preparação para o ensino superior e dois anos no Instituto Comercial. Eu fiz isso e depois vim para a Faculdade de Economia. Acabei por terminar o curso. Fiz tudo na Faculdade de Economia [do Porto] mas a minha licenciatura não me é dada aí. As minhas últimas três cadeiras foram feitas em Lisboa no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras na Universidade Técnica de Lisboa, porque na altura eu arranjei um emprego lá. (Fernando Gomes – PS Porto)

Esta realidade ajudá-lo-á a encontrar rápida e facilmente o seu lugar numa das mais cobiçadas empresas do Porto, à data. Apesar de emprestado à política, fará sempre tudo para manter este emprego como modo de vida primordial

Apareceu-me nessa altura um emprego como economista numa empresa ligada ao sector metalúrgico e ao têxtil. (...) Eu estava nessa empresa, era tremendamente desgastante. Por volta das oito horas estava aqui no Porto e via as coisas principais. Lá para as dez da manhã ia para a Câmara de Vila do Conde. Almoçava lá e ao fim da tarde vinha para o Porto outra vez. Isto desde 1974 ate 1981. (Fernando Gomes – PS Porto)

Este é um tempo de escassez de quadros em Portugal. Ser economista constituía um estatuto à parte tanto para as empresas privadas como para a presidência de uma Câmara Municipal. Na concorrência pelas qualidades do profissional, além de aceitar a divisão do seu *expert* de finanças com a edilidade vila-condense, a empresa privada apresentava argumentos salariais incomparavelmente mais fortes.

Ganhei as eleições, conciliei sempre as duas coisas. Agora senti que estava em dívida. Não tinha ordenado na Câmara de Vila do Conde; rejeitei o vencimento de presidente da Câmara. Porquê? Porque estava a receber um ordenado muito bom, muitíssimo bom para a altura, muito acima da média. Portanto deixava na câmara de Vila do Conde, para apoio a obras de caridade social, o meu vencimento de presidente da câmara. Todos os meses era creditado numa conta para ser entregue a um conjunto de associações de caridade... (Fernando Gomes – PS Porto)

É também um tempo em que a parte frágil ainda são os municípios. Ainda que ser presidente de Câmara constitua um marcador estatutário elevado do ponto de vista comunitário, estas não

têm, à data, como concorrer com empresas privadas, estabelecidas comodamente na praça e gozando de um longo historial de solidez. Não há, por isso, nessa altura, nenhum impeditivo, legal ou meramente simbólico, que impeça o trabalho dual entre o público e o privado. Faz-se porque o Estado está precisado. Tal não só é aceite como a é atribuída à empresa privada uma auréola de mecenas da política, uma organização contribuinte para o desenvolvimento do novel sistema

Quando ganho as eleições em 1982 senti-me em dívida para com a empresa com quem trabalhava (...) No fundo estava há pouco tempo com eles, estava muitíssimo mais tempo na Câmara Municipal de Vila do Conde. Pensei: “saio tranquilamente para a minha vida de economista que é o que eu quero fazer”. Então em 1981, a meio renunciei ao mandato de Vila do Conde. Ficou o Manuel Almeida a presidente da Câmara um ano e pouco, a tempo de se mostrar e de poder ganhar as eleições e eu regresssei aqui à empresa. (Fernando Gomes – PS Porto)

Como foi demonstrado numa outra secção, as estratégias de entronização e eternização nascem através da transferência de um vencedor de eleições para a preparação de um futuro vencedor de eleições. Dessa forma processa-se a manutenção do poder do partido. O seu centro original tem, contudo, mais a ver com o abandono do poder político por escolha própria do que por qualquer obrigação legal. Neste caso trata-se proceder à reconciliação cognitiva do indivíduo com o que entende por justo, tanto para si como para as outras entidades,

As empresas eram a J. Batista & C^a. Lda. e Crump, SA. Era administrador das duas. A primeira era uma empresa ligada ao têxtil, uma empresa muito sólida, com muito boas condições, e a Crump era uma empresa metalúrgica, em Famalicão, que agora está desfeita (...) Só que não aconteceu como eu pensei porque a vida política continuou. Porquê? (...)Nessa altura dá-se uma eleição para o Concelho Nacional do Plano que hoje é o Conselho Económico e Social. Quem era nomeado presidente do Conselho Nacional do Plano é o Cavaco [Silva]. E pedem-me a mim, nomeiam-me a mim, elegem-me a mim para vice-presidente da Comissão do Plano. Curiosamente o outro vice-presidente era o Carlos Carvalhas, que mais tarde foi o líder do PCP. Eu aceitei ser vice-presidente porquê? Primeiro era economista e interessava-me a informação que lá se podia obter e a contribuição que eu podia dar também era interessante, era economista privado, coisa que na altura não havia assim tantos... (Fernando Gomes – PS Porto)

Como já foi aludido, em consequência das políticas do Estado Novo Portugal apresentava, em 1974, uma profunda escassez de profissionais com capacidade técnica para operar as transformações exigidas pela revolução. Se numa primeira fase esses *experts* resistiram, os apelos do Estado não ofereceram dúvidas quanto à sua necessidade. Visto à distância percebe-se o quanto o colmatar dessas necessidades não contribuiu também para a autoformação desses técnicos e, em consequência, para a criação de uma elite. Essa elite repartia-se entre as

várias sensibilidades ideológicas constitutivas do que se entendia por pluralidade democrática⁷⁸. O Estado obrigava-se desse modo a introduzir no interior dos indivíduos a vivência em partilha, significando aqui o termo partilha a capacidade de se prescindir da totalidade imaginada pelo próprio e de se obrigar a encontrar uma outra totalidade realizada por vários indivíduos.

Constituído como entendida obsequiosa e colocado na posição de construtor da democrática, o Estado tornou-se voraz absorvendo toda a economia, incluindo os correlativos profissionais economistas

O Estado absorveu tudo e, inclusivamente, nacionalizou as empresas, as grandes empresas privadas, canalizou, portanto, os economistas: o serviço deles era público. Os privados eram poucos, não eram assim tantos. Portanto acabei por aceitar ser vice-presidente e foi muito interessante para mim (...) Portanto mantive-me aí na política, aproveitando para, no fundo representar ali o Partido Socialista. Eu estava lá como vice-presidente do Concelho Nacional do Plano pelo PS! Estamos a falar o governo de [Francisco Pinto] Balsemão [1981-1983]. (Fernando Gomes – PS Porto)

Os primeiros profissionais da política resultam assim mais da pressão do Estado do que da vontade própria dos indivíduos em dela fazerem parte. Inclusive subsiste alguma resistência, se não alguma luta interior, entre ser um superior executante técnico ou um potencial desconhecido e, eventualmente, mediano navegante num mar de portos desconhecidos, metáfora mais do que apropriada para o ampo político daqueles tempos.

A novidade de um regime político substituto de um outro, caído por obsoleto, não se faz só pela adesão dos cidadãos. O apelo, direto ou indireto, das elites profissionais – nomeadamente advogados e economistas – acabou por formar a base de agentes políticos (Braga da Cruz, 1988; Freire, 1998; E. Silva & Martins, 2017a) muito interligada ao Estado. A necessidade de uma rápida conquista de capital cultural para o seu interior, com vista à formação de um alicerçado Estado possuído por um entranhado capital simbólico, transformou-se numa condição de prioridade acelerada.

Instituiu-se um costume junto dos partidos baseado no princípio da realização profissional a partir do seu interior. Deste modo, os alicerces culturais que entreveem o Estado ora como um refúgio, ora como um lugar de passagem, ora como lugar de acomodação, consolidam-se, desde a formação da democracia, como *modus operandi* das práticas (Bourdieu, 2002).

⁷⁸ Cavaco Silva viria a ser Primeiro-ministro (1985-1995), Carlos Carvalhas foi Secretário de Estado do Trabalho e sucedeu a Álvaro Cunhal como Secretário-geral do PCP (1992-2004). Foi ainda deputado ao Parlamento Europeu e candidato às eleições presidenciais (1991).

A possibilidade inicial dada aos indivíduos de assegurar posições várias nos processos eleitorais, sem que houvesse qualquer impeditivo, sustenta a preocupação do Estado em garantir segurança aos que escolhessem seguir a via profissional da política. Com este processo não era retirado do indivíduo o seu centro de interesses, mantendo-se a perspetiva de realização tanto pessoal como profissional.

Eu fiz parte da lista de deputados mas nunca exerci. Na altura a lei também não era como é agora. Na altura podia-se ser eleito e ocupar mais do que um cargo. Fui eleito presidente da Câmara, fui eleito deputado em 1979, fui eleito para as duas coisas. Como fui presidente da Câmara estava suspenso, automaticamente, o mandato de deputado. Não é como agora, tem-se que optar ao fim de um determinado tempo e renunciar-se ao outro cargo. (Fernando Gomes – PS Porto)

É certo que nem todos os políticos se servirão desses lugares para prosseguirem a sua vida no campo. Todavia as possibilidades formadas na aludida configuração estão lá constituídas num engodo. De uma forma ou de outra o Estado abre-se aos indivíduos, inclusive não só acautelando a sua defesa em caso de infortúnio, como também dando hipóteses de escolha caso o experimentado não ocorresse conforme o imaginado. Dessa bolsa de técnicos altamente experimentados se faz uma bolsa de altos quadros partidários de onde saem os governantes.

Até que em 1983 (...) há eleições legislativas, participei na campanha eleitoral mas sempre com a ideia de ficar aqui como economista, dar o meu contributo como economista. (...) Manuel Cal Brandão chamou-me e disse-me: preciso de um serviço teu. O Mário Soares está com dificuldade em encontrar uma pessoa capaz para a Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, tem que ser socialista pela composição – estamos a falar do governo do bloco central – naquela altura era uma espécie de medir o terreno entre o PS e o PSD, dentro do governo. Esta área da habitação, de nenhuma forma eles [PS] queriam que fosse para ao PSD. Tinha que ser do PS. (Fernando Gomes – PS Porto)

Uma vida repartida entre o desejo de ser economista e posta perante o apelo contante do campo político, tem um dia de decidir para onde seguir e a que se dedicar. Ganha o campo político, sem contudo se revelar aí o início de uma nova figura que, mais tarde, animará a política, confrontando-se, inclusive, com o seu antecessor profissional

(...) Mas eu chego à empresa em 81 e dois anos depois já estou a abandonar a empresa outra vez? Acabei por ir para casa, pensei e aceitei. Ainda estive seis meses a ir aos fins-de-semana ver o que se passava e tal, até que entrou o Rui Rio e eu saí definitivamente. Eu quando saí fui ouvido para entrar o Dr. Rui Rio. É uma coincidência impressionante! (Fernando Gomes – PS Porto)

Sai um economista da área privada para o Estado. Entra na mesma empresa um novo economista. Como se verá mais à frente nesta pesquisa, Rui Rio vencerá as eleições autárquicas

de 2001, derrotando exatamente Fernando Gomes que, entretanto, terá a sua glória enquanto presidente da Câmara Municipal do Porto no período entre 1989 a 1999. Antes, em 1986, após a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, é designado para o lugar de deputado europeu – no único período em que os deputados europeus não são eleitos.

Apesar de representarem partidos políticos diferentes, a coincidência de duas figuras em circulação na política terem o mesmo ponto de partida na vida civil, só revela quanto limitado é o circuito por onde circulam os indivíduos constituintes das elites profissionais e como, neste círculo diminuto, ainda que desconhecidos, se estabelecem as relações de proximidade tendentes à manutenção das relações de poder em espaços recolhidos.

9.1.1.4 Aprender a viver com a rutura política

Passados muitos anos, Joaquim Pereira Lopes refere-se ao “25” para falar dos anos da mudança no Alentejo. Nascido na freguesia de Pavia, em Mora, traz consigo a marca dos desapossados pela reforma agrária. Filho e neto de engenheiros agrónomos proprietários de terra, mostra orgulho no avô que chegou a alto funcionário do Estado, desempenhando o cargo de chefe da quarta Circunscrição Industrial de Évora – o equivalente, atualmente, a Diretor Geral – viveu dentro de uma exploração com operários agrícolas, aliás, como ainda hoje acontece apesar de em dimensões reduzidas da propriedade. Por isso é com orgulho que se apresenta, profissionalmente, como agricultor, profissão herdada

Sim, com interregno das ocupações, das nacionalizações e expropriações... Ao fim de 16 anos recuperei o património que nos tinha sido ocupado, expropriado e nacionalizado. (Joaquim Pereira Lopes, CDS – Mora)

Os discursos das posições políticas no Alentejo são, em certa medida, constituídos num plano binário revelador das posições entre os que participaram ativamente na expropriação de terras com vista à reforma agrária e os desapropriados que se viram, repentinamente, abortados das condições de existência económica. Ao sentido de posse e do direito constituído à propriedade, contrapõe-se o princípio da desigualdade, persistentemente vincada pela existência de concentração dessa mesma propriedade nas mãos de poucos.

Foi extremamente negativo. Uma pessoa que está com 14 anos, habituado a ter tudo, a trabalhar, ajudava o meu pai na lavoura no que era preciso e de repente de um dia para o outro ocuparam-nos as coisas e ‘vão-se embora que isto agora é nosso!’ (Joaquim Pereira Lopes, CDS – Mora)

Os ex-proprietários rurais expõem, desse modo, um tipo de experiência no qual se tornam

desalojados sem que, algum dia tivessem pensado que tal poderia ocorrer. Se bem que possa não ser o caso, são raros os estudos demonstrativos de mobilidade social descendente explicativos do processo de perda da condição social por rutura económica quando o lugar de classe anteriormente ocupado é o da elite. No imediato, contudo, existe um impacto não negligenciável na vida dos indivíduos

Sim [entramos num processo de pobreza]. Havia alguns recursos, alguns dinheiros e havia um ordenado de 6 contos pago pelo antigo instituto que deu origem ao IFADAP e que era o Centro Regional de Reforma Agrária. Penso que seria uma verba a abater quando houvesse o pagamento de uma indemnização. (Joaquim Pereira Lopes, CDS – Mora)

Forma-se, neste quadro um espírito de resistência e de abordagem mais assente numa divisão imposta pelas circunstâncias. Nestes casos a consciência política parece emergir de onde nunca fora pensada como tal. O viver habitual sem necessitar de cautelas ou de se questionar sobre uma realidade produz um sentido acrítico que é o mesmo que dizer, não introduz no indivíduo o sentido da política. Tal não quer dizer que, estruturalmente, o indivíduo não esteja possuído por todo um *habitus*, nomeadamente na vertente proveniente das configurações familiares, predispostos para uma orientação específica. Mas o sentido de rutura emulsiona o acomodar do campo político. Se este sentido de rutura se dá como constituinte do novo, isso quer dizer que os indivíduos possuidores do imaginário do rompimento, ao acercar-se do poder, promovem, com a sua agitação, a emulação contrária. Deste modo, os indivíduos objeto das consequências introduzidas pela fratura descobrem-se contrários por se sentirem violados no seu modo de vida. As convicções surgem depois e, em certas circunstâncias, descobrem-se princípios a defender sobre as quais nunca se havia pensado antes. Por exemplo, passar a não poder contar com os rendimentos que antes eram proporcionados, tem um efeito imediato no mostrar do caminho das ideias futuras a seguir

[Nessa altura ganhei consciência política porque] foram-me ao bolso! (Joaquim Pereira Lopes, CDS – Mora)

Existe um tipo de perceção do lugar político, não anteriormente cultivado, mas que rapidamente descoberto, por via da razão económica, denuncia, por si só, uma vivência afastada da noção presencial da política. E, ajuda também a compreender como Portugal esteve dominado por um sistema político que se naturalizou em si mesmo, desse modo, dando sinais às suas próprias elites, de práticas costumeiras que, por arraigadas, tenderiam a persistir num tempo infindo.

É [uma consciência política] um bocado reativa. Imagine aos 14 anos, ouvindo conversas em casa, amigos de várias zonas do país e aí liguei-me o CDS. Andei numa coisa chamada JC,

Juventude Centrista, em que por essa altura andava por lá o Lucas Pires. (Joaquim Pereira Lopes, CDS – Mora)

Como já abordado atrás, nos aludidos momentos de rutura em que são postos em causa variadas dimensões da organização política do país, as elites prestam-se, imediatamente a organizarem-se para uma abordagem à nova realidade que, regra geral, não era espectralada. Para além da óbvia questão de segurança⁷⁹ surgida em vários confrontos e que chegaram a ameaçar contendas mais virulentas, a nova realidade impõe enviar os filhos a estudar para escolas em regiões tidas como mais consentâneas. Algumas escolas tradicionalmente frequentadas pelas elites mantêm-se, mesmo em tempo de revolução, como os pontos de concentração e encontro com vista à manutenção da perspetiva associada de camada social reconhecida entre si.

[Andava a estudar] em Lisboa. A partir de 76 fui para Lisboa, como eu costume dizer exilado, porque chumbei aqui no antigo 5º ano no liceu nacional de Évora e depois fui interno para o antigo Liceu Passos Manuel... (Joaquim Pereira Lopes, CDS – Mora)

Fazer parte dos grupos não chega. Com a consciência da nova realidade é preciso aprender novos modos de estar, nomeadamente contar com o facto da existência de variados outros grupos dominados por ideias e modos de ver o mundo, por vezes, contrários aos que a história traz desde há muito tempo. A circunstância do estado de mudança entroncar com as noções – e perda – de património e, logo, mexer com a economia, nomeadamente com a capacidade instalada de influência das suas variáveis (re)distributivas, impõe a necessidade de se promover ensinamentos do manejo da política com vista a concatenar as coordenadas do grupo e partir para a persuasão da sociedade através das linhas de pensamento exclusivas do partido, entretanto construídas

Na altura era como militante do JC, ajudava o CDS nas campanhas eleitorais, tinha os célebres cursos no antigo Instituto Democracia e Liberdade, hoje Adelino Amaro da Costa de formação política. Tenho vários cursos desses de formação política, depois técnicas de campanhas, e por aí fora... Também alguma ajuda e alguns cursos de defesa pessoal. (Joaquim Pereira Lopes, CDS – Mora)

Nem sempre a aprendizagem das novas ideias da política constituem, efetivamente, um ensinamento original. Como já se verificou, os momentos de rutura, nomeadamente quando se

⁷⁹ Em 1975 aquando da ocupação e várias herdades no Alentejo e Ribatejo, o Movimento das Forças Armadas colocou-se ao lado da “classe trabalhadora”, impedindo os proprietários de qualquer ato de ataque às ocupações que então se davam. A mesma atitude teve também o Ministro da Agricultura Fernando Oliveira Baptista que, nesse ano, em visita a uma herdade ocupada avisou que “qualquer resistência armada às ocupações levaria à expropriação total e sem indemnização dos bens dos agrários”. Cfr. <https://www.publico.pt/2015/11/15/culturaipilon/noticia/o-tempo-em-que-os-militares-faziam-a-reforma-agraria-1714218>, acedido em 14.05.2018.

dá a passagem de um domínio político unificado para uma geografia diferenciada de pensamento político, transformam-se também em momentos de clarificação dos indivíduos. O que antes era uma espécie de recreio a que se adería acriticamente, transforma-se num ato de identificação grupal. Perante o terreno das descobertas, a introdução da compreensão das práticas ajusta os atos passados com as ideias provindas de trás que, contudo, nem sempre expressaram os limites de um círculo possuído pela necessidade de conservação dessas mesmas ideias

(...) Eu tinha andado na mocidade portuguesa já tinha uma certa ideologia, não muito grande, mas pronto. E depois com isto tudo era preciso marcar aqui [porque] houve aqui um grande erro político da parte da direita e dos agricultores: uns foram para Espanha, outros foram para o Brasil, outros foram para aqui e a minha família manteve-se porque não abalou de Pavia. (Joaquim Pereira Lopes, CDS – Mora)

Na realidade, perante a introdução de um poder democrático, os grupos minoritários passaram a ocupar o seu espaço de representatividade. E, tendo-se constituído como a elite que ao longo de várias décadas era reconhecida e beneficiada económica e socialmente pelo poder centralizado, a instituição do poder político, pela via proporcional do grupo, veio introduzir uma nova variável redistributiva.

Deu-se assim a transformação do outrora grupo privilegiado, numa corporação com o valor da sua exata medida política. Por vezes a razão económica seguiu também a proporção da influência do grupo obrigando a novas aprendizagens, pelo menos na manutenção da figuração dos bens de consumo de antes, mantidos como os melhores bens de consumo de hoje.

Eu cheguei a ouvir comentários em Pavia em relação a minha família de pessoas “olha até sabem ser pobres!” Porquê? Porque a minha família sempre viveu da terra, sempre tivemos a horta, sempre tivemos as galinhas no quintal, os borregos e de repente desapareceu, mas borregos e galinhas sempre houve. (Joaquim Pereira Lopes, CDS – Mora)

A expressão de humildade na relação entre os trabalhadores e o patrão constrói um quadro referencial de nivelamento entre uns e outros. Na realidade, não passa de estratégias de benevolência de uns para com outros que não anula as diferenças existentes entre quem manda e quem obedece.

E tive uma coisa engraçada, os trabalhadores da casa agrícola, à noite, irem lá a casa levar galinhas, levar isto e levar aquilo, porque eram pessoas bem tratadas, não se sentiam de modo algum mal tratadas pelo patrão. E nesse especto nós aqui somos uns privilegiados. (Joaquim Pereira Lopes, CDS – Mora)

Ser privilegiado é também ter aprendido as técnicas de compreensão das situações para

produzir uma mensagem de acordo com propósitos pensados como justos, tanto para si como para os outros. Nestes casos, porém, é ensinado à pessoa como proceder quando o poder se acerca de si.

Vou-lhe dizer um segredo. Lá estes os tais cursos que recebi do IDL [Instituto Adelino Amaro da Costa]: é preciso uma pessoa também saber filtrar e só manda para cima o que tem interesse. (Joaquim Pereira Lopes, CDS – Mora)

Como se verificou em vários quadros, o campo político processa-se segundo contradições nas suas formas. Essas aparentes incoerências surgem, todavia, em configurações cuja expressão habitual denotam a decorrência normalizada das relações. Nomeadamente, de que forma utilizar a aprendizagem política para gerar poder através do saber proceder, com o fim preciso, para a construção de um edifício pejado de ideias ou pessoas levadas para cima, num filtro que também significa a fabricação de solidariedades num plano, no qual, quem se mantém em baixo se constitui como o credor, e quem é levado para cima é transformado num devedor.

9.1.2 Disposições identitárias da ideologia

9.1.2.1 Identidade de continuidade e identidade de rutura

Do ponto de vista estritamente político, a identidade ideológica marca as fronteiras em que o indivíduo vai operar ao longo do seu percurso, tendo em consideração não só as suas ideias mas também as condições de produção dessas mesmas ideias. A ideologia é, no caso, um sistema que arruma ideias políticas e possibilita a categorização dos indivíduos segundo determinantes pré concebidos.

Ao agir num sistema político, os indivíduos têm poucas hipóteses de se verem exteriores ao próprio sistema. Deste modo a ideológica assenta no agente a partir de forças já em operação, o que remete a vertente ideológica para um contexto atravessado por raízes históricas das quais o agente não pode escapar. Por outro lado, não há uma fórmula única para os indivíduos serem tocados por determinada ideia. É preciso contar com as idiosincrasias de cada indivíduo e, a partir desse ponto de vista, esperar o entrecruzamento das especificidades individuais com as possibilidades autorizadas pelas normas da sociedade em geral. Deste modo, por estar atravessada por dimensões internas e externas, a ideologia carregada em cada agente traduz-se em identidades ideológicas que têm a particularidade de se apresentar como intrínsecas, assim mantendo a vertente peculiar com que cada indivíduo se entrevê (Brandão, 2014). Resulta assim a noção de consciência política e esta ocorre num laboratório individual de produção do *eu*

político até ao *Eu* político. Esta viagem do *me* até ao *Self* (Mead, 2015) acontece segundo uma variedade de considerações que entroncam na equação entre a compreensão abstrata própria, as intromissões do mundo exterior no interior, o entendimento particularizado do espírito individual abstrato desse mundo exterior introduzido no interior do indivíduo, e a ação exteriorizada desse interior construído (Bourdieu, 1997).

A consciência política vai-se consolidando... essa ideia de consciência de setor político partidário no que a mim me toca tem altos e baixos. A ideia que existem umas balizas onde as pessoas se vão encaixar e integrar não são lá muito verdadeiras. Interrogo-me muitas vezes se está bem, se está mal... Ser mais ou mesmo crítico, se calhar, é extensível a qualquer pessoa, independentemente da faixa partidária (...) (Heitor Marinho – PCP Celorico de Basto)

Dentro desta possibilidade, a identidade ideológica não surge de uma revelação mas de um ajuste entre dúvidas e incertezas ao longo do tempo. Assenta em valores consolidados, objetivamente construídos na relação com o Outro, sendo delimitados exatamente por oposição ao que de negativo se encontra nessa relação⁸⁰. Ser humanista, por exemplo, impõe o princípio da introdução de valores sociais que nem sempre parecem estar limitados por princípios amplamente reconhecidos como necessários à vivência em comum.

Mas esses valores já os teria, essa vontade de estar mais ligado a essa orientação política. A outra parte repelia-me um bocadinho. Achava e, ainda acho, que são aqueles que efetivamente (...) que aqueles que estão mais na minha área, julgo que são mais humanistas e não vêm uma sociedade como a lei da selva e têm um trabalho mais duro, provavelmente, no sentido de quem procura a mudança das coisas. Por outro lado, também têm mais consciência do que os outros... (Heitor Marinho – PCP Celorico de Basto)

As consciências atravessadas pela necessidade de mudança, entendem-se frequentemente numa posição mais proactiva no uso prático e exteriorizado dessa convicção. Ser mais humanista é sinónimo de estar dominado por uma obrigação, em que a ausência do agir significa a negação do humanismo reivindicado como posse.

Constitui-se nesta divisão identitária, a aproximação do indivíduo a um grupo entendido como frequentado por indivíduos análogos cujos valores políticos se tocam. Da aproximação até à efetivação há um período em que é necessário demonstrar merecer ser.

Quando estava em Guimarães a estudar comecei a frequentar locais onde estavam pessoas amigas da Juventude Comunista com quem me tornei próximo politicamente. Eu sou militante

⁸⁰ Como explica Brandão (2014) é preciso ter em consideração que “possuir uma identidade corresponde a um fechamento de possibilidades, a uma estabilização provisória do Eu em torno de um conjunto de predicados que, ao mesmo tempo, exclui as possibilidades de atualização de outros” (Brandão, 2014, p. 153).

só há quatro anos e comecei por aí... Mas levei sempre um trabalho de proximidades como se fosse mesmo um militante...

Uma parte das identidades ideológicas em Portugal está associada à noção de mudança. Continuam ligadas à perspetiva de rutura. Já não se trata, contudo de uma rutura com o sistema político como se viu atrás. Vigora agora a perspetiva de mudança no grupo colocado no comando. Ainda assim, mantém-se inscrito nos sentidos da pessoa o momento da sua adesão aos que passarão a ser os seus princípios. Nestes casos tratou-se de um acontecimento negativo sobre gente próxima a produzir a emulação da separação entre o entendido como justo e o verificado como injusto. Para além desta separação afetiva, produz-se também, em certos casos, uma separação de facto entre o aceitável e o não aceitável. Sendo que o não aceitável encerrava todo o poder em si, instituindo uma moral a que todos estavam submetidos como obrigação, a rutura tem um significado que acaba por ter um significado político na medida em que, a divisão possível é a de pactuar silenciosamente ou agir contra o silêncio.

Estudava mas era professora... Porque tinha uma colega que costumávamos ir as vezes para aquela zona da Sé e víamos aquela miséria toda e aquele contraste tao forte – que hoje não é nada como era antes. Estamos a falar de há quarenta e tal anos que era um contraste demasiado forte e comecei a afastar-me da igreja. Isso tudo ainda se passou durante o fascismo. Entretanto o meu marido na altura também, porque nós não aceitávamos todas as situações, eu alias não tinha a menor atividade politica ativa mas éramos coerentes com a defesa da justiça e por isso ele, por exemplo, porque no trabalho onde estava tinha uma posição de defesa numa rede também foi expulso... Nós nunca fizemos nada de especial, não éramos militantes de nenhum partido mas fomos vítimas do fascismo naquela época. Ilda Figueiredo, PCP Porto/Viana do Castelo

(...) a minha mãe era descendente de camponeses portanto toda a minha origem é de grandes dificuldades, eu própria tirei um curso superior a trabalhar com uma grande força de vontade. (Ilda Figueiredo, PCP Porto/Viana do Castelo)

Por vezes a política entra por todos os lados familiares do indivíduo. Assim como já havia entrado nos familiares por via direta dos seus progenitores segundo um processo, provavelmente, reprodutivamente infindo. Com a política ocupando todo o espaço durante todo o tempo, sobram os cantos das casas para aprender a conviver com a diferença. Nestas circunstâncias torna-se redundante perguntar como se formou o interesse pela política na medida em que todo o caldo bebido traz como ingredientes os diversos sabores, cheiros e tons da política e das suas variações ao longo do tempo.

Da parte da minha mãe sempre foram políticos. Da parte do meu pai, lado materno, sempre foram políticos também. É engraçado, uns monárquicos e outros republicanos. Portanto eu fui criado no meio de monárquicos e republicanos. A família da mãe era monárquica e a família do

pai tinha monárquicos e republicanos. Há até um caso engraçado: o meu bisavô era monárquico e de direita e o irmão era republicano e davam-se lindamente. As famílias eram amicíssimas. (João Pulido Almeida, ex-Presidente da Câmara – CDS Celorico de Basto)

Com um historial familiar pejado de representações políticas, difícil é escolher qual o caminho a seguir. A escolha da via monárquica é, neste caso, também uma escolha de linhagem. Um marco de afirmação longilíneo como forma de legitimidade obtida ao longo da história. Neste caso convém afirmar tratar-se de um agricultor residindo num solar⁸¹, aliás, herança de um tio, desaparecido exatamente a 3 de janeiro de 1977, dia em que o sobrinho tomou posse como presidente da Câmara de Celorico de Basto.

Quando fui para Braga fui para a Junta Escolar Monárquica e cheguei a ser presidente da Junta (...) Tinha lá vários amigos... Fui e as minhas ideias sempre foram monárquicas... Fui colega do D. Duarte de Bragança nas Caldinhas em S. Tirso - ele e o irmão, D. Miguel, andavam lá comigo.

O que não invalida práticas ajustadas ao momento, tendencialmente desajustadas tanto do sentido histórico-familiar, assim como da biografia política em construção. Estas são, todavia, explicadas pela junção a grupos com espíritos contrários à situação. O ajuste entre os apelos das configurações histórico-familiares, a realidade oferecida, e a vontade individual desejada, nem sempre se juntam numa reconciliação momentânea. Todo o indivíduo é um ser de estratégias, sabedor da existência de momentos para os homens se afirmarem (Winkin, 1999).

E assim quando cheguei a 1969 fui contra a Ação Nacional Popular (ANP); apoiei o MDP-CDE e muita gente chegou a admirar, até que se deu o 25 de abril... (João Pulido Almeida, ex-Presidente da Câmara – CDS Celorico de Basto)

Quando o momento é reconhecido como o da pessoa – nomeadamente o agente político – dá-se, finalmente, a fixação identitária ideológica dentro das divisões possíveis, sendo escolhida a bandeira e a coloração mais ajustada na paleta de divisões políticas autorizadas pelo Estado. A identidade ideológica não se desajusta da realidade vivida. Apenas se afirma definitivamente no seu instante preciso.

Já era do CDS quando entrei para a Câmara. Quando o CDS foi criado inscrevi-me imediatamente... (João Pulido Almeida, ex-Presidente da Câmara – CDS Celorico de Basto)

Para agir enquanto político o indivíduo necessita ter-se em conta, se não elevada, pelo menos considerada. A escala superior de consideração de si encerra-se quando o político já o é, mesmo antes do berço. Nesse caso traz consigo 'o' código genético específico e 'a' impressão digital

⁸¹ Solar do Souto

precisa que capacitam a pessoa para a prossecução na senda do político que vai, seguramente, ser comumente aceite pelos seus traços virtuosos.

Há certas coisas que nascem... no sangue... A gente vê... tem... parece que o sangue... vem connosco... (Albertino Mota e Silva – PSD, ex-presidente da Câmara de Celorico de Basto)

Um político com sangue de político acrescenta algo mais aos pressupostos teóricos avançados nesta pesquisa. Revela uma representação social (Durkheim, 2001a) plantada em grande parte da malha mental portuguesa (H. Martins, 2006, 2018). De acordo com Cabecinhas (2004), as representações sociais resultam de formas “ideológicos ou culturais” de pensar tendentes a originar “teorias espontâneas” cujas “versões da realidade (...) incarnam em imagens cheias de significação” (Cabecinhas, 2004, p. 126). Quando estabelecido pelo lado da crença ineludível, o significado impõe uma força propulsora que eleva o crédito do indivíduo a patamares exteriores de si. Por estar possuído pela crença da sua condição de superioridade, a representação social inscrita na mente tende a inscreve-se, também, na apresentação do dessa pessoa no quotidiano (Goffman, 1959).

A afirmação de qualidades sanguíneas, e outras inscritas na biologia, demonstram esse domínio revelado pelos estudos da psicologia social. Trata-se de um recurso convencionado pela via popular, que visa estabelecer uma distinção atribuída pela natureza com vista à separação. Nesse pressuposto, apela desde logo à distinção dos seus portadores, atribuindo-lhes qualidades superiores encerradas numa célula dissemelhante. Além de justificar o lugar de classe habitado pelo indivíduo procura, desde logo, explicar os pressupostos de uma linhagem familiar temperada pela natureza para gerar um agente político. A invocação das qualidades do sangue antecipa, deste modo, a explanação que justifica o transcurso hereditário não raras vezes observado na vida política portuguesa.

9.1.2.2 A identidade familiar na identidade ideológica

A representação social da política nascida na mente como coisa do corpo biológico tem presença constante. Nem sempre esta perspetiva surge como uma afirmação inequívoca observada de forma clara e assumida como tal. Em certas situações a dúvida permite outras hipóteses interpretativas. Quando uma criança se presta a envolver-se na política, colocando todo os adereços de uma campanha no seu corpo, tal só quer dizer que, nesse momento, se prostram as leis da imitação (Tarde, 2015) que, mais tarde, poderão vir a manifestar-se como os alicerces fundacionais da pessoa política.

[1979 (10 anos) na aldeia em Celorico de Basto: há uma foto]: “(...) estou com uma bandeira à frente da AD, outra bandeira da AD presa ao selim e um altifalante – que na altura arranjei – preso com umas cordas ao volante e ao bocal do altifalante... E andava às voltas na freguesia a dizer “vota AD”... se me perguntar porque é que eu fazia isto não sei explicar muito bem... (Altino Bessa, CDS – Celorico de Basto)



É certo que para trás ficam as inculcações silenciosas, não raras vezes provindas da afetividade e inscritas na admiração familiar, o que mais uma vez demonstra a tendência reprodutiva das coordenadas delineadoras da identidade ideológica

(...) há também alguma influência de alguma forma familiar... Não quer dizer que não pudesse mudar mas o meu pai era militante do CDS... (Altino Bessa, CDS – Celorico de Basto)

Além da afetividade dentro de casa, existem as determinantes doutrinárias familiares pré-estabelecidas a introduzir no espírito do indivíduo como forma de promover os valores da sua didática futura

(...) quando acabei a Escola Primária tive também uma experiência em Guimarães: era interno no Seminário do Verbo Divino (Altino Bessa, CDS – Celorico de Basto)

As qualidades naturais da pessoa escolhida para a política são exatamente iguais às qualidades naturais dos escolhidos, por via do *chamamento* oracular, para se entregarem à vida religiosa. Nessas circunstâncias é de aceitar o princípio da não escolha. O princípio da inexistência da vontade própria. Pelo contrário, é-se escolhido pelo destino ineludível, fado a que se deve aceitar, dando graças

(...) eu fui para o seminário e o meu irmão foi por arrastamento; eu queria seguir a vida... Queria ser padre e em casa dos meus pais queriam que eu fosse para o seminário. O meu irmão estava a estudar no colégio em Amarante, tinha feito o primeiro ano com notas altas porque era um aluno muito brilhante, o meu pai não tinha possibilidades de ter dois a estudar um no seminário e outro num colégio interno e meteu-nos aos dois no seminário; o meu irmão foi por arrastamento... tinha passado para o segundo e eu fui obrigado repetir o primeiro e quis o destino que ele que não queria ir fosse padre e eu que queria ser padre não fosse padre... (Albertino Mota e Silva – PSD ex-presidente da Câmara de Celorico de Basto)

Querer ser e não poder ser, no que toca a uma atividade profissional, revela o quanto a ideia de vocação tem um significado muito determinado nas línguas latinas. *Vocare* é chamar. Sentir-se chamado não é mais do que o resultado das estruturas sociais mais presentes. Além de acolher os escolhidos, ao longo de séculos, a via da religião vai formando os alicerces morais dos indivíduos, assim ajudando a produzir um tecido social alinhado com os espíritos moldados a preceito. Estes não só se entendem vertidos para a vivência habitual como também se mostram formados segundo os cânones da obediência e do uso de palavras certificadas como dispositivos produtores de honradez

(...) eu estive no seminário fui sempre educado e os princípios e isso não me permitiam falar de determinadas maneiras, desconsiderar determinadas pessoas... (Inácio Silva, PSD Celorico de Basto)

A imposição do uso de uma linguagem certificada, limitada a orações assentidas e verbalizadas no tom acertado – nem mais nem menos – compõe a ordem natural das coisas. Com tudo colocado no seu lugar, promove-se o estabelecimento de relações fraternais num estilo perene, de tal modo pejado de afetos ao ponto de não haver dúvidas do esbater de qualquer diferença de classe ou estatuto. Como se fosse da mesma carne e dos mesmos ossos, nasce assim o filho adotivo.

O mau falecido pai era do CDS, era um defensor do CDS. Porquê? Porque os patrões dele eram do CDS. O meu pai começou a trabalhar aos vinte e tal anos porque até aí foi criado numa casa muito rica aqui da freguesia. Depois houve ali umas manobras que na altura não percebi... hoje consigo perceber. O meu pai era um homem rico sem dinheiro porque vivia numa casa rica. E de repente essa casa rica desmoronou-se e ele teve de ir trabalhar. O meu falecido pai era do CDS porque os patrões dele também eram do CDS. (Jorge Teixeira, PS – Celorico de Basto)

Ser *criado* encerra uma dissemia. Pode-se ser criado num ambiente familiar e ser-se criado dessa família. O Baixo Minho foi território pródigo no uso desta duplicidade produtor de um certo tipo de filhos. Os filhos adotivos não eram mais do que espíritos captados e formados ao longo do tempo para alimentar as potencialidades económicas das famílias do campo. Mais tarde foi transposta para as fábricas (E. Silva, 2012). O seu processo de socialização era objeto, desde os primeiros anos, de uma mutação produtora de uma dupla dívida. Ao saírem da família para a casa grande tornavam-se acompanhantes dos irmãos adotivos dando-se, nessa relação, uma aparente igualdade. A mesma casa, a mesma mesa, a mesma cama, a mesma escola, o mesmo espaço, os mesmos afazeres. A certa altura surgiam decisões por parte de quem podia decidir e os caminhos afastavam-se. Iniciava-se aí uma separação. Mas a malha mental do filho

adotivo já estava produzida. A sua identidade ideológica respondia pelos mesmos códigos dos pais adotivos, ainda que estes, no processo de afastamento, recorressem aos processos da linguagem para estabelecer a distância. Além de a vincar posse do poder – quem manda! – repunham as relações definidas de dominação e submissão, colocando cada estatuto no seu lugar de classe

Esses patrões eram gente que andou com ele na escola, gente que ia para as festas, para as feiras e, só porque o meu pai, depois foi trabalhar para eles tratava-os por "você" e eles ao meu pai tratavam-no por "tu". E eu não entendia isso... recordo-me uma das situações que era um senhor aqui da freguesia das pessoas mais ricas e que dominava pra aí uns 50% dos terrenos e um dia eu perguntei-lhe porque é que ele tratava o meu pai por "tu" e o meu pai o tratava por "senhor Néquina". E ele a resposta que me deu foi que eu era mal-educado porque não tinha que lhe fazer por esse tipo de perguntas. (Jorge Teixeira, PS – Celorico de Basto)

Não há melhor poder do que aquele em que a parte sujeita reconhece, agradecida e penhorada, confessando-se devedor eterno à parte dominadora. Trata-se de um poder oferecido e engrandecido pela obediência. É melhor do que o poder de conquista, sempre sujeito à desobediência dos dominados. Nesta relação, não só se dá a reprodução de uma identidade ideológica de acordo com a vontade dos detentores do poder, como também se fixa uma dívida dupla, tanto aos pais como ao filho. Os detentores do poder reproduzem e reforçam, de uma assentada, uma ordem identitária ideológica que perpetua o lugar da elite e, em simultâneo, estabelece a sua base de apoio, segundo uma lei de pedra. Em certas circunstâncias a família promove, no seu interior, posições antagónicas. Esta duplicidade fornece mais do que uma solução como extensão possível para as escolhas no futuro

(...) o meu pai era pró regime [Estado Novo], a minha mãe era antirregime (...) Compatibilizavam-se bem, mas de facto a minha mãe na altura era vista como revolucionária (António Martins, PSD Viana do Castelo)

Como a mãe crítica o sistema e o pai nem por isso, podiam-se formar dúvidas, não se desse o facto de o pai ter ficado com o sistema falido e a mãe ter avançado para ajudar à criação de um novo sistema político

O meu pai não se meteu em nenhum partido político pós 25 de abril, antes pelo contrário. A minha mãe sim. Foi fundadora do PSD de Ponte de Lima, o que era uma situação anormal. Provavelmente são muito poucas as mulheres que foram fundadoras do PSD em 1974. (António Martins, PSD - Viana do Castelo)

A descendência política pela linha materna mostra-se um caso marginal na tradição portuguesa, na medida em que a política se tem revelado, em todas as suas vertentes, um caso de homens

resistente ao outro género. Como se tem abordado ao longo desta análise, as dinâmicas familiares tendem a promover uma consciência do campo político. Nas elites essa consciência funciona com vigor estratégico sendo esse sentido estratégico revertido diretamente para as práticas

Eu acho que descobri a política antes do 25 de abril por esta realidade que tinha em casa.
(António Martins, PSD - Viana do Castelo)

É sempre mais fácil decidir quando o caminho é colocado à frente. Trilhar não é o mesmo que seguir um carreiro já aberto (Simmel, 1996). Principalmente quando outras possíveis hipóteses são imediatamente descartadas por não se afigurarem estrategicamente consentâneas com as mudanças introduzidas na sociedade política.

Eu não entrei logo para militante, fui só para militante em 1979. Estava na tropa como disse em 74/75, depois acabei a faculdade, e obviamente o meu objetivo era a minha vida profissional – esse foi sempre o meu primeiro objetivo –, e acho que a política só se deve entranhar na política quem já tem uma profissão, quem já tem um caminho definido para não depender da política. Eu acho que deve haver muita independência em relação à política para podermos entrar e sair quando quisermos. (António Martins, PSD - Viana do Castelo)

A identidade ideológica centra-se no campo político mas é extensível a outros domínios da vivência aos quais estão, desde logo, associadas manifestações latentes da primazia dada às relações económicas como modo primeiro de sustentáculo do ideário político. O princípio de só entrar na política com um caminho profissional definido revela como a ideologia, apresentada no quotidiano enquanto uma natureza do indivíduo, está na realidade possuída por uma anterioridade, cuja origem se relaciona com aprendizagens inseridas e assimiladas dentro do lar. Se em certas situações a identidade ideológica é inculcada segundo estratégias por vezes ínvias, noutras seguem planos, familiarmente determinados, com vista à posse de salvaguardas permanentes com vista ao sucesso futuro. Nestes casos vigora a precedência do modo ocupacional em relação às ideias políticas. Assim, estas últimas são colocadas numa posição onde as consequências se apresentam como o centro ideário.

O fulcro nas consequências dá-se, geralmente, perante o cenário de um historial familiar orientado para a utilidade da política. A outra possibilidade centra-se nas causas. Neste caso processa-se a obrigação constituída como uma ordem interna do indivíduo orientada para uma missão. Entre a perspetiva consequencialista e a quimera das causas temperadas como princípios há uma grande diferença.

Nasci em 1976 já a Reforma Agrária estava em declínio... Recordo-me, sim, de quando iam trabalhar... É a imagem que tenho... muitos tratores à porta da Cooperativa, com o pessoal todo vestidinho com as aquelas roupas tradicionais. Recordo-me de ir com a minha mãe algumas vezes para o trabalho, quando elas faziam aquelas cozinhas debaixo do sobreiro onde colocavam as panelinhas a cozinhar... (Mafalda Goulão Lopes – PCP, Mora)

De acordo com Bourdieu, o *habitus* traduz-se num sistema de disposições inculcadas no indivíduo ao longo da sua história, orientadores da sua forma de ser, de pensar ou de fazer, responsável pela forma de agir em determinada situação ou circunstância. É um princípio “gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição num estilo de vida” (Bourdieu, 1997, p. 7), constituindo-se num conceito-intérprete da noção aqui difundida de identidade ideológica

(...) havia uma pessoa que, recordo-me, quando eu era miúda, que era o senhor [António] Vitorino... Eu desde miúda sempre me dei bem com eles, com a família, e então recordo-me sempre perfeitamente dos discursos que ele ia fazer na Cooperativa das Brotas e tenho esta imagem... e nós na altura miúdos juntávamo-nos na ouvi-lo... Ou seja, na altura já movimentava ali pessoas e eu desde pequenina no meu sonho tinha... Um dia gostava de ser assim, gostava de chegar assim às pessoas... (Mafalda Goulão Lopes – PCP, Mora)

Resposta à pergunta: [António Vitorino] fazia parte da Cooperativa onde o seu pai trabalhava? Sim... E portanto vem daí, se calhar, a minha identificação com o Partido Comunista. (Mafalda Goulão Lopes – PCP, Mora)

As disposições aludidas por Bourdieu (1997) não se apresentarem como um recorte determinado. Pelo contrário, são propensões flexíveis, cuja força ou fraqueza permitem a sua incrustação ou não no indivíduo. Na medida em que a identidade ideológica ocorre dentro de uma linha de possibilidades estabelecida entre causas e consequências, entre a totalidade e a individualidade, entre o meio e a rutura, vigora nos indivíduos uma plasticidade que, a todo o tempo, pode funcionar como elemento de mutação.

Passei por um outro partido... Foi o PSD (Partido Social Democrata) mas não tinha a ver com os meus ideais, não tinha a ver com nada mas unicamente porque um primo meu integrava essa força política na altura e convidou-me para fazer parte de uma lista, já não sei onde; era numa assembleia... Lá está, era uma miúda e não tinha bem noção do que estava a fazer mas pronto. Não dei importância e foi apenas pelo meu primo... (Mafalda Goulão Lopes – PCP, Mora)

Em certas situações podem subsistir conflitos na formação da identidade ideológica. Quando se se processam divergências entre as configurações familiares e as opções se tornam dissonantes, tal ocorre pela intromissão de elementos novos, não espectáveis, mas com poder para desviar a tendência identitária de origem. Nessas situações ocorre avançar-se para uma identidade política

incongruente com a identidade ideológica que, no decurso existencial, impõe a necessidade de resolução da dissonância cognitiva em presença (Festinger, 1962).

As identidades ideológicas concebem-se dentro de um quadro de diversidade e a sua formação está intimamente ligada às disposições geradas nas convicções, mais ou menos firmadas, nas consciências familiares. Em geral, confirmam a presença da fidelidade política assente na reprodução social e comprovam a formação de estratégias urdidas pela família com vista à prossecução existencial no interior de um grupo, interpretado como detentor das ações historicamente reconhecidas como verdadeiras e interligadas com a realidade familiar.

Como em todas as identidades, as identidades ideológicas, têm origem no princípio da relação. Trata-se de optar por via da crença. E, neste sentido, a crença pode situar-se numa relação assente na disrupção com o passado, não importando o futuro posto em adivinhação, ou no cálculo antecipado das necessidades estratégicas necessárias para enfrentar o futuro e, deste modo, estar na posse de expediente capaz de responder e transformar qualquer consequência geral, numa boa consequência particular.

As práticas de descontinuidade, em relação à posição social familiar, afiguram-se raras e os sentimentos de rutura, ou mudança, quebrando ou desagregando uma linha de hereditariedade ideológica ocorrendo no sentido do grupo conservador em direção ao grupo em rutura. Em regra, quando a ordem familiar é atravessada pelo sentimento de fratura, em relação ao sistema político vigente, toda a extensão familiar acompanha o sentido de rutura subjacente.

Por seu lado, a tendência imutável da linha hereditária das ideias, assim como o princípio de clausura histórica subjacente ao pensamento e organização do mundo político, revelam a predisposição das identidades ideológicas em persistirem debaixo de leis enrijecidas pela exclusividade de um monopólio cronológico. Deste modo, não se fundando novas figurações ideológicas, não se enunciam identidades ideológicas instituídas em novas práticas, sendo estas mesmas remetidas para padrões provindos do século XIX. Esta realidade releva as ideologias para uma pré-existência, comprovando-se a manifestação de uma cultura padronizada e rígida na formação da identidade ideológica e política dos indivíduos.

9.1.3 O direito de entrada

9.1.3.1 *Uma tarefa muito dificultada*

A distância temporal é um fator menor entre os jovens atuantes na política no ano de 2016 e o entendimento do papel dos seus congéneres que se ligaram ao fenómeno da prática política nos anos reveladores, imediatamente antes ou após o 25 de abril de 1974. Pelo contrário, ainda que passados mais de 40 anos, domina o imaginário da fortuna e da ventura fadada em marco histórico. A grande diferença apontada pela juventude participante neste estudo em relação aos seus assemelhados centra-se na existência de um motivo suficiente forte, capaz de entusiasmar o espírito e funcionar como um apelo à participação.

“A geração do 25 e abril tinha algo contra quem lutar, hoje lutamos contra um inimigo sem rosto, o que torna tudo muito difícil” (Focus Group JS, Viana do Castelo)

Um adversário identificado, de preferência representando coisa maléfica e, em simultâneo, emulador da coragem que se abriga debaixo de cada um dava muito jeito como linha orientadora. Como na ordem militar, a existência de um inimigo reconhecido como tal, promove o estímulo para a contenda. Separa a fração. Nós e eles! Mas não deixa de revelar a noção romântica, desligada da realidade da ocasião, que subsiste ao fim de algumas décadas, sobre o ideário de um momento fundamental e único no qual todos foram chamados a escolher um dos muitos lados da barricada. Esse instante de iniciação dos principiantes absolutos na construção da nova vida política vigora como uma dádiva que ajudou a cimentar a imagem de uma geração nascida para a política

“Os jovens têm liberdade e, ao contrário de pessoas mais velhas que viveram na ditadura, não sentem necessidade de mudança do sistema político” (Focus Group JS, Viana do Castelo)

Essa graça foi oferecida aos que mudaram o sistema e, em consequência, aos que vivem no sistema mudado. Aos primeiros deu história e, aos segundos, deixou a angústia por inexistir um quadro de conflito traçado para agitar antes de ousar (Drago, 2005). A liberdade que estes mesmos jovens apresentam hoje impõe-lhes, não só um limite, como também os condiciona na ação. Trata-se de uma liberdade que os acomoda a uma sociedade, aparentemente, sem qualquer necessidade de mudança e, por isso, uma sociedade política normalizada, e na qual as diferenças entre as partes divididas que lhe dão unidade, se apresentam cada vez mais aproximadas

“Antigamente havia diferenças entre os Partidos; sabia-se o que era o Partido Socialista, os Social-democratas, o Partido Comunista; hoje nada os distingue. Na prática existem muitos pontos comuns que fazem aproximar os partidos políticos” (Focus Group JS, Viana do Castelo)

E, mais do que diferenças entre as propostas em que se pretende demonstrar o que divide, vigoram as semelhanças das práticas nas quais tudo se aproxima de uma espécie de hegemonia onde a dificuldade reside em encontrar as linhas de fronteira produzidas nos momentos das práticas

“Os programas eleitorais, enquanto documentos, revelam as diferenças entre partidos (...) mas “na aplicação concreta dos programas eleitorais não há distinção entre os partidos” (Focus Group JS, Viana do Castelo)

São as práticas, e não as ideias enunciadas ao vento, a fazerem a demonstração da realidade vivida. E, um tanto contraditoriamente, são as práticas a manifestarem a existência de ideias, geralmente não expressas, como princípios existenciais do grupo político

“As fronteiras ideológicas esbateram-se muito. São as circunstâncias do dia-a-dia que orientam as pessoas” (Focus Group JS, Viana do Castelo)

A constatação da existência do campo político submetido às variações cambiantes do mercado em concorrência, ditado pelos cânones da economia, fortalece a consciência da volatilidade ideológica, desta forma fazendo emergir a percepção de uma espécie de ‘ideologia estilhaçada’, constituída pela permanente novidade da ação.

“Não há diferença absolutamente nenhuma; escondem-se sempre atrás da mecânica dos números” (Focus Group JS, Viana do Castelo)

Desaparecem os princípios como fundamentos para passar a vigorar os fins como propósito fulcral da política. Interessa o resultado, seja ele qual for, porque os objetivos da política são subordinados aos ditames de uma ordem exterior. Tal não quer dizer que se não mantenham os sentidos em estado de alerta e prontos a regressar ao resgate da política enquanto campo autónomo

“Os princípios (ideológicos) são muito importantes porque é o ponto para onde regressamos quando tudo falha” (Focus Group JS, Viana do Castelo)

Isto é, apesar de aparentemente colonizado, as estruturas de resistência do campo político guardam respostas, aparentemente desconhecidas, para os tempos de crise. A começar pela forma como essas estruturas se intrometem nos indivíduos a partir de tenra idade bastando, para tal, que o lar já esteja frequentado por um *habitus* familiar

“A partir do momento em que há política em casa, isso desperta para a política” (Focus Group JS, Viana do Castelo)

O *habitus* significa, em parte, uma forma de socialização política, não se limitando a uma reprodução da cultura atribuída. É atravessado também pelas qualidades únicas e irrepetíveis, granjeadas segundo os princípios de liberdade que cada um, além de possuir, pode usar para transformar o exterior, esperando, por contrapartida, ser também transformado por esse mesmo exterior. A subjacente forma de ser, estar e agir, ajusta-se às condições a partir da observação crítica do mundo social que o indivíduo vai entrevendo vida fora.

A política é uma questão de sensibilidade e de atitudes. Deve ser orientada para ajudar as pessoas (Grupo de jovens do BE, Viana do Castelo)

(...) [A política] torna-se, para alguns, numa forma de subir na vida” (Focus Group JS, Viana do Castelo)

A política tem objetivo definido desde os seus primórdios: almeja a totalidade. Mas não deixa de haver quem lhe queira mudar a natureza introduzindo-lhe um caráter privado, ambicionado objetivos particulares. Surgem, a todo o momento, novos atravessamentos com vista a desvirtuar a ampla e límpida noção original do campo político, que viu na dissemelhança dos indivíduos a oportunidade de formação de uma comunidade de interesses diversificados.

“Vende-se demasiado a ideia de que os jovens não gostam da política” (Focus Group JS, Viana do Castelo)

Dentro da comunidade dissemelhante, existem interesses específicos dos mais novos que entram em contradição com os interesses dos instalados. Disputa-se, desse modo, o mercado de dissemelhanças em que determinados grupos mais bem situados se posicionam procurando manter o monopólio da realização dos seus interesses. Um dos modos de manter o monopólio do campo é afirmar que outros grupos, nomeadamente minoritários e específicos, não são suficientemente esclarecidos e ágeis para serem considerados com os mesmos direitos que outros grupos mais representativos.

“Os partidos não promovem a oportunidade de jovens e isso está a promover um certo choque com os partidos políticos”. (Focus Group JS, Viana do Castelo)

“Não existe a leitura de jovens contra os velhos”; “os jovens estão a ser prejudicados”; “os jovens tendem a esperar que outros resolvam os problemas por eles”. (Grupo de jovens do BE, Viana do Castelo)

A separação dos ‘jovens’ numa categoria específica serve da autonomia para, no fundo, ser produzido um controlo da juventude por uma outra categoria dominante. A existência do ‘partido’

por um lado e da ‘juventude’, por outro, significa a formação de uma *di-visor* cujo objetivo principal é o de manter os jovens sob expectativas, assim alimentando-se a efervescência do grupo com vista à manutenção da relação de poder em que os mais velhos dominam os mais novos. As leis de ferro das oligarquias partidárias são, atualmente, detetadas mais prematuramente e reconhecidas com mais frequência ao ponto de, os grupos e juventude saberem, com muita antecipação, os dispositivos exatos que ditam o funcionamento das entidades mediadoras entre o Estado e a sociedade civil.

Excluindo a abertura à entrada para militante – cuja função, militar, consiste em engrossar uma força obediente – caso em que as portas estão permanentemente escancaradas e que só servem a perspectiva do ‘maior número’ – cujo poder diminuto é diluído em favor do ‘menor número’ – trata-se aqui de compreender os dispositivos congénitos vigentes que autorizam a entrada no círculo restrito dos que aspiram a um lugar de ‘representante’ da sociedade civil no Estado.

“Há uma norma estabelecida para se ser escolhido na política: é preciso conhecer muita gente; “ter capacidade e angariar votos (ser conhecido) ”; “pertencer a um estrato social elevado” (Focus Group JS, Viana do Castelo)

A associação das partes descritas na síntese revelam como é fácil entender os dispositivos reconhecidos de eternização e entronização como as traves mestras da cultura estabelecida para vingar na política. Uma vez que estes dispositivos funcionam para proteger e fazer perdurar o ‘menor número’ na cúpula da elite, as portas de entrada de novos membros neste círculo restrito mantêm-se durante muito tempo encerradas. No período em que não abrem, a juventude inquieta-se. Submete-se assim à demonstração de competência, sendo que, a noção de competência fadada deve reproduzir as formas habituais de urdidura política. Se quer vir a ser um adulto político, o jovem político tem que investir no partido submetendo-se à velocidade de ação que o partido lhe autoriza

“Para vingar na política é preciso perder muito tempo e abdicar de muitas outras coisas” (Focus Group JS, Viana do Castelo)

“Na política uma pessoa insere-se num partido e tem de seguir aquelas regras. (Grupo de jovens do BE, Viana do Castelo)

Investir quer dizer, apostar todas as fichas no jogo. Acreditar no jogo político. Jogar o jogo debaixo da crença de que vale a pena jogar o jogo. Preparar-se para todas as surpresas do jogo,

inclusive ver alguém surgir miraculosamente, não se sabe de onde, para atingir um objetivo para o qual, aparentemente, não jogou

“É preciso fazer um investimento material”; “há custos económicos que são assumidos pelo próprio”; “ao mesmo tempo estar preparado para ver pessoas que não fazem investimento nenhum a serem escolhidos para ocupar lugares”. (Focus Group JS, Viana do Castelo)

O direito de entrada faz-se por muitas portas. A via das organizações de juventude é, talvez, a mais visível. Não sendo a única, apresenta-se todavia como se fosse a única. Trata-se de se constituir como a entidade proprietária do monopólio do direito de entrada no campo político, nomeadamente como antecâmara de acesso aos lugares destacados nos aparelhos partidários seniores. O facto de se constituir num grupo e de agir assente no princípio organizacional, retira às juventudes partidárias capacidade para entrever outros requisitos de entrada, nomeadamente a tendência circular da jovem elite económica na ocupação dos principais lugares de poder.

9.1.3.2 Juventude inquieta

Apesar de todas as vicissitudes introduzidas pelas variáveis espúrias e do medo que vai produzindo nas pessoas, a política continua a ser o único meio pelo qual os indivíduos podem identificar os caminhos para onde uma sociedade deve ser guiada. O medo de ficar sem campo político é, desse modo, muito superior ao de ter maus atores políticos. Por isso, por muito que se discorde da realidade política oferecida, esta é sempre melhor do que a ausência completa de uma realidade política. Verifica-se aí, no meio da política, a possibilidade de se encontrar o caminho para a sociedade.

“A política é saber que a sociedade tem um caminho, que é um destino que nos vai acontecer; é um jogo que devemos ter vontade de jogar para ajudarmos a dar rumo a essa sociedade” (Grupo de jovens do BE, Viana do Castelo)

O problema extensivo da política localiza-se no seu subsequente agente que, ao ocupar o campo, transforma-o mais num campo de indivíduos e menos num campo de conciliação dos interesses gerais da totalidade de indivíduos. O seu centro original descentra-se do seu objeto para se deter na condição talentosa dos agentes que se propõem constituir, fazer funcionar e vigiar a sanidade das configurações do campo.

“Confunde-se a política com os políticos”. (Grupo de jovens do BE, Viana do Castelo)

Sendo certo que o agente político explora sem parcimónia a sua faceta de promotor possuído pelo dom da graça e, logo, pela capacidade de realização mágica. Ao concentrar em si as

atenções do fazedor, torna-se não só num criador, como espalha a imagem da criação para além de uma obrigação sua. Faz mais do que devia. Trata-se da sua missão. E, nessa condição de missionário, espalha a crença tanto da decifração como da solução. Ainda que nada execute, todos acontecimentos – ou a falta deles – são-lhe atribuídos como recompensa

Perante os seus problemas as pessoas estão sempre à espera que alguém possa agir por elas. Há uma acomodação visível. Nos jovens quem está bem não repara em quem está mal. Deviam fazer-se ouvir. (Grupo de jovens do BE, Viana do Castelo)

Todavia, não é olvidável que em certos modos de pensar, compete aos políticos querer alcançar o que, à partida, parece ser inalcançável. Só a política pode colocar a *utopia* dentro da realidade alcançável. Trata-se de ser realista e pedir o impossível, criando as condições para tornar esse impossível em ação exequível.

“Uma utopia é aquilo que é até deixar de ser. Pode ser utópico ter uma cadeira de rodas; essa utopia acaba quando chega a cadeira de rodas” (Grupo de jovens do BE, Viana do Castelo)

Se o campo político for incapaz de constituir-se como um realizador de quimeras, o seu papel deixa de fazer sentido. E quando a política não sabe – ou não quer – mostrar o horizonte no azimute, descontrola-se a rota e perde-se o rumo. A perda de destino convoca a desorientação e sentido da tragédia instala-se e essa vertente fatal afasta as pessoas – afinal o seu centro tanto como causa como consequência

As pessoas não se interessam pela política porque há um sentimento de fatalidade; nunca há de mudar; não há outros caminhos; são todos iguais; todo o país ganha quando há mais equilíbrio. (Grupo de jovens do BE, Viana do Castelo)

Por outro lado, a política tem sido retirada da esfera racionalizada, abandonando a via de coerência que lhe subjaz nas origens, para se alocar no campo da dramaturgia. A vertente teatral e a noção de representação dramática passam a ocupar os traços da sua essência mais primordial. Com o falhanço na ancestral exterioridade do político em relação à sociedade, esta entra em estado de desinteresse pelo fenómeno que a devia descodificar e orientar segundo os interesses identificados como coletivos. Dentro destas novas experiências, para voltar a ser o campo da associação entre indivíduos dissemelhantes, a política tenta outros expedientes como o recurso a estratégias de emoção expurgadas de ideias

“Ser político na esfera dos partidos impõe saber falar às massas, ter bom aspeto; a política hoje é levada de coração como uma novela. O desporto é tratado como a política; há um apelo ao clubismo partidário” (Grupo de jovens do BE, Viana do Castelo)

Afastando-se da sua natureza e, cada vez mais, assente na escassez de ideias, processa-se o desligar do campo político da sociedade que lhe dá origem. Vislumbra-se um problema de ligação entre as partes e da qual, na maior parte das vezes uma parte culpa a outra do insucesso da política. Numa equação simples, demonstra-se porque está a política a falhar

“As pessoas podem ter consciência que têm os meios à sua disposição para uma sociedade melhor mas têm noção que não tem política à disposição para ter uma sociedade melhor”.
(Grupo de jovens do BE, Viana do Castelo)

A diminuta participação da sociedade civil na política tem as suas explicações na falta de conteúdo político na política e do excesso de conteúdo económico na mesma política.

“Esse é o problema da participação. Apesar disso as pessoas não estão adormecidas”. “Nunca discutiram tanta política como hoje. Há uma consciência de massa sobre a política que não se cinge à discussão política dos partidos”. “O discurso político cinge-se a ter dinheiro e a não ter dinheiro” (Grupo de jovens do BE, Viana do Castelo)

Nesta perspetiva, o apelo do campo político dominado pelo discurso económico parece não ter muitos adeptos. Impõe-se, assim, uma exigência à política, traduzida no apelo à emersão de soluções várias desligadas do princípio segundo o qual é a economia que domina a política e não esta última a determinar as práticas económicas. Fazer do método disciplinar económico uma ferramenta, remete-a para a sua condição de meio e não de um fim da política.

“Domina a ideologia do económico e, dentro dessa, um discurso único. Falta um discurso alternativo que apele à participação das pessoas” “As pessoas quando associam política não associam a ideias mas a partidos e à forma como votam” (Grupo de jovens do BE, Viana do Castelo)

Juntamente com a perspetiva fatalista da economia constituída como culpada da política, surge uma outra questão; a da forma. Na medida em que o político também se entende como um ator em representação, cabe-lhe marcar o tom do espaço político. A extinção da euforia com vista à diminuição – ou mesmo não produção – de expectativas serviu para amainar os espíritos, reordenando-lhes o seu papel cidadão em atitudes, na maior parte do tempo, desligadas da política

“O papel do político hoje é retirar excitação à política”. “E as pessoas acham que o seu papel é votar e que a cidadania faz-se de quatro em quatro anos”; (Grupo de jovens do BE, Viana do Castelo)

Isto é, à falta de interesse adiciona-se desinteresse. Não fosse assim e ocorreria aprendizagem onde pouco ou nada se ensina de política. Nomeadamente uma aprendizagem das vicissitudes e

formas mágicas introduzidas no sistema e que tudo faz para manter o poder gerado pela política no desconhecimento geral.

“No nosso sistema político devia ser ensinado nas escolas. Isso levá-las-ia a compreender a tendência do nosso sistema para o bipartidarismo”. “A praxis política é feita no sentido das pessoas não saberem muito sobre as coisas da política”. (Grupo de jovens do BE, Viana do Castelo)

O dispositivo da ignorância realiza-se no desconhecimento da forma como funcionam as instituições. A falta de entusiasmo pela atividade torna a política mais ou menos atrativa na captação de novas vontades com vista a virem a tornar-se políticos. Em simultâneo, cria nos indivíduos, outrora tidos como bem preparados para a política, a ausência de vontade necessária para emprestar a sua existência e o seu tempo de vida ativa, à atividade política. Entrever um mau passo para os que se destinam à política decorre, entre outros, do olhar prático de ‘um emprego’.

“A pessoa pode estar num partido de esquerda ou direita e ter boas intenções – certas ou erradas – mas é um mau emprego. Ser, por exemplo, deputado é um mau emprego”. “Na verdade o deputado quando representa impede a pessoa de representar. É ridículo alguém propor-se a isso”. (Grupo de jovens do BE, Viana do Castelo)

Ser um ‘mau emprego’ nessa vertente, remete também para a ausência de fundamentação técnica para a possibilidade de uma só pessoa estar na capacidade de representar tantas pessoas diferentes. Como o faz? A via camaleónica parece ser a única capaz de responder a esta pergunta. Nesta circunstância sobressai a natureza dramaturgica porquanto é aos bons atores que cabe mudar tanto quanto o camaleão. Ainda assim, o ator é uma personagem de cada vez e nunca muitas em simultâneo. A descodificação dos fetichismos da política, introduzidos nas sociedades como se de decorrências naturalizadas se tratassem, e a persistente prossecução desses mesmos fetichismos como se deles ninguém notasse, forma uma contradição no entendimento do fenómeno produtor de desconfianças no elemento político.

“Quando uma pessoa torna-se parte do sistema tende a ser também o sistema. A política é para ter regalias, não é para levar ideias pelas ideias”. (Grupo de jovens do BE, Viana do Castelo)

Ainda que perante a noção crítica das práticas da política, subsiste o interesse na política como a última esperança para os males do mundo. Enquanto os mecanismos do direito de entrada não franquearem a porta, os possíveis futuros políticos vão mantendo a atenção cingida na visão de dentro vista de fora. Segundo esse olhar, a atividade política assenta num processo sistémico que é preciso aderir caso se queira entrar. Nesse regime sobram os interesses com vista à

obtenção de privilégios enquanto escasseiam as ideias para dar corpo a práticas diferenciadas entre os vários grupos partidários existentes. Chegados ao poder, as ideias diferenciadoras deixam de fazer sentido para os governantes, revelando-se o campo político como o monopólio dos que nele realizam os seus interesses.

9.2 SEPARAÇÃO ENTRE LEALDADE E PERFÍDIA

9.2.1 Geografia política de alternância

Tal como em qualquer outra localidade, a realidade política do Porto é, de certo modo, expressa no resultado das suas eleições autárquicas. Estas marcam, não só a resposta do concelho a cada momento eleitoral, mas também revelam os atores que em períodos diversos se destacam na afirmação do que é ser político na região. Essa mesma lógica regista a forma como os partidos políticos se alternam em ciclos de poder, e como esses ciclos de poder parecem estar mais ligados às figuras cimeiras, ou referenciais, e menos uma lógica de (pre)dominância partidária.

Nessa lógica, os três primeiros atos eleitorais autárquicos do Porto (1976, 1979 e 1982), por constituírem um espaço de novidade quanto à disputa dos municípios, acabam por revelar um rol de indivíduos participando nos primeiros momentos da aprendizagem da vida democrática que, praticamente desaparecem no ato eleitoral seguinte. Dos 13 originais eleitos à autarquia portuenses de 1976, apenas três repetirão a façanha no ato eleitoral de 1982.

Se no caso de Raul Morais e Castro (FEPU e APU), um dos iniciáticos repetentes, a aventura autárquica termina em 1982, já o caso de João Rosado Correia (PS) alonga-se até às eleições de 1985.

Para além da aprendizagem de vivência democrática, o tempo é também tempo de acertos ideológicos e reposições estratégicas. Nas eleições de 1979, Alfredo Coelho de Magalhães trocará o lugar de vereador eleito pelo PS pelo lugar de candidato a Presidente da edilidade, sendo eleito pela AD.

De todos os partidos que originalmente dão corpo às candidaturas municipais portuenses, a APU é organização política que, desde logo, revelará uma predisposição para repetir os seus candidatos. António Macedo de Varela (1985 e 1989) e Luis de Oliveira Dias (1982, 1985 e

1989) constituem exemplos de uma aposta potencial aposta do Partido Comunista nas autárquicas com vista a um exercício profissional.

A dinâmica política portuense é, deste modo, também marcada por uma sucessão alternada de presidentes de Câmara. Aureliano Capelo Veloso (engenheiro químico) pelo PS (1976), Alfredo Ângelo Magalhães (arquiteto) pela AD (1979), António Paulo Valada (engenheiro civil), pela AD (1982) e Fernando Cabral (advogado), pelo PPD-PSD (1985) demonstram, nas escolhas políticas, a tendência reconhecida do tecido social portuense, afirmada no recorte das dinâmicas das suas diversas classes sociais e manifestas em práticas simbólico-ideológicas de aliança entre as classes populares – com menor capital cultural e económico – e a “estilização de vida” revelada nos gostos burgueses e intelectuais, objetivamente, decorrentes da posse de um reconhecido superior capital social destes últimos, como fator determinante das escolhas (Pereira, 2014).

Entrevisto pelo lado partidário, a tendência para o reconhecimento das melhores figuras como localizadas nos partidos de centro e de centro direita – casos do PPD-PSD, do CDS e da AD – não pode deixar de, por um lado, se ligar ao facto das origens do PPD se situarem no norte através de um dos seus fundadores, Francisco Sá Carneiro e, por outro, por este partido se ter formado segundo uma doutrina assente nos princípios do liberalismo, geralmente considerado como atributo reconhecido nas relações e dinâmicas socioeconómicas dos portuenses (xxxx).

A partir de 1989, mais do que um novo ciclo, inicia-se uma era de ciclos, firmados numa constante, alongada no tempo, da vida política portuense. Entre 1989, 1993 e 1997⁸² dá-se um domínio de doze anos do PS a que se segue uma alternância, em 2001, 2005 e 2009, de outros tantos doze anos com o comando do PDS. Esta perenidade enuncia um novo tipo de relação do político com a sociedade civil local. Tem em Fernando Gomes (PS) e Rui Rio (PSD), as duas figuras que darão corpo à transformação dos sentidos dos portuenses, introduzindo tanto nas práticas políticas, como nas rotinas da cidade, uma associação de reconhecimento mútuo entre a sociedade civil e o político.

Nos vinte e quatro anos de poder repartido entre os dois representantes do PS e do PSD, o Porto não conseguiu produzir líderes, reconhecidos, surgidos ou afirmados a partir do interior

⁸² Em outubro de 1999, Fernando Gomes interrompeu o seu mandato para ocupar o cargo de Ministro-adjunto da Administração Interna, dessa forma entregando o poder camarário a Nuno Cardoso. Exonerado um ano depois, tentou o regresso candidatando-se em 2001, vindo a perder a eleição para presidente de Câmara para Rui Rio.

partidário. Esta questão surge aliada a alguns fatores ligados à provável erosão política introduzida pela atividade, muitas vezes clandestina, dos partidos políticos e as questões negativas, popularmente relatadas, no que ao seu funcionamento diz respeito.

Sendo o quadro de alternativas bastante limitado e, dada a tendência histórica portuense para deter a atenção geral, com alguma parcimónia, nos candidatos dos partidos do centro político, acabou o tecido sociopolítico por centrar o olhar e o voto nas figuras participantes nas coisas da cidade, mas distanciados das normas de pedra da produção oligarca dos partidos políticos. É nesse caldo de cultura política, decorrente da legislação introduzida⁸³, autorizando candidaturas de grupos de cidadãos, que surge Rui Moreira enquanto independente a candidatar-se e a vencer as eleições de 2013, tornando-se, dessa forma no primeiro indivíduo que, candidatando-se à margem de uma organização partidária, viria a conquistar a presidência de uma importante Câmara Municipal de uma não menos importante cidade europeia.

Com o campo político portuense dominado pelas práticas introduzidas pelo perfil das suas personalidades cimeiras, juntam-se-lhes outras cujo exercício, sendo tributado num quadro de menor importância na escala do exercício político – nomeadamente no posto eleitoral atribuído – encerra contudo, não raras vezes, importantes subsídios – por vezes até determinantes – tendentes ao condicionar, e com isso transformar, não só o espectro político mas também, e essencialmente, o espaço de sociedade em análise.

9.2.2 Da coerência das práticas à incongruência das opções

Os doze anos de Fernando Gomes no poder portuenses serão dominados pelo atravessar do sentimento de um tipo de afirmação da região baseada na ambição, argúcia e ida desassombrada ao campo da luta política, inclusive, ao correr de riscos no caminhar das bordas conflituantes, e na afirmação, na linha de fronteira, da razão justa ainda que, para tal, tenha sido necessário forçar a justiça a construir a razão justa. O facto de, à data, estar em processo a estruturação das instituições Europeias provocou um tipo de oportunidade incomum,

⁸³ Legislação aplicável: Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (com as alterações introduzidas pelas Leis Orgânicas n.ºs 5-A/2001, de 26 de novembro; 3/2005, de 29 de agosto, 3/2010, de 15 de dezembro, 1/2011, de 30 de novembro, Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, e Leis Orgânicas n.ºs 1 e 2 /2017, de 2 de maio) * Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (com as alterações Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro (Retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 4/2002, de 6 de fevereiro, e 9/2002, de 5 de março), Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março. Cfr: Manual de Candidatura de Grupos Cidadãos Eleitores, edição da Comissão Nacional de Eleições, disponível em http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/al2017_manual_candidatura_gce.pdf, acessado em 11 de fevereiro de 2018.

nomeadamente a possibilidade de um eleito para determinado órgão, poder ser representante em mais do que uma instituição em simultâneo.

Fui para o parlamento europeu para ser deputado... Fui (...) extremamente cumpridor. Todos esses anos não faltei a uma sessão plenária, nunca! Porque gostava do que estava a fazer! E era também vice-presidente socialista no Parlamento Europeu! Acontece que eu disse, 'vou ficar aqui, tenho boas relações, vou conseguir projetos [para o Porto] através dos quadros comunitários de apoio'. Uma parte dos quadros comunitários de apoio é afeta a cada um dos países que transitam pelos governos. Era e é assim. Mas há depois uma alocação direta da Comissão a determinado tipo de organizações que podem ser feitas diretamente sem passar pelo governo. Sabendo que isso existia, pensei 'vou apanhar esses fundos lá para a minha cidade do Porto'. Mas não posso sair daqui do Parlamento [Europeu]. Tenho de manter a possibilidade de chegar aqui e dizer: 'eu quero falar consigo amanhã'. Ora se for só presidente da Câmara não consigo. Um deputado europeu tem uma autoridade muito grande sobre a Comissão. Se eu chegar e disser, 'quero falar com o Alto Comissário amanhã', ele marca, ou com o chefe de gabinete ou com o diretor geral. Bom, percebi que havia aqui possibilidade de arranjar determinado tipo de meios. (...) Portanto eu precisava de alertar as consciências em Bruxelas para a relação do Metro e a cidade do Porto. Nunca o conseguiria pela mão do governo. Por isso decidi manter-me no parlamento europeu até completar aquele mandato. As eleições para o parlamento europeu chegaram em 1987. Em 1989 houve, novamente, eleições para o parlamento europeu [para harmonizar o calendário eleitoral Europeu]. A minha ideia era completar aquele mandato ou sair assim que tivesse os meus assuntos resolvidos lá. Só que realmente era um desgaste impressionante! Sair da câmara do Porto quando se quer modificar tudo, e ter que estar simultaneamente nas sessões plenárias de Estrasburgo obrigava a estar quatro dias, cinco dias fora da Câmara. Era um desgaste impressionante. Mas queria sair quando as coisas estivessem mais encaminhadas. Mas eis que o senhor primeiro-ministro [Cavaco Silva] resolveu dar o ar de sua graça! Se eu saísse do parlamento europeu, quem é que estava a seguir, quem é que esta na lista a seguir a mim, no parlamento europeu? Um individuo que era presidente da Juventude Socialista, que é algarvio [José Apolinário]. (Fernando Gomes, PS - Porto)

Neste tempo de Gomes à frente da Câmara Municipal do Porto, o papel da Europa – uma novidade, na época – talvez tenha ido além do oportuno e acrítico esfregar de mãos da, então, entidade financiadora do desenvolvimento social português. Mas, na política, o sucesso de uns pode representar um quadro, se não de insucesso, pelo menos a perda da oportunidade de expressão de poder e autoridade de outros. O poder tem essa componente que impõe submissão mas, em simultâneo, um político submisso é uma contradição de termos na medida em que, sendo um político sem poder, o seu prestígio é abalado, nada mais lhe restando.

(...) dias depois surge uma legislação da Assembleia da República tornando incompatíveis o cargo de presidente da Câmara com o cargo de deputado europeu. E portanto, não sei se está a ver, fui eleito deputado europeu e eleito presidente da câmara com uma legislação e depois estavam a interromper aplicando legislação retroativa? (Fernando Gomes, PS - Porto)

Um político eleito em representação sabe que o seu agir está intimamente ligado às lutas do campo como uma constante do existir. Se por um lado o agente se submete às lógicas do Estado, por outro sabe que alguns dos seus adversários têm da política a ideia de manuseio do Estado em favor do que entendem por acertado. Sendo certo que o ‘adequado’ na política é um território de areias movediças, as leis acabam não só por servir ao ‘adequado’ mas também ao conveniente para uns e inconveniente para outros. A luta torna-se assim entre o conveniente e o inconveniente e, nestes momentos, os mecanismos instituídos do Estado, como por exemplo os tribunais, são chamados à contenda política, experimentando a sua utilidade sob a capa da independência

O que faz o governo? Manda uma carta para o parlamento europeu dizendo esta aí um senhor deputado que está a exercer um mandato ilegítimamente porque a sua função é incompatível com a de presidente da camara, saiu um decreto... O Henrique Baron [membro do PSOE e Presidente do Parlamento Europeu] leu aquilo chegou ao pé de mim e disse: “Nunca vi uma coisa destas na minha vida; leis retroativas aplicadas? Só mesmo em Portugal! Isto para mim não vale nada!” Por mim também não. “Eu não saio do parlamento europeu, então agora é que eu não saio!”. E fui falar com o Dr. Mário Soares (...). O Soares também não gostava do Cavaco, viu ali uma oportunidade... Então decidi ‘requerer a constitucionalidade prévia do diploma!’. E mandou para o Tribunal Constitucional (TC). Com toda a gente a dar-me na cabeça, a dizer que eu me estava a aproveitar, ‘Nandinho a presidente, que não reunia as condições para o parlamento europeu, que não era por razões políticas, era pelo conforto pessoal que me dava, essas coisas todas... Isto chocou me na altura!’ Entretanto TC rejeita a inconstitucionalidade solicitada pelo presidente. Os juizes do TC são treze, mas falta um. Há seis votos a favor e seis contra. Funciona o voto de qualidade do presidente que vota pela constitucionalidade do diploma! No Parlamento Europeu dizem: ‘as leis de Portugal não se aplicam aqui, são as leis que nós acolhemos aqui é que se aplicam lá. Ficas aqui enquanto quiseres. Agora podes é ter problemas lá como presidente da Câmara! Como deputado europeu, nunca poderão por em causa o teu mandato europeu!’. Depois do Presidente da Republica só o Provedor da Justiça, Mário Raposo, é que podia, por razões ponderosas, pedir a inconstitucionalidade por apreciação sucessiva. Eu falei com ele – é um grande jurista – e disse-lhe: “Isto é um escândalo, é uma lei adónima, uma lei retroativa, não tem nenhuma forma de ter aplicação na lei portuguesa! Uma vergonha!”. Ele era do PSD, tinha sido ministro da justiça do PSD decidiu pedir a inconstitucionalidade sucessiva do documento. Na altura recolhi um parecer, muito bem feito, do Vital Moreira e do Gomes Canotilho em Coimbra, que entreguei no parlamento europeu e que dei ao Mário Raposo. Foi uma humilhação para Portugal. Aquilo foi uma vergonha para o Cavaco! Ele pede a inconstitucionalidade sucessiva e o tempo foi passando. Se eu saísse a lei ficava sem objeto. Portanto [...], só havia uma pessoa que estava naquelas condições. A partir do momento que essa pessoa saísse, a lei já valia; só não era válida para trás. Nessa altura a lei deixava de ser adónima e passava a ser para todos os deputados que viessem a ser eleitos. Portanto eu não poderia sair porque se saísse o objeto da inconstitucionalidade deixava de existir! Na sessão de pedido de inconstitucionalidade pedida pelo Provedor de Justiça já estão treze juizes. Votam seis contra sete a favor da inconstitucionalidade. (Fernando Gomes, PS - Porto)

Assim se constrói uma vitória política para além da política. Trata-se de uma vitória ampliada para além da normal contenda encerrada nas fronteiras do campo político. Sendo uma luta que obriga ao recurso da justiça e dos tribunais, é um tipo de vitória política produtora e inimigos.

O que aconteceu aqui? Foi desfeito o presidente do tribunal constitucional. Ele só tinha uma coisa a fazer nesta altura! Ora isto passou-se assim: 'no uso do voto de qualidade decidi pela constitucionalidade do diploma, agora votei por uma coisa que é considerada, pelos meus pares, inconstitucional, logo tenho que me demitir'. O juiz do TC devia demitir-se. O Cavaco é também desfeito porque a lei é considerada inconstitucional! (Fernando Gomes, PS - Porto)

O travo vibrante da vitória, ao mesmo tempo que aponta aos derrotados, clama pela reposição do gesto de realização que faz regressar o ato ao areópago político.

No dia seguinte fiz uma conferência de imprensa e declarei: agora venho embora do Parlamento Europeu. Mas venho pelo meu pé, não venho porque o senhor primeiro-ministro quis! Venho pelo meu pé! (Fernando Gomes, PS - Porto)

O ato exímio do político realizado, principalmente no decurso de uma retumbante vitória aumenta o seu poder, objetivamente pela crença hiperbólica introduzida no interior do agente político, e que este passa a conservar como uma riqueza conquistada.

Foi uma coisa e que me trouxe uma enorme força! (Fernando Gomes, PS - Porto)

Engrandece-se, deste modo, o capital social político do indivíduo. Segundo a linguagem da economia simbólica das práticas, a vitória numa contenda política, principalmente quando se tratando de uma conquista sobre um adversário aparentemente mais bem colocado para vencer, aduz um tipo de provento que, face ao reconhecimento público, aumenta, imediatamente, o valor facial do político. A esse capital exterior reconhecido deve juntar-se o capital interno, estabelecido no aumento da crença de si e que funcionará no futuro como convicção. Forma-se, nesta circunstância um tipo de capital, por um lado internamente guardado como reserva e, por outro, externamente atribuído como valor fiduciário. Trata-se do entroncar de um duplo capital, no acumular de reservas, que tanto ajuda no aumentar da certeza da verdade no pensar, e a transmutar o volume do querer da vida do espírito político (Arendt, 2000), na realização das práticas políticas (Bourdieu, 1997).

Ser um político forte, é ser um político a que é dado o caminho aberto para as suas exigências. É ter consigo o certificado da arte de saber fazer, de dominar o adversário, de ser implacável com o inimigo político, de afirmar a sua razão para além de qualquer crítica à sua razão política. Um

político forte é um indivíduo que impôs a sua fórmula para além das formas tidas como habituais. Essencialmente é alguém que soube, em algum momento, delimitar o círculo de ação política e, agindo de acordo com o inesperado, concebe um resultado politicamente surpreendente. O político forte projeta a política como um campo de jogo interligado a outros campos de jogo. Todavia, na ação, comporta-se irreduzível a qualquer limitação provinda dos outros campos.

Em 1989, Fernando Gomes ganha numa altura em que houve uma grande vitória do PS e, de facto, marca profundamente a cidade! (...) Por mérito próprio – também pelas circunstâncias que ajudaram bastante – mas o mérito é dele. O metro do Porto é uma ideia do Gomes e tem muito a ver com o parlamento europeu e com ele ter adquirido uma outra visão... (...) É ele que marca a cidade do Porto (Francisco Assis – PS Porto)

Ser forte e capaz de se impor para além do contexto local, ocupando posição política de âmbito nacional ou internacional, configura uma espécie de traço, historicamente alongado, de exigência da comunidade portuense. Esta é dominada por uma burguesia cujos interesses geralmente concentrados na economia, especta também, em permanência, ocupar posição de reconhecimento social para além dos limites fronteiriços burgo. Nessas circunstâncias, nenhum político pode dar-se ao luxo de se contentar com a coisa paroquial, a estadia no lugar, a contenda comezinha, a pequena vitória da trica. Exige-se mais. Aliás, esse é o motivo por que, para trás na sua história, o concelho do Porto mudou de figuras políticas a cada momento eleitoral. No Porto, a expectativa da política é dominada por uma espécie de aliança entre as classes populares e a burguesia, e a *indicação* do nome a considerar revela-se nessa aliança. Compete ao *escolhido* não defraudar as condições sócio estruturais pré-determinadas. Estruturados em alicerces fundados, essas disposições existem sem se mostrarem, mas atuam, em conjunto, como uma resposta coletiva a uma violação de normas sociais da geografia políticas.

Quem o Porto deu a possibilidade de ser feliz, agindo no seu meio e, dele prescindiu para voos mais altos, fica irremediavelmente marcado, caso queira voltar ao ponto de partida

As pessoas no fundo queriam que eu fosse penalizado, ou seja “foste para Lisboa, deixaste-nos aqui ficar, quiseste ser ministro, agora queres regressar e pensas que vens, mas vens devagarinho”. (Fernando Gomes – PS Porto)

Inclusive, porque ao ir-se para a capital, as gentes do Porto encetam a procura de uma nova figura com quem se relacionar. Essa figura pode aparecer no simples processo de substituição de quem sai e quem fica. O substituto pode, de tal forma revelar-se, ao ponto de, um estilo

completamente incomum mas peculiar, acabar por entusiasmar a generalidade dos habitantes do burgo, assim fazendo esquecer o estilo outrora comum, mas agora desnecessário.

(...) objectivamente que [Nuno Cardoso] não tinha nada que ver com o Fernando Gomes. Não tinha a mesma dimensão, a qualidade, a espessura do Fernando Gomes [mas] a verdade é que o Nuno Cardoso fez um bom caminho e conseguiu uma identificação peculiar com o Porto (Francisco Assis, PS - Porto)

Não há um estilo pré-determinado de político espectado por, e para, um colégio eleitoral. Nenhuma geografia social descreve, antecipadamente, um perfil político, agindo em conformidade na busca desse perfil ajuizado como desejado. Não há uma forma, nem há uma fórmula, de onde sai o político.

Ser político não é, exclusivamente, o desejo de o querer ser. É importante ter vontade e estar disposto a dar o passo em frente em relação aos que estão na primeira fila para, ao destacar-se, promover visibilidade e, perante todos, afirmar que se quer ser. O passo em frente marca a ação voluntariosa, só a alguns permitida, e cuja conciliação harmónica com a generalidade dos cidadãos, produz a emulação necessária e exigida aos que podem disputar o comando da cidade.

Se já foi provocado um novo estímulo, tal quer dizer que as emulações antigas se esboroaram na espuma da memória. Como se fosse uma música, ecoa, a todo o momento, um princípio: nunca volte ao lugar aonde foste feliz, dizem as regras da *sensatez*⁸⁴. Mas a *sesantez* nem sempre está presente no campo político. A *sensatez* apenas faz parte da ação do político enquanto estratégia.

Numa contenda há que ter em conta a existência de estratégia tanto de um como de outro lado

(...) fui falar com o Nuno Cardoso, falei com ele e disse-lhe: “o Nuno, se quer ser candidato à Câmara Municipal do Porto, tudo bem, tem o meu apoio, se não for eu vou!”. [Respondeu] “Eu não quero ir, de maneira nenhuma, para a Câmara Municipal do Porto (...) não sou político, quero ficar na minha profissão de engenheiro (...)” (Fernando Gomes – PS Porto)

Uma das estratégias mais bem conseguidas do político reside na capacidade de jogar com a noção de entrada e a saída sem, todavia, nunca sair do campo político. O refúgio no gosto pela profissão civil, invocando-se, tacitamente, a predisposição para dominar as artes que lhe dão

⁸⁴ Na verdade, trata-se de parte de uma letra de Carlos Tê para a música “As Regras da Sensatez” do músico português Rui Veloso, inserta no álbum *Avenidas*. O aparentemente inusitado da evocação deste autor, pode estar ligado ao facto do escritor deste texto se ter deparado com a figura de Aureliano Veloso, primeiro presidente de Câmara do Porto após o 25 de abril de 1974, por acaso, pai de Rui Veloso.

existência, contrapõe-se com a expressão, sempre incomodada, de quem só vai ao campo político fazer um favor aos que dela se assumem. A profissão civil, única figuração passível de ilustrar o desejo de uma carreira constitui, deste modo, uma roupagem vestida pelo *não-político*, que como já se viu atrás, não é mais do que um político.

Portanto ele assumiu que não se candidatava! Então, a partir daí, eu aceitei o repto do partido socialista para me voltar a candidatar (Fernando Gomes – PS Porto)

Ademais, um não-político, como que habitando um escafandro, tem o conhecimento e a sabedoria das profundezas onde, no escuro, consegue ter visão

O Nuno [Cardoso] de repente percebeu que tinha luz e ao perceber que tinha luz começou a não negar tanto aquilo que me tinha dito do princípio; que não queria (Fernando Gomes – PS Porto)

De tal forma Nuno Cardoso afinal queria, ao ponto de tudo ter condicionado. No fundo, sabia-se detentor capital social político necessário para avançar. Um capital, por outros semeado, mas nem por isso ilegitimamente possuído.

(...) aceitei o repto do Partido Socialista para me voltar a candidatar e aqui também cometi alguns erros! Um desses erros foi a circunstância de não ter apoiado o Nuno Cardoso! Porque na altura, com o Porto Capital Europeia da Cultura, tudo aquilo foi lançado no meu tempo. Por mim e pela Manuela de Melo, também foi parte importante. (Fernando Gomes, PS – Porto)

Aliás, coloca-se a questão de saber até que ponto o capital político gerado, mas não agarrado pelo seu progenitor, deve ou não ser legitimamente adotado por outrem, até porque enquanto capital social vagabundo, com propriedade original mas com abandono subsequente, não corria riscos de se esfumar na ausência de quem dele cuidasse.

As obras, os acontecimentos, que era Porto 2001 e as eleições [nesse ano]. Quem aparecia [em público] era o Cardoso não era eu! Embora aquilo fosse tudo do meu tempo; tudo, toda a gestão, as negociações com o governo, as negociações com Bruxelas, tudo tinha sido eu e a Manuela de Melo – verdade seja feita foi muito importante para o Porto a CEC. O Cardoso, no fundo, é que aparecia no púlpito! (Fernando Gomes, PS – Porto)

A apropriação, por via da adoção, de um capital político produzido a custo, impõe ao seu construtor uma visão de coisa a si apegada, uma espécie de propriedade edificada cuja assinatura do contrato político só a si pertence. E, ainda que não tenha havido um abandono efetivamente assim declarado, ao dar-se a adoção do capital por outro político, dificilmente poderia ocorrer a reversão dessa adoção.

Estava sempre a aparecer nos jornais e eu não captei! Ele tinha feito algumas coisas menos simpáticas e eu não captei. Ele tinha realmente nessa altura alguma popularidade tinha, e fez-me algumas patifarias! (Fernando Gomes, PS – Porto)

Em resumo, a distância dos acontecimentos introduz frieza na autoanálise do político

(...) cometi alguns erros (Fernando Gomes, PS – Porto)

Um político pode, a certo momento, estar possuído por uma enorme dose de força e, a certa altura, declarar-se como que falido dessas mesmas forças. Descobe-se neste quadro que a política é um jogo permanente entre causas e consequências.

9.2.3 Forças e fraquezas do político

Exatamente para demonstrar um caráter incomum dado a poucos e a proporcionar um agir destituído de paixões, que poderiam revelar interesses pessoais divergentes dos interesses da totalidade, por vezes, não cabe ao político ser piedoso. O ato político, que pode ser apenas o discurso político, serve para evidenciar um caráter. Não tem que ser, objetivamente, o caráter que a habita a pessoa, mas sim o caráter que se mostra mais adequado à audiência e que maiores proventos por acarretar. A impiedade no agir político é tributado como coragem. Seja porque se tem, seja porque dela se consegue convencer ter. Trata-se de uma característica apresentada como qualidade daquele que consegue agir para além de todos os sentimentos dos que lhe estão próximos.

A impiedade, enquanto ato inclemente, desumaniza o político até ao ponto necessário de diferença com aquele que, por agir suavemente, se afigura adoçado. O ato inclemente localiza-se entre a fórmula humana cordial de existir e a declarada e necessária fórmula mordaz e insensível de proceder desumanamente.

O campo político é propício ao ato implacável. Tanto pode ser útil na ação imediata, por impor o reconhecimento imediato da autoridade que o político já possuiu mas não lhe está a ser reconhecida, como pode ser necessária e útil na ação com consequência diferida, porque é visado um inimigo ou um potencial afastado que, no futuro, pode vir a ser problemático.

O ato implacável pode dar uma imagem positiva para o político dengoso se afirmar consistente. Esta realidade ocorre mais vezes quando o pretendido é o efeito projetado; isto é, a imagem que chega aos expectantes. Todavia, nem sempre é assim. O ato pode, também, revelar uma conduta contranatura. Num e noutro caso, trata-se de uma forma de afirmação. Esta afirmação é, em certos momentos, concebida para dentro, tendo em vista sinalizar certa orientação aos parceiros. Pode também significar o sucumbir do líder a um grupo próximo, cujos interesses pode, a longo prazo, não se revelar os melhores.

Mas o político, como se repetirá ao longo deste texto, é ele mesmo nas suas pretensões e, em simultâneo condicionado pelas circunstâncias (Ortega y Gasset), entendendo-se as circunstâncias como as relações desse mesmo político com outros políticos, construtores de dinâmicas circunstanciais. Quando, por vezes, são mais as circunstâncias do que a vontade diretória a determinar a ação política, pode daí resultar um quadro desconexo, revelador do avanço de intenções externas a ocupar o espírito do indivíduo, identifica-se, nos discursos e na ação, uma dissonância cognitiva do político. Revela-se aqui a natureza titubeante que, por vezes, coloca o indivíduo na posição de ser escolhido, em vez de escolher.

O campo político tem as suas leis gerais de funcionamento, das quais resultam gratificações ou punições. Para haver recompensa não basta estar sempre em luta. É necessária a demonstração de que as energias gastas na luta valeram a pena. Só assim resulta o reconhecimento da qualidade do político vencedor. Quer dizer que o valor do adversário tributa o carácter virtuoso do vitorioso. Quando Fernando Gomes saiu fortalecido na refrega com Cavaco Silva a sua cotação política estava em alta. O seu capital, de tal modo aumentara ao ponto de se lhe antever um radioso futuro político, sem dúvida, a acontecer num patamar superior ao lugar político que ocupava, aliás, para o qual fora eleito. Foi sem surpresa que em outubro de 1999, quando já cumpria a segunda parte do seu terceiro mandato na edilidade portuense, que Fernando Gomes interrompeu o seu mandato como presidente da Câmara Municipal do Porto para ser nomeado Ministro-adjunto e Ministro da Administração Interna.

[Guterres] convida-me para o governo. Insiste e eu, erradamente, julguei mal na altura, vou aproveitar: 'faço aqui um mandato no governo e vou embora... Vou para a minha vida como economista, saio por cima'. Vou sair por cima e aceito o governo (Fernando Gomes – PS, Porto)

Depois de se ter sido Presidente das Câmara de Vila do Conde, da Câmara do Porto, Secretário de Estado e Ministro, pouco mais há a desejar a um político assumido enquanto tal. Mas, a linearidade da vida perfeita é um exclusivo a ser composto pela rescrita da vida através da biografia oficial. Enquanto tal não se dá, a política sucede-se na agitação dos imponderáveis da vida real. Toda a sólida relação inicial da política esfuma-se na voragem das ações menos conseguidas, nas opções hesitantes, nas decisões incompletas.

Depois é aquele episódio conhecido da falta de coragem política do Guterres porque se tinha deixado aprisionar no próprio partido. O partido já não era do Guterres, o partido deixou de ser do Guterres, nomeadamente quem mandava no partido era o Jorge Coelho. O Guterres olhou para trás, não tinha tropas, tinha o Jorge Coelho que mandava nas tropas todas e mais alguns. Mandava em tudo e o Guterres já era um primeiro-ministro por procuração. Estava altamente

condicionado. (Fernando Gomes, PS – Poto)

O melhor poder não é o de mandar mas o de ser obedecido por quem manda.

[O] CDS percebeu as fragilidades do Guterres e atacou a parte mais fraca! Eu lia: um assalto a uma atriz no carro na segunda circular, assaltos a bombas de gasolina abriam os telejornais, uma coisa verdadeiramente vergonhosa... (Fernando Gomes, PS – Poto)

Menos de um ano depois de ser nomeado ministro, a 14 de setembro de 2000, Fernando Gomes foi exonerado. A exoneração é uma forma polida de mandar sair pela porta pequena.

(...) tinha detetado umas coisas extremamente complicadas, que mostra aqui também a fragilidade do Guterres. Que mais tarde se vem, também, a verificar, e hoje está aí em todas as páginas dos jornais, que foi uma celebre Fundação para a Prevenção da Insegurança que o Vara era o grande mentor. (Fernando Gomes, PS – Poto)

Fundação para a Prevenção e Segurança. Uma proposta de criação de uma entidade de direito privado com dinheiros públicos por Armando Vara, Ministro-adjunto do Primeiro-ministro António Guterres conjuntamente com pessoas do seu gabinete. A figura do ministro-adjunto serve para ajudar a decidir. Para influenciar. Com dois ministros da mesma qualidade, estabelece-se um mercado no qual se disputa a capacidade de influenciar. Não ganha a capacidade de persuasão mas sim aquele que, no imediato, possui mais presença na rede de relações no domínio partidário.

O Mário Soares disse mais de uma vez que a pessoa mais inteligente que conhecia era o Guterres, mas um dos gajos mais fracos que tinha conhecido na vida em termos de carga política. Inteligente, mas o homem mais fraco em termos de força política, de carácter. (Fernando Gomes, PS – Poto)

É nos momentos que se mostram, à partida, menos gloriosos, que os atores agindo no campo político têm de fazer valer a capacidade de resistência. Quando tudo e todos mostram o tal caminho da porta pequena, inclusive, empurrando, é preciso mostrar insatisfação em ultrapassá-la

(...) eu não me demiti, aliás na altura causei um escândalo muito grande, eu não me demiti eu fui demitido... (Fernando Gomes, PS – Poto)

Exonerado, na polida linguagem eufemística da política.

[Guterres foi] Muito fraco. Isto levou a que eu sáisse do governo com uma enorme humilhação, enormíssima humilhação! (Fernando Gomes, PS – Poto)

Humilhante rebaixamento na claridade do espaço público, ampliada pelos holofotes das televisões. Quando os atos menos claros de gestão do poder político saem fora dos gabinetes, o Estado alerta-se e, invocando a sua natureza de entidade acobertada pelo êxito, inquire!

Depois fui chamado em sede de inquérito do Parlamento por causa da Fundação para a Prevenção e Segurança e na altura perguntaram-me: “contou ao Primeiro-ministro?” “Contei sim senhor!” Foi um escândalo político, ‘então conta e o Primeiro-ministro e este não faz nada?!’ (Fernando Gomes, PS – Poto)

A política revela uma particularidade no capítulo da ação em que a inação, se torna, ela mesma um tipo de ação. Em primeira análise, toda a inação parece querer obter o silenciamento sobre qualquer ocorrência menos favorável. Mas, quando a inação ultrapassa a vertente da ocorrência e se aloja, como consequência, num outro ator político, a anteriormente compreendida inação, transfigura-se no presente para um tipo de ação concreta no passado. Ter conhecimento de algo negativo, ser responsável por agir e não o fazer, constitui um ‘agir em concreto’. Neste caso é preciso saber o que de negativo apresentava a tal Fundação para a Segurança Rodoviária.

Um conjunto de irregularidades, que estavam ali e que me passaram pela frente. Ou abafava aquilo, e era igual aos outros, ou dizia isto não pode ser! E falei com o Guterres na altura, não aconteceu nada! Mas isto soube-se, apareceu escrito no Jornal de Notícias. E o Guterres quis calar, quis calar e veio ao de cima. Lá estava, não era grave sob o ponto de vista económico. Não estamos a falar da ‘Operação Marquês’, nem de coisas que o valha... Era grave sob o ponto de vista formal. Nenhum governo devia ter participado numa coisa daquelas! Portanto era preciso dismantelar aquilo tudo, era preciso desfazer... (Fernando Gomes, PS – Poto)

As solidariedades políticas concebem-se dentro do aparelho partidário e avançam em frente com os seus atores. Como explica Michels (2001), a vivência segundo a lógica dos aparelhos partidários não é redutível à vivência das relações observadas comumente como habituais, ocorridas nas relações em sociedade. Quando o poder do indivíduo se localiza no domínio das redes de relações internas do diretório partidário, este torna-se detentor de um poder capaz de obrigar os seus superiores a baixarem-se. Inclusive, a decidir pela via contrária à via do *dever ser*.

Uma coisa verdadeiramente indevida e desagradável. Isso depois dá origem a que dentro do próprio PS o grupo Coelho/Vara tenha achado que isto não era nada simpático e eu saio do governo! (Fernando Gomes, PS – Poto)

Fernando Gomes é afastado de Lisboa enquanto Armando Vara consolida o seu poder dando-se a habitual conversão do poder do aparelho partidário em poder do Estado. Esta conversão dá-se, sempre, pela via do acesso a valores económicos. É, geralmente, configurada sob forma judicialmente legal e os contornos para a sua justificação assentam, quase sempre, numa vertente que toque de perto no cidadão. Num país com altas taxas de acidentes rodoviários, ninguém no seu melhor espírito deixa de querer Prevenção para a Segurança. Dessa forma, só a

existência de uma espécie de fiscalização introduzida por um olhar são, ou uma refrega política entre partes, tende a promover um separar das águas.

Antes da exoneração de Fernando Gomes, o primeiro-ministro António Guterres procura encontrar o lado para onde pender. Discursando num comício eleitoral, em Esposende, mostra, com palavras vigorosas, coloridas com a sempre bela metáfora que a política não prescinde, como não ceder estrategicamente aos ataques dos opositores

A certa altura do discurso diz: ‘estamos a ser alvo de ataques políticos fortíssimos, mas se alguém pensa que eu vou trazer numa bandeja, a cabeça de um camarada nosso, só para satisfazer algumas – a vontade da oposição de alguns camaradas – estão muito enganados, eu não vou por aí!’ (Fernando Gomes, PS – Poto)

Palavras claras, ditas e escutadas por muito público, inclusive aplaudidas. O que é justamente dito deve ser justamente reconhecido

Quando ele acabou e falar, fui atrás do palco, dei-lhe um abraço e disse-lhe ‘eu nunca esperei de ti outra coisa que não fosse cabeça levantada!’ (Fernando Gomes, PS – Poto)

Mas, ser político, é também ter estrutura pessoal para rapidamente esquecer uma afirmação e, decidir em contrário do que se havia declarado em público ir fazer. A verdade política não está no predito, não reside nas palavras, não é o discurso, nem sequer é a intenção. A verdade política não existe enquanto não houver ação decorrida e realizada. Ou então, para a localizar com alguma precisão, a verdade política só existe na ação política já em estado irreversível.

Quinze dias depois eu já não estava no governo! (...) Isso levou, a certa altura, que este meu grande amigo, Pinto da Costa, [referisse o que] foi primeira página do [Jornal] Expresso, com o título: “rapidamente deixou cair a bandeja e a cabeça!” (Fernando Gomes, PS – Poto)

Mas, para alguém fraco, ou frágil, não haverá aqui uma mostra do político inclemente. Um político próximo do toureiro matador?

É uma coisa horrível. Significa a fragilidade dele. (Fernando Gomes, PS – Poto)

Entre ser impiedoso e parecer ser impiedoso, ser forte, ou ser fraco dá-se um quadro de opção do político por uma certa via de construção da cultura política. O político com ação dissonante presta-se a descobrir-se caminhando em areias movediças, ou então, habitando num quadro em que a massa orgânica da ação política se decompõe inexoravelmente.

Quando se está perante um político titubeante, a ação alterna-se entre duas facetas. Nestas circunstâncias a prática pode resultar em atitudes planteando sinais contrários sobre o mesmo assunto. Plasma-se na pessoa o traço do agente incapaz de decidir por via de uma avaliação

própria e da sua necessidade em decidir seguindo a lógica de outros grupos, tendências ou intenções alocadas em intentos económicos privados, travestidos por interesses públicos.

Há que saber as regras do jogo político para se saber jogar o jogo da política. Quando, nesse jogo, se elencam critérios de valor, pode dar-se uma luta entre outros critérios de valor colocados no mercado dos critérios de valor político. Na ocorrência do momento atual em que se joga, em permanência, o jogo da política, surgem, não raras vezes, ajudas à estratégia de jogo que podem significar a existência de intromissões exteriores no jogo político. Essas intromissões afiguram-se, à partida, ilegítimas mas, na medida em que podem alterar tanto a decorrência como o resultado de uma ação política, funcionam como dispositivos de cooptação política legítimos. Nenhum político, orientado para os resultados, deve descurá-los. Mesmo que deles discorde ou se não reveja, deve tê-los em consideração. A discordância em compreendê-los pode significar incapacidade de reconhecimento e introdução de dispositivos de mutação na natureza plástica da política.

A verdade política aqui é também, uma imediata vitória de Armando Vara, o outro ministro-adjunto que, na sua função de conselheiro do primeiro-ministro, obteve mais reconhecimento deste do que Fernando Gomes conseguira. Neste caso funciona o mercado do crédito. Questiona-se aqui qual o melhor perfil para obtenção de um bom valor no mercado político? Salta à vista que, nesta disputa, foi atribuído um maior valor de crédito a Armando Vara, o que, aliás, levou Fernando Gomes a regressar ao seu ponto de partida para disputar, e perder, a Câmara Municipal do Porto nas eleições autárquicas de 2001. Há, portanto, um critério de valor político a que o mercado está disposto a dar crédito. A acreditar. Segue-se um caso.

Armando Vara, breve biografia: Nasceu em 27 de março de 1954. Começou a sua carreira política em Vinhais, daí subindo na hierarquia político-partidária com a mesma velocidade com que descia de Trás-os-Montes para Lisboa. Estudou Filosofia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. O facto de não ter terminado o curso não o impediu de *pós-graduar-se* em Gestão Empresarial pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Mais tarde, obteria um diploma de licenciatura em Relações Internacionais na Universidade Independente,

entretanto encerrada⁸⁵, num rocambolesco processo em consequência da atribuição de uma licenciatura ao ex-primeiro ministro José Sócrates.

Ocupou vários cargos partidários no PS, desde a mais humilde estrutura local às mais lustrosas salas do Palácio Praia, sede nacional do partido. Durante 19 anos foi, ininterruptamente, eleito deputado à Assembleia da República entre 1983 e 2002⁸⁶. Mais tarde, em 2006, Vara ocupou o cargo de Administrador da Caixa Geral de Depósitos (CGD)⁸⁷ e, de seguida, em 2007, passou para a vice-presidência do Banco Comercial Português (BCP)⁸⁸. Antes de se constituir como alto profissional na área bancária e financeira, recebeu, em 21 de abril de 2005, das mãos do presidente da República, Jorge Sampaio, a Grã Cruz da Ordem do Infante D. Henrique⁸⁹. No decurso da sua atividade enquanto gestor financeiro, em maio de 2012, foi condenado pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários a pagar 50 mil euros de multas por não ter impedido ilicitudes, dos quais tivera conhecimento mas não agira, realizadas na rede comercial da CGD⁹⁰. Em 2 de maio de 2014, o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, em Santarém, aplicou uma coima de 40 mil euros – suspensa para 20 mil euros em dois anos – a Armando Vara, por violação “a título negligente do dever de defesa do mercado” quando era administrador da CGD⁹¹. Em 2017, o Tribunal da Relação do Porto, confirmou a sentença do Tribunal de Aveiro que condenou Armando Vara a 5 anos de prisão por três crimes de tráfico de influência. Em outubro de 2017, o Ministério Público do Departamento Central de Investigação e Ação Penal, deduziu acusação⁹² a Armando Vara imputando-lhe a prática de um crime de

⁸⁵ No decurso de uma instabilidade entre reitor e vice-reitor, a que não faltou uma polémica à volta da forma como o ex-primeiro ministro José Sócrates havia concluído a sua licenciatura em Engenharia Civil, assim como a verificação de informalidades gestonárias, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, mandaria encerrar a instituição no dia 2 e agosto de 2007. Cfr. <https://www.publico.pt/2007/10/26/portugal/noticia/universidade-independente-ja-transferiu-todos-os-alunos-e-encerra-na-quartafeira-1308882/amp>, acedido em 18.02.2018.

⁸⁶ Cfr. <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=158>, acedido em 21.02.2018.

⁸⁷ Cfr. https://www.rtp.pt/noticias/pais/armando-vara-promovido-na-cgd-quando-ja-estava-no-bcp_n68703, acedido em 21.02.2018

⁸⁸ Cfr. http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/santos_ferreira_convitou_vara_para_vice_presidente_do_bcp, acedido em 21.02.2018

⁸⁹ Cfr. <http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=153&list=1>, acedido em 21.02.2018

⁹⁰ <https://www.publico.pt/2010/07/22/economia/noticia/cmvm-investiga-irregularidades-nas-opv-com-creditos-da-cgd-1448193>, acedido em 21.02.2018

⁹¹ Cfr. <https://www.publico.pt/2014/05/12/economia/noticia/armando-vara-multado-em-40-mil-euros-pelo-tribunal-da-concorrenca-1635642>, acedido em 21.02.2018

⁹² Esta acusação surge no âmbito do Processo Operação Marquês, no qual o principal arguido é o ex-primeiro ministro, José Sócrates, contando, no total, com 28 arguidos. Cfr. <https://acervo.publico.pt/sociedade/interactivo/o-essencial-da-operacao-marques/arguidos>, acedido em 21.02.2018

corrupção passiva de Titular de Cargo Político, dois crimes de branqueamento de capitais e dois crimes de fraude fiscal qualificada⁹³.

O percurso político de Vara, aqui trazido pela dinâmica das relações, convoca a fórmula como a via da ação política, nomeadamente da transformação da pessoa em agente político consolidado, obtém um lugar destacado em toda linha da manifestação e expressão do poder, seja no interior do aparelho partidário, seja na ação governativa sobressaída do resultado de eleições, seja na extensão da sua vida profissional, alongando-se para além da ação política propriamente dita. Esta realidade, manifesta na linearidade profissional, sustentada num tipo de poder gizado na ação política, demonstra até que ponto o campo político se predispõe como uma cultura hegemónica que, a dado momento, deixa de funcionar segundo uma divisão partidária, para passar a funcionar segundo os princípios da totalidade do campo. É nessa altura que é dado perceber o funcionamento do dispositivo de entronização e eternização.

Este dispositivo configura um sistema, observável nas práticas, que consiste na prossecução, por via direta ou indireta, de cargos, lugares, posições e postos junto de partidos e entidades estatais ou paraestatais. Sustenta-se em ligações com origem no interior de grupos, fortalecidas em elos associados entre si e que funcionam com o intuito da acomodação económica dos seus membros. O dispositivo pode ser entrevisto nas redes e é observável no próprio, em grupos, no interior do partido ou pela ação da (a)linhagem (familiar ou de próximos). Nele, cabem também outras ações observáveis como o patrocínio e clientelismo, assim como o familismo amoral na política.

Nas eleições autárquicas de 2001, Rui Rio, do PSD foi eleito presidente da Câmara Municipal do Porto, ali residindo durante 12 anos, fruto de mais duas renovações de mandato nas eleições de 2005 e 2009. Mas, o começo da era Rio parece estar associado a tudo menos às suas competências. Rui Rio, para as vozes que analisam o fenómeno político sob o prisma da justificação, obteve todas as ajudas externas para dar corpo à sua vitória. O campo político, nomeadamente quanto à interpretação de resultados eleitorais, é fértil em variáveis explicativas. Estas apresentam-se sempre correlativas, mas desligadas da obrigação de demonstração da correspondência linear entre o eixo das coordenadas e o eixo das abcissas. Olvidando outras causas que possam ser explicativas, as explicações dos fenómenos políticos ficam, deste modo,

⁹³ Cfr. <http://observador.pt/2017/10/11/leia-aqui-o-comunicado-completo-com-a-acusacao-da-operacao-marques/> acedido em 21.02.2018

muito próximas das variáveis espúrias: A é responsável por C e B não é para aqui chamado. Para Fernando Gomes, Nuno Cardoso é o grande artífice da introdução de Rui Rio na Câmara do Porto

Sim, mas depois foi dar apoio ao Rio! Ele [Nuno Cardoso] recebia o Rio, tiravam fotografias, os dois juntos, na varanda da Câmara. Perto do início da campanha eleitoral, tira fotografias com ele na varanda, discute com ele projetos para a cidade... Ele legitimou o Rio que na altura não era ninguém, não sei se lembra dessa altura, o Rio antes da Câmara não era ninguém... (Fernando Gomes, PS – Poto)

Em 1996, Rui Rio foi secretário-geral da Comissão Política do PSD.

E foi corrido de secretário-geral por incompatibilidades com o Marcelo [Rebello de Sousa], com a velha história da renumeração dos filiados. Arranjou para ali uma carrapata que o deixou com uma imagem antipática perante o PSD! (Fernando Gomes, PS – Poto)

Quando um partido apresenta muitos militantes nas suas listas é irrelevante se o número está ou não de acordo com os militantes efetivos em atividade. O número da lista pode não representar a realidade mas, esse número é sempre muito, mas muito mais elevado do que aquele que se apresenta em corpo. O espírito do militante está na inscrição que se mantém ativa; pelo menos assim se pensa quando se pensa estrategicamente o partido. Pode não comparecer fisicamente mas conta-se sempre com ele em espírito. Principalmente nos momentos de demonstração do valor de cada distrital, cada concelhia, cada secção, ninguém quer saber se a 'letra bate com a careta'. Ora, se alguém, mais amante da correspondência entre o real e o imaginado, for chamado a auditar uma situação como esta – a que todos, de forma mais ou menos clara, aludem, uns como um problema, outros como uma demonstração de vigor – terá de agir.

Rui Rio, ao decidir limpar os cadernos eleitorais do PSD, estava convicto do seu contributo introduzindo o PSD na direção da clareza e da transparência de processos. Tratava-se de fazer o partido alinhar com a verdade. Mas, Rio não contou com a realidade: no caso de um partido político, quem quer saber da verdade? Ao renumerar os filiados do partido, quantos registos de grande utilidade – exclusivamente no papel – não se perderam, diminuído o número demolidor de militantes, a base de representatividade, de determinado responsável partidário. Ao querer introduzir 'verdade' nos caermos eleitorais Rui Rio manejou, de facto, um problema que se não deu conta. E, ao levar o seu plano até ao fim, granjeou muitos inimigos, muitas incompreensões e, muitos cadernos eleitorais... vazios.

Ora, um partido precisa de caderno de militante cheio de nomes. Se os nomes lá apostos coincidem com pessoas verdadeiras e com vontade de militar, isso não é objetivamente importante para um caderno eleitoral. Com esse historial no curriculum, Rui Rio viu o PSD do país-real a exigir o seu afastamento. Ficou só. Na política a verdade e ficção, por vezes, mudam de lugar. E, na maior parte das vezes, guia mais a ficção do que a verdade. Em 2001, por se ter atrevido a intrometer uma ação contranatura à malha mental dominante, Rio atravessava o deserto. Atravessar o deserto político é uma punição. Deve ficar escrito que toda a punição a Rui Rio foi-lhe infligida pelo PSD, o seu partido. Quando um candidato atravessa o deserto, desnorteando-se, cabe-lhe encontrar o seu azimute político. E, esse ponto cardeal de orientação começa na predisposição para aceitar uma candidatura a que ninguém quer dar o corpo.

Conhecia bem o Rio na altura, éramos deputados, até éramos pessoas que falávamos bastante e sempre tive uma boa relação com ele, e o Rio foi para ali... Era um dever, uma missão, um pouco como aconteceu comigo quatro anos depois. (Francisco Assis, PS - Porto)

A ação, condição primária e permanente da vida política, exige presença constante no campo político. Nas dinâmicas de aproximação e distância que, por vezes, são ditadas como consequência da ação política, é necessário que o político demonstre vontade (Foucault, 2008; M. L. Martins, 2002). A demonstração de vontade impõe um ato de coragem. O político habitando o limbo, ou a crista política, serve-se do poder nas suas mãos para decidir os momentos do seu ato de coragem. Quando os cálculos de previsibilidade política ditam uma grande probabilidade de derrota, o poder atribui uma missão de sacrifício ao político colocado a atravessar o deserto. Trata-se de uma oportunidade. Essa é a condição de um regresso que necessitará de todas as ajudas para resultar.

A outra explicação, menos prosaica, é a de que, em certas circunstâncias, o partido lança às feras um candidato para perder porque ninguém se oferece para corporizar contra uma candidatura adversária avassaladora.

O campo político está pejado de ações políticas circunstanciais que introduzem a condição imprevisível das relações no campo. Uma ação pode promover uma outra ação. Esta última pode apresentar-se, no imediato, como uma nova ação destinada à visão da totalidade mas, corporizando, em simultâneo, uma reação para uma relação privada.

(...) Ele [Nuno Cardoso] credibilizou o Rui Rio quando o recebe, quando o acompanha, acaba por o incentivar e discutir alguns projetos da cidade. (Francisco Assis, PS - Porto)

Neste caso, dá-se a dupla condição da ação política vertida em dinâmica de aproximação e afastamento entre candidatos. Quem chega do atravessar do deserto e lhe é dada uma missão de sacrifício, necessita de todas as ajudas. E estas podem ser fornecidas por quem menos se espera. Nomeadamente pode provir de um espírito ferido, um quase certo candidato, apeado à última da hora, pelo candidato natural da terra.

Cabe, a esse espírito político ofendido, destruir qualquer veleidade de quem acaba de, praticamente, ser destituído de um lugar político importante.

(...) Nuno Cardoso acabou depois por criar uma espécie de independentes. Foi ele que a criou para o apoiar e se candidatar! Fê-lo e arranjou algumas pessoas. Até angariaram fundos aqui na cidade para a candidatura do Nuno Cardoso! (Francisco Assis, PS - Porto)

Com todo o cenário a apontar para uma copiosa derrota, nada como formar uma aliança na junção entre a fome com a vontade de comer. Não há nada a perder quando se foi afastado. Há tudo a ganhar quando a derrota é o cenário mais espectável. Como se fosse nas estrelas, há um momento na política em que está tudo escrito nas sondagens. Estes instituídos estatísticos que anunciam o futuro, antecipam o cenário óbvio: Gomes vai ganhar, Rio vai perder.

Só que fez-se uma sondagem e a sondagem dava-me a mim uma vitória esmagadora. E, eu, curiosamente aparecia em primeiro lugar, o Rio em segundo e ele [Nuno Cardoso] em terceiro! (Francisco Assis, PS - Porto)

Eis, todavia, que a realidade sociogeográfica, ao produzir-se num quadro de relações para além das estratégias dos partidos e dos agentes políticos, responde de forma totalmente contrária ao predefinido como óbvio

o Rio ganhou aquilo sem achar que ia ganhar. (Francisco Assis, PS - Porto)

Toda a política, entendendo-se tal como todo o campo político – os agentes, os partidos, as dinâmicas aí apostas – tende para um sentido determinístico de si. No seu âmago, a política tanto se determina a si como determina a sociedade. Apesar da origem política se situar no seio de um intenso imbricado de relações entre seres dissemelhantes, o campo político circunscreve-se e, funcionando aquém, no interior das suas fronteiras, formula um mundo imaginado além dessas fronteiras, mundo esse no qual, o campo político, se entrevê como “o” diretório. Determinadas áreas-geossociais, pelas suas características de formação sócioestrutural dão, por vezes, demonstrações evidentes de quanta presença do exterior conectado entre si, se impõe ao campo político. Quando as especificidades do campo exteriorizado da política, se estabelecem segundo códigos liquefeitos pela vontade arbitrária (Tönnies, 1979), a perspetiva diretória, tanto

do agente como do campo político, tende a colidir, sobrepondo-se, desta forma, os interesses gerais da totalidade aos interesses tidos como gerais engendrados pela particularidade partidária.

Primeiro, o facto de que os cidadãos do Porto são, de facto, num certo sentido, mais livres que os outros. Isto é, no Porto, cada um acha mesmo que é dono do seu voto. Os partidos têm influência (...) mas essa influência não dispensa o julgamento que cada cidadão faz (...) Significa que, se nós tentarmos convencer os cidadãos do Porto de coisas que não fazem sentido nenhum, provavelmente não vamos ter sucesso eleitoral. Foi o que aconteceu quando o Fernando Gomes era presidente da Câmara, e foi um extraordinário presidente da Câmara, e decidiu, pelo pé dele, deixar de ser presidente da Câmara para ir para o Governo, depois decidiu voltar, sem pedir desculpa à cidade, e a cidade, que gostava dele e que adorava a sua obra, virou-lhe as costas. Disse “não pode fazer isso. Sai de presidente da Câmara e, agora, quer voltar e não diz nada a ninguém? Isto é tudo normal?”. Ou o que aconteceu ao PSD, que, depois de ter proposto o Rui Rio, com um determinado perfil austero e rigoroso, durante 12 anos, quis convencer a cidade que, primeiro, podia votar no Rui Rio e, a seguir, podia votar na antítese do Rui Rio, que era o Menezes, (...) E a cidade [responde]: “Isto não pode ser. Os senhores não podem pedir para votar no branco e, a seguir, votar no preto e dizerem que é tudo igual”. Eu acho que, desse ponto de vista, a cidade é... as pessoas têm uma inteligência intuitiva, que acho que resulta da tradição libertária do Porto, o facto de serem pessoas muito... têm muita consciência de que o seu voto é o seu voto, tem um valor próprio. (Francisco Assis, PS - Porto)

Dito de outra forma: quanto mais uma geografia é possuída por uma sociedade civil atenta e com redes de sentidas associadas no seu seio, torna-se insuficiente, aos partidos políticos, estabelecerem-se como entidades orientados para impor *à cidade* os seus agentes de comando. Um dos traços das sociedades civis mais avançadas reside na sua capacidade da criação de laços de solidariedade amplos (Fernandes, 2014), comumente reconhecidos entre os seus cidadãos (Bobbio, 1982) e que, na conjugação pluricausal das relações diferenciadas (M. C. Silva, 2002) se conseguem interligar com vista a promover um corpo de soluções desligadas da cultura de entronização e eternização que caracteriza os partidos políticos em Portugal (E. Silva & Martins, 2017a).

Acho que isso torna o Porto numa cidade mais... apesar de tudo, uma cidade desta dimensão, onde um independente verdadeiro – penso que o Rui Moreira é um independente verdadeiro; a maior parte dos outros candidatos independentes são falsos independentes – são zangas dos partidos, são amuos, são gente despeitada porque não foi escolhida, as coisas mais mirabolantes... (Manuel Pizarro, PS)

No caldo das contradições históricas entre a perceção partidária do campo societal, e a resposta dessa mesma sociedade ao campo partidário, formam-se novas soluções que apartam as organizações políticas do poder. Quando uma candidatura formada por indivíduos independente que se juntam entre si, avança e vence as eleições, tal circunstância introduz não só uma

mensagem da sociedade portuense às organizações políticas, como revela a capacidade de recurso da sociedade civil para, no seu interior, malgrado as diferenças, conceber soluções.

Rui Moreira, digno representante da mais fina burguesia portuense, sucedeu a Rui Rio na Câmara Municipal do Porto. Seguiu em frente sem qualquer bandeira partidária, num apelo à aliança entre as classes populares e a elite local. E assim ganhou as eleições autárquicas de 2013, passando a ocupar o cargo de Presidente da Câmara Municipal do Porto.

(...) o Rui Moreira reconheço que é, verdadeiramente, um independente. Poder ter ganho as eleições no Porto significa que as pessoas se sentem muito livres em relação ao seu voto, não se sentem nada condicionadas. (Manuel Pizarro, PS)

Para além disso, significa também que os partidos políticos enquanto organizações tendentes à posse do monopólio da organização do campo político, se vêm atravessados por uma nova realidade, nomeadamente uma fórmula capaz de produzir uma espécie de partidos momentâneos, o que não é mais do que o corporizar de cidadãos num grupo despossuído das formas tradicionais de produzir o ato político. Sem dúvida que o lema ‘Porto – O Nosso Partido’, assinatura de campanha de Moreira, apresenta-se como uma imagem projetada segundo os sentidos de uma organização política tradicional, todavia despossuída da tradição de fechamento partidário. Numa candidatura, por todos reconhecida como efetivamente independente, será que a sua organização não assentará numa espécie de partido informal?

Não, não há partido informal. Não há partido informal porque neste sentido: nós não temos estrutura, nós não temos newsletters, nós não temos quotas, nós não temos militantes, nós não temos nada disso. (Rui Moreira, independente - Porto)

Uma novidade como uma candidatura independente, levada da imaginação às práticas, ou assenta no seu procriador e se torna num acontecimento de natureza particular, assim encerrando toda a sua existência numa única pessoa, ou vai mais além, integrando algumas outras pessoas que, de certo modo, sustentam, através de contributos vários, tanto os alicerces ideológicos, como apontam os trilhos de sucesso a percorrer.

Agora, se me perguntar se eu decido as coisas sozinho, não. Há um conjunto de pessoas. Olhe, um deles (...) é o professor Valente de Oliveira⁹⁴. Que é uma das pessoas que é mandatário mais uma vez, com uma carreira que toda a gente conhece. Falo muito com outras pessoas que eu entendo, olhe, o Miguel Veiga [que] morreu há pouco tempo, era uma dessas pessoas. O Artur

⁹⁴ Luis Valente de Oliveira ocupou, várias vezes, cargos governativos. Foi ministro da Educação e Investigação Científica (1978-1979), ministro do Planeamento e da Administração do Território (1985-1995), ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação (2002-2003)

Santos Silva, ou seja, pessoas que eu considero particularmente na cidade. Que acho que têm uma visão da cidade e que me acompanham (Rui Moreira, independente - Porto).

Luis Valente de Oliveira ocupou, várias vezes, cargos governativos. Foi ministro da Educação e Investigação Científica (1978-1979), ministro do Planeamento e da Administração do Território (1985-1995), ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação (2002-2003). Artur Santos Silva foi Secretário de Estado do Tesouro (1975-1976), vice-Governador do Banco de Portugal, fundou a Sociedade Portuguesa de Investimentos, antecâmara do que, mais tarde, redundaria no Banco Português de Investimentos (BPI) do qual foi presidente da Comissão Executiva (1981-2004). Filho do advogado e ativista político da oposição ao regime salazarista Artur Morgado Santos Silva, conviveu, desde sempre, com Miguel Veiga, também advogado e fundador do Partido Popular Democrático. Como já o admitira Pareto (2004) e Mosca (1923), a elite política entronca e circula no mesmo plano social da elite da economia que, por sua vez, de um ou outro modo, acaba por redundar na elite do poder (Mills, 1956).

9.3 ENTRE A MODÉSTIA E OS NOTÁVEIS

Solar do Lilases, em Mora, espécie de quartel-general do explorador, meados de julho de 2016. O pesquisador acaba de explicar a um engenheiro, ex-funcionário dos *Correios, Telégrafos e Telefone*, empresa antepassada dos CTT, ao que anda por terras alentejanas. O interlocutor escuta como se ouvisse desinteressadamente. Aguarda ouvindo imóvel e, como se fosse uma importante deixa de uma peça de teatro, irrompe: *o senhor Esser sabe o que é ser muito rico? Mas muito rico mesmo? Rico, de tal forma, ao ponto do próprio rico não saber como explicar de onde lhe vem a riqueza? Sabe o que isso é?* Uma pergunta retoricamente entoada traz acoplada a ignição da resposta: *são donos das terras e, estas mesmo nada produzindo, têm sobreiros. Muitos sobreiros. Aos milhares. Já viu, senhor Esser, estar sentado em Lisboa e, sem mexer uma palha, ter milhares de sobreiros a produzir cortiça? Dinheiro a entrar sem absolutamente nada fazer?*

Mora é Alentejo como já se viu. Não é possível andar por ali conversando com pessoas e deixar de perceber que esta região é, ainda hoje, dominada por um problema de redistribuição económica, problema esse que a economia moderna não vê como inconveniente. E o problema é simples: de um lado há pobres, muitos pobres. De outro lado há ricos. É verdade que são poucos, os ricos. Mas é verdade que esses poucos ricos são muito, mas muito ricos. A sua explicação seguirá na extensão da conversa: os latifundiários são proprietários de terras das

quais, não raras vezes, os próprios nunca visitaram. São hectares e mais hectares, montes e mais montes. A riqueza, que lhes advém apenas da posse, é tão grande que nem se dão ao trabalho de por a terra a produzir. Ainda assim o rendimento que essas terras produzem é generoso. De três em três anos os sobreiros produzem e como são donos de milhares de sobreiros, todos os anos recolhem uma riqueza imensa com a cortiça.

Não há nada de novo nesta constatação. Muitos anos atrás o antropólogo José Cutileiro promoveu uma descida às profundezas da estrutura social alentejana com o objetivo de explicar a resistência dos traços de fronteira separando “ricos e pobres no Alentejo” (Cutileiro, 1972, pp. 265–292). A posse de terra estabelece a posição de cada um na estratificação social. O exemplo de Cutileiro é ilustrativo: na freguesia por si estudada, 15 propriedades acima dos 100 hectares, correspondendo a 68% das terras cultiváveis, estão nas mãos de 142 proprietários. As restantes terras aráveis, correspondentes a 32%, distribuem-se por 1.693 proprietários⁹⁵. Desde a análise de Cutileiro, nada mudou por aquelas bandas

Se eu disser que a freguesia de Brotas tem 87 km quadrados e cerca de três quartos são de 3 ou 4 famílias só (...) O resto esta disperso por outros. (António Vitorino - PCP)

A manifestação da estrutura social morense, na expressão da política local, resulta de uma correlação na razão inversa da escala estratificada. Como aconteceu em, praticamente, todo o Alentejo, o poder local é, desde 1974, dominado pelo Partido Comunista. Não desapareceu dos sentidos a histórica divisão na abordagem da propriedade, resultante da ocupação popular, após a revolução de 1974, de várias herdades transformadas em cooperativas e da lei da reforma agrária que fez regressar essas propriedades aos seus anteriores donos. A clivagem daí resultante emulou uma linha de separação das afetividades políticas cuja realidade mais visível no concelho de Mora é observada entre quem ocupa a autarquia e quem domina a Santa Casa da Misericórdia local.

Entre algumas práticas constatadas e até participadas na sua meninice, Luís Matos, presidente da edilidade morense desde 2009, transporta consigo a memória do discurso construtor da separação que não descola dos sentidos da maior parte dos habitantes de Mora:

O Alentejo foi sempre uma zona de resistência ao antigo regime. Aqui estamos num meio completamente diferente do norte, em termos de estrutura fundiária. Enquanto no norte predomina a pequena propriedade; cada um tem o seu bocadinho e nessa altura digamos que

⁹⁵ Cfr. a obra sócio antropológica “Ricos e Pobres no Alentejo – Uma análise de estrutura social” (Cutileiro, 1972, p. 269)

viviam daquilo que tinham, aqui ninguém tinha nada! Aqui havia meia dúzia deles que tinham tudo e havia milhares deles que não tinham nada e eram literalmente explorados para conseguirem uma côdea de pão para o seu próprio sustento e dos seus filhos. Eram pessoas que trabalhavam de sol a sol, sem direitos praticamente nenhuns. As pessoas não tinham nada aqui. (Luis Matos, PCP - Mora)

Nada é novo, no princípio muitas vezes observado, que as condições dadas à partida apontam a direção das práticas, formam os sentidos, fabricam as pessoas, mostram o destino de vida e direcionam as suas energias⁹⁶

Isso fez com que aqueles ideais que o PCP defende... – não é só o PCP mas a esquerda defende – que são os ideais de Marx; as teorias marxistas-leninistas, [...] tivessem mais condições de implantação; por isso houve aqui muita gente que formou as suas ideologias, os seus ideais à conta de repugnarem uma coisa pela qual passaram, [que] foi o sofrer muito... (Luis Matos, PCP - Mora)

Muita gente a sofrer no Alentejo. A propriedade concentrada de terras aráveis nos poucos ‘lavradores’ e as condições de trabalho por si impostas, provocaram uma realidade atravessada pela consciência crítica a que, o PCP, único partido organizado ao longo da ditadura do Estado Novo, se ligou durante muitos anos.

Os lavradores eram donos das herdades. Grandes herdades de 3 mil, 2 mil, 4 mil hectares. E depois davam-lhes [aos trabalhadores] o ordenado que quisessem (António Vitorino, PCP – Mora)

As consequências da inexistência de uma ordem legal quanto ao trabalho e aos trabalhadores davam possibilidade da contratação à tarefa. Sendo possível este tipo de solução, sempre que trabalho escasseava, a responsabilidade de não haver trabalho era atribuída ao trabalhador.

(...) aquilo era à semana. Ao fim da semana o patrão dizia: para próxima não há trabalho ficas em casa... (António Vitorino, PCP - Mora)

As práticas de exploração agrícola baseadas na mão-de-obra intensiva e a sazonalidade da agricultura provocavam grandes movimentações de pessoas deslocando-se para outras paragens em busca de trabalho.

Depois havia a imigração cá dentro. Iam para os campos do Ribatejo para o arroz, outros iam apanhar tomate, outras iam para a azeitona (...) quer dizer, havia uma fuga do pessoal da freguesia para outros sítios onde havia trabalho. (António Vitorino, PCP - Mora)

⁹⁶ A este propósito ver como a estruturação do tecido social é consequente com a expressão estratégica do poder económico. Cfr. Fabricados na Fábrica – Uma Narrativa Operária no Século XXI (E. Silva, 2012)

Chegou o dia 25 de abril e 1974 e, em consequência, o brado comunista “a terra a quem a trabalha” ecoou por todo o Alentejo fazendo emergir a implantação do direito popular de reordenação da estrutura fundiária alentejana. Levou-se à prática a ocupação de herdades e a criação mais de quinhentas cooperativas por todo o Alentejo. Tratou-se de uma “reforma agrária”⁹⁷ em consequência de muitos séculos de desigualdade herdada e persistentemente consistente nos processos reprodutivos.

A grande maioria das pessoas estavam descontentes com a situação. Depois aconteceu a reforma agrária, e o Partido Comunista, queiramos ou não, foi um dos partidos que suportou o processo da reforma agrária. Embora, também admita que fui diretor de uma cooperativa, com responsabilidades lá... E portanto pensei: eu tenho de me juntar a esta gente porque esta gente vai tentar fazer qualquer coisa em benefício do povo. (...) a reforma agrária foi contestada pelo pessoal lá do norte, talvez por desconhecimento das coisas... (António Vitorino, PCP - Mora)

Diferenças de compreensão entre os praticantes de uma agricultura de minifúndio – realizada em pequenas parcelas – na zona norte de Portugal, e a agricultura de latifúndio, realizada em herdades de grande dimensão com recurso a um grande número de trabalhadores rurais. Com a reforma agrária, a atividade tornou-se permanente e, apesar do rendimento parco, o número de trabalhadores aumentou

Na freguesia de Brotas chegaram a trabalhar, de 1970 a 74, cerca de 40 a 50 pessoas no campo (...) A reforma agrária movimentou nos campos, só ali na minha freguesia, mais de 300 pessoas a trabalharem na área da freguesia de Brota! Mais de 300! Embora não se ganhasse muito, foi uma coisa diferente. Para melhor. O povo tinha trabalho, era diferente, tinha o seu local de trabalho, era diferente do tempo vivido até ali... (António Vitorino, PCP - Mora)

Entre 1974 e 1976, anos em que se deu a Reforma Agrária, houve trabalho para todos.

Com a reforma agrária, durante os anos que ela durou isso acabou – essas saídas temporárias de 3 ou 4 meses de famílias inteiras que se deslocavam daqui para outras zonas para terem trabalho (...) – fixou as pessoas. (António Vitorino – PCP, Mora)

⁹⁷ Segundo António Barreto (1983), entre abril de 1974 e o de 1976, “foram ocupados e expropriados cerca de um milhão de hectares, correspondentes a três a quatro milhares de empresas agrícolas e a perto de um milhar e meio de proprietários, grupos ou famílias de proprietários. Nesse mesmo período criaram-se cerca de meio milhar de cooperativas de produção agrícola e unidades colectivas de produção agrícola, na maior parte dos casos legalmente estabelecidas e oficialmente reconhecidas.”

No final, entre outras vicissitudes⁹⁸, o processo foi interrompido e as terras voltaram aos seus anteriores proprietários, os lavradores ou os agrários. A reforma agrária transformou-se numa aventura de dois anos que, apesar de desaparecida, não desaparece das memórias alentejanas.

Claro que isto depois tudo tem um principio e um fim. A pouco-e-pouco as pessoas foram... A reforma agrária também começou em decadência, as terras foram reocupadas pelos agrários e muita gente começou a sair para a periferia de Lisboa (António Vitorino - PCP)

Apesar deste atravessar da cultura participativa eleitoral nas ideias do Partido Comunista, não é de todo claro que vigore, no atravessar da malha mental coletiva, uma adesão rígida e acrítica às teses dos clássicos Karl Marx e de Vladimir Ilyich Ulyanov, para sempre Lenine. A resposta da população a uma proposta política, engendrada a partir de um grupo de indivíduos de uma extrato social com posses e profissões socialmente reconhecidas, deixou um marco histórico da existência de outras possibilidades.

Foi em 1989. Aconteceu aqui um fenómeno: juntaram se os médicos todos e isso naturalmente tem muito peso... Estamos a falar de indivíduos que trabalham, no dia-a-dia, directamente com as pessoas [em geral]. E nessa altura o CDU ganhou de forma mais apertada. Tivemos três vereadores, acabou por ter uma boa votação. (Luis Matos, PCP - Mora)

Em 1989 o então jovem médico Manuel Barros Caldas de Almeida encontrou razões para dar um passo em direção à disputa política do território:

O que aconteceu foi: eu vim para aqui como médico de familia e esta é uma comunidade pequena. Ser médico aqui dá uma visao muito próxima do que é uma comunidade pequena, completamente diferente de Lisboa. Aqui quando uma pessoa morre, toda a gente sabe que morreu e essa pessoa é alguém que nós conhecemos e com quem privamos. Assim como quando alguém nasce, os acontecimentos sao partilhados por todos. Na altura tinha saído da faculdade e trabalhado cinco ou seis anos em hospitais em Lisboa. Tinha vivido o pós 25 de abril recentemente e eu achava, francamente, que nós tínhamos de mudar as coisas e tínhamos o poder de mudar as coisas. Que o mundo ia ser melhor e que íamos fazer coisas boas para as pessoas. (Manuel Caldas Almeida, candidato às eleições autárquicas em 1989 pelo PSD)

No caso concerto, a questão central da mudança localizava-se, então, nas pessoas e no que estas esperavam almejar de si. Identifica-se a necessidade de forçar uma intromissão na cultura, aliás, fazer acompanhar o trabalho de preservação do que devia ser preservado com o estímulo de transformação cultural de si e dos outros

⁹⁸ Não se pretendendo aqui produzir uma análise sobre as causas e consequências da reforma agrária, deve-se entender a sua alusão, neste trabalho, como uma referência obrigatória a que não é possível olvidar, principalmente quando se procura explicar tanto as estruturas sociais como a formação das cambiantes sociopolíticas da região alentejana. O aprofundamento deste tema implicaria, praticamente, uma outra tese sobre esta temática.

Quando aqui cheguei, passava-se uma coisa curiosa: sendo esta uma zona maioritariamente do Partido Comunista e muito ligada ao Partido Comunista, o que na altura me chocou foi que socialmente e culturalmente era uma zona muito reacionária. Ou seja, era uma zona que, sendo politicamente do Partido Comunista, poderíamos pensar que era muito avançada de pensamento mas, inacreditavelmente, era uma zona extremamente conservadora e reacionária do ponto de vista social e do pensamento das pessoas. Era quase impossível uma mulher entrar num café, coisas que aqui a 100 quilómetros, em Lisboa, eram normalíssimas. Aqui, uma mulher que enviuvava pensar em casar outra vez era quase impossível. Havia casos concretos de raparigas, que eu acompanhava, como doentes minhas e isso chocou-me muito essa dicotomia perante a sociedade. Por outro lado, o Partido Comunista tinha tido um papel muito importante na questão da preservação cultural, preservação arquitetónica. De facto dizemos que as terras no Alentejo são terras bonitas, conservadas e eles tiveram um papel muito importante nisso. [Tiveram-no também] naquelas questões da higiene básica. Mas estavam na altura a ser claramente um travão ao desenvolvimento das terras. Por exemplo, em Ponte de Sor, estava lá um presidente da Câmara dinâmico que tinha conseguido fazer uma zona industrial. E havia algumas fabricas até inovadoras a surgirem lá. (Manuel Caldas Almeida – Independente em listas do PSD - Mora)

Afronta entre o trabalho braçal e esforçado e a tecnologização da produção

O Partido Comunista aqui continuava muito na senda de que a solução era o emprego agrícola e a proletarização da agricultura. Como eu era agricultor também sabia que, depois da entrada para a Comunidade Europeia, se estava em plena época de mecanização da agricultura. [...] Portanto houve uma alteração completa na agricultura em que se começou a produzir muito mais mas com muito menos pessoas. Todo o sistema de rega foi mecanizado, instalaram-se pivots, instalaram-se uma série de coisas e a atividade agrícola começou a ser especializada e a ter muito menos gente. Eu sabia que não era na agricultura que ia estar o desenvolvimento económico destas terras. Quer dizer, desenvolvimento económico como produção sim, mas como emprego não. (Manuel Caldas Almeida, Independente em listas do PSD - Mora)

Antecâmara de um confronto entre a hegemonia histórica comunista e uma tentativa de instalação de uma nova hegemonia.

E, por isso achava que tinha se haver outras soluções. E a aposta foi um bocado essa. Ou seja, fizemos um grupo que liderei. Não era um grupo que estivesse ligado ao PSD ou ao PS. Éramos todos formados, enfim quadros, médicos, professores ligadas a essas actividades, quer dizer industriais, empresarios e dentro do grupo de intervenção achávamos que na altura era possível dinamizar o desenvolvimento dentro de Mora. Fomos ter com o PSD e com o PS e pretendemos fazer uma candidatura conjunta. E fizemos. Chegámos a ter uma lista conjunta, com o PSD e com o PS, em que estava tudo negociado, os lugares para uns e para outros. Quase na altura de entregar as listas, a organização distrital do PS saiu e fez uma lista paralela. E portanto tínhamos duas opções: como havia pessoas do PS no grupo, ou continuávamos com o PSD, porque o PSD seguiu. Foi isso que fizemos... (Manuel Caldas Almeida, Independente em listas do PSD - Mora)

Descobrem-se muitas coisas quando se toca nas pessoas e se propõe projetos alternativos. São descobertas, tanto para quem propõe como para quem recebe propostas.

Fizemos uma campanha, em que foi uma das coisas mais divertidas da minha vida, porque fizemos uma campanha a conversar com as pessoas. Havia um certo medo, isto era uma zona

muito controlada pelo Partido Comunista e expressar ideias ao contrário não era linear. Mas foi muito engraçado porque foi uma coisa que cresceu. Lembro-me de entrarmos em ruas, falarmos com as pessoas e termos duas ou três e, de repente, a coisa virou e entrávamos e tínhamos vinte, trinta, quarenta. Aquilo foi uma coisa tão entusiasmante que quase que ganhamos. O grupo que o PS tinha feito ficou com uma margem de 6%... Foi uma experiência muito interessante. Hoje, não sei se teríamos conseguido fazer as coisas que tínhamos pensado fazer. Manuel Caldas Almeida, Independente em listas do PSD - Mora)

A política, para além de ser ação na promessa de agir, entronca na habilidade do(s) ator(es) em demonstrarem a posse antecipada de capacidade para a realização da coisa dita em coisa feita. Desse modo, partindo-se da posição do ator, toda a ida ao campo político tanto pode transformar-se numa surpreendente construção não prevista, tanto pode tocar os interesses dos progenitores idealistas, como despertar os sentidos e a perceção dos ouvintes e público interessado. Assim aconteceu em 1989 em Mora. Manuel Almeida não venceu as eleições mas obteve 38% dos votos, o que na circunstância se pode considerar um feito porque se tratou da única vez em que um independente – apesar de usar uma sigla partidária, dada a impossibilidade de candidaturas independentes à data – se aventurou tão longe em Mora.

O quadro desta ocorrência oferece a possibilidade de se confrontar a circunstância de uma organização política, historicamente implantada, perante o modo um grupo de cidadãos com um estatuto diferenciado, emerge um processo político com tendência de aceitação tácita pelos cidadãos participantes. Em simultâneo à verificação da possibilidade de mudança, o mesmo cenário revela como só os que se dispõem para a disputa do espaço público da política, e a ele se dedicam dedicando-lhe o seu tempo e vontade, a ele têm verdadeiro direito. Independentemente de serem bem ou mal sucedidos na contagem final de votos, só a sua presença admite a existência de outra(s) possibilidade assim como a introdução de, pelo menos, uma nova hipótese.

Por outro lado, mantendo o ponto de análise no quadro acima identificado, é legítimo questionar até que ponto um grupo constituído a partir de uma outra ocupação profissional, que não médicos, teria tanta aceitação pública, nomeadamente, na introdução como possibilidade de rutura junto de consciências atravessadas por um imaginário de agradecimento ao Partido Comunista. A esse propósito é, de todo, impossível o afastar da profissão de medicina como um mister atravessado por uma certificação social de notabilidade, capaz de ultrapassar qualquer dúvida, de substituir e acelerar, por via do assentimento geral resultante da crença no capital institucionalizado.

(...) o Dr. Caldas Almeida (...) é uma pessoa sobejamente conhecida, (...) hoje em dia, quer queiramos ou não, os médicos têm muita força, um belíssimo médico, uma pessoa por quem eu tenho grande admiração (António Vitorino, PCP - Mora)

O capital social do profissional agindo no interior da política é, deste modo, não só confrontável mas também comparável ao alto capital social institucionalizado, como é o caso do capital social profissional. Sendo a posse de capital social político ajustado ao tempo de dedicação e à aprendizagem dos códigos lingüísticos de ação e códigos processuais de conceção partidária, os profissionais políticos são, não raras vezes, os promotores da cooptação de agentes reconhecidos pela sua profissão, para entrada direta na política. Na maior parte dos casos trata-se apenas de fazer chegar ao campo político um elemento composto pela vertente de distinção social.

[Caldas Almeida] é uma pessoa muito bem colocada a nível do país e a nível da medicina. Posso-lhe agradecer muita coisa a ele... Mas lá esta, eu sei o respeitar e ele respeita-me a mim. Eu recordo-me uma vez em Évora, ele estava lá numa reunião com deputados e levantou-se da mesa e eu cheguei lá para tratar de um problema qualquer na CCDR, e ele veio-me cumprimentar; quer dizer, pediu desculpa aos colegas com quem ele estava, estava lá um ministro e veio-me cumprimentar... Quer dizer isto são momentos que lhe atestam como é a pessoa. Esse é um individuo altamente reconhecido aqui no posto de Mora, ele tem muitos afazeres, uma pessoa altamente reconhecida, mas é uma pessoa que naquilo, mesmo coisas com o Partido Comunista, que a CDU faça, e que na ideia dele estão corretas, ele não tem problema nenhum de as dizer... (António Vitorino, PCP)

A posse deste tipo de capital confere a qualquer agente, não só o direito de entrada direta e a imediata outorga, como proporciona também uma acelerada aceitação por parte dos que constituem os espectadores e participantes externos do cenário político. A sua escassez no revela também como o campo político está constituído de forma a não atrair indivíduos cujo agir independente e diferenciado poderia produzir transformações de tal modo radicais, ao ponto de, porventura, dessa aproximação e estada, se introduzirem novas e benéficas configurações no espaço geossocial

(...) se houvesse muitos Dr. Caldas Almeida por aí seria muito mais complicado para nós, mas não há, não há. (António Vitorino, PCP)

Os exemplos acabam por rarear.

Eu penso que é por não acreditarem.... A desconfiança que a população do concelho tem naquela gente que só dá a cara nos momentos eleitorais, que poderiam aparecer mais e trazer ideias novas (...) porque (...) estamos aqui todos é para arranjar o melhor para o concelho de Mora, soluções, mas pronto as coisas são como são... (António Vitorino, PCP)

E revelam, também, a predisposição de divisão entre sociedade política e sociedade civil. Esta divisão assenta no importe pessoal por se estar num lados. Enquanto a sociedade civil oferece possibilidades amplas, a sociedade política revela restrições existenciais, inclusive comportamentais, tendentes a mostrar interesse ativo, evidente e permanente dos que querem estar dentro, inclusive, levando a um agir com vista à continuidade. Neste jogo de estadia entre campos revela-se um paradoxo em que estar na sociedade civil é estar livre enquanto estar na sociedade política é estar circunscrito, vigiado vigiando e, a todo o tempo, embebido em estratégias perenes de permanência.

Eu tenho ali, na Assembleia Municipal, três deputados do PS e eles entram mudos e saem calados, porque raramente fazem intervenções, limitam-se às votações... Eles podiam explicar as ideias deles, ninguém lhes cortava, todos têm o mesmo direito (...), portanto, eles próprios não se sentem à vontade. Parece que é mais o facto de só na altura do processo da campanha eleitoral as próprias pessoas do concelho os vêm lá na rua... (António Vitorino, PCP)

A experimentação do território político está aberta à participação de todos. Em certos casos, é possível estar com o corpo dentro sem lá colocar o espírito. Para se ser político é preciso, antes de tudo, estar na posse de vontade de o ser. A ida ao espaço político revela, todavia, em certas circunstâncias, o apelo de um estatuto recortado pelo lugar. Nestes casos alguém ocupa um lugar político. Mas tal não se afigura o mesmo que agir no lugar do político. Estar no lugar político cora o lugar mas não acrescenta probidade. A circunstância da sociedade civil entregar lugares políticos da sua representação a quem dele não sabe, ou não quer, fazer uso, revela a presença de alguém que vê na política um momento de afirmação pelo silêncio e cujo talento presentido produz toda a afirmação desse político. Regra geral, são indivíduos cuja estada na política se esvanece num mandato.

A rápida entrada e não menos rápida saída, deste tipo de indivíduos – algo habitual – no campo político tem a particularidade de reforçar o papel daqueles que se dedicam, em permanência, ao campo da política. O medo deste campo vir a ser ocupado por quem não o deva fazer é tão grande como o medo desse mesmo campo não ser ocupado por ninguém. Neste caso, passada a experimentação, não se processou qualquer quebra, dando-se o reforço dos que ficaram e sempre estiveram. Como sequência ou como consequência, promoveu-se o reforço da força do PCP na região Morense, ao ponto de ser um dos poucos concelhos onde, desde 1974 e ao longo de 44 anos, apenas os comunistas ali venceram eleições autárquicas.

9.4 DISPOSIÇÃO PARA UMA GOVERNAÇÃO SÃ

9.4.1 Os retornados também mudaram o Portugal político

Na alocução costumeira, Viana do Castelo é a princesa do Lima. Nas andanças pela urbe é impossível dissociar a graça do sítio, a formosura do burgo e deixar de apreender a representação da beleza humana, genericamente atribuída a uma doação da natureza. A expressão de beleza da cidade – elogio mais que apreciado pelos vianenses – é, alias, desde logo, aguardada a cada momento de conversa com os locais. Entre outros exemplos possíveis, esta constação está revelada na existência da associação venusta local com uma manifestação geograficamente alongada na criação do ícone popular da minhota “trajada à vianesa” (Gonçalves, 2002). A beleza, no que toca ao olhar, não se aloja apenas nos locais. Expande-se até às representações artísticas e literárias exteriores, fixando-se, inclusive, em pungidas cantorias reveladoras de uma espécie de concórdia entre a natureza do povo e a peculiaridade do lugar – “se o meu sangue não me engana / havemos de ir a Viana”⁹⁹.

De onde vem o este signo da beleza vianesa? Afirma-se, em forma de memória trazida desde antanho e preservada pela via oral¹⁰⁰, que certo lugar na margem direita do Rio Lima, denominada Átrio, vivia um jovem pescador que se perdera de amores com a visão de uma moça. Esta, residindo num Castelo, apesar de corresponder ao amor platónico pelo rapaz, nem sempre se dava a ver pela janela aberta ao rio. Reza a lenda que sempre que a oportunidade lhe oferecia a vista, o rapaz não perdia o idílico da aparição amada. E sempre que tal acontecia, repetia efusivo, a quem encontrasse, “vi a Ana no Castelo”. Diz-se que se esconde nesta lenda as origens da nova toponímia que substituiria “Átrio” por “Viana”. Afonso III, por foral de 18 de junho de 1258, impôs o novel nome, mandando chamar “à nova Póvoa, Viana da Foz do Lima”. Como que persistindo popularmente o topónimo “Viana do Castelo”, foi este nome definitivamente atribuído em 1848 aquando do foral de D.Maria que elevou Viana a cidade.

Carlos Branco e Morais, presidente da Câmara de Viana do Castelo eleito em 1989 pelo PSD, não foi reeleito para o mandato de 1993. Perdeu, para Defensor Moura por 255 votos.

Dizem que foi porque também, no cumprimento daquilo que está aqui no meu programa, eu ter... eu querer ter tirado o Castelo a Viana, sabe! (Branco de Morais, PSD – Viana do Castelo)

⁹⁹ Estrofe do poema “Havemos de ir a Viana” escrito por Pedro Homem de Melo, musicado por Alain Oulman para a voz de Amália Rodrigues.

¹⁰⁰ Logo contada segundo várias versões.

É preciso um pequeno esforço de compenetração para perceber como é que um presidente de Câmara pode almejar tirar o castelo à sua cidade. Que no caso não é, de todo, extinguir uma edificação mas suprimir uma memória colada na linguística topónima. Querer mudar o nome à cidade. De Viana do Castelo para Viana, exclusivamente. Tirar o Castelo a Viana.

E eu propus. Só não avancei... isso foi um caso nacional, porque eu tinha razão histórica e jurídica. Mas depois os interesses partidários, e até do próprio PSD, tiraram-me o tapete e eu não avancei. Mas devia ter avançado, devia ter avançado, porque teria prestado um serviço ainda maior aqui. (Branco de Morais, PSD – Viana do Castelo)

A tendência da decisão política se suportar na sustentação técnico-jurídica é um hábito cada vez mais presente de que, o firmado no direito, se impõe obrigatoriamente. Pode haver sustento de direito que não expresse sustento de facto, principalmente se este se localizar fora da compreensão tanto das técnicas como da filosofia do direito. A onomástica de uma cidade funda-se ora na geografia, ora na arqueologia, ora num qualquer processo histórico. Quando resultante da fixação de uma lenda como ocorrência, adquire uma aceitação apegada à generalidade, assim atravessando a malha mental coletiva. Ao torna-se coisa intransponível, não raras vezes, a hipótese da sua supressão passa a funcionar como uma violação.

No fundo, tal como explicou Durand (1989) descortinam-se estruturas antropológicas do imaginário fundadas em arquétipos que fixam o imaginário social. Os arquétipos são uma espécie de presença permanente forjados algures no passado e que, a dado momento, ainda no passado, passaram a ocupar o lugar de mitologias. Estabelecem-se numa sincronia generalizada. Confrontar os arquétipos do imaginário antropológico com uma decisão acolhida na política pode não se revelar uma boa ideia. A maior manifestação, sendo silenciosa, promove o confronto com o crer passado atravessado na linha do querer presente e, logo, com a crença coletiva escondida no inconsciente coletivo tornado condição aceite pela generalidade. Aliás, os arquétipos que habitam Viana do Castelo manifestam-se de variadas formas. Como sempre aconteceu, surgem sob a forma de coincidências:

Eu também fui retornado. (Carlos Branco de Morais – PSD Viana do Castelo, Presidente de Câmara entre 1989 e 1993)

Depois de fazer o sétimo ano do liceu emigrei para Angola (...) Emigrei. Tinha lá uma irmã casada e fui trabalhar para a torre de controlo no aeroporto e fiz, simultaneamente, o curso de medicina, em seis anos. (...) Depois fiz a tropa, fui apanhado pelo 25 de abril [lá], era alferes-médico. Vim de Angola em 1975. (Defensor Moura - PS Viana do Castelo – Presidente de Câmara entre 1993 e 2009).

Nasci em Moçambique, [na antiga] Lourenço Marques [hoje Maputo] em 1961, dia 5 de Março (...) Estudei em Moçambique e aos 13 anos vim para Portugal. Cheguei no dia 22 de Novembro de 1975. (José Maria Costa – PS Viana do Castelo: Presidente de Câmara desde 2009, a cumprir o seu terceiro mandato por eleição em 2017.

Viana do Castelo assenta numa geografia tríplice: a envolver e proteger a extensão do burgo o monte de Santa Luzia, de um lado o rio Lima, de outro o mar. A água domina praticamente toda a relação dos vianenses com o espaço de vivência. Seguindo os estudos de Gilbert Durand (1989) é possível identificar “arquétipos fundamentais da imaginação ligados às águas e, mais precisamente, ao mar” (Tomás, 2013, p. 63). Associando esta ligação da água com a observada interrogação da ordem das coisas introduzida pela noção de ‘eterno retorno’ (Nietzsche, 2010) revela-se a materialização da travessia enquanto forma de contacto entre dois pontos, só aparentemente desligados entre si (M. L. Martins, 2015b). Na travessia marítima, toda a água que leva é a água traz. O porto de mar revela-se esse ponto de transmutação cultural de abertura à aventura da partida e da mesma abertura às boas venturas dos que regressam.

(...) há inúmeros presidentes de Câmara que vieram, retornados. (...) Encontrei muitos, há 25 anos.

Os estudos sociais nunca se interessaram pelo fenómeno dos retornados a Portugal dos ex-colonos africanos. Em tempos de revolução, estes foram remetidos para o lado dos vencidos da vida. Uma punição social instaurou-se contra si por terem ousado estabelecer-se além-mar e, deste modo, terem dado forma prática, africanamente ampla, à expressão “para Angola, rapidamente e em força”, frase de Salazar proferida em 1961 na televisão portuguesa. Os retornados foram, deste modo, invisibilizados, escapando-se dos repositórios a(s) história(s) das suas estratégias de sobrevivência. Quase dez anos depois da ponte aérea que produziu o retorno, Fernando Dacosta, jornalista de *O Jornal*, teve de esperar pelo período de verão para, na escassez de temáticas e abundância de páginas vazias, obter espaço de editoria para conseguir publicar uma reportagem sua, cujo tema não nascera na mesa de reuniões da redação mas sim do sobressalto do espírito olhadeiro. “Os retornados estão a mudar Portugal”¹⁰¹ escreveu Dacosta (1984)¹⁰² num texto que viria a tornar-se iconográfico.

¹⁰¹ Confirmando a presença do arquétipo da água e da travessia marítima, Dacosta titula o primeiro da sua obra “Os últimos naufragos do império” Cfr. (Dacosta, 1984).

¹⁰² Em (2013) o texto seria readaptado e republicado, agora com o título “Os Retornados Mudaram Portugal”. Confirmando a importância social de um tema raras vezes abordado pelas ciências sociais, Dulce Maria Cardoso (2012) verteu, com retumbante sucesso editorial, toda a sua experiência vivida enquanto retornada para o romance “Retorno”.

Porque, de facto, traziam uma visão diferente, era a visão dos espaços onde eles viveram, em Angola, Moçambique... Exatamente, a visão da intervenção. E porque chegaram aqui e foram, de certo modo, desconsiderados, ou... não considerados conforme eles julgavam que deviam ser considerados, lutaram, e dessa luta resultou o exercício do poder político. E aqueles que não exerceram funções políticas foram grandes empresários e o país deve muito àqueles que vieram de lá. (Carlos Branco de Morais – PSD Viana do Castelo, Presidente de Câmara entre 1989-1993)

Durante trinta anos, sem interrupção, a população de Viana do Castelo elege políticos cuja formação pessoal, de uma ou outra forma – mais ou menos – passou por África. Para além de se estar perante uma circunstância inusitada, esta presença dita até que ponto a comunidade vianense é formada segundo uma plasticidade social que leva não só a acolher, como também tirar proveito das experiências dos que habitaram fora das suas fronteiras naturais. A *visão da intervenção* revela também o papel esperado do político: é suposto ele intervir no espaço que lhe é dado ocupar.

9.4.2 O agente ao serviço à comunidade

O que é ser político? Aparentemente é ser alguém simultaneamente tão diverso para os próprios, como inusitado e incompreensível para a maior parte das pessoas. Reside nessa ampla possibilidade as dificuldades de construção de um ideal-tipo do político. Tal dificuldade assenta, também, na existência de uma infinidade de possibilidades do indivíduo se constituir como esse alguém dotado de qualidades capacitadas para tomar em seu interesse aquilo que interessa a todos os outros constituintes de determinada comunidade. Trata-se de ter introduzido no interior algo que, provido do exterior, talha a pessoa e lhe provoca a revelação dessa aptidão.

Essa aptidão revelada fornece, entre outros, uma certa plasticidade que capacita o agente para as circunstâncias não previstas e que, a todo o momento, podem surgir como novidade e serem apresentadas ora na forma hostil – como uma provocação – ora sob os traços da lisonja.

Num e noutro caso, o interior do agente político tem de ser resistente. Por natureza ou por treino cabe-lhe nem se deixar abater pela adversidade nem se permitir elevar pelo fascínio. Não se irar com o infortúnio nem se afortunar com a luxúria. Por isso, todo o agente político entra numa roupagem que faz de si um ator sendo, deste modo, seu ofício, a arte de representar um papel em que, antes de todos, cabe-lhe a si acreditar. Nessa perícia levada à condição de talento reside o princípio segundo o qual “a arte política é, essencialmente, uma arte de tomar decisões”. Neste particular situa-se a capacidade para deliberar e sentenciar. Significa que além de “possuir intuição para adotar a medida que parece mais oportuna” a cada momento, a cada

assunto, impõe-se manter sempre presente “o sentido da responsabilidade da causa que defende.” (Freund, 1969).

Ainda assim, dificilmente o agente político deverá esperar a graça de ser compreendido nos seus propósitos. Para gente comum, um político é alguém que acede a possibilidades extraordinárias de realização pessoal. Neste tipo de raciocínio, o político é alguém que realiza uma atividade por conta própria, certeza que entra em contradição com julgamento do espírito do agente político.

As pessoas olham para os políticos como alguém que trabalha para si. Eu olho para a política como alguém que consegue fazer, em nome de muitos, um bem comum para muitos (Eduardo Teixeira, PSD – Viana do Castelo)

Ser político é, deste modo e entre outros, a responsabilidade autodescoberta de agir em nome do interesse de todos. Trata-se de estar preparado ao ponto de conseguir manter a cortesia – ou a *mesura*, como afirmava Weber(2005b) –, mesmo nas circunstâncias nas quais se verificam abordagens críticas por parte dos que ignorando o mistério, revelam-se negativamente nas atitudes. E, gradualmente, por motivos variados, a generalidade das pessoas está hoje possuída por uma noção amplamente negativa do agente político. Até um presidente de uma Junta de Freguesia, unidade básica da organização administrativo-política em Portugal, consegue aperceber-se dessa visão repulsiva. Mas, é também esse presidente de Junta que consegue, de forma clara, elucidar sobre a especialidade do tempero interior necessário à compreensão do que é ser político

Um dia, esse presidente da junta disse-me: “sabe, senhora doutora, as pessoas não percebem. Não percebem como é que a gente pode gostar de ser presidente da junta, de servir... não percebem. Então, eu estava lá na junta, eram nove e tal da noite, e eu ainda estava lá, a ver uns papéis. E as mulheres-a-dias que andavam lá a fazer a limpeza, uma delas vira-se para mim: ‘Ah, senhor presidente, o senhor ainda está cá? Também, se eu ganhasse o que o senhor presidente ganha, eu também estava aqui. Ai que bom! Eu queria lá saber, eu até estava até à meia-noite’. ‘Ai sim? Então venha cá, que eu vou-lhe mostrar o meu ordenado’. Ela olhou para o ordenado e disse: ‘Mas você é burro ou é tolo?’ ”. Flora Silva (PS Viana do Castelo)

Servir! Servir é uma expressão muito grata aos agentes políticos para facilmente explicarem o seu mister. Trata-se de uma palavra polissémica. Por um lado aplica-se àquele que tem serventia e que, nessa qualidade se destaca de todos os outros que não servem. Refere-se a certa aplicabilidade, muito precisa, para determinada incumbência útil. Por outro lado, a palavra esconde uma conotação religiosa que remete para uma entrega devotada na qual o próprio constituiu uma obrigação para si e da qual não se afasta.

Neste último caos a palavra interliga-se com a posição do servo, nomeadamente por se referir aos que estão quase privados de liberdade e que devem obediência a alguém. Na sociedade feudal, a posição do servo revelava a pertença de uma pessoa a outrem, sem contudo estar na condição de escravo. Todo este passado da palavra manteve-se presente no enunciar de posições humildes na escala social. A expressão *servir* está muito ligada a uma atividade, praticamente sem estatuto e remetida para a mais rasteira das classes sociais, que eram as “criadas de servir”. A estas não competia mais nada para além de evidenciar a sua qualidade servil (Brasão, 2012).

O recurso expressivo à gratificação por poder *servir* enquanto expediente para abreviar e categorizar a condição interior do político entronca, deste modo, no destacar de uma exclusividade técnica, na comunicação da religiosidade devotada, no apelo da humildade estatutária, sempre numa configuração onde isolamento e independência coexistem, assim promovendo o quadro de referência mais habitual da finura do agente político. O político revê-se em alguém que presta um serviço porque é um servo da sociedade que, em simultâneo, mas autonomamente, lhe lega a possibilidade de tanto se ver enclausurado como de se ver em liberdade.

Os políticos verdadeiros têm, de facto, esse sentimento de serviço à causa pública. (Flora Silva - PS, Viana do Castelo)

Os ‘políticos verdadeiros’ são aqueles que conseguem interiorizar-se como guardiões da coisa pública. Sabem o que significa realizar um ato para o público. E descortinam, sem uma explicação lógica, como essa realização, por mais insignificante, além de perdurar no tempo, deve ser acarinhado de modo extremoso. O exemplo prático reside na predisposição para acautelar mais o público do que o privado.

Ele contava-me isto com muita graça e, depois, dizia-me: “Sabe, senhora doutora, eu acabei de lá fazer um jardimzinho, um canteirinho. Pois eu vou mais vezes àquele jardim, do que vejo o jardim da minha casa. Eu quero lá bem saber do jardim da minha casa. Aquele jardimzinho que eu fiz, que é público, que é de todos, eu vou lá todos os dias ver como é que está o jardim”. E isto as pessoas não entendem, que nós podemos, de facto, ter esta ligação. (Flora Silva - PS, Viana do Castelo)

Do político não se espera que distinga numa métrica, qual o melhor valor; se o público se o privado. O político, na verdadeira aceção, é aquele que posto perante da escolha da diligência pessoal ou a tarefa do bem comum, opta por zelar pelo bem geral, atribuindo ao geral um significado superior ao particular, inclusive do seu domínio privado. Para além da realidade, o

jardim aludido constitui uma metáfora, no qual os maiores cuidados, se não afetividade, não se localizam no jardim privado mas sim no jardim público. No mercado das preocupações, o agente político tem de se esquecer de si mas jamais esquecer-se de tudo o que diga respeito à sua comunidade.

Apesar de todas as preocupações, porque subsiste uma ampla expectativa do cidadão, quando um gestor político consegue realizar o que lhe parece ser uma grande obra, essa mesma realização obreira pode passar despercebida junto dos comuns cidadãos. O momento pode ser tributado de duas maneiras: ou a obra é demasiado grande e, logo, atribuída a poderes superiores – nomeadamente um ministério do Estado central – ou a obra é demasiado inócua ao ponto de, sequer, gerar interesse do olhar. Numa e noutra situação, fica revelada a circunstância dos dois olhares diferenciados.

(...) Lembro-me de, uma vez, estar ali nos viadutos 25 de Abril, tínhamos nós acabado, há um mês ou dois, de fazer os viadutos. Foi uma grande obra, que descongestionou. Toda a gente dizia que era impossível fazer e que nós fizemos. Nós tínhamos bastante orgulho naquilo. Eu vinha do hospital e, a meio do caminho, mesmo em cima do viaduto, encontro um senhor a dizer mal de tudo, que nós isto, que nós aquilo, que não fazíamos nada, que não tínhamos feito nada. E eu disse: “Não? Mas o senhor está em cima de uma obra nossa”. (Flora Silva, PS Viana do Castelo)

Uma luta pela visibilidade. Pela visibilidade da sua obra e pela visibilidade de si mesmo ou, tanto melhor, pela visibilidade da correlação entre a obra e o empenho do político na sua realização. Todo o agente político necessita de sentir-se reconhecido pelo desempenho do seu papel. Fala-se que é nos votos que se avalia o desempenho do político mas, a verdade é que votos não verbalizam. Votos são o estranho silêncio do poder político posto no mercado das escolhas. Votos podem nada ter a ver com obras e estarem ligados a outros fenómenos de agradecimento político. A defrontação verbal mostra quanto a atenção da comunidade pode ou não ficar afetada por uma edificação.

“Em cima de uma obra? Que obra?”, “Esta! O senhor está em cima dela. Só para dar um exemplo, o senhor está em cima da obra”. Ele olhou e disse: “Foram vocês que fizeram isso?”
Flora Silva (PS Viana do Castelo)

Perante edificações, subsiste a esperança do político que esta encha o olho dos seus concidadãos. Não ocorre, nunca, que as visões coletivas são mais o produto de manipulações e menos o resultado de um somatório de visões.

Porque é difícil... a pessoa, desde que a obra não esteja na sua rua, não vê, pura e simplesmente. Flora Silva (PS Viana do Castelo)

Em geral, a maioria dos cidadãos são muito desatentos na correlação entre uma obra, uma solução do quotidiano, uma resolução de problemas de antanho e os egrégios esperados pelo político. Os cidadãos vêm aparecer mas na maior parte das vezes não sabem como apareceu. A franja dos que se interessam por estas coisas da política tende a naturalizar, muito rapidamente, a obra nova e esperada há muitos anos. Viajar desde a expectativa provocada pela necessidade, passando pela ansiedade da visão em construção, até à normalidade do uso de um utensílio; tempos antes impossível de ter, revela o sentido da imediata naturalização e a noção de fidelidade e gratidão na relação quotidiana dos cidadãos em geral com o campo político.

“Claro que fomos nós!”. Portanto, objetivo passado, esquecido. O que se fez, só se lembra na inauguração. Depois, não se lembra. De maneira que isto era frequente e os políticos também sentem, às vezes, esse desânimo. E então, nós, às vezes, metíamos-nos no carro, para nos animarmos. É o que eu digo hoje aos políticos: “Não se desanimem! Vocês têm que ter a visão para a frente e o retrovisor, para ver o caminho andado”. É muito importante termos consciência do caminho andado, para termos ânimo para percorrermos. Flora Silva (PS Viana do Castelo)

Pela sua natureza, todo o ato político é efémero. Exatamente porque a política é, antes do mais, ação, esta tem uma duração limitada junto dos cidadãos, dando-se o processo do seu esvanecer logo após o fim da sua produção.

Enquanto a visão impõe a convocação da imaginação – quer dizer, movimento, imagens e ação – assim mostrando o caminho da frente onde se localizará a ação futura, a viagem produz o afastamento a contemplação do ato político produzido no passado. Da mesma forma que a viagem faz ampliar a imaginação à frente do político, a imagem contemplada vai-se reduzindo através do espelho retrovisor até desaparecer.

Na medida em que a memória da ação política tende a ser efémera e substitutiva – é sempre necessário algo novo, ‘ter projetos’ – subsiste sempre, na malha mental dos cidadãos, a interrogação desconfiada sobre o que leva alguém a interessar-se por aquilo que a todos diz respeito, sem querer mais do que cabe a cada um individualmente?

Embora muita gente não acredite, acham que é os ‘tachos’, não é, reduzem tudo a ‘tacho’.
(Flora Silva, PS Viana do Castelo)

“Tachos” é a expressão depreciativa popular atribuída à probabilidade de que alguns usarão o lugar político que lhes é atribuído para, dessa forma, se situarem junto da possibilidade de realizarem interesses particulares. Visto do lado do agente, a sua atividade é um serviço à

comunidade. Visto do lado popular, a atividade do agente consiste em cercar e vedar, impedindo a entrada de outros. Num ‘tacho’, como o descreveu Machado Pais (2001), “cozinham-se” posições e lugares políticos. E, desse modo, promove-se o encerramento – ou fechamento para alguns autores –, como o explicou Weber (2004a) para ilustrar o processo pelo qual algumas atividades sociais, e muito particularmente na política, procuram ampliar, ao máximo, os seus ganhos através da limitação das “oportunidades a um número restrito de privilegiados”. No caso da política a ideia de *conjuntura* favorável ajuda a compreender o ferrolho dos cadeados que promovem autoclausura, realizando-se, no espaço-tempo de um mandato, um “‘tipo racional’ de ação social que se caracteriza por uma atuação consciente e racionalmente orientada para determinado fim ou interesse, o *tacho*” (Pais, 2001, p. 187) .

Os interesses podem, contudo, constituir-se como coisa legítima. O mais legítimo dos interesses é a afirmação do desejo de se querer estar na política, apenas por se querer estar, sem outra finalidade que não seja o de participar na coisa pública. No fundo, gostar de ser político

Todavia, sobre esse querer, são imediatamente apontados, se não impeditivos, pelo menos traços de exigência do que se julgam constituir técnicas exigíveis ao agente político. Nesse particular, não seria possível aceder ao campo político enquanto atividade se não se possuísse um conhecimento mínimo do funcionamento da burocracia do Estado. Esta asserção, baseada no princípio de que só os que sabem do funcionamento da administração pública estão preparados para o campo político, pode estar eivada de uma visão falaciosa. Atrás desta reflexão esconde-se uma das formas de poder do Estado, no qual participa o corpo expedicionário de funcionários e cuja missão se encerra no domar e domesticar o agente político aí posto.

Eu entendo que um político é um político, naturalmente, não tem de saber daquilo, não tem que ter estado na Câmara desta ou daquela maneira. Eu penso que, para mim, primeiro, um político tem que ter dado provas na vida real. E, para mim, deve ir para político quando não precisa da política para nada e, em todo o momento, bate a porta e vai. Flora Silva, PS - Viana do Castelo)

Na verdade, um político não tem de ser, forçosamente, um tratado enciclopédico da administração pública. À partida, o político não residirá na mesma esfera em que reside o funcionário. Mas é, grandemente, confundido como tal, bastas vezes apresentado como uma espécie de novo chefe do funcionário público. As exigências de cumprimento das regras prescritas, ou seja, da teia burocracia, impõem algumas cautelas e considerações antecipadas àquele que pretende tornar a atividade política numa atividade permanente. Neste caso, para

salvaguarda da sua independência, convém ao agente político ter uma vida profissional na sociedade civil, para onde possa regressar a todo o momento

Era o meu caso e o do [Defensor] Moura, porque ele era médico, eu era professora. A minha carreira estava no topo, eu saía, mas sabia que voltava e que, quando não gostasse, batia a porta e vinha-me embora. O Moura era a mesma coisa, portanto, era médico de carreira, no hospital e, portanto, se não se entendesse e não gostasse do que estava a fazer, ia-se embora. Flora Silva (PS Viana do Castelo)

O político, agente entre a sociedade civil e o Estado, tem de ser confiante e, em simultâneo, conter a expectativa que o próprio cria de si. Nem sempre as competências reveladas na sociedade civil resultam como capacitação positiva na passagem para o campo político. Mas, por vezes, é essa mesma competência que, aliada a outros fatores negativos associados ao adversário, introduzem o princípio de confiança

(...) quando nós começámos (...) toda a gente achava que nós ganhámos a Câmara porque era um cartão amarelo ao Branco Morais, e saiu vermelho. E que se tinha perdido um bom médico e uma boa professora. Falavam mais em mim e no Moura, porque éramos mais conhecidos. (...) Diziam: “Perdeu-se uma boa professora e um bom médico para se ganhar maus políticos”. Ninguém acreditava em nós. Flora Silva (PS Viana do Castelo)

Pela sua natureza ativa, o campo político almeja o momento atual. A constante não implica uma estática, pelo contrário. O momento atual político é a invenção do novel em permanente reiteração do novel. É a diferença e a repetição como modo sucessivo de existir (Deleuze, 1993). Apesar deste endeusamento do atual – que na realidade quer dizer *seguinte* – como salvação em permanência, o campo político recebe sempre quem chega de novo. A expectativa no hodierno entra em contradição com a necessidade de experiência feita. No jogo entre a incerteza do novo e a certeza do antigo, a política esconde uma escolha entre o perito conhecedor e a crença no imperito. Este último, potencial proprietário da novidade que tanto anima a criação política, além de potencialmente talentoso, está também, potencialmente firmado na inexperiência.

A utopia é filha da inexperiência, do desconhecimento, da ingenuidade. É também familiar do desejo inabalável de transformar, ainda que ignorando o que verdadeiramente mudar. Há sonho na utopia. E sonhar, na política, constitui uma espécie de antecâmara projetiva do político. O projeto já é ação mas funda-se numa atitude anterior às práticas das coisas propriamente ditas. É, ainda, o domínio da imaginação.

Mas nós, por exemplo, quando entrámos, não conhecíamos nada. De facto, a gente, quando faz o programa, é tudo sonho, é tudo uma certa ingenuidade, não é? Porque uma coisa é estar

dentro, perceber as coisas, e outra coisa é o que a gente imagina que é. (Flora Silva PS Viana do Castelo)

Entrar, pela primeira vez nos Paços do Concelho é entrar num admirável mundo novo. Não era imaginável e os sonhos raras vezes tocam a realidade. Estampa-se, nesse momento, a distância entre o ‘programa político’ e a ‘praxis política’. Separa-se, em definitivo, os desejos da realidade. E, como sempre, a realidade mostra-se muito mais complexa do que a capacidade de a imaginar presume

Portanto, eu nunca tinha entrado na Câmara, sequer. Nem eu, nem o [Defensor] Moura. Nós entrámos pela primeira vez quando tomámos posse. Nunca lá tinha ido, nem fazer nenhum requerimento, nem nada. (Flora Silva PS – Viana do Castelo)

Para além dos requerimentos, há que ter em consideração como lidar com as pessoas, entendidas como o real objeto da política. No caso dos funcionários, estes, agindo debaixo da inteligência social, apresentam a tendência de aludir ao que mais lhes interessa introduzindo, para tal, a tendência humana para a comparação entre a experiência saída e a in experiência entrada. O trazer da mensagem ao político sobre o seu conceito público mostra, no lado escondido do ato, o apalpar do pulso ao agente político e, por outro, a medição da sua capacidade de resistência perante a crítica pública.

Também, no princípio, quando vinham as pessoas e tal, queriam tudo e mais alguma coisa, não é, (...) mudou o partido e tal, enfim, as pessoas estavam habituadas, portanto, olhavam para nós como se não fôssemos capazes de dizer nada. Então, vinham criticar: “Senhora doutora, sabe que disseram isto e aquilo”, e eu assim: “Olhe, se for bom, diga-me, que eu preciso de me animar. Se for mau, para já, não me diga, se não eu vou ali e deito-me abaixo da ponte. Tenho que passar a ponte e eu deito-me abaixo. Vocês dizem que a gente não faz nada, não é?”. De maneira que... acho que é, de facto, uma missão, no verdadeiro sentido. Flora Silva (PS Viana do Castelo)

A questão é saber qual é o ponto de cedência do político. A tentação de escutar, em demasia, aquilo que outros pensam que se quer escutar, pode ser pernicioso. Um agente político deve manter a resguarda da imprevisibilidade para, desse modo, manter intacta a perspetiva talentosa junto da sua audiência mais próxima. Deixando-se conhecer em demasia, torna-se estudado e, em sequência, previsível. Mas afastar todos os que o querem compreender revela a tendência de isolamento que, a breve prazo, poderá ser creditado como uma opção negativa. Ademias, todo o político de linhas avançadas necessita de uma *entourage* que o faça sentir desejado. Neste jogo da dinâmica de aproximação e distância, cabe ao político descobrir a dose certa que não o afaste em demasia nem consinta a aproximação exagerada.

Se só a alguns é dada a possibilidade de serem municiados com as qualidades do político, é também a esses que algum elemento do povo indistinto aponta o dedo sempre que algo não corre pelo lado, por si, mais apreciado. Tratando-se de um ato individual mas, múltiplas vezes repetido, o agente político acaba por ser abordado outras tantas vezes sob a mesma premissa. Esta premissa não o individualiza. O político abordado pelo cidadão descontente está acercado pela noção plural. É mais fácil, ao indivíduo anónimo, provindo do povo indiferenciado, falar do geral para atingir o particular. Não só se defende como ataca. É, nessa aceção, que o político pode recordar ao indivíduo que um político não é uma criação estranha a todos os outros indivíduos. Políticos são todos os que, de um ou outro modo, por se sentirem na posse de qualidades de entendimento do que é o bem comum, aceitam avançar para além dos comuns para, desse modo, se constituírem num jaez fundado na responsabilidade e probidade superlativa. Políticos têm origem na sociedade. Trazem inculcado em si o *habitus*¹⁰³ da sociedade que, em simultâneo, lhes dá origem, os enforma, os ensina no que de si é esperado e como devem agir perante a comunidade.

(...) os políticos são os culpados de tudo. Às vezes... os munícipes estavam a falar comigo, a queixar-se disto e daquilo, às vezes muito revoltados, e que os políticos eram isto e aquilo, e eu dizia assim: “Mas olhe que se está a ver ao espelho. Olhe bem para mim. O senhor está-se a ver ao espelho. O senhor acha que os políticos caíram do céu, com asinhas? Não. Nós saímos do meio de vós, só somos o vosso reflexo, nem melhores, nem piores. (Flora Silva (PS Viana do Castelo)

Mas, um político submete-se, pela dinâmica introduzida no próprio campo, a aprendizagem de novos códigos de legitimação, nomeadamente o de fazer saber que o lugar por si ocupado decorre da vontade de muitos. Neste caso, o político é um representante desses muitos. Conseguiu-o através de uma procuração coletiva chamada eleições, ato em que, cada cidadão cede a sua individualidade à condição geral, não mais podendo afirmar-se com autoridade, enquanto indivíduo, para afrontar o político, legítimo detentor, pela eleição, do poder simbólico. Como já foi escrito atrás, o poder simbólico afigura-se um “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força”, seja física ou económica, “graças ao efeito

¹⁰³ De acordo com Bourdieu o *habitus* traduz-se “num sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas” (Bourdieu, 2002) funciona, a todo o tempo, como estruturas estruturadas estruturantes sendo, desse modo, o princípio gerador de práticas. Constitui uma aquisição que se naturaliza e se torna parte das capacidades dos indivíduos, traduzindo-se num produto aprendido e apreendido, a partir das rotinas físicas e mentais não conscientes que resultam na faculdade do agir sem pensar (Bourdieu, 1997, 2002; Bourdieu & Wacquant, 1992).

específico de mobilização” (Bourdieu, 1989, p. 15). Trata-se de um poder resultante na crença cuja difusão deve partir e ser recordado, exatamente, pelo agente usufruidor da crença.

Temos é... deram-nos uma missão, votaram, legitimaram-nos, e temos essa responsabilidade. [Mas temos de] explicar por que é que fazemos as coisas assim. “Nós não somos nem melhores, nem piores, nós temos os mesmos sonhos e as mesmas frustrações que vocês têm. Ou vocês acham que eu não gostava de fazer isso tudo?”. (Flora Silva (PS Viana do Castelo)

A melhor forma de promoção da crença pelo político é através da enunciação das mesmas necessidades e anseios por todos os cidadãos. Trata-se da condição produtora da invocação silenciosa do princípio da isonomia, enunciador da igualdade de todos os cidadãos. Quando recorre a este mecanismo, o político fá-lo, sabendo-se escutado. Exatamente porque, envolvido pela crença, transforma, por momentos, o seu capital simbólico num capital de igualdade. Desta forma é o próprio político que faz aumentar a crença em si.

António Martins é assim conhecido tanto no mundo da política como na sociedade civil. Enquanto político, Martins foi vereador municipal, deputado pelo círculo Viana do Castelo e Governador Civil. Como agente da sociedade civil mostra-se um destacado empresário da área automóvel, representando várias marcas. É uma pessoa prática. A conversa desenrola-se numa mesa no meio do stande de automóveis da marca Citroen em Viana do Castelo, empresa de que é sócio maioritário. Ao lado, funcionários da empresa podem escutar a conversa. É provável que o facto de estar afastado da política possibilite uma conversa franca em que não se coíbe de traçar um quadro negativo dos políticos atuais. Por exemplo: que ordem de fatores concorre para um quadro negativo para os agentes políticos atuais?

É o deslumbramento. As pessoas deslumbram-se com o que lhes é posto ao seu serviço. De repente têm gabinete com ótimos móveis, uma assistente, um carro, pessoas que lhes obedecem, despesas pagas, por vezes motorista. Têm poder que nunca imaginaram. Ao experimentarem esse poder, sentem-se deslumbrados. Aquilo é tudo o que nunca pensaram ter na vida. E apegam-se de tal forma ao ponto não se imaginarem mais fora dele. A partir daí fazem tudo para continuar. E o querer continuar só tem a ver com o facto de saberem que, se forem embora, dificilmente terão outra circunstância na sua vida que lhes possibilite tanta qualidade de vida. (António Martins – PSD Viana do Castelo)

A deslumbre subsequente surge aqui correlacionada com o que “nunca se teve”. Desta forma convoca a possibilidade das classes sociais com menos possibilidades de acesso estarem a aceder à política. O caso todavia é que essas classes mais humildes estão impedidas, na luta que travam com a existência, de conseguir acesso a cargos de eleição política fornecedores de privilégios. O deslumbramento está relacionado com o valor económico expresso no uso de bens

que, não fazendo parte de uma remuneração direta, constituem a uma espécie de ambição mais próxima.

Há comum acordo de que a política permite acesso a espaços e a mordomias não imaginadas anteriormente. Mas o acesso em si não representa tudo. Para além do espaço, para além do acesso a bens e mordomias que, de outra forma, em geral não se acederia; para além disso tudo, a via da política é também a via do poder. Se a posse de privilégios, funcionando como rótulos de distinção, aumenta a grandeza que o indivíduo se autoatribui, o valor do poder que um cargo político contém não é totalmente aferível através da imaginação à partida. É preciso possuí-lo para saber quanto ele pode tocar e como pode provocar uma atração, de tal modo forte, ao ponto de, a partir do momento em que se experimenta, não mais se querer dele afastar. As condições espaciais de residência e a oferta de mecanismos de dominação funcionam como um polo de um forte íman – do qual é necessário, também, um polo contrário, orientado para a atração. Esse polo contrário é o agente político que, colocado em contacto com as tais condições, tem a possibilidade de ceder a sua condição magnética ao fascínio.

Em Portugal, os dispositivos de entronização e de eternização (E. Silva & Martins, 2017a) têm uma forte presença na composição do agente político. Estes dispositivos funcionam como uma cultura sendo raras as circunstâncias em que um agente político escapa às tramas do costumeiro. Para que a cultura da conservação do lugar político se não dê, por regra, o agente é colocado numa escolha segundo a disputa entre a sociedade civil e o lugar oferecido pelo Estado.

Na altura em que fui deputado a minha opção foi sempre de não abdicar da minha vida profissional. E continua a ser sempre a minha vida profissional a estar acima. Enquanto estive na vida política tentei fazer bem e acho que fiz razoavelmente bem o meu papel. Mas, obviamente achei sempre que não podia estar sempre em exclusividade [na política]. (António Martins – PSD Viana do Castelo)

Não abdicar da vida profissional enquanto se vai ao campo político, nem sempre constitui uma vivência duplicada em que se misturam interesses e se usa o lugar do Estado para se produzir uma afirmação pessoal e rendimentos superlativos na vida civil, aliás como o demonstraram Silva & Martins (2017c). Não abdicar da atividade da vida civil, pode representar o ponto de independência exigível da vida totalmente entregue à política e que, em certas circunstâncias, pese embora todas as afirmações contrárias, condiciona o político nas suas decisões.

(...) Exceto o período de 2002/2005 em que, de facto, foi de alguma exclusividade (...) fui também acompanhando as empresas... Desde 2005 até hoje foi dedicação quase exclusiva à vida profissional, à minha vida de comerciante e, obviamente, continuo a acompanhar a política e a ter o bichinho da política, aquele bichinho que existe, que vem obviamente de familiares e que eu próprio cultivei. (António Martins – PSD Viana do Castelo)

Nestes casos, o cargo político é, de facto entendido com um lugar de passagem a que o indivíduo se empresta, sabendo que dele deve sair a qualquer momento, assim evitando a necessidade de se deixar condicionar pelas circunstâncias para, dessa forma, forçar uma espécie de estratégia de durabilidade na política baseada na perda de condições pessoais para aí continuar. Um dos requisitos que um político deve exigir a si mesmo para persistir no campo político é a posse de vontade própria no agir. Aceitar avançar para uma candidatura empurrado por uma vontade externa, revela um político diminuído na sua vontade

Isso foi quase por não convicção, que é aquilo que não se deve fazer na vida! Fui candidato por não convicção porque me pediram na altura. Houve vários problemas e pediram-me e não tive coragem... (António Martins – PSD Viana do Castelo)

Mesmo quando colocado na posição do unificador comum de várias divisões, é necessário que o agente esteja possuído pela vontade política. De outra forma, mais tarde ou mais cedo, revelar-se-á numa circunstância contrária ao seu desejo. António Martins foi candidato à presidência da Câmara Municipal de Viana do Castelo em 2005 e em 2009. Foi impossível levar o entusiasmo da primeira para a segunda candidatura. A ausência de ambição distinguiu uma da outra. Ora, a ambição, uma espécie de tempero da vida ativa, é condição *sine qua non* exigida ao político.

Pois, eu fiz aquilo que não se deve fazer na política que é avançar quando eu próprio já não estava convencido. (...) Em 2009 fui claramente mais para fazer, entre aspas, um jeito porque me pediram, porque havia aqui divisões, (...) não havia soluções e vieram-me chatear na altura... aqueles órgãos nacionais do partido, que era a Concelhia de Viana do Castelo [que estava em causa] e eu disse que sim! Na política como na vida quando não temos convicções devemos dizer aquilo que sentimos (...) àquilo em que acreditamos. Em 2005 acreditei, em 2009 obviamente que não acreditava nada. (António Martins – PSD Viana do Castelo)

Revela-se aqui um problema para a política, e que pode ser identificada pela sua incapacidade de atração dos cidadãos que dela não precisam como modo de sobrevivência, isto é, de indivíduos que à política não se entregam da mesma forma como se dedicam ao seu ofício na vida civil.

Como atrás se explanou, a cultura da entronização e da eternização na política surge exatamente porque o campo político não só se abre a essa cultura, como além de a promover, parece encontrar nela uma forma de equilíbrio sistémico-organizacional das relações que se

estabelecem entre o Estado e a sociedade civil. Quando os indivíduos se desligam da sociedade civil para se ligarem exclusivamente ao Estado e deste último passarem a depender profissionalmente, não só perde a sociedade civil como também perde o próprio Estado. Por um lado o Estado abdica de cativar os espíritos mais independentes e, por outro, faz-se ocupar por funcionários políticos que, com a sua entronização, passam a zelar pelos dispositivos ligados aos seus interesses de conservação longa no campo. Com esta resistência, a sociedade civil vê-se, deste modo, privada de representação efetiva das suas dinâmicas no seu centro decisor, isto é o Estado enquanto entidade firmada de si para si.

9.4.3 Contra a depreciação do campo político

Se a dinâmica da sociedade civil se torna mais atraente para a produção de práticas socialmente valorizadas, o prestígio da função política tende a ser, cada vez mais, socialmente desvalorizada. Essa desvalorização decorre não só da produção de dispositivos de longevidade. Ela dá-se, também, porque a ausência de dinâmica no seu interior, afugenta todos aqueles que entendem advir da dinâmica – da *dynamis* – desinteressada – exercida sob traços de obrigação constituída para além das estratégias de sobrevivência – como uma espécie de fundamento da atividade do político, firmada num ambicioso esforço de invocação superior.

(...) acho que a política está com outro problema grave que é de facto: os mais incompetentes estão a dominar a política. Portanto isto vai-se pagar muito caro, o país vai pagar caro isto! Porque quer no meu partido quer nos outros partidos – tirando exceções, felizmente há muitas exceções – mas os mais incompetentes tomaram conta das estruturas dos partidos. (António Martins – PSD Viana do Castelo)

O campo político é uma geografia de contrastes em que o medo de viver com políticos é tão grande quanto o medo de viver sem políticos. Esse receio, sempre atual, não esconde todavia um avanço na interrogação sobre os motivos porque a política e os políticos vivem tempos de indignação por parte das sociedades. Daniel Innerarity (2016) entende que tal indignação advém da atual incompreensão e excessiva cobrança àqueles que dedicam as suas vidas à atividade política. Num caldo em que é produzida uma “democracia aberta e uma política fraca” (Innerarity, 2016) na qual, inclusive, vigora a impolítica como dimensão possível da política, estabelece-se uma dificuldade em transformar e fazer funcionar essa amalgama plural de forças em projetos e “transformações *políticas* [capaz de] dar livre curso e coerência *política* a essas expressões populares e configurar o espaço público de qualidade onde tudo isso possa ser discutido, ponderado e sintetizado” (Innerarity, 2016). De forma muito esclarecedora esta

abordagem justifica o autoafastamento da atividade daqueles que, à partida, estariam na posse das qualidades da *dynamis* (Foucault, 2008) mas que, em simultâneo, se não interessam ou se afastam do campo político. Apesar de tudo, persistem outras justificações pelo autoafastamento dos espíritos atravessados pela insatisfação e que, dessa natureza, promovem criação. Essas causas prendem-se com o desvalorizar do campo político, revelado na predisposição do Estado vertida na retribuição por si disponibilizada para aqueles que, querendo viver da política, se vêm obrigados a dela desistirem pela depreciação progressiva da atividade

Eu ganhava mais a fazer o 'Trio de Ataque' do que como presidente de Câmara do Porto. Não sei se está a ver... Só a fazer o Trio de Ataque ganhava mais do que na câmara do Porto (Rui Moreira – Independente)

Trio de Ataque. Programa semanal de televisão, transmitido no canal de Cabo da Rádio Televisão Portuguesa (RTP), onde se discutem jogos de futebol. Eis um quadro revelador da distância socioeconómica entre a participação num programa de debates de jogos de futebol e a governação da segunda maior Câmara Municipal do país. Eis a distância de valor entre o lúdico e o laborioso. Eis, no esplendor de um exemplo simples, uma analogia bastante a preceito para se entender a distância de critérios na formação da cotação das atividades com impacto no público concebidas na sociedade civil, e a cotação da atividade política, com um incomparável impacto na vida das pessoas, atribuída pelo Estado!

Justapondo este quadro depreciativo do valor da política com o olhar apreensivo dos cidadãos sobre ela, a política parece estar concebida como uma atividade “pouco inteligente, de curto alcance, mera tática oportunista, repetitiva até ao aborrecimento, rígida nos seus esquemas convencionais e que só se corrige com algum cálculo de conveniência” (Innerarity, 2016). Isto é, deteta-se uma construção social da depreciação social da política e, logo do agente que lhe dá vida, o político.

Espera-se que no mercado concorrencial de sedução oferecido pelos espaços de atividade social, cada campo seja tanto ou mais importante de acordo com a valorização social obtido na relação de disputa entre si. Um campo em permanente estado de desvalorização tende a não conseguir obter os melhores agentes que alicerçam as estruturas do próprio campo. Socialmente rebaixado, o campo político vê-se, deste modo, em estado de abandono pelos seus recursos mais talentosos, abrindo-se à ocupação por parte de agentes moldados para a sua afirmação através de outros tipos de dispositivos.

Lá está o problema, quem tem uma profissão, quem está bem na sua profissão, quem está bem no seu

caminho profissional não está muito para se chatear. (António Martins – PSD Viana do Castelo)

Os que se cediam ao mister político, para dele fazer uma atividade da qual não tinham, nem podiam ser vergados na sua vontade, porque era-lhes exigido – o próprio se auto exigia – manter a liberdade de dizer. E de discordar, sem que a discordância constituísse um ato negativo, pelo contrário. Desse modo, o ato político de afirmar, discordando, não se revestia de consequências negativas para o seu autor. Pelo contrário, tal como recordou Foucault (2008), desde sempre se constituiu como necessidade que o político seja guarnecido pela *eleutéria*, estado de liberdade interior que o guia para uma série de operações e procedimentos em busca da verdade, deste modo exercendo o verbo com franqueza e sem segundas intenções (E. Silva & Martins, 2017c).

Porque cada vez mais nós não estamos para nos chatearmos. Aqueles que poderiam chatear-se, não estão mais para se chatear, não estão para ir para um plenário e dizer aquilo que pensam porque são mal interpretados. (António Martins – PSD Viana do Castelo)

Chatear aqui quer dizer inquietar-se em resultado dos incómodos introduzidos no interior do político possuído pela *eleuteria*, atributo a que nenhum político poderia, à partida, escapar. Não a tendo, não se está talhado para a função. Um político tem de ser possuído pelo princípio da verdade oracular. A sua missão *parresiática* consiste em lutar por persuadir, antevendo com autenticidade e precisão, consequências adequadas, benéficas e decentes. Mas, tudo indica, parece ter chegado um momento em que o espaço de digladição política se reconfigura, dando origem a novos sentidos interpretativos, nos quais o pleito de verdade, dá lugar à máscara de uma dirimência esterilizada.

[Dantes a] malta discutia com frontalidade e abertamente, podíamos zangar naquele momento mas tudo passava. (António Martins – PSD Viana do Castelo)

O dirimir estéril assenta mais no cuidado das formas e menos no conteúdo das ideias. Baseia-se em novas configurações de sociabilidade do campo vertidas na verdade expressa em lentos cuidados discursivos com vista à preservação do espírito contrário do Outro. Ainda que este espírito se desloque do conhecimento verdadeiro, subsistem as regras de manutenção da esfinge civilizadora. Isto é, na competição pela verdade política, não serve apenas chegar e demonstrar dessa verdade. As ideias devem ser apresentadas de forma a não aniquilar o adversário. É preciso controlar a excitação política ao ponto de manter o oponente dentro do jogo político (Elias & Dunning, 1992). Levá-lo ao tapete da contenda equivaleria a convocar a sua substituição e, desse modo, passar a enfrentar um novo e desconhecido adversário e assim

correr o risco de passar a ter de enfrentar um oponente mais esclarecido e, desde logo, um perigo.

Dizer francamente, sem considerar consequências do afirmado, confronta-se agora por uma nova realidade. O ato político de enfrentar espíritos dominados por verdades diferentes em contendas abertas e francas transmutou-se de sentido. Esta mutação derivou em retração. O político com *sentido de si* deu lugar ao político *retraído e si*. O ato de ripostar na contenda, até que os argumentos se esgotassem e dali saísse um vencedor e um vencido político, degenerou em táticas ajustadas aos dispositivos de entronização e eternização.

A condição formal decorrente da democracia e a condição de facto assente na ascendência sobre os outros não são o bastante para a existência de uma boa *parresía*. Para que tal ocorra, tanto a ascendência como a tomada da palavra têm de ter como referente o princípio de “dizer-a-verdade”. Como já foi atrás demonstrado, os dispositivos de eternização compõem-se de estratégias gizadas ao longo do tempo com vista à manutenção do político habitando nesse espaço. Além de se traduzir no conhecimento das regras do jogo, como na expressão do *illusio*, trata-se também de saber jogar o jogo e, na sua decorrência, conceber arditosamente em obediência aos interesses próprios pensados numa longa linha temporal. O fulcro do “dizer a verdade” não se desloca como centro da política mas o passo fundamental desloca-se para a cronografia profissional. Nesta perspetiva a verdade a dizer tem tempo para se revelar. Quer dizer: a verdade pode esperar na longa linha do tempo do político.

O desajuste, ainda que temporal, entre a exigência da realização democrática e “dizer-a-verdade”, dá lugar a uma “*má parresía*”. Em geral esta emergiria no momento em que “contra certos oradores, são tomadas algumas medidas, ou quando os oradores são ameaçados por algumas medidas, como a expulsão” (Foucault, 2008), votados ao ostracismo ou mesmo, levados ao desaparecimento. A extensão alongada do tempo, para chegar à verdade, atirada para segundo plano e substituída pela precaução de *preservação de si*, valoriza a perpetuação em detrimento da essência.

É certo que qualquer ameaça “pesando sobre a enunciação da verdade” (Foucault, 2008, pp. 158–167) liquida a boa *parresía*. A contenda encerrada no seu fim, para daí nascer nova controvérsia e assim sucessivamente, deu lugar a uma nova identidade do agente político encerrada na marca que lhe é introduzida, caso viole o dispositivo de eternização e entronização na política.

Hoje não... Hoje há marcas que ficam porque... (António Martins – PSD Viana do Castelo)

As novas práticas mostram os traços da nova configuração de político. Mais estratégico, mais orientado para as consequências vantajosas, menos dado aos pressupostos da sua vontade – e por isso menos livre – e, além de condicionado, dirigido por vontades externas. Em simultâneo, quer também tal dizer que o mercado da política está a trocar os que vivem tendencialmente para a política pelos que vivem seguramente da política.

Infelizmente só aqueles que estão pior é que estão hoje mais metidos na política, infelizmente... (António Martins – PSD Viana do Castelo) (António Martins – PSD Viana do Castelo)

O cenário negativo gerado pela introdução de razões negativas abre, todavia, novas perspetivas de entendimento das consequências do desajuste entre democracia e *parresía*. O *dizer-a-verdade*, enquanto fórmula de sustentáculo da *politeia* não é recusado nem retirado do cenário. O que ocorre é a substituição do *dizer-a-verdade* pela “imitação do dizer-a-verdade”, no fundo, um falso *dizer-a-verdade*. Trata-se de uma simulação, uma forma artilosa de *parecer* sem *ser*, que é “precisamente o discurso dos lisonjeadores, (...), o discurso de bajulação, o discurso demagógico”. Subsistem, a partir daqui, motivos promotores da “má *parresía* que vem, portanto, como a moeda falsa, no lugar da boa *parresía* e a expulsa” dando lugar a posições desligadas da coragem franca, e introduzindo o interesse particular no lugar do interesse geral (Foucault, 2008, p. 167).

O *falso discurso verdadeiro* na base da *má parresía* é destituído da “coragem singular” dos que são capazes de, inclusive, se voltar contra o povo e de o enfrentar convictamente, se necessário. Em vez da coragem, o falso discurso verdadeiro é habitado por indivíduos que têm objetivos muito específicos, nomeadamente “garantir a sua segurança e o seu sucesso pelo prazer que causam nos seus ouvintes, adulando-os tanto nos seus sentimentos como nas suas opiniões” (Foucault, 2008, p. 169). Usam, para tal, uma atitude na qual se diz “tudo e qualquer coisa, contanto que seja bem recebido por qualquer um”, desta forma provocando “a supressão da diferença do dizer-a-verdade no jogo da democracia” (Foucault, 2008, p. 169).

Um exemplo de *má parresía* reside nos espíritos que se concentram, quase em exclusivo, a perscrutar estratégias de estadia duráveis no campo político. Para este tipo de agente, ser político resulta de uma permanente simulação do papel. Importa, desde logo, estar sempre presente, não interessa a que custo se dá tal presença. Nestes casos, sobrepõe-se a estratégia à qualidade individual política.

Acho que o que mata a política são os carreiristas. Isso é que é aflitivo. Flora Silva (PS Viana do Castelo)

Os dispositivos de entronização e eternização agem como uma cultura que, atravessando a realidade política, fundam-se em pilares estruturais com raízes muito profundas. Estão presentes em todas as categorias onde se elegem políticos (E. Silva & Martins, 2017a). O agente político orientado para uma carreira é um dos perfis representados nessa cultura. Em geral, trata-se de um típico cuja atividade é mais orientada para si e menos direcionada para o serviço à comunidade – o que não autoriza a afirmação de que se desliga da comunidade. No fundo, seguindo a forma contabilística do deve e haver, o agente político colado à carreira, serve-se mais do que de si dá a essa comunidade. Este tipo de ação contabilística não significa mais do que um mero artifício com traços e práticas suficientemente seguras na sustentação de um quadro dominado por subtilezas, engenhosamente apresentadas como legítimas.

Ao político firmado, exclusivamente, na perspectiva de carreira não lhe interessa a franqueza, nem é dominado pelas preocupações pela verdade. A todo o momento este agente político encarrila os seus passos para um percurso caracterizado por um fim preciso: o da sua manutenção em cena alongando, o mais possível, o seu desfecho enquanto agente político.

Um agente político *carreirista* ocupa um lugar político durante demasiado tempo. Sendo certo que esse lugar tem, efetivamente, de ser ocupado por alguém, a persistência e o ampliar do tempo do político em cena, impede que novos talentos surjam e introduzam novas experiências e exigências colhidas nas dinâmicas da sociedade. Como já foi referido, o campo político é um campo de ação e, nessa esteira, apresenta particular e permanente necessidade de introdução de originalidade.

A luta entre a boa e a má parresía dá, a esta última, uma presença aumentada na realidade. É uma daquelas situações na qual o *negativo*, mesmo acontecendo numa escala menor, sobrepõe-se ao positivo apesar deste último se revelar mais regular. A imagem aumentada do negativo da política é, em tudo, um caso de representação em cinemascópio – além de atingir uma panorâmica mais ampla, consegue também um som mais fidedigno no ouvido – assim formando um dispositivo destacado da normalidade, geralmente apresentada na sua dimensão exigível e factual da realidade.

Um indivíduo pode, todavia, avançar para o campo político dominado pelos atributos virtuosos da parresía. Mas, se todo o indivíduo é o resultado das suas ações e das circunstâncias em que

estas se dão (Ortega y Gasset, 1989), todo o agente político é, para além de si, o resultado das contingências e derivações introduzidas, por vezes, pelas condições de produção da própria ação.

Porque, depois de ter estado no poder, é difícil sair. Porque o poder... quando se diz que o poder corrompe, não é corromper nesse sentido, é no sentido que é tão absorvente, tão apaixonante o serviço político que, sem querer, nós temos dificuldade em sair. (Flora Silva – PS Viana do Castelo)

O poder enquanto condição abstrata de conhecimento é concebido apenas em circunstâncias de experimentação das práticas. Para além da prova, torna-se numa dessas variantes com faculdades de atração, capacitados para introduzir mudanças muito profundas nos indivíduos que lhe experimentam a posse. O que se deve entender por poder? Segundo Voltaire “o poder consiste em fazer com que os outros ajam segundo a minha escolha” (Arendt, 2014, p. 42), proposta não muito longe da definição de Weber (2004b) ao admitir a capacidade de levar os outros a obedecer. Nesta abordagem do poder, exclui-se, contudo, a presença da perspetiva de violência ostentada. O poder aqui presente caracteriza-se por ser um poder invisível, quedo, conscientemente entendido por quem o detém e, indiscutivelmente aceite e autorizado por quem obedece ou a ele fica submetido.

A forma do agir do político *carreirista* funda-se na expressão prática dos que se apercebem das configurações dissimuladas do poder simbólico e se consciencializam da sua posse (Bourdieu, 1989). Trata-se, como já foi referido, de um tipo de poder no qual o dominado fomenta, pela ausência de qualquer indicação, todos os sinais de conformidade e submissão. Quanto maior ausência de sinal de incómodo ou reprovação provinda da comunidade, tanto mais ampliado é o poder atribuído ao carreirista. A capacidade de se introduzir como uma necessidade exclusiva e insubstituível – logo, de se mostrar como um monopólio – funciona como uma espécie de autossacralização. Esta não só possibilita uma apresentação sacrificial como configura o reconhecimento geral do sacrificado.

Quando se olha para a política como profissão, a primeira figura entrevista é o *carreirista*. Este não só vive da política como a sua vivência para a política é praticamente nula. Ser político, aparentemente, devia ser um espaço de *empréstimo* da pessoa ao campo sabendo, desde logo, estar limitado no prazo de estadia por um direito costumeiro assim estabelecido.

A política não é uma profissão é uma passagem. (Eduardo Teixeira, PSD – Viana do Castelo)

Passagem pode ser uma travessia infinda. Eterna. A ideia da política como uma *passagem* pode, também, conter a diferença entre a cogitação de um plano de ação e a descoberta, na decorrência, das vantagens em alongar esse mesmo plano. Reside aqui as possibilidades de diferenciação entre o pensado e o realizado, que escondem uma alteração de ponto de vista entre a posição de partida e a posição de chegada. A dinâmica do campo político revela-se sempre bastante criativa quando os seus pressupostos adstritos ao direito consuetudinário – nomeadamente de aí residir *ad eternum* – são questionados. Nesta circunstância, se o costumeiro – enquanto verdadeira cultura política – é invadido por um ato transformador, não resulta, desde logo, uma nova cultura. O ato transformador infligido pelo Estado, só revela uma outra tendência: a tendência cultural política da prescrição normativa como ato de mudança.

No começo, é certo que todas as dúvidas se impõem. Quem tem uma vida civil profissional estabilizada mas, em simultâneo se torna num representante partidário, coloca-se na posição dúplice. Neste caso a política pode revelar a sua faceta de imprevisibilidade, imponderabilidade. Revela-se também a força decisória capaz de levar o agente dividido a decidir

A minha atividade profissional é a minha atividade profissional. Portanto, do pouco tempo que conciliei sabia onde é que uma começava e onde é que a outra terminava. As duas nunca se conjugavam e o dia mais difícil da minha vida foi precisamente o dia 5 de junho de 2011. Da vontade de ganhar uma eleição (...) Naquele dia, à noite, não dormi. Porque depois da alegria passou a preocupação. Era presidente distrital de um partido e pensei: “até hoje eu consegui separar as águas e nunca as duas se misturaram e agora vou ter que optar por uma delas; ou [então] sou igual aos outros (...) que acumulam atividades profissionais com atividades políticas e recebem 2, 3 ou 4 ordenados. (Eduardo Teixeira, PSD – Viana do Castelo)

O lugar cimeiro do partido é, também, o lugar reconhecido pelo aparelho como o mais predisposto para os que querem passar a fronteira do lado civil para o lugar no Estado. Quem acede ao topo da pirâmide de um cargo partidário recebe, dos seguidores, autorização para avançar. E, do ponto de vista das organizações partidárias, não é espectável existir alguém, bem posicionado, equacionando furtar-se às leis de pedra em vigor. Na lógica dos partidos políticos, ao líder distrital, cabe prosseguir a ordem natural das oligarquias. O fascínio demonstrado, o investimento – em tempo – efetuado no passado, a dádiva graciosa, a militância ideológica desinteressada, a intensa atividade sem remuneração paralela à profissão, sinalizam a direção a seguir pelo pináculo do partido (Duverger, 1970; Michels, 2001).

Passar da sociedade civil para o Estado para ocupar um lugar político, por vezes não é uma decisão fácil. Pode, de facto, existir uma hesitação surgida no dualismo entre estabilidade na

profissão civil e incerteza no empréstimo da vida ativa ao mister político. Subsiste, nestas circunstâncias, uma ambiguidade que, não raras vezes acaba por evidenciar a ambivalência, esse estado de fragilidade humana formado na “possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais do que uma categoria” (Bauman, 2007, p. 13).

O principal quadro expressivo da condição ambivalente do agente político revela-se na decisão de manter, em simultâneo, uma estratégia baseada na descodificação revelada no lugar-comum ‘um pé dentro e um pé fora’. Como já foi explicado, a decisão do agente político em manter-se profissionalmente conectado com os dois lados, promove o agir dualístico, não raras vezes interligando os interesses públicos com os privados. Desta feita, revelam-se os fatores económicos como razão prioritária.

Eu nunca o fiz! No momento em que aceitei ser deputado da Assembleia da República fi-lo suspendendo a minha atividade profissional. Podia não o ter feito! Há bancários e bancárias no parlamento e eu não critico, mas eu não era capaz de o fazer. E perdi com certeza muito dinheiro. (Eduardo Teixeira, PSD – Viana do Castelo)

É preciso manter presente que nem sempre ocorre a prática dualizada e interligada entre profissão civil e atividade política. Muitos deputados que se impõem pensar na questão, concluem pelo imperativo ditado pela consciência de proceder a uma única atividade, assim desligando-se de quaisquer apelos da área profissional civil. Todavia, como é possível ler atrás, a totalidade dos deputados à Assembleia da República concorda, em forma de lei por si elaborada e votada, com a possibilidade de um deputado, desde que o queira, continuar a exercer a sua profissão civil ao mesmo tempo que se dedica à atividade política (2017c).

A manutenção da possibilidade da via da atividade dualística, pode basear-se numa circunstância amiúde referida em círculos fechados da política. Nessa circunstância argumenta-se que o campo político não fornece as condições económicas necessárias para apelo dos cidadãos mais dinâmicos da sociedade civil. Essa perspetiva clama pelo princípio de que ser político impõe estar em condições de não depender da política para viver.

Aliás acho que quem se predispõe a estes cargos públicos deve pensar bem, posso ter congelado a minha carreira profissional mas quem se predispõe ao exercício destes cargos públicos deve fazê-lo com o mínimo de condições para o efeito (Eduardo Teixeira, PSD – Viana do Castelo)

Esta perspetiva acaba por denunciar o entendimento da existência de uma limitação objetiva na entrada, no campo da política, de todos os que, por uma ou outra razão, não alcançam o estatuto necessário, na sociedade civil, tendente a autorizar o acesso à atividade política. O

direito de entrada está, desta forma, desde logo condicionado e predeterminado pelas condições económicas de partida.

O apelo do estatuto mínimo necessário, juntamente com a possibilidade, mantida em aberto, de interligação entre a atividade civil e a atividade política, revela até que ponto a atividade política se entronca com a atividade económica.

9.5 DAS CONSEQUÊNCIAS DA POBREZA

9.5.1 Uma questão de padrões e clientes

O concelho de Celorico de Basto localiza-se na região noroeste de Portugal, a sudeste do distrito de Braga. É território encravado numa área marcada por linhas de fronteiras distritais: de um lado com Mondim de Basto – distrito de Vila Real – e do outro por Amarante no distrito do Porto. Está encostado aos extremos – do Minho do qual faz parte –, do Douro e de Trás-os-Montes sendo assim, para além de um espaço de fronteira, uma área de transição que colhe as indefinições e o abandono de tudo o que é marginal e deslocado. O seu afastamento do centro regional decisório não se expressa tanto assim na distância mas no esquecimento da sua existência. Tal como em muitas outras localidades em Portugal, Celorico de Basto representa o interior que se fez longínquo não pelo espaço mas pela fragilidade das suas dinâmicas sociais e da consequente ausência de atratividade.

As suas origens localizam-se fora do local onde hoje se situa o seu centro político. Até ao século XVIII a sede do concelho era em Arnoia, local dominado pelo Castelo medieval do século X ou XI onde se desenvolveu um povoado que haveria de constituir a *Vila do Basto*, lugar onde ainda hoje se acham os marcos da organização social da época, nomeadamente os símbolos de poder como município, tribunal e a força, artefacto justiceiro cuja fama afigura-se indiretamente proporcional ao seu uso, uma vez que não é conhecido nenhum relato de morte por enforcamento por aquelas bandas.

Afirma-se, genericamente, que o isolamento a que estava submetida a então *Villa do Basto* levou a que a sede do concelho se deslocasse para Freixeiro de Britelo, zona de mais fácil acesso e com melhores perspectivas de dinâmica socioeconómica. Fixada aí alguma população, veio a localidade a desenvolver-se fruto da instalação dos serviços públicos abrangendo os 181,1

quilómetros quadrados de território que compõem o atual concelho. Em julho de 2001 foram criadas as vilas de Fermil de Basto e Gandarela de Basto¹⁰⁴.

Antes da construção de uma variante entre Amarante e Celorico de Basto no início do século XXI, chegava-se a Celorico de Basto por uma das quatro vias em que as diligências atreladas a cavalos faziam o transporte de pessoas e alguns bens no século XIX. A cobertura de asfalto era então o elemento que se intrometia entre os dois séculos que separam a atualidade e um concelho historicamente dominado por um imaginário de riquezas extraídas da terra através do cultivo de produtos agrícolas, área produtiva que até ao final dos anos 1980 ocupava a maior parte da população ativa.

À chegada do século XXI o progresso e a modernidade medidos em autoestradas também passaram por Celorico de Basto ali deixando marcas bem visíveis num rasgo longínquo de via atravessando a paisagem. Apesar da travessia feita em corredor de aceleração ali colocada, não coube lugar a uma única ligação entre o traçado da estrada do progresso e os caminhos marcados na terra por infindas pisadas. A via acelerada de aproximação e compressão do tempo, metáfora da modernidade e da introdução do devir civilizacional, atravessa clandestinamente o concelho, constituindo para os celoricenses uma inútil peça de mobiliário apostado no horizonte com exclusiva serventia visual.

A geografia local é atravessada pela diversidade de dificuldades transformadas em deleite por convocação da sensibilidade. Explica Lemos (1988) que é preciso sobrevalorizar a beleza “a alguns arreliaadores acidentes de percurso” para não esquecer uma multiformidade que vai “desde a área da desolação até ao coral da plenitude” (...) num contraponto “entre árvores despidas de folhas e dormentes de frio”, as “tonalidades viris das searas” (...) “o oloroso rosmaninho, a ála cre giesta, a mimosa aveludada, a lividez raivosa do mato arnal, atapetando de acordes discrepantes o fundo musical de veigas e montados” (...) “num crescendo melódico em que todos os caminhos vão encontrar a primavera que nesta canto privilegiado do Minho, rege os concertos de vivacidade e de luz” (Lemos, 1988, p. 16). Como quem diz, apesar da aspereza

¹⁰⁴ No quadro legal português a elevação de algum território à condição de ‘vila’ nada acrescenta à organização administrativa de um local, a não ser o direito desse mesmo local se afirmar como tal. Mas o imaginário popular guarda a noção de vila como um elevar no estatuto e dignidade da localidade, pretensamente a caminho da classificação de cidade. Neste caso, a existência de três vilas em Celorico de Basto promove também uma grandiloquência simbolizada na capacidade de engrandecer e de tornar certa medida vantajada.

e das dificuldades coladas no olhar, a morfologia geográfica também deixa espaço para a esperança das coisas viçosas ainda que ocorridas em espaços dominados pelo clamar da natureza.

Localizado nas bordas, excomungado dos fluxos, e vítima da força centrífuga com os seus efeitos repelentes, a inércia constituiu-se numa espécie de matriz estendida a todo o campo de ação humana, estabelecendo-se como conduta com consequências na totalidade do tecido social. Uma malha mental urdida ao longo dos tempos pousa no território celoricense, assim construindo formas localizadas de relações de poder geradores de uma divisão social entre a ‘nobreza’ e a ‘pobreza’, no qual, atestadas pela longa observação, se confirma que “a sobrevivência de senhores e servos” se ficou a dever durante séculos às atividades agrícolas em forma “individualista, excessivamente minifundiária, rotineira, inselectiva, inadequada, sem máquinas, sem mão-de-obra, a resultar cada vez mais improdutivo e cada vez menos rentável (Lemos, 1988, p. 16), num aproveitamento do solo todavia muito longe de “suprir as necessidades primárias das ermadas populações que o trabalhavam” (Lemos, 1988, p. 16).

Como em praticamente todo o Baixo Minho a intensa atividade na agricultura promoveu um tipo de povoamento disperso assente no subemprego ou mesmo na ausência de retribuição monetária nas relações de trabalho. Com o passar de anos a agricultura deixou de ser a atividade predominante mas as configurações marcadas pela consciência rural marcaram a identidade regional.

Em 1988 o olhar de João Marinho de Lemos traçava, de forma assaz evidente, o perfil dominante da mente celoricense aí encontrando, na relação entre a virilidade da paisagem e a tibieza do humano, uma contrastante realidade caracterizada não só pela estagnação do tecido social mas, mais do que isso, por uma afirmação da monotonia existencial como forma de vida. A asserção, aparentemente próxima das teorias de Rousseau, traduzida na afirmação de que “no fundo, toda essa gente é boa [e] se nos afigura simples, natural e estranhamente boa” (Lemos, 1988, p. 19) esconde, na formulação, a presença da outra hipótese, porventura expectável e um tanto *hobbseana*, segundo o qual, na comunidade celoricense, ao se não verificar a presença ímpia entre os seus, terá absorvido um terceiro elemento capaz de clarificar até que ponto a introdução da *bondade* não se deve à religiosidade.

O torpor domina e a novidade constitui um problema que altera a ordem. Por isso “ninguém conte com grandes receptividades a qualquer acenar que lhes cheire a inovação. Nada os convencerá a trocarem o pouco que sabem, por todas as coisas do mundo que ignoram” (Lemos, 1988, p. 19), uma afirmação que dá forma erudita à expressão muito presente por essas bandas que manda nunca trocar o certo pelo incerto, sendo que o incerto, porque incompreendido, se assemelha ao errado.

Eu, se calhar nasci para ser varredor ou trolha, alguém que não frequenta o ensino superior. Percebo que uma pessoa que tem poucos estudos abdique daquilo que é o seu papel na sociedade, no reivindicar... aquilo que deve também fazer em prol da sociedade... Agora alguém que frequentou o ensino superior, como as pessoas que estão naquela sala [nota: sala de professores da escola onde decorre a entrevista], ao fim de cinco anos de austeridade se se lhes disser que é preciso deixar de roubar um bocadinho, elas ficam desconfiados, está tuto dito sobre a sociedade que nós temos. Não admira que uma pessoa que frequentou o mínimo da escola, nunca saiu daqui, nunca viu o mar, tenha essa atitude de passividade... e acha que isso é assim... É a tal inevitabilidade. Por isso não querem trocar porque acham que é melhor o mal do que o duvidoso. Portanto deixar estar assim porque assim é melhor... Mas há quem esteja a explorar muita gente! Sempre assim foi... (Heitor Marinho – PCP Celorico de Basto)

Trata-se de viver um destino inevitável predestinado pela vontade de uma entidade só possível de ser imaginada

É a vontade de Deus... É que, ainda por cima, metem Deus no meio – ainda bem que eu não acredite de Ele exista. Esta atitude que nessa classe menos informada, sem acesso ao ensino... Há vinte anos eu pensava que quando desaparecessem umas quatro ou cinco gerações que as outras trariam uma massa crítica enorme. Mas pelo contrário... acho até que, se calhar, as gerações que já foram tinham mais sentido crítico e vontade de mudança do que propriamente essas “jotinhas” que andam por aí. São pessoas que são capazes de se vergar por 200 euros de trabalho precário para andar com a bandeira... Falo da zona que eu conheço porque não sei se numa zona de influência do PCP é igual ou não, porque não conheço... às vezes até me interrogo se eu vivesse numa zona do PCP e as coisas fossem como aqui, eu não tivesse que ser, por exemplo, do CDS para contrariar e implicar o debate. Porque acho que o que falta é isso é um bocado disso, só desse confronto é que nasce um bocadinho o que se pretende. O conflito é necessário para que a harmonia se consiga construir. (Heitor Marinho – PCP Celorico de Basto)

Forma-se assim uma fidelidade a métodos e processos conhecidos porque experimentados toda a vida, por toda a comunidade, o que os torna apegados à “sua marginalização atávica, apáticos, desconfiados, descrentes e portanto rotineiros, não [sendo] tarefa fácil motivá-los para fora do ‘círculo de giz’ das vicissitudes familiares e das quezilências com vizinhos” (Lemos, 1988, p. 19). A reprodução através do *habitus* dá-se assim em forma vertical (dentro da família) e reforça-se na vertente horizontal (junto da vizinhança), fazendo persistir as estruturas de acordo com as disposições permanentes apreendidas através de pensamentos, ações, percepções, uso de expressões e os condicionamentos impostos por uma vertente societal rígida,

alheia ao contacto com exterior, não só por ausência de contacto fora das fronteiras mas também por não se constituir como atração para, desse modo, promover a entrada de forasteiros.

Viver praticamente isolado, como se fosse uma ilha, introduziu nos celoricenses a certeza da sobrevivência como preocupação primeira, ato quase sempre remetido para os confins da individualidade e que está associada à concentração da procura do básico para uma existência básica. “No rosário da existência que lhes coube, aprenderam a contar, exclusivamente consigo mesmos” (Lemos, 1988, p. 19) por saberem de experiência feita que mais ninguém o faria por si. As práticas comunitárias ali realizadas descentram-se de outras possibilidades da união, nomeadamente forjadas a partir de interesses coletivos pensados sob planos e estratégias grupais, com vista a objetivos gerais diferenciadores das injustiças do destino e da sentença individual acobertada pelo sofrimento silencioso.

Esta realidade social gera, só por si, um tipo de relação com o poder bastante particular e que, de certo modo, pode explicar determinadas estratégias individuais que atravessam as práticas de toda a comunidade. Segue-se um exemplo: entre 1976 e 1985, durante quatro mandatos, João Pulido Almeida foi sucessivamente eleito presidente de Câmara, pelo CDS, com maioria absoluta. Em 1989 o poder local mudou de mãos.

Perdi por meia dúzia de votos [Nota: O PSD teve 4050 votos e o CDS 3922]. Foi uma derrota que se ficou a dever a dissidências no partido. Responsabilizo alguns oportunistas do CDS de Celorico, um deles tinha vindo do PSD para o CDS (João Pulido Almeida, CDS – Celorico de Basto)

Essa mudança deu-se com a trânsfuga massiva e simultânea de presidentes de junta eleitos pelo CDS para o PSD.

(...) A maior parte dos presidentes de junta de Celorico de Basto eram militantes do CDS mas concorriam em listas do PSD... Ora ainda hoje são filiados no CDS... Estão à espera que o CDS os ponha fora mas eu não faço isso. (Castro Leal, CDS - Celorico de Basto)

Eis, um caso em que uma mudança partidária não é levada em conta da mudança ideológica. Ou se tal acontecer, basta considerar natural que, da noite para o dia se mude ideologicamente, inclusive, se mude de partido, exclusivamente pelo lugar público a ocupar e se mantenha a militância. Contudo, mudanças podem ocorrer porque um partido no poder recebe a intromissão, no seu seio, de um corpo estranho. E, neste caso, pode ser atribuído à capacidade

estratégica de um outro partido, nomeadamente posse da arte de introduzir um fator completamente desorientador no interior do partido concorrente. Mas pode, também, tratar-se de uma circunstância em as idiosincrasias das estruturas sociais da textura social local, se manifestam em direção ao que entendem ser a escolha mais acertada, não de acordo com uma escolha de afeto ideológico mas uma escolha de afeto económico.

Em locais comunitários, onde escasseia o emprego, o acautelar da possibilidade da obtenção de um emprego, para o filho ou filha, está na linha da frente das escolhas políticas. Numa localidade com as características de Celorico de Basto é, desde logo, fácil levar adiante o princípio de que os partidos servem interesses e, assim sendo, todos os interesses são legítimos de conquistar através do uso estratégico de um partido. Se um partido dominador do espectro político claudica e o poder da autarquia passa a ser detido por outro partido e, em simultâneo, trabalham os filhos, mandam as leis gerais da estratégia política, conciliar os sentidos e anular as diferenças. Para que tal aconteça, basta fazer saber ao novel poder o quanto se concorda com ele e com quem o possui.

(...) As pessoas, uma grande parte, estão nos partidos para se servir, para arranjar empregos para os filhos, para as mulheres, para si próprio e, é isso que está a descredibilizar totalmente os partidos políticos. Temos aqui o CDS que esteve no poder concelhio no primeiro anos e quando perdeu a Câmara Municipal para o PSD (em 1989), 90% dos presidentes de Junta eram do CDS e a seguir, em 1993, foram todos pelo PSD, e isso é triste... (Jorge Teixeira, PS – Presidente da Junta Freguesia Moreira do Castelo em Celorico de Basto)

Inclusive, o ex-presidente de Câmara Municipal, político derrotado nas eleições anteriores, não se coíbe de também passar a assessorar o novel presidente de Câmara, numa clara demonstração de consonância, respeito e ajuste das personagens às novas relações de poder. Em Celorico de Basto o conformismo apresenta-se como um traço muito natural da política. Mandam as regras de civilidade locais que os altos militantes dos partidos PSD e CDS se comportem como primos próximos. E, num caso em que o partido primo entra em ebulição interna, só resta ao partido no poder, recrutar o antigo Presidente de Câmara. Como a lembrar a noção de *potlach* (Mauss, 1924), ao Presidente de Câmara derrotado não resta outra solução senão aceitar todo o quadro que lhe é proposto.

Fui assessor do Albertino [Mota e Silva] porque como os presidentes de junta todos me acompanharam e, para haver um bom relacionamento com a Câmara, eu aceitei ser assessor... Fi-lo por obrigação... (João Pulido Almeida, CDS – Celorico de Basto)

Isto é, depois de perder o partido, o político fica com uma obrigação tal com os seus presidentes de junta, como se estes, por pertencerem ao seu domínio, estivessem protegidos de qualquer ato malévolo. É, claro que, as relações estabelecidas no campo político, tem por trás outras motivações que, regra geral, estão mãos próximas da contenda e menos da harmonia. Nestes casos, a harmonia pode estar a ocorrer apenas por estratégica e, esta última, pode significar, tão só, derrotar um inimigo; esse mesmo rival que foi capaz de queimar a terra do partido, até ao ponto de não mais este conseguir medrar com o mesmo vigor

Eu não queria de modo algum que esse traidor, esse oportunista [Mota Miranda – pessoa escolhida para substituir João Pulido Almeida no CDS] ganhasse. Se fosse hoje era capaz de o fazer. Nunca julguei que o concelho fosse assaltado por esses senhores oportunistas do PSD... Tudo ficou a dever-se a divisões no CDS das quais depois arrependeram-se muito mas é tarde e Inês é morta [NR: não há nada a fazer]... (João Pulido Almeida, CDS – Celorico de Basto)

Inês é morta! Como quem diz, nada mais há a fazer. Este é também o motivo por que, depois de ser assessor, João Pulido Almeida muda-se, em 1993, para as listas do PSD. Tal como o líder de outrora, os membros do CDS seguem o seu caminho dedicando-se a outros partidos políticos. Uma circunstância que cria alguns paradoxos na realidade da política celoricense

O presidente da Junta de Freguesia da sede do Concelho concorreu pelo Partido Socialista mas é filiado no CDS... Diz que fica muito incomodado por receber cartas a convocá-lo para o congresso... Mas ele pode vir cá e pede a desfiliação... Ele não é filiado no PS, portanto não há que lhe aplicar um processo disciplinar... (Castro Leal, CDS - Celorico de Basto)

O cenário parece, todavia, assentar em formas, aparentemente, muito românticas de abordar o fenómeno político

Nós defendíamos interesses concelhios. Não nos interessava nada os interesses políticos. (João Pulido Almeida, CDS – Celorico de Basto)

E o que são interesses concelhios?

As eleições ganham-se assim... Há um projeto que se chama Câmara Amiga que tem técnicos, uma carrinha ou duas a fazerem pequenas reparações mas que são feitas em função dos votos... Vou-lhe falar de um caso daqui da terra: a Câmara Amiga veio reparar a casa de uma senhora que está reformada (...) Ora os técnicos da Câmara Amiga não falaram com ninguém, nem com a Junta de Freguesia nem com o padre e decidiram arranjar a casa a alguém que pagará com o voto. (Jorge Teixeira, PS – Presidente da Junta de Freguesia Moreira do Castelo em Celorico de Basto)

Está montada uma rede cujos serviços fornecidos são pagos com o voto. Este tipo de prática forma-se, na maior parte das vezes, a partir da vontade mútua no qual quem tem poder entrega

e quem o não tem recebe, ficando a dever. Quanto mais o devedor toma consciência do valor do seu papel para com o poderoso, mais empobrecido se torna na medida em que mais dependente também se constitui. Por sua vez, o credor recorre a estratégias tendentes a *amarra*r aquele que dele necessita à obrigação dele necessitar eternamente.

Com a prática, a empreitada torna-se numa exigência, inclusive, no fornecimento de bens básicos a que as pessoas se vão habituando como necessitados. Ao naturalizar-se, este tipo de transação torna-se discernido como o contravalor do voto. Deste modo, o significado político do voto transforma-se em significação económica

Encontrei recentemente te uma pessoa que se queixava de ter ido à Câmara pedir uma garrafa de gás e que, por isso, estava muito chateada porque entendia que faz parte dos seus direitos ter o gás pago pela Câmara. A Câmara habituou as pessoas a isto e, na altura da campanha eleitoral, cobram através do voto. (Jorge Teixeira, PS – Presidente da Junta de Freguesia Moreira do Castelo em Celorico de Basto)

Produzem-se assim dois sentidos plasmados na forma do devedor e do credor, sendo que o segundo passa a dominar o primeiro. O ato em si esconde uma estratégia de subordinação, mutuamente consentida, ao poder. Trata-se de uma permuta, com vista à obtenção de vantagens que exprime uma relação onde se dá a presença de uma atitude em que um indivíduo poderoso com capacidade de decisão sobre bens públicos e vários indivíduos sem poder, pretendendo usufruir de algo dependente da decisão desse poderoso – um serviço ou um bem – e que, na relação, aceitam ficar dependentes entre si.

Tendo exclusivamente o alcance do objetivo como finalidade, “os atores partem com diferentes recursos que usam mutuamente em seu benefício” (Schröter, 2010, p. 142). Todavia, na política esta associação decorre de um processo desigual e ilegítimo tanto na forma de acesso a quem decide, como na condição ilegítima da decisão, realizando-se entre um *cliente* e um *patrão* num quadro onde também se manifesta uma relação de submissão a quem tem poder (J. F. Almeida, 1984; P. Almeida, 1991; Lopes, 1994).

Clientelismo e patrocínio são duas configurações emparelhados e que, no caso português, tem persistido ao longo dos tempos em várias tipologias que demonstram que “as suas características de alteram conforme o grau de desenvolvimento da sociedade”. A relação assenta em traços económicos informais em que o patrono “fornece favores de índole diversa”, retribuindo o cliente “com deferência, lealdade e apoio material, designadamente apoio político e

eleitoral” (Lopes, 1994, p. 17). A transação é, em regra, personalizada, realizada face-a-face, usando-se meios não comparáveis, nos quais os “benefícios fornecidos pelo patrão ou cacique são mais tangíveis e indispensáveis” (Lopes, 1994, p. 15). Sendo certo que se trata de um tipo de relação que pode ser encontrado em variados contextos foi, contudo, mais vezes identificado nas áreas comunitárias, atravessadas por traços profundos de ruralidade.

Apesar deste tipo de associação provir das relações desniveladas entre proprietários fundiários possuidores de meios de controlo, membros da igreja com ascendente capital simbólico e classes modestas, estas são diretamente transponíveis para as relações políticas, nomeadamente entre o voto popular e o poder dos notáveis.

Sobre as práticas políticas no espaço rural, nomeadamente com traços camponeses, Almeida (1984) aprofundou as estruturas de classes sociais no campo analisando a relação do voto com o poder. As assimetrias e constrangimentos decorrentes da relação desigual, exercidas a partir de “prepotências” impõem-se, de tal forma, ao ponto de resultarem na “impossibilidade de eficazmente lhes responder”, assim dando origem ao aparecimento da “formação de clientelas” e, em simultâneo, na “cristalização de redes de ‘protecção’, influência e submissão, características do patrocínio” (J. F. Almeida, 1984, p. 609). Neste tipo de contexto, emergem nas práticas generalizadas, traços naturalizados e estabilizados de relações particulares de submissão e domínio (J. F. Almeida, 1984).

Como já se escreveu atrás, os empregos são usados como armas de conquista dos espíritos que se predispõem, desde logo, à submissão. Um dispositivo constituído segundo uma hierarquia de agentes valorizados pelo poder funciona como uma agência informal a que se deve recorrer quando se almeja um emprego. O dispositivo hierárquico, construído segundo a vontade patronal determina, de acordo com o lugar que cada agente ocupa na escala do poder, os que entram e os que ficam de fora. Os clientes que acedem a este processo lutam entre si, como se estivessem num concurso, não de competências mas de relacionamento com os agentes com capacidade decisora. Neste dispositivo decisor baseado em estatuto político, a promessa de um presidente de junta sucumbe perante o compromisso de um vereador.

Eu tinha uma funcionária que, certa vez, nos comunicou que ia fazer uns testes para ir trabalhar para a Câmara (...) Para além que era uma pessoa afeta ao PSD, ela tinha a “cunha” de um seu primo, presidente de Junta e, por isso, achava-se segura. Passados uns quinze dias veio falar comigo, estava muito muito revoltada porque quando lá chegou para fazer uns testes estava lá uma miúda que é daqui de Fervença, a freguesia ao lado, que posta perante a necessidade de

preencher uns papéis diz que não precisa de preencher porque o sr. Eng. Inácio Ihe havia garantido que o lugar era seu... Inocentemente, ela à frente dos outros concorrentes disse isso. Ela então vinha muito revoltada porque a sua cunha de um presidente de Junta era inferior à cunha do Vereador. (Jorge Teixeira, PS – Presidente da Junta de Freguesia Moreira do Castelo em Celorico de Basto)

O dispositivo hierárquico do sistema de patrocínio de Celorico de Basto, apesar de identificado com um partido, é amplamente reconhecido na figura de um só indivíduo, nomeadamente o presidente da Câmara. Resulta, deste modo, uma espécie de poder concentrado na pessoa, funcionando segundo regras muito particulares, exclusivamente possíveis de acontecer em Celorico de Basto. Neste tipo de poder as regras ditadas pelos regimentos partidários de nada valem. Os partidos políticos tradicionais adquirem, nestas realidades, configurações traçadas sob linhas particulares para, dessa forma, conseguirem responder às relações sociais esperadas e tidas como norma na comunidade que pretendem representar.

Ao contrário das geografias onde se estabelecem disputas do poder e nas quais são promovidos processos de crítica tendentes a fazer aparecer novos indivíduos, novos discursos e argumentos e, na decorrência novas propostas, as áreas comunitárias limitam-se a aceitar, acriticamente, que as figuras notáveis da terra constituam pequenos grupos. Com vista à sua perpetuação no poder, estes grupos de referência local impõem-se, naturalizando-se perante a comunidade como única via de acesso ao progresso. Nestes casos, mais do que as regras partidárias, são as regras do grupo a afirmarem-se e a determinarem as formas de exercício do poder.

Porque, em Celorico, tal como no resto do país há um problema no rodar dos lugares, com a diferença de que no resto do país há massa crítica o que não existe em Celorico. Nota-se mais porque só um grupo é que decide e nem sequer é o PSD. Costumamos dizer que em Celorico é governado pelo partido JMS, Joaquim Mota e Silva, um partido novo... É um partido regional com cariz concelhio... passa as fronteiras de Celorico e deixa de existir mas que está alicerçado na estrutura que o mantém que é o PSD. (Castro Leal – CDS Celorico de Basto)

Os sistemas sociais atravessados por traços de dominação e obediência sustentam-se no transporte histórico de hábitos profundamente enraizados. Bem entendidos, só encontram explicações num passado muito longínquo, nomeadamente nas relações entre senhor e servo e atos de dependência e vassalagem.

(...) é uma estrutura de clã, tribal, porque admite a entrada de novas pessoas mas as fidelidades são terríveis. É complexo. (...) O que é complicado de perceber é como se criou essa estrutura... (Castro Leal – CDS Celorico de Basto)

É possível, através de um quadro específico, identificar as formas primitivas como o espaço comunitário concebe traços estratégicos de produção e manutenção do poder com vista à construção social da dependência. Sendo certo que este tipo de relações se revela no todo comunitário, existem experiências particulares que ajudam a explicar a construção social do voluntário cooperativo. Este voluntário submetido ao poder, acredita ficar também na posse do poder dos que o acolhem.

Uma espécie de teoria dos filhos adotivos esclarece bem este quadro. Mais do que fidelidade, trata-se de entrelaçar através de laços aparentemente idênticos aos familiares, assim constituindo-se uma legitimação que foge aos apelos das relações sanguíneas. Toda a estratégia é concebida de forma a, gradualmente, o adotado passar a considerar-se um legítimo da família. O *habitus* familiar será então incorporado pelo filho adotado, inclusive, na reprodução tanto da ideologia como da escolha partidária.

O mau falecido pai era do CDS, era um defensor do CDS. Porquê? Porque os patrões dele eram do CDS. O meu pai começou a trabalhar aos vinte e tal anos porque até aí foi criado numa casa muito rica aqui da freguesia. Depois houve ali umas manobras que na altura não percebi... hoje consigo perceber. O meu pai era um homem rico sem dinheiro porque vivia numa casa rica. E de repente essa casa rica desmoronou-se e ele teve de ir trabalhar.

Subsistirão sempre, por parte da família adotiva, circunstâncias divisórias nesta relação que o filho adotivo só se dará conta quando, num momento de crise se verificar que o perfilhado, pela sua condição de escolhido, não é, de todo em todo, um verdadeiro herdeiro e, por tal, não lhe é atribuído o reconhecimento social devido à família natural. Perante a realidade, o filho adotivo é apartado para o seu lugar de classe de origem e, na relação afastada, os que antes eram irmãos inquestionáveis, tornam-se, praticamente, em pessoas desconhecidas. Os códigos sociais vertidos na linguagem e as formas de trato alteram-se com o objetivo de marcação do recorte estatutário diferenciador com vista, por um lado, da promoção da condição elevada e, por outro do reconhecimento do estado raso na métrica social.

Esses patrões eram gente que andou com ele na escola, gente que ia para as festas, para as feiras e, só porque o meu pai, depois foi trabalhar para eles tratava-os por "você" e eles ao meu pai tratavam-no por "tu". E eu não entendia isso... recordo-me uma das situações que era um senhor aqui da freguesia das pessoas mais ricas e que dominava pra aí uns 50% dos terrenos e um dia eu perguntei-lhe porque é que ele tratava o meu pai por "tu" e o meu pai o tratava por "senhor Néquina". E ele a resposta que me deu a 100 metros daqui foi que eu era mal-educado porque não tinha que lhe fazer por esse tipo de perguntas.

Neste quadro de construção das relações sociais em Celorico de Basto, percebe-se como a ideia de proximidade esconde, nas tramas da construção social local, estratégias com vista a formação de uma rede de malha apertada (Portugal, 2007) promotora de traços de assistencialismo e auxílio mas, da qual, se forma também, nos interstícios da rede, os lugares de dominação e controlo, cuja autoridade, mais do que ser inquestionada, será comunitariamente ajuizada como a única possível e, em sequência, a única dotada de legitimidade. Esta ordem naturalizada das coisas impõe a norma que dita ser melhor viver com o pouco visível fornecido pelo assistencialismo, do que arriscar por melhor e correr os riscos de nada ter. Esta realidade territorial de Celorico de Basto é diretamente transponível para o campo político, tendo reflexos imediatos nas escolhas individuais

É fácil, é simples... É a miséria económica e intelectual. As pessoas não são livres... Se eu convidar uma pessoa para a minha lista ela diz-me: eu apoio... voto em si mas não pode dizer isso a ninguém nem eu posso aparecer em lado nenhum senão o meu filho fica desempregado amanhã... (Castro Leal – CDS Celorico de Basto)

Nas áreas comunidades, quem domina o poder local, domina também as consciências. E, nestas circunstâncias é perceptível, a todo o momento, que o poder político não vive sem a economia ao seu lado. Uma vez que existe uma vivência dentro de uma rede de malhas estreitadas por laços muitos apertados entre os membros da comunidade, basta aos detentores do poder acudir a uma só pessoa para, tal como na economia, se dar o efeito multiplicador do voto

As coisas são contadas ao nível de lugar... “olha aquela família tem 30 pessoas portanto vamos arranjar ali dois empregos”. Isto é assim que funciona... É preciso empregar 200 pessoas, arranjam-se três empresas apoiadas pelo município, o Presidente da Câmara aparece na fotografia, parece que as famílias são dele... (Castro Leal – CDS Celorico de Basto)

Nestas geografias comunitárias mesmo as empresas instaladas, provindas do exterior, que aí se estabelecem aprendem, rapidamente, o território que pisam. Não só se adequam imediatamente às configurações do espaço como se dão conta da presença do dispositivo relacional que faz de toda a gente familiar entre si. O patriarca reconhecido entre os nativos celoricenses é, desde logo, adotado como o patriarca de uma qualquer empresa em instalação. Para não haver dúvidas, seguem-se as regras costumeiras do sistema patriarcal, documentando-se o momento no qual o patriarca se faz fotografar junto da criação. O objetivo é o de não deixar dúvidas sobre quem faz a “dádiva” dos empregos à comunidade.

O Doutor Joaquim [Presidente da Câmara] vai buscar um bocado à linha. A uma empresa ou outra. Depois também quer continuar a ter poder, numa empresa ou outra em que se instala. Ele também quer meter os trabalhadores para depois ficar ali em dívida, não é? Os empresários, às vezes, não gostam mas funciona muito assim. Pescando à linha. (Eduardo Magalhães – PS Celorico de Basto)

Pesca à linha: ato de, com uma linha presa a uma cana, se pescar um ou vários peixes, dependendo do número de anzóis colocados na extremidade da linha. Nesta linguagem metafórica, o emprego serve de isco político para constituir uma dívida junto daquele a quem é “dado” o lugar de trabalho. Como já se demonstrou várias vezes, os trabalhadores dependeram, desde sempre, dos proprietários das condições de realização do seu trabalho. Essa dependência tem-se alargado a outros agentes, nomeadamente, os agentes políticos. Desde que passou a ser responsabilidade deste último fornecer condições económicas aos cidadãos, se não as consegue *per si*, quando estas aparecem em resultado da dinâmica da economia geral, transforma-as em conquistas suas

(...) em termos depois do concelho, em arranjar condições para o investimento, nunca se fez. Continua na mesma. Eles sabem disso. Falei com ele [Presidente de Câmara] algumas vezes. Às vezes a brincar também. Mas é um bocado verdade e na Assembleia digo a mesma coisa mas sem ser a brincar. (...) Queres mandar em tudo, portanto e vais pescando à linha... E não posso dizer mais nada. (Eduardo Magalhães – PS Celorico de Basto)

Não só pela sua escassez e/ou variabilidade, o emprego junto de empresas estatais ou paraestatais, tornou-se numa arma a que o político se socorre para constituir uma base de apoio direto, formado pela condição de obrigação devedora. Como afirma Bourdieu (2014), o político constrói os seus obsequiosos para que estes funcionem como uma espécie de guarda de honra que os circunda e os protege. Ultrapassada a fase do emprego no Estado – cujos lugares se deram por integralmente preenchidos – e, findando-se o processo de criação de empresas paraestatais ou paramunicipais, o político reorientou o recrutamento dos seus deferentes para a relação com as empresas privadas, assim persistindo na fórmula

O emprego é a... como o Estado começou a encolher e os municípios deixaram de empregar, inventaram empresas municipais onde empregam na mesma à nossa custa pessoas que não sabem fazer nada mas que garantem votos... (Castro Leal – CDS Celorico de Basto)

Até temos a Qualidade de Basto e que tem um bocado essa função, a empresa municipal (...) metem lá pessoal. (Eduardo Magalhães – PS Celorico de Basto)

A possibilidade de se constituir num dador de empregos é, para o agente político, um papel primordial, sendo raro aquele que se descola desta função. De tal modo se impregnou como

atribuição generalizada e naturalizada que, ser um dador de empregos, se tornou numa ideologia alargada. Uma hegemonia

Sim, sim [o emprego é usado como função ideológica]. E como próprio poder do presidente de Câmara, sim. Se houver uma empresa grande e de trabalhadores, o presidente da Câmara se puder, nós chamamos as pessoas e tal. (Eduardo Magalhães – PS Celorico de Basto)

A dominação patriarcal interliga-se com a dominação patrimonial. O patrimonialismo não é mais do que uma extensão do poder doméstico levado para as relações políticas e cujo funcionamento se caracteriza por uma solidez inquestionada tanto pelos dominados como pelos dominantes. Explica Weber (Weber, 2004a) que o facto do poder político não assentar numa estrutura de instituição jurídica e, por outro lado, apresentar-se “na forma de relações associativas e compromissos concretos dos diversos detentores”, possibilita uma natureza de poder idêntica à dominação do “pai de família, o do senhor territorial ou do senhor de servos” (Weber, 2004a, p. 3). Nas sociedades atravessadas por uma dominação do tipo patrimonial subsiste “a permanência da importância do clã dentro do qual se realiza quase toda formação de associações económicas” vigorando, em simultâneo, “a obstrução da constituição de corporações autónomas” (Weber, 2004a, p. 63). No sentido lato, o patrimonialismo fundamenta-se em particularidades muito enrijecidas, na medida em que, ao invés da estabilidade observada nas relações feudais, resiste no confronto com a proposta de outras disposições alternativas. Ao porfiar como norma, quando confrontada, consegue, com isso, a descredibilização das outras partes que lhe disputam o território.

9.5.2 O nepotismo como face da experiência

Desde 1976, Celorico de Basto apenas experimentou três indivíduos como presidentes do município. O primeiro, como já se viu, foi João Pulido Almeida (1976-1985). Albertino Mota e Silva foi presidente de Câmara Municipal seguinte, sucessivamente eleito durante cinco mandatos, entre 1989 e 2005. A partir de 1997, Joaquim da Mota e Silva integrou a lista candidata em lugares elegíveis, mantendo-se como vereador municipal e durante três mandatos. Pelo meio, este último, ocupou o lugar de deputado à Assembleia da República durante a VIII legislatura (1999- 2002) eleito pelo círculo de Braga. No ato eleitoral autárquico do dia 11 de outubro de 2009, Joaquim da Mota e Silva sucedeu ao pai, Albertino da Mota e Silva, na governação da Câmara Municipal de Celorico de Basto, sendo eleito com maioria absoluta – 51,2% dos votos.

Se fossemos a pensar em tactismo, pensar em procurar a solução para o filho, eu então teria ficado mais um mandato. Eu estava cansado e nomeava-o como vice-presidente... “Eu fico aqui, leio a correspondência, leio uma meia dúzia de coisas e tu ficas aqui mais uns quatro anos e depois tem mais três mandatos...” Ele ganhava um mandato! Não pensamos dessa forma. Pensei é que estava cansado e vinha-me embora e disse-lhe a ele que não me candidatava e candidatou-se ele... Fez-se uma sondagem e tanto ganhava eu se fosse candidato, se fosse ele também ganhava... (Albertino Mota e Silva – PSD Celorico de Basto).

Não foi a limitação de mandatos mas sim o cansaço a vencer o autarca e Albertino Mota e Silva. Vinte anos no cargo e uma idade já avançada impuseram a decisão de não continuar e de ir embora. No dia 22 de outubro de 2009 o filho Joaquim tomou posse como o terceiro presidente da edilidade celoricense após o 25 de abril de 1974. Alguns dias depois, provavelmente a 9 de novembro de 2009, dia em que completou 38 anos, Joaquim da Mota e Silva assinou um convite para uma empresa, sociedade por quotas¹⁰⁵, o assessorar na área financeira da Câmara Municipal de Celorico de Basto. Os sócios da aludida empresa eram Albertino da Mota e Silva e Joaquina Gonçalves Monteiro, respetivamente, pai e mãe de Joaquim da Mota e Silva, ambos, por acaso sem quaisquer competências na área financeira. Simplesmente Joaquim da Mota e Silva não podia ter contratado, direta ou indiretamente, os progenitores. Tal estava-lhe vedado juridicamente sendo, inclusive, tipificado como crime público. As qualidades técnicas da experiência parecem explicar um ato tão claro e tão declarado de violação das regras legais mais simples de compreender da atividade política

Em 2009 (...) a Câmara Municipal de Celorico de Basto estava com défice de gente na área financeira, nomeadamente até o Chefe de Divisão já tinha dito que ia pedir a reforma. Havia pouca gente com experiência na área financeira e, inclusive eu, que tenho formação nessa área também precisava de tempo para exercer a atividade política. E nas conversas que tivemos com os colegas eleitos, para o executivo, colocou-se a questão sobre quem é que podíamos trazer para ajudar a reforçar este setor financeiro que, ainda por cima, precisava de uma atenção muito especial. E na altura, digamos, a pessoa que depois iria para vice-presidente e outro vereador que ia exercer funções executivas sugeriram que estando o meu pai disponível e tendo 20 anos de experiência na área financeira, seria uma mais-valia ele ficar aqui porque conhecia os dossiês melhor do que ninguém, conhecia todos os meandros melhores do que ninguém; era a pessoa que podia dar uma mais-valia aqui muito significativa ao município... (Joaquim Mota e Silva – PSD Celorico de Basto)

¹⁰⁵ A empresa denomina-se Casa do Portelo – Agrofloresta, Turismo e Serviços, Lda. Foi constituída no dia 5 de novembro de 2009 e indicou a sua sede em Espariz - Codeçoso - Celorico de Basto. A sua atividade declarada é o de “Outras atividades de consultoria para os negócios e gestão” da área de “Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares”. Informação obtida em http://www.infoempresas.com.pt/Empresa_CASA-PORTELO-AGROFLORESTA-TURISMO-SERVICOS.html, acedido em 27 de março de 2018.

O dispositivo de entronização e eternização faz dos indivíduos profissionais duráveis, não porque afirmem querer ser, mas porque, deixam implícito, as circunstâncias impõem a presença da excelsa experiência sem a qual as instituições não podem funcionar. A invocação da experiência esconde a afirmação da singularidade ligada à obrigação abnegada, e compõe o político possuído pelo domínio oracular capaz de antecipar o conhecimento do destino. O político é aquele que transporta todo o tipo de conhecimento para todo o tipo de ocorrências. Aliás, prova-o este caso: se se já estivesse perante tal experiência, não se iria em direção a uma trágica decisão em que as tramas técnico-jurídicas de vigia impõem à política

Eu na altura disse, naturalmente, aquilo que é óbvio que é... “isso é uma questão que envolve o meu pai e vocês falem, discutam mas eu não vou participar nesse tipo de decisão”, mas também lhes disse que aquilo que entendessem que fosse o mais adequado eu aceitaria... Concordaria. E assim foram feitas as coisas. Eu não posso opinar muito sobre aquilo que é a qualidade, ou a sabedoria do meu pai e o domínio das questões financeiras. (Joaquim Mota e Silva – PSD Celorico de Basto)

Em democracia – pelo menos no discurso – por vezes, o político na posse do poder cede a sua capacidade de ajuizar aos seus compatriotas, principalmente quando estes estão colocados num lugar subalterno. Para além de juizes eles tornam-se em agentes de legitimação política. Quando o presidente da Câmara tem de decidir o que não pode declarar que foi o próprio a decidir, outorga a decisão àqueles a quem entregou os poderes legais¹⁰⁶, desse modo *fazendo-se* desaparecer do cenário decisório. Portanto, nada tem a ver com o assunto.

Sabe que eu não posso... A autarquia pode contratar quem entender. O que não pode é o presidente da Câmara participar nos atos de contratualização [que incluam relações de parentesco consanguíneos ou colaterais]. Eu não assinei qualquer contrato com a empresa do meu pai (e não com o meu pai)... (Joaquim Mota e Silva – PSD Celorico de Basto)

(...) não participei, não adjudiquei, a única questão que se coloca foi ter assinado uma carta tipo convite, ou algo do género, sem o saber que o estava a assinar. Mas isso, não tinha conhecimento, até parece que foi num dia em que assinei 140 documentos... e nem estava o nome do meu pai, estava o nome de uma empresa, e era no meu dia de aniversário, ao sexto dia da tomada de posse, no meu primeiro dia enquanto presidente da Câmara, imensos telefonemas de pessoas que entravam aqui para me cumprimentar e para me felicitar e, nos muitos documentos para assinar onde não estava sequer o nome do meu pai... e eu nunca pensei que me trouxessem um documento de convite para assinar porque, não fora isso, o documento de convite, nunca ninguém poderia colocar qualquer tipo de questão de natureza contratual porque é o que digo, eu não fiz nenhuma adjudicação, não fiz nenhuma

¹⁰⁶ Na ordem autárquica os poderes são todos do presidente da Câmara. De acordo com os artigos 68 e 69 da lei 169/99 de 18 de setembro, os vereadores são “coadjuvantes do presidente de Câmara, cabendo a este, caso o entenda, distribuir esses poderes pelos seus vereadores.

contratualização, não tomei parte no processo de decisão como aliás está devidamente registado. E por isso estou muito tranquilo sobre isso... (Joaquim Mota e Silva – PSD Celorico de Basto)

É dos códigos mais antigos da política: o político tem de ter sentido prático e estar preparado para todas as tomadas de posição sejam estas possíveis ou impossíveis, importantes ou trivial, audaciosas ou regulares. O seu cardápio deve incluir as ferramentas necessárias para agir perante todas as situações, inclusive as improváveis. Tem de ter sentido do jogo político inscritas na capacidade de responder às ocorrências do acaso. Quando estas ocorrências se deslocam do verdadeiro jogo político, para se inscreverem num campo extrapolítica, deixam de revelar a adesão absoluta ao “sentido do jogo” (Bourdieu, 1981, p. 6) e, neste caso, o investimento deixa de fazer parte do jogo político. O carrilar de um quadro de contratação do pai – ex-recente presidente de Câmara – por um filho, recentemente eleito presidente de Câmara, transforma a autarquia, não numa instituição de representação política mas numa instituição de uso privado, colocado ao dispor de uma família. Nas definições histórico-políticas o favorecimento de parentes, com vista à prossecução da linhagem familiar em determinado poder, designa-se por nepotismo.

(...) coitado do meu pai...ele estava aqui de manhã à noite. O que eu acho espantoso é aquelas avenças ou prestações de serviço daquelas pessoas que ganham, sei lá, 40 a 50 mil euros num ano, em que vão cinco ou seis vezes a um sítio. (Joaquim Mota e Silva – PSD Celorico de Basto)

(...) Obviamente que o via e dedicou-se, de alma e coração, apesar da idade, durante aquele período de dois anos e tal. (Joaquim Mota e Silva – PSD Celorico de Basto)

O pai foi contratado pelo filho, presidente de Câmara eleito, por ajuste direto – portanto, sem concurso público – pelo montante 1.750 euros mensais. Ainda que, sendo a empresa Casa da Portela a ser contratada para fornecer um serviço, o cenário é o do ex-presidente de Câmara que, tendo ocupado o lugar durante 20 anos, se apega ao lugar, aí querendo residir eternamente usando, para o efeito, uma estratégia prática subsumida na sua utilidade experiencial única e incomparável que mais não representa do que a reclamação simbólica do direito consuetudinário.

O *familismo*, enquanto predisposição para acesso e residência – e resistência – na administração pública, não é redutível à invocação da economia como métrica moral. No caso em apreciação, por motivos diversos aos invocados por Banfield (1958), prostra-se um típico *familismo amoral*, no qual o importe monetário apostado no ato não lhe tributa uma medida

localizada no campo dos princípios. A noção de familismo adquire especificidades diferenciadas de análise dependendo do ponto de observação do fenómeno. Enquanto nas comunidades remetidas para o funcionamento fechado no seu interior, e dominados por vicissitudes geoespaciais, as estratégias de resistência sustentam-se no familismo como modo de adaptação para transcender os constrangimentos (M. C. Silva, 1998), a estratégia familiar transposta para a administração pública sustenta-se em formas protecionistas, assentes no nepotismo, por um lado, e no uso das condições déspotas, construídas pelo Estado, usadas em favor de grupos ou pessoas ocupando lugares de dominação, por outro lado (Cabral, 2006).

9.5.3 Na escuridão, o brilho da estrela

Marcelo Nuno Duarte Rebelo de Sousa tornou-se presidente do PSD após realização do XVIII Congresso do PSD, realizado nos últimos dias de março de 1996 em Vila da Feira. Sete meses depois, nos primeiros dias de outubro, o PSD voltou a reunir-se em congresso, desta vez para alinhar estratégias com vista às eleições autárquicas que iriam ocorrer um ano depois, em outubro de 1997. Por essa altura, desde outubro de 1995, que o seu partido se mostrava ausente do governo com um papel secundário no número de autarquias. Para trás tinham ficado dez anos em que o PSD e Cavaco Silva ocuparam o poder político, tanto na frente legislativa como no campo executivo, assim como também no aparelho do Estado. Com a dieta do poder, Marcelo Rebelo de Sousa viu-se líder de um partido cujos principais elementos se mostravam não só saudosos dos lugares políticos ocupados no passado recente, como ansiosos pelo regresso a esses lugares num futuro breve. Pelo seu historial passado, a maior parte desses indivíduos passou a comportar-se como pessoas de elevado estatuto partidário, predestinadas para a governação.

Percebendo o estado geral de expectativa para regresso ao poder, Marcelo Rebelo de Sousa resolve apelar à participação desses “generais” nas eleições autárquicas de 1997. Impõe assim a obrigação destes “generais” incluírem as listas candidatas às assembleias municipais. Imediatamente dá o seu exemplo: será candidato à Assembleia Municipal de Celorico de Basto, concelho a que, afirma, se encontra ligado por laços familiares. A sua avó Joaquina Leite da Silva, pessoa com quem viveu quando os pais estavam em Moçambique, tem raízes celoricenses o que, aparentemente, constitui o motivo justificativo da enunciada afetividade. O facto do avô paterno ter falecido em 1927, quando a esposa contava com apenas 31 anos, livra-o da afetividade por Cabeceiras de Basto, vila que viu nascer António Joaquim Rebelo de Sousa nos

idos de 1860. Deste modo, o destino revela-se benévolo para com Marcelo, dispondo o seu carinho em terra historicamente dominada pelo PSD, em vez de da terra vizinha e rival, historicamente dominada pelo PS.

Fernando Albino de Freitas, ex-vereador da Câmara Municipal de Celorico de Basto, membro ativo do Partido Socialista local, candidato habitual aos órgãos autárquicos, comandante dos Bombeiros Voluntários de Celorico de Basto. Ele é o exemplo de que, para além da dicotomia viver *da* e *para* a política, a simples ideia de participar ativamente impõe pressupostos da vida prática que ora limitam e restringem a ação, ora libertam e desinibem. A construção de uma retaguarda financeira, ainda que por mera sorte, liberta a *eleutéria* potencial que habita em cada indivíduo, convocando o estado de liberdade interior exigido a todo o político

(...) eu hoje tenho uma independência, para além de mental, económica, porque me saiu o Totoloto, aqui há uns anos, de 700 ou 800 mil euros, por isso é que eu agora falo de grosso, está a ver? (Fernando Albino de Freitas, PS – Celorico de Basto)

Para se ser independente e livre, é preciso que existam condições de liberdade. Essas condições de emancipação estão diretamente ligadas aos rendimentos económicos individuais e à capacitação cidadã, atribuída pela crítica da envolvimento social, nomeadamente, habilitação para descodificar o mundo, mesmo que esse mundo seja o dos atores do mais fino e subtil recorte da política

(...) Marcelo era professor universitário, já dava aulas com 50 e tal anos, e nunca se lembrou de Celorico, só se começou a lembrar de Celorico quando foi candidato à Assembleia [da República]. E eu sei por quê: foi num célebre congresso, em Lisboa, às quatro da manhã, o doutor Albertino era o presidente da Câmara, que lhe foi feita a proposta. Por quê? Porque o Marcelo é inteligentíssimo, não tenho dúvida nenhuma, é de uma capacidade fora do normal, habilidoso e, também, pronto, mexeriqueiro, mas... fez o desafio aos barões do PSD para darem a cara nas Câmaras e nas Assembleias Municipais. E eu disse, ao Correio da Manhã: “Mas ele tinha ali tão pertinho, repetia Lisboa, quando deu o mergulho no Tejo, ou ia a Sintra ou a Cascais. Ali tantas Câmaras e veio para Celorico por quê? Porque sabia que o PSD ganhava as eleições com 70 ou 80%”. (Fernando Albino de Freitas, PS – Celorico de Basto)

Com o beneplácito de Albertino Mota e Silva, líder do PSD de Celorico de Basto e, remetido o anterior presidente da Assembleia Municipal para o segundo posto, Marcelo avança como cabeça de lista e, a 14 de dezembro de 1997, ganha as eleições obtendo 15 dos 23 mandatos, mais três do que o seu antecessor António Joaquim Gonçalves Bastos. Repetirá o mesmo resultado em 2001, último ano em que se volta a candidatar. Cumpre-se, deste modo, a expectativa criada que entrevê uma fácil e folgada vitória do candidato derrotado à Câmara de

Lisboa nas eleições de 1989. Antes, como jamais alguém imaginara, Marcelo terá direito a encerrar a campanha falando para ecrãs

Então, ele estava a falar ali, no encerramento; é a última mensagem que se deixa, que se dá às pessoas, e vai falar da avó Joaquina e da biblioteca? Se tivesse vergonha, nem falava na biblioteca, porque ele pagava uma renda enormíssima de dois armazéns em Lisboa, para ter lá os livros, e deixou de pagar e veio aqui para Celorico. “Façam o favor”, disse-lhe eu, “façam o favor de ir investigar, à biblioteca, que assiduidade tem as pessoas, os estudantes, de ir lá buscar os livros. Eles vão lá por causa da net!”. Porque não há, como é que hei de dizer... Cultura de leitura! Não se vende jornais, como é que... por amor de Deus! Haverá um ou outro caso pontual. Biblioteca? Sim, eu sou a favor da biblioteca, mas agora ainda a ampliaram mais. Ora, valha-me Nossa Senhora! (Fernando Albino de Freitas, PS – Celorico de Basto)

Neste período reforça-se a relação de Celorico de Basto para com Marcelo. Pelo seu lado dá-se o aprofundamento da relação com a terra cujo afeto se iniciou, em Lisboa, no regaço da avó nascida na Freguesia de Gandarela. Por estas paragens as memórias não conseguiram fixar a imagem da avó Joaquina por lá cirandando ou mesmo brincado em criança. Ou não teve amigos ou as memórias finaram-se com amigos e vizinhos. Esse é, todavia, tema tornado tabu, principalmente quando perguntado por desconhecidos na terra. Só informantes privilegiados aludem ao assunto confessando, inclusive, ser, por vezes tema de conversa galhofeira entre os locais. É compreensível: ao passar a designar-se ligado a Celorico de Basto, o nome de Marcelo Rebelo de Sousa constituiu-se por ali numa espécie de facto social total, atravessando todas as consciências. O seu brilho de estrela de televisão depressa se alongou passando a ser, por extensão, o cintilar de todos os celoricenses. Com o brilho da terra trazido pelos holofotes arrastados por Marcelo passou a dizer-se que Celorico de Basto foi colocado no mapa.

É preciso deixar escrito que, com a pobreza sempre presente, os espíritos humildes dos celoricenses, são engrandecidos pelas figuras da terra que se afirmam exteriormente. No largo



Figura 22 - Estátua de D. António Ribeiro, 15^o.
Patriarca de Lisboa



Figura 21 - Manuel António Mota,
fundador da empresa Mota & C.ª,
Lda.

do município, a figura do cardeal D. António Ribeiro, domina o simbólico espaço-mor da política local. A imagem do 15^o Patriarca de Lisboa, figura nascida em Celorico, expressa todo o sincretismo entre a religião e o poder político local. A estátua, paga e erigida pelo município, a Manuel António da Mota com vista à sua homenagem na passagem dos seus 101 anos de nascimento, foi colocada nos jardins da Associação de Solidariedade de Santo André de Codessos, em tempos recentemente anteriores, dirigida por Joaquim da Mota e Silva¹⁰⁷. Com a presença da estátua esta associação passou a ostentar o nome de Manuel António Mota. Foi na empresa criada pelo estatuido que o atual presidente da Câmara local estagiou após terminar a sua licenciatura. A original Mota & C^a. Lda. – que mais tarde passaria a denominar-se Mota-Engil, por fusão entre as sociedades – era propriedade de parentes do anterior e atual presidente de Câmara.

Quem por ali nasce e se engrandece, engrandece também o nome da terra e esta, agradecida, tributa o engrandecido com uma honraria. No caso de Marcelo, mais do que a sua presença física, a intensidade da sua associação à terra ficou firmada com a doação do seu espólio bibliotecário à novel biblioteca, inaugurada em 2001. Como retribuição, a biblioteca passou a denominar-se “Biblioteca Municipal de Celorico de Basto Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa”. A sua doação livreira tornou-se tanto mais significativa porquanto todos os meses uma carrinha desloca-se a Lisboa para regressar cheia de livros. Desse modo, apesar do diminuto número de leitores, a biblioteca de Celorico de Basto viu-se na contingência de crescer à sua área de prateleiras. Dos 25 mil títulos pensados inicialmente, o espaço foi primeiro alterado para 80 mil, sendo, posteriormente, capacitado para 300 mil títulos¹⁰⁸.

Pela sua posição social e política, quando da sua decisão em candidatar-se por Celorico de Basto, alguns indivíduos espectavam a possibilidade da introdução de uma espécie de novo código moral político na comunidade. No fundo, esperava-se que as qualidades de quem navega

¹⁰⁷ Em 2009 Câmara Municipal de Celorico de Basto viu-se perante a situação inusitada de anular uma votação e pedir o retorno de subsídios que havia atribuído a uma série de 40 associações locais. O problema é que, numa proposta coletiva de subsídios municipais, o então vereador Joaquim da Mota e Silva havia votado, positivamente, a atribuição de subsídios a cinco associações por si dirigidas, sendo elas: Associação de Futsal, Mota Futebol Clube, Associação de Solidariedade Social de Basto, Associação de Ciclismo de Celorico de Basto e da, aqui aludida, Associação de Solidariedade de Santo André de Codessos. Esta anulação só se deu depois da intervenção de Manuel Lopes Machado, vereador sem pelouro e, da constatação de se estar perante uma votação ilegal. Cfr. Jornal de Notícias de 19 de agosto de 2009. Ver em <https://www.in.pt/local/noticias/braga/celorico-de-basto/interior/votacao-ilegal-obriga-cinco-instituicoes-a-devolver-subsidios-1338761.html>

¹⁰⁸ Ver jornal Expresso, edição de 9 de outubro de 2015. Cfr. <http://expresso.sapo.pt/politica/2015-10-09-Marcelo-na-terra-da-avo-Joaquina>, acedido em 02.04.2018

na alta política se impusessem perante as práticas de patrocínio, clientelismo e familismo. Mas depressa se verificou que nada disso iria ocorrer, aliás, pelo contrário

(...) a ida do prof. Marcelo para Celorico legitimou (não digo que foi ele que o fez porque sei que ele não apoia isto, sei que ele é um crítico. E também não lhe compete por fora os colegas do partido) mas deu uma certa legitimidade a essa estrutura que foi criada... (Castro Leal – CDS Celorico de Basto)

A vivência de níveis diferenciados de experiência política, nomeadamente a mensagem transmitida pela televisão, assim como a inabitual presença de meios de comunicação televisivos em Celorico de Basto, resultam nessa contradição na qual, o brilho trazido pelos holofotes destinados a explorar a vedeta política se tornam, eles mesmos, em novos actantes (Latour, 2013; Neves, 2007), introduzindo novos sentidos diferenciados sobre a prática do fenómeno político. Mais do que os resultados eleitorais, ou as ideias políticas diferenciadoras, as memórias das notícias introduzidas no meio televisivo tornam-se longas e guardadas como relíquias históricas.

Filiei-me no CDS e fiz tudo aquilo que partido me pediu, fui candidato à minha Junta de Freguesia, fui candidato à Assembleia Municipal contra o prof. Marcelo Rebelo de Sousa era ele líder nacional do PSD, ou seja... uma luta desigual. Tinha nessa altura 28, 29 anos. Fiz-lhe algumas partidas, algumas patifarias... Na altura apareceram umas notícias na TVI que foi a televisão que filmou que tinha como título, "Marcelo Rebelo de Sousa ouve das que quer e que não quer em Celorico de Basto", outra notícia era "quem com ferros mata, com ferros morre", porque confrontei-o com outra situação que ele tinha denunciado relativamente ao anterior primeiro-ministro, António Guterres, de ter prestado declarações à imprensa no fim de um encontro com o Presidente da República apelando ao voto nos autarcas socialistas e o Marcelo fez uma queixa à Comissão Nacional de Eleições dizendo que o primeiro-ministro não sabia separar as funções. (Altino Bessa, CDS – Celorico de Basto)

Na disputa aparentemente desigual, porque realizada por estatutos políticos desnivelados entre si, os apelos para colocar as práticas políticas habituais de Celorico de Basto em conhecimento comum foram substituídos pela vaidade da reação da estrela política. Mais do que iluminar, tanto brilho acaba por ofuscar.

E depois lá em Celorico ele foi confrontado com uma situação (que fui eu que o confrontei) em que o candidato do PSD tinha um boletim Municipal que era de setembro (as eleições foram de dezembro) e nunca tinha sido distribuído; boletim que tinha uma tiragem oficial de 3 ou 4000 exemplares, e os funcionários da Câmara na semana das eleições andaram a distribuir por todos os locais públicos do município; isto na semana onde aparecia o candidato a presidente de Câmara (era simultaneamente presidente e candidato) em mais de 20 fotografias ilustradas nesse boletim... e nós achávamos que isso era uma desigualdade e eu fiz uma queixa à CNE... e como o confrontei um dia à frente da TVI que estava ali naquele momento a filmar... e ele ficou muito à... rasca... Tinha alguma piada...e foi uma glória para o jovem candidato também... (Altino Bessa, CDS – Celorico de Basto)

Apesar de ter sido presidente da Assembleia Municipal durante dois mandatos e de, amiúde, aí se deslocar, a atividade de Marcelo na passagem por Celorico de Basto parece resultar de uma existência à parte de toda a sua vida. Trata-se de um intervalo biográfico. A explicação – ou a falta dela – está na sua biografia oficial, escrita por Vitor Matos. Das 710 páginas que compõem os 12 capítulos, acrescido de epílogo e notas, dessas memórias (Matos, 2012)¹⁰⁹, não há lugar para uma só referência à terra que lhe treinou os afetos¹¹⁰. É necessário referir que se distinguem aqui dois tipos de biografia política. À parte a biografia – *in vita* ou *post mortem* – escrita com distância física e temporal entre o biografado e biógrafo¹¹¹, ou a autobiografia quando o agente político já se retirou e se encontra liberto de compromissos e afastado de estratégias de poder¹¹². Esta análise tem por objeto a típica biografia do político cuja vida passada, além de mostrada como toda a vida desse político surge, em simultâneo, como uma alavanca com um fulcro ajustado à uma projeção simplificada do futuro político ainda em curso¹¹³. Nesta aceção toda a narração vertida para a biografia relaciona-se com “o dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospetiva, uma consistência e uma constância” através de uma estruturada e interligada teia e trama urdida num nexos de “relações inteligíveis, como a do efeito, a causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos” numa construção linearizada pela significação (Bourdieu, 1998a, p. 185). A biografia política é, neste caso, mais um ato que se insere nas linhas da perícia do político com vista à prossecução simultânea da sua eternização. Este tipo de biografia, muito usual em Portugal, constitui uma arma de luta política. Tem a particularidade de reordenar o passado em função das necessidades do presente. Geralmente escreve-se “a biografia” quando o político biografado pretende marcar aspetos pelos quais pretende que se deva passar a reconhecer a

¹⁰⁹ Bibliografia na qual o próprio Marcelo Rebelo de Sousa colaborou com mais de setenta horas de entrevistas dadas ao autor. Cfr Matos (2012, pp. 17–19).

¹¹⁰ Na realidade, como se alude no início deste texto, esta ausência faz todo o sentido. Nesse contexto, não se pode abandonar o princípio da existência de um centro macrocéfalo, onde se dá a produção do verdadeiro político e da periferia ajuizada como microcéfala por esse mesmo centro aglutinador. Deste modo, percebe-se as razões porque a atividade de Marcelo em Celorico de Basto, não pode ser inscrita em ato de política solene.

¹¹¹ *A Life*, biografia de Winston Churchill escrita por Martin Gilbert (Penguin Random House, 1991) revela-se um caso paradigmático.

¹¹² Dentro desta vertente pode-se enunciar o caso de *A Long Walk to Freedom*, autobiografia de Nelson Mandela (Macdonald Purnell, 1995)

¹¹³ O caso da biografia escrita por Sofia Aureliano, assessora do grupo parlamentar do Partido Social Democrata, partido do então Primeiro-ministro biografado Pedro Passos Coelho (Alêtheia, 2015) assenta nesta tipologia. No mesmo plano pode-se inscrever a biografia do ex-Primeiro Ministro do Partido Socialista, José Sócrates, escrita por Eduarda Maio (*A Esfera dos Livros*, 2008).

sua vida, diferenciando-a de narrativas comuns e distinguindo-a – e por isso distinguindo-se – através do enunciado da posse de particularidades pessoais destacadas e de fácil reconhecimento social como qualidades extraordinárias.

Tome-se o exemplo dos candidatos a Presidente da República. Porque se trata de uma função uninominal, os candidatos, ou putativos candidatos, ao cargo vêm-se na necessidade de colocar a sua vida em público, forma objetivamente desinteressada de nada esconder da vida passada e subjetivamente interessada na construção de uma narrativa socialmente reconhecida (Schutz, 1979). A biografia política construída nestas circunstâncias segue uma dupla objetividade circunscrita nas vertentes exteriores e interiores.

Por um lado revela o curriculum público do candidato junto do público que o desconhece, ou não conhece bem, assim parecendo querer tornar público todo o privado que há em si. Por outro, mostra as dimensões pelas quais o candidato se consciencializou de si, e como estas mesmas dimensões interligadas configuram uma narrativa objetiva – na verdade objetivada – de vida. A biografia constitui, desta forma, a impressão de todas as bênçãos de berço, todas as aprendizagens, certificações, diplomas e perícias que ao longo da vida, de tal forma se incrustaram no corpo e na mente, ao ponto de construírem um ser cuja existência só parece possível saído de um ato de magia.

Conforme sustentam os estudos em etnometodologia (Garfinkel, 2006) a biografia política assim entendida revela a história de um exemplar único que carrega os acontecimentos como o curso de vida vertido numa corrente lógica, única e irrepitível, por um lado notificando o inobservável, como sejam as qualidades internas e exclusivas do biografado e, por outro ajustada a acontecimentos colocados na data, no lugar, e nas interações particulares atravessadas pelos imponderáveis do curso histórico. Estes dados surgem ordenados segundo uma coerência exteriorizada e frutificados na alquimia expressa das formas desejadas do biografado, traçadas pelas linhas do que melhor parece ser uma narração positivamente diferenciada do vivido.

Na biografia política, os *factos* vão para além do recorte do acontecimento. Ganham propriedades *introduzidas* pelo futuro tornando-se, mais do que um pretérito perfeito, num passado composto. O acontecido dá lugar ao acontecimento em sucessão fluída e coerente com o vivido. É dessa forma que a biografia política, por revelar uma extensão prolongada e agarrada a um fio condutor, tende a transformar-se na totalidade do político biografado, compondo-o como

um predestinado cujas *particularidades de vida*, já coerentemente instituídos, unem o princípio ao fim com lógica pelo meio Cfr. Bourdieu (1982a, 1997, 1998a).

Em Celorico de Basto, a ação de campanha de Marcelo Rebelo de Sousa foi realizada de acordo com os cânones políticos instituídos localmente. Tratou-se de política no ‘país-real’, geografia onde cabem ações políticas impossíveis no país fantástico. Segue a receita: primeiro identifica-se um candidato à junta de freguesia com uma família grande, para desse modo se valorizar, economicamente, a ação política. Depois identifica-se algumas casas dominadas por algumas carestias e, no ato de debelar essas insuficiências, fica contratado o dever de retribuição

Quando se aproximasse o ato eleitoral, alcatrão e pronto, lá assegurávamos mais ali quatro ou cinco famílias, não é? Isto foi sempre assim. Até o próprio Doutor Marcelo: houve aí uma das campanhas que acho que foi em 2001. Ele chegava aí às freguesias com o Doutor Albertino, falava com as pessoas e o Doutor Marcelo via logo: “isto não temos nenhum voto”. “Você, nunca pediu luz à Câmara?”. “Já fui lá numa altura e pedi requerimento, nunca mais tive nada”. Ó Doutor Albertino, então aqui amanhã punha um poste, não é? Entretanto, o Doutor Albertino já tinha andado a encomendar poste... Lá assegurava mais meio ponto, não é?

O ato em si revela uma estratégia de subordinação, mutuamente consentida, ao poder. Trata-se de uma permuta com vista à obtenção de vantagens e que exprime uma relação na qual se dá a presença de uma atitude em que existe um indivíduo poderoso com capacidade de decisão sobre bens públicos e um indivíduo sem poder que pretende usufruir de algo – um serviço ou um bem – cuja capacidade de decisão pertence ao primeiro. Num quadro recorrente das relações estabelecidas sob a forma de patrono e cliente, a parte fraca é colocada em dívida para com a parte forte, num processo de transação em que a coisa pública entregue pelo patrono é, na receção pelo cliente, entendida como coisa privada, da qual além da dívida e de gratidão, este último passa a estar obrigado à fidelidade¹¹⁴.

Fez isto sucessivamente o Doutor Marcelo, fez isto sucessivamente. Pronto. O Doutor Marcelo é um homem extremamente simpático, impecável. Tem sempre uma história para contar agradável. Depois, ele chega aí aos restaurantes e tal e estava quase sempre na cozinha. Ia ver as cozinheiras, depois lá vinha fazer o almocito. Ele come pouquíssimo. Levantava-se, ia às

¹¹⁴ Em 1993, Valentim Loureiro, candidato à Câmara de Gondomar foi denunciado pelos *media* por oferecer eletrodomésticos aos eleitores durante a campanha eleitoral. Em 2008 o jornal Público aludia ainda ao facto “das torradeiras e outros pequenos eletrodomésticos que o então candidato à Câmara de Gondomar distribuiu aos populares, durante a campanha que lhe garantiu a primeira eleição”. Enquanto o caso de Valentim Loureiro é denunciado como anómalo, o caso de Marcelo Rebelo de Sousa, aqui em análise, é, genericamente, remetido para a sua bondade paternal e vontade assistencial. Neste caso parece existir, por parte dos *media*, um entendimento diferenciado que faz de idêntico facto algo tolerável ou intolerável, de acordo com um estatuto moral de partida alocado no indivíduo e não nas ações desses indivíduos. Dito de outro modo: uma ação política pode ser ou não aceitável, de acordo com o estatuto moral reconhecido do político.

cozinheiras e deixavam 100 euros, 150 euros para as cozinheiras em todos os lados. (Eduardo Magalhães, PS – Celorico de Basto)

Cabe ao ator político descobrir a melhor interpretação de si com vista a causar boa impressão à audiência (Goffman, 1959). A interpretação magistral determina muito do valor moral da ação e pode obnubilar o essencial em favor da valorização do acessório. A representação política, mais do que estar dominada pelo arte de saber fazer, tem de estar alinhada com um ato de campanha e envolvida numa clara transação económica do voto. Neste caso é uma representação dramatúrgica que ganha significância

O Marcelo é assim. O Marcelo ia visitar uma escola primária, “ó Albertino, isto é um computador?”. Põe lá em baixo um computador. “Mas ó professor”... e deixava lá um cheque para um computador. (Eduardo Magalhães, PS – Celorico de Basto)

Mais do que introduzir as qualidades do político de Lisboa em Celorico de Basto, o político lisboeta banhou-se no caldo das qualidades do modo de fazer política em Celorico de Basto, todavia elevando, a um grau exponencial, os atos que ali se praticavam ao nível da pobreza da localidade. No alinhamento das práticas baseada na economia das trocas simbólicas (Bourdieu, 2007), Marcelo Rebelo de Sousa teve o condão de, sua passagem pela vila celoricense, não só de legitimar estatutariamente as relações políticas baseadas em interesses entre senhores e servidores, mas de onerar superiormente o valor atribuído a este tipo de relações, aparentemente sustentadas numa dádiva desinteressada. O princípio é simples: se alguém com tantas letras, tanto mundo, tantas horas de holofotes, tanta atenção, amplamente reconhecido como despreendido de interesses, pode introduzir, desinteressadamente, a distribuição de dinheiro como forma afetuosa do agir político, tal quer dizer que tal é legítimo

Gastou ali uns dinheiros também. Agradável: que depois nós acabamos por fazer a mesma coisa, o nosso candidato tinha bastante dinheiro, o engenheiro Machado. E também acabávamos por fazer a mesma coisa. Ia aos restaurantes e também deixava gorjeta aos 200 euros e aos 300 e tal. E pensava assim umas coisas. Umas cadeiras de rodas e tal. Enfim, enfim. Mas para dizer isto porque o concelho, é um concelho muito, muito pobre. Eduardo Magalhães, PS – Celorico de Basto)

É claro e certo que, em certa medida, a ação de Marcelo Rebelo de Sousa em Celorico de Basto traduziu-se na realização de uma forma particular de dar, da qual se espera, à partida, uma retribuição¹¹⁵ nunca inferior. Na medida em que Celorico de Basto não é importante na sua

¹¹⁵ Este tipo de dádiva foi identificado no século XIX por etnógrafos em práticas de variadas tribos da costa americana do oceano Pacífico. O *pottlach* consistia num ritual em que o homenageado renunciava e redistribuía, festivamente, os seus bens mantendo,

biografia, a importância que Marcelo encontra em Celorico centra-se na forma de expressão de afetos com que é mimoseado. Durante a campanha eleitoral de 2009, Joaquim da Mota e Silva, candidato à câmara e seu colega de partido, já lhe apanhara o jeito

Cada evento que nós fazíamos tinha cada vez mais gente a participar. Notava-se cada vez mais a alegria e a confiança por parte das pessoas, por isso o trabalho e a proximidade durante esses anos com a população, a confiança da estrutura partidária e de uma parte da sociedade civil numa campanha jovem, dinâmica, muito humana, a apelar muito ao sentimento das pessoas... Uma campanha dos afetos da altura... Agora o Presidente Marcelo é o Presidente dos afetos. (Joaquim Mota e Silva – PSD Celorico de Basto)

Entre práticas de patrocínio e clientelismo, o suporte eleitoral assente em atos de caciquismo, o apoio do familismo, funda-se a natureza da política baseada em valores entranhados na ação racional afetiva “em prol de uma axiologicamente incrédula e puramente racional em ordem a fins” (Weber, 2005c, p. 56). Trata-se, objetivamente, um tipo de ação com relação íntima com a pobreza.

Para adquirir valor figurativo na expressão política, a ordem afetiva sustenta-se na fotografia das práticas imediatas, reveladoras do quadro geral da pobreza de espírito com a conseqüente exploração dessa pobreza com vista a fins de engrandecimento político imediato. Habitualmente, um proprietário do dom do conforto intromete-o habilmente no interior da mente humilde. Obtém, desse modo, o reconhecimento prático pelo gesto cujo jaez lhe fora dado pela biografia e pelas estratégias de afetuosidade, produzindo-se, desde logo uma dívida de gratidão, convertida imediatamente em dívida política.

O facto da sua grande biografia, onde colabora com mais de 70 horas de conversa, não ter lugar para Celorico de Basto, não retira esta localidade da rota vivida por Marcelo Rebelo de Sousa. Face à representação simbólica de si introduzida na localidade, o olvidar deliberado ou descuido inadvertido, impõem a compreensão prática da ausência celoricense na sua grande biografia. E a explicação só poder ser de que os dias afetivos, geralmente apresentados como a centelha humana na política, cabem na dimensão da afirmação prática da vida na política mas não se acercam de significado suficiente para fazerem parte da dimensão simbólica de uma grande vida na grande política.

todavia, a expectativa de retribuição, sabendo que esta última seria uma dádiva um tanto mais desinteressadamente violenta (no sentido de superior) do que a sua. Cfr.(Mauss, 1924)

9.6 DENTRO DA CRISE DA MEDIAÇÃO POLÍTICA

9.6.1 Prebendas e benefícios para os “nossos”

Na forma repetidamente popularizada o Estado é uma entidade una e indivisível. Em simultâneo ao declarado, o mesmo Estado constitui a sua unidade segundo diferenças geradas no seu interior, aceitando – no caso das democracias – como *parti pri*, a impossibilidade de as anular pelo silenciamento. Aliás, pelo contrário, as ideias expressas, ditas e contraditas, alimentam o Estado democrático nessa sua unidade formada de diferenças. Desta forma, o Estado uno e indivisível assenta numa contradição entre a imagem reivindicada de si e a orgânica em que faz assentar a sua existência.

O Estado uno fortalece-se na sua unidade, não só reconhecendo ordens dissemelhantes no seu interior mas, mais do que isso, dando-lhes campo de existência autorizada e incentivada na fabricação de divergências. Na medida em que a discórdia é autorizada e incentivada, a dissemelhança separada torna-se, ela mesma, o âmago do próprio Estado uno e indivisível.

O Estado assim percebido forma-se numa base apartada. Os partidos políticos nascem desta separação autorizada transformando-se, mais tarde, num dos pilares das democracias. Até transformarem-se em organizações dotadas de características particulares, nomeadamente em burocracias com vicissitudes idiossincráticas transversais e modos de produção idênticos sob ideias diferentes, os partidos têm, atrás de si, uma história gerada em processos de informalidade sem que, contudo, tal processo tenha estado desligado da ambição pelo acesso ao poder. Como já foi aduzido, a origem dos partidos não se localiza propriamente num grupo mas em indivíduos constituídos como políticos (Duverger, 1970).

(...) Os partidos nascem para reivindicar poder... Existem porque as pessoas não estavam satisfeitas e então foram surgindo partidos. Só que os partidos são autocráticos, sempre foram; a democracia que estão a propagandear não é exercida internamente, nunca foi. Portanto cria aqui um absurdo lógico ao fim e ao cabo que é os partidos existem para defender o interesse da população dizendo que a população tem de ser tratada de forma igual, de forma imparcial... e a população que participa nos partidos rapidamente percebe que não há nada disso dentro do partido. (Castro Leal – CDS Celorico de Basto)

Na forma como se dispõem habitualmente, os partidos apresentam-se hierarquizados como se aí se desse uma particular estrutura de classes agindo, aparentemente, segundo um consenso quanto aos objetivos fundamentais do grupo estabelecido pelos pares. Na realidade não cabe à totalidade, mas a um pequeno grupo, decidir sobre as escolhas assim como

determinação dos caminhos a seguir pelo partido. As decisões, quando necessárias, são embrulhadas num plebiscito que lhes dá a forma de uma decisão coletiva.

Por vezes, em algumas geografias, há bandeira política mas nem sempre existe o partido correspondente. Quando tal ocorre, o partido é a bandeira e não um grupo. Estas situações revelam-se nas circunstâncias em que as estatísticas dos resultados eleitorais mostram uma realidade não reconciliável no terreno. Ocorrem nas áreas comunitárias onde o reduzido número de populares, por vezes, faz com que não seja possível existir uma representação partidária constituída segundo uma organização formal.

Não há uma organização porque somos poucos. Às vezes juntámo-nos com os de Cabeceiras. Mesmo assim juntamos uns 4 ou 5, uma celulazinha e falamos sobre as eleições presidenciais, sobre aspetos da política, alguma coisa que seja importante falar. (Heitor Marinho – PCP Celorico de Basto)

Geralmente a organização deste tipo de partido, por assentar num reduzido número de pessoas, promove a circulação desses indivíduos entre os seus órgãos, fazendo-os revezarem-se nas posições. Com o passar dos tempos este género de organização torna-se numa espécie de sociedade fechada em si, incapaz de se renovar. Qualquer aproximação é tomada por uma ameaça. Deste modo, só os familiares são aceites como membros oportunos e, por isso, recebidos não só sem desconfianças como merecedores da organização partidária. Tal não invalida o aparecimento de uma consciência orientada para a necessidade de mudança e que, no meio de dificuldades, acredite na criação de algo a partir de praticamente nada

[Eu] era alguém que ia reativar algo inativo. Funcionava de forma muito básica. Aquela estrutura que reúne tornei a criá-la. E consegui que viessem mais pessoas para o CDS. Tenho um grupo de 10/12 pessoas que trabalha permanentemente e que me ajuda a manter a liderança da Concelhia... Mais um mandato porque depois dá-se a limitação porque completo três mandatos. O meu trabalho no CDS não é para mim porque dificilmente vou conseguir cumprir os meus objetivos mas não vou deixar morrer o grupo, nem aquelas pessoas têm ideias muito claras do que querem... (Castro Leal – CDS Celorico de Basto)

Em algumas circunstâncias de completa ausência de pessoas para se associarem, surge alguém que, por razões diversas, se incumbem de dar a cara pelo partido. Para todos os efeitos ele é o partido. Em regra trata-se de um notável local que, pelo seu passado de fidelidade, aliado às relações de privilégio com as cúpulas, ou algumas hierarquias regionais, se toma como o *partido*. Como é evidente, no caso, o partido não segue a forma clássica, não apresentando hierarquias locais e, muito menos uma base militante.

Fui presidente da concelhia durante uma quantidade de mandatos. Depois houve a limitação de mandatos... foi preciso organizar Évora, estava desorganizadíssima e o presidente do partido, na altura o Paulo Portas, pediu-me através do presidente da distrital para mudar a minha filiação daqui de Mora para Évora (...) O CDS (...) às vezes concorria só à camara (não concorria às Assembleias [Municipais] porque não tinha gente suficiente. Eu próprio, pra aí com 25 anos, numa altura de grande crise do CDS, que era a altura [o partido] do táxi, não arranjei os candidatos necessários para à Assembleia da Republica e tive que lá por o meu nome. (Joaquim Pereira Lopes, CDS Mora)

O ato plebiscitário, geralmente assumido como uma escolha de um órgão do partido, legitima o escolhido apenas pela ordem da designação. Por vezes, a designação é feita segundo os princípios de uso do poder discricionário, assim anulando-se, desde logo, a eventual necessidade de legitimação decisória. Nestas circunstâncias é assumido que a escolha individual seria, de todo em todo, a escolha de todos.

Tem uma história... Eu escolhi para cabeça de lista... levei à Comissão Política... escolhi uma pessoa, um jovem... um advogado e tinha sido militante e eu não era... eu indiquei-o... Falei lá com algumas pessoas mas ele também estava mal relacionado, dava-se com pessoas que politicamente não nos eram afetas, começou a querer fazer a lista da Câmara toda do agrado dele com pessoas que não nos agradavam... ele bateu um bocado o pé... até que eu tomei a decisão de dizer "ó caro amigo, a sua candidatura termina aqui hoje e vamos de certo pensar bem nisso". (Albertino da Mota e Silva – PSD Ex-presidente da Camara de Celorico)

Neste tipo de escolhas, pode revelar-se o típico político que sabe subsumir o “nós” num “eu” e transformar o “eu” num novo ‘nós’ que, no último caso, pode ser interpretado como um “nós” majestático ou ser reconhecido como a reivindicação assumida de quem verdadeiramente tem o poder de comandar

(...) convidei mais duas pessoas para encabeçar a nossa lista... eu fui da quarta escolha... A segunda andou a enrolar, disse que ia falar com a família... e tal e depois de ter falado com a família disse que não tinha tempo, que era preciso muita dedicação, que não podia... Depois convidei um terceiro... quer um quer outro já morreram... Que não, que não tinha tempo... Depois a Comissão Política acabou a dizer "olha ó professor Albertino vais tu, vais tu mesmo"... e eu nunca rejeito, pronto... (Albertino da Mota e Silva – PSD ex-presidente da Camara de Celorico)

Um político à procura de outro político para um cargo corre sempre o risco de ter de enfrentar a dura realidade da recusa sistemática. Quando tal acontece e se dá a via da permanente rejeição, não resta outra solução senão ser-se penalizado por um convite, necessariamente, desta vez, não provindo de quem se habituara a convidar mas sim do órgão a quem cabe, legitimamente, convidar. Nesta circunstância, com a retirada dos poderes delegados para convidar, dá-se o *fetichismo* do convite se dirigir a quem é, simultaneamente, subtilmente demitido de convidar e, publicamente distinguido com um convite do órgão legítimo para ser o candidato.

Existe uma fórmula prática que explica este processo na política. Faz parte dos cânones. Trata-se da aprendizagem dos códigos reveladores do uso da linguagem. Na política, a afirmação faz o político. Não importa muito o que se diz, desde que se afirme haver método naquilo que é declarado. Todo o proclamado pelo político deve cuidar de não ciar expetativas.

Eles pediam mas eu nunca dizia que sim... embora eu saiba que politicamente é contrário, mas uma pessoa nunca deve dizer que sim e nunca deve dizer que não; raramente deve dizer que não e quase sempre deve dizer talvez, penso que é mais ou menos assim aquilo que aprendi na política (Albertino da Mota e Silva – PSD ex-presidente da Câmara de Celorico)

Mas deve esforçar-se por manter vivo o sonho. Deste modo, a plantação da dúvida não só faz florescer a esperança como concebe, no imediato, a presença da sempre possível ação futura do político. Nada como manter viçosos os espíritos que se alimentam de esperança para, desse modo, se manter ativa a atração entre o político e militante ou simpatizante. Quando o poder toca aos do 'nosso' partido, uma pequena parte do todo passa a ter o sentimento de primazia dos despojos da contenda. Pela sua gula, os 'nossos' podem constituir um problema, que os próprios não se dão conta. Como se de um fiel depositário do poder geral se tratasse, cabe ao político na posse do poder, disciplinar as almas militantes mal formadas na arte de pedir descaradamente

(...) quanto mais se faz, quando mais se dá, as pessoas acham que o fazer muito é fácil, ainda querem mais; ainda é muito difícil aturar os "nossos"... das nossas ideologias... como são 'PSDês' estão convencidos tem direito a ser atendidos mais do que os outros e eu dizia, "olhe que por ser do PSD deve mais exigente consigo; deve ter mais cuidado porque deve saber que não pode ter mais do que os outros (Albertino da Mota e Silva – PSD Ex-presidente da Camara de Celorico)

Colocar-se no papel daquele que sabe introduzir as noções gerais de distribuição, constitui uma reivindicação de qualidade para o político superior. Trata-se não só de saber jogar o jogo dos discursos, como de saber quais são os seus efeitos.

Quando o poder municipal é de um partido e o poder da freguesia é de um adversário, surgem as situações nas quais os elementos do partido entreveem um momento de agarrar todo o espólio eleitoral pela via onde o poder pode ser mais forte. Revela-se aqui como a democracia não é assim um fim em si. Antes da democracia, estamos nós, as nossas obras, ainda que no sufragar das nossas propostas estas tenham sido preteridas em benefício das propostas dos 'outros', os adversários. Que bem entendido não têm o poder maior, o poder do Município onde reside a capacidade de decisão. Mais do que a atribuição do poder segundo os resultados

distribuídos pela democracia, o princípio direciona-se para uma espécie de apropriação primária baseada na captura do poder, não importa como e em que circunstâncias.

(...) no princípio, os que tinham perdido nas freguesias, vinham ter connosco, a exigir que a gente fizesse o programa deles e não o programa dos que ganharam. Eu achava muita graça àquilo. Dizia: “Ó homem, mas como é que você quer, se eles ganharam”... “Mas aquilo não serve, aquilo está mal”, “Mas não é você que ganhou as eleições. Se estiver mal, eles é que vão pená-las. Agora, nós não nos podemos sobrepor, nós podemos é falar, temos essa obrigação. ‘Você acha que essa é a obra que lhe faz falta? Aquela não seria melhor?’, mas temos que respeitar a legitimidade das pessoas que ganharam na sua terra”. Eles tinham um bocado... havia um bocado essa coisa, não é, como nós ganhámos, os ‘nossos’ tinham a tentação de querer que se fizesse as coisas que eles queriam. (Flora Silva – PS – Viana do Castelo)

O princípio dos “nossos” é bebido na ordem militar. Há os ‘nossos’ e há os outros. Na vertente castrense não há que confundir a noção de ‘outro’ com a descoberta do ‘eu’. O ‘outro’ é, tão só, um inimigo. Tal e qual como uma certa visão do político e a política¹¹⁶. Neste caso, o ‘outro’ é todo aquele diferente cuja dissemelhança o distingue do ‘eu’ e, logo, por isso, é impossível de integrar nas nossas ideias. Trata-se de uma ideia de aniquilamento que introduz, no confronto político, a noção de diferença pelo apartar e excluir. No apelo aos sentimentos mais primários da captura, os “outros” são tratados com os direitos das presas acoissadas.

E lembro-me, uma vez, de um senhor, entrou... era de um grupo desportivo, cheio de... acompanhado, ainda hoje estou para saber de que partido eram, e ele vinha como “agora somos nós”, não é, “tem que fazer isto, tem que fazer aquilo”, e eu: “Agora somos nós?” – mas é que foi mesmo assim – “Que é isso do ‘agora somos nós’? Não estou a perceber”, “Ah, porque eu sou militante socialista”, “Perguntei-lhe de que partido era? Você, aqui, não é militante socialista, é um vianense, de um clube, que quer falar comigo. Eu não lhe admito que venha aqui dizer que é militante, eu não lhe perguntei, nós aqui não estamos a falar em militância. Quando nós ganhámos a Câmara, o nosso partido passa a ser Viana do Castelo. O nosso partido ideológico, que nos trouxe até cá, e as ideias, as grandes linhas de atuação, naturalmente, são socialistas, mas aqui o partido é Viana do Castelo, é desenvolver Viana do Castelo, é ouvir toda a gente, é ver o que é que é melhor, porque nós nem sempre temos as ideias todas boas, às vezes também nos sai cada patacoada que valha-nos Deus”. (Flora Silva – PS – Viana do Castelo)

Reside, nesta perspetiva, a noção da existência dos “nossos” como unos. Exclusivos. Trata-se de ser especial e restrito. Demonstra-se aqui como é exigido ao político, agindo nas democracias, um esforço de racionalização tendente à manutenção da ideia de contraponto em forma de partido diferenciado. Nesse modo racionalizado de entender a política, o poder entregue ao

¹¹⁶ Nomeadamente a de Julien Freund que, na sua obra *L'essence du politique* (1969), parte da noção da política como o campo do agir entre amigo e inimigo. Esta perspetiva é diretamente bebida da elucubração de Karl Schmitt que, na sua produção teórica sobre “O conceito de político” (2015), funda esta ideológica visão de fronteira, recortada sob uma bélica intransponibilidade, da qual não faz parte a noção de viver plural.

partido decorre apenas de uma escolha para aplicação de ideias e orçamentos num fim comum. Podem ser atribuídos várias nomenclaturas a esse fim comum mas, a noção mais importante a reter é a consciência da totalidade, amplitude para o qual se dirige toda a parte diferenciada, autorizada pelo Estado, mais conhecida por partido.

Pronto, e então ele ficou muito zangado. Eu desconfio que ele lá devia ter gente do PSD, deve-se ter gabado que era só chegar lá e dizer que era militante socialista e estava tudo feito. “O quê? O que é que a senhora me está a dizer? Eu vou já rasgar o cartão!”, “Faz muito bem! Socialistas destes, eu não preciso”. Ele a puxar do cartão: “Vou já rasgar o cartão!”, “À vontade. Quer que o ajude?”. (Flora Silva – PS – Viana do Castelo)

Eis como, não raras vezes, a demonstração do poder não carece de uma aplicação prática. Não se trata de uma obra exigida, um investimento necessário, uma mudança urgente. A demonstração de poder é, por vezes, uma abstração que visa apenas promover o autoengrandecimento perante a comunidade, ainda que exponencialmente junto de adversários políticos. Trata-se de fazer notar que, por um lado, se pode condicionar quem decide e, por outro, que tal decorre da força do lugar ocupado como militante do partido. A simples demonstração pública que se está na posse de capacidade para condicionar, pelo conhecimento, aqueles que representam e detêm, verdadeiramente, o ato decisório, é suficiente para muitos militantes se sentirem convictos participantes no poder do partido.

As malhas do poder simbólico formam-se a partir da desatenção da maior parte o que significa reconhecer e concentrar o poder, por omissão, numa pequena fração (Bourdieu, 1989). Mas não fica excluído o reconhecimento desse poder por parte de algumas unidades da base militante, assim como, também não se exclui a reivindicação, ainda que pela simples vaidade especulativa, da posse de parte desse poder simbolizado, proveniente da materialização em poucos da intangibilidade de muitos.

Esta realidade é, não raras vezes, visível quando os partidos políticos entram em hibernação por ausência de quem queira encimar a sua direção e liderança. O aparecimento de algum político manifestando vontade de dirigir faz reunir as bases, dessa forma ajudando a construir as malhas de poder mágico que levará o líder a perceber-se sustentado para dar força e forma ao seu agir

[Sobre a reativação do CDS em Celorico de Basto] A nível local fui recebido de braços abertos... era alguém que ia reativar algo inativo. Funcionava de forma muito básica. Aquela estrutura que reúne tornei a criá-la. E consegui que viessem mais pessoas para o CDS. Tenho um grupo de 10/12 pessoas que trabalha permanentemente e que me ajuda a manter a liderança da Concelhia (Castro Leal – CDS Celorico de Basto)

É essa autoridade, gerada e entregue pela mágica do grupo, mas do qual o grupo se afasta em termos de uso, que reside, mais do que o poder legítimo, as configurações torneadoras do aprimoramento do político. Obrigatoriamente este tem de se desligar da totalidade para se dedicar ao particular. Trata-se da redução do múltiplo ao uno, sem se desfazer a presença múltiplo nem se dando, nesta passagem, alguma expressão de opostos.

Do indivíduo, nem limita nem amplia; o indivíduo só se autocondiciona se quiser. Na ação política limita! Porque há pessoas que não entram numa lista como independentes porque o partido A, B e C, não interessa qual porque acontece com todos, acaba por limitar... Nos partidos do poder estão menos limitados mas individualmente. Pessoalmente, não limita... Claro que se o meu objetivo no Partido é subir no Partido eu estou limitadíssimo porque vou ter de agradar a toda a gente que me pode guindar. Mas não é essa a minha conduta e não devia ser a de ninguém. O partido impõe é limites às pessoas porque os partidos sendo autocráticos decidem quem são os deputados. É o centralismo (Castro Leal – CDS Celorico de Basto)

A perda da arbitrariedade e da amplitude da liberdade individual em favor de uma certa limitação de ação, apenas representa o ascender a uma nova figuração compensada pela posse de poder discricionário, o típico poder das oligarquias partidárias cujo funcionamento segundo a rigidez das suas leis de ferro, proporciona a possibilidade de gerir um séquito.

(...) Os partidos limitam: O PSD fez isso, o PS fez isso no Porto e tiveram problemas, o CDS fez o mesmo... Penso que isto é o princípio do fim porque vão ter apenas seguidistas. O problema é o que fica entretanto, os partidos encolhem não representam ninguém e o que é feito das pessoas que pensam de maneira diferente. Se regressam ao país não se sentem representadas o que é que vão fazer? Radicalizam-se? Talvez... (Castro Leal – CDS Celorico de Basto)

Quando, em 1993, Defensor Moura foi surpreendentemente eleito, pela primeira vez, presidente de Câmara de Viana do Castelo, era ainda independente – apesar de conotado com o PRD, partido do qual havia sido deputado à Assembleia da República. Imediatamente foi alertado para uma circunstância da qual não se havia questionado: o aparelho partidário poderia constituir um grande problema para si. Por isso, antes de tudo, decidiu resolver o problema, dando o primeiro passo para garantir serenidade

Fiz-me militante logo em janeiro de 1994. (Defensor Moura, PS – Viana do Castelo)

O seu conselheiro foi César Oliveira, seu colega, eleito em 1989 para presidir à Câmara de Oliveira do Hospital, nas listas do PS, enquanto independente. Sentindo-se útil e determinado para um segundo mandato quis continuar em 1993, mas o aparelho local do PS não o reconduziu. Até essa altura era usual um partido apresentar independentes como mostra da sua capacidade de atração de indivíduos detentores de capital simbólico. Por essa altura já os

partidos políticos em Portugal, em especial nas áreas comunitárias, se enrijeciam impondo a lógica do aparelho.

[Ele] gostou daquilo, mas quando se quis recandidatar teve a surpresa da comissão política local de dizer você vai à frente, mas aquele vai em segundo e tal... Então ele foi-se embora. E quando o encontrei logo em Janeiro ele disse me “Defensor vê lá se tens cuidados, vê lá se controlas a Comissão Política local, senão estas lixado, tens mais um partido contra ti!” E foi isso que fiz. Inscrevi-me e na primeira vez que houve eleições para a Comissão Política, em 1995, candidatei-me e fiquei presidente. (Defensor Moura, PS – Viana do Castelo)

Toda a lógica do poder partidário é ditado segundo o funcionamento do aparelho. É no seu interior que se dão não só as escolhas como também, é aí que se determina, quem ocupa o quê, nomeadamente lugares de representação. Quando, por algum motivo, é imposto um nome pelas cúpulas do partido, todo o aparelho local reage negativamente. Nestes casos, estabelece-se uma relação de conflito latente entre os dirigentes do partido e o edil eleito. Este é transformado pela vitória, não num representante do partido, mas num intrometido no caminho natural a percorrer exclusivamente por gente do partido. Ainda que o poder seja publicamente atribuído à bandeira do partido, é entendido como um poder privado do intruso e não como um poder de toda a estrutura partidária local. Como ocorrera com César Oliveira em Oliveira do Hospital, o conflito latente tende para conflito manifesto. A única forma de enfrentar este tipo de conflito com sucesso político consiste em levar o intrometido até aos interstícios do aparelho para, desse modo, domá-lo.

[Senti necessidade] de ter um controlo sobre a política a nível local, senão estava tramado. Tive sempre oposição, nunca fui eleito para a Comissão Política sem ter oposição. Porque havia sempre um núcleo de tipos que achavam que estavam a ser prejudicados. (Defensor Moura, PS – Viana do Castelo)

O poder após eleição é do partido, não dos eleitos. O poder, após eleições é “dos nossos”, não dos “outros”. Aliás, perante os primeiros sinais de independência, só resta ao aparelho reagir, lutando para que seja no seu interior, e não no exterior, o local de construção dos atos adstritos à imagem do partido.

Eu dou-lhe um exemplo: que isto é paradigmático na forma como eu fui escolhido pelo núcleo da comissão política e ganhei as eleições. Fiz a sede fora do partido, a sede da campanha fora do partido e tive logo problemas com alguns tipos de algumas freguesias, boicotaram a colagem de cartazes. Rasgavam os cartazes, etc... (Defensor Moura, PS – Viana do Castelo)

Mandam os cânones da política que seja o interior do aparelho a indicar os que devem usufruir do espólio das vitórias políticas. Os lugares políticos de nomeação não são do eleito mas sim do

partido. Só o partido sabe distinguir “os nossos”, não só os verdadeiros como os legítimos merecedores do espólio eleitoral. Esta regra básica é tanto mais importante se o edil eleito surgir da sociedade civil desapegado da lógica partidária. Neste caso poderá cometer o erro básico de trazer elementos dos “outros” para trabalharem debaixo da bandeira “dos nossos”.

Quando fui eleito de surpresa, quando cheguei à Câmara disseram que tinha direito a escolher um adjunto e uma secretaria, e então lembrei-me de um moço que tinha sido indicado e que fazia parte da minha lista e que durante a campanha, percebi, que era dinâmico e trabalhador (...) Era engenheiro técnico dos estaleiros e lembrei-me de o convidar para meu adjunto. (...) Para secretaria, tinha tido uma secretaria no hospital, quando tinha sido diretor clínico, conhecia uma irmã que me disse que estava a trabalhar num hotel. (...) Convidei os dois e pronto começámos a trabalhar! Na primeira reunião do PS, depois dessas decisões, levei um banho do ‘caraças’... Porque um era do CDS e a moça era da CDU! (Defensor Moura, PS – Viana do Castelo)

O campo político partidário – como todo o campo político, incluído o agente político individual – assenta no princípio da divisão. Como várias vezes aqui já se recordou trata-se da *di-visão*, a dupla visão. Dividir a realidade, impõe como ato herético cooptar aqueles que não se submeteram aos rituais de submissão ao partido. É imposta a submissão do espírito com vista à transformação do ‘eu’ em nós. Se o espírito individual estiver sobreposto ao exigível ‘nós’ partidário, a partir de certo momento, não restam dúvidas

Podia [candidatar-me (nota: não tinha esgotado os três mandatos legais)], mas aquilo cansa um bocado. São 24 sobre 24 horas, sete dias por semana. Cansa um bocado. E depois comecei a ficar preocupado, pois havia uma geração que só me conhecia como presidente de Câmara, e eu não queria ficar para a história como Presidente da Câmara... (Defensor Moura, PS – Viana do Castelo)

Há, todavia um ‘eu’ político que subsiste fora do ‘nós’ político. O ‘eu’ político é um eu pessoalizado capaz de erguer uma fronteira para com o ‘nós’ político. Manter essa capacidade de separação não se afigura tarefa fácil. Trata-se de ver a realidade através de uma floresta que a tapa.

Além disso na política começou a haver uma progressiva desvalorização do papel de político. E a credibilidade pública começou a baixar cada vez mais e isso desagradava-me profundamente. (Defensor Moura, PS – Viana do Castelo)

Uma progressiva desvalorização do político. É de advertir que esta secção desta investigação, para além de tentar demonstrar isso memo, procura compreender porque razão tal desvalorização se está a dar

Primeiro a falta de qualificação da maioria dos políticos e depois o poder da partidocracia. A partidocracia é o erro maior da nossa democracia. Não sei como é que funciona nos outros

países, mas em Portugal não são escolhidos os melhores. São escolhidos os que tem ligações políticas, rede política, padrinhos políticos. (Defensor Moura, PS – Viana do Castelo)

Infere-se daqui que o agente político transformou a ideia de partido numa organização fechada em si para daí resultarem proveitos, não propriamente políticos mas de outra natureza. A essência do partido político, tomada como parte diversa entre outras partes diversas, constitutiva da *natureza naturante*, em direção à *natureza naturada* do Estado, sofre alterações na sua vertente *naturante*, assim constituindo uma diversa natureza *naturada* do próprio Estado (Bourdieu, 2014). A nova *natureza naturada* do Estado expurga a noção de construção organizacional pela competência, para se tornar numa típica organização tomada, estrategicamente, por grupos de poder procurando realizar interesses do grupo desligados dos interesses comuns. A nova ordem *naturada* de sentido do Estado já se não divide em partidos políticos mas em grupos com objetivo de domar o próprio Estado. O princípio da mediação associada aos partidos dá lugar a esquemas ardilosos medrados por associações de interesses particulares.

Pode-se pensar que sendo os partidos políticos o resultado da associação entre pessoas com ideias aproximadas, tal transmutação se daria por vontade das pessoas politicamente associadas. Na nova ordem de sentido, a associação desloca-se da política, servindo-se todavia da bandeira, dos símbolos e do historial partidário, para dar lugar aos interesses de grupos movidos, exclusivamente, para o acesso ao poder e dele produzir negócios privados. O poder político, assim entrevisto, descola-se para o uso de meios em que as regras são subvertidas tendo os fins como objetivo único.

Um exemplo prático é a forma como são realizados os atos eleitorais no interior dos partidos. Trata-se da escolha de pessoas que, após tornarem-se representantes, vão ocupar lugares importantes nos órgãos legislativos e executivos do Estado.

(...) Como são feitas as eleições a nível de concelhio, as eleições a nível distrital, como é que são os votos, como é que são as representatividades? Todos sabemos bem como é, todos que andamos no partido. (...) São essas pessoas que escolhem os deputados que escolhem os candidatos... (Defensor Moura, PS – Viana do Castelo)

Escolhidas as pessoas para os partidos, nada termina. Prossegue a lógica dos favores em cadeia, a sucessão de pagamento de dívidas, a obrigação da fabricação de empregos, a astúcia na criação de lugares para os familiares. Eis, neste caso, a subversão da representação por delegação, no qual *muitos* dão procuração individual a *um* que, por sua vez, promete agir em

nome todos. Perante a liquefação dessas procurações, na junção dos votos de *todos* numa urna, a origem individual é liquefeita realizando o fetiche da transformação do eleito para representante. Este pode funcionar segundo duas ordens de sentido: ou passa a admirar-se e a agir como um acumulador de poder autorizado por uma massa disforme e anulada de sentido, ou passa a responder segundo os princípios da *accountability*, obrigando-se a uma permanente prestação de contas aos indivíduos que lhe passam procuração individual.

Quando alguém chega a um lugar de poder tem uma teia de favores que deve a este, que arranhou para aquele, que arranhou para o filho, para a mulher... Portanto é a partidocracia... (Defensor Moura, PS – Viana do Castelo)

A expressão partidocracia não é aqui usada como crítica à existência de partidos políticos mas sim como reconhecer das formas práticas do funcionamento do interior dos partidos políticos. A partidocracia refere-se ao enclausuramento – ou fechamento – segundo Weber (2004a) a que as organizações políticas se prestam e que ganha expressão superior quando vencem eleições e ocupam o controlo das estruturas do Estado.

(...) Os partidos são a pior escola de educação cívica que há! Porque não há regras! Na sociedade apesar dos tribunais funcionarem mal ainda funcionam. Nos partidos não há regras: a punhalada nas costas, a chapelada, as cunhas, a traição... [A regra] é sem regras. (Defensor Moura, PS – Viana do Castelo)

Os partidos oferecem um discurso e uma prática. Na ordem do discurso evocam os valores, os princípios, a história longa de serviço à comunidade. Na maior parte das vezes essas evocações do passado estão de acordo com acontecimentos positivos em tempos marcados pela aceitação generalizada do partido. Mas as práticas resultantes das dinâmicas introduzidas pelas disputas recentes centradas na conquista do poder alteram, significativamente, a perceção partidária da realidade. Em vez de ter o exterior no horizonte, os partidos passaram a ter o interior à frente dos olhos.

Os partidos criaram máquinas de poder. Mas essas máquinas de poder são máquinas que tendem a criar um grande afastamento de quem está nas nomenclaturas e dos centros de decisão relativamente à sociedade civil. O percurso que fomos fazendo ao longo de 40 anos nesta partidocracia que se foi instalando, foi um percurso muito grande e com algumas exceções muito interessantes... Por exemplo, o PSD tem sobrevivido a nível do poder autárquico... mas fomos criando um grande afastamento ... Porquê? Por causa da lógica interna de sobrevivência interna! (Ana Palhares – PSD Viana do Castelo)

Em geral o afastamento dos partidos para com a realidade exterior dá-se com uma aparência de reforço do seu interior. Nem sempre o crescimento do número de militantes significa o reforço

da coesão, ou mesmo, o crescimento do partido no seu papel de associação política. Pelo contrário, organizações políticas com tendência de engrandecimento da sua lista de militantes prenuncia a existência de tendência do domínio por um grupo agindo no seu interior com vista exclusiva de manutenção do poder. Os fenómenos de contabilidade revelam como a tendência do maior número pode estar correlacionada com enfraquecimento ideológico do partido. Em regra, significa o arregimentar de pessoas para servirem de atores-militantes. Sendo a relação destas pessoas enfraquecida para com o partido, revelam ser apenas o transportador de um voto usado como uma utilidade em benefício de alguém. Aceitam servir de número para que alguém beneficie com o somatório de pessoas prestando-se a tal papel. Esta circunstância é verificável no teste com o concorrente. Como explicar que o partido adversário, numa disputa similar, se apresente com uma militância votante reduzida a um décimo e se mantenha vencedor das eleições autárquicas há 24 anos consecutivos?

Nós somos um grande partido em Viana. Como lhe disse, com cerca de dois mil militantes e com as suas obrigações para com o partido, cerca de 1.200. Destes, vou-lhe dar um exemplo, votaram nas últimas eleições, para a distrital novecentos e tal, quase mil. Na concelhia votaram seiscentos e tal... Ai é que eu acho que o PSD tem uma grande incidência aqui em Viana ao fazer essa leitura. Porque eu tive oportunidade de ver quantos é que votaram no Partido Socialista, que é reinante em Viana há 24 anos: votaram nas últimas eleições em que tiveram mais que uma lista, 109 pessoas. (Eduardo Teixeira, PSD Viana do Castelo)

Muitos militantes promovem poder interno. Este poder escolhe os delegados e os representantes que o partido apresentará à população. De um ou outro modo, mesmo derrotado em eleições públicas, o partido levará estes escolhidos ao acesso a lugares. Como consequência, este tipo de uso particular do partido não só impede o aparecimento dos melhores candidatos públicos, como promove os piores indivíduos a candidatos.

Nesse fechamento partidário, criador da aludida *partidocracia*, são postos a funcionar normas impuras de conduta que, por serem não prescritas, ultrapassam todos os cânones de aceitação normativa. Exatamente por não serem regulados e escaparem à burocracia internas, as condutas impuras são simplesmente olvidadas num processo em que o desviar a cara para o lado permite a afirmação de desconhecimento. Desta forma pretende-se afirmar que só existe o que foi escrito, nada importando o que foi dito. Mesmo que o escrito expresse uma improbabilidade estatística que merecesse uma averiguação, subsiste o princípio de que o que existe escrito, não pode existir fora das normas. Dessa feita, as situações declaradamente anómalas, tornam-se aceites e inquestionadas porque, ‘de acordo com os estatutos’

Nunca mais me esquece que, em Paredes de Coura [que] tem 9.000 habitantes [nota: 9.198, censos de 2011] chegou haver 1.000 habitantes militantes do PS! 1.000 Militantes! Que contava para quê? Para a Federação [Distrital do PS], para ter ‘xis’ delegados para eleger o presidente da Federação que depois escolhia os deputados. Estou a dar o exemplo concreto de Paredes de Coura, mas isto acontecia em Melgaço, em Viana. Em Viana havia uma secção que não abria em dia de eleições [mas apresentava resultados]. A partidocracia é o erro maior da nossa democracia! (Defensor Moura, PS – Viana do Castelo)

O campo político é um campo de lutas que “repousa sobre uma separação entre os profissionais e os profanos” (Bourdieu, 2011). Nesse sentido existe um esforço para manter o campo político entregue à sua natureza conflitual, de que faz parte o evitar de intromissões espúrias tendentes a limitar ou controlar o arrebatamento humano necessário, tanto de profissionais como de profanos, até porque “o humano não existe sem equivocidade” (M. L. Martins, 2011, p. 180). É nesse território de realização humana dentro das organizações política, libertadas da burocracia, que se presta a possibilidade do impuro ocupar o território do agir legítimo, num claro relacionar entre profissionais e profanos.

A manutenção do ilegítimo sob o legítimo provoca uma pergunta contraditória: será possível imaginar uma democracia sem partidos políticos? Haverá forma da sociedade ou do Estado se organizar, deixando livre o espaço de pensamento político do cidadão, sem que estes se associem em partes diferenciadas? A resposta parece residir em fazer-se emergir o legítimo sob o ilegítimo, assim purificando-se o regime.

Não. Pode haver é partidos democratas. Esse é o problema! Estes partidos não são democráticos, a forma de funcionamento não é democrata. Isto é uma coisa completamente inadmissível! A tentativa que o [António José] Seguro fez, da eleição com votação de gente exterior ao partido, acho que foi uma boa iniciativa. Custou-lhe caro, mas acho que foi uma boa iniciativa. (Defensor Moura, PS – Viana do Castelo)

Os indivíduos atravessados pelo sentido *partidocrático* impuseram-se de tal maneira no comando das imbricações políticas, ao ponto de se ter instalado o sentimento generalizado de uma crise cujo fim parece não estar à vista. A existência de aglomerados de votos provindos da vontade de um só e expressos, não por vontade própria do seu proprietário, mas por negociação entre patrono e cliente, subverte a ideia de representatividade. Esta circunstância está presente em todos os patamares do campo político, nomeadamente na formação de delegados e representantes.

O que se pretendia de natureza aleatória passa a resultar de ordem controlada pela esperteza e oferta de bens públicos. São estes bens – na forma de emprego, subsídios e afins – a adquirirem fins particulares e individuais. Dessa forma é questionável se o poder resultante de

uma eleição com votos negociados não tem um resultado artificial

O poder que eles têm não é democrático! Não é obtido de forma democrática! É por caciquismo. As eleições não são transparentes... Compreende-se que [o concelho de] Viana do Castelo, que tem 1/3 dos votos da população no PS nunca tenha um deputado?! O que é evidente: tem 1/3 da representação maioritária [mas] não tem qualquer representação maioritária na Federação. (...) Os deputados do [concelho de] Viana nunca foram os propostos [da concelhia de Viana] (...). Nem sequer faziam parte da lista. Não ia em quarto ou em quinto ou em décimo, nem sequer faz parte da lista. Mas não é só cá. É em todo o lado! Eu depois à medida que fui conhecendo o que se passava do Minho ao Algarve [constatei que] é em todo o lado! O caciquismo é geral. (Defensor Moura, PS – Viana do Castelo)

Chama-se cacique àquele que se predispõe para gerir um determinado número de votos em favor de um candidato. Em geral trata-se de uma pessoa com ascendente sobre um grupo transformado numa comunidade particular de eleitores que aceita submeter-se ao controlo do cacique, nomeadamente obedecendo em quem votar¹¹⁷. O cacique é um indivíduo reconhecido pela posse de um estatuto superior a quem as pessoas de estatuto humilde se submetem. Neste tipo de relação, as classes enfraquecidas são levadas a usar o voto numa estratégia de proteção económica por quem se apresenta com poder.

Apesar de se entenderem como mediadores entre a sociedade e o Estado, os partidos políticos portugueses persistem numa cultura interna diferenciada da cultura externa, preservando o seu funcionamento numa lógica entrópica desligada do contexto exterior, o único que, de acordo com a lei termodinâmica e da teoria geral dos sistemas lhe poderia possibilitar energia tendente a evitar a sua implosão. Ao invés de enveredarem por um sistema aberto, como todos os sistemas vivos, a escolha dos partidos políticos tem sido a de se transformarem em sistemas fechados, deste modo, não se deixando influenciar pelas dinâmicas geradas na sociedade civil.

(...) há uma grande desconformidade entre militância partidária e a sociedade cá fora. Isso não tenho duvidas nenhuma e, no Porto, então é catastrofico. O PS deixou-se desqualificar completamente, deixou de ter qualquer tipo de intervenção própria singular na vida da cidade (...). Franciscão Assis, PS - Porto

Para o agente envolvido nas profundezas da política, forma-se uma inversão na ordem de quem

¹¹⁷ Sendo mais do que conhecida, essa realidade não tem incomodado as lideranças de topo dos partidos políticos. Aparentemente não vislumbram qualquer problema nesse aspeto. O último exemplo conhecido, antes de este texto ter sido escrito verificou-se durante as eleições diretas no PSD. Na edição do dia 15 de novembro de 2017 o Jornal de Notícias noticiava que “dos 215 883 militantes do PSD, apenas 27 025 (12,5%) têm as quotas em dia”. Uns dias depois, a 22 de novembro, o mesmo jornal noticiava: “Disputa de liderança entre Rui Rio e Santana Lopes levou 70 mil militantes a fazer pagamentos. Último dia rendeu 360 mil euros”. O aumento exponencial de quotas pagas e a subida inusitada (260%) de militantes, em oito dias, querendo votar, apenas revela uma predisposição para a existência de votos controlados por vendedores de favores aos líderes eleitos. Estes compram, para depois pagarem em decisões políticas.

deve influenciar quem e de quem é influenciado por quem. Se o partido a sociedade, se a sociedade o partido. Quando os partidos e os seus responsáveis tomam-se pela igniscência da sociedade revela-se, por conseguinte, a consciência da ordem diretora com que os agentes políticos entendem o papel dos partidos e, desde logo, a sociedade em geral.

(...) se os partidos não tiverem qualidade, se não tiverem competência, se não tiverem liberdade de pensamentos, expressão, etc, obviamente que não conseguem ter a qualidade necessaria para ser a principal ignição das alterações que nos precisamos na sociedade! Rui Rio, PSD – Porto

(...) já há 15/16 anos eu tinha as preocupações que hoje tenho agravadas, ou seja, (...) a tendência que eu sentia que o regime estava a tomar nessa altura não inverteu, e veio-se a agravar¹¹⁸. (...) Não seria um exagero dizer que se agravou numa lógica geométrica, eu acho que é numa lógica aritmética, também não é um caos desses, mas agravou-se. A falta de qualidade da vida partidária de todos os partidos, e particularmente o meu, é notoria hoje se eu comparar com há 15 anos atrás! (Rui Rio – PSD, Porto)

Um diagnóstico realizado – poder-se-ia aqui referir *autorealizado*, dado o estatuto do autor da análise – em 2002. O problema alargou-se a praticamente todo o partido, em praticamente todo o país (lógica geométrica), sem haver novidades negativas acrescentadas ao problema nos interstícios do partido (lógica aritmética).

Esta perspetiva afasta-se do princípio dos partidos como mediadores para entender a política como uma ordem à parte da sociedade. Trata-se da clássica visão de dentro para fora, sem ter em consideração que o exterior partidário só faz sentido porque lhe é exigido, na sua existência, um funcionamento em ordem aos objetivos da sociedade que deles necessita.

As sociedades mudaram radicalmente e os partidos não acompanharam parte dessa mudança de facto. Há boas e más razões para isso, mas a verdade é que os partidos se fecharam excessivamente em lógicas muitas vezes [próprias] e as sociedades não encontram alternativas... Francisco Assis, PS - Porto

Atrás, neste texto, foram convocados os clássicos olhares tanto de Michels (2001) como de Duverger (1970) sobre as vicissitudes do funcionamento dos partidos políticos. Na medida em que estes têm o papel agregador de muitos – entendido os *muitos* não só como a base interna partidária mas como parte do pensamento societal – afirmam-se como entidades

¹¹⁸ Em 2002, Rui Rio editou um livro a que deu o título de “A Política: in situ” (Porto Editora). Nessa publicação elencava os problemas mais graves praticados no interior dos partidos políticos: “Atropelos à democracia, ausência de regras claras, votos amestrados, decisões políticas de órgãos jurisdicionais, quotas pagas por terceiros, cadernos eleitorais à medida, representatividade política meramente virtual, prioridade à discussão das tricas internas, organização deficiente e longe dos padrões médios atuais” (Rio, 2002).

representativas. *Poucos* tomam a responsabilidade por dar corpo às ideias de *muitos*. Segue-se o princípio da redução do múltiplo ao uno sem trair a totalidade.

Não subsistem dúvidas, nesta alusão, tratar-se da clássica sociedade de massas¹¹⁹, sobre a qual a organização dos partidos políticos persistem. Para além de outras vertentes aqui analisadas, esta perspetiva pode explicar uma fratura entre a sociedade entregue a uma circunstância mutável, resultante da variabilidade acelerada.

Todas as estruturas de mediação estão em crise. Não é só os partidos. Todas as estruturas institucionais estão em crise. As igrejas estão em crise, os partidos estão em crise, tudo o que representa de facto dimensão mais institucional está em crise neste momento. É penso que é uma crise que resulta também de um mundo que se transformou radicalmente – as redes sociais, o tipo de envolvimento das pessoas, a perda de referências mais gerais - tudo isso, leva a uma crise dos partidos. (Francisco Assis, PS – Porto)

A incoerência entre a interpretação do partido – *poucos* – e os desejos da sociedade civil – *muitos* – pode conter explicações para a distância e despelhamento entre a essência e a imagem. Isto é, o papel mediador dos partidos políticos pode não estar a resultar por falta de adequação aos tempos, nos quais os mediadores têm dificuldade em compreender o que mediar. Por outro lado os mediados não se compõem em traços remíveis pela totalidade, pelo contrário, dispersam-se em fragmentos sem referências. Apesar de tudo, ninguém entrevê forma do Estado se organizar democraticamente sem se partir em diferenças – que é o mesmo que dizer, sem se constituir partidos políticos. Logo, toda a visão futura da exigência de uma mudança, deverá ocorrer a partir das próprias organizações.

Isso vai obrigar a uma estruturação que vai levar algum tempo. Não acho que seja uma crise terminal, até porque, francamente, não encontro ainda soluções alternativas aos partidos políticos, enquanto melhor mecanismo de mediação e de formação de uma vontade geral mas, momentaneamente, isso [crise] acontece. (Francisco Assis, PS – Porto)

A instalação desta pressuposta crise no castelo da cultura político-partidária (M. L. Martins, 2011) dá vida a outras soluções, nomeadamente grupos organizados à volta de uma figura pública, transversalmente reconhecida e consensualmente aceite que, regra geral, se apresenta como agente capaz de interpretar a sociedade civil. Essa capacidade de interpretação, geralmente reforçada na participação cívica e associativa, funciona como um capital cidadão, diretamente conversível em capital político. Noutros tempos esse capital político era,

¹¹⁹ Apesar do apontar para outros pontos cardeais, nomeadamente da tendência para o olhar fragmentário da sociedade, seguem-se aqui os pressupostos de partida originalmente enunciados, cuja realidade vivida apenas oferece partidos políticos agindo na modernidade.

imediatamente, absorvido pela lógica partidária ideologicamente mais próxima do agente, captando-o para essa ordem.

Sim [é a primeira vez que toca na política]. Sim. Até aí nenhum partido me tinha contactado. É difícil de acreditar. Tinha uma atividade tão pública! (Rui Moreira – Político independente – Porto)

Entre outros, este passo significava o sinal de atenção dos partidos para com a produção diferenciada e distinta da sociedade civil. Com as fronteiras do fechamento partidário cada vez mais altas e espessas, encerradas nas suas lógicas internas de funcionamento circundado, esta categoria de indivíduo deixou, por um lado de interessar ao partido mas, por outro lado, e talvez mais importante, os agentes ativos da sociedade civil deixaram, genericamente, de se rever em organizações partidárias. Com a abertura legal às candidaturas independentes, os partidos políticos passaram a contar com um novo concorrente político que, estruturado segundo a vontade de uma candidatura, passou a congrega à sua volta, um número de indivíduos – a elite – orientados para a tomada do campo político nas suas mãos.

9.6.2 O político sustentado em ‘partidos informais finitos’

Convém ter presente que estes novéis políticos não expressam, de todo, a figura do profano que, entretanto resolveu tornar-se num profissional político pela via herética. Como já foi aduzido, estas figuras seriam, de bom grado, profissionais do campo político-partidário caso este funcionasse segundo cânones habitualmente aceitáveis e reconhecidos como saudáveis. O seu aparecimento, em forma destacada e desligada dos partidos políticos, só resulta da convicção generalizada do funcionamento irregular do campo partidário.

E nas autarquias é mais fácil às pessoas desligarem-se de um projecto partidário e abraçarem um projecto independente, eu nisso não vejo mal (...) (Francisco Assis, PS – Porto)

O atual presidente da Câmara Municipal do Porto é um exemplo de um indivíduo ativo na sociedade civil que os partidos políticos não conseguiram cativar e tornar militante. Empresário, herdeiro da elite empresarial, dirigente associativo – entre outros, foi presidente da Associação Comercial do Porto – e tido como a encarnação da típica burguesia portuense, Rui Moreira manteve-se afastado dos partidos sem contudo se afastar da política. Inclusive, o espectro de representações partidárias oferecia configurações que se lhe aproximavam. Gradualmente, ou porque as figuras referenciais partidárias desapareceram ou porque os parâmetros ideológicos

abandonaram os sentidos da política, Moreira foi-se afastando do partido onde se revia. O seu caso representa uma viagem temporal entre o desencanto e o desligar gradual.

Eu gostei do PPD, enquanto o Francisco Carneiro foi vivo. E depois durante algum tempo. Quando mudou de nome e quando apareceu o professor Aníbal Cavaco Silva, eu devo ser dos portugueses que nunca votei nele. Achei que aquilo se estava a transformar numa coisa que não me interessava. Não me interessava mesmo no ponto de vista ideológico. Aliás, está à vista o que é que acontece. Ou seja, perda de ideologia. Achei que aquilo passou a ser um instrumento de poder. Porque quando um partido não tem ideologia, passa a ser um clube de poder. E portanto, com a morte do Sá Carneiro, quando o Sá Carneiro estava vivo, sim. Na candidatura do Sá Carneiro, fui a comícios mas nunca me filiei. Nunca fiz parte de nada mas ia a comícios. Gostava de o ouvir, gostava desse tempo do PSD. Mas com a morte dele fiquei muito desapontado e não me interessei mais. (Rui Moreira – Independente – Porto)

Os partidos enquanto exclusivos instrumento de poder não precisam de balizas ideológicas. Tornam-se em grupos fechados no princípio organizacional sem princípios, exclusivamente orientados para fins. Aliás, quando a ideologia passa a ser, exclusivamente, o alcance do poder sem correlativo em ideias sobre o porvir, a cultura do partido muda da ordem das convicções instalando-se numa outra cultura assente na ordem aparelhística que promove o enrijecer das posições no interior dos partidos. Apesar de continuar a ostentar as suas cores, bandeiras, historial e heróis fundacionais, a nova identidade introduzida expurga a expressão ideológica para dar lugar à introdução de razões que clamam pela lógica das ações assentes em premissas identificadas como únicas e certas.

(...) Eu acho que é importante haver tecnocracia, como é evidentemente. Mas acho que quando a tecnocracia toma conta da política e faz da política uma coisa utilitária, não me parece assim muito útil. (Rui Moreira – Independente – Porto)

A expressão da tecnocracia retira à política a possibilidade do agir em função da totalidade mudando-lhe a bússola, no que aos seus objetivos diz respeito. Essa mudança vai no sentido de uma estratificação interna desligada da asserção da política enquanto campo de afirmação do humano. Ao desligar-se das suas balizas ideológicas, os partidos deixam de contar com o político franco e desimpedido, orientado para a procura do que seja a verdade, desse modo agindo apenas em obediência à sua consciência, apresentada, a toda o momento, sob a limpidez do que entende por pensamento livre.

Quando apoiei o doutor Mário Soares, um pouco de exemplo daquilo que o meu pai fez no primeiro mandato, foi muito pelo reconhecimento da paixão que ele tinha pela liberdade. Ou seja, para nós era muito aquele pensamento. Não era tanto a ver a identidade, numa identificação ideológica ou não. Era porque ele representava para nós muito esse símbolo das pessoas que a seguir ao 25 de Abril, e antes do 25 de Abril, defendiam a liberdade. Fosse Sá

Carneiro, fosse Mário Soares eram pessoas como nós, encarnavam esses espírito de nós podermos dizer aquilo que pensávamos. (Rui Moreira – Independente – Porto)

Alude-se neste texto à necessidade – identificada nos primórdios da constituição do político – dos indivíduos estarem dotados da posse de *parresía*. Segundo Foucault (Foucault, 2008), o exercício do jogo político subjaz um campo de experiências concebidas sob regras e normas indexadas ao “dizer a verdade” na medida em que esse jogo encerra uma “certa relação consigo e com os outros” (Foucault, 2008, p. 146).

Os políticos com *parresía* apresentam-se possuídos pela arte da conciliação do *logos* com a *polis*, isto é, estão dotados da perícia e da resposta rápida para a cidade. São pessoas fadados de uma atitude que impõe também o portar de arrojo e firmeza, mesmo que tal ‘desagrade’. Aliado a esses dois talentos deve estar um terceiro relacionado com o carácter e que se prende em “não ter más intenções para com a pátria e, por conseguinte, ser dedicado ao interesse geral”, traço que impõe “ser moralmente seguro, moralmente íntegro e não ser acessível à corrupção”. Em síntese são quatro os atributos que compõem as qualidades do político: “ver o verdadeiro, ser capaz de dizê-lo, ser dedicado e não ser acessível à corrupção” (Foucault, 2008, p. 166; M. L. Martins, 2002).

Com os partidos direcionados para a captação de um típico político apoiado em ideias não políticas, não desaparece a configuração *parresiática*, vertente capacitada para dar corpo à “profissão de verdade” (Foucault, 2008, p. 171). Surge, sim, a possibilidade da existência de candidaturas de indivíduos desligados de partidos.

Denominadas candidaturas de “grupos de cidadãos”, tornam-se popularmente conhecidas por “candidatura independente”. Com esta linguística destacam-se dos grupos formados por “dependentes” – expressão silenciosa, subentendida apenas no subterrâneo das significações enquanto crítica à lógica de funcionamento dos partidos políticos tradicionais.

Sem dúvida que estes grupos, surgidos sempre com cariz momentâneo, apresentam-se como substitutos dos partidos políticos tradicionais. Aparentemente são formados como respostas instantâneas a problemas particularmente identificados e definidos numa geografia concreta. Por trás, existe sempre uma personalidade resplandescente e, à sua volta, não um grupo mas um conjunto de vontades

Não, não tenho um grupo por trás. Ou seja, o que surge nessa altura é um conjunto de vontades. Há um conjunto de pessoas que se começam a reunir, que é promovido por o doutor

Rui Rio. Era presidente da Câmara. Mas ao contrário daquilo que se diz, eu não era o escolhido do doutor Rui Rio. Aliás, sabe-se que a maior parte do mandato do doutor Rui Rio foi extremamente crítico (...). O escolhido foi Paulo Rangel. Só que Paulo Rangel quando decidiu avançar era tarde e o Luís Filipe Menezes já avançou. E é nessa altura que compreendo que há um grupo de insatisfeitos por aí, mas ao mesmo tempo há um grupo de insatisfeitos à esquerda, pessoas muito próximas de mim. (...) Nós percebemos então que, provavelmente, é o momento de avançar contra, *against all odds*. Mas com a convicção que tínhamos de testar o pulso à cidade. E, portanto, não há um grupo organizado nesta matéria. (Rui Moreira – Independente – Porto)

São assim as vontades insatisfeitas. Umas localizadas à direita, outras à esquerda. A deteção da insatisfação é a força motriz que dá vida à formação de grupos orientados para um objetivo. Quando levados a sério, estes grupos de ‘independentes’ vêm-se na obrigação de se dotarem de organização. Excluindo a militância – por potencialmente absorver toda a população – a configuração organizacional segue a lógica de um partido informal cujo fim, a todo o tempo, está traçado desde o seu início. Isto, apesar de linguística “independente” se afastar da linguística ‘dependente’ dos partidos.

(...) se me perguntar se eu decido as coisas sozinho, não. Há um conjunto de pessoas. Olhe, um deles (...) é o professor Valente de Oliveira (...) É uma das pessoas com quem falo. Mas falo com muito com outras pessoas que eu entendo, olhe, o Miguel Veiga morreu há pouco tempo, era uma dessas pessoas. O Artur Santos Silva, ou seja, pessoas que eu considero particularmente na cidade. Que acho que tem uma visão da cidade que me acompanham. (...) Mais pessoas como o Pedro Baptista que foi fundador do Grito do Povo. E que é uma das pessoas que eu ouço permanentemente. Ou seja, há um conjunto de pessoas vasto a que eu recorro e que me ajudam a pensar, como é evidente. (Rui Moreira – Político independente – Porto)

A partir do momento em que há seres humanos diferentes, agindo contrariamente entre si, com o fito de impor-se sobre os outros, há necessariamente poder. E não se vislumbra a existência de um momento em que a humanidade estivesse despossuída da noção de poder. Por estar limitado ao empreendimento da ação e constituir um fim em si, o poder não é armazenável e “só existe na sua efetivação” (Arendt, 2007). Seja na imaginação, seja nos aspetos concretos, é impossível agir na política sem se tocar na ideia de poder. O partido informal, que reside na base de qualquer candidatura independente, precisa de muita resistência do seu fundador para não redundar num partido formal. É preciso resistir ao efeito de grupo e manter presente que o propósito fundamental de um grupo de ‘independentes’ na política é o de não se tonarem num grupo de ‘dependentes’ da política.

Não, não. Não porque eu nunca quis ir para além disto. Ou seja, claro que houve a tentação de no dia seguinte a ganharmos e sermos capa do New York Times, houve muitas destas pessoas à minha volta que quiseram federar isto, está a ver? E eu não quis. Não quis. Porque tinha um

compromisso com a cidade e sabia que ao fazê-lo iríamos criar aqui um conjunto de vícios. (Rui Moreira – Político independente – Porto)

O receio dos vícios não é, nem mais nem menos, que o prenúncio da constituição de uma cultura de grupo político, cujas configurações internas depressa resvalariam para a típica fórmula do grupo tendente a transforma-se numa associação com vista à conquista do poder pelo poder. Trata-se de rezear a existência segundo uma fórmula assente na dependência e que, tal como uma droga, limita os horizontes, encerrando os sentidos dentro de uma limitada fronteira de (auto)exigências.

Por seu lado, os grupos de independentes são criados à volta do entendimento para a ação dentro de uma lógica geograficamente localizada, a que está subjacente uma espécie de apelo latente de um território. No fundo são uma resposta a singularidades impostas pela perceção geral do devir localizado e que escapam à perspetiva interpretativa ampla com que se fundam os grandes partidos que, no seu todo, formam o Estado uno.

A visão de especificidades, impossíveis de compreender e perceber nas sùmulas dos grandes ideários políticos, e a exigências inerentes à vontade de comunidades abrem espaço à formação de configurações identitárias locais. Além do problema do distanciamento provocado pela diluição nas sùmulas das grandes narrativas, estas figurações de sentido territoriais ganham tanto mais sentido quanto mais os partidos políticos tradicionais persistem em fórmulas organizacionais assentes em relações de clientelismo e patrocínio e, por isso, desajustadas das configurações territoriais societárias, onde impera menos o sentido comunitário e mais a vida do espírito.

(...) Nas autarquias há um voto que não tem a mesma densidade doutrinária e ideológica que tem um voto nacional ou europeu. Portanto as pessoas acabam por ir um bocadinho em função de personalidades que surgem e de projectos concretos que essas personalidades apresentam. E foi isso que aconteceu no Porto. (Francisco Assis, PS – Porto)

A noção aqui traçada da dicotomia entre o político conduzido pelo partido político tradicional, em justaposição ao político norteado para o partido político informal, postulam dois sentidos não propriamente antagónicos, de interpretação da noção de ideologia, identificada no exercício das práticas. Enquanto a conquista do poder, constituída como uma obrigação permanente das organizações políticas tradicionais, liga-se à perspetiva das grandes narrativas ideológicas, assim submetendo os seus atores às ideologias de amplo alcance, os grupos de independentes,

fundados com perspetiva finita e balizados em fronteiras territoriais internas, formam-se na perspetiva de ideologias de alcance restrito.

9.6.3 Introdução da ciência na decisão política

No caso português as ideologias de alcance restrito só são aplicáveis nas autarquias locais dado que só aí é possível conceber o que se designa por partidos informais. Sê-lo-iam também no caso dos políticos deputados à Assembleia da República caso fosse possível a existência de candidaturas uninominais, isto é, candidaturas atribuídas a um círculo no qual os representantes seriam pessoas individualmente identificadas com o voto – uma impossibilidade prática aqui apenas teorizável em tese.

Contudo, convém manter presente que este classificativo não se desloca da compreensão das ideologias clássicas. As figurações clássicas de delimitação ideológica, fundadas na perspetiva do olhar *para a frente* – segundo um apelo de mudança – e olhar *para trás* – segundo uma perspetiva de conservação – e os seus correlativos cambiantes, mantêm-se inalteráveis face à possibilidade de serem localizadas nas escalas gradativas que formam as linhas divisórias dos partidos políticos. Em simultâneo, porque aplicáveis à realidade social vivida, as ideologias de alcance restrito interligam-se com o conceito de teorias sociológicas de médio alcance (Merton, 1968)¹²⁰ surgidas exatamente no reconhecimento das idiosincrasias e particularidade decorrentes da realidade observada mas nem sempre passíveis de visibilidade, dada a tendência para se subsumirem no afunilamento conceptual das teorias sociológicas de grande alcance.

Enquanto não for possível o aparecimento de candidaturas independentes às eleições legislativas, reside nos partidos tradicionais a possibilidade de incorporar algum pensamento diferenciador, de outra forma incapaz vir a fazer parte do Parlamento. A possibilidade do aparecimento de políticos desalinhados do discurso oficial não só proporciona ao sistema político uma revisão dos seus procedimentos firmados na rigidez do habitual, como lhe introduz novas obrigações apontadas para o confronto de processos, conhecimento e formas de pensar e agir entre a cultura de dentro e a cultura de fora.

¹²⁰ De acordo com Merton, uma teoria de média alcance “ocupa uma situação intermediária entre as teorias gerais de sistemas sociais, as quais estão afastadas das espécies particulares de comportamento, organização e mudança sociais para explicar o que é observado, e as minuciosas ordenadas descrições de pormenor que não estão de modo algum generalizados” Cfr. Merton (1968)

Depois de uma vida dedicada à investigação e ensino, aos 74 anos, Alexandre Tiedtke Quintanilha, professor catedrático jubilado do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, cientista renomeado em todo o mundo, ex-diretor dos mais importantes centros de investigação nas áreas da Física Aplicada, Biologia e Ambiente, autor de mais de uma centena de artigos científicos, editor de um sem número de revistas internacionais, tornou-se profissional da política

Eu não consigo dizer se alguma vez, até muito recentemente, tivesse pensado que ia ser um político de profissão. No entanto, acho que todos nós, na forma como vivemos, na forma como estamos, fazemos política. Não é aquela clássica, em que a gente está envolvida no desenho de novas leis, de votar em parlamentos em relação a projetos de resolução, não. Isso nunca me passou pela cabeça... (Alexandre Quintanilha, deputado independente do PS – Porto)

Em potência, há sempre um político em cada indivíduo. Basta querer ser. Nesta caso, mais do que inesperado, o convite do Secretário-geral do PS, então previsível candidato ao lugar de primeiro-ministro, ajudou a destapar o político escondido na pessoa

Quando o António Costa me convidou, eu desatei-me a rir. Quer dizer, nunca me tinha passado pela cabeça entrar na política, muito menos como cabeça de lista pelo Porto, que foi o que ele me pediu para ser. Portanto, a política, como objetivo, nunca tinha sido... nunca tinha isso como visão final. (Alexandre Quintanilha, deputado independente do PS – Porto)

Como se aduziu várias vezes, todo o político serve-se da voz para, no seu discurso, afirmar-se perante os cidadãos como aquele que possui a *episteme* capaz de reverter em benefício de todos. O dom do discurso impõe-se, hoje como sempre, como a sinalização dos indivíduos escolhidos para o *metier*. Não ser capaz de fazer empolgantes discursos, não quer dizer que se os não reconheça como momentos únicos e marcantes nas grandes jornadas da política. No reconhecer da diferença entre a retórica e a inspiração, entre a subtileza e comoção, percebe-se o que verdadeiramente motiva o político

(...) não sou capaz de fazer aqueles discursos, aqueles verdadeiros discursos, uma retórica, não tenho essa capacidade. (...) há o discurso político com retórica, em que a pessoa... pegando no Paulo Portas, que tem muita capacidade de fazer isso, que eu não aprecio. Depois, há os discursos que eu chamo inspiradores, como o discurso do Martin Luther King, que, quando eu ouço hoje, choro sempre. (...) acho aquilo uma coisa absolutamente extraordinária. Ou quando se ouvia o Mandela, por exemplo, a falar (...) O próprio Kennedy, às vezes, também. Um, que foi governador de Nova Iorque, o Mario Cuomo, que fez um discurso, uma vez, que eu achei que devia... que ele é que devia candidatar-se à presidência. O último discurso da mulher do Obama, que se tratou de um discurso absolutamente espantoso, o discurso que ela fez, de apoio à Hillary. Foi o melhor discurso de toda a campanha, de quem eu tenho ideia... foi um discurso absolutamente... é comovedor, é empolgante e comovedor, ao mesmo tempo. Eu não sou capaz de fazer isso. Se fizesse, acho que desatava a chorar, a meio. (Alexandre Quintanilha, deputado independente do PS – Porto)

Na política os discursos não são só o momento. Pelo contrário: quando todo o quadro do momento inscreve-se na memória, algo de eterno acontece no desenho das palavras sincopadas de significado. São discursos compostos pelo tom certo das palavras, pelo som modulado das ideias, pelo timbre poético do sublime, tudo vertido no mundo como se fora uma exigência religiosa das práticas. A introdução, pela via partidária clássica, de uma voz desalinhada com as temáticas usuais, é a admissão da via dos que entendem os discursos da utopia não só como possíveis, como também necessários

Sim, clarissimamente, clarissimamente. Olhe, isso é uma boa pergunta (...) posso, se calhar, responder de várias maneiras. (...) Toda a minha vida foi vivida entre acreditar fortemente que o mundo, da forma como está, está mal; que devia ser mudado, e também uma dose muito grande de realismo, para perceber que há muita coisa que não devia ser, mas que é, e que, para mudar, se calhar, vai levar muito tempo. Isto é uma parte da resposta.

Manter a dose certa de quimera para mudar, combinada com a dose acertada de paciência para ajudar a compreender o mundo resistente à mudança.

A outra parte da resposta é: eu posso olhar para a história da Humanidade, olhar para os últimos 1000 anos, e perceber que houve uma série de ganhos, de autonomia individual e de responsabilidade, muito importantes. A Magna Carta acaba com as monarquias absolutas, ou começa a acabar. Depois, os movimentos antiescravagistas com aquele tipo de escravatura – agora há outros tipos de escravidão. Os movimentos das sufragistas dão o direito de voto às mulheres, que é uma coisa recentíssima. Em França, as mulheres só têm direito de voto depois de eu nascer, em 1945. Os novos conceitos de família, em que uma família, hoje, pode ser um pai e uma mãe, dois filhos e meio, três cães e meio, um carro e meio, e uma casa em média. Mas já não é isso, já há famílias que são monoparentais, famílias que têm de ter três pais, uma pessoa que se casa, depois se divorcia e depois se casa outra vez, e depois as duas pessoas acompanham, ou famílias de duas mulheres ou de dois homens, portanto... (Alexandre Quintanilha, deputado independente do PS – Porto)

Um mundo em estado de alterações permanentes mas que persiste em não absorver, totalmente, essa série de mudanças. Um mundo que se altera aceleradamente e se reconfigura em novas dinâmicas sociais em dimensões, ainda há poucos anos, vividas na ótica de uma linearidade, aparentemente imutável. Os novos problemas nascidos no tempo das mudanças aceleradas convocam a atenção do político e do cientista para causas de sempre, agora renovadas

Causas sociais, sim, das mais variadas. Das pessoas, dos cidadãos. [Até porque] a política esteve sempre à minha volta, mas era sempre mais fácil, para mim, defender os direitos dos outros do que os meus. Quer dizer, eu nunca me envolvi muito nos *gay rights* e, aliás, várias vezes aqui me perguntaram se eu, aqui, na Assembleia, defendia os direitos da população LGBT e eu... não é que tenha nada contra, mas prefiro defender os direitos dos outros do que os meus. (Alexandre Quintanilha, deputado independente do PS – Porto)

Sendo o campo político traçado pelos interesses não só de grupos mas, por vezes, interesses individuais, ocorre aqui uma mudança contrária ao entendimento tradicional do agente político em atividade. Aliás, o ativismo, inclusive noutros institutos que não a política, impõe o princípio da militância, disso fazendo não só uma divisa como um modo de existir e de ver o mundo. A militância em obediência aos interesses do próprio introduzem a perspetiva de uma economia de trocas simbólicas, não raras vezes prejudicial ao campo político. Com a perspetiva instalada de atribuir à expressão ‘economia’ uma relação do indivíduo, exclusivamente com bens transacionáveis, a tendência é de se olvidar outras formas simbólicas que se traduzem, objetivamente, em relações de troca em benefício pessoal

É uma forma, até, de não sentir conflitos de interesse em relação a essas questões. Portanto, eu vivo a minha vida de uma forma muito aberta, toda a gente que me conhece sabe que eu sou casado com o Richard [Zimler] há não sei quantos anos, que vivemos... somos um casal há 38 anos, nunca escondi, nunca... a minha decisão em relação a isso foi nunca ter nem orgulho, nem vergonha. É a forma de estar, sempre. Agora, em relação às outras questões, eu sou mais virulento. (Alexandre Quintanilha, deputado independente do PS – Porto)

Afastar-se de um campo específico da ação política, porque a esta estão associados interesses particulares quando, em simultâneo, se presta a manutenção da atenção crítica sobre outros domínios, dos quais se está desligado, introduz um comportamento inabitual e que só pode ser explicado pela ausência da cultura peculiar dos partidos políticos, geralmente assente nas práticas enrijecidas pelas regras férreas – ainda que não prescritas – dos partidos políticos.

O Estado conserva-se dividido em partidos. Os partidos formam o campo político atribuindo-se papéis ideológicos entre romper e conservar. Porém as práticas de grupo de quem quer romper são exatamente as mesmas de quem quer conservar. Resultado: é preciso desconstruir alguns significados linguísticos que o campo político conserva como legítimo detentor do monopólio da fala política

Eu chamaria conservador a tudo aquilo que deixa de fazer perguntas, que assume o mais antigo e mais tradicional é melhor do que alteração (...) Acho que a função de um educador – e eu ponho-me no lugar do educador, que sou – é estimular as pessoas a fazer perguntas novas e a imaginar respostas novas daquilo que existe. E, depois, testar essas respostas. Portanto, se um partido mais conservador me convidasse, eu diria que não. (Alexandre Quintanilha, deputado independente do PS – Porto)

Para além da encenação da pergunta, os agentes políticos deixaram de perguntar com sentido objetivo de procurar respostas. A pergunta habitual do agente político comum perspetiva mais o ataque pela ignorância do que a procura do saber pela erudição. Serve mais para evidenciar o

'não-saber' do que dar respostas tendentes ao esclarecimento comum. Objetiva mais a imediata destruição do Outro e não a convocatória adversária para a descoberta da melhor verdade. O regresso da pergunta, envolta na sua natureza reveladora, entendia como ponto de partida – e não como ponto de chegada – impõe a outra perspectiva, entretanto abandonada, de convocar não só o estímulo da resposta mas também a procura do teste da mesma resposta. Deste modo, a maior parte da pergunta política, encerra-se na esterilidade da vã glória dos segundos de fama na televisão

Em Moçambique havia uma expressão, em changana, para as pessoas mais velhas, chamavam-lhes os *kokwana*, e os *kokwana* africanos têm imenso respeito pelas pessoas. E eu, às vezes, sinto-me como o *kokwana* entre aquela gente toda, uma juventude muito agressiva, que gosta muito de se ouvir, de ter os 30 segundos de fama na televisão, à noite. Portanto, eu sinto, claramente, que sou tratado com cuidado, que sou acarinhado. E mesmo, às vezes, quando eles não gostam de algumas coisas que eu digo, dizem “pronto, é o que acha, é o que pensa”... portanto, eu sou um bicho estranho, não tenho dúvida nenhuma, e não sei se vou deixar de ser. Nem sei se quero deixar de ser. (Alexandre Quintanilha, deputado independente do PS – Porto)

O agente político tem uma noção própria do que também se poderia designar por sapiência política. Nessa fórmula sábia existem expedientes estandardizadas para alocar aos momentos certos. Quando alguém já possui um longo cardápio de fórmulas, adquire um estatuto imediatamente reconhecido por todos aqueles que almejam dominar a arte do *despacho* comunicativo, como se tal configurasse uma excelsa aprendizagem. Verter estas fórmulas curtas, incisivas e superficiais na televisão, é fazer o que a televisão pretende e, neste caso, reduzir o político exclusivamente ao sentido comunicativo do ecrã.

Um exemplo concreto: a expectativa diária do político na televisão é manifestamente visível aquando das campanhas eleitorais, nomeadamente na hora do jantar, quando os principais espaços noticiosos têm lugar. Nas aludidas viagens ao país-real, aquando a hora dos telejornais, a imposição do silêncio para dar voz e imagem ao ecrã, só tem paralelo com a previsibilidade discursiva vertida em formulações sistematizadas para aquele espaço de comunicação, geralmente entendido como 'o' espaço político. Finda a secção e encerrado 'o' espaço político, regressa o marulhar de vozes às salas onde se dão os jantares de carne assada.

A incorporação de indivíduos com vidas profissionais amplamente reconhecidas introduz não só descontinuidade como um certo sentido de rutura nas formas identitárias do grupo. Doravante há que contar pelo menos com uma voz produzindo um sentido diferenciado, deslocado da ordem discursiva habitual. No caso em apreço, o político provindo da ciência não se entrevê a

discutir soluções para a vida comum, sem conhecer estudos aprofundados. O cientista na política impõe a ordem da *episteme*, exigindo métodos, fundamentos, orientação e provas demonstradoras da melhor decisão para escolhas a fazer em obediência ao bem comum. A orientação de propósitos políticos fundados na ciência introduz um tipo de responsabilidade superior, que desaloja a opinião como causa maior para produzir escolhas de importância superlativa.

Houve agora a enorme discussão sobre a lei do tabaco e houve uma enorme divisão entre todos os partidos. Houve muita gente com posições muito diferentes dos partidos, e acho que foi uma discussão muito útil. As pessoas... pronto... traziam os seus pontos de vista. Às vezes, são mais opiniões do que... é um dos meus grandes desafios, que eu queria fazer agora nos dois próximos anos, se for possível; não sei, é constituir uma estrutura dentro do Parlamento, um mecanismo, não é um gabinete, é um mecanismo para fazer aquilo que a maioria dos países europeus tem, que é fazer o que se chama *technology assessment*, ter informação robusta para tomar decisões sobre as aplicações das novas tecnologias, quer sejam na saúde, no ambiente, na indústria. Porque eu acho que isso falta. A gente hoje baseia-se muito no que a pessoa ouviu o outro dizer, sem convicções muito fortes. (Alexandre Quintanilha, deputado independente do PS – Porto)

Max Weber escreveu dois textos que costumam ser apresentados em conjunto. Um deles tem o título “A política como vocação” e constitui o ponto de partida e o fermento do problema que alimenta esta tese. O outro texto designa-se “A ciência como vocação”. Nele o autor sentencia uma máxima para os jovens aspirantes a cientistas a quem está, desde logo, atribuída a obrigação de se “qualificar não só como sábio, mas também como professor” (Weber, 2005a, p. 6). A realidade da dupla condição de existência, tal como no aspirante de ciência, também se aplica ao profissional da política, atividade para a qual é necessário possuir ‘personalidade’, estado individual que só reside em “quem está pura e simplesmente ao serviço da causa” (Weber, 2005a) ali depositando não só a sua capacidade técnica, mas também impondo a vertente animosa da erudição. Mantém-se assim, sempre presente, que a missão principal do político consiste em demonstrar, permanentemente, estar mais próximo do especialista do que do diletante (Weber, 2005a). É provável que, à partida, o cientista não saiba de política. Mas, sabe de *não saber*, ponto de partida, da construção da consciência *rasa* que se insere no *habitus* de todo o cientista, indivíduo obrigatória e permanentemente possuído pelo estado de humilde.

Uma das coisas que o António Costa me disse, que me convenceu, foi quando eu lhe disse que não tinha experiência nenhuma e que, portanto, iria aprender. E ele disse uma coisa muito interessante, ele disse que era precisamente por isso que ele me convidava, que a maioria da população já não tinha aquele *trust*, aquela confiança nos políticos e, se calhar, em pessoas que

não passaram pela política tinham um *trust* maior. Eu acho isso verdade. (Alexandre Quintanilha, deputado independente do PS – Porto)

(...) o *trust* é mais do que confiança, é (...) a gente acreditar naquilo que a pessoa está a dizer... [É] a crença no outro. (Alexandre Quintanilha, deputado independente do PS – Porto)

Longos anos vivendo e lecionando nos Estados Unidos, expressando-se no enxuto idioma inglês, ajudam à precisão linguística. *Trust* significa confiar sem vacilar, acreditando sem duvidar. Sempre que o político se expressa, dirigindo-se a alguém, versando algum plano ou propondo determinada ação, é de si esperado a produção do estado de crença na população. Mas sempre que trai o estado de crença por si produzido, é absolutamente certo que um anátema cai sobre toda a classe política. A introdução de novos profissionais da política constituídos como autoridades em áreas diversas, nomeadamente no campo científico, impõe o princípio do nivelamento superior. Na medida em que este tipo de indivíduo, regra geral, não se dedica a uma vivência partidária com vista ao acesso a lugares de representação, só restam os dirigentes partidários, nomeadamente os seus líderes, impô-los no interior dos partidos, apesar de simbolizarem agentes políticos estranhos aos sistemas pré-estabelecidos. A presença destes independentes visa assim a promoção de uma contaminação positiva das organizações políticas.

9.6.4 Ser militante informal e ter liberdade para governar

Essa contaminação positiva decorre de uma degenerescência progressiva do papel do político na democracia portuguesa. A princípio, quando poucos sabiam do que era viver em democracia, apesar das vicissitudes em progressão, os partidos políticos organizaram-se procurando não só introduzir no seu interior indivíduos de reconhecido capital simbólico, como agir em consonância com os princípios de governação criteriosa da coisa pública.

Durante os 12 anos em que foi vereadora da cultura da Câmara Municipal do Porto, Manuela Melo descobriu-se a viver uma experiência traduzida no agir em liberdade, tanto de pensamento como de ação. As habituais limitações impostas por uma hierarquia permanente não faziam parte das suas preocupações. Pelo contrário, o modo de governo, então exercido na Câmara Municipal do Porto, realizou-se sem uma presença permanente do partido ou de instruções tendentes a tomadas de decisão antecipadamente orientadas para ações de interesse restrito. O espaço político total orientou-se para a identificação e de fatores importantes para o desenvolvimento da cidade e o bem-estar das pessoas

(...) discutimos plano e orçamento, e depois, o que nós fazíamos, fazíamos livremente. Era uma coisa espantosa. Quando eu conto isso a muitas pessoas, que foram vereadoras como eu, ficam espantadas. E eu via isso nas minhas reuniões com os outros vereadores da cultura e do turismo aqui da região norte (...) (...) Eu falava com muitos deles. A única pessoa que tinha capacidade de decidir logo era eu, os outros... estávamos na reunião, falávamos, depois “agora vou perguntar ao presidente”. E isso é uma coisa extraordinária, não é fácil de encontrar muitos exemplos desses. O presidente Fernando Gomes, durante aqueles dez anos, quando havia... ele ia a qualquer coisa ligada à área da cultura e do turismo, pura e simplesmente contactava comigo, falávamos, e “o que é que se passa na cidade (Manuela Melo, Porto - Independente nas listas do PS)

O princípio da divisão do trabalho político não só introduz o sentido da valorização individual, como também amplia as possibilidades do desempenho de cada um, daí sucedendo um resultado ampliado, objetivamente favorecendo e beneficiando o grupo. Mas este princípio, amplamente testado nas práticas organizacionais e, não menos vezes estudado pelas teorias de gestão, não se inclina para servir o campo político, pelo menos naquilo que é entendido como interesse superior. Verifica-se, deste modo, a existência de um tipo de delegação do presidente de Câmara para o vereador com um duplo entendimento. Por um lado a delegação legal entrega determinados poderes ao vereador; poderes esses que o vereador poderá usar quando lhe aprover. Mas, em simultâneo, não se dá a delegação política. O exemplo do vereador que, na posse da delegação legal submete-se à delegação política, mostra como nem sempre as leis e regras estabelecidas conseguem determinar a ordem de uma sociedade.

Eu, por exemplo, quando assinei o contrato com o Instituto do Livro e da Leitura, da biblioteca Almeida Garrett, uma biblioteca lançada de raiz, e que eu tinha proposto e acompanhado; foi exclusivamente do meu pelouro, fui a única vereadora que assinou. De resto foram todos os presidentes de Câmara que assinaram. Quer dizer, os presidentes de Câmara tinham muita tendência... a parte pública, visível, do trabalho de qualquer vereador era assumida pelo presidente. (Manuela Melo, Porto - Independente nas listas do PS)

Apesar do aparente, não se trata de estabelecer uma hierarquia. Trata-se, isso sim de proceder ao que é entendido como a expressão da posse do poder. De mostrar quem manda. E, nesse ato, de reduzir a condição do vereador que, por ser eleito, goza de um estatuto político à partida não desprezível. O vereador deixa assim de ser um político para ser remetido para uma espécie de ajudante ou funcionário de um gabinete particular do presidente. Trata-se de uma estratégia, por um lado de marcação da posição pública da imagem de quem deve ficar historicamente associado a uma obra – e dessa forma promover a ignescência de dispositivos de eternização – e, por outro lado, exercer a precaução antecipada pelo emergir de putativas personalidades

políticas, empreendendo simultaneamente o controlo da figura a ser autorizada a trabalhar na sucessão daquele que tem o poder de se mostrar.

A liberdade do vereador ajustada às decisões prévias traçadas num plano de atividades interligado entre as linhas programáticas partidárias, impõe uma relação de lealdade organizacional, que não uma relação de submissão ao poder pessoal de um indivíduo.

(...) também é verdade que eu tinha uma enorme lealdade com o Partido Socialista e com as estruturas do Partido Socialista. Quer dizer, muitas vezes estava em desacordo, mas não havia uma medida que eu levasse à Câmara ou à Assembleia que não discutisse com as estruturas do PS. Nem sempre fazia... a decisão era minha, porque estava ligada a um plano de atividades e aos objetivos que tinham sido tratados pelo próprio partido, mas depois havia aquelas pequenas coisas em que eu não estava de acordo e fazia aquilo que achava que devia fazer, que estava dentro do meu papel (Manuela Melo, Porto - Independente nas listas do PS).

Quando constituído como um independente eleito numa lista partidária, o indivíduo aceita, nesses termos, certas condições contidas na necessidade de respeitar os desejos do partido. Por seu lado, o partido aceita não intrometer-se na esfera da decisão pessoal do vereador. Forma-se desde logo o princípio segundo o qual as questões subjacentes à decisão política são exteriores aos indivíduos que as tomam, cabendo a estes formar relações associadas com vista à melhor escolha política.

Mas sempre discuti e tive sempre uma relação muito leal e, de certa maneira, muito cordata, com raras exceções, com os elementos do Partido Socialista, mesmo com aqueles com quem eu discordava e que discordavam de mim. Nesse aspeto, tive sorte. Tive sorte ou, quer dizer, construímos, soubemos construir essa hipótese de relação. Portanto, era independente, continuo a ser independente, mas sabia uma coisa fundamental: só estava na Câmara do Porto porque tinha sido eleita numa lista do Partido Socialista. Isso, para mim, era muito importante, vinculativo e tinha que ter, por isso, uma grande lealdade em relação ao partido que me meteu nas suas listas. (Manuela Melo, Porto - Independente nas listas do PS)

A lealdade ao partido não é só um atributo do militante. Num tempo em que não havia a possibilidade legal de candidaturas independentes, só restava ao indivíduo a possibilidade de o ser desde que convidado pelo partido. A relação estabelecida decorria de uma confiança quase absoluta entre as duas partes. No caso de Manuel Melo apresentava-se a conhecida jornalista cuja voz característica era conhecida desde os alunos da telescola e, posteriormente, cujo rosto passou a ser a cara do Jornal da Tarde do Canal um da RTP emitido no Porto. De outra forma, seria muito difícil alguma vez ter entrado na política.

Sim, independente. (...) Daquilo que eu conheço do funcionamento dos partidos (...) eu não tenho paciência para aquilo. Acho que... aquilo que eu posso trazer para o serviço público, em que os partidos também têm responsabilidades, posso trazer sem pertencer a uma estrutura

partidária. (...) O fundamental é que uma pessoa tenha a consciência de que está a funcionar da forma que lhe permite dar mais ao projeto onde está inserida. E, para mim, era a independência partidária. Pronto, não me pergunte porquê, eu digo que sou militante independente. (Manuela Melo, Porto - Independente nas listas do PS)

Militante independente. Poder-se-ia dizer *militante informal*. Os partidos já estiveram disponíveis para absorver ora a capacidade técnica, ora o capital cultural, ora mesmo o capital simbólico, transportado por certo indivíduos cuja presença nos patamares da política estabeleciam, entre outros exemplos, os elos de ligação entre a sociedade civil e os partidos. O militante informal constituía-se em alguém desligado das obrigações como também desobrigado das limitações partidárias. Mas, exatamente porque aquele que se distancia nem sempre é o que está mais longe – como se demonstra nos capítulos iniciais deste texto – esta estirpe de militante não só acarentava – porque engrandecia – como também acalentava – porque acalmava as hostes.

Porque eu era mais militante em muitas coisas, tinha mais respeito pelas coisas do Partido Socialista, do que muitos militantes que eu conhecia. Era mais leal com o Partido Socialista do que muitos militantes que eu conhecia. Agora, as partes mais... para mim, eu não direi mais negras, são normais nas organizações; as negociações que se estabelecem entre as pessoas, isso eu tenho dificuldade em perceber, embora, a discutir os assuntos perceba isso. (Manuela Melo, Porto - Independente nas listas do PS)

Com estas atitudes, os partidos mostravam a sua predisposição para a abertura provocando, em simultâneo, uma retração no seu interior para o cultivo de relações de laços apertados com vista à ocupação de cargos. O que não quer dizer que as discussões com vista ao alcance de lugares já não ocupassem a vida interna dos partidos, algo que, manifestamente, não entusiasma o *militante informal*.

Mas não a discutir cargos, a discutir postos, isso não... ou a discutir prioridades, não, isso não entra... não consigo, não consigo, é uma incapacidade que eu tenho, é pensar dessa forma, formatada. Não consigo. Embora, continuo a dizer, como qualquer independente costuma dizer, os partidos são fundamentais. Eu acho que são, eu acho que são. (Manuela Melo, Porto - Independente nas listas do PS)

Até porque não é possível a existência e uma democracia saudável sem partidos políticos. Quem esteve 22 anos na política, entre a segunda maior Câmara Municipal do país e a Assembleia da República, ainda que não participando na vida interna partidária, pode estar numa posição de vantagem para perceber o fenómeno de adoecimento da relação dos partidos com o comum das pessoas

Agora, uma coisa eu tenho a certeza, e já não é de agora, já é de há uns anos, e essa experiência na Câmara e na Assembleia ajudou-me muito: é que os partidos têm que mudar completamente a sua forma de relação com as pessoas, porque essa está extremamente

estragada, há uma falta de confiança enorme. Então, em Portugal, isso é muito nítido. (Manuela Melo, Porto - Independente nas listas do PS)

Passados 40 anos desde o início da democracia portuguesa, os partidos, constituídos em mediadores políticos, afastam-se dos mediados. Estes, constituídos em razão de ser da democracia, separam-se dos mediadores. Desorientam-se as partes acusando-se mutuamente. Discute-se se a vontade militante é que dá forma aos partidos, sendo estes o resultado da sociedade civil, se, por outro lado, são as organizações políticas que, por interesse das suas cúpulas, se interessam por uma base militante desligada dos trilhos ideológicos e assente na vertente utilitarista que atribui às organizações políticas apenas a noção de meio para aceder a fins.

Por outro lado, resulta também a circunstância da democracia ser um constructo de todos a que ninguém se devia furtar. Quando os bons cidadãos se afastam dos partidos políticos e passam a declarar a sua indignação pela falta de qualidade dos políticos, deve-se questionar afinal o que está a acontecer para que tal indignação se instale ao ponto de ninguém se querer ver conotado com o espaço político (Innerarity, 2016). É possível que na decorrência da consolidação da democracia se tenha dado a desocupação do espaço previsto para uma elite preparada para a política e que essa consolidação pela ausência se tenha dado na segunda geração de agentes político. Com o espaço em aberto, outro tipo de configuração social acabou por traçar os contornos dos partidos, assim concebendo organizações mais afastadas.

Acho que estão desfasados, que não evoluíram ao longo do nosso período democrático, não evoluíram de maneira a manterem interesse das pessoas. Mas eu acho que as culpas são lado a lado. Mas muitas vezes me diziam: “Pois, mas para mudarem os partidos, é [necessário] pessoas que pensam de outra maneira entrarem nos partidos”. Foi sempre o argumento que me deram e eu acho que é inteiramente razoável. E eu estou de acordo que é verdade, isso. Mas eu não consigo. (Manuela Melo, Porto - Independente nas listas do PS)

Uma hipótese explicativa para o fenómeno do declínio da elite da política pode encontrar justificação no “retraimento de si” (Foucault, 1994) das classes dominantes. A razão não estaria no desapossamento da política mas nas mudanças observadas “nas condições de exercício do poder”, nomeadamente na “relativização”. Esta prende-se com o facto de o político exercer “o poder no interior de uma rede em que se ocupa uma posição mediadora”, circunstância que faz de si um individuo simultaneamente “governante e governado”, deste modo, impondo, em paralelo, os traços do arbítrio tanto de comandar como de obedecer. A consciencialização do poder político não encerrar “uma autoridade soberana” mas um poder delegado, tende a afastar

a elite potencialmente habilitada para a política, na medida em que se sentem num extrato superior. A dificuldade está em ter consciência presente de que “não é o estatuto que dita as regras a serem seguidas e os limites a observar” (Foucault, 1994) mas antes “o ponto de transição” e as condicionantes atribuídas ao político.

Para exercer o papel de político, resta assim contar com os indivíduos cujas profissões possam expressar, só por si, não só um estatuto mas, em simultâneo a possibilidade de liberdade e independência. Ainda assim, manter a distância da organização partidária, prece ser condição essencial para fazer valer esse estado de independência. A opção de distância está diretamente ligada à desconfiança que todas as organizações políticas tendem a incutir nos indivíduos.

Provavelmente, sim. Estive num projeto ligado ao Partido Socialista, sempre com independência, porque essa independência era suportada numa profissão. Podia voltar a ela em qualquer momento. Isso dá uma grande liberdade. Portanto, é verdade, isso, é inteiramente verdade. Um trabalho e conhecimento (...). O partido não era fundamental para eu ser conhecida. Não foi pelo partido que eu fui conhecida, ainda hoje me dizem “eu conheço-a é da televisão”. (Manuela Melo, Porto - Independente nas listas do PS)

Para além da profissão, o transporte de um capital de reconhecimento público impõe o estatuto necessário dentro do partido na medida em que esse estatuto, ao contrário do “retraimento de si”, promove o “engrandecimento de si” junto da sociedade civil. Consequentemente, toda a ampliação política obtida – independentemente de quem ou de onde provier – significa a predisposição partidária para a aceitação destas figuras com vista ao aumento do seu crédito. O objetivo imediato é apresentar-se como organização acreditada por aqueles que estão possuídos por um elevado capital de (re)conhecimento para, desse modo, mais depressa se obter a aceitação da organização partidária junto da sociedade civil.

(...) Penetrei em todos os níveis sociais e em todas as organizações porque as pessoas falavam comigo como alguém conhecido, e isso é um capital, efetivamente, enorme. Eu penso que o Partido Socialista deve ter tido isso em consideração, mas se quer que lhe diga, na altura nem pensei muito. Não levei muito a sério, porque, realmente, o verdadeiro poder que eu tinha, por ter estado na televisão, só se tornou perfeitamente claro quando eu saí de lá para trabalhar no terreno, noutra coisa. (Manuela Melo, Porto - Independente nas listas do PS)

Como acontece com quase a generalidade dos profissionais de comunicação cuja vida ocorre, na maior parte do tempo, no interior de um centro de produção televisivo, resulta uma certa inconsciência das consequências do seu trabalho. Quando o trabalho do profissional de televisão é o rosto diário projetado, dá-se um efeito múltiplo da imagem cimentada na teia e na trama entre o tempo, o espaço e os sentidos mais agarrados à consciência das audiências. Esse é,

todavia, um aspeto só descortinável quando, para além da imagem recortada nas dimensões do ecrã, se obtém a imagem ampla do mundo oferecida dentro das suas dimensões verdadeiras.

10 CONCLUSÕES

Da absorção do poder individual à conversão da dominação legal em dominação tradicional

A transformação da autoridade em responsabilidade é o primeiro dispositivo de autoproteção do político. A apresentação como autoridade, regra geral, é latente e subsumida na compreensão reconhecida dessa qualidade introduzida na pessoa. Por norma, não há necessidade de uma autoridade política – ou outra qualquer – proclamar-se como alguém na posse dessa qualidade. A autoridade revela-se na violência simbólica dos atos e no direito de a produzir. A posse de autoridade não distingue as características de quem produz a ação autoritária. Esta tanto pode revelar-se na execução do dom virtuoso como nas práticas de um fora da lei.

Ser responsável introduz o princípio do agir consciente e a posse pessoal da capacidade de destrição refletida. O indivíduo responsável incorpora em si a sensatez da decisão e concentra na sua figura as consequências das decisões. Em simultâneo, com o discorrer do tempo e a repetição da investidura, a expressão introduz-se no indivíduo como uma antonomásia. Ser responsável, como rotulagem, configura um fim em qualquer político. Neste âmbito de atribuição, ser responsável por algo é ser o guarda dessa coisa. É estar incumbido e, desse modo, outorgado. Ser responsável por algo do Estado é ser dado ao Estado. Enquanto zelador principal dessa coisa, todos os indivíduos em funções subordinadas passam a agir em defesa daquele a quem está concedido o cargo probo. O princípio subsistente é o de que sendo o agente político o patrono legítimo de tudo, nada mais resta do que protegê-lo dos intrusos, alguns provavelmente malévolos, talvez porque também desejosos de se tornarem guardiões e, dessa forma, almejem o mesmo quadro de responsabilidade.

O segundo dispositivo de resguarda do político consiste no industriar dos funcionários em agentes fadados na incumbência orientada para a proteção dos “responsáveis”. A barreira que se forma em volta dos que detêm o poder político resulta, na maior parte das vezes, da autoridade colocada em prática por esse mesmo poder, transcorrendo todavia, uma construída naturalização das dificuldades de acesso à sua volta, como se estas resultassem da aplicação de princípios tecno-legais mas que, na realidade, se fundam em bases mais solidificadas, urdidas nos sentidos construídos das condições de formação do poder informalmente delegado.

Uma vez eleito, o político, desconhecendo quem nele votara, poderia olhar para cada indivíduo como aquele que nele apostara. Contudo parece ocorrer exatamente o contrário, isto é, o político

eleito explora ostensivamente a natureza anónima dos eleitores e o dissolver do voto do povo que, no processo de eleição, deixa de ser sólido tornando-se líquido e diluído como uma massa uniforme. O político, resultado da condensação de muitos votos concentrados numa pessoa, propicia, por mágica, o desaparecimento da singularidade do voto-cidadão individualmente introduzido nas urnas. O processo de liquidificação os votos de todos transforma-se na energia anónima do poder, e o cidadão – original proprietário do voto – converte-se num despossuído de qualquer poder, perante o representante eleito. Esta energia anónima do poder fornece ao político a condição de libertação de todas as amarras que lhe pudessem ser assacadas, ou mesmo cobradas, após qualquer processo eleitoral.

O ato de reconhecimento democrático é um ato de legitimação. Trata-se não só de um ato de aceitação, como também contém as condições de aceitação e transformação individual em favor de uma concordância orgânica. Essa concordância, ao instituir, no interior da organização – ou sociedade eleitoral – os limites de poder individual, frutifica e reforça, em simultâneo, o poder político delegado no representante vencedor das eleições. Este vencedor passa a ser entendido como alguém dotado da posse de génio, logo dotado de engenho suficiente para não haver dúvidas da sua virtude. A crença irretorquível introduz crédito no agente político e essa confiabilidade constitui municiamento de autoridade, reforçando o poder desse agente.

Poder é a condição de existência do político. É uma configuração que se naturaliza e se incorpora com facilidade. A consciência dessa posse e a possibilidade do seu uso origina, praticamente de forma acrítica e sem objeções da *entourage* próxima, a perceção do fim de qualquer fronteira. A posse de poder promove mais *enormecimento* e menos o *enobrecimento* do seu detentor.

Em certos casos, a ascensão ao poder promove o nascimento de sentimentos de superioridade não só em relação aos ao corpo de eleitores mas, num plano de maior proximidade, ao corpo de funcionários. Uma vez colocados perante um sistema talhado pela noção de dominação, os funcionários tendem a agir mais de acordo com o elemento político com quem partilham o espaço no seu dia e dia. Neste processo olvidam o seu dever de proceder segundo regras independentes prescritas em forma de lei. A força das relações transcorridas num desenrolar quotidiano produzido por uma autoridade tende, regra geral, para a obediência a essa autoridade

e conseqüente abandono da noção racional pelos executantes da responsabilidade exclusivamente a si atribuídas (Milgram, 2009).

A esperada dominação legal, baseada no cumprimento de leis e regras, concebida para a defesa dos funcionários no quadro das relações entre o político e o servidor público, regulado pela burocracia, dá lugar a uma dominação de cariz tradicional que coloca o político no lugar de um patriarca dotado de um virtuosismo santificado. Enquanto parte mais fraca nas relações de quotidiano com o poder eleito, não resta ao funcionário remeter-se à condição de obediente respeitoso das circunstâncias.

Genealogia da moral passada e a conveniência presente dos independentes

Nem só de homens representando o poder se faz a política. Para que existam políticos do poder, é forçoso existir os políticos afastados do poder. Os não habitantes de lugares Estatais dividem-se em três categorias: por um lado há os afastados que, por via das vicissitudes da disputa e/ou limitação legal ou, ainda, pela inexorabilidade biológica, tiveram de abandonar o poder. No segundo caso apresenta-se os *afastados* porque na disputa – passada ou futura – não conseguiram ainda chegar ao poder, apesar de o perseguirem nas disputas eleitorais e de estarem convictos que, num futuro próximo acederão à representação por delegação do voto popular. O terceiro caso de *afastados* do poder resulta dos indivíduos cuja narrativa de vida esteve sempre desligada da política mas que, por outro lado, fruto do grado respeito e amplo reconhecimento adquirido nas suas atividades profissionais acabam, em certos casos, por ser considerados pelos aparelhos partidários. São afastados do poder na medida em que, agindo no seu interior, mantêm uma distância revelada no espírito e nas práticas de independência.

Os primeiros trazem consigo uma narrativa histórica e o conseqüente impulso de comparação entre tempos diferentes. A oportunidade de esquematizar as formas de ação entre o tempo passado e o tempo em decorrência convocam não só a disponibilidade imediata, como promovem o agradecimento pela ‘lembrança’ e o reconhecimento pela grande valia por ‘um projeto deste género que já fazia falta’. Surge, neste grupo, a narrativa dos pioneiros e das grandes façanhas, sendo que a escassez de recursos é creditada ao engrandecimento da construção que, por sua vez, o tempo transformou em pequena empreitada.

Em simultâneo discorre o discurso da metamorfose da moral – e da oposição entre conservar e romper, entre mudar e preservar, entre modificar e alterar – e que, nos casos da posição retrovista se transforma, imediatamente, numa espécie de genealogia da moral, evocadora dos escrúpulos desaparecidos, dos malefícios da má-consciência política, porquanto nos casos da presença da imaginação idealística se outorga o ideal ascético orientador da vontade humana para o “*horrorvacui* [horror ao vácuo]” estabelecido como uma meta, não importando a serventia da coisa a ocupar o vazio. Este quadro dá propriedades ao princípio evocado por Nietzsche (2008) segundo o qual na política é preferível querer o nada a nada querer.

A segunda categoria de afastados decorre da distância do poder, não porque assim o escolheram mas porque esse é o ponto de partida para acesso dos que almejam aceder à posse do poder. Este grupo é constituído, por um lado, por apeados do poder a viver a expectativa de regresso e, por outro, por recém-entrados no campo político colocados em posição de disputa dos lugares de usufruto de autoridade política.

Dominados pela noção de confronto transportam consigo, permanentemente, as configurações de luta política. Dão assim propriedade à perspectiva segundo a qual o político assim vestido jamais deixa de o ser. Com a pose e discurso sistemático de evocação da diferença, do melhor conhecimento prático, da dissemelhança projetiva, da crença do fazer melhor e da estratégia concebida em fino pensamento, a categoria dos afastados do poder, revela-se mais predisposta para mostrar-se dentro das suas formas e menos composta para desvelar qualquer visão exterior do cidadão escondido atrás do político.

O terceiro grupo típico personifica o cidadão civil introduzido na política sem jamais abandonar a sua condição inicial e sem olhar para a atividade política como um campo de existência durável. A mesura, condição necessária aos que almejam a conquista do poder político, não constitui prática nestes indivíduos na medida em que estão cientes de que o seu capital de prestígio se localiza no exterior do campo político. Este capital estrutura-se segundo um género de poder autónomo julgado superior ao poder político. Trata-se de uma autoridade sob forma de saberes fundamentais, interiorizado pelo indivíduo ao longo dos tempos até ao ponto da sua exteriorização como ato natural. Sendo amplamente reconhecido pela sociedade, o típico aqui retratado constitui-se numa figura tão prestigiada ao ponto de os habitantes do campo político,

geralmente expectantes de fórmulas idênticas, se prostrarem perante uma circunstância incomensurável que os obriga a um reflexo aquiescente.

Os independentes – assim designados para separação dos pertinentes – contam-se numa minoria não raras vezes representada, no máximo, por uma ou duas unidades. O facto de agirem segundo os próprios e se não se cingirem às lógicas de orientação e submissão dos diretórios partidárias tornam-nos pouco desejados. Paradoxalmente, a sua presença decorre do reconhecimento partidário de uma certa conveniência da afirmação do cariz tolerante da direção dominante. Nesta perspetiva complacente, não é desejável que o espírito independente seja demasiado buliçoso. A medida tolerável do desvio não pode assim ser ultrapassada, sob pena de afastamento do agente revirado para, dessa forma, se dar a purificação do partido.

Patrocinato, clientelismo, familismo e impotência dos resistentes

É inseparável o princípio de que a atividade política e o seu conseqüente agente, o político, nascem da insuficiência formada pela dissemelhança entre os homens e da inevitabilidade de, nessa heterogeneidade dada pela natureza, esses homens estarem condenados a entenderem-se entre si, sob pena de caírem na *hobbseana* guerra de todos contra todos.

A política não tem estrutura de instituição. Mas constitui a primeira associação entre os homens com vista a obrigá-los – a obrigarem-se – a ceder nas suas diferenças. Desse modo, a política constitui uma criação exterior a que os homens se submetem, dando-se nessa criação sem proprietários, a inevitabilidade de alguns indivíduos, pelas suas qualidades e características, terem de a interpretar. Apesar do encargo político estar atribuído a todos sem exceção, tal como acontece noutros misteres, apenas uma minoria revela aptidão para dar-lhe expressão prática. Esses agentes compõem a figura dos que podem acercar-se da primeira fila de cidadãos, assim demonstrando vontade própria para exercer a atividade política.

Exige-se aos indivíduos dotados do virtuosismo para a atividade política a posse dois atributos essenciais. O primeiro é *eleutéria*, estado de liberdade interior que, simultaneamente, tanto autoriza quanto autolimita o uso do poder. O *governo de si*, enquanto aptidão essencial, impõe-se como a característica principal para saber governar os outros, constituindo a primeira faculdade para se avançar para a primeira fila de cidadãos. O segundo atributo é estar possuído

de *parresia*, condição observável nos que se prestam ao uso genuíno da verve avançada sob a forma franca e sem segundas intenções que, através de uma série de operações silogísticas, projetam mais do que manifestações de verdade, o que pensam verdadeiramente ser verdade.

Só na posse destas qualidades interiores o indivíduo pode avançar para além da linha dos que, apresentando-se na primeira linha, estão em condições de dar o passo em frente em direção ao exterior onde o poder de todos os concidadãos se concentra, para além das diferenças originais de cada um. O *passo em frente* designa a existência de uma fronteira entre a sociedade civil e o Estado que, ao ser ultrapassada por alguns – o agente político – os coloca numa posição notável. Para além das aludidas qualidades internas, a circunstância de se tornam em agentes capacitados para absorver em si o desígnio da representação – por procuração, individualmente atribuída – tornam-nos no ponto central do Estado, porquanto a sua presença realiza o projeto mágico da concentração do insignificante poder dividido entre todos, no desapropriado poder de todos concentrados num só.

Aos dois atributos agonísticos – *eleutéria e parresia* – juntam-se outros cambiantes externos, constituindo mais do que a posse de um estatuto. Juntos tornam-se produtores de um soerguer dinâmico do agente político a um patamar de superioridade que o transporta à ocupação da cidade e que, usando as suas qualidades e, principalmente, experimentando a posse do poder, se descobre apartado e separado do comum dos cidadãos. Habitando o lugar do governante, o agente político comprova o princípio do poder entregue nas mãos de um pequeno número, capacitado sob consciência, enquanto a maior parte se fragmenta segundo os traços da inconsciência coletiva. Escabece-se aqui o quadro geral em que a política nascida no exterior para dar união aos homens, se transforma, pela via das relações numa classe cuja função é o de gozar as vantagens associadas ao seu poder.

Nasce aqui a possibilidade da agente político poder viver a atividade como uma profissão. E, fazendo-o, vivendo *da* política ou vivendo *para* a política (Weber, 2005b), passa a fazer parte de uma classe eleita – ou uma elite –, por vezes ocupando os lugares do governo, outras limitando aos lugares de não governo em dinâmicas de presença entre sociedade civil e o Estado. Ligado a uma elite desunida ideologicamente ou unificada nos processos, o político vive em constante alteração de acordo com as forças que ora se ligam ora se desligam. Fazendo parte de uma

elite unificada, estabilizada pelo exercício da autoridade, nem convocando hostilidade aos que disputam bens de valor e mantendo os inativos sem experimentar o sentimento de hostilidade.

Ao agente político, constituído como tal, impõe-se uma adesão fundamental ao jogo político e, nesse particular, cabe-lhe dominar o sentido do jogo. Prever as tomadas de posição dos adversários parte da consciência de que estes últimos previram as posições do próprio. Agindo como mediador partidário impõe a sua vontade sobre as bases para obter a lealdade dos que são fiéis ao partido. Às sempre eternas discussões de limitações de mandatos, o agente político responde com o talento de quem sabe que as leis vacilam com o tempo e não travam o aparecimento de dispositivos organizados como tecnologias que, assentes na formação de crenças, objetivam organizar práticas.

As práticas ganham relevo e significância quando se tornam costumes acolhidos pela generalidade. Ao transformarem-se em normas que ditam condutas, certificam-se pela aceitação geral, assim constituindo-se em culturas. A cultura da eternização e entronização é assaz visível nas práticas das autarquias. Revela-se na forma como o agente político promove a sua natureza imprescindível junto da sua comunidade. Trata-se de um típico dispositivo orientado para o enfraquecimento geral do entusiasmo pelo quotidiano da política. Resulta através da acumulação infinda de um sistema de crédito assente numa arquitetura ideológica na qual se revela o poder individual de sujeitar a comunidade que elege, num processo em que se dá a inversão do sentido de quem controla quem.

O dispositivo de eternização e entronização descortina a perspetiva construída do agir com vista à prossecução de uma carreira política. Esta revela-se, com mais propósito, nas práticas de uma ampla fatia de deputados à Assembleia da República, cuja atividade política se realiza em íntima ligação com atividades da sua profissão civil. Ainda que a maior parte dos parlamentares se dedique à atividade política exclusiva, é também esta maior parte a caucionar um sistema dúplice, promotor da circulação de profissões civis com a atividade política, que é também a circulação económica da elite entre a sociedade civil e o Estado. Para além do uso do poder político com vista à realização de interesses vislumbra-se também a realização económica.

Determinam os estudos sobre profissões que estas estão colocadas perante a realidade do controlo das suas instituições pelos seus profissionais. Perante as suas especificidades,

reivindicam-se detentoras da capacidade para interpretar, julgar e solucionar os problemas que a sociedade necessita ver resolvidos no seu domínio. Também o campo político se constitui num campo fechado pelo reconhecimento idiossincrático dos seus agentes. Produz-se aqui a noção de fechamento – ou encerramento – tendente a formar um monopólio, o que se ajusta à ideia de corporação. No seu círculo de iguais, a elite da política conta com a ausência de toda a concorrência interna, investindo permanentemente contra toda a concorrência externa, inclusive submetendo os novos membros a um processo intenso de aprendizagem do seu sistema organizacional.

A cultura do fechamento tem a sua fase mais ativa no funcionamento das estruturas dos partidos. Estes constituem-se em ordens circundadas, possuídas por dispositivos de acesso assentes em particularidades de conhecimento obrigatório só possíveis de serem reconhecidas nas práticas da organização. É suposto o indivíduo, jovem ou não, chegar ao partido ainda em estado tábua rasa quanto ao seu funcionamento. Para além dos partidos, o Estado participa, por demissão ativa, na construção de um amplo dispositivo produtor da ignorância política. Acresce ainda que o Estado, nomeadamente as pessoas que o fazem, dizendo o que deve ser o Estado, entendem que o sistema político deve manter-se no desconhecimento geral. Até ao final do ensino secundário, o Estado não se dá a compreender através do ensino. E, como as entidades que compõem o Estado, também o sistema político é mantido no limbo da ignorância.

Toda a compreensão do funcionamento do sistema político – partidos, órgãos do governo, poderes estatais, tribunais – só é ensinada em universidades a potenciais especialistas – a elite – sendo até esse momento remetido por um exclusivo conhecimento estéril. Além de sustentar a cultura de eternização e entronização, a estratégia que coloca a aprendizagem da política nas atividades práticas promove a reprodução das formas de agir, mantendo inalteráveis as estratégias de realizar a atividade política. A imposição de uma só via de entrada de jovens na política tem por objetivo a submissão desses jovens a processos costumeiros que funcionam como filtros: só os que apreendem os processos, não colocando o partido em risco, podem almejar entrar no círculo privado dos aparelhos e aspirar aos lugares da cúpula dirigente.

Nem sempre foi assim. Nos primórdios da democracia, a escassez de pessoas para formar a elite da política levava tanto os partidos como o Estado a aceitarem as condições de quem tinha

outros apelos da vida civil para se dedicar, com sucesso. Os aderentes ao novel campo político, dividido em partidos, operavam imbuídos pela presença de uma identidade ideológica. Regra mais ou menos geral, verificavam-se duas vertentes vincadamente constitutivas das identidades ideológicas. Por um lado os que se juntavam aos partidos exigentes da rutura, sendo estes os primogénitos políticos organizados na clandestinidade. Por outro lado, a elite desunida vê-se obrigada a formar uma elite unificada e forçada a aprender a pensar política, com contrários, rapidamente e em força. Entre estas duas realidades uma terceira identidade ideológica nasce da obrigação da escolha forçada dentro da variedade de partidos apresentados no espectro político. Os primeiros já possuem consciência política. Os segundos reconvertem a sua consciência de poder. Os terceiros metamorfoseiam princípios económicos em causa política.

O período da afirmação dos políticos colocados em cenários de disputas – como quem diz, em democracia – gerou, ao longo do tempo, várias configurações. Por esse motivo esta pesquisa desenrola-se em quatro concelhos portugueses diferenciados entre si, tanto na dimensão populacional como na tendência, maior ou menor, da uma prevalência político-partidária.

Os concelhos de Mora (PCP) e Celorico de Basto (PPD-PSD) apresentam uma longa linha temporária continuada do mesmo partido no poder autárquico. Apesar da repetição do mesmo partido, eleito a cada quatro anos – o que revela a existência de um eleitorado conservador nas duas localidades – subsistem grandes diferenças na forma como esse poder se alonga no tempo. O concelho de Viana do Castelo apresenta uma linha histórica de domínio do PPD-PSD (até 1993) e uma outra ininterrupta, do PS, que prevalece até à atualidade. Por sua vez o concelho do Porto é caracterizado pela dinâmica de alternância do poder político local. A uma fase de domínio do PPD-PSD, por vezes coligado com o CDS – até 1989, seguiu-se um período do poder ocupado pelo PS – até 2001, a que se seguiu novo período do PPD-PSD até acontecer, no ano de 2013, a vitória de uma candidatura criada pelo cidadão independente Rui Moreira, designada Porto – o Nosso Partido.

A estruturação dos atos de eternização e entronização usadas como competência é um dado transversal a todos os agentes ativos da política. Na vertente individual aplica-se como obrigação e meta essencial instituída pelas regras do jogo político. Por outro lado funciona como mecanismo de estabilidade organizacional, uma disposição imposta pelas práticas partidárias

que se encontram, a todo o tempo, preocupados com o estado potencial de desequilíbrio da organização (Selznick, 1978). Para sustentarem o seu poder na organização partidária, alguns agentes políticos socorrem-se de uma espécie de cooptação informal de indivíduos para funcionarem como seus adidos. O papel ativo desses indivíduos foi investigado por Tavares de Almeida (1991) no período eleitoral de 1868-1890, tendo sido notado por António José de Almeida (1910) como resultante da transfiguração da figura do cacique, até então “um homem de influência e prestígio eleitoral”, transmutado pelas práticas do *galopin*, epitome que designa a pessoa “encarregada da técnica eleitoral de fazer batota” (A. J. Almeida, 1910, p. 445).

Alguns agentes políticos identificam a inclusão deste tipo de técnico eleitoral como nociva às democracias (P. Silva & Jalali, 2016). A resistência a estas figuras foi notada nas práticas de governo de Viana do Castelo. Todavia, por não contar com esta prática, o partido repetidamente vencedor nas eleições autárquicas locais, não conseguiu fazer passar os seus candidatos à Assembleia da República nas disputas internas distritais. Na hora de votar a escolha dos candidatos distritais a deputado, pequenos concelhos conseguem apresentar partidos com 10% da população inscrita como militantes de um partido e, assim, impor, um nome como candidato, fazendo desaparecer a noção de mérito. A disfunção evoca a presença do trabalho aturado de profissionais das técnicas eleitorais, vulgarmente designadas por *caciques*, cujo papel se torna determinante no estabelecimento de contratos entre si e os seus correlativos patrões, os agentes políticos com poder.

As práticas de clientelismo e patrocínio constituem uma cultura instalada e naturalizada como o resultado evidente dos que se servem de tecnologias polimórficas de dominação (M. L. Martins, 1990). A moeda mais frequente nas relações verificadas entre patrão e cliente recai na troca de emprego(s) nos lugares do Estado, por submissão da outra parte que se presta a uma relação servil futura. A natureza servil está na base da produção dos obsequiosos, forçados a constituírem-se na guarda de honra dos detentores do poder. Essas tecnologias produtoras de dependência podem ser, ainda mais, ampliadas na sua eficácia se um político de alto capital social, vedeta de televisão e, por isso, amplamente conhecido pela sua sapiência, juntar o seu apoio às práticas de patrocínio e clientelismo como relações fundadas nos afetos.

Estas práticas, identificadas nas relações de poder no concelho de Celorico de Basto constituem um padrão local que não encontra diferença entre o Estado e a propriedade privada. O entrelaço entre os dois domínios, é tão naturalmente usual ao ponto de se ter dado a sucessão – tanto no partido como na presidência da edilidade local – de pai para filho. Imediatamente após a tomada de posse, o filho, novel presidente da Câmara, obsequiou o pai, recente ex-presidente da Câmara com um contrato de prestação de serviços do pai numa área de especialidade onde este não tinha competências. Estas habilidades políticas, fundadas no patrimonialismo (Aguiar, 1985), vigoram sob traços rijos sendo respeitados com temor, ao ponto de resistirem no confronto com alternativas e conseguirem a descredibilização de outras possibilidades confirmadas como socialmente sadias.

As práticas de clientelismo e patrocínio podem ganhar formas híbridas, principalmente quando em presença de geografias dominadas por relações sociais menos propensas à sua aceitação. Nestas circunstâncias, tanto podem prevalecer insistências subliminares no uso da fórmula cacique, como surgir resistências organizadas na sociedade civil com vista a ultrapassá-las. Os intensos vasos comunicantes deste tipo de sociedades, em contraste com a incomunicabilidade e isolamento das comunidades rurais, explicam os processos tácitos e indelévels na formação de resistência nas práticas patrimonialistas pelos detentores do poder das instituições do Estado.

O carácter resistente às condutas tendentes ao uso das instituições Estatais com vista à prossecução de atividade privada, por parte de um agente político da sua geografia, demonstrou como as cúpulas dos partidos políticos credibilizaram as práticas do uso económico do património do Estado com fins privados, como atos políticos admissíveis. A opção de um governo pelo gesto político *impuro*, revela como o mercado da ação política valoriza mais a competência no manuseio das malhas do aparelho partidário e menos a integridade da ação denunciadora da conduta política imoral.

Este quadro de experiência política demonstra como o campo político, nomeadamente os partidos, funda-se na hipervalorização da ação produtora de resultados imediatos. A probidade e das estratégias particulares escondidas nos interstícios das intenções, mas posteriormente conhecidas, não são levadas em consideração nem produzem consequências políticas contra os seus agentes produtores. Ao tentar regressar ao seu concelho – que havia abandonado para ser

ministro – o candidato não teve essa compreensão do eleitorado local, sendo punido com uma derrota eleitoral.

Os mediadores tradicionais – os partidos políticos – viram-se ultrapassados no Porto com a gradual desvalorização do seu capital social. Se ao longo da história da democracia este concelho pugnou por uma dinâmica de alternância entre agentes políticos representantes de partidos diversos, a intromissão de uma representação candidata, provinda diretamente da sociedade civil, alterou a noção de possibilidade de acesso ao poder de um município, introduzindo uma nova configuração sustentada na ausência de mediatário.

O suporte de uma candidatura independente de um cidadão – que viria a ganhar a Câmara em 2013 – denominou-se “Porto – o nosso partido”. A noção de ‘partido’ enquanto entidade acolhedor de cidadãos com ideias idênticas, para concorrer com outras frações da sociedade com ideias diferentes, não desaparece. E a sua organização – socialmente dominada por uma aparência de informalidade – revelou traços de formalidade para além das figurações estéticas – nomeadamente por conter uma espécie de grupo de sábios auscultados nas decisões. A ausência de militantes e de uma estrutura dirigente retira-lhe, todavia, os traços de partido político tradicional.

Este resultado ganhador de uma candidatura autárquica independente, em confronto com partidos tradicionais, revelou como os sinais da degenerescência de qualquer ordem social resultam de um processo indelével. O campo político, tal como a maior parte dos seus praticantes, demora a constatar os sinais de afastamento dos cidadãos. Os sinais de deslegitimação do regime sucedem-se perante várias “fontes importantes de dissensão” (Lopes, 1994). A toda a ordem deslegitimada, sucede uma nova ordem de legitimação.

A ausência de balizas ideológicas clássicas cruzada com os dispositivos de eternização e entronização, a conseqüente crise dos intermediários mediadores entre a sociedade civil e o Estado e a demonstração prática de outras formas de realizar a participação política, viabiliza a oportunidade para o aparecimento de uma alternativa aos partidos tradicionais. Para além da composição formal, a orgânica dos partidos clássicos tem a sua base nos militantes. A orientação dos partidos para fins exclusivos de poder, em que a presença dos princípios ideológicos se afigura diminuída, e as estratégias de realização se orientam para uma gestão do

tipo patrimonial – assentes em relações de caciquismo e patrocínio –, dá lugar à possibilidade do aparecimento de uma nova configuração grupal com vista à ocupação do espectro político.

Ao contrário dos partidos da ordem tradicional, cuja temporalidade era assente, desde a sua fundação, numa perspetiva de existência infinda, a nova configuração grupal que sustenta as candidaturas independentes, assenta a sua durabilidade num intervalo de tempo finito. Dadas as características do sistema político, nomeadamente a impossibilidade da existência de candidaturas independentes à Assembleia da República, a realidade da presença destes ‘partidos informais finitos’, apenas será possível ocorrer nos atos eleitorais autárquicos. A durabilidade destes grupos poderá cingir-se ao período mínimo de uma candidatura ou ao período máximo de três candidaturas no caso de vencer os atos eleitorais.

Uma vez que os aludidos ‘partidos informais finitos’ continuarão a resultar de grupos restritos, não evitam a formação de oligarquias. O governo de poucos sobre muitos só se afigura trágico quando os poucos se desligam das obrigações sobre os outros que juram representar, passando agir exclusivamente em nome do próprio, ou em nome de alguns. A sua ligação direta à sociedade civil recupera a possibilidade atribuída aos cidadãos que, sabendo-se possuídos pelas características da *eleutéria* e decididos a usar a franqueza no dizer a verdade – fatores constituintes da *parresía* – avançam em direção à primeira fila de cidadãos e, aí colocados, dão o passo em frente em direção à política.

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbott, A. (1988). *The System of Professions: An Essay on the Division of Expert Labor*. Chicago: University of Chicago Press.
- Abelson, R. P. (1988). Conviction. *American Psychology*, 43(4), 267–275.
- Acemoglu, D., & Robinson, J. A. (2008). Persistence of power, elites, and institutions. *American Economic Review*. Agamben, G. (2015). Estado de Exceção. Lisboa: Edições 70.
- Aguiar, J. (1985). Partidos , estruturas patrimonialistas e poder funcional : a crise de legitimidade. *Análise Social*, XXI(87-88-89), 759–783.
- Alberoni, F. (1977). *Movimento e istituzione*. Bologna: Il Mulino.
- Alberoni, F. (1990). *A Génese*. Lisboa: Bertrand.
- Alberoni, E. A. (1987). *Doctrine de la classe politique et théorie des élites*. Paris: Librairie des Méridiens.
- Alcadipani, R., & Hassard, J. (2010). Actor-Network Theory, organizations and critique: towards a politics of organizing. *Organization*, 17(4), 419–435.
- Alexander, J. C. (1997). The Paradoxes of Civil Society. *International Sociology*, 12(2), 115–133.
- Alexander, M. G., Levin, S., & Henry, P. J. (2005). Image Theory, Social Identity, and Social Dominance: Structural Characteristics and Individual Motives Underlying International Images. *Political Psychology*, 26(1), 27–45.
- Allen, P. (2013). Linking pre-parliamentary political experience and the career trajectories of the 1997 general election cohort. *Parliamentary Affairs*, 66(4), 685–707.
- Almeida, A. J. (1910). Galopins. *Alma Nacional*, 1(1), 444–446.
- Almeida, J. F. (1984). Classes sociais, votos e poder: um espaço camponês. *Análise Social*, XX, 583–620.
- Almeida, J. F. (1986). *Classes Sociais nos Campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*. Porto: Afrontamento.
- Almeida, M. A. P. (2013). *O poder local do Estado Novo à Democracia (1936-2012)*. Lisboa: Edição do Autor.
- Almeida, P. (1991). *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel.
- Althusser, L. (1970). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença.
- Ansell, C. K., & Fish, M. S. (1999). The Art of Being Indispensable - Noncharismatic Personalism in Contemporary Political Parties. *Comparative Political Studies*, 32(3), 283–312.
- Araujo, A. (2016). *Da Direita à Esquerda - Cultura e sociedade em Portugal, dos anos 80 à actualidade*. Lisboa: Saída de Emergência.
- Arendt, H. (2000). *A Vida do Espírito*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará.
- Arendt, H. (2007). *A Promessa da Política*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Arendt, H. (2014). *Sobre a Violência*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Aristóteles. (1985). *A Política*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Augé, M. (2005). *Não Lugares – Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora.

- Avilez, M. J. (2014). *Vitor Gaspar*. Lisboa: D.Quixote.
- Balandier, G. (1999). *O Poder em Cena*. Coimbra: Minerva.
- Banfield, E. (1958). *The Moral Basis of a Backward Society*. Illinois: The Free Press Glencoe.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, A. (1983). O Estado e a Reforma Agrária: 1974-76. *Análise Social*, XIX (77-78), 513–575.
- Barthes, R. (1970). L'ancienne rhétorique. *Communications*, 16(1), 172–223.
- Bateson, G. (1999). *Steps to an Ecology of Mind*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Baudrillard, J. (1986). *Les Stratégies Fatales*. Paris: Livre de Poche.
- Bauman, Z. (2007). *Modernidade e Ambivalência*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Beck, U. (2006). Living in the world risk society. *Economy and Society* (Vol. 35) Number 3 August 2006: pp. 329-345
- Belchior, A. M. (2011). *Democracia e Representação Partidária - A elite parlamentar e os cidadãos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Bell, D. (1980). *O fim da ideologia*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Benjamin, W. (2012). *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1967). *The Social Construction of Reality. Contemporary sociological theory* (Vol. 51). New York: An Anchor Book.
- Berger, S. (2002). Democracy and Social Democracy. *European History Quarterly*, 32(1), 13–37.
- Berman, S. (1997). Civil Society and Political Institutionalization. *American Behavioral Scientist*, 40(5), 562–574.
- Best, H., & Cotta, M. (2000). *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000*. Oxford: Oxford University Press.
- Bobbio, N. (1982). *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Bóbbio, N. (1994). *Esquerda e Direita – Razões e Significações de uma Distinção Política*. Lisboa: Presença.
- Boisjoly, J., Duncan, G. J., Kremer, M., Levy, D. M., & Eccles, J. (2006). Empathy or antipathy? The impact of diversity. *American Economic Review*.
- Botelho, A. (2014). Political sociology: State-society relations. *Current Sociology Review*, 62(6), 868–885.
- Bourdieu, P. (1972). *Esquisse d'une theorie de la pratique - Précédé de Trois études d'ethnologie kabyle*. Genève: Librairie Droz.
- Bourdieu, P. (1979a). *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1979b). Les trois états du capital culturel. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 3–6.
- Bourdieu, P. (1981). La représentation politique - Éléments pour une théorie du champ politique. *Actes de la recherche en sciences sociales.*, 36–37, 3–24.
- Bourdieu, P. (1982a). *Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques*. Paris:

Fayard.

- Bourdieu, P. (1982b). *O que falar quer dizer*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1984). La délégation et le fétichisme politique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Vol. 52, 49–55.
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1997). *Razões práticas – sobre a teoria da acção* (Celta). Oeiras.
- Bourdieu, P. (1998a). A ilusão biográfica. Em M. Ferreira & J. Amado (Eds.), *Usos e abusos da história oral* (pp. 193–191). Rio de Janeiro: FGV.
- Bourdieu, P. (1998b). *Meditações Pascalianas*. Lisboa: Celta.
- Bourdieu, P. (2002). *Esboço de uma teoria da prática*. Lisboa: Celta Editores.
- Bourdieu, P. (2006). *As Estruturas Sociais da Economia*. Porto: Campo das Letras.
- Bourdieu, P. (2007). *A Economia das trocas simbólicas*. S.Paulo: Perspectiva.
- Bourdieu, P. (2011). O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (5), 193–216.
- Bourdieu, P. (2012). *Sur l'État. Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (2014). *Sobre o Estado*. S.Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, P., & Boltanski, L. (1976). La production de l'idéologie dominante. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2(2), 3–73.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (1992). An Invitation to Reflexive Sociology. *An Invitation to Reflexive Sociology*. <http://doi.org/10.2307/2074573>
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (2013). Symbolic capital and social classes. *Journal of Classical Sociology*, 13(2), 292–302.
- Braendle, T., & Stutzer, A. (2016). Selection of public servants into politics. *Journal of Comparative Economics*, 44(3), 696–719.
- Braga da Cruz, M. (1988). Sobre o Parlamento português: partidarização parlamentar e parlamentarização partidária. *Análise Social*, 24(100), 97–125.
- Brandão, A. M. (2014). *Uma introdução à Abordagem Sociológica das Identidades*. Famalicão: Húmus.
- Brasão, I. (2012). *O Tempo das Criadas. A condição servil em Portugal (1940-1970)*. Lisboa: Tinta da China.
- Brummett, B. (1980). Towards a theory of silence as a political strategy. *Quarterly Journal of Speech*, 66(3), 289–303.
- Burton, M., & Higley, J. (2001a). The Study of Political Elite Transformations. *International Review of Sociology*, 11(2), 181–199.
- Burton, M., & Higley, J. (2001b). The Study of Political Elite Transformations. *International Review of Sociology*, 11(2), 181–199.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 14(28), 125–137.
- Cabral, M. V. (2006). Despotismo de Estado e Sociedade Civil real em Portugal: distância ao poder,

- comunicação política e familismo amoral. Em H. M. Jerónimo, J.-L. Garcia, & M. V. Cabral (Eds.), *Razão, Tempo e Tecnologia. Estudos em homenagem a Hermínio Martins* (pp. 157–180). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Caillaud, B., & Tirole, J. (2002). Parties as Political Intermediaries. *Quarterly Journal of Economics*, *117*(4), 1453–1489.
- Campos, P. H. F., & Lima, R. d. C. P. (2016). Social positions and groups: New approximations between Pierre Bourdieu's sociology and social representation theory. *Culture & Psychology*.
- Cardoso, D. M. (2012). *O Retorno*. Lisboa: Tinta da China.
- Cardoso, F. H. (2010). *Cartas a Um Jovem Político*. Lisboa: D.Quixote.
- Carr-Saunders, A. (1928). *Professions. Their organization and place in society*. Oxford: Clarendon Press.
- Carr-Saunders, A., & Wilson, P. (1933). *The professions*. Clarendon Press.
- Carter, M. J., & Fuller, C. (2016). Symbols, meaning, and action: The past, present, and future of symbolic interactionism. *Current Sociology Review*, *64*(646), 931–961.
- Carvalho, T. (2014). Modernidade, classes sociais e cidadania política: Portugal sob um olhar internacional. *Análise Social*, *49*(212), 650–674.
- Chandhoke, N. (2001). The «Civil» and the «Political» in Civil Society. *Democratization*, *8*(2), 1–24.
- Coleman, J. S. (1988). Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, *94*(1988),
- Colfax, J. D., Elias, N., & Scotson, J. L. (1966). The Established and the Outsiders: A Sociological Enquiry into Community Problems. *American Sociological Review*, *31*(5), 727.
- Correia, V. (2012). *A dicotomia política esquerda-direita: a problemática da sua validade e atualidade*. Lisboa: Fonte da Palavra.
- Costa, J. (1901). *Oligarquia y caciquismo*. Madrid: Imprenta de los Hijos de M.G.Hernandez.
- Coulon, A. (1988). *La etnometodologia*. Madrid: Catedra.
- Crandall, C. S., & Eshleman, A. (2003). A Justification-suppression Model of the Expression and Experience of Prejudice. *Psychological Bulletin*.
- Cutileiro, J. (1972). Ricos e pobres no Alentejo: uma análise de estrutura social. *Análise Social*, *265–292*.
- Dacosta, F. (1984). *Os Retornados Estão a Mudar Portugal*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Dacosta, F. (2013). *Os Retornados Mudaram Portugal*. Lisboa: Parsifal PT.
- Dahrendorf, R. (1972). *Classes et conflits de classes dans la société industrielle*. Paris: Mouton Editeur.
- Dal Bó, E., Dal Bó, P., & Snyder, J. (2009). Political dynasties. *Review of Economic Studies*, *76*(1), 115–142.
- Deleuze, G. (1993). *Différence et Répétition*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Derrida, J., & Vattimo, G. (1996). *La religion*. Paris: Seuil.
- Dijk, T. a. van. (1986). Political discourse and political cognition. *Politics of Text and Talk: An*

- analytic approaches to political discourse*, 204–236.
- Dijk, T. a. van. (2005). *Discurso, notícia e ideologia - estudos na análise crítica do discurso*. Porto: Campo das Letras.
- Drago, A. (2005). *Agitar antes de ousar - O movimento estudantil «antipropinas»*. Porto: Afrontamento.
- Durand, G. (1989). *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. Lisboa: Editorial Presença.
- Durkheim, É. (2000). *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. S.Paulo: Martins Fontes.
- Durkheim, É. (2001a). *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Presença.
- Durkheim, É. (2001b). *O Suicídio - Estudo Sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.
- Durkheim, É. (2013). *De la division du travail social*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Duverger, M. (1970). *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Eitinger, L., & Weisaeth, L. (1980). The Stockholm syndrome. *Tidsskrift for den Norske Laegeforening*, 100 (5) pp. 307-309
- Elíade, M. (1999). *O Sagrado e o Profano*. Livros do Brasil.
- Elias, N. (1971). Sociology of Knowledge: New Perspectives: Part One. *Sociology*, 5(2), 149–168.
- Elias, N. (2001). *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Elias, N. (2004). *A sociedade de indivíduos*. Lisboa: Celta.
- Elias, N. (2006). *O Processo Civilizacional*. Lisboa: D.Quixote.
- Elias, N., & Dunning, E. (1992). *A busca da excitação*. Lisboa: Difel.
- Etzioni, A. (1969). Preface (pp. v–xviii). New York: Macmillan.
- Etzioni, A. (1999). The Good Society. *The Journal of Political Philosophy*, 7(1), 88–103.
- Feola, M. (2018). The Body Politic: Bodily Spectacle and Democratic Agency. *Political Theory*, 46(2), 197–217.
- Fernandes, T. (2014). *Sociedade Civil*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Ferreira, R. M. (2008). *Popper e os Dilemas da Sociologia*. S.Paulo: Annablume.
- Festinger, L. (1962). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford University Press (Vol. 2).
- Figueiredo, R. J. P., & Weingast, B. R. (1997). The Rationality of Fear: Political Opportunism and Ethnic Conflict. *Military Intervention in Civil Wars*, 1–23.
- Foucault, M. (1966). *Les mots et les chose. Une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1975). *Surveiller et Punir*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1990). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1994). *História da sexualidade - O cuidado de si*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Foucault, M. (2008). *Le Gouvernement de soi et des autres. Cours au Collège de France. 1982-1983*. Paris: Seuil.
- Foucault, M. (2010). *O Governo de Si e dos Outros*. S.Paulo: Martins Fontes.

- Foucault, M. (2011). *O Nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Freidson, E. (1970). *Profession of medicine: A study of the sociology of applied knowledge*. New York: Dodd, Mead & Co.
- Freidson, E. (1986). *Professional Powers: A Study of the Institutionalization of Formal Knowledge* No Title. Chicago: University of Chicago Press.
- Freire, A. (1998). Lógicas do recrutamento parlamentar - Os deputados portugueses, 1975-1999. *Sociologia - Problemas e Práticas*, (28), 115–147.
- Freire, A. (2005). Identidades ideológicas e partidárias na europa: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparativa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (47), 11–33.
- Freire, A. et al. (2002). *Recrutamento Parlamentar: Os deputados portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*.
- Freund, J. (1969). *L'Essence du Politique*. Paris: Sirey.
- Freund, J. (2003). *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Friedman, A. (2015). *Berlusconi: The Epic Story of the Billionaire Who Took Over Italy*. New York: Hachette.
- Friedson, E. (1986). *Professional Powers: A Study of the Institutionalization of Formal Knowledge*. Chicago: University of Chicago Press.
- Fukuyama, F. (1992). *The End of History and the last man*. New York: Simon and.
- Fukuyama, F. (2001). Social capital , civil society and development. *Third World Quarterly*, 22(1), 7–20.
- Galbraith, J. K. (2007). *A Anatomia do Poder*. Lisboa: Edições 70.
- Gallagher, M., & Mitchell, P. (2006). *The Politics of Electoral Systems. The Politics of Electoral Systems*.
- Garfinkel, Harold; Sacks, H. (1986). On formal structures of practical actions. Em *Ethnomethodological Studies of Work* (pp. 160–193). London: Routledge & Kegan Paul.
- Garfinkel, H. (2006). *Estudios en Etnometologia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Gaxie, D. (1980). Les logiques du recrutement politique. *Revue française de science politique*, 5–45.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O inquérito - teoria e prática*. Lisboa: Celta Editores.
- Giddens, A. (1984). *The Constitution of Society - Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press.
- Gimpel, J. G., Karnes, K. A., McTague, J., & Pearson-Merkowitz, S. (2008). Distance-decay in the political geography of friends-and-neighbors voting. *Political Geography*, 27(2), 231–252.
- Goffman, E. (1959). The Presentation of Self in Everyday Life. *Teacher*, 21(5), 259.
- Goffman, E. (1986). *Frame Analysis - An Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeast.
- Goffman, E. (1993). *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Goffman, E. (2011). *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes.

- Gonçalves, A. (2002). A Minhota Trajada à Vianesa: A Construção Histórica de um Ícone da Cultura Popular. *Sociedade e Cultura* 4, *Cadernos do Noroeste*, 18(1-2), 125-140.
- Gonçalves, A. (2009). *Vertigens. Para uma sociologia da perversidade*. Coimbra: Grácio Editor.
- Goode, W. J. (1969). The theoretical limits of professionalization. Em *The Semi-professions and non-professions* (pp. 266-313). New York: Free-Press.
- Gramsci, A. (1982). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gramsci, A. (2004). *Cuadernos de la cárcel* (Vol. 08). Ciudad de Maxico: Ediciones Era.
- Gramsci, A. (2010). State and Civil Society. Em *Civil Society and Peacebuilding A Critical Assessment* (pp. 29-42).
- Granovetter, M. (1973). The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, 78, 1360-1380.
- Guare, J. (1990). *Six Degrees of Separation*. New York: Vintage Books.
- Haguette, T. F. (1992). *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Patrópolis: Editora Vozes.
- Hall, S. (1980). Cultural studies: two paradigms. *Media, Culture & Society*, 57-72.
- Hallett, T. (2003). Symbolic power and organizational culture. *Sociological Theory*.
- Hayles, N. K. (2002). Is Utopia Obsolete? *Peace Review*, 14(2), 133-139.
- Hegel, G. W. (1990). *Princípios da Filosofia do Direito*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Herepath, A. (2014). In the Loop: A Realist Approach to Structure and Agency in the Practice of Strategy. *Organization Studies*, 35(6), 857-879.
- Hermann, J. (1998). *No reino do Desejado: A construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*. S.Paulo: Companhia das Letras.
- Higley, J. (2010). *Elites e Democracia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Himmelboim, I. (2011). Civil Society and Online Political Discourse The Network Structure of Unrestricted Discussions. *Communication Research*, 38(5), 634-659.
- Hobbes, T. (2010). *Leviatã*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Hodge, B. (1986). Cliche and Reality-Control: The Modality of Duckspeak. *Sociolinguistics*, 16(2), 35-44.
- Hoggart, R. (1957). *The Uses of Literacy: Aspects of Working Class Life*. London: Penguin.
- Hopkin, J. (2004). Parties without Partisans. Political Change in Advanced Industrial Democracies. *Rivista Italiana di Scienza Politica*, 34(3), 491-502.
- Husserl, E. (2008). *A Ideia de Fenomenologia*. Lisboa: Edições 70.
- Innerarity, D. (2016). *A Política em Tempos de Indignação*. Lisboa: D.Quixote.
- Jalali, C. (2017). *Partidos e Sistemas Partidários*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Jalali, C., Silva, P., & Silva, S. (2012). Givers and takers: Parties, state resources and civil society in Portugal. *Party Politics*, 18(1), 61-80.
- James, W. (1907). *Pragmatism - New Name of Some Old Ways of Thinking*. Cambridge: Harvard University.
- Jeffrey, S. (2001). *The Sound Bite Society: How Television Helps the Right and Hurts the Left*. New

- York: Routledge.
- Joly, H. (2005). Le elites politiques : regard croisé sur le cas français. *CIRAC, Cergy-Pontoise*, 149–167.
- Joseph Gabel. (1979). *La Fousse Conscience* (Edition de). Paris.
- Karakayali, N. (2006). The uses of the stranger: Circulation, arbitration, secrecy, and dirt. *Sociological Theory*, 24(4), 312–330.
- Kaviraj, S., & Khilnani, S. (2001). Civil Society. *Civil Society History and Possibilities*, 11–32.
- Kuhn, T. S. (2012). *The Structure of Scientific Revolutions*. 2012: The University of Chicago Press.
- Landsberg, A. (2009). Memory, empathy, and the politics of identification. *International Journal of Politics, Culture and Society*, 22(2), 221–229.
- Lane, J. E. (2009). Political representation from the principal-agent perspective. *Journal of Representative Democracy*, Vol. 45 pp. 369-378
- Larson, M. S. (1988). À Propos Des Professionnels Et Des Experts Ou Comme Il Est Peu Utile D'Essayer De Tout Dire. *Sociologie et sociétés*, XX(2), 23–40.
- Lasswell, H., & Leites, N. (1949). *Language of politics; studies in quantitative semantics*. New York: George W. Stewart, Publisher, Inc.
- Lasswell, H., & Smith, B. (2015). *Propaganda, Communication and Public Opinion*. New Jersey: Princeton University Press.
- Latour, B. (2013). *An inquiry into modes of existence - An anthropology of the moderns*. Massachusetts: Harvard University Press.
- Lazarsfeld, P. (1972). *Qualitative Analysis: Historical and Critical Essays*. Boston: Allyn & Bacon.
- Lee, P. M. (2004). *Chronophobia : on time in the arts of the 1960s*. Cambridge: Mit Press.
- Lemos, J. M. (1988). *Celorico de Basto – Entre o passado e o futuro*. Celorico de Basto: Câmara Municipal de Celorico de Basto.
- Lévi-Strauss, C. (1978). *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70.
- Lima, L. (2005). A Educação de adultos em Portugal 1974-2004. Em *Educação e Formação de Adultos - Mutação e Convergências* (pp. 31–60). Lisboa: EDUCA.
- Lin, N. (1999). Building a Network Theory of Social Capital. *Connections*, 22(1), 28–51.
- Lipovetsky, G. (2008). *La Culture Monde*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- Lisi, M. (2011). *Os Partidos Políticos em Portugal - Continuidade e Transformação*. Lisboa: Almedina.
- Locke, J. (2008). *Ensaio Sobre o Entendimento Humano - Volume II*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenlian.
- Lopes, F. F. (1994). *Poder político e caciquismo na 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Lopes, F. F., & Freire, A. (2002). *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais*. (Celta, Ed.). Lisboa.
- Luhmann, N. (1995). *Poder*. Barcelona: Anthropos, Editorial del Hombre.

- Lukács, G. (1971). *History and class consciousness*. Cambridge: The Mit Press.
- Lukes, S. (2005). *Power: A Radical View*. London: Palgrave Macmillan.
- Machado, H. (2005). Noções elementares sobre poder, desigualdades e classes sociais nas sociedades ocidentais contemporâneas. *Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho*
- Macpherson, C. B. (1973). *Democratic Theory. Essays in retrieval*. Toronto: Oxford University Press.
- Mahler, M. (2006). Politics as a Vocation: Notes Toward a Sensualist Understanding of Political Engagement. *Qualitative Sociology*, 29(3), 281–300.
- Mair, P. (2003). Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, 38(167), 277–293.
- Major, R., & Miller, P. (1981). Empathy, Antipathy and Telepathy in the Analytic Process. *Psychoanalytic Inquiry*, 1(3), 449–470.
- Maley, W. (1985). Peace, Needs and Utopia. *Political Studies*, 33(4), 578–591.
- Mannheim, K. (1986). *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Maquiavel, N. (2007). *O Príncipe*. (G. Editores, Ed.). Lisboa.
- Marotta, V. (2012). Georg Simmel, the Stranger and the Sociology of Knowledge. *Journal of Intercultural Studies*, 33(6), 675–689.
- Marques, F. (2006). *A música Pimba - Um fenómeno musica*. Lisboa: Sete Caminhos.
- Martins, H. (2006). *Classe, Status e Poder*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Martins, H. (2018). *As Mudanças de Regime em Portugal no Século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Martins, M. L. (1990). *O Olho de Deus no discurso salazarista*. Porto: Afrontamento.
- Martins, M. L. (1993). A epistemologia do saber quotidiano. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37, 79–100.
- Martins, M. L. (2002). *A Linguagem, a verdade e o poder*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Martins, M. L. (2005). Espaço Público e Vida Privada. *Revista Filosófica de Coimbra*, (27), 157–172.
- Martins, M. L. (2011). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor.
- Martins, M. L. (2015a). A liberdade académica e os seus inimigos. *Revista Comunicação e Sociedade*, 27, 405–420.
- Martins, M. L. (2015b). Lusofonias – reinvenção de comunidades e combate linguístico-cultural. Em M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e Interculturalidade - Promessa e Travessia* (pp. 7–23). Braga: Centro de Estudos Comunicação e Sociedade.
- Martins, M. L., & Grácio, R. (2009). O discurso argumentativo e as práticas sociais. *Comunicação e Sociedade*, 16, 5–10.
- Martins, M., & Neves, J. P. (2000). As lágrimas amargas da participação : como pensar o “poder” a partir de Michel Foucault. *Cadernos do Noroeste*, 13, 51–65.

- Martins, O. (1957). *Política e História - volume 1*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Marx, K. (2008). *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Covilhã: Lusosofia Press.
- Marx, K. (2015). *O Fetichismo da mercadoria e o seu segredo*. Lisboa: Antígona.
- Marx, K., & Engels, F. (sem data). *A Ideologia Alemã*. (E. Eletrónica, Ed.). Versão eletrónica s/d.
- Maslow, A. H. (1943). A Theory of Human Motivation, *50*(4), 370–396.
- Matos, V. (2012). *Marcelo Rebelo de Sousa - Biografia*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Mattelart, A., & Neveu, É. (2003). *Introduction aux Cultural Studies*. Paris: Éditions La Découverte.
- Mauss, M. (1924). Essay sur le don - Forme et raison de l'échange dans les sociétés primitives. *l'Année Sociologique*, (2).
- Mauss, M. (2003). Esboço de uma teoria geral da magia. Em *Sociologia e Antropologia* (pp. 47–178). S.Paulo: Cosac Naify.
- Mead, G. H. (2015). *Mind, Self, And Society*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Merton, R. (1968). *Social Theory and Social Structure*. New York.
- Merton, R. (1979). *A ambivalência sociológica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Michels, R. (2001). *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos*. Lisboa: Antígona.
- Milgram, S. (1967). The Small-World Problem. *Psychology Today*, 1(1), 61–67.
- Milgram, S. (2009). *Obedience to Authority*. New York: Harper Collins.
- Mills, C. W. (1956). *The Power Elite*. New York: Oxford University Press.
- Mokrosińska, D. (2013). What is political about political obligation? A neglected lesson from consent theory. *Critical Review of International Social & Political Philosophy*, 16(1), 88–108.
- Morgado, M. (2017). Introdução. Em *A política como vocação, a ciência como vocação* (pp. I–XXXII). Siveira: Letras Errantes.
- Morgan, D. L. (1996). Focus Groups. *Annual Review of Sociology*, 22(1), 129–152.
- Morgan, D. L. (1997). *Focus groups as qualitative research*. Londres: Sage Publications.
- Morgan, G. (2006). *Images of Organization*. California: Sage Publications.
- Mosca, G. (1923). La Classe Política. Em *Elementi di Scienza Politica* (pp. 52–72). Torino: Fratelli Bocca.
- Muirhead, R. (2006). A defense of party spirit. Em *Perspectives on Politics* (Vol. 4, pp. 713–727).
- Neves, J. P. (2007). *O apelo do objeto técnico*. Porto: Campo das Letras.
- Newman, M. E. J. (2001). The structure of scientific collaboration networks. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 98(2), 404–409.
- Nietzsche, F. (2002). *A Origem da Tragédia*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Nietzsche, F. (2008). *A Genealogia da Moral*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Nietzsche, F. (2010). *Assim Falava Zaratustra*. (G. Editores, Ed.). Lisboa.
- Nöel, A., & Thérien, J.-P. (2008). *Left and Right in Global Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Olson, G., & Olson, J. (2000). Distance Matters. *Human-Computer Interaction*, 15(2), 139–178.
- Önnudóttir, E. H. (2016). Political parties and styles of representation. *Party Politics*, 22(6), 732–745. <http://doi.org/10.1177/1354068814560934>
- Onyx, J., & Edwards, M. (2010). Community Networks and the nature of emergence in civil society. *Cosmopolitan Civil Societies Journal*, 2(1), 1–20.
- Ortega y Gasset. (1989). *A Rebelião das Massas*. Lisboa: Antropos.
- Ostrogorsky, M. (1979). *La démocratie et les partis politiques*. Paris: Seuil.
- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates*. Lisboa: Âmbar.
- Pareto, V. (1978). *Compendio Di Sociologia Generale*. Torino: Einaudi Editore. <http://doi.org/10.2307/1905611>
- Pareto, V. (2004). Circulação das Elites. Em M. Braga da Cruz (Ed.), *Teorias Sociológicas - Os Fundadores e os Clássicos* (pp. 449–457). Lisboa: Gulbenkian.
- Parsons, T. (1963). On the Concept of Political Power. *American Philosophical Society*, 107(3), 232–262.
- Parsons, T. (1991). *The Social System*. London: Routledge.
- Paulo, L. (2016). O Tempo das Comissões Administrativas. *Cadernos do Poder Local - Revista de Administração Democrática*, 5, 11–28.
- Pereira, V. B. (2014). Classes sociais e simbolização na cidade do Porto : elementos teóricos e resultados de pesquisa empírica. *Tempo Social*, 28(2), 183–206.
- Pinto, J. M. (1985). *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*. Porto: Afrontamento.
- Platão. (1949). *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pondé, L. F. (2004). *Conhecimento na Desgraça - Ensaio de Epistemologia Pascaliana*. S.Paulo: Edusp.
- Popper, K. R. (1991). *Um Mundo de Propensões*. Lisboa: Fragmentos.
- Popper, K. R. (2002). *Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge*. *Routledge classics*. London: Routledge classics.
- Portes, A. (1998). Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. *Annual Review of Sociology*, 24(1), 1–24. <http://doi.org/10.1146/annurev.soc.24.1.1>
- Portugal, S. (2007). O que faz mover as redes sociais? Uma análise das normas e dos laços. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (79), 35–56.
- Poulantzas, N. (1971). *Poder Político e Classes Sociais Vol. I*. Porto: Portucalense Editora.
- Preucel, R. W., & Meskell, L. (2007). Places. *A Companion to Social Archaeology*, 215–229.
- Putnam, R. D. (1993). The Prosperous Community - Social Capital and Public Life. *The American Prospect*, 13, 35–42.
- Ranney, A. (2001). Political Parties. *Collection*, 11684–11687.
- Raymond, A. (1962). The opium of the Intellectuals. *The Opium of the Intellectuals*.
- Reissman, L., & Mills, C. W. (1956). The Power Elite. *American Sociological Review*, 21(4), 513.

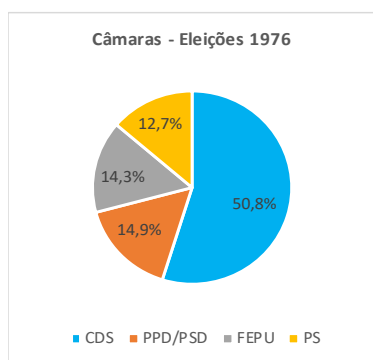
- Ricoeur, P. (1991). *Ideologia e Utopia*. Lisboa: Edições 70.
- Ricoeur, P. (2013). *Teoria da interpretação - O discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70.
- Rio, R. (2002). *A Política: in situ*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, M. de L. (2002). *Sociologia das Profissões*. Lisboa: Celta.
- Rosenthal, G. (2014). *Pesquisa social interpretativa: Uma introdução*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Rousseau, J.-J. (1754). *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*. Amsterdam: Marc Michel Rey.
- Russell, B. (2004). *Power: A New Social Analysis*. London: Routledge.
- Santos Silva, A. (1993). *Tempos Cruzados - Estudo Interpretativo da Cultura Popular*. Porto: Afrontamento.
- Schmitt, C. (2015). *O Conceito do Político*. Lisboa: Edições 70.
- Schröter, B. (2010). Clientelismo político: ¿existe el fantasma y cómo se viste? *Revista Mexicana de Sociología*, 72(1), 141–175.
- Schutz, A. (1970). *On Phenomenology and Social Relations*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Schutz, A. (1979). *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Selznick, P. (1978). Cooptação: um mecanismo para a estabilidade organizacional. Em Edmundo Campos (Ed.), *Sociologia da Burocracia* (pp. 93–100). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Silva, E. (2010). Adaptação - Uma tênue e invisível linha de fronteira. *Cadernos Mateus Doc, Adaptação*, 85–95.
- Silva, E. (2012). *Fabricados na Fábrica - Uma Narrativa Operária no século XXI*. Famalicão: Húmus.
- Silva, E. (2013). «Os vimaranenses quiseram-me aqui» - Entrevista a António Magalhães. Em Esser Silva (Ed.), *O que fica no coração* (pp. 100–119). Guimarães: Fundação Cidade de Guimarães.
- Silva, E., & Martins, M. L. (2017a). A cultura da entronização e da eternização da elite política. Em N. Z. Zara Pinto-Coelho, Teresa Ruão (Ed.), *Arte, Políticas e Práticas - V Jornadas Culturais* (pp. 73–97). Braga: CECS.
- Silva, E., & Martins, M. L. (2017b). A Sociedade Aberta e a Clausura do Estado. Em P. Y. Rocha, G. N. Ronna, I. Gehlen, A. dos S. Machado, & M. L. P. Pereira (Eds.), *Anais do XIV Seminário Internacional da Comunicação* (pp. 227–228). Porto Alegre: Edipucrs.
- Silva, E., & Martins, M. L. (2017c). Between the State and Society - Circulation of professions within the political elite. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 4(2).
- Silva, E., & Martins, M. L. (2017d). Todos exceto eu! - Autoatribuição excludente dos profissionais da política. Em M. I. V. de Lopes, N. Ribeiro, G. G. S. Castro, & C. D. Burnay (Eds.), *Atas do XV Congresso Ibercom 2017* (pp. 365–387). Lisboa: Universidade de S. Paulo.
- Silva, I. S., Veloso, A. L., & Keating, J. B. (2014). Focus group: Considerações teóricas e metodológicas. *Revista Lusófona de Educação*, (26), 175–190.
- Silva, J. M. (2003). *As Tecnologias do Imaginário*. Porto Alegre: Editora Sulina.

- Silva, M. C. (1998). *Resistir e Adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Silva, M. C. (2002). Sociedade Civil. Em *Dicionário de Sociologia*. Porto Editora.
- Silva, P., & Jalali, C. (2016). Serviço ao poder ou o poder ao serviço? Patrocinato e governos partidários em Portugal. *Análise Social*, 22(3), 630–656.
- Simmel, G. (1996). Ponte e Porta. *Revista de Ciências Sociais - Política e Trabalho*, 12, 10–14.
- Simmel, G. (2004a). Fidelidade e Gratidão. Em *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos* (pp. 31–53). Lisboa: Relógio D'Água.
- Simmel, G. (2004b). O Estrangeiro. Em *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos* (pp. 133–141). Lisboa: Relógio D'Água.
- Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais da Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Simmel, G. (2009a). *A Grande Cidade e a Vida do Espírito*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Simmel, G. (2009b). A sociologia do segredo e das sociedades secretas. *Revista de Ciências Humanas*, 43(1), 219–242.
- Soares, C. (2008). Obra e Teorização Política em Platão. Em *Platão* (pp. 7–34). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Stewart, C. (2015). Honor and Shame. Em *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (pp. 181–184).
- Steyvers, K., & Verhelst, T. (2012). Between Layman and Professional? Political Recruitment and Career Development of Local Councillors in a Comparative Perspective. *Lex Vocalis - Journal of Self-Government*, 10(1), 1–17.
- Storey, J. (2003). *Cultural Studies and the Study of Popular Culture*. Athens: University of Georgia Press.
- Tarde, G. (2015). *Les lois de l'imitation*. Paris: Hachette.
- Thomassen, J. (2012). The Blind Corner of Politic Representation. *Representation*, 48(1).
- Thompson, J. B. (1995). *Ideologia e Cultura Moderna - Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Tomás, J. (2013). *Ensaio sobre o Imaginário Marítimo dos Portugueses*.
- Tönnies, F. (1979). *Comunidad y Asociación*. Barcelona: Ediciones Península.
- Tracy, D. de. (1804). *Eléméns d'idéologie: idéologie propements dite*. Paris: Courcier.
- Vasquez, J. (1998). *The Power of Power Politics*. London: Cambridge.
- Veblen, T. (2001). *The Theory of the Leisure Class*. London: Modern Library.
- Von Bertalanffy, L. (1972). The History General and Status of Systems Theory. *Academy of Management Journal*, 15(4), 407–426.
- W., D., Stewart, N., P., Shamdasani, & Rook, D. W. (2007). *Focus Group - Theory and Practice*. California: Sage Publications.
- Wall, K. (1998). *Famílias no Campo - Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*. Dom Quixote.

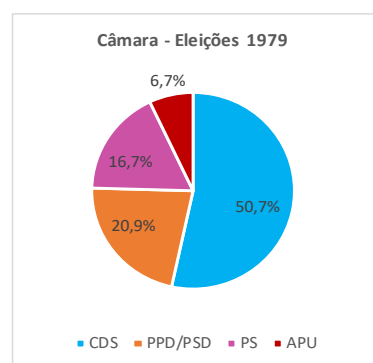
- Walzer, M. (1991). The Civil Society Argument. *Statsvetenskaplig tidskrift*, 94, 1–11.
- Weber, M. (2001). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Weber, M. (2004a). *Economia e Sociedade - Vol. II*. S.Paulo: Editora Universidade de Brasília.
- Weber, M. (2004b). *Economia e Sociedade - Vol. I*. S.Paulo: Editora Universidade de Brasília.
- Weber, M. (2005a). *A Ciência como Vocação*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Weber, M. (2005b). A Política como Vocação. Em *Três Tipos de Poder e Outros Escritos*. Lisboa: Tribuna da História.
- Weber, M. (2005c). *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Lisboa: Edições 70.
- Weber, M. (2005d). *Três Tipos Puros de Poder Legítimo: Um estudo sociológico*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Weber, M. (2010). *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Weick, K. E. (1995). *Sensemaking in Organizations*. California: Sage Publications.
- Winkin, Y. (1999). *Os Momentos e os Seus Homens – Erving Goffman*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Zimbardo, P. G. (1969). The Human Choice: Individuation, Reason, and Order Versus Deindividuation, Impulse, and Chaos. *Nebraska Symposium on Motivation*, 17, 237–307.

ANEXOS

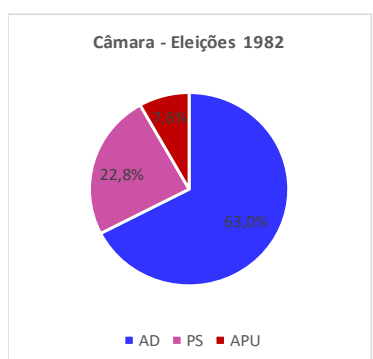
Anexo 1 - Histórico eleitoral autárquico (Câmara Municipal) 1974 - 2016 - Celorico de Basto



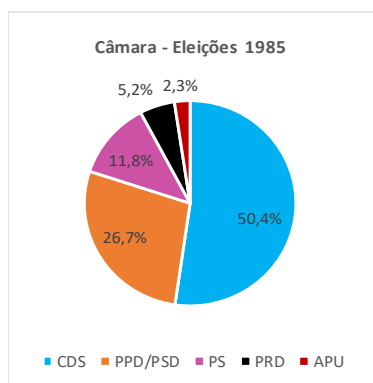
SIGLA	Nº.	NOME
CDS	1	João Maria Mourão Pulido de Almeida
CDS	2	Manuel Magalhães Lima da Silva
CDS	3	José Maria de Moura e Silva
PPD/PSD	4	Artur Mário da Mota Miranda
FEPU	5	João Gonçalves da Silva Bastos
PS	6	Álvaro Manuel da Mota Sousa Machado
CDS	7	Manuel Teixeira da Mota



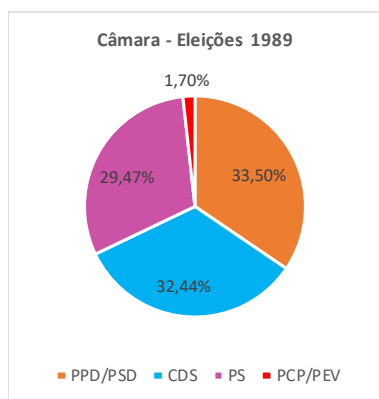
CDS	1	João Mário Mourão Pulido de Almeida
CDS	2	Manuel de Magalhães Lima da Silva
PPD/PSD	3	Albertino Teixeira da Mota e Silva
CDS	4	Artur Mário da Mota Miranda
PS	5	Mário Augusto Batista de Moura Coutinho
CDS	6	Francisco Teixeira
PPD/PSD	7	João Batista Moreira Dias



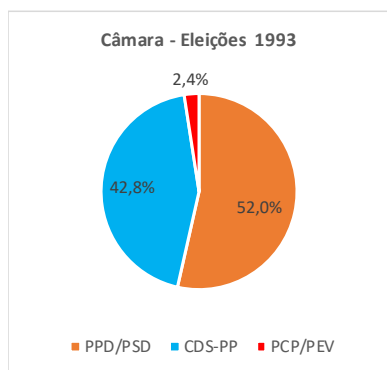
AD	1	João Maria Mourão Pulido de Almeida
AD	2	Artur Mário da Mota Miranda
PS	3	José Marcelino Queirós Faria da Mota
AD	4	Franklim Leite Gonçalves
AD	5	Manuel de Magalhães Lima da Silva
AD	6	António Joaquim de Andrade Bastos
PS	7	Fernando Albino Fernandes de Freitas



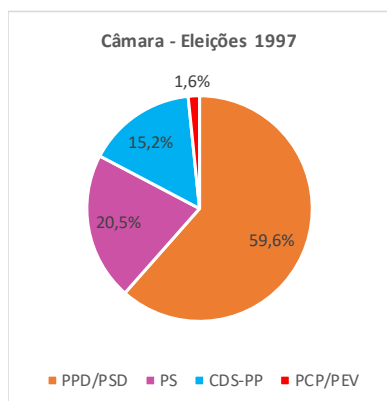
CDS	1	João Maria Mourão Pulido de Almeida
PPD/PSD	2	António Joaquim Andrade Bastos
CDS	3	Fernando Manuel Gonçalves Rodrigues
CDS	4	Manuel Magalhães Lima da Silva
PPD/PSD	5	Franklim Leite Gonçalves
CDS	6	Artur Mário da Mota Miranda
PS	7	António Manuel da Mota Sousa Machado



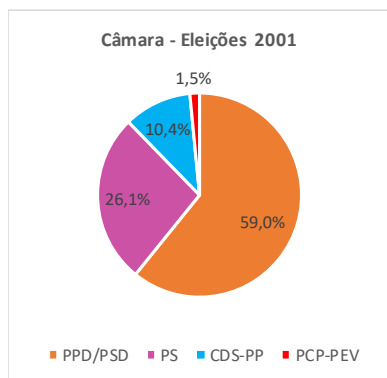
- PPD/PSD 1 Albertino Teixeira da Mota e Silva
- CDS 2 João Maria Mourão Pulido de Almeida
- PS 3 José Marcelino Queirós Faria da Mota
- PPD/PSD 4 Maria da Graça Gonçalves da Mota
- CDS 5 Fernando Manuel Gonçalves Rodrigues
- PS 6 Fernando Albino Fernandes de Freitas
- PPD/PSD 7 António Manuel Campos Magalhães Costa



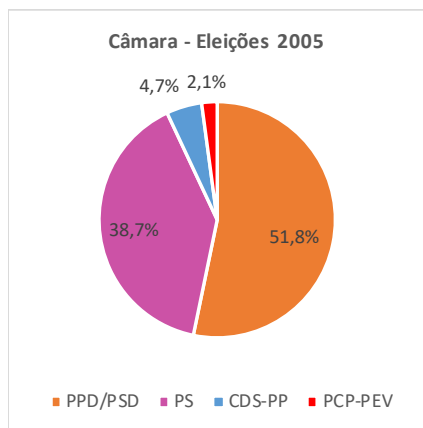
- PPD/PSD 1 Albertino Teixeira da Mota e Silva
- CDS-PP 2 Fernando Manuel Gonçalves Rodrigues
- PPD/PSD 3 Maria da Graça Gonçalves da Mota
- CDS-PP 4 Fernando Albino Fernandes de Freitas
- PPD/PSD 5 Inácio da Cunha Gonçalves da Silva
- CDS-PP 6 Adriano Rosa Araújo Valente da Silva
- PPD/PSD 7 João Maria Mourão Pulido de Almeida



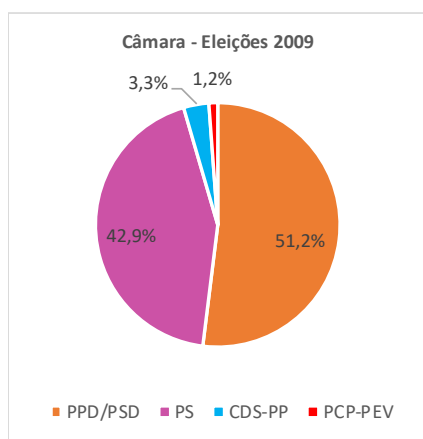
- PPD/PSD 1 Albertino Teixeira da Mota e Silva
- PPD/PSD 2 Maria da Graça Gonçalves da Mota
- PS 3 Fernando Albino Fernandes de Freitas
- PPD/PSD 4 Inácio Cunha Gonçalves da Silva
- CDS-PP 5 Francisco Mnuel C. Magalhães Costa
- PPD/PSD 6 António Manuel Marinho Gomes
- PPD/PSD 7 Joaquim Monteiro da Mota e Silva



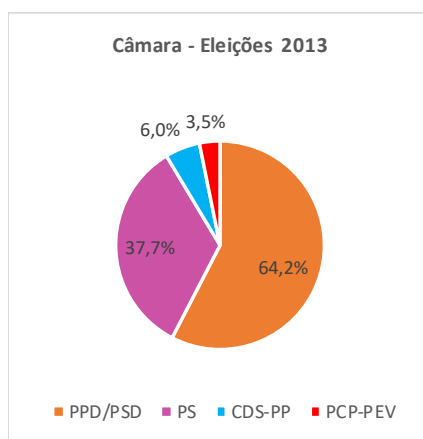
- PPD/PSD 1 Albertino da Mota e Silva
- PPD/PSD 2 Maria da Graça Gonçalves da Mota
- PS 3 Domingos Pereira de Sousa
- PPD/PSD 4 Inácio Cunha Gonçalves da Silva
- PPD/PSD 5 António Manuel Marinho Gomes
- PS 6 Eduardo Fernando de Magalhães
- PPD/PSD 7 Joaquim Monteiro da Mota Silva



PPD/PSD	1	Albertino Teixeira da Mota e Silva
PS	2	Manuel Maria de Araújo Lopes Machado
PPD/PSD	3	Maria da Graça Gonçalves da Mota
PS	4	João Manuel Cardoso Clemente
PPD/PSD	5	Inácio Cunha Gonçalves da Silva
PPD/PSD	6	Joaquim Monteiro da Mota e Silva
PS	7	Mário Fernando Andrade Sousa

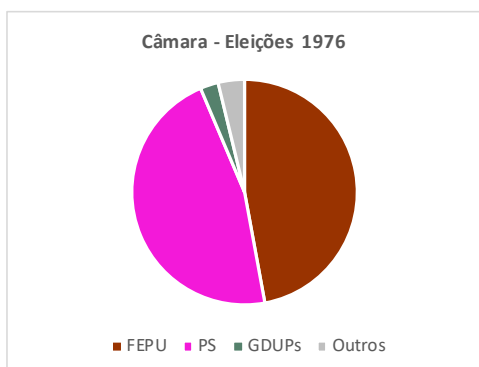


PPD/PSD	1	Joaquim Monteiro da Mota e Silva
PS	2	Manuel Maria de Araújo Lopes Machado
PPD/PSD	3	Maria da Graça Gonçalves da Mota
PS	4	Eduardo Fernando de Magalhães
PPD/PSD	5	Inácio Cunha Gonçalves da Silva
PS	6	Maria Jacinta Gonçalves Ribeiro
PPD/PSD	7	Carlos Fernando Marinho Moura Peixoto

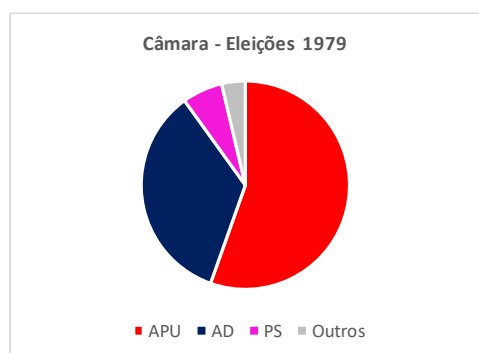


PPD/PSD	1	Joaquim Monteiro da Mota e Silva
PPD/PSD	2	Maria da Graça Gonçalves da Mota
PS	3	António Joaquim Gonçalves Bastos
PPD/PSD	4	Inácio da Silva Gonçalves Silva
PPD/PSD	5	Carlos Fernando Marinho Moura Peixoto
PPD/PSD	6	Maria Sofia da Cunha Oliveira
PS	7	Joaquim Carvalho Oliveira

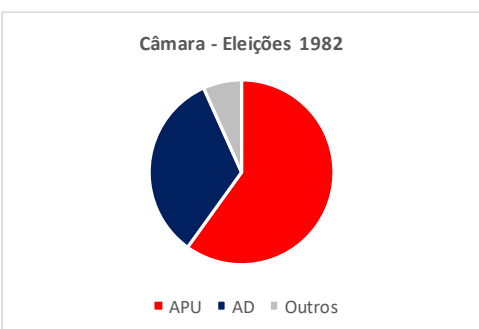
Anexo 2 - Histórico eleitoral autárquico (Câmara Municipal) 1974 - 2016 - Mora



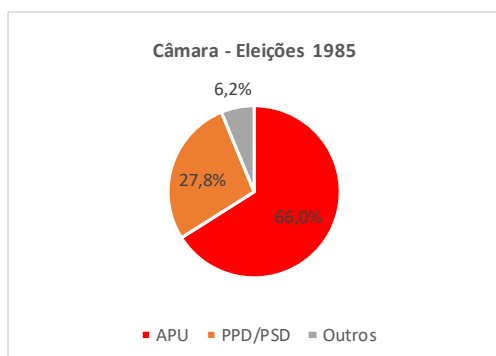
SIGLA	Nº	NOME
FEPU	1	José Correia Domingues Chitas
PS	2	Augusto Reis Alves Ferreira
FEPU	3	Joaquim Barreiros Biléu Pereira
PS	4	Sebastião David Pratas
FEPU	5	Manuel Vieira Tobias



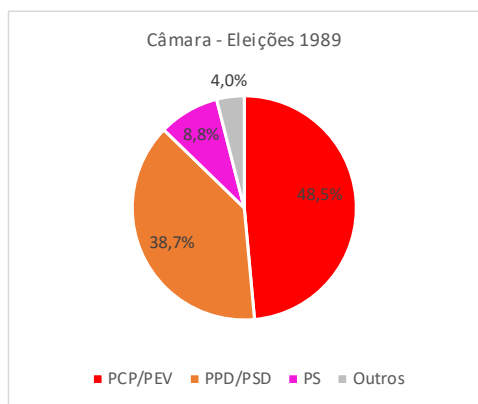
SIGLA	Nº	NOME
APU	1	José Carreiro Domingues Chitas
AD	2	Manuel José G.
APU	3	Joaquim Barreiros Biléu Pereira
APU	4	Helder António Salgueiro Pires
AD	5	Fernando Vultos Sequeira



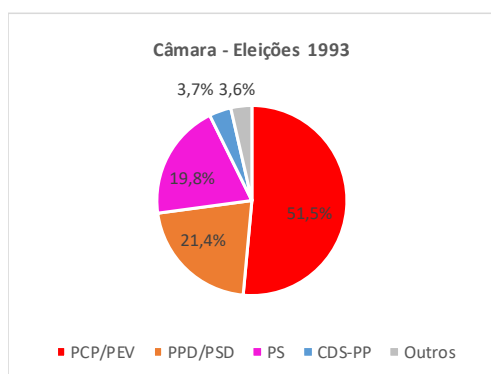
SIGLA	Nº	NOME
APU	1	João Carlos Durão Lopes Saraiva
AD	2	Crispim Rodrigues Batista
APU	3	José Joaquim Dias Coelho
APU	4	Joaquim António Teles Coça
AD	5	António Joaquim Biléu Florêncio



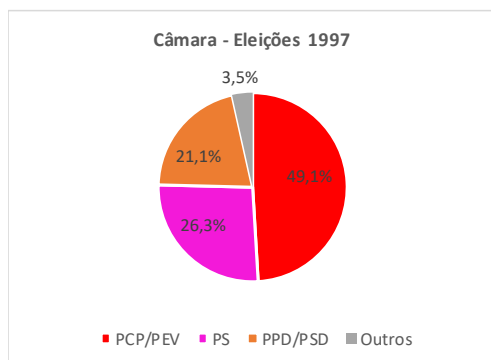
SIGLA	Nº	NOME
APU	1	João Carlos Durão Lopes Saraiva
APU	2	José Joaquim Dias Coelho
PPD/PSD	3	José António Guerreiro Vinagre
APU	4	Joaquim António C.
APU	5	José António Fino



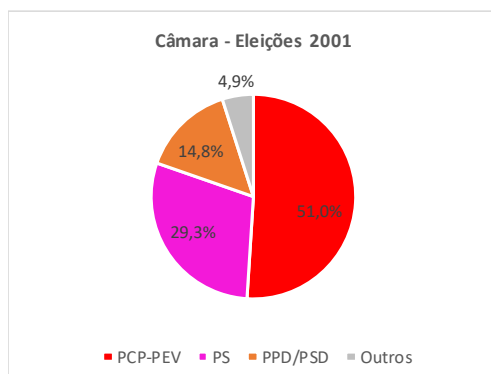
SIGLA	Nº	NOME
PCP/PEV	1	José Carreiro Domingues Critas
PPD/PSD	2	Manuel Barros Caldas de Almeida
PCP/PEV	3	José Joaquim Dias Coelho
PPD/PSD	4	Joaquim José M. Gens
PCP/PEV	5	Manuel Luís Martins Canelas de Sousa



SIGLA	Nº	NOME
PCP/PEV	1	João Carlos Durão Lopes Saraiva
PCP/PEV	2	José Manuel Manaia Sinogas
PPD/PSD	3	Joaquim António Rodrigues de Mira
PS	4	António da Rocha Afonso Tição
PCP/PEV	5	Manuel Luís Martins Canelas de Sousa

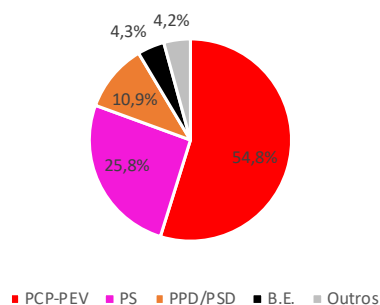


SIGLA	Nº	NOME
PCP-PEV	1	José Manuel Manaia Sinogas
PS	2	António da Rocha Afonso Tição
PCP-PEV	3	Joaquim Manuel Lopes Neto
PPD-PSD	4	Olímpia Maria Teles Caeiro
PCP-PEV	5	José António Canelas



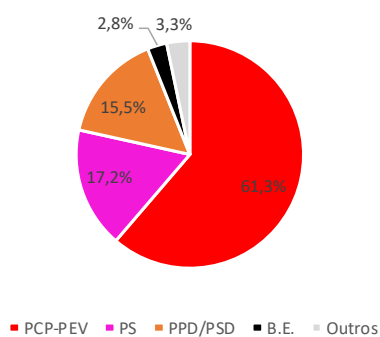
SIGLA	Nº	NOME
PCP-PEV	1	José Manuel Manaia Sinogas
PS	2	Francisco Manuel Piado
PCP-PEV	3	Joaquim Manuel Lopes Neto
PCP-PEV	4	José António Canelas
PPD/PSD	5	António Maria de Castro Franco

Câmara - Eleições 2005



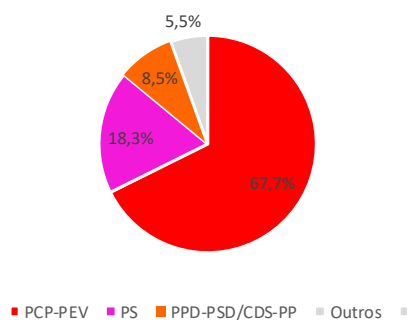
SIGLA	Nº	NOME
PCP-PEV	1	José Manuel Manaia Sinogas
PCP-PEV	2	Luís Simão Duarte de Matos
PS	3	Carlos Luís Caramujo Duarte
PCP-PEV	4	Marco Filipe Barreiros Pires
PCP-PEV	5	José Manuel Ribeiro Pinto

Câmara - Eleições 2009



SIGLA	Nº	NOME
PCP-PEV	1	Luís Simão Duarte de Matos
PCP-PEV	2	José Manuel Ribeiro Pinto
PCP-PEV	3	Marco Filipe Barreiros Pires
PS	4	António José Catarro Simões
PPD/PSD	5	José Manuel da Silva Matos

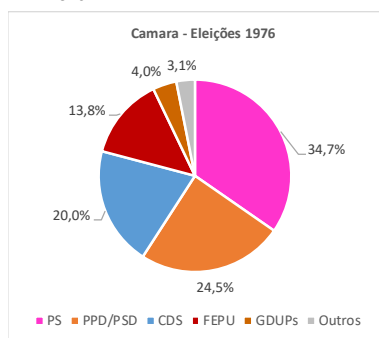
Câmara - Eleições 2013



SIGLA	Nº	NOME
PCP-PEV	1	Luis Simão Duarte de Matos
PCP-PEV	2	Marco Filipe Barreiros Pires
PCP-PEV	3	Hugo de Sousa Marques Carreiras
PCP-PEV	4	Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes
PS	5	João Filipe Chaveiro Libório

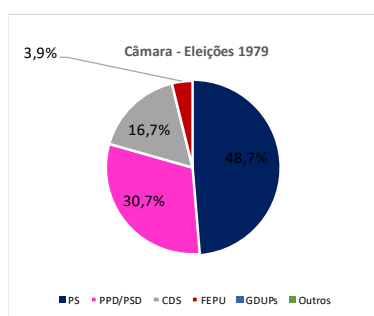
Anexo 3 - Histórico eleitoral autárquico (Câmara Municipal) 1974 - 2016 - Porto

1976



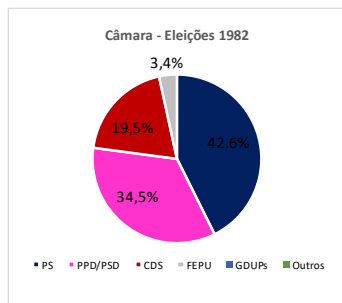
SIGLA	Função	NOME
PS	Presidente	Aureliano Capelo Veloso
PPD/PSD	Vereador	Mário Fernando Cerqueira Correia
CDS	Vereador	António Archer de Carvalho
PS	Vereador	João Rosado Correia
FEPU	Vereador	Raúl Fernando Morais e Castro
PPD/PSD	Vereador	António Malta Leuschner Fernandes
PS	Vereador	Alfredo Ângelo Vidal Coelho de Magalhães
CDS	Vereador	Rolando Pimenta de Castro Barbosa
PS	Vereador	Juvenal da Conceição Gomes de Freitas
PPD/PSD	Vereador	Maria Angélica Andresen Castro Henriques
PS	Vereador	Miguel Ângelo Magalhães Ferreira da Costa
FEPU	Vereador	Manuel José Rodrigues de Andrade
CDS	Vereador	Maria Manuela Cerqueira da Silva C. da Costa

1979



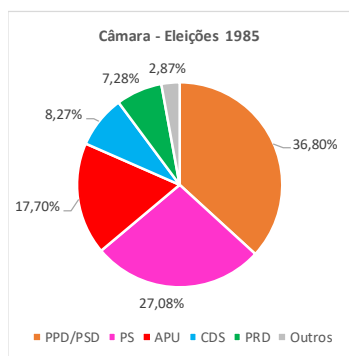
Partido	Função	Nome
AD	Presidente	Alfredo Ângelo Vidal Coelho de Magalhães
PS	Vereador	Mário Manuel Cal Brandão
AD	Vereador	Alcino Cardoso
APU	Vereador	Raúl Fernandes de Morais Castro
AD	Vereador	Rafael de Campos Pereira
PS	Vereador	João Rosado Correia
AD	Vereador	António Teixeira da Rocha Pinto
PS	Vereador	Álvaro José Ferreira Machado dos Penedos
AD	Vereador	Artur Vieira de Andrade
APU	Vereador	Luis Jorge de Oliveira Dias
AD	Vereador	Alberto Cândido Alves Baldaque Lobo
PS	Vereador	Luis Augusto Marques da Cunha
AD	Vereador	Luis Inácio Woodhouse F. A. Pinto Leite Crystello

1982



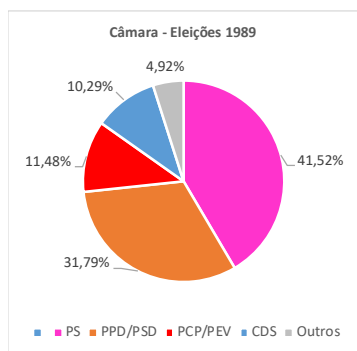
Partido	Função	Nome
AD	Presidente	António Guilherme Paulo Vallada
PS	Vereador	João Rosado Correia
AD	Vereador	Alberto Cândido Alves Baldaque de Lobo
APU	Vereador	António Macedo Varela
PS	Vereador	Raúl Fernando Sousela da Costa Brito
AD	Vereador	Carlos Eugénio Pereira de Brito
PS	Vereador	Luis Augusto Marques da Cunha
AD	Vereador	Fernando Manuel Lousada de eira Ramos
APU	Vereador	Luis Jorge de Oliveira Dias
PS	Vereador	Álvaro José Ferreira Machado dos Penedos
AD	Vereador	Jorge Manuel Brandão Montenegro Chaves
AD	Vereador	Maria Judite L. de Matos Chaves Pinheiro Torres
PS	Vereador	José Miranda de Sousa Maciel

1985



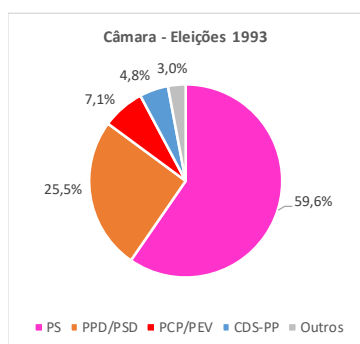
PPD/PSD	1	Fernando Soares Cabral Monteiro
PS	2	João Rosado Correia
PPD/PSD	3	João Baptista Lemos Costa
APU	4	António Macedo Varela
PS	5	Maria Teresa Palha de Araújo Pestana
PPD/PSD	6	José Nuno Borregana Meireles
PPD/PSD	7	Jorge Manuel Brandão Montenegro Chaves
PS	8	Manuel António dos Santos
APU	9	Luis Jorge de Oliveira Dias
CDS	10	Américo Maria Coelho Gomes de Sá
PPD/PSD	11	Rafael Campos Pereira
PRD	12	Alexandre Pinhal de Sousa Fernandes
PS	13	Justino da Cruz dos Santos

1989



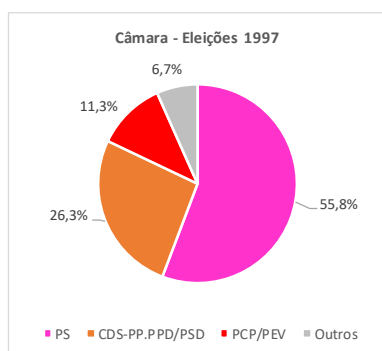
PS	1	Fernando Manuel dos Santos Gomes
PPD/PSD	2	Carlos Eugénio Pereira de Brito
PS	3	José Gomes Fernandes
PPD/PSD	4	Maria Margarida Martins Ferreira Couto
PS	5	Orlando de Barros Gaspar
PCP/PEV	6	Luís Jorge de Oliveira Dias
PPD/PSD	7	Hipólito António Pinto Ponce de Leão
PS	8	Armando Alberto Ferreira Pimentel
CDS	9	Fernando Soares Cabral Monteiro
PS	10	Maria Julieta Ferreira Baptista Sampaio
PPD/PSD	11	Manuel Antero da Cunha Pinto
PS	12	Maria Manuela Macedo Pinho e Melo
PPD/PSD	13	Alfredo da Silva Teixeira

1993



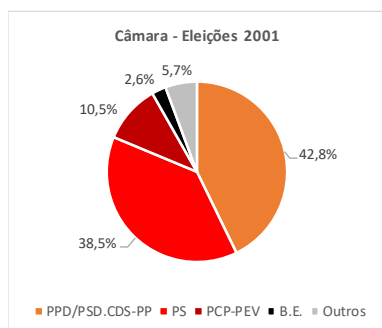
PS	1	Fernando Manuel dos Santos Gomes
PS	2	José Gomes Fernandes
PPD/PSD	3	António Manuel Taveira da Silva
PS	4	Orlando de Barros Gaspar
PS	5	Armando Alberto Ferreira Pimentel
PSD	6	Albino Azevedo Soares
PS	7	Luís Jorge Oliveira Dias
PS	8	Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
PPD/PSD	9	Francisco Fernando Rocha Gonçalves
PS	10	Ernestina Helena Miranda
PS	11	Maria José Batista de Moura Azevedo
PCP	12	Maria Ilda da Costa de Figueiredo
PS	13	Rui Graça Castro Feijó

1997



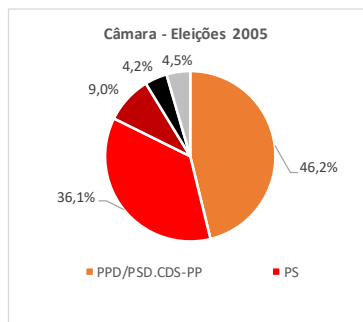
PS	1	Fernando Manuel dos Santos Gomes
PS - Ind	2	Nuno Magalhães Silva Cardoso
CDS-PP / PPD/PSD Ind	3	Carlos Manuel Azeredo Pinto Melo e Leme
PS	4	Orlando de Barros Gaspar
PS	5	Maria Manuel de Macedo Pinto Melo
CDS-PP / PPD/PSD	6	Alberto Fernando de Paiva Amorim Pereira
PCP-PEV	7	Maria Ilda da Costa Figueiredo
PS Ind	8	Luís Jorge Oliveira Dias
PS	9	Ernestina Helena Miranda
CDS-PP / PSD	10	José Carlos Pires Póvoas
PS	11	Maria José Batista de Moura Azevedo
PS	12	Jorge Olímpio Bento
CDS-PP/PSD	13	Paulo José Cutileiro Cerqueira Correia

2001



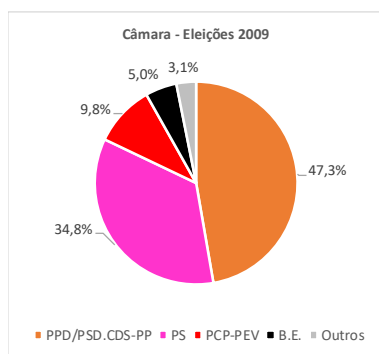
PPD/PSD.CDS-PP	1	Rui Fernando da Silva Rio
PS	2	Fernando Manuel dos Santos Gomes
PPD/PSD.CDS-PP	3	Fernando Viterbo Albuquerque Oliveira
PS	4	Orlando de Barros Gaspar
PPD/PSD.CDS-PP	5	Paulo Alexandre Baptista Teixeira de Morais
PS	6	Manuel Maria Diogo
PPD/PSD.CDS-PP	7	Paulo José Cutileiro Cerqueira Correia
PCP-PEV	8	Rui Pedro de Araújo Sá
PS	9	Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel
PPD/PSD.CDS-PP	10	Ricardo Fernandes Tomás Araújo Figueiredo
PS	11	José Luís da Costa Catarino
PPD/PSD.CDS-PP	12	José Marcelo Sanches Mendes Pinto
PS	13	Maria Isabel Solnado Porto Oneto

2005



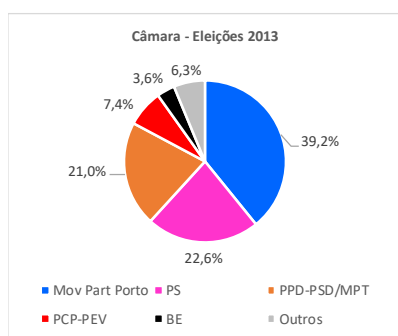
PPD/PSD.CDS-PP	1	Rui Fernando da Silva Rio
PS	2	Francisco José Pereira de Assis Miranda
PPD/PSD.CDS-PP	3	Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
PS	4	Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro
PPD/PSD.CDS-PP	5	Lino Joaquim Ferreira
PS	6	Palmira dos Santos Macedo
PPD/PSD.CDS-PP	7	Fernando Mário Teixeira de Almeida
PPD/PSD.CDS-PP	8	Matilde Augusta Monteiro da Rocha Alves
PS	9	Miguel Von Hafe Cunha Perez
PCP-PEV	10	Rui Pedro de Araújo Sá
PPD/PSD.CDS-PP	11	Manuel Moreira de Sampaio Pimentel Leitão
PS	12	Ana Maria Silva Pereira
PPD/PSD.CDS-PP	13	Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves

2009



PPD/PSD . CDS-PP	1	RUI FERNANDO DA SILVA RIO
PS	2	ELISA MARIA DA COSTA GUIMARÃES FERREIRA
PPD/PSD . CDS-PP	3	ÁLVARO ANTÓNIO M. F. DE CASTELLO-BRANCO
PS	4	MANUEL CORREIA FERNANDES
PPD/PSD . CDS-PP	5	MATILDE AUGUSTA MONTEIRO DA ROCHA ALVES
PPD/PSD . CDS-PP	6	VLADIMIRO MOTA CARDOSO FELIZ
PS	7	LUCIANO AUGUSTO BASTOS VILHENA PEREIRA
PCP-PEV	8	RUI PEDRO DE ARAÚJO SÁ
PPD/PSD . CDS-PP	9	MANUEL MOREIRA DE SAMPAIO PIMENTEL LEITÃO
PS	10	MARIA MANUELA BASTOS DA SILVA VIEIRA
PPD/PSD . CDS-PP	11	GUILHERMINA MARIA DA SILVA REGO
PS	12	ALEXANDRE TIEDTKE QUINTANILHA
PPD/PSD . CDS-PP	13	GONÇALO NUNO DE SOUSA MAYAN GONÇALVES

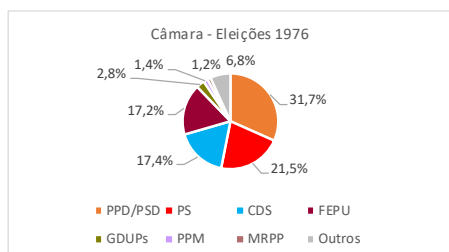
2013



Porto - O nosso Partido		
PONP	1	Rui de Carvalho de Araújo Moreira
PONP	2	Guilhermina Rego
PONP	3	Filipe Araujo
PONP	4	Cristina Pimentel
PONP	5	Manuel Aranha
PS	6	Manuel Pizarro
PS	7	Manuel Correia Fernandes
PPD/PSD PPM e MPT	8	Ricardo Valente
PS	9	Carla Sousa
PPD/PSD PPM e MPT	10	Alberto Amorim Pereira
PPD/PSD PPM e MPT	11	Ricardo Almeida
CDU	12	Pedro Carvalho
PONP	13	Rui Loza

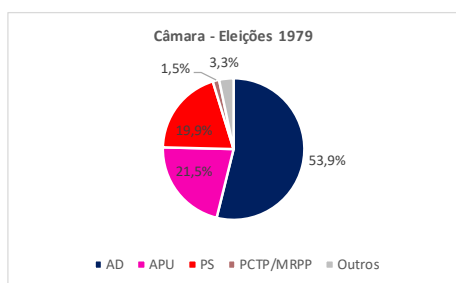
Anexo 4 - Histórico eleitoral autárquico (Câmara Municipal) 1974 - 2016 - Viana do Castelo

1976



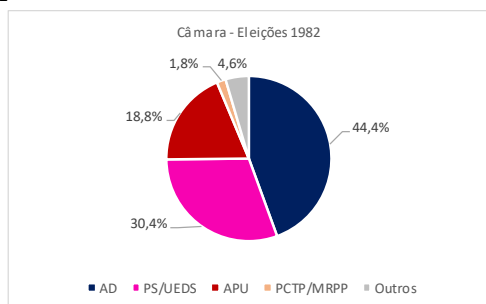
SIGLA	Nº	NOME
PPD/PSD	1	António Alves da Cunha
PS	2	Dionísio Casimiro Martins Barbosa Ferreira
CDS	3	António Dionísio Marques
FEPU	4	Artur Luís de Vinha Novais
PPD/PSD	5	Nuno Álvaro Moreira Fernandes
PS	6	Silvério Abranches do Canto Moniz
PPD/PSD	7	Manuel Lucínio Pires de Araújo

1979



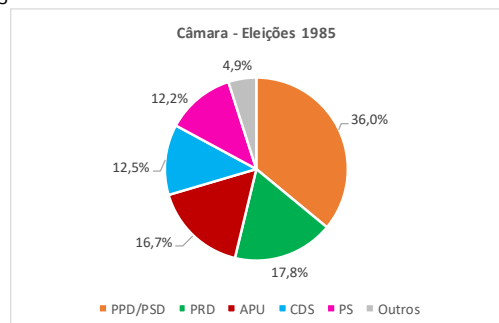
AD	1	Manuel Lucínio Pires de Araújo
AD	2	Alcino Ferreira de Lemos
APU	3	Daniel Caeiro Pereira
PS	4	Dionísio Casimiro Martins Barbosa Ferreira
AD	5	Valdemar Coelho Rodrigues Carvalho
AD	6	Maria Auxiliadora da Câmara Rodrigues Peixoto de Magalhães
AD	7	António Alpedrinha Jácome Ramos
APU	8	António Ferreira Santos
PS	9	António Luís Maciel Pires

1982

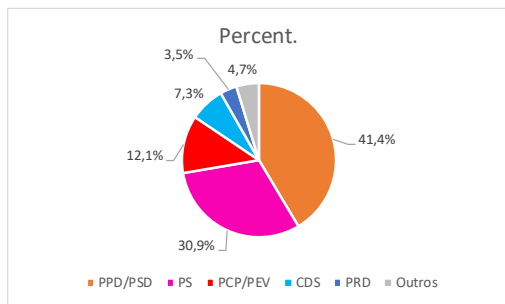


AD	1	Henrique Rodrigues da Mata
PS/UEDS	2	Nicolau da Conceição Veríssimo
AD	3	Carlos Pires Baptista
APU	4	José Luis Sampaio Castro Amaral
PS/UEDS	5	Luis Fernando Oliveira Gonçalves
AD	6	Luciano Enes Gaião
AD	7	Valdemar Coelho Rodrigues Carvalho
PS/UEDS	8	Simão Daniel Moreira Alves
APU	9	Armando Lima Afonso Branco

1985

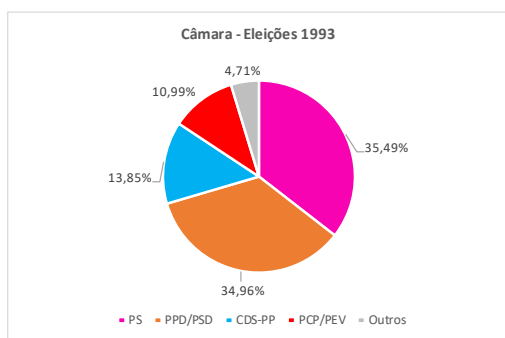


PPD/PSD	1	Manuel Lucínio Pires de Araújo
PPD/PSD	2	Carlos Pires Baptista
PRD	3	Ilídio Rodrigues Brásio Lourenço
APU	4	Maurício Soares da Cunha e Sousa
CDS	5	Júlio Manuel da Silva de Magalhães e Vasconcelos
PS	6	Celso Gastão de Andrade Areosa Rodrigues
PPD/PSD	7	José Augusto Meleiro Rodrigues
PPD/PSD	8	Domingos Gomes Afonso
PRD	9	José Manuel de Oliveira Martins



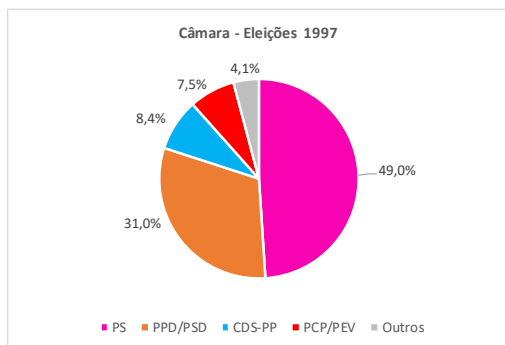
- PPD/PSD 1 Carlos Fernandes Branco Morais
- PS 2 António Fernando de Jesus Seixas
- PPD/PSD 3 Abílio Sousa e Silva
- PS 4 Francisco Bernardino Morais da Fonte
- PPD/PSD 5 António José Martins Pereira
- PCP/PEV 6 Maurício Soares da Cunha e Sousa
- PPD/PSD 7 Esáu Silva da Rocha
- PS 8 Rui Manuel da Silva Martins
- PPD/PSD 9 Augusto Gonçalves Parente

1993



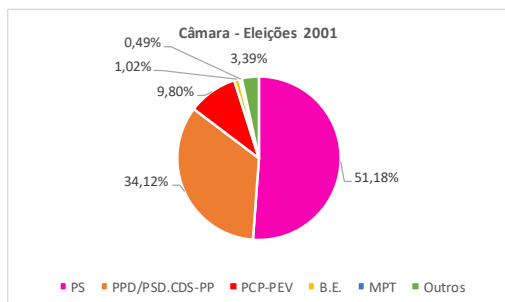
- PS 1 Defensor Oliveira Moura
- PSD 2 Carlos Fernandes Branco de Morais
- PS 3 Maria Flora Moreira da Silva Passos da Silva
- PSD 4 Augusto Gonçalves Parente
- CDS-PP 5 José Augusto Melro Rodrigues
- PS 6 Rui Manuel de Lima Martins
- PPD-PSD 7 António José Martins Pereira
- PCP-PEV 8 António Gonçalves da Silva
- PS 9 Alberto Antunes de Abreu

1997



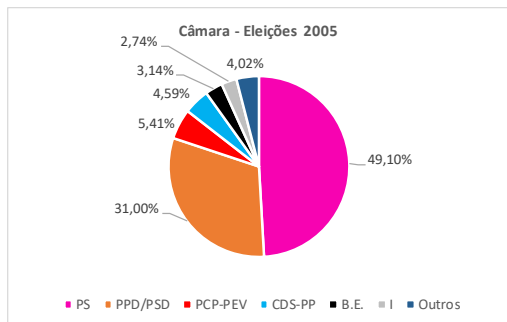
- PS 1 Defensor Oliveira Moura
- PPD/PSD 2 Carlos Fernandes Branco Morais
- PS 3 Maria Flora Moreira da Silva Passos da Silva
- PS 4 Manuel da Silva Ribeiro
- PPD/PSD 5 Manuel Rodrigues de Freitas
- PS 6 José Maria Cunha Costa
- PPD/PSD 7 José Augusto Neiva de Sá
- PS 8 Vitor Manuel Castro Lemos
- CDS-PP 9 José Augusto Meleiro Rodrigues

2001



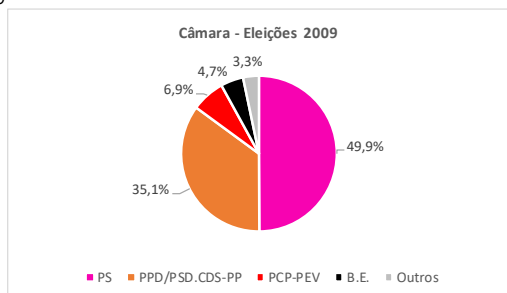
- PS 1 Defensor Oliveira Moura
- PPD/PSD.C 2 Maria Teresa Bahia de Almeida Garret Lucas Pires
- DS-PP 3 Maria Flora Moreira da Silva Passos da Silva
- PS 4 Joaquim António Cardoso Ribeiro
- PPD/PSD.C 5 Manuel da Silva Ribeiro
- DS-PP 6 José Maria da Cunha Costa
- PS 7 Ilda Maria Menezes de Araújo Novo
- PPD/PSD.C 8 Rogério Ramiro da Silva Barreto
- DS-PP 9 Alberto Jaime Marques Midões
- PCP-PEV

2005



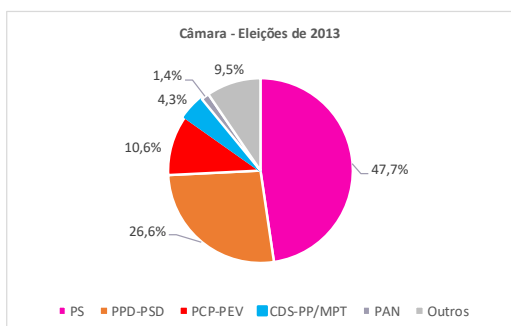
- | | | |
|---------|---|--|
| PS | 1 | Defensor Oliveira Moura |
| PPD/PSD | 2 | António de Carvalho Martins |
| PS | 3 | Maria Flora Moreira da Silva Passos da Silva |
| PS | 4 | José Maria da Cunha Costa |
| PPD/PSD | 5 | Mário da Cunha Rodrigues Guimarães |
| PS | 6 | Vitor Manuel Castro de Lemos |
| PPD/PSD | 7 | Helena Maria da Silveira Guimarães |
| PS | 8 | Joaquim Luís Nobre Pereira |
| PS | 9 | Ana Margarida Rodrigues Ferreira da Silva |

2009



- | | | |
|---------|---|---|
| PS | 1 | José Maria da Cunha Costa |
| PPD/PSD | 2 | António de Carvalho Martins |
| CDS-PP | 3 | Vitor Manuel Castro de Lemos |
| PS | 4 | Mário da Cunha Rodrigues Guimarães |
| PPD/PSD | 5 | Ana Margarida Rodrigues Ferreira da Silva |
| CDS-PP | 6 | Joaquim Luís Nobre Pereira |
| PS | 7 | Ana Maria Palhares |
| PPD/PSD | 8 | Maria José Afonso Guerreiro da Silva |
| CDS-PP | 9 | Aristides Martins de Sousa |

2013



- | | |
|---------|--|
| PS | José Maria Cunha Costa |
| PS | Vitor Manuel Castro Lemos |
| PS | Ana Margarida Ferreira da Silva |
| PS | Luís Nobre |
| PS | Maria José Guerreiro |
| PPD/PSD | Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira |
| PPD/PSD | Francisco Manuel Marques Franco |
| PPD/PSD | Helena Cristina Mendes Marques |
| CDU | Maria Ilda da Costa Figueiredo |

Anexo 5 - Legislaturas, Deputados e Acumulações

Legislaturas	Funcionários Partidários	Gestores / Empresários	Engenheiros / Arquitetos	Médicos / Veterinários	Docentes	Economistas / Outros	Advogados / Juristas	Escritores / Jornalistas	Empregados	Trab. Ind./ agricultura	Outros	Total	N
I Legislatura	1	5	14	4	10	3	24	3	13	12	12	101	284
I Legislatura 1979-80	1	6	14	7	12	4	31	2	9	7	7	100	251
II Legislatura 1980-83	1	5	12	4	11	6	32	1	10	7	11	100	255
III Legislatura 1983-85	1	5	11	6	15	5	22	2	16	7	10	100	256

Legislatura	Dirigentes da	Dirigentes de	Dirigentes de	Engenheiros /	Médicos /	Docentes	Economistas /	Advogados /	Escritores /	Técnicos	Empregados	Trabalhadores	Consultores /	Outros	Total	N=
IV Legislatura	5	4	21	4	3	25	3	21	2	3	4	3		4	102	232
VII Legislatura	6		14	4	2	25	4	21	2	7	5			8	98	224
IX Legislatura	2		11	7	3	22	10	29	2	7	1			3	97	230
XI Legislatura		1	7	4	3	23	7	29	2	9	1	1	3	10	100	230
XIII Legislatura			5	8	3	20	11	27	1	8		1	2	13	99	230

Legislaturas	Dirigentes da Função	Dirigentes de	Dirigentes de	Engenheiros /	Médicos /	Docentes	Economistas /	Advogados /	Escritores /	Técnicos intermédios	Empregados	Trabalhadores	Consultores /	Outros	Total	N=
IV Legislatura	5	4	21	4	3	25	3	21	2	3	4	3		4	102	232
V Legislatura	8	2	16	3	2	22	3	22	2	7	6	2		3	98	243
VI Legislatura	6	1	22	2	1	28	4	20	1	6	2	1		1	95	229
VII Legislatura	6		14	4	2	25	4	21	2	7	5			8	98	224
VIII Legislatura	3		7	7	3	23	14	30	2	7	1	1		3	101	230
IX Legislatura	2		11	7	3	22	10	29	2	7	1			3	97	230
X Legislatura		1	10	7	2	26	9	27	2	6		1	3	7	101	230
XI Legislatura		1	7	4	3	23	7	29	2	9	1	1	3	10	100	230
XII Legislatura		1	6	5	3	21	11	32	2	6		1	3	10	101	230
XIII Legislatura			5	8	3	20	11	27	1	8		1	2	13	99	230

Anexo 6 - Dados referentes à entrada em vigor da lei de limitação de mandatos nas autarquias

AVEIRO	Concelho	Presidente de Câmara	Partido	Nº Mandat	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Águeda	Gil Nadais	PS	2	Gil Nadais	Paula Cardoso		Nelson Leal	
	Albergaria a Velha	João A. Pereira (PSD)	PSD	3	Eisio Silva	José Licínio Pimenta	António Loureiro	Miguel Bento	
	Anadia	Litério Marques (PSD)	PSD	3	Lino Pintado	José Manuel Ribeiro	Tiago Castelo Branco	Fátima Flores	
	Arouca	José Artur Neves (PS)	PS	2	José Artur Neves	José Luis Silva	Adriano Brandão	Francisco Gonçalves	
	Aveiro	Élio Maia (PSD/PP)	PSD+PP	2	Eduardo Feio	Ribau Esteves		Miguel Viegas	Nelson Peralta, Élio Maia (Ind)
	Castelo de Paiva	Gonçalo Rocha Jesus (PS)	PS	1	Gonçalo Jesus	Norberto Moreira			
	Espinho	Joaquim Pinto Moreira (PSD)	PSD	1	José Mota	Joaquim Pinto Moreira		Fausto Neves	António Andrade
	Estarreja	José Eduardo Matos (PSD/PP)	PSD+PP	3	Fernando Mendonça	Diamantino Sabina		Américo Soares	José Artur Pinho (Ind)
	Ílhavo	Ribau Esteves (PSD)	PSD	3	José Vaz	Fernando Caçoi	Arlindo Prina		Pedro Tavares (BE)
	Mealhada	Carlos Cabral (PS)	PS	4	Rui Marqueiro	Gonçalo Louzada		João Louceiro	Ricardo Coelho (BE)
	Murtosa	António Maria Sousa (PSD)	PSD	3	Jorge Bacelar	Joaquim Santos Batista	Pedro Marques		
	Oliveira de Azeméis	Hermínio Loureiro (PSD)	PSD	1	Joaquim Jorge Ferreira	Hermínio Loureiro	Miguel Portela		Dogo Barbosa (BE)
	Oliveira do Bairro	Mário João Oliveira (PSD)	PSD	2	Manuel Borrás	Mário João Oliveira	Paulo Caiado	Artur Pereira Ramisio	
	Ovar	Manuel Oliveira (PS)	PS	2	Vitor Ferreira	Salvador Malheiro		Dinis Silveira	Pedro Rodrigues (BE)
	Santa Maria da Feira	Alfredo Oliveira Henriques (PSD)	PSD	3	Eduardo Cavaco	Emídio Sousa	Alferes Pereira	Antero Resende	António Torres (BE)
	São João da Madeira	Ricardo Figueiredo (PSD)	PSD	2	Luis Miguel Ferreira	Ricardo Figueiredo	Rogério Silva	Rita Mendes	André Oliveira (BE) Jorge Lima (Ind)
	Sever do Vouga	Manuel Silva Soares (PS)	PS	6	António Coutinho	João Miguel Almeida	Ercília Pedro	Raul Tavares	
	Vagos	Rui Miguel Cruz (PSD)	PSD	3	Mário Martins	Silvério Ragalado	Maria Céu Marques	Alexandre Loff	
	Vale de Cambra	José Bastos (PSD)	PSD	2	Nelson Silva Martins	José Bastos	José Pinheiro	José Gaspar	
BEJA	BEJA	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Aljustrel	Nelson Brito (PS)	PS	1	Nelson Brito	António Miguel Baptista		Manuel Camacho	
	Almodôvar	António José Sebastião (PSD)	PSD	3	António Bota	Ricardo Colaço		Joaquim Paulino	João Palma (Ind.)* Constantino Pçarra (BE)
	Alvito	João Penetra (CDU)	CDU	1	Natália Caeiro	Manuel Maria Barroso		António Valério	
	Barrancos	António Pica Tereno (CDU)	CDU	2	Fernando Durão	Só Assembleia Municipal		António Pica Tereno	
	Beja	Jorge Pulido Valente (PS)	PS	1	Jorge Pulido Valente	João Pedro Caeiro		João Rocha	Lopes Guerreiro (ind.)*
	Castro Verde	Francisco Duarte (CDU)	CDU	2	António José Brito	Mário Lopes		Francisco Duarte	
	Cuba	Francisco Orelha (PS)	PS	4	Ana Raquel Soudo	Vasco Almeida		João Português	
	Ferreira do Alentejo	Aníbal Costa (PS)	PS	2	Aníbal Costa	Jorge Santos		João Fragoso	
	Mértola	Jorge Paulo Colaço Rosa (PS)	PS	1	Jorge Rosa	Herlânder Mira		Miguel Bento	
	Moura	José Maria Pês de Mina (CDU)	CDU	3	Francisco Manuel Canudo Sena	Carlos Valente		Santiago Macias	
	Odemira	José Candeias Guerreiro (PS)	PS	1	José Guerreiro	José Francisco Silva		Manuel Cruz	Ana Loureiro (BE)
	Ourique	Pedro do Carmo (PS)	PS	2	Pedro do Carmo	Sérgio Marçal		António Francisco Colaço	
	Serpa	João Manuel da Silva (CDU)	CDU	3	Noel Farinho	José Madeira	Valter Rodrigues	Tomé Pires	Guida Ascensão (BE)
	Vidigueira	Manuel Narra (CDU)	CDU	2	José Miguel Almeida	José Maldonado		Manuel Narra	

BRAGA	BRAGA	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Amares	José Barbosa (ind.)	IND	3	Manuel Moreira	Isidro Araújo			Sara Leite (Ind.)
	Barcelos	Miguel Costa Gomes (PS)	PS	1	Miguel Costa Gomes	Domingos Araújo		Mário Figueiredo	José Maria Cardoso (BE)
	Braga	Mesquita Machado (PS)	PS	9	Vitor Sousa	Ricardo Rio		Carlos Almeida	Inês Barbosa (Ind.)
	Cabeceiras de Basto	Joaquim Barreto (PS)	PS	5	Serafim China Pereira	Mário Leite		Manuel Nogueira	Jorge Machado (Ind.) *
	Celorício de Basto	Joaquim Mota e Silva (PSD)	PSD	1	Antonio Joaquim Bastos	Joaquim Mota e Silva	Luis Castro Leal		
	Esposende	João Cepa (PSD)	PSD	3	João Nunes	Benjamin Pereira	Berta Viana		
	Fafe	José Ribeiro (PS)	PS	4	Raul Cunha	Eugénio Marinho	Deolinda Nogueira	Leonor Castro	Parcidio Summavielle (Ind.)
	Guimarães	António Magalhães (PS)	PS	6	Domingos Bragança	André Coelho Lima		José Torcato Ribeiro	José Carlos Fonseca (BE)
	Póvoa do Lanhoso	Manuel Baptista (PSD)	PS	2	Frederico Castro	Manuel Batista	Deolinda Queirós		
	Terras de Bouro	Joaquim Cracel Viana (PS)	PS	1	Joaquim Cracel	António Afonso		António Almeida	Filipe Pires (Ind.)
	Vieira do Minho	Jorge Dantas (PS)	PS	1	Jorge Dantas	António Cardoso Barbosa		Luis Pereira	
	Vila Nova Famalicão	Armindo Costa (PSD/PP)	PSD+PP	3	Custódio Oliveira	Paulo Cunha		Miguel Lopes	José Luis Araújo (BE)
	Vila Verde	António Vilela (PSD)	PSD	1	Luis Filipe Silva	António Vilela	Daniel Cerqueira	Manuel Carvalho	
	Vizela	Dinis Costa (PS)	PS	1	Dinis Costa	Luis Miguel Guimarães			Ana Pedrosa (BE)
BRAGANÇA	BRAGANÇA	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Alfândega da Fé	Berta Nunes (PS)	PS	1	Berta Nunes	Artur Aragão			
	Bragança	António Nunes (PSD)	PSD	3	Júlio Meirinhos	Hernâni Dias	Telmo Cadavez	José Castro	Humberto Rocha*
	Carrazeda de Ansiães	José Luis Correia (PSD/PP)	PSD+PP	1	João Sampaio	José Luis Correia	Fernando Reis		
	Freixo de Espada À Cinta	José Santos (PS)	PS	2	José Santos	Mária do Céu Quintas			
	Macedo de Cavaleiros	Beraldo Pinto (PSD/CDS)	PSD+PP	3	Rui Vaz	Duarte Moreno	Rui Costa		
	Miranda do Douro	Artur Nunes (PS)	PS	1	Artur Nunes	Francisco Granjo			
	Mirandela	António Branco (PSD)	PSD	4	José Manuel Morais	António Branco	Carlos Pires	Eduarda Carvalho	
	Mogadouro	António Machado (PSD)	PSD	3	Francisco Guimarães	António Pimentel			
	Torre de Moncorvo	Fernando Aires Ferreira (PS)	PS	7	José Aires	Nuno Gonçalves		Carlos Varelas	
	Vila Flôr	Artur Pimentel (PS)	PS	5	Fernando Barros	Fernando Almeida			
	Vimioso	José Rodrigues (PSD)	PSD	3	Amílcar Martins	Jorge Fidalgo			
	Vinhais	Américo Pereira (PS)	PS	2	Américo Pereira	Duarte Lopes			
CASTELO BRANCO	CASTELO BRANCO	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Belmonte	Amândio Melo (PS)	PS	3	António Pinto Dias Rocha		João Gonçalves		Jorge Amaro (Ind.)*
	Castelo Branco	Joaquim Morão (PS)	PS	4	Luis Correia	Paulo Moradas	Ana Camilo	João Pedro Delgado	Filipe Lourenço (BE)
	Covilhã	Carlos Pinto (PSD)	PSD	3	Vitor Pereira	Joaquim Matias		José Pinto	Pedro Farromba (ind.) CDS apoia ** José Serra dos Reis (BE)
	Fundão	Paulo Fernandes (PSD)	PSD	3	José Domingos	Paulo Fernandes			
	Idanha-a-Nova	Armindo Jacinto - Era Vice / Vereador há 3 mandatos	PS	3	Armindo Jacinto	António Jorge Moreira	Luis Mascarenhas		Jorge Azinheira (Ind) ***
	Oleiros	José Santos Marques (PSD)	PSD	3	PS Apoia Candidato Independente	Fernando Jorge	José Libério Alves		Paulino Fernandes (Ind.) António Jorge Dias (Ind.)
	Penamacor	Domingos Torrião (PS)	PS	3	António Luis Soares	Vitor Gabriel			
	Proença a Nova	João Catarino (PS)	PS	2	João Catarino	Jorge Tomé			
	Sertã	José Farinha Nunes (PSD)	PSD	1	Vitor Manuel Cavalheiro	José Farinha Nunes	Sara Amaral		
	Vila de Rei	Irene Barata (PSD)	PSD	3	Ana Sofia Pires	Ricardo Aires	Carlos Barata		
	Vila Velha de Ródão	Maria do Carmo Sequeira (PS)	PS	3	Luis Pereira	Natalia Ramos	Gonçalo Paulo		

COIMBRA	COIMBRA	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Arganil	Ricardo Pereira Alves (PSD)	PSD	2	Miguel Ventura	Ricardo Alves		José Tiago Almeida	
	Cantanhede	João Moura (PSD)	PSD	2	Carlos Ordens	João Moura			
	Coimbra	João Paulo Barbosa Melo (PSD/PP) - Vice Pres. / Filho Barbosa de Melo ex-pres. AR	PSD+PP	4	Manuel Machado	João Paulo Barbosa de Melo (PSD/PP/MPT)		Francisco Queirós	José Ferreira da Silva Movimento Cidadãos por Coimbra *
	Condeixa-a-Nova	Jorge Bento (PS)	PS	5	Nuno Moita	Joaquim Pires			Gisela Martins (BE)
	Figueira da Foz	João Ataíde das Neves (PS)	PS	1	João Ataíde das Neves	Miguel Almeida		António Baião	Jorge Monteiro (BE)
	Góis	Maria de Lurdes Castanheira (PS)	PS	1	Maria Lurdes Castanheira				
	Lousã	Luis Antunes (PS) (Vice Camara e filho ex-deputado e ex-presidente Camara Horacio Antunes)	PS	3	Luis Antunes	Daniel Rodrigues			Filomena Amaral (BE)
	Mira	João Reigota (PS)	PS	1	João Reigota	Raul Soares de Almeida			José Carlos Garrucho (Ind.)
	Miranda do Corvo	Fátima Ramos (PSD/PP)	PSD+PP	3	Miguel Baptista	Sérgio Sêco		Ana Grade	Júlia Correia (BE)
	Montemor o Velho	Luis Manuel Leal (PSD/PP)	PSD+PP	3	Emílio Torrão	Abel Gião			
	Oliveira do Hospital	José Carlos Alexandrino (PS)	PS	1	José Carlos Alexandrino	Cristina Oliveira	José Vasco Campos	João Dinis	
	Pampilhosa da Serra	José Brito Dias (PSD)	PSD	2	Carlos Ferrão	José Brito			
	Penacova	Humberto Oliveira (PS)	PS	1	Humberto Oliveira	Mauro Carpinteiro		Álvaro Miranda	
	Penela	António Alves (PSD)	PSD	1	Eduardo Santos	Luis Matias			
	Soure	João Eduardo Gouveia (PS)	PS	5	Mário Jorge Nunes	Carlos Páscoa			
	Tábua	Mário Loureiro (PS) - Era Vereador	PS	6	Mário Loureiro	Nuno Pinto		José Oliveira	
	Vila Nova de Poaires	Jaime Soares (PSD)	PSD	3	João Miguel Henriques	Carlos Henriques		Catarina Santos	
EVORA	ÉVORA	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Alandroal	João Maria Grilo (ind.)	IND	1	Manuel José Ramalho	José Cebola		Mariana Chlira	João Nabais (Ind.)*
	Arraiolos	Jerónimo Lóios (CDU)	CDU	3	Palmira Chaveiro	José Adriano Valente		Silvia Pinto	
	Borba	Ángelo Verdades de Sá (PS)	PS	3	Jerónimo Cavaco	Benjamim Espiguiinha		Joaquim Serra	António Anselmo (MUB)**
	Estremoz	Luis Filipe Mourinha (ind.)	IND	1	José Alberto Fateixa	Pedro Lancha		Luis Condinho	Luis Mourinha (ind.)
	Évora	Manuel Melgão (PS) - Era vice presidente	PS	3	Manuel Melgão	Paulo Jaleco		Carlos Pinto de Sá	Maria Helena Figueiredo (BE)
	Montemor o Novo	Hortênsia Menino (CDU)	CDU	5	Olimpio Galvão	Maria Lurdes Vacas Carvalho		Hortênsia Menino	
	Mora	Luis Simão Duarte de Matos (CDU)	CDU	2	João Libório	Joaquim Mira			
	Mourão	José Santinha Lopes (PS)	PS	5	Clara Safarra	Anabela Caixeiro			
	Portel	Norberto Patinho (PS)	PS	4	José Manuel Grilo	Luisa Andrade		José Francisco Sabino	
	Redondo	Alfredo Barroso (ind) MICRE	IND	3	Luis Faleiro	António Alberto Costa		David Grave	António Recto (MICRE)
	Reguengos de Monsaraz	José Paixão Calixto (PS)	PS	1	José Paixão Calixto	Francisco Zambujinho		Anibal Rosado	
	Vendas Novas	José Maria R. Figueira (CDU)	CDU	2	Luis Dias	Joaquim Soeiro			
	Viana do Alentejo	Bengalínia Pinto (PS)	PS	1	Bengalínia Pinto	João Fialho		João Penetra	
	Vila Viçosa	Luis Caldeirinha Roma (PS)	PS	1	Luis Caldeirinha Roma	Paulo Rondão		Manuel Condenado	Inácio Esperança (ind.)*** Miguel Patacão (Ind) ****

FARO	FARO	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Albufeira	José Carlos Rolo (PSD) - Era Vice Presidente (???? Ver)	PSD	3	Fernando Anástácio	Carlos Silva e Sousa			Ana Vidigal (Ind)
	Alcoutim	Francisco Amaral (PSD)	PSD	3	Oswaldo Gonçalves	José Pereira			Milene Nobre (Ind)
	Aljezur	José Amarelinho (PS)	PS	1	José Amarelinho	Víctor Vicente			
	Castro Marim	José Fernandes Estevens (PSD)	PSD	3	Carlos Nóbrega	Francisco Amaral		João Dias	
	Faro	Rogério Bacalhau Coelho (PSD/PP) - Ex. Vice Presidente (Substitui Macário Correia)	PSD+PP	1	Paulo Neves	Rogério Bacalhau Coelho		António Mendonça	José Vitorino (Ind.) * Vitor Ruivo (BE)
	Lagoa	José Inácio (PSD)	PSD	2	Francisco Martins	José Inácio Eduardo		Joaquim Andrés	Paulo Rosário Dias (MPT)
	Lagos	Júlio Barroso (PS)	PD	3	Joaquina Matos	Nuno Serafim	CDS/MPT	Luis Reis	Manuel Goes (BE)
	Loulé	Seruca Emídio (PSD)	PSD	3	Vitor Aleixo	Hélder Martins		Joaquim Nogueira	Adelino Neto Guerreiro (IND)
	Monchique	Rui Miguel da Silva André (PSD)	PSD	1	Graça Batalim Mota	Rui André			Carlos Henrique (Ind) **
	Olhão	Francisco Leal (PS)	PS	5	Antonio Pina	Eduardo Cruz		Sebastião Coelho	
	Portimão	Manuel António da Luz (PS)	PS	3	Isilda Gomes	Pedro Xavier	José Pedro Caçorino		João Vasconcelos (BE)
	São Brás de Alportel	António Eusébio (PS)	PS	3	Vitor Guerreiro	Rui Eusébio			
	Silves	Rogério Pinto (PSD) (Era vice de Isabel Soares)	PSD	1	Fernando Serpa	Rogério Pinto		Rosa Palma	Carlos David Marques (BE)
	Tavira	Jorge Botelho (PS)	PS	1	Jorge Botelho	José Estevens			
	Vila do Bispo	Adelino Rocha Soares (PS)	PS	1	Adelino Rocha Soares	Gilberto Viegas			
	Vila Real Santo António	Luis Gomes (PSD)	PSD	2	David Murta	Luis Gomes			Mário Matos (BE)
GUARDA	GUARDA	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Aguiar da Beira	Fernando Andrade (PSD)	PSD	3	PS Apoia Independente (Joaquim Bonifácio)	Fernando Pires			
	Almeida	Baptista Ribeiro (PSD/PP)	PSD+PP	2	Joaquim Fernandes	António Batista Ribeiro			
	Celorico da Beira	José Monteiro (PS)	PS	2	José Monteiro	Manuel Portugal			
	Fig. Castelo Rodrigo	António Edmundo (PSD)	PSD	2	Paulo Langrouva	António Edmundo			
	Fornos de Algodres	José Miranda (PSD)	PSD	3	Manuel Fonseca	João Carlos Felício	Cristina Guerra		
	Gouveia	Álvaro Amaro (PSD)	PSD	3	Armando Almeida	Luis Tadeu		Fernanda Bernardo	
	Guarda	Joaquim Valente (PS)	PS	2	José Martins Igreja	Álvaro Amaro		Mário Triunfante Martins	Virgílio Bento (Ind.) * Baltasar Lopes (Ind.)
	Manteigas	Esmeraldo Carvalhinho (PS)	PS	1	Esmeraldo Carvalhinho	José Manuel Biscaia			
	Mêda	Armando Carneiro (PS)	PS	1	Anselmo Sousa	Paulo Amaral	César Figueiredo **		Lemos Damião (PPM)
	Pinhel	António Ruas (PSD)	PSD	3	José Vital Tomé	Rui Ventura		Joaquim Ferreira	
	Sabugal	António Dos Santos Robalo (PSD)	PSD	1	António José Vaz	Antonio Robalo		Aristides Duarte	
	Seia	Carlos Filipe Camelo (PS)	PS	1	Carlos Filipe Camelo	Albano Figueiredo		Margarida Abrantes	
	Trancoso	Júlio Sarmento (PSD)	PSD	3	Amílcar Salvador	João Rodrigues			
	Vila Nova de Foz Côa	Gustavo Duarte (PSD)	PSD	1	Fernando Girão	Gustavo Duarte			

LEIRIA	LEIRIA	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Alcobaça	Paulo Jorge Marques Inácio (PSD)	PSD	1	José Canha	Paulo Inácio	Carlos Bonifácio	Vanda Furtado Marques	
	Alvaiázere	Paulo Morgado (PSD)	PSD	1	Teodora Cardo	Paulo Morgado			
	Ansião	Rui Rocha (PSD)	PSD	1	Teresa Fernandes	Rui Rocha		Gonçalo Paz	
	Batalha	António José Lucas (PSD)	PSD	3	Carlos Repolho	Paulo Batista		Manuela Batalha	
	Bombarral	José Manuel Vieira (PSD)	PSD	1	Luis Camilo Duarte	José Manuel Vieira	Rosa Guerra	Maria Los Angeles	
	Caldas da Rainha	Fernando Costa (PSD)	PSD	3	Rui Correia	Fernando Tinta Ferreira			Francisco Coutinho (Ind.) * Teresa Serrenho (Ind) Carlos Carujo (BE)
	Castanheira de Pêra	Fernando Lopes (PS)	PS	2	Fernando Lopes	Pedro Graça			
	Figueiró dos Vinhos	Rui Almeida e Silva (PSD)	PSD	1	Jorge Abreu	Rui Silva	António Zuzarte		
	Leiria	Raul Castro (PS)	PS	1	Raul Castro			Anabela Batista	José Peixoto (BE)
	Marinha Grande	Álvaro Pereira (PS)	PS	1	Álvaro Pereira	António Santos		Vitor Pereira	Carlos Logrado (Ind) / Aurélio Ferreira (Ind)
	Nazaré	Jorge Barroso (PSD)	PSD	3	Walter Chicharro	Miguel Sousinha			António Trindade (Ind.) ** Joaquim Piló (BE) Albeeto Madal (Ind)
	Óbidos	Telmo Faria (PSD)	PSD	3	Bernardo Rodrigues	Humberto Marques			
	Pedrogão Grande	João Marques (PSD)	PSD	3	António Silva Pena	Valdemar Alves			
	Peniche	António José Correia (CDU)	CDU	2	Jorge Gonçalves	Luis Ganhão		António José Correia	
	Pombal	Narciso Mota (PSD)	PSD	3	Adelino Mendes	Diogo Mateus	José Guardado	Fernando Domingos	
	Porto de Mós	João Salgueiro (PS)	PS	2	João Salgueiro	Carlos Manuel Venda		José Carlos Nogueira	
LISBOA	LISBOA	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Alenquer	Jorge Riso (PS)	PS	1	Pedro Folgado	Nuno Coelho		Carlos Ameal	João Herminio (BE)*
	Amadora	Joaquim Raposo (PS)	PS	4	Carla Tavares	Carlos Silva		Francisco Santos	
	Arruda dos Vinhos	Carlos Lourenço (PSD)	PSD	3	André Rijo	Lélio Lourenço			
	Azambuja	Joaquim Ramos (PS)	PS	3	Luis Sousa	Jorge Lopes		David Mendes	
	Cadaval	Aristides Sécio (PSD)	PSD	3	Dinis Acácio	José Bernardo Nunes			
	Cascais	Carlos Carreiras (PSD/PP) - Era vice presidente de A.Capucho	PSD+PP	3	João Cordeiro	Carlos Carreiras			Isabel Magalhães (Ind) João Sande e Castro (Ind)** Cecília Honório (BE) Nuno Duarte (PTP)
	Lisboa	António Costa (PS)	PS	2	António Costa	Fernando Seara		João Ferreira	
	Loures	Carlos Teixeira (PS)	PS	3	João Nunes	Fernando Costa (PSD/MPT/PPM)		Bernardino Soares	
	Lourinhã	José Manuel Custódio (PS)	PS	6	João Carvalho	Hernâni Santos		Mário Rui Souto	
	Mafra	Ministro dos Santos (PSD)	PSD	3	Elisio Summaville	José Bizarro		Rogério Costa	
	Odivelas	Susana Amador (PS)	PS	2	Susana Amador	Sandra Pereira			João Curvêlo (BE)
	Oeiras	Isaltino Moraes (Ind)	IND	3	Marcos Sá	Moita Flores (PSD/MPT/PPM)		Daniel Branco	Paulo Vistas (Ind.) Carlos Gaivoto (BE)
	Sintra	Fernando Seara (PSD/PP)	PSD+PP	3	Basílio Horta	Pedro Pinto		Pedro Ventura	Marco Almeida (Ind.)*** Luis Fazenda (BE) Nuno Câmara Pereira (PND)
	Sobral Monte Agraço	António Bogalho (CDU)	CDU	9	Pedro Coelho dos Santos	Joaquim Biancard Cruz		José Alberto Quintino	
	Torres Vedras	Carlos Miguel (PS)	PS	2	Carlos Miguel	Hugo Martins	Luis Marinho	Sérgio Cipriano	
	Vila Franca de Xira	Maria da Luz Rosinha (PS)	PS	4	Alberto Mesquita	João Carvalho (PSD/MPT/PPM)		Nuno Libório	Mário Correia

PORTALEGRE	PORTALEGRE	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Alter do Chão	Joviano Vitorino (PSD)	PSD	2	Francisco Reis	Joviano Vitorino		Romão Trindade	
	Arronches	Fermilinda Carvalho (PSD)	PSD	1	Gil Romão	Fremilinda Carvalho		António Pascoal	
	Avis	Manuel Maria Coelho (CDU)	CDU	3	Rui Henriques	Luis Fouto			
	Campo Maior	Ricardo Pinheiro (PS)	PSD	1	Ricardo Pinheiro	Arnaldo Trindade		António João Gonçalves	Joaquim Gordo (BE) João Burrica (Ind.)
	Castelo de Vide	António Manuel Ribeiro (PSD)	PSD	3	Tiago Malato	António Pita		Amândio Patacas	
	Crato	João Teresa Ribeiro (CDU)	CDU	1	Correia da Luz	Ângelo Fernandes			
	Elvas	José Rondão de Almeida (PS)	PS	5	Nuno Mocinha	António Teodora (PSD/PPM)	Tiago Abreu	José Batista	Francisco Castelo (BE)
	Fronteira	Pedro Lancha (PSD)	PSD	3	Fernando Mano	Rogério Silva	Paula Almeida	Gonçalo Lagem	
	Gavião	Jorge Martins de Jesus (PS)	PS	6	José Pio	Paulo Matos			
	Marvão	Vitor Frutuoso (PSD)	PSD	2	Carlos Castelinho	Vitor Frutuoso			
	Monforte	Miguel Raquinho (PS)	PS	1	Miguel Rasquinho	António José Vieira		Gonçalo Lagem	
	Nisa	Maria Gabriela (CDU)	CDU	3	Idalina Trindade	José Moura Semedo			
	Ponte de Sôr	João Taveira Pinto (PS)	PS	5	Hugo Hilário	João Guerra			Maria Antónia Frio (BE)
	Portalegre	Maria Adelaide Teixeira (PSD) - Antes era Vice	PSD	4	José Pinto Leite	Jaime Azedo		Luis Pargana	Adelaide Teixeira (Ind.) * José Basso (BE)
	Sousel	Armando Varela (PSD)	PSD	2	António Dámaso Carrilho	Armando Varela		José Pascoal	

PORTO	Porto	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Amarante	Armindo Abreu (PS)	PS	5	Dinis Mesquita	José Luis Gaspar			Pedro Barros (Ind) *
	Baião	José Luis Carneiro (PS)	PS	2	José Luis Carneiro	Luis Sousa	José Carlos Póvoas		
	Felgueiras	Inácio Ribeiro (PSD/PP)	PSD+PP	1	Eduardo Bragança	Inácio Ribeiro (PSD/PPM)	Carla Alves	Manuel Freitas	
	Gondomar	Valentim Loureiro (Ind)	IND	3	Marco Martins	Maria João Marinho			Fernando Paulo (Ind)**
	Lousada	Jorge Magalhães (PS)	PS	6	Pedro Machado	Leonel Vieira		António Vieira	
	Maia	Bragança Fernandes (PSD)	PSD	2	Ricardo Bexiga	Bragança Fernandes			
	Marco de Canaveses	Manuel Moreira (PSD)	PSD	2	Lino Tavares Dias	Manuel Moreira	Avelino Ferreira Torres	António Varela	Artur Melo e Castro (Ind) ***
	Matosinhos	Guilherme Pinto (PS)	PS	2	António Parada	Pedro Vinha da Costa	Manuel Maio	José Pedro Rodrigues	Fernando Queiroz (BE) Guilherme Pinto (Ind) ****
	Paços de Ferreira	Pedro Pinto (PSD)	PSD	2	Humberto Brito	Pedro Pinto	Henrique Martins Pacheco	Nuno Neto	Florianio Silva (MPT)
	Paredes	Celso Ferreira (PSD)	PSD	2	Alexandre Almeida	Celso Ferreira		Cristiano Ribeiro	
	Penafiel	Alberto Santos (PSD/PP)	PSD+PP	3	André Ferreira	António Sousa		David Teixeira	João Correia (BE)
	Porto	Rui Rio (PSD/PP)	PSD+PP	3	Manuel Pizarro	Luis Filipe Meneses (PSD/MPT/PPM)			Rui Moreira (Ind.) CDS/PP apoia *****Nuno Cardoso (Ind.)
	Póvoa do Varzim	José Macedo Vieira (PSD)	PSD	3	Elvira Ferreira	Aires Pereira	Jorge Serrano	José Reina	
	Santo Tirso	António Castro Fernandes (PS)	PS	3	Joaquim Couto	Alirio Canceles (PSD/PPM)			
	Trofa	Joana Lima (PS)	PS	1	Joana Lima	Sérgio Humberto Silva			
	Valongo	João Paulo Baltazar (PSD/PP) - Era Vice presidente de Fernando Melo e transitou	PSD+PP	4	José Ribeiro	João Paulo Baltazar	Alexandre da Silva Teixeira	Adriano Ribeiro	
	Vila do Conde	Mário de Almeida (PS)	PS	8	Elisa Ferraz	Miguel Paiva (PSD/MPT/PPM)			Armando Herculano (BE)
	Vila Nova de Gaia	Luis Filipe Meneses (PSD/PP)	PSD+PP	3	Eduardo Vitor Rodrigues	Carlos Abreu Amorim			Guilherme Aguiar (Ind)***** Manuel Vieira Machado(Ind.)

SANTARÉM	SANTARÉM	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Abrantes	Maria do Céu Albuquerque (PS)	PS	1	Maria do Céu Albuquerque	Elza Vitória			
	Alcanena	Fernanda Maria Asseiceira (PS)	PS	1	Fernanda Asseiceira	Susana Aparício			
	Almeirim	José Sousa Gomes	PS	6	Pedro Ribeiro	Manuel Sebastião			José Carlos Silva (Ind.)*
	Alpiração	Mário Fernando Pereira (CDU)	CDU	1	Pedro Gaspar	Francisco Cunha (PSD/MPT)		Mário Pereira	
	Benavente	António Ganhão (CDU)	CDU	3	José Rocha	José da Avó		Carlos Coutinho	
	Cartaxo	Paulo Varanda (PS) Era Vice de Paulo Caldas	PS	3	Pedro Magalhães Ribeiro	Vasco Cunha			Paulo Varanda (Ind.) **
	Chamusca	Sérgio Carrinho (CDU)	CDU	3	Paulo Queimado	Aurelina Rufino		Francisco Matias	José Neves Filipe (BE)
	Constância	Máximo Ferreira (CDU)	CDU	1	Antonio Luis Mendes	José Horta Luz	CDS/MPT	Júlia Amorim	
	Coruche	Dionísio Simão Mendes (PS)	PS	3	Francisco Oliveira	Liliana Pinto	Vasques Gomes		
	Entroncamento	Jaime Ramos (PSD)	PSD	3	Jorge Faria	Isilda Aguincha	Paulo Bica		
	Ferreira do Zêzere	Jacinto Flores (PSD)	PSD	1	António Vicente Martins	Jacinto Flores			
	Golegã	José Maltez (PS)	PS	4	Rui Medinas	José Godinho Lopes			
	Mação	José Rocha (PSD)	PSD	3	Nuno Neto	Vasco Estrela			
	Ourém	Paulo Fonseca (PS)	PS	1	Paulo Fonseca	Luis Albuquerque			Vitor Frazão (Ind.) ***
	Rio Maior	Isaura Morais (PSD/PP)	PSD+PP	1	Carlos Nazaré	Isaura Morais			
	Salvaterra de Magos	Ana Cristina Ribeiro (BE)	BE	3	Helder Esménio	Francisco Naia Pereira			Manuel Neves (BE)
	Santarém	Ricardo Gonçalves (PSD)	PSD	2	Idália Serrão	Ricardo Gonçalves			Bruno Góis (BE)
	Sardoal	Fernando Moleirinho (PSD)	PSD	3	Fernando Vasco	António Borges			Rui Serras (Ind.)
	Tomar	Carlos Carrão (PSD)- Vice assume o lugar um ano antes das eleições	PSD	3	Anabela Freitas	Carlos Carrão	Ivo Santos		Pedro Marques (Ind.)**** Rui Coutinho (BE)
	Torres Novas	António Rodrigues (PS)	PS	5	Pedro Ferreira	Henrique Reis		Carlos Tomé	Helena Pinto (BE)
	Vila Nova Barquinha	Vitor Pombeiro (PS)	PS	4	Fernando Freire	Luis Santos Valente			
SETUBAL	SETÚBAL	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Alcácer do Sal	Pedro Paredes (PS)	PS	2	Torres Couto	Pedro Goucha		Vitor Proença	Pedro Paredes (Ind.)*
	Alcochete	Luis Miguel Franco (CDU)	CDU	2	Teresa Morais Sarmiento	Maria do Rosário Costa Prates			
	Almada	Maria Emilia Sousa (CDU)	CDU	6	Joaquim Barbosa	António Neves	Fernando Sousa Pena	Joaquim Judas	
	Barreiro	Carlos Humberto Carvalho (CDU)	CDU	2	Luis Ferreira	Bruno Vitorino		Carlos Humberto	Humberto Candeias (BE)
	Grândola	Graça Nunes (era Vice)	PS	3	Ricardo Campaniço			António Figueira Mendes	Anibal Cordeiro (Ind.) **
	Moita	João Manuel Lobo (CDU)	CDU	3	Manuel Galvoeira Borges	João Paulo Gaspar		Rui Garcia	Joaquim Raminhos (BE)
	Montijo	Maria Amélia Antunes (PS)	PS	4	Nuno Canta	Maria das Mercês Borges		Carlos Almeida	
	Palmela	Ana Teresa Sá (CDU)	CDU	3	Natividade Coelho	Paulo Ribeiro		Álvaro Amaro	
	Santiago do Cacém	Vitor Manuel Proença (CDU)	CDU	3	Nuno Oliveira	Paulo Gamito	Mateus Guerreiro	Álvaro Beijinha	
	Seixal	Alfredo Costa (CDU)	CDU	3	Samuel Cruz	Paulo Cunha		Joaquim Santos	Luis Cordeiro (BE)
	Sesimbra	Augusto Pólvora (CDU)	CDU	2	Américo Gegaloto	Francisco Luis		Augusto Pólvora	Adelino Fortunato (BE) Carlos Sargedas (Ind)
	Setúbal	Maria das Dores Meira (CDU)	CDU	2	João Ribeiro	Luis Rodrigues		Maria das Dores Meira	Mariana Aiveca (BE)
	Sines	Manuel Carvalho (ind)	IND	1	Nuno Mascarenhas	Só Assembleia Municipal	Arménio Lourenço	Hélder Guerreiro	Marisa Santos (SM)

VIANA DO CASTELO	VIANA DO CASTELO	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Arcos de Valdevez	Francisco Araújo (PSD)	PSD	3	Fernando Cabodeira	João Manuel Esteves			
	Caminha	Júlia Costa (PSD)	PSD	3	Miguel Alves	Flamiano Martins		Celestino Ribeiro	
	Melgaço	Rui Solheiro (PS)	PS	8	Manuel Baptista	Manuel Fernandes			
	Monção	José Emilio Moreira (PS)	PS	4	Augusto Domingues	António Barbosa			
	Paredes de Coura	António Pereira Júnior (PS)	PS	5	Vitor Paulo Pereira	Décio Brandão Guerreiro		Celina Sousa	
	Ponte da Barca	António Vassalo de Abreu (PS)	PS	2	António Vassalo Abreu	Armindo Silva			Augusto Marinho (Ind.) *
	Ponte de Lima	Victor Mendes (PP)	PP	1	Jorge Silva	Manuel Barros	Victor Mendes		Filipe Viana (Ind.)**
	Valença	Jorge Mendes (PSD)	PSD	1	Diogo Cabrita	Jorge Mendes		Alipio Sousa	
	Viana do Castelo	José Maria Costa (PS)	PS	1	José Maria Costa	Eduardo Teixeira	Carlos Meira (CDS/MPT)	Ilda Figueiredo	
	Vila Nova da Cerveira	José Vaz Carpinteira (PS)	PS	6	João Araújo	Manuel Esteves Marques			Fernando Nogueira **
VILA REAL		Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Alijó	Artur Cascarejo (PS)	PS	3	João Gouveia	Carlos Jorge Magalhães	Carolina Amélia		Miguel Rodrigues (Ind.) *
	Boticas	Fernando Pereira Campos (PSD)	PSD	3	Ana Luisa Monteiro	Fernando Queiroga			
	Chaves	João Baptista (PSD)	PSD	3	Paula Barros	António Cabeleira	António Ribeiro	Manuel Cunha	João Neves (Ind.) **
	Mesão Frio	Alberto Monteiro Pereira (PS)	PS	1	Alberto Pereira	Marco António Silva			
	Mondim de Basto	Humberto da Costa Cerqueira (PS)	PS	1	Humberto Cerqueira	Lúcio Machado			
	Montalegre	Fernando Rodrigues (PS)	PS	4	Orlando Alves	Duarte Gonçalves			
	Murça	João Fernandes (PS)	PS	3	José Maria Costa	Pedro Barroso			
	Peso da Régua	Nuno Gonçalves (PSD)	PSD	2	Manuel Ramos Paiva	Nuno Gonçalves			
	Ribeira de Pena	Agostinho Pinto (PSD/PP)	PSD+PP	3	Rui Alves	Amadeu Santos Borges	Braulio Ferreira		
	Sabrosa	José Marques (PS)	PS	1	José Marques	António Araújo			
	Stª Marta de Penaguião	Francisco Guedes Ribeiro (PS)	PS	4	Luis Machado	Luis Bastos			
	Valpaços	Francisco Tavares (PSD)	PSD	3	Afonso Videira	Amílcar Almeida			
	Vila Pouca de Aguiar	Domingos Dias (PSD)	PSD	3	José Carlos Rendeiro	Alberto Machado			
	Vila Real	Manuel Martins (PSD)	PSD	5	Rui Santos	António Carvalho	Jorge Pinho		

Viseu	UISEU	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Armamar	Hernâni Almeida (PSD)	PSD	3	Américo Moreira	João Paulo Fonseca		Mário Cireneu	
	Carregal do Sal	Atílio Nunes (PSD)	PSD	3	Rogério Abrantes	Vasco Jorge			
	Castro Daire	Fernando Carneiro (PS)	PS	1	Fernando Carneiro	Luis Alberto Pinto			
	Cinfães	José Manuel Pereira Pinto (PS)	PS	4	Armando Silva Mourisco	Manuel Vasconcelos Pinheiro		Avelino Gonçalves	
	Lamego	Francisco Lopes (PSD/PP)	PSD+PP	2	Manuel António Rebelo Ferreira	Francisco Lopes		Vasco Ferreira	
	Mangualde	João Azevedo (PS)	PS	1	João Azevedo	Anibal Maltez			
	Moimenta da Beira	José Eduardo Ferreira (PS)	PS	1	José Eduardo Ferreira	Luis Carlos Silva			
	Mortágua	Afonso Abrantes (PS)	PS	4	João Fonseca	José Júlio Norte *			
	Nelas	Isaura Pedro (PSD/PP)	PSD+PP	2	José Borges da Silva	Isaura Pedro			
	Oliveira de Frades	Luis Manuel de Vasconcelos (PSD)	PSD	2	Porfírio Luis Carvalho	Luis Vasconcelos			
	Penalva do Castelo	Leonídio Monteiro (PSD/PP)	PSD+PP	3	Francisco Lopes Carvalho	Carlos Santos		António Vilariques	
	Penedono	António Carlos Carvalho (PSD)	PSD	3	Orlando Timóteo	Carlos Esteves			
	Resende	António Borges (PS)	PS	3	Manuel Trindade	Jaime Alves			
	Santa Comba Dão	João Lourenço (PSD)	PSD	2	Leonel Gouveia	João Lourenço			
	São João da Pesqueira	José Túlha (PSD)	PSD	1	João Manuel Oliveira	José Túlha			
	São Pedro do Sul	António Carlos Figueiredo (PSD)	PSD	3	Vitor Figueiredo	Adriano Azevedo		Ana Gralheiro	
	Sátão	Alexandre Vaz (PSD)	PSD	2	Nuno Bártolo	Alexandre Vaz		Ângela Bártolo	
	Semancelhe	José Mário Cardoso (PSD)	PSD	3	Vitor Figueiredo	Carlos Silva			
	Tabuaço	João Ribeiro (PS)	PS	1	João Ribeiro	Carlos Carvalho			
	Tarouca	Mário Caetano Ferreira (PS)	PS	4	José António Nunes	Valdemar Pereira			
	Tondela	Carlos Marta (PSD)	PSD	3	Cílio Correia	José António Jesus	Carlos Amaral		
	Vila Nova de Paiva	José Morgado Ribeiro (PS)	PS	1	José Morgado Ribeiro	Carlos Mota	Hugo Trindade		
	Viseu	Fernando Ruas (PSD)	PSD	6	José Junqueiro	Almeida Henriques	Hélder Amaral	Francisco Almeida	
	Vouzela	Armindo Ferreira (PSD)	PSD	3	António Menezes de Campos	Rui Ladeira	Paulo Duarte		

AÇORES	Açores	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Angra do Heroísmo	Sofia Gonçalves (PS)	PS	1	Alamo Meneses	António Ventura			
	Calheta de São Jorge	Aires Fagundes Reis (PSD)	PSD	1	António Vitorino Silveira	Aires Reis			
	Corvo	Manuel Pedras Rita (PS)	PS	1	José Manuel Alves da Silva	José Manuel Nunes			
	Horta	João Fernando A. Castro (PS)	PS	2	José Leonardo Goulart Silva	Luis Garcia			
	Lagoa	João António Ponte (PS)	PS	2	João Ponte	Gaspar Costa		Eugénio Moura	
	Lajes das Flores	João António V. Lourenço (PSD)	PSD	4	Luis Carlos Maciel	Alice Ramos			
	Lajes do Pico	Roberto Medeiros da Silva (PS)	PS	1	Roberto Silva	Cláudio Lopes			
	Madalena	José António Soares (PSD) - Era Vice	PSD	3	Miguel Costa	José António Soares			
	Nordeste	José Carlos Correia (PSD)	PSD	4	Carlos Mendonça	Rogério Frias			
	Ponta Delgada	José Manuel Bolieiro (PSD) era Vice	PSD	3	José Contente	José Manuel Bolieiro		Carlos Ribeiro	
	Povoação	Carlos Emilio Machado Ávila (PS)	PS	1	Carlos Ávila	Delmar Medeiros			
	Praia da Vitória	Roberto Lúcio Monteiro (PS)	PS	2	Roberto Monteiro	Judite Parreira	Emiliana Silva		
	Ribeira Grande	Ricardo José Moniz da Silva (PS)	PS	2	Ricardo Silva	Alexandre Gaudêncio		João Gomes	
	Santa Cruz das Flores	José Carlos Mendes (PS)	PS	3	José Carlos Mendes	Wiliam Braga			
	Santa Cruz da Graciosa	Manuel Avelar Cunha Santos (PS)	PS	1	Manuel Avelar	João Cunha			
	São Roque do Pico	Luis Filipe Silva (PSD)	PSD	1	Mark Silveira	Luis Filipe Silva			
	Velas	Manuel Soares da Silveira (PS)	PS	1	João Paulo Oliveira	Paulo Silveira			
	Vila Franca do Campo	António Fernando Cordeiro (PS)	PS	1	Ricardo Rodrigues	Rui Melo (PSD/PPM)			Jorge Gago da Câmara (Ind)*
	Vila do Porto	Carlos Rodrigues (PSD)	PSD	1	Duarte Moreira	Carlos Rodrigues			
MADEIRA	Madeira	Presidente de Câmara		Nº Mandatos	Candidato PS	Candidato PSD	Candidato CDS	Candidato CDU	Outro Candidato
	Calheta	Manuel Baeta de Castro (PSD)	PSD	4	Patrícia Soares	Carlos Teles	Martinho Câmara	José Costa	
	Câmara de Lobos	Arlindo Gomes (PSD)	PSD	3	Amândio Silva *	Pedro Coelho	Roberto Rodrigues	Alexandre Fernandes	
	Funchal	Miguel Albuquerque (PSD)	PSD	4	Paulo Cafofo **	Bruno Pereira	José Manuel Rodrigues		
	Machico	António Luis Olim (PSD)	PSD	1	Ricardo Franco	António Olim	Bruno Aveiro	Marta Silva	António Cartaxo (PTP) Carlos Borges (PAN)
	Ponta do Sol	Rui David Luis (PSD)	PSD	2	Célia Pessegueiro	Rui Marques	José Artur Aguiar	Urânia Gaspar	Maria Ganança (BE) André Pestana (Ind)
	Porto Moniz	Edegar Correia (PSD)	PSD	1	Emanuel Câmara	Valter Correia		Rosa Alves	
	Porto Santo	Fátima Filipa de Menezes (PSD)	PSD	1	Filipe Meneses Oliveira	Nuno Filipe Batista		Marco Gonçalves	Paula Serra (PTP) Carlos Ruas (Ind)*****
	Ribeira Brava	José Ismael Fernandes (PSD)	PSD	4	Alano Gonçalves	Ricardo Nascimento	Rafael Sousa	Marcelino Rodrigues	Nuno das Almas (PTP-M) Carlos Pereira (BE)
	Santa Cruz	José Alberto Gonçalves (PSD)	PSD	2	Filipe Sousa ***	Jorge Batista		Dirio Ramos	Lucilia Ferreira (PAN)
	Santana	Rui Fernandes Ascensão (PSD)	PSD	1	Paulo Santos	Rui Moisés	Teófilo Cunha	Elisa Mendonça	Carlos Faria (BE)
	São Vicente	Jorge Romeira (PSD)	PSD	1	PS Apoia Candidato Independente	Jorge Romeira		Batista Monteiro	José António Garcês (Ind) ****

Anexo 7- Taxa de participação eleitoral dos concelhos de Celorico de Basto, Mora, Porto e Viana do Castelo

Comparação da participação eleitoral nos concelhos do Porto, Viana do Castelo, Mora e Celorico de Basto (autárquicas)															
Câmaras Municipais															
	1976	1979	1982	1985	1989	1993	1997	2001	2005	2009	2013				
Viana do Castelo	70,2%	78,3%	74,9%	68,1%	66,0%	67,5%	67,8%	65,6%	64,9%	59,1%	53,3%				
Celorico de Basto	67,3%	78,5%	70,6%	72,5%	70,6%	70,8%	69,2%	71,7%	71,6%	70,7%	63,3%				
Mora	78,7%	85,4%	78,4%	70,6%	75,2%	70,4%	64,6%	64,3%	66,6%	61,3%	61,0%				
Porto	73,4%	79,2%	74,2%	60,1%	54,4%	58,2%	48,1%	48,3%	58,4%	56,7%	52,6%				
Nacional	64,6%	73,8%	71,4%	63,9%	60,9%	63,4%	60,1%	60,1%	61,0%	59,0%	52,6%				
Assembleia da Republica															
	1975	1976	1979	1980	1983	1985	1987	1991	1995	1999	2002	2005	2009	2011	2015
Viana do Castelo	90,5%	84,1%	88,3%	86,6%	81,4%	79,0%	76,3%	69,7%	69,2%	64,9%	64,7%	65,9%	59,7%	57,1%	55,0%
Porto	92,6%	88,2%	90,9%	89,8%	82,8%	77,6%	77,7%	70,4%	68,8%	62,7%	64,2%	67,8%	64,3%	64,0%	62,1%
Celorico de Basto	90,3%	80,9%	87,3%	83,4%	74,1%	70,3%	68,4%	63,4%	63,3%	61,1%	60,6%	61,5%	59,7%	55,6%	51,7%
Mora	95,2%	91,2%	91,6%	90,1%	85,1%	84,4%	80,6%	72,3%	69,1%	63,9%	62,6%	65,2%	60,2%	57,4%	59,3%
Nacional	91,5%	86,5%	82,5%	80,1%	77,5%	72,9%	71,8%	66,9%	63,9%	64,3%	64,1%	63,7%	59,8%	59,2%	58,8%
Parlamento Europeu															
	Incritos							Votantes							
Anos	1987	1989	1994	1999	2004	2009	2014	1987	1989	1994	1999	2004	2009	2014	
Viana do Castelo	62.051	65.554	70.518	74.002	77.572	87.816	86.302	47.364	36.081	27.245	30.568	31.106	31.224	29.065	
Porto	270.854	275.325	279.363	258.031	237.359	235.298	218.246	210.442	155.415	114.097	111.028	107.924	102.460	92.591	
Celorico de Basto	17.030	16.869	17.958	17.918	18.102	20.423	19.331	11.654	8.447	7.353	7.129	6.363	7.231	6.165	
Mora	5.844	5.912	5.647	5.424	5.319	5.217	4.603	4.708	3.619	2.508	2.388	2.310	2.086	1.861	
Anos	1987	1989	1994	1999	2004	2009	2014								
Viana do Castelo	76,3%	55,0%	38,6%	41,3%	40,1%	35,6%	33,7%								
Porto	77,7%	56,4%	40,8%	43,0%	45,5%	43,5%	42,4%								
Celorico de Basto	68,4%	50,1%	40,9%	39,8%	35,2%	35,4%	31,9%								
Mora	80,6%	61,2%	44,4%	44,0%	43,4%	40,0%	40,4%								
Nacional	72,2%	51,2%	35,5%	40,0%	38,7%	36,8%	33,8%								